



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 011- TERÇA-FEIRA, 08 DE FEVEREIRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE		4º SECRETÁRIO
Marta Suplicy - (PT-SP)		Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE		
Wilson Santiago - (PMDB-PB)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
Cícero Lucena - (PSDB-PB)		2º - João Durval - (PDT-BA)
2º SECRETÁRIO		3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
João Ribeiro - (PR-TO)		4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

PMDB - 19 Líder Renan Calheiros - PMDB	PT - 15 Líder Humberto Costa - PT	PSDB - 10 Líder Alvaro Dias - PSDB
PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB	PP - 5 Líder Francisco Dornelles - PP Vice-Líder Ana Amelia	PR - 5 Líder Magno Malta - PR
PDT - 4 Líder Acir Gurgacz - PDT Vice-Líder Cristovam Buarque		PC DO B - 2 Líder Inácio Arruda - PC DO B
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PRB - 1 Líder Marcelo Crivella - PRB	PSC - 1 Líder Eduardo Amorim - PSC
PV - 1 Líder Paulo Davim - PV	PMN - 1 Líder Sérgio Petecão - PMN	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS
Governo Líder Romero Jucá - PMDB		

Expediente	
Haroldo Feitosa Tajra Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 3ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE FEVEREIRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 4, de 2011, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando condolências à família do jornalista Reynaldo Jardim Silveira, falecido no dia 2 do corrente..... 01439

Nº 5, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, a participação no Fórum Social Mundial no período de 6 a 11 do corrente..... 01439

Nº 6, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores..... 01441

Nº 7, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. 01441

Nº 8, de 2011, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, às 11 horas do dia 21 de março próximo, destinada a homenagear a Ordem DeMolay, pelos 30 anos de atuação no Brasil..... 01442

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde

Nº 56/2011, de 18 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 758, de 2010, da Senadora Marisa Serrano. ... 01443

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento dos Ofícios nºs 151, de 2010, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; 2.178, de 2010, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; e o Aviso nº 407, de 2010, do Ministro de Estado da Fazenda; encaminhando informações em resposta aos Requerimentos nºs 668, de 2008; 187, de 2010; e 186 de 2010, respectivamente..... 01443

Recebimento, durante o recesso parlamentar, dos Ofícios nºs 143, 149, 150 e 152, de 2010, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; dos Avisos nºs 219 e 220, de 2010, do Ministro

de Estado de Minas e Energia; 1.603, de 2010, do Ministro de Estado da Saúde; e 147, de 2010, do Ministro de Estado dos Transportes, em resposta aos Requerimentos de informações nºs 1.561, de 2008; 900, 728 e 279, de 2007; 441, 673, 105 e 773, de 2010, respectivamente..... 01443

1.2.4 – Avisos do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 7, de 2011 (nº 33/2011, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de dezembro de 2010, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. 01443

Nº 8, de 2011 (nº 32/2011, na origem), encaminhando relatório de execução do Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira, relativo a 2010. 01513

Nº 11, de 2011 (nº 26/2011, na origem), encaminhando relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2010. 01516

1.2.5 – Ofício do Governo do Estado de Minas Gerais

Nº S/3, de 2011 (nº 163/2010, na origem), encaminhando, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (contratação de parceria público-privada), informações relativas ao cumprimento, pelo respectivo ente, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei. 01522

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Extinção da comissão temporária criada por meio do Ato nº 16, de 2009, do Presidente do Senado Federal, que instituiu a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade. 01522

1.2.7 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 9, de 2011 (nº 6/2011, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referente ao quarto trimestre de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 01522

1.2.8 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 10, de 2011 (nº 42/2011, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 127/2011-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 1/2010, do Senado Federal (TC 005.019/2010-9). 01535

1.2.9 – Ofício do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Nº 2, de 2011-CN (nº 66/2011-BNDES GP, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2010. 01548

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa de uma reforma tributária urgente e de uma reforma política gradual, priorizando-se, para esta, formas efetivas de coibir o abuso do poder político e econômico e o uso da máquina administrativa, bem como criar mecanismos de fiscalização no processo eleitoral..... 01616

1.2.11 – Comunicação

Da Liderança do PCdoB no Senado, informando que a Senadora Vanessa Grazziotin representará a Liderança do Partido no Congresso Nacional entre os dias 6 e 11 do corrente. (Ofício nº 28/2011, de 4 do corrente) 01619

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MÁRIO COUTO – Considerações sobre a excessiva carga tributária suportada pelo povo brasileiro. Questionamento sobre a destinação dos recursos provenientes dos impostos pagos pelos cidadãos. 01619

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Defesa de uma reforma da política econômica brasileira, por meio do crescimento do mercado interno, da elevação dos salários, da redução dos impostos e do fim da autonomia do Banco Central. 01621

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Designação do Senador Romero Jucá como Relator revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2010 (proveniente da Medida Provisória nº 501, de 2010). 01623

1.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Detalhamento de projetos de lei de autoria de S. Ex^a, apresentados na semana passada..... 01624

SENADOR VITAL DO REGO – Considerações recebidas da Associação Brasileira de Consultores Profissionais, sobre a violência nos primeiros meses do ano, no Estado da Paraíba. 01626

1.2.15 – Comunicação da Presidência

Republicação, em avulsos e no Diário do Senado Federal de 27 de janeiro último, do inteiro

teor do Projeto de Lei da Câmara nº 198, de 2009, a fim de constar o despacho inicial a ele apost. . 01626

1.2.16 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA – Manifestação sobre compromissos assumidos durante a última campanha eleitoral. Considerações sobre projetos estruturais que são fundamentais para o Estado do Ceará. Defesa da criação de uma comissão mista para sistematizar as propostas da reforma política no Congresso..... 01627

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Pronunciamento sobre o recente apagão em vários Estados do Nordeste do País, com menção à matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, sob o título “Apagões aumentam 90% em dois anos”..... 01630

SENADOR ALVARO DIAS – Apresentação de requerimentos solicitando informações ao Poder Executivo acerca de gastos com publicidade e gastos exorbitantes com cartões corporativos, especialmente no ano eleitoral, bem como sobre a emissão de passaportes diplomáticos no período de recesso parlamentar. 01634

SENADOR WELLINGTON DIAS – Elogio ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, no combate à dengue. Pleito, junto à Presidente Dilma Rousseff, no sentido da implantação, em Teresina, de uma base da FIOCRUZ. Proposta da criação de uma Frente Parlamentar voltada para o tratamento do dependente químico de álcool e drogas. 01637

1.2.17 – Leitura de requerimentos

Nº 9, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra de Estado da Cultura. 01643

Nº 10, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação. 01644

Nº 11, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa. 01644

Nº 12, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. 01645

Nº 13, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 01645

Nº 14, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia. 01646

Nº 15, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. .. 01646

Nº 16, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. 01647

Nº 17, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.	01647	Nº 34, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde.	01658
Nº 18, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.	01648	Nº 35, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes.	01658
Nº 19, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.	01648	Nº 36, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.	01659
Nº 20, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.	01649	Nº 37, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.	01659
Nº 21, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União.	01649	Nº 38, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça.	01660
Nº 22, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.	01650	Nº 39, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	01660
Nº 23, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.	01650	Nº 40, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura.	01661
Nº 24, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República. .	01651	Nº 41, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado do Esporte.	01661
Nº 25, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.	01651	Nº 42, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional.	01662
Nº 26, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	01652	Nº 43, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente.	01662
Nº 27, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações.	01652	Nº 44, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Previdência Social.	01663
Nº 28, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado das Cidades.	01653	Nº 45, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.	01663
Nº 29, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro-Presidente do Banco Central do Brasil.	01653	1.2.18 – Discursos do Expediente (continuação)	
Nº 30, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Advogado-Geral da União.	01654	SENADOR <i>GILVAM BORGES</i> – Considerações acerca da reforma política, assinalando a sua urgente necessidade.	01664
Nº 31, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.	01654	SENADOR <i>CRISTOVAM BUARQUE</i> – Indignação acerca de reportagem da imprensa norte-americana por chamar a Presidente Dilma Rousseff de terrorista e por atribuir equivocadamente à Presidente a autoria da chamada “PEC da Felicidade”, uma proposta de iniciativa de S. Ex ^a e outros senadores, inspirada na Declaração de Independência dos Estados Unidos.	01665
Nº 32, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.	01655	1.2.19 – Comunicação da Presidência	
Nº 33, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado do Turismo.	01656	Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 8, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	01667

SENADO FEDERAL**2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS****SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

CONGRESSO NACIONAL**7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 3ª Sessão, não deliberativa em 7 de fevereiro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney e Acir Gurgacz

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 3 minutos, e encerra-se às 17 horas e 36 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos, nesta segunda-feira, 7 de fevereiro, às 14 horas.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas condolências à família do jornalista Reynaldo Jardim Silveira falecido no último dia 2 de fevereiro, em Brasília-DF.

Justificação

Como escritor, Reynaldo Jardim publicou dezenas de livros de poesia, entre eles destaque para

Paixão Segundo Barrabás, Maria Bethânia Guerreira Guerrilha, Joana em Flor e Viva o Dia. No ano passado, foi finalista do prêmio Jabuti, depois de lançar Sagradas Escrituras, obra onde reuniu 65 anos de produção poética.

Na carreira de jornalista, Reynaldo Jardim foi responsável pela criação do Caderno B, do *Jornal do Brasil*, na década de 1950 e era colunista do *Diário da Manhã*.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2010. – Senadora **Lúcia Vânia**.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, minha participação, no período de 06 a 11 de fevereiro de 2011, no Fórum Social Mundial, que ocorrerá em Dacar – Senegal.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 06 a 11 de fevereiro de 2011.

Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 2011.



Senador Inácio Arruda

REQUERIMENTO Nº 963, DE 2010 – SF

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma do artigo 74, inciso II e do artigo 75, do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Externa, composta por cinco Senadores, destinada a representar o Senado Federal no Fórum Social Mundial (FSM) - 2011, entre os dias 06 e 11 de fevereiro de 2011, na cidade de Dakar, no Senegal.

Justificativa

*Designo o Sen.
Inácio Arruda.*

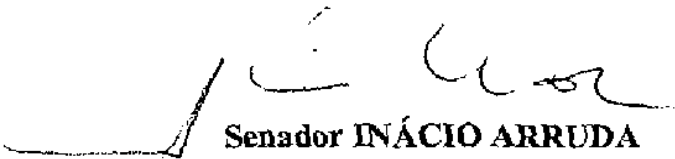
Depois de Nairóbi (Quênia), a África receberá novamente o Fórum Social Mundial em 2011. Dacar, capital senegalesa, foi escolhida para sediar a edição centralizada, entre 6 e 11 de fevereiro de 2011, diferentemente de anos anteriores em que ocorria concomitantemente com o Fórum Econômico de Davos. Com enfoque na história de resistência e luta dos povos africanos, o FSM 2011 deverá destacar as lutas e as estratégias globais comuns à África, ao Sul e ao resto do mundo.

O Brasil confirmou a presença de diversas entidades sociais, entre as quais destacamos: o Centro Brasileiro de Luta pela Paz (Cebrapaz), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam), União dos Negros pela Igualdade (Unegro) e União Brasileira de Mulheres (UBM).

Nesse sentido, por se tratar de um fórum de singular importância social no contexto mundial, também consideramos imprescindível a presença do Senado Federal, representado por uma comissão de parlamentares.

Sala das Sessões,

2010


Senador INÁCIO ARRUDA
Líder do PCdoB

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° 6, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a emissão de passaportes diplomáticos para parentes do ex-presidente Lula.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a emissão de passaportes diplomáticos para familiares do ex-presidente Lula:

Quantos passaportes diplomáticos foram concedidos no período de 2006 a 2010? Anexar lista com os nomes das pessoas beneficiadas.

As pessoas acima citadas, beneficiadas com a concessão de passaporte diplomático, se enquadram no artigo 6º do Anexo do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006?

Qual a justificativa para a concessão de passaporte diplomático para aquelas pessoas que não se enquadram nos incisos I a XII do artigo 6º do Anexo do Decreto nº 5.978/2006?

Em caso de concessão em função do interesse do País, de acordo com o § 3º do artigo 6º acima citado, detalhar, para cada um dos casos, a respectiva justificativa para a concessão do passaporte.

O Ministério das Relações Exteriores já atendeu a recomendação do Ministério Público Federal para que sejam anulados os passaportes concedidos a pessoas não contempladas pela legislação?

O Ministério das Relações Exteriores já adotou alguma providência no sentido de rever a regra de concessão de passaportes diplomáticos?

Justificação

O jornal Folha de S. Paulo, em diversas matérias publicadas no começo deste ano, noticiou que o Itamaraty concedeu, no final de 2010, passaportes diplomáticos para vários familiares do ex-presidente Lula.

Ocorre que as pessoas beneficiadas não são contempladas pela legislação que rege a concessão de passaportes diplomáticos.

Portanto, o objetivo deste requerimento é buscar as justificativas para as concessões desses passaportes, bem como apurar as providências que estariam

sendo tomadas para a anulação das concessões irregulares.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2011. – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° 7, DE 2011

Solicita informações à Sra. Ministra de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República sobre a distribuição e os valores dos recursos investidos em publicidade pelos órgãos da administração federal nos anos de 2003 a 2010.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sobre a distribuição e os valores dos recursos investidos em publicidade e patrocínio pelos órgãos da administração federal nos anos de 2003 a 2010:

Qual foi o gasto total do Governo Federal com publicidade em cada um dos anos no período compreendido entre 2003 e 2010?

Como foi a distribuição desses gastos entre os diversos órgãos da administração federal?

Do total dos gastos, quanto foi direcionado para publicidade de utilidade pública e para publicidade institucional em cada um dos anos no período compreendido entre 2003 e 2010?

Quais foram os veículos de comunicação, por segmento como, por exemplo, rádios, jornais impressos, revistas, TV's aberta e por assinatura, internet (blogs e portais), que receberam verba de publicidade estatal e quanto cada um recebeu em cada um dos anos no período compreendido entre 2003 e 2010?

Justificação

Os jornais de grande circulação no país vêm publicando matérias mostrando que os gastos do governo federal com publicidade aumentaram consideravelmente em relação ao primeiro ano de mandato do ex-presidente Lula.

Os jornais mostram que não foi só o volume de recursos que aumentou consideravelmente em relação aos gastos de 2003. A ampliação do número de veículos escolhidos para divulgar as realizações do governo também foi exorbitante e, segundo as matérias, a verba de publicidade passou a ser direcionada

para um grande número de órgãos regionais - muitos deles de pequeno porte - incluindo inclusive rádios e jornais de interior sob controle de políticos de partidos aliados do governo.

Além disso, as matérias registraram que os picos desse tipo de investimento ocorreram justamente em anos eleitorais como, por exemplo, em 2006, ano de reeleição de Lula, e agora, em 2010.

Assim, o objetivo deste requerimento é analisar as razões para o aumento do volume de recursos destinados à publicidade oficial para que se tenha um

maior controle sobre os gastos do governo federal com esse tipo de despesa.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

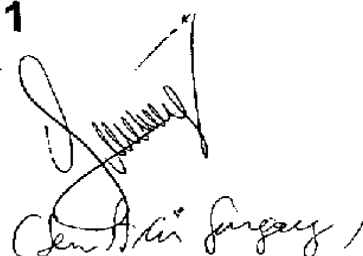
– Os requerimentos lidos vão à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011

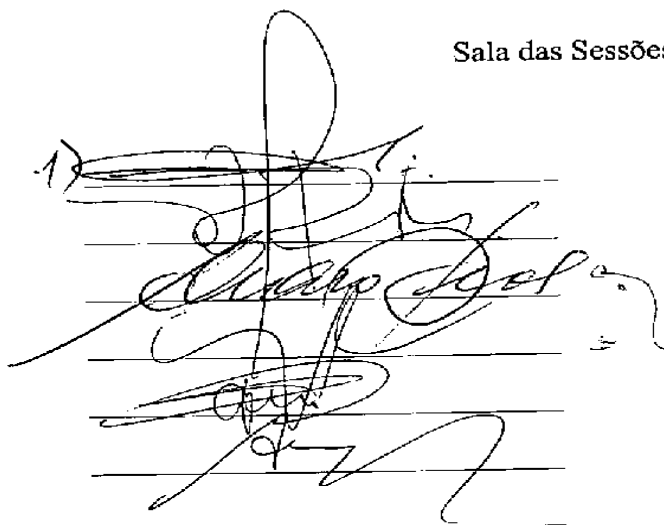
Senhor Presidente,



(Sen. Acir Gurgacz)

Requeremos, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, Sessão Especial, a realizar-se às 11 horas do dia 21 de março de 2011, destinada a homenagear a Ordem DeMolay, pelos 30 anos de atuação no Brasil.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2011.



MOZANILDO
VITAL DO REGO
- LINDBERGH
SEN. ALVARO DIAS
SEN. CARLOS MALMUGOR
Alvaro Dias
Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 56, de 18 de janeiro de 2011**, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao **Requerimento nº 758, de 2010**, da Senadora Marisa Serrano.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– O Senado Federal recebeu os seguintes expedientes:

- **Ofício nº 151/2010/MDA, de 23 de dezembro de 2010**, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 668, de 2008, do Senador Renato Casagrande;
- **Aviso nº 407/MF, de 30 de dezembro de 2010**, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhado

informações em resposta ao Requerimento nº 186, de 2010, do Senador Marconi Perillo.

- **Ofício nº 2178/GM/MTE, de 22 de dezembro de 2010**, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 187, de 2010, do Senador Marconi Perillo.

As informações foram juntadas, respectivamente, aos processados dos Requerimentos nºs 668, de 2008, e 186 e 187, de 2010, que vão ao arquivo.

Cópia das informações relativas ao Requerimento nº 187, de 2010, foram encaminhadas, em cópia, ao Senador Heráclito Fortes, conforme solicitação de S. Ex^a em reunião da Mesa realizada em 25 de novembro último.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– A Presidência recebeu, durante o recesso parlamentar, os seguintes expedientes com respostas a requerimentos de informações, que foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes:

Expediente/ Data	Ministério	Requerimento nº/Autor
Ofício nº 143, de 16.12.2010	Desenvolvimento Agrário	RQS 1.561/2008, do Senador Geraldo Mesquita Júnior
Ofício nº 149, de 23.12.2010	Desenvolvimento Agrário	RQS 900/2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Ofício nº 150, de 23.12.2010	Desenvolvimento Agrário	RQS 728/2007, do Senador Arthur Virgílio
Ofício nº 152, de 12.2010	Desenvolvimento Agrário	RQS 279/2007, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
Aviso nº 219, de 29.12.2010	Minas e Energia	RQS 441/2010, do Senador Jefferson Praia
Aviso nº 220, de 29.12.2010	Minas e Energia	RQS 673/2010, do Senador Jefferson Praia
Aviso 1603, de 29.12.2010	Saúde	RQS 105/2010, do Senador Papaléo Paes
Aviso nº 147, de 23.12.2010	Transportes	RQS 773/2010, do Senador Mozarildo Cavalcanti

Os Requerimentos vão ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 7, de 2011** (nº 33/2011, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito

daquela Pasta, no mês de dezembro de 2010, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 7, de 2011

Aviso nº 33/GMF

Brasília, 31 de janeiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
70160-900 Brasília – DF

Assunto: Artigos 41 e 42 da Resolução do Senado
Federal nº 43, de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de dezembro de 2010, tabela demonstrativa da

Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, esclarecendo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000.

Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de outubro a dezembro de 2010, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Atenciosamente, – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000934/2009-31	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Bananeiras <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> PB	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4,5 % a.a	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 684.600,00	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ARQUIVADO			<u>Data:</u> 01/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001569/2010-15	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Porto Fim <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 246.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			<u>Data:</u> 01/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000165/2010-85	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>UF:</u> RJ	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 1,9 % a.a	<u>Prazo:</u> 240	<u>Valor:</u> 1.179.000.000,0	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			<u>Data:</u> 01/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
19406.000223/2009-89	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Jacarezinho <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 1.164.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ARQUIVADO			<u>Data:</u> 02/12/2010	

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000525/2009-57	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Teixeira Soares <u>UF:</u> PR <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 411.450,00 <u>Indexador:</u> TJLP <u>Data:</u> 02/12/2010	
17944.000745/2009-68	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Campinorte <u>UF:</u> GO <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 500.000,00 <u>Indexador:</u> TJLP <u>Data:</u> 03/12/2010	
19406.000040/2010-05	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Florianópolis <u>UF:</u> SC <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Juros:</u> 5 % a.a	<u>Prazo:</u> 228	<u>Valor:</u> 1.846.580,28 <u>Indexador:</u> Taxa Referencial - TR <u>Data:</u> 03/12/2010	
17944.001688/2009-34	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Goiânia <u>UF:</u> GO <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 374.400,00 <u>Indexador:</u> TJLP <u>Data:</u> 03/12/2010	

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Indexador:</u>
19406.000453/2010-81	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Santo Augusto	<u>UF:</u> RS	Operação Contratual Interna	4 % a.a	54	1.250.000,00	TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 03/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Indexador:</u>
17944.001701/2009-55	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Aratuba	<u>UF:</u> CE	Operação Contratual Interna	4 % a.a	72	997.000,00	TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 06/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Indexador:</u>
19406.000055/2010-65	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Caldeândia	<u>UF:</u> PR	Operação Contratual Interna	4 % a.a	72	411.450,00	TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ARQUIVADO		<u>Data:</u> 06/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Indexador:</u>
17944.000592/2010-92	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Calde	<u>UF:</u> PE	Operação Contratual Interna	4 % a.a	72	324.350,00	TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ARQUIVADO		<u>Data:</u> 07/12/2010		

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO		INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000225/2010-99		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Cláudia	<u>UF:</u> MT	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 1.371.500,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> INDEFERIDO			<u>Data:</u> 07/12/2010	
PROCESSO		INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001338/2009-78		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Senilh	<u>UF:</u> PE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 725.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ARQUIVADO			<u>Data:</u> 07/12/2010	
PROCESSO		INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000840/2009-61		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Figueirópolis do Oeste	<u>UF:</u> MT	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 298.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ARQUIVADO			<u>Data:</u> 08/12/2010	
PROCESSO		INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001341/2009-91		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Tabira	<u>UF:</u> PE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 42	<u>Valor:</u> 730.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ARQUIVADO			<u>Data:</u> 08/12/2010	

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001023/2010-64	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Parauapebas	<u>UF:</u> PA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Prazo:</u> 288	<u>Valor:</u> 44.949.811,30	<u>Indexador:</u> TR
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Situação:</u> ARQUIVADO		<u>Data:</u> 09/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
19408.000262/2010-10	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Carazinho	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 9,75 % a.a	<u>Prazo:</u> 60	<u>Valor:</u> 1.000.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 10/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000342/2010-52	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Rio Verde	<u>UF:</u> GO	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Prazo:</u> 228	<u>Valor:</u> 20.125.106,59	<u>Indexador:</u> TR
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Situação:</u> ARQUIVADO		<u>Data:</u> 10/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001268/2010-91	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Amazonas	<u>UF:</u> AM	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 5,5 % a.a	<u>Prazo:</u> 408	<u>Valor:</u> 600.000.000,00	<u>Indexador:</u> FGTS
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Situação:</u> ARQUIVADO		<u>Data:</u> 13/12/2010		

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
17944.001269/2010-36	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Amazonas	<u>UF:</u> AM	Operação Contratual Interna	6 % a.a	266	200.000.000,00 FGTS
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Situação:</u> ARQUIVADO		<u>Data:</u> 13/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
19406.000380/2010-28	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Ananás	<u>UF:</u> RS	Operação Contratual Interna	4 % a.a	54	500.000,00 TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 13/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
17944.001554/2010-57	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra	<u>UF:</u> RS	Operação Contratual Interna	4 % a.a	72	274.300,00 TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 13/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
19406.000065/2010-09	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Cascavel	<u>UF:</u> PR	Operação Contratual Interna	6 % a.a	96	14.167.000,00 TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 13/12/2010	

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000192/2010-87	<u>Interessado:</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Valor:</u>
	Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete	MG	Operação Contratual Interna	4 % a.a	3.000.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u>		<u>Situação:</u>	<u>Data:</u>	<u>Indexador:</u>
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	13/12/2010	TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001259/2009-01	<u>Interessado:</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Valor:</u>
	Prefeitura Municipal de Itanhém	SP	Operação Contratual Interna	4 % a.a	3.000.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u>		<u>Situação:</u>	<u>Data:</u>	<u>Indexador:</u>
	Caixa Econômica Federal		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	13/12/2010	TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
19406.000477/2010-31	<u>Interessado:</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Valor:</u>
	Prefeitura Municipal de Querência do Norte	PR	Operação Contratual Interna	6 % a.a	50.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u>		<u>Situação:</u>	<u>Data:</u>	<u>Indexador:</u>
	Agência de Fomento do Paraná S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	13/12/2010	TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001346/2010-58	<u>Interessado:</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Valor:</u>
	Prefeitura Municipal de Entre Rios do Minas	MG	Operação Contratual Interna	4 % a.a	330.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u>		<u>Situação:</u>	<u>Data:</u>	<u>Indexador:</u>
	Banco do Brasil S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	14/12/2010	TJLP

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001411/2010-45	<u>INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</u>	<u>UF:</u> BA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 2.500.000,00
	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Guanambi			<u>Prazo:</u> 54	<u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 14/12/2010	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000401/2010-92	<u>INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</u>	<u>UF:</u> CE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 938.000,00
	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Massapê			<u>Prazo:</u> 54	<u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 14/12/2010	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001601/2010-62	<u>INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</u>	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 3.600.000,00
	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Monte Carmelo			<u>Prazo:</u> 180	<u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 14/12/2010	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000122/2010-29	<u>INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</u>	<u>UF:</u> RJ	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 5 % a.a	<u>Valor:</u> 48.440.939,24
	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu			<u>Prazo:</u> 270	<u>Indexador:</u> atualização contas FGTS - atualmente TR
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Data:</u> 14/12/2010	

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000854/2010-19	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Osasco	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 1,9 % a.a	<u>Valor:</u> 31.035.429,78
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		<u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Prazo:</u> 114	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000163/2010-15	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Santo André	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Valor:</u> 45.000.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Prazo:</u> 281	<u>Indexador:</u> Igual à das contas do FGTS (atualmente TR)
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001616/2010-21	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Bento Abade	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 400.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Prazo:</u> 54	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001165/2009-69	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste	<u>UF:</u> MS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 1.250.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Prazo:</u> 54	<u>Indexador:</u> TJLP

Data: 14/12/2010

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000940/2010-98	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Vargem Bonita <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 180	<u>Valor:</u> 600.000,00 <u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 14/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000415/2010-29	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Bagé <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 2.000.000,00 <u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 15/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000740/2010-79	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Desterro do Melo <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 66	<u>Valor:</u> 346.259,39 <u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 15/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000158/2010-13	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> RJ	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 8 % a.a	<u>Prazo:</u> 270	<u>Valor:</u> 60.737.300,00 <u>Indexador:</u> Igual à atualização das contas do FGTS
			<u>Situação:</u> ARQUIVADO		<u>Data:</u> 15/12/2010	

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001248/2010-11	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Pernambuco <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>UF:</u> PE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 1,9 % a.a	<u>Prazo:</u> 180	<u>Valor:</u> 400.000.000,00 <u>Indexador:</u> T.JLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 16/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000175/2010-40	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Anápolis <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> GO	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Prazo:</u> 288	<u>Valor:</u> 57.424.636,91 <u>Indexador:</u> TR
			<u>Situação:</u> ARQUIVADO		<u>Data:</u> 16/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001371/2010-31	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Camacan <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	<u>UF:</u> BA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 60	<u>Valor:</u> 1.500.000,00 <u>Indexador:</u> T.JLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 16/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001372/2010-86	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Camacan <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	<u>UF:</u> BA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Prazo:</u> 98	<u>Valor:</u> 1.000.000,00 <u>Indexador:</u> T.JLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 16/12/2010	

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Indexador:</u>
17944.001115/2009-19	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Caminha	<u>UF:</u> GO	Operação Contratual Interna	4 % a.a	54	485.000,00	T.JLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ARQUIVADO			<u>Data:</u> 16/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Indexador:</u>
17944.000317/2010-79	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Corrego do Bom Jesus	<u>UF:</u> MG	Operação Contratual Interna	4 % a.a	66	192.819,85	T.JLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			<u>Data:</u> 16/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Indexador:</u>
17844.000501/2010-19	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Fortaleza	<u>UF:</u> CE	Operação Contratual Interna	1,9 % a.a	120	68.431.480,00	T.JLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			<u>Data:</u> 16/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Indexador:</u>
19408.000183/2010-17	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas	<u>UF:</u> RS	Operação Contratual Interna	4 % a.a	54	1.250.000,00	T.JLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Ampla Energia e Serviços S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			<u>Data:</u> 16/12/2010	

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19405.000455/2010-71	<u>UF:</u> PR <u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Igatu <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Prazo:</u> 96	<u>Valor:</u> 300.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 16/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000055/2010-42	<u>UF:</u> MG <u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Muriae <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Prazo:</u> 267	<u>Valor:</u> 10.000.000,00	<u>Indexador:</u> TR
		<u>Situação:</u> ARQUIVADO		<u>Data:</u> 16/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000727/2010-10	<u>UF:</u> MG <u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Nova Lima <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Prazo:</u> 284	<u>Valor:</u> 35.150.000,00	<u>Indexador:</u> Igual ao das contas do FGTS (Atualmente TR)
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 16/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001072/2009-63	<u>UF:</u> GO <u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Padre Bernardo <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 1.000.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Situação:</u> ARQUIVADO		<u>Data:</u> 16/12/2010		

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:
17944.000786/2009-54	Interessado: Prefeitura Municipal de Paragominas	UF: PA	Operação Contratual Interna	4 % a.a	54	1.500.000,00	TJLP
	Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A		Situação: ARQUIVADO			Data: 16/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:
17944.000135/2010-06	Interessado: Governo do Estado do Pará	UF: PA	Operação Contratual Interna	6 % a.a	288	66.780.000,00	TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Situação: ARQUIVADO			Data: 17/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:
17944.000951/2010-10	Interessado: Prefeitura Municipal de Alfenas	UF: MG	Operação Contratual Interna	4 % a.a	180	6.000.000,00	TJLP
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Situação: ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			Data: 17/12/2010	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
			Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:
17944.000777/2010-05	Interessado: Prefeitura Municipal de Alfenas	UF: MG	Operação Contratual Interna	4 % a.a	180	5.000.000,00	TJLP
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Situação: ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			Data: 17/12/2010	

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001287/2008-01	<u>INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Valor:</u>
	<u>Interessado:</u>	RJ	Operação Contratual Interna	6 % a.a	256
	<u>Instituição Financeira:</u>		<u>Situação:</u>	<u>Data:</u>	<u>Indexador:</u>
	Caixa Econômica Federal		ARQUIVADO	17/12/2010	25.000.900,00 TR
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000026/2010-70	<u>INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Valor:</u>
	<u>Interessado:</u>	SP	Operação Contratual Interna	6 % a.a	267
	<u>Instituição Financeira:</u>		<u>Situação:</u>	<u>Data:</u>	<u>Indexador:</u>
	Caixa Econômica Federal		ARQUIVADO	17/12/2010	22.469.654,91 TR
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001599/2010-21	<u>INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Valor:</u>
	<u>Interessado:</u>	MG	Operação Contratual Interna	4 % a.a	72
	<u>Instituição Financeira:</u>		<u>Situação:</u>	<u>Data:</u>	<u>Indexador:</u>
	Banco do Brasil S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	17/12/2010	123.000,00 TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
19406.000020/2010-26	<u>INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Valor:</u>
	<u>Interessado:</u>	PR	Operação Contratual Interna	4 % a.a	72
	<u>Instituição Financeira:</u>		<u>Situação:</u>	<u>Data:</u>	<u>Indexador:</u>
	Caixa Econômica Federal		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	17/12/2010	1.060.000,00 TJLP

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001704/2009-99	<u>Interessado:</u>	<u>UF:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
	Prefeitura Municipal de Luz	MG	4 % a.a	54	1.250.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u>				<u>Indexador:</u>
	Caixa Econômica Federal				TJLP
		<u>Situação:</u>		<u>Data:</u>	
		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		17/12/2010	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000916/2010-92	<u>Interessado:</u>	<u>UF:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
	Prefeitura Municipal de Nova Belém	MG	4 % a.a	72	359.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u>				<u>Indexador:</u>
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A				TJLP
		<u>Situação:</u>		<u>Data:</u>	
		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		17/12/2010	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000593/2010-63	<u>Interessado:</u>	<u>UF:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
	Prefeitura Municipal de São José do Jacuipé	BA	6 % a.a	96	900.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u>				<u>Indexador:</u>
	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A				TJLP
		<u>Situação:</u>		<u>Data:</u>	
		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		17/12/2010	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000692/2010-19	<u>Interessado:</u>	<u>UF:</u>	<u>Juros:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
	Prefeitura Municipal de São José do Jacuipé	BA	4 % a.a	60	400.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u>				<u>Indexador:</u>
	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A				TJLP
		<u>Situação:</u>		<u>Data:</u>	
		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		17/12/2010	

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS									
Período de 01/12/2010 a 31/12/2010									
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES							
19406.000475/2010-41	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Severiano de Almeida <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 10,75 % a.a	<u>Prazo:</u> 60	<u>Valor:</u> 321.454,00	<u>Indexador:</u> TJLP	<u>Data:</u> 17/12/2010	
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)						
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES							
19406.000488/2010-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 1.100.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP	<u>Data:</u> 20/12/2010	
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)						
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES							
17944.001105/2010-17	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itumirim <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 66	<u>Valor:</u> 678.840,54	<u>Indexador:</u> TJLP	<u>Data:</u> 20/12/2010	
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)						
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES							
17944.000161/2010-26	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São João de Meriti <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> RJ	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Prazo:</u> 288	<u>Valor:</u> 50.074.939,06	<u>Indexador:</u> TR	<u>Data:</u> 20/12/2010	
			<u>Situação:</u> ARQUIVADO						

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001561/2009-96	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira <u>UF:</u> RJ <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 995.000,00	<u>Indexador:</u> T.JLP	
		<u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Data:</u> 21/12/2010				
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001603/2010-51	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste <u>UF:</u> MG <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 180	<u>Valor:</u> 1.000.000,00	<u>Indexador:</u> T.JLP	
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 21/12/2010				
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001342/2009-36	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Quatis <u>UF:</u> RJ <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4,5 % a.a	<u>Prazo:</u> 70	<u>Valor:</u> 790.600,00	<u>Indexador:</u> Não há	
		<u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Data:</u> 21/12/2010				
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001690/2009-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Glória de Dourados <u>UF:</u> MS <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 548.600,00	<u>Indexador:</u> T.JLP	
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 22/12/2010				

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001617/2010-76	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Quatel Geral	<u>UF:</u> MG	<u> Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 123.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 22/12/2010	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001346/2009-14	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Soriso	<u>UF:</u> MT	<u> Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 24	<u>Valor:</u> 1.141.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 22/12/2010	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001619/2010-64	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Soriso	<u>UF:</u> MT	<u> Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 24	<u>Valor:</u> 695.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 22/12/2010	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19405.000488/2009-14	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Valos	<u>UF:</u> RS	<u> Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 38	<u>Valor:</u> 800.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 23/12/2010	<u>Indexador:</u> TJLP

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS									
Período de 01/12/2010 a 31/12/2010									
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
19406.000408/2009-93	Interessado: Prefeitura Municipal de Manoel Viana	RS	Operação Contratual Interna	4 % a.a	54	800.000,00	TJLP		
	Instituição Financeira: Caixa Estadual S/A		Situação: ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				Data: 23/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
17944.000120/2010-30	Interessado: Prefeitura Municipal de Parópolis	RJ	Operação Contratual Interna	5 % a.a	273	19.000.000,00	TR		
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Situação: ARQUIVADO				Data: 23/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
17944.001628/2010-55	Interessado: Prefeitura Municipal de Pirajuba	MG	Operação Contratual Interna	4 % a.a	180	1.850.000,00	TJLP		
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Situação: ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				Data: 23/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
17944.000803/2010-97	Interessado: Governo do Estado do Amapá	AM	Operação Contratual Interna	1,9 % a.a	180	400.000.000,00	TJLP		
	Instituição Financeira: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		Situação: ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				Data: 24/12/2010		

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001182/2009-25	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Aquiraz	<u>UF:</u> CE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a a	<u>Valor:</u> 2.968.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 27/12/2010	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000601/2010-45	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Belford Roxo	<u>UF:</u> RJ	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 5 % a a	<u>Valor:</u> 55.889.817,84
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Data:</u> 27/12/2010	<u>Indexador:</u> Idêntica às contas do FGTS (atualmente a TR)
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
19408.000232/2010-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Canoas	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a a	<u>Valor:</u> 3.000.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 28/12/2010	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001025/2010-53	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Ilíngá	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a a	<u>Valor:</u> 547.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 28/12/2010	<u>Indexador:</u> TJLP

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000681/2010-39	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Lagoa dos Patos <u>UF:</u> MG <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a.	<u>Prazo:</u> 66	<u>Valor:</u> 187.983,65	<u>Indexador:</u> TJLP	
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 28/12/2010				
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000673/2010-45	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Lagoa dos Patos <u>UF:</u> MG <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a.	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 396.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP	
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 28/12/2010				
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000212/2010-10	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Maricá <u>UF:</u> RJ <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 5 % a.a.	<u>Prazo:</u> 288	<u>Valor:</u> 51.018.091,98	<u>Indexador:</u> TR	
		<u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Data:</u> 28/12/2010				
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000889/2010-93	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Monte <u>UF:</u> MG <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a.	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 550.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP	
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 28/12/2010				

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001492/2010-83	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Senador Firmino <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 60	<u>Valor:</u> 499.698,93
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 28/12/2010		<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001702/2009-09	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Acre <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> AC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 5 % a.a	<u>Prazo:</u> 288	<u>Valor:</u> 11.592.000,00
			<u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Data:</u> 29/12/2010		<u>Indexador:</u> TR
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001611/2010-06	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Balaçópolis <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	<u>UF:</u> BA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Prazo:</u> 96	<u>Valor:</u> 920.000,00
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 29/12/2010		<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000318/2010-35	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de União da Vitória <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 60	<u>Valor:</u> 1.320.177,00
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 29/12/2010		<u>Indexador:</u> TJLP

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000276/2010-33	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de União da Vitória <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Valor:</u> 2.099.710,41	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 29/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000272/2010-55	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de União da Vitória <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Valor:</u> 1.148.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 29/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000365/2010-67	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Votorantim <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 5 % a.a	<u>Valor:</u> 20.000.000,00	<u>Indexador:</u> TR
			<u>Situação:</u> ARQUIVADO	<u>Data:</u> 29/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000423/2010-75	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itaboraí do Sul <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 850.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 30/12/2010		

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS									
Período de 01/12/2010 a 31/12/2010									
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES							
19406.000416/2010-73	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal do Morinhos do Sul	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 66	<u>Valor:</u> 396.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP		
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 30/12/2010					
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES							
19406.000616/2009-66	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Uruguiana	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 3.000.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP		
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 30/12/2010					
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES							
17944.000292/2010-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Moji-Mirim	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 3.000.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP		
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 31/12/2010					
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES							
17944.001642/2010-59	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Piumhi	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 1.032.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP		
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 31/12/2010					

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2010 a 31/12/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001839/2010-35	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São José da Barra <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 1.000.000,00 T.J.P	<u>Indexador:</u> T.J.P
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 31/12/2010		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001361/2010-04	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Roque de Minas <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 180	<u>Valor:</u> 1.200.000,00 T.J.P	<u>Indexador:</u> T.J.P
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 31/12/2010		

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 27/01/2011

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS				Período de 01/12/2010 a 31/12/2010
TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)	
Município	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	5	4.720.000,00	
Município	Agência de Fomento do Paraná S/A	6	19.084.887,41	
Município	Ampla Energia e Serviços S/A	1	1.250.000,00	
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	21	29.858.612,36	
Município	Banco do Brasil S/A	31	30.583.850,00	
Município	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	1	1.100.000,00	
Município	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	3	1.296.466.909,78	
Município	Caixa Econômica Federal	23	580.058.180,11	
Município	Caixa Estadual S/A	5	5.821.454,00	
Totais das Operações dos Municípios:			96	1.969.741.893,64
Estado	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	2	800.000.000,00	
Estado	Caixa Econômica Federal	4	878.372.000,00	
Totais das Operações dos Estados:			6	1.678.372.000,00
Totais das Operações:			102	3.648.113.893,64

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 26/01/2011

UF	Relação DCL/RCL													
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	30/4/09	30/8/09	31/12/09	30/4/10	30/8/10
AC	1,04	0,83	0,71	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,24	0,23	0,30	0,37	0,35	0,39
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,61	2,25	2,21	2,04	1,97	1,91	1,85	1,81	1,74	1,53
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,09	0,10	0,24	0,17	0,39
AP	0,05	0,05	0,28	0,28	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	-0,06	-0,03	0,11	0,06	-0,02
BA	1,64	1,71	1,81	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,65	0,59	0,63	0,51	0,49
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,39	0,24	0,12	0,07	0,17	0,09	0,12
DF	0,36	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,08	0,09	0,17	0,14	0,11
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,06	0,04	0,08	0,08	0,12
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,30	1,26	1,28	1,16	1,28
MA	2,58	2,16	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,78	0,60	0,68	0,60	0,61
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,72	1,73	1,79	1,74	1,71
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,11	1,09	1,15	1,17	1,18
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,47	0,54	0,52	0,51
PA	0,57	0,61	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,20	0,24	0,17	0,19
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,40	0,36	0,34	0,32	0,30
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,35	0,32	0,43	0,37	0,35
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,83	0,78	0,60	0,57	0,52	0,60	0,59	0,59
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,14	1,10	1,12	1,05	0,86
RJ	2,07	1,00	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,43	1,50	1,63	1,50	1,42
RN	0,71	0,54	0,63	0,53	0,38	0,33	0,26	0,22	0,19	0,12	0,12	0,17	0,16	0,15
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,49	0,44	0,53	0,49	0,42
RR	0,31	0,29	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,09	0,12	0,31	0,20	-0,02
RS	2,66	2,31	2,79	2,80	2,85	2,58	2,53	2,54	2,34	2,23	2,21	2,30	2,20	2,12
SC	1,83	1,45	1,93	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,55	0,61	0,54	0,53
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,37	0,42	0,22	0,18	0,22	0,27	0,25	0,28
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,48	1,45	1,50	1,51	1,46
TO	0,35	0,27	0,37	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,06	0,04	0,11	0,06	0,13
Total	1,76	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,09	1,06	1,13	1,08	1,06

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISFN em cumprimento à Portaria STN nº 108/03,
Relatórios Fiscais disponibilizados no Internet ou encaminhados pelos Estados
ou, - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 30/8/2010 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal de 3º Quadrimestre de 2010 homologados e publicados até 28/01/2011 no SISFN.

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Quadrimestre de 2010

data-base 30/8/2010

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 17/11/2010

UF	Nome do Município	Cód. IBGE Estado	Cód. IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 2º Quadr	RCL 2º Quadr	% DCL/RCL
AC	CRUZEIRO DO SUL	12	20	3	(8.493.718,39)	61.171.733,59	-13,89
AC	RIO BRANCO	12	40	1	(13.874.850,43)	353.621.943,65	-3,92
AL	ÁGUA BRANCA	27	10	2	10.091,06	21.229.489,12	0,05
AL	CAPELA	27	170	4	(959.407,12)	23.691.300,64	-4,05
AL	JACUIPE	27	350	2	485.226,37	12.091.302,38	4,01
AL	JEQUIÁ DA PRAIA	27	375	9	(250.101,78)	18.490.362,72	-1,35
AL	MACEIO	27	430	2	75.254.669,02	982.950.904,59	7,66
AL	MARECHAL DEODORO	27	470	8	(2.842.455,59)	69.410.281,72	-4,10
AL	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	27	570	5	(1.540.099,42)	22.932.289,27	-6,72
AL	PENEDO	27	670	3	6.716.540,79	67.644.720,84	9,93
AL	SÃO SEBASTIAO	27	880	8	271.851,12	38.754.387,50	0,74
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	27	895	6	68.655,76	15.262.965,26	0,45
AL	VICOSA	27	940	0	221.972,63	28.625.048,23	0,78
AM	MANAUS	13	280	3	(367.816.730,33)	2.108.500.669,48	-17,44
BA	ACAJUTIBA	29	30	6	1.073.688,46	13.779.450,27	7,79
BA	ADUSTINA	29	35	5	2.031.595,47	16.946.111,68	11,99
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	27.398.306,45	124.023.962,09	22,09
BA	AMELIA RODRIGUES	29	110	6	(2.109.736,94)	24.450.580,84	-8,83
BA	AMÉRICA DOURADA	29	115	5	476.071,36	18.970.068,10	2,51
BA	ANDORINHA	29	135	3	105.578,38	19.313.168,99	0,55
BA	ANGICAL	29	140	3	13.016.913,01	17.387.098,21	74,95
BA	ANGUERA	29	150	2	1.521.118,60	9.223.624,50	16,49
BA	ANTONIO CARDOSO	29	170	0	9.817.427,61	13.533.471,82	73,28
BA	ARACAS	29	205	4	(1.352.324,00)	26.883.346,89	-5,03
BA	ARACI	29	210	4	37.961.865,90	56.307.843,80	67,42
BA	BAIANÓPOLIS	29	250	0	5.720.401,98	16.811.251,46	34,03
BA	BARRA	29	270	8	(3.450.685,56)	51.954.331,21	-6,64
BA	BARRA DA ESTIVA	29	280	7	1.564.069,38	21.764.769,05	7,19
BA	BARREIRAS	29	320	1	84.049.168,79	149.832.069,52	56,10
BA	BARROCAS	29	327	6	(6.654.722,59)	21.300.201,79	-31,24
BA	BONINAL	29	400	1	16.104.430,23	15.510.178,64	103,83
BA	BREJOLÂNDIA	29	440	7	576.696,54	9.667.603,06	5,97
BA	BURITIRAMA	29	475	3	(3.159.258,58)	23.315.316,29	-13,55
BA	CAATIBA	29	480	3	2.380.369,41	11.787.968,77	20,28
BA	CACHOEIRA	29	490	2	(3.726.450,91)	28.085.725,86	-12,81
BA	CACULÉ	29	500	8	3.914.773,25	22.055.417,64	17,75
BA	CAETITE	29	520	6	19.821.883,92	43.766.093,06	44,83
BA	CALDEIRÃO GRANDE	29	550	3	492.042,33	17.663.782,13	2,79
BA	CAMACAN	29	560	2	17.965.863,39	29.455.357,47	60,99
BA	CAMACARI	29	570	1	336.924.712,76	535.421.525,13	63,30
BA	CAMPO FORMOSO	29	600	6	16.057.298,53	71.681.364,44	22,40
BA	CANDIBA	29	660	0	(488.782,22)	12.052.845,30	-4,06
BA	CARDEAL DA SILVA	29	700	4	548.817,53	13.122.513,58	4,18
BA	CARINHANHA	29	710	3	7.805.021,61	30.768.588,41	25,37
BA	CATOLÂNDIA	29	740	0	348.378,23	7.135.237,47	4,89
BA	CATURAMA	29	755	8	960.539,30	9.808.420,41	9,79
BA	CIPO	29	790	5	7.532.974,71	18.414.395,70	40,81
BA	COGOS	29	810	1	(358.533,14)	26.524.417,40	-1,35
BA	CONCEIÇÃO DA FEIRA	29	820	0	(1.937.074,02)	20.223.800,57	-9,58
BA	CONCEIÇÃO DO COITÉ	29	840	8	17.314.359,48	52.848.800,97	32,76
BA	CONDE	29	860	6	1.007.486,81	28.595.686,93	3,52
BA	CORRENTINA	29	930	7	8.485.680,06	49.075.031,06	17,33
BA	COTEGIPE	29	940	6	1.227.064,62	16.859.606,72	7,28
BA	DIAS D'ÁVILA	29	1005	7	17.644.203,59	78.834.854,44	22,40
BA	ELUNAPOLIS	29	1072	7	54.878.685,22	122.667.053,88	44,69
BA	FEIRA DA MATA	29	1077	6	2.432.530,03	8.707.116,46	27,54
BA	FEIRA DE SANTANA	29	1080	0	114.137.613,43	473.993.525,37	24,08
BA	FLORESTA AZUL	29	1100	6	4.239.376,25	11.830.817,11	35,83
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	29	1110	5	(296.126,88)	35.433.813,84	-0,84
BA	GANDU	29	1120	4	(1.960.099,28)	28.476.789,20	-6,88

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	GUANAMBI	29	1170	9	6.540.842,70	68.673.363,67	10,52
BA	IBIPITANGA	29	1250	9	2.123.534,85	14.986.709,79	14,17
BA	IBITIARA	29	1300	2	(777.737,87)	16.389.909,80	-4,75
BA	IGAPORA	29	1340	8	(1.917.247,08)	18.322.456,52	-10,46
BA	IGUAI	29	1350	7	5.568.632,86	25.101.405,04	22,18
BA	IPECAETA	29	1380	4	7.003.773,18	19.107.689,54	36,65
BA	IRAJUBA	29	1420	8	(711.246,97)	19.396.167,66	-3,67
BA	IRECE	29	1480	4	(4.523.615,91)	84.012.030,54	-5,38
BA	ITABUNA	29	1480	2	140.076.310,65	193.388.485,76	72,43
BA	ITAMBE	29	1680	9	10.776.873,15	25.736.157,73	41,87
BA	ITANHÉM	29	1800	5	(1.595.293,49)	21.476.479,05	-7,43
BA	ITAQUARA	29	1870	8	246.382,76	9.547.366,06	2,58
BA	ITIRUCU	29	1690	6	(1.874.690,17)	15.325.113,72	-12,23
BA	JABORANDI	29	1735	9	(8.273.992,83)	18.319.535,44	-45,16
BA	JEREMOABO	29	1810	0	20.020.848,96	35.732.200,93	56,03
BA	JOAO DOURADO	29	1835	7	(1.571.582,78)	22.311.615,28	-7,04
BA	JUCURUCU	29	1845	6	11.309.919,47	13.073.686,02	86,51
BA	LAGOA REAL	29	1875	3	3.766.945,97	15.999.287,80	23,54
BA	LAJE	29	1880	3	4.722.816,68	28.619.683,98	16,50
BA	LAJEDINHO	29	1900	9	(1.751.817,22)	7.587.928,97	-23,09
BA	LAMARAO	29	1910	8	4.528.531,22	11.830.868,59	38,28
BA	LAURO DE FREITAS	29	1920	7	(29.757.365,86)	235.861.266,04	-12,62
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	29	1950	4	(953.137,43)	37.087.407,60	-2,57
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	29	1955	3	(1.297.040,28)	86.322.126,98	-1,50
BA	MACARANI	29	1970	2	(1.043.471,72)	19.355.323,01	-5,39
BA	MAIQUINIQUE	29	2000	7	(387.954,35)	9.388.636,50	-4,13
BA	MAIRI	29	2010	6	3.299.342,33	21.939.959,42	15,04
BA	MANSIDAO	29	2045	2	770.075,64	15.082.152,85	5,11
BA	MARACAS	29	2050	2	(1.052.723,06)	27.062.881,68	-3,89
BA	MARAGOGIPE	29	2060	1	15.945.995,05	50.627.466,23	31,50
BA	MATA DE SAO JOAO	29	2100	5	9.839.999,32	76.679.266,69	12,57
BA	MATINA	29	2105	4	2.760.078,45	14.333.805,69	19,26
BA	MIRANGABA	29	2140	1	3.490.056,71	22.698.787,65	15,38
BA	MORRO DO CHAPEU	29	2170	8	735.408,64	33.768.128,41	2,18
BA	MORTUGABA	29	2180	7	5.253.493,41	13.933.860,61	37,70
BA	MUCUGE	29	2190	6	3.406.209,19	16.934.701,16	20,11
BA	MUNIZ FERREIRA	29	2220	1	(204.781,36)	8.779.231,03	-2,33
BA	NORDESTINA	29	2265	8	252.924,04	20.146.839,09	1,26
BA	NOVA FATIMA	29	2273	0	(2.649.305,23)	10.012.686,20	-26,46
BA	NOVO HORIZONTE	29	2303	5	4.878.159,83	11.840.135,04	41,20
BA	OLINDINA	29	2310	0	(536.972,46)	24.906.157,28	-2,16
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	29	2320	9	(1.424.780,38)	23.345.474,60	-6,10
BA	OURICANGAS	29	2330	8	1.448.328,48	10.077.080,22	14,37
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	29	2340	7	7.878.148,12	24.560.463,57	32,08
BA	PALMEIRAS	29	2350	6	(749.327,91)	9.246.215,26	-8,10
BA	PARAMIRIM	29	2360	5	1.422.512,34	24.342.538,28	5,84
BA	PEDRAO	29	2410	8	-	8.119.198,16	0,00
BA	PIRITIBA	29	2480	1	1.566.430,83	21.522.470,56	7,28
BA	POJUCA	29	2520	4	7.557.233,21	73.531.127,37	10,28
BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	29	2575	8	7.237.061,50	29.034.753,80	24,93
BA	QUIJINGUE	29	2680	7	7.632.528,57	29.961.545,90	25,47
BA	RIACHAO DAS NEVES	29	2620	2	2.715.026,86	28.450.407,39	9,54
BA	RIACHAO DO JACUIPE	29	2630	1	(595.671,72)	30.499.242,52	-1,95
BA	RIBEIRA DO AMPARO	29	2650	9	(1.722.883,66)	19.264.427,09	-8,94
BA	RIBEIRA DO POMBAL	29	2660	8	32.682.221,31	48.361.768,04	67,58
BA	RIO DE CONTAS	29	2670	7	-	12.861.518,13	0,00
BA	RIO DO PIRES	29	2690	5	(710.573,77)	12.627.558,30	-5,63
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.509.381.756,01	2.762.088.999,41	54,65
BA	SANTA INES	29	2790	3	1.347.124,34	11.549.410,01	11,66
BA	SANTA RITA DE CASSIA	29	2840	6	-	26.752.812,67	0,00
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	29	2870	3	(6.477.768,49)	85.491.622,34	-7,58
BA	SANTO ESTEVAO	29	2880	2	(4.765.499,30)	42.602.255,01	-11,16
BA	SAO FELIX	29	2900	8	7.888.546,46	23.155.906,68	34,07
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	29	2930	5	(2.522.799,06)	30.463.016,50	-8,28
BA	SAO JOSE DO JACUIPE	29	2937	0	31.471,58	12.357.493,82	0,26

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	SAPEACU	29	2960	2	4.194.058,74	19.058.375,25	22,04
BA	SENHOR DO BONFIM	29	3010	5	2.793.273,16	68.189.421,66	4,10
BA	SERRINHA	29	3050	1	22.726.722,36	71.156.318,47	31,94
BA	SOUTO SOARES	29	3080	8	5.608.065,38	21.289.971,28	26,34
BA	TABOAS DO BREJO VELHO	29	3090	7	2.191.732,56	14.382.403,42	15,24
BA	TANQUE NOVO	29	3105	3	1.351.546,35	17.996.817,54	7,51
BA	TANQUINHO	29	3110	3	(1.132.308,71)	8.322.239,01	-13,81
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	29	3135	0	38.711.634,19	132.345.391,92	30,01
BA	TERRA NOVA	29	3170	7	5.518.323,68	14.433.506,28	38,23
BA	UAUA	29	3200	2	1.189.665,80	25.874.662,11	4,52
BA	UBAIRA	29	3210	1	(2.691.669,75)	20.995.121,17	-12,82
BA	UIBAI	29	3240	8	(1.253.414,20)	14.526.106,33	-8,63
BA	URANDI	29	3280	6	6.551.982,98	18.634.301,57	39,39
BA	VALENÇA	29	3290	3	(4.710.868,90)	75.959.395,46	-6,20
BA	VARZEA DA ROÇA	29	3305	9	2.257.654,83	15.720.261,53	14,36
BA	VARZEA DO POÇO	29	3310	8	585.191,82	9.648.676,83	6,06
BA	VARZEDO	29	3317	4	(438.702,19)	10.072.038,79	-4,37
BA	VEREDA	29	3325	7	4.648.162,65	10.217.311,26	45,49
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	29	3330	7	93.718.971,39	299.934.097,23	31,25
BA	WENCESLAU GUIMARAES	29	3350	5	(5.351.206,39)	32.173.029,01	-16,63
BA	XIQUE-XIQUE	29	3360	4	332.268,22	50.923.139,88	0,65
CE	ACÓPIARA	23	30	9	6.369.986,60	48.241.796,99	13,20
CE	AQUIRAZ	23	100	0	11.593.258,68	86.738.339,23	13,37
CE	ARACATI	23	110	9	859.463,57	72.529.508,16	1,18
CE	ARATUBA	23	140	6	597.635,96	17.234.487,58	3,47
CE	BARBALHA	23	190	1	369.432,00	89.013.484,24	0,42
CE	BEBERIBE	23	220	6	3.177.023,54	51.507.898,91	6,17
CE	BREJO SANTO	23	250	3	(5.724.013,66)	42.046.468,12	-13,61
CE	CANINDE	23	280	0	17.248.022,00	78.449.123,00	21,99
CE	CASCAVEL	23	350	1	2.282.602,98	63.141.247,89	3,62
CE	CAUCAIA	23	370	9	(25.758.458,20)	300.656.665,14	-8,57
CE	CEDRO	23	380	8	1.000.221,71	27.439.276,13	3,65
CE	CRATO	23	420	2	10.816.826,19	111.852.720,81	9,67
CE	FORTALEZA	23	440	0	(117.514.877,00)	2.877.362.504,00	-4,08
CE	FORTIM	23	445	8	1.564.921,48	18.877.408,34	8,29
CE	HORIZONTE	23	523	3	(2.546.818,15)	74.505.329,45	-3,42
CE	IGUATU	23	550	6	4.405.321,38	98.805.391,98	4,46
CE	IRAUCUBA	23	610	8	2.228.626,36	26.314.198,26	8,47
CE	ITAIPETINGA	23	625	6	(669.470,88)	35.646.447,51	-1,88
CE	ITAREMA	23	655	3	(12.063.164,19)	42.015.105,81	-28,71
CE	JARDIM	23	710	6	(2.853.295,09)	32.302.696,80	-8,63
CE	JUAZEIRO DO NORTE	23	730	4	(8.904.385,61)	226.424.508,06	-3,93
CE	MARACANAÚ	23	765	0	1.720.804,68	302.914.519,38	0,57
CE	MARANGUAPE	23	770	0	4.223.350,11	91.853.487,73	4,60
CE	MASSAPE	23	800	5	17.278.071,81	32.253.903,24	53,57
CE	MILAGRES	23	830	2	(1.632.251,90)	27.116.568,30	-6,02
CE	PACAJUS	23	950	7	(1.431.885,52)	58.669.449,65	-2,44
CE	PENAFORTE	23	1060	5	(2.197.876,30)	12.663.591,13	-17,35
CE	QUIXADA	23	1130	6	7.846.392,99	70.950.522,04	11,06
CE	SENADOR POMPEU	23	1270	0	7.107.062,19	27.757.323,79	25,80
CE	SOBRAL	23	1290	8	(24.561.180,00)	281.117.000,00	-8,74
CE	TIANGUA	23	1340	1	150.972,51	69.223.677,74	0,22
CE	VARZEA ALEGRE	23	1400	3	3.310.788,26	31.345.955,14	10,56
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	(47.213.689,00)	211.568.769,00	-22,32
ES	GUARAPARI	32	240	5	3.479.450,33	136.858.619,37	2,54
ES	LINHARES	32	320	5	(3.386.913,23)	279.556.630,39	-1,21
ES	NOVA VENÉCIA	32	390	8	1.976.678,36	86.540.371,03	2,97
ES	SÃO DOMINGOS DO NORTE	32	465	8	(2.635.420,61)	15.389.415,62	-17,12
ES	SÃO MATEUS	32	490	6	20.678.363,65	158.589.861,54	13,04
ES	SÃO ROQUE DO CANAÃ	32	495	5	(2.839.852,67)	16.602.450,43	-17,11
ES	SERRA	32	500	2	59.183.602,59	627.627.066,11	9,43
ES	SOORETAMA	32	501	0	(3.884.137,21)	33.370.287,41	-11,64
ES	VITÓRIA	32	530	9	9.491.918,84	994.913.523,19	0,95
GO	ANAPÓLIS	52	110	8	13.325.948,82	417.857.573,75	3,19
GO	APARECIDA DE GOIANIA	52	140	5	(70.694.236,81)	367.446.568,80	-19,24
GO	CACHOEIRA ALTA	52	410	2	-	13.764.829,29	0,00

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

GO	CAIAPONIA	52	440	9	(1.196.934,62)	20.211.558,00	-17,92
GO	CHAPADAO DO CEU	52	547	1	(1.793.173,00)	26.798.870,00	-6,66
GO	CROMINIA	52	650	3	1.693.826,38	6.463.995,86	26,20
GO	DAMOLANDIA	52	680	0	(555.896,77)	6.349.231,42	-8,76
GO	FIRMINOPOLIS	52	780	8	265.362,39	11.591.517,41	2,29
GO	GOIANIA	52	870	7	157.229.938,05	2.028.727.391,61	7,75
GO	GOIANIRA	52	880	6	(2.663.277,17)	28.888.848,16	-9,22
GO	GOUVELANDIA	52	915	0	413.542,59	10.333.449,20	4,00
GO	GUARAITA	52	929	1	(812.524,50)	6.076.903,59	-13,37
GO	IPORA	52	1020	8	(1.714.792,59)	28.440.422,88	-6,03
GO	ITAPURANGA	52	1120	6	1.992.772,95	24.853.419,30	8,02
GO	ITARUMA	52	1130	5	(302.156,80)	15.175.154,11	-1,99
GO	JANDAIA	52	1170	1	(696.445,06)	11.877.853,28	-7,55
GO	JATAI	52	1190	9	3.560.167,72	130.671.890,06	2,72
GO	MOSSAMEDES	52	1390	5	(1.891.349,40)	8.527.665,60	-22,18
GO	NOVA AMERICA	52	1470	5	(16.620,56)	6.585.586,46	-0,25
GO	NOVA AURORA	52	1480	4	(564.814,59)	6.008.341,55	-9,40
GO	NOVA ROMA	52	1490	3	(234.172,00)	6.414.398,00	-3,65
GO	NOVA VENEZA	52	1500	9	133.752,92	10.469.825,06	1,28
GO	NOVO GAMA	52	1523	1	(2.366.273,22)	61.900.888,73	-3,85
GO	PALESTINA DE GOIAS	52	1565	2	2.732.222,39	7.173.750,45	38,09
GO	RIALMA	52	1860	7	944.189,37	12.459.013,55	7,58
GO	RIANAPOLIS	52	1870	6	(174.429,92)	7.715.122,61	-2,26
GO	RIO VERDE	52	1880	5	5.702.938,87	235.869.553,92	2,42
GO	SANTA FE DE GOIAS	52	1925	8	-	8.910.185,45	0,00
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	52	1930	8	(21.071.494,25)	33.708.360,23	-62,51
GO	SANTA ISABEL	52	1935	7	(4.859.858,68)	9.377.347,77	-51,83
GO	SAO JOAO DA PARAUNA	52	2005	8	(1.566.469,95)	5.911.519,77	-26,50
GO	SENADOR CANEDO	52	2045	4	(29.790.945,89)	176.824.001,27	-16,85
GO	SILVANIA	52	2060	3	1.173.134,52	27.710.021,58	4,23
GO	TRINDADE	52	2140	3	15.833.903,39	57.095.591,70	27,73
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	79.782.736,72	266.452.967,95	29,94
MA	PINHEIRO	21	660	3	(6.033.029,28)	71.790.557,59	-8,40
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	1	(10.125.372,43)	116.558.835,93	-8,69
MA	SAO LUIS	21	1130	0	(254.173.294,00)	1.339.062.829,51	-18,98
MG	AGUA BOA	31	60	9	3.233.213,84	14.907.374,43	21,69
MG	ALFENAS	31	160	7	2.796.432,13	112.953.496,42	2,48
MG	ALVINOPOLIS	31	230	8	4.481.384,24	17.344.829,59	25,84
MG	ARAGUARI	31	350	4	5.418.691,09	129.720.624,53	4,18
MG	ARAXA	31	400	7	49.060.015,78	150.382.111,49	32,62
MG	BELA VISTA DE MINAS	31	600	2	(2.164.305,89)	11.276.914,54	-19,19
MG	BELO HORIZONTE	31	620	0	987.145.872,33	4.514.162.770,18	21,87
MG	BETIM	31	670	5	224.706.462,20	942.024.479,27	23,85
MG	BURITIZEIRO	31	940	2	7.112.581,63	29.512.222,16	24,10
MG	CABO VERDE	31	950	1	(472.936,76)	13.818.391,08	-3,42
MG	CAMPESTRE	31	1100	2	643.068,58	19.416.727,85	3,31
MG	CAMPO BELO	31	1120	0	(8.940.849,10)	54.258.654,19	-16,48
MG	CAMPO DO MEIO	31	1130	9	(1.438.424,35)	14.540.029,09	-9,89
MG	CAMPOS GERAIS	31	1160	6	(7.009.864,78)	25.020.182,76	-28,02
MG	CAPELINHA	31	1230	7	1.300.640,66	30.455.346,73	4,27
MG	CAPITOLIO	31	1280	2	(3.017.928,21)	13.786.366,92	-21,89
MG	CARMO DO PARANAIBA	31	1430	3	47.998,50	30.489.957,72	0,16
MG	CATAGUASES	31	1530	0	(1.080.499,86)	70.285.986,30	-1,54
MG	CLAUDIO	31	1660	5	(4.414.222,34)	28.057.148,15	-15,73
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	31	1730	6	4.540.516,38	37.637.441,56	12,06
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	31	1830	4	19.306.017,27	99.911.759,23	19,32
MG	CONSELHEIRO PENA	31	1840	3	(2.004.556,10)	24.409.082,92	-8,21
MG	COQUEIRAL	31	1870	0	627.263,96	10.620.713,01	5,91
MG	CURVELO	31	2090	4	6.872.989,23	65.822.123,04	10,44
MG	DELFINOPOLIS	31	2120	9	-	18.344.780,82	0,00
MG	DIVINOPOLIS	31	2230	6	29.407.283,11	282.464.471,21	10,41
MG	ENTRE RIOS DE MINAS	31	2390	8	(3.426.940,05)	13.336.700,49	-25,70
MG	ESMERALDAS	31	2410	4	(4.764.398,26)	45.590.433,79	-10,45
MG	ESPERA FELIZ	31	2420	3	(3.523.068,74)	19.487.476,82	-18,08
MG	FORMIGA	31	2510	9	(28.293.141,65)	58.092.490,96	-41,55
MG	FORTALEZA DE MINAS	31	2630	7	-	15.028.232,08	0,00

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	FRUTAL	31	2710	7	3.326.504,01	63.107.926,82	5,27
MG	GONZAGA	31	2750	3	(1.146.600,27)	8.234.629,32	-13,92
MG	GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	77.066.949,11	353.863.045,91	21,78
MG	GUAPE	31	2810	5	(629.633,05)	18.822.785,61	-3,35
MG	GUAXUPE	31	2870	9	(1.326.012,35)	49.580.622,87	-2,67
MG	INGAI	31	3080	4	(1.032.326,50)	6.004.278,65	-17,19
MG	IPATINGA	31	3130	7	51.497.512,76	528.691.452,21	9,78
MG	ITABIRA	31	3170	3	(49.030.655,91)	252.805.683,03	-19,39
MG	ITAJUBA	31	3240	4	(5.478.946,46)	91.346.437,87	-6,00
MG	ITAUNA	31	3380	8	19.556.843,57	118.104.964,17	16,56
MG	ITINGA	31	3400	4	(252.521,18)	14.088.349,55	-1,79
MG	ITUIUTABA	31	3420	2	3.211.933,00	117.421.251,00	2,74
MG	JANALUA	31	3510	0	2.019.664,30	61.111.940,64	3,30
MG	JOÃO MONLEVADE	31	3820	7	(1.649.567,00)	115.033.751,00	-1,43
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	(55.718.126,24)	714.808.347,21	-7,79
MG	LAVRAS	31	3820	3	11.100.410,67	116.440.574,47	9,53
MG	MACHADO	31	3900	3	(4.080.353,36)	39.197.877,11	-10,41
MG	MATA VERDE	31	4055	5	(515.537,04)	9.781.754,84	-5,27
MG	MOEMA	31	4240	3	(770.267,06)	8.679.106,36	-8,87
MG	MONTE SIAO	31	4340	1	(2.793.119,66)	26.159.359,27	-10,68
MG	MURIAE	31	4390	6	(6.494.081,84)	107.173.488,69	-6,06
MG	NOVA ERA	31	4470	6	(5.676.747,10)	25.138.936,42	-22,68
MG	NOVA LIMA	31	4480	5	15.972.454,53	250.826.325,72	6,37
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	(15.218.081,60)	85.551.309,26	-17,79
MG	PARAOPEBA	31	4740	2	(10.436.672,49)	25.358.526,60	-41,16
MG	PASSOS	31	4790	7	7.256.129,64	103.296.489,69	7,02
MG	PATOS DE MINAS	31	4800	4	1.215.119,56	161.295.191,20	0,75
MG	PATROCINIO	31	4810	3	(7.104.982,60)	111.809.485,99	-6,35
MG	PEDRA DO ANTA	31	4880	8	(1.005.542,40)	6.114.317,85	-16,45
MG	PEDRO LEOPOLDO	31	4930	9	(12.506.231,39)	76.099.290,73	-16,43
MG	PIRAPETINGA	31	5110	7	(966.806,11)	16.330.036,19	-6,31
MG	PIRAPORA	31	5120	6	36.291.774,96	88.906.392,01	40,82
MG	POCOS DE CALDAS	31	5180	0	28.075.748,66	403.803.065,57	6,95
MG	PONTE NOVA	31	5210	5	3.782.619,13	90.473.809,08	4,18
MG	POUSO ALEGRE	31	5250	1	17.632.730,84	162.333.910,98	10,86
MG	SABARA	31	5670	0	(11.181.526,96)	116.865.361,41	-9,55
MG	SANTA LUZIA	31	5780	7	(339.464,41)	177.852.179,60	-0,19
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	31	5960	5	(1.042.207,97)	40.487.628,81	-2,57
MG	SAO BENTO ABADE	31	6080	1	-	7.676.331,81	0,00
MG	SAO JOAO DEL REI	31	6250	0	3.760.322,76	90.003.589,87	4,18
MG	SAO JOSE DA BARRA	31	6294	8	-	15.960.358,73	0,00
MG	SAO MIGUEL DO ANTA	31	6380	5	(1.605.370,91)	7.730.018,37	-20,77
MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	31	6470	4	(2.923.756,00)	70.763.466,00	-4,13
MG	TEOFILO OTONI	31	6860	6	22.922.522,35	136.583.713,25	16,78
MG	TIMOTEO	31	6870	5	106.472.659,12	136.780.598,94	77,84
MG	TRES CORACOES	31	6930	7	4.056.210,09	80.731.601,27	5,02
MG	TRES PONTAS	31	6940	6	(1.014.047,17)	59.752.626,32	-1,70
MG	TUPACIGUARA	31	6960	4	3.882.803,03	35.824.130,07	10,84
MG	TURMALINA	31	6970	3	(1.246.871,06)	19.850.387,51	-6,28
MG	UBA	31	6990	1	(42.132.757,78)	85.696.068,19	-49,17
MG	UBERABA	31	7010	7	39.871.330,20	444.020.193,11	8,98
MG	UNAI	31	7040	4	9.710.932,44	96.352.409,26	10,08
MG	VARGINHA	31	7070	1	15.030.881,16	177.496.388,41	8,47
MG	VESPASIANO	31	7120	4	(6.310.741,00)	92.753.792,00	-6,80
MG	VICOSA	31	7130	3	(31.796.198,39)	82.711.062,38	-38,44
MS	ARAL MOREIRA	50	124	3	(3.318.798,31)	17.614.473,60	-18,84
MS	CAARAPO	50	240	7	(3.165.356,78)	37.968.573,78	-8,39
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	(83.979.357,32)	1.408.718.635,82	-5,97
MS	NAVIRAI	50	570	7	(749.449,28)	74.314.480,57	-1,01
MS	SANTA RITA DO PARDO	50	765	4	(3.444.834,88)	14.231.870,41	-24,21
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	(3.826.274,60)	172.064.549,92	-2,22
MT	AGUA BOA	51	20	1	(1.456.641,57)	35.264.835,10	-4,13
MT	ALTA FLORESTA	51	25	0	2.542.178,00	65.311.682,00	3,89
MT	ALTO ARAGUAIA	51	30	0	(9.671.164,98)	43.248.380,22	-22,36
MT	ALTO TAQUARI	51	60	7	(912.319,26)	28.036.448,57	-3,25

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MT	APIACÁS	51	80	5	(3.737.896,05)	14.272.555,06	-25,19
MT	ARAGUAIANA	51	100	1	(686.579,56)	8.583.538,11	-8,00
MT	ARIPUANA	51	140	7	(9.141.176,63)	28.980.781,15	-31,54
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	6.272.023,10	79.813.711,21	7,86
MT	CACERES	51	250	4	(5.121.653,06)	81.616.832,75	-6,28
MT	CANABRAVA DO NORTE	51	269	4	(608.278,70)	8.375.170,48	-7,26
MT	CARLINDA	51	279	3	(5.904.388,45)	14.105.659,24	-41,86
MT	CASTANHEIRA	51	285	0	(2.810.623,20)	10.758.722,80	-26,12
MT	CLAUDIA	51	305	6	-	15.847.672,10	0,00
MT	COLIDER	51	320	5	(10.561.143,59)	35.349.420,36	-29,88
MT	COLNIZA	51	325	4	-	31.361.282,28	0,00
MT	CONFRESA	51	335	3	(4.861.385,30)	25.895.917,50	-18,77
MT	CUIABA	51	340	3	397.299.745,93	752.325.786,71	52,81
MT	CURVELANDIA	51	343	7	(1.618.358,70)	6.052.969,42	-25,08
MT	DENISE	51	345	2	(561.274,98)	11.696.704,69	-4,80
MT	DIAMANTINO	51	350	2	(1.870.797,01)	35.987.452,78	-5,20
MT	GAUCHA DO NORTE	51	385	8	(1.337.507,67)	12.577.066,81	-10,63
MT	GUARANTA DO NORTE	51	410	4	(4.764.582,31)	34.970.131,59	-13,68
MT	IPIRANGA DO NORTE	51	452	6	(2.972.957,51)	12.616.434,01	-23,75
MT	ITANHANGA	51	454	2	(1.392.397,48)	8.866.302,19	-15,70
MT	ITAUBA	51	455	8	(235.198,99)	10.597.858,95	-2,22
MT	JUINA	51	515	0	(751.909,24)	49.678.009,81	-1,51
MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	525	9	(32.895.802,25)	74.428.053,10	-43,93
MT	MARCELANDIA	51	558	0	(4.171.872,40)	18.000.530,39	-23,18
MT	MATUPA	51	560	6	(6.502.582,37)	20.815.929,34	-31,24
MT	MIRASSOL D'OESTE	51	562	2	(2.293.976,92)	25.704.047,83	-8,92
MT	NOVA CANAÃ DO NORTE	51	621	6	(3.184.597,60)	15.382.671,35	-20,70
MT	NOVA GUARITA	51	880	8	(2.203.976,35)	8.093.146,74	-27,23
MT	NOVA MUTUM	51	622	4	(7.260.619,12)	55.396.009,35	-13,11
MT	NOVA SANTA HELENA	51	619	0	(2.353.980,88)	7.459.588,43	-31,56
MT	NOVA UBIATA	51	624	0	(1.142.218,93)	15.618.237,09	-7,31
MT	NOVO SÃO JOAQUIM	51	628	1	(1.550.534,67)	14.130.926,75	-10,97
MT	PARANAÍTA	51	629	9	223.069,81	15.416.017,22	1,45
MT	PARANATINGA	51	630	7	1.617.135,33	29.627.425,71	5,46
MT	PEDRA PRETA	51	637	2	4.586.791,89	21.503.345,40	21,33
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	51	642	2	(4.788.776,46)	33.578.897,17	-14,26
MT	POCONE	51	650	5	11.125.835,07	27.818.288,37	40,00
MT	QUERENCIA	51	706	5	(1.727.810,89)	22.830.152,08	-7,54
MT	RIO BRANCO	51	720	6	(4.266.586,49)	9.674.294,77	-44,56
MT	RONDONÓPOLIS	51	760	2	26.304.174,87	286.132.611,65	9,19
MT	SALTÓ DO CEU	51	775	0	(1.177.147,89)	8.147.069,08	-14,45
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	(811.870,26)	9.453.510,83	-8,59
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	51	776	8	(1.170.714,72)	9.542.416,76	-12,14
MT	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	51	730	5	(6.771.741,65)	23.113.822,17	-29,30
MT	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	51	710	7	(12.218.262,04)	20.420.588,82	-59,83
MT	SINOP	51	790	9	(5.475.883,52)	148.366.644,51	-3,69
MT	SORRISO	51	792	5	459.333,46	100.802.524,59	0,46
MT	TABAPORA	51	794	1	(4.373.487,00)	13.610.220,18	-32,13
MT	TAPURAH	51	800	6	(5.527.989,31)	20.314.552,77	-27,21
MT	TERRA NOVA DO NORTE	51	805	5	(4.586.400,93)	16.691.625,24	-28,08
MT	TESOURO	51	810	5	(235.932,39)	5.615.690,52	-3,57
MT	UNIAO DO SUL	51	830	3	(249.141,00)	8.198.154,60	-3,04
MT	VERA	51	850	1	(6.044.476,68)	13.825.508,53	-43,72
MT	VILA RICA	51	860	0	(11.325.584,83)	23.566.230,13	-48,06
PA	ANANINDEUA	15	80	0	50.298.809,37	280.346.600,11	17,94
PA	BELEM	15	140	2	(14.835.468,00)	1.414.348.283,00	-1,05
PA	PARAGOMINAS	15	550	2	(51.743.340,86)	106.367.980,99	-48,64
PA	PARAUPEBAS	15	553	6	7.923.306,44	385.030.431,29	2,06
PA	SANTAREM	15	680	7	(46.629.525,01)	240.325.455,16	-19,40
PB	ALCANTIL	25	53	6	230.836,44	7.341.908,48	3,14
PB	AMPARO	25	73	4	64.114,30	5.694.445,35	1,13
PB	BARRA DE SANTANA	25	157	5	372.128,29	10.118.902,63	3,68
PB	BAYEUX	25	180	7	22.455.881,00	65.996.809,00	34,03
PB	CABACEIRAS	25	310	0	2.141.393,59	7.386.340,10	28,99
PB	CAJAZEIRAS	25	370	4	-	37.471.571,89	0,00
PB	CAMALAU	25	390	2	691.256,36	7.384.918,62	9,36

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PB	CAMPINA GRANDE	25	400	9	186.313.236,83	383.705.817,68	48,56
PB	CATURITE	25	435	5	(312.488,39)	7.263.931,78	-4,30
PB	GADO BRAVO	25	625	1	842.398,06	9.726.987,12	8,66
PB	JOAO PESSOA	25	750	7	(389.407.542,36)	1.001.182.859,42	-38,89
PB	JUAREZ TAVORA	25	760	6	6.057.186,21	8.542.089,60	70,91
PB	PATOS	25	1080	8	15.770.469,79	88.055.671,35	17,91
PB	SERRA REDONDA	25	1580	7	5.858.712,08	7.934.982,29	73,85
PE	ABREU E LIMA	26	5	4	14.170.814,97	69.727.151,24	20,32
PE	AFRANIO	26	20	3	(2.032.414,10)	22.850.610,23	-8,89
PE	AGRESTINA	26	30	2	1.844.776,41	23.993.676,94	7,69
PE	AGUA PRETA	26	40	1	(2.057.878,97)	34.813.713,54	-5,91
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	1.606.286,31	35.205.571,84	4,56
PE	ALAGOINHA	26	60	9	1.488.019,33	15.537.593,89	9,58
PE	ALIANÇA	26	70	8	(1.366.550,46)	34.613.659,76	-3,95
PE	ALTINHO	26	80	7	7.726.064,39	19.727.126,09	39,16
PE	AMARAJI	26	90	6	2.902.837,36	25.329.111,64	11,46
PE	ANGELIM	26	100	3	(550.099,80)	12.754.618,58	-4,31
PE	ARCOVERDE	26	120	1	5.319.341,65	55.032.831,66	9,67
PE	SARRA DE GUABIRABA	26	130	0	(253.084,17)	14.674.489,72	-1,72
PE	BARREIROS	26	140	9	4.176.909,49	35.012.604,51	11,93
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	26	160	7	7.506.401,81	24.581.024,00	30,54
PE	BELO JARDIM	26	170	6	(1.579.427,35)	72.544.828,48	-2,18
PE	BEZERROS	26	190	4	(435.145,20)	47.856.009,32	-0,91
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	(20.000.654,04)	37.542.394,13	-53,27
PE	BONITO	26	230	8	14.771.408,72	37.998.451,02	38,87
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	26	250	5	11.270.053,93	40.890.183,45	27,56
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	(2.134.372,38)	13.297.255,17	-16,05
PE	BUIQUE	26	280	3	(1.810.461,40)	44.168.057,33	-4,10
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	290	2	(75.255.506,53)	315.339.259,61	-23,86
PE	CABROBO	26	300	9	9.743.795,70	32.231.358,00	30,23
PE	CACHOEIRINHA	26	310	8	4.558.172,09	17.312.342,19	26,33
PE	CALUMBI	26	340	5	(1.524.876,05)	8.729.474,00	-17,47
PE	CAMARAGIBE	26	345	4	(11.050.799,53)	137.000.208,42	-8,07
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	26	350	4	-	17.690.338,53	0,00
PE	CAMUTANGA	26	360	3	2.311.197,93	14.542.833,30	15,89
PE	CANHOTOINHO	26	370	2	(707.155,37)	24.668.769,57	-2,87
PE	CAPOEIRAS	26	380	1	1.422.307,33	21.291.689,78	6,68
PE	CARPINA	26	400	7	3.188.647,05	50.734.132,57	6,29
PE	CARUARU	26	410	6	2.905.419,89	277.955.449,48	1,05
PE	CATENDE	26	420	5	20.515.800,10	33.504.860,85	61,23
PE	CEDRO	26	430	4	(1.709.108,33)	13.607.491,07	-12,56
PE	CHA GRANDE	26	450	2	2.278.620,96	25.717.713,90	8,86
PE	CONDADO	26	460	1	14.836.007,00	22.377.577,00	65,40
PE	CORRENTES	26	470	0	(1.034.402,81)	17.781.577,79	-5,82
PE	CUPIRA	26	500	4	4.222.964,92	22.405.606,44	18,85
PE	CUSTODIA	26	510	3	3.568.564,00	42.638.564,00	8,37
PE	DORMENTES	26	515	2	5.291.538,39	19.478.844,00	27,17
PE	ESCADA	26	520	2	1.219.569,23	62.115.587,48	1,96
PE	EXU	26	530	1	(3.682.117,80)	35.082.546,05	-10,50
PE	FEIRA NOVA	26	540	0	954.046,00	19.514.087,00	4,89
PE	FLORESTA	26	570	7	8.790.994,36	46.671.893,59	18,84
PE	FREI MIGUELINHO	26	580	6	3.159.332,17	14.142.312,06	22,34
PE	GAMELEIRA	26	590	5	12.301.853,31	23.927.001,13	51,41
PE	GARANHUNS	26	600	2	(1.058.357,69)	118.665.747,88	-0,89
PE	GLORIA DO GOITA	26	610	1	-	24.570.716,76	0,00
PE	GOIANA	26	620	0	14.416.220,34	100.181.724,18	14,39
PE	IATI	26	650	7	(4.826.860,24)	24.769.547,27	-19,49
PE	IBIMIRIM	26	660	6	5.092.253,94	27.875.414,25	18,27
PE	IGARASSU	26	680	4	(14.749.096,78)	85.059.694,71	-17,34
PE	INAJA	26	700	0	-	17.594.698,76	0,00
PE	INGAZEIRA	26	710	9	(362.018,15)	8.311.059,11	-4,36
PE	IPOJUCA	26	720	8	(85.377.888,14)	291.254.700,37	-29,31
PE	IPUBI	26	730	7	2.032.203,41	30.693.685,00	6,62
PE	ITAIBA	26	750	5	(1.386.172,00)	29.195.248,59	-4,75
PE	ITAMBE	26	765	3	4.294.578,97	29.888.286,55	14,37
PE	ITAPISSUMA	26	775	2	-	35.657.377,35	0,00

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	ITAQUITINGA	26	780	2	(2.034.831,65)	28.424.950,13	-7,96
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	26	790	1	11.279.098,21	509.433.293,82	2,21
PE	JAQUEIRA	26	795	0	2.755.481,71	15.354.721,86	17,95
PE	JATUBA	26	800	8	855.117,53	18.499.823,80	4,62
PE	JOÃO ALFREDO	26	810	7	(2.681.365,07)	27.634.888,31	-9,70
PE	JUCATI	26	825	5	-	13.481.934,59	0,00
PE	JUPI	26	830	5	234.785,03	16.680.339,89	1,41
PE	JUREMA	26	840	4	5.087.445,74	15.528.440,23	32,76
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	1.853.389,00	15.207.407,00	12,19
PE	LAGOA DO ITAENGA	26	850	3	2.445.308,27	27.396.718,29	8,93
PE	LAGOA DO OURO	26	860	2	(4.158.131,66)	16.685.576,97	-24,92
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	(107.213,42)	17.029.163,26	-0,63
PE	LAGOA GRANDE	26	875	0	(1.682.922,23)	26.357.888,91	-6,38
PE	LAJEDO	26	880	0	(3.847.982,53)	36.962.481,29	-10,41
PE	LIMOEIRO	26	890	9	8.069.624,29	46.826.052,70	17,23
PE	MANARI	26	915	4	27.859,54	20.179.589,06	0,14
PE	MARÁIÁ	26	920	4	(1.324.960,34)	15.410.941,26	-8,60
PE	MIRANDIBA	26	930	3	(3.235.952,72)	14.211.969,03	-22,77
PE	MORENO	26	940	2	7.766.666,52	44.713.806,32	17,37
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	4.893.711,00	28.512.344,04	17,16
PE	OLINDA	26	960	0	(74.196.770,63)	315.400.057,06	-23,53
PE	OROCO	26	980	8	926.958,12	16.968.101,00	5,46
PE	OURICURI	26	990	7	27.718.492,99	52.941.911,00	52,36
PE	PALMARES	26	1000	4	(13.747.421,91)	70.162.949,91	-19,59
PE	PANELAS	26	1020	2	(2.575.645,22)	31.887.740,09	-8,08
PE	PARANATAMA	26	1030	1	1.081.119,33	13.419.509,09	8,06
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	2.410.063,76	21.701.388,00	11,11
PE	PAULISTA	26	1070	7	43.736.258,57	218.932.320,47	19,98
PE	PESQUEIRA	26	1090	5	(3.217.983,19)	56.749.394,16	-5,67
PE	PETROLÂNDIA	26	1100	2	(7.990.976,42)	54.876.294,55	-14,58
PE	PETROLINA	26	1110	1	63.682.996,46	296.236.427,12	21,50
PE	POMBOS	26	1130	9	-	27.826.085,05	0,00
PE	PRIMAVERA	26	1140	8	10.653.213,05	15.215.484,12	70,02
PE	RECIFE	26	1160	6	394.600.517,52	2.217.886.086,34	17,79
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	2.989.838,54	21.785.974,17	13,72
PE	RIBEIRÃO	26	1180	4	7.073.063,03	42.237.985,86	16,75
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	-	30.235.445,09	0,00
PE	SAIRE	26	1200	0	8.335.180,42	15.263.264,17	54,61
PE	SALGUEIRO	26	1220	8	(3.692.770,12)	50.621.518,61	-7,29
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	26	1247	1	(4.132.965,58)	13.106.176,99	-31,53
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	9.879.158,98	61.401.827,62	16,09
PE	SANTA FILOMENA	26	1255	4	382.465,85	17.229.689,00	2,22
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	26	1260	4	5.511.626,31	42.741.919,01	12,90
PE	SÃO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	4.502.508,12	12.728.096,48	35,37
PE	SÃO BENTO DO UNA	26	1300	8	5.666.547,52	41.185.624,80	13,76
PE	SÃO CAITANO	26	1310	7	(5.617.082,14)	30.055.876,44	-18,69
PE	SÃO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	6.275.117,07	22.983.296,48	27,30
PE	SÃO JOSE DO BELMONTE	26	1350	3	216.322,04	28.714.588,58	0,75
PE	SÃO LOURENÇO DA MATA	26	1370	1	9.127.065,50	66.895.912,00	13,64
PE	SERRA TALHADA	26	1390	9	(2.533.693,12)	62.697.357,88	-4,04
PE	SOLIDÃO	26	1440	2	1.377.421,70	8.372.758,27	16,45
PE	SURUBIM	26	1450	1	(9.872.378,11)	52.182.280,25	-18,92
PE	TACAIMBO	26	1470	9	2.469.402,25	12.743.756,07	19,38
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	5.513.866,48	20.275.806,70	27,19
PE	TEREZINHA	26	1510	2	(1.347.640,01)	9.899.061,36	-13,62
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	13.462.747,32	44.143.440,35	30,50
PE	TORITAMA	26	1540	9	(2.658.956,35)	28.321.725,38	-9,38
PE	TRACUNHAEM	26	1550	8	(1.244.589,11)	11.663.012,87	-10,47
PE	TRINDADE	26	1560	7	(12.340.247,36)	30.043.603,48	-41,07
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	(2.427.313,64)	25.907.796,13	-9,37
PE	VENTUROSA	26	1600	1	1.334.175,23	18.807.425,23	7,09
PE	VERTENTES	26	1620	9	(8.316.254,11)	19.235.199,53	-43,23
PE	VICENCIA	26	1630	8	-	28.164.009,99	0,00
PE	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	26	1640	7	7.138.368,05	93.466.454,51	7,64

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	XEXEU	26	1650	6	-	18.848.293,74	0,00
PI	TERESINA	22	1100	1	(232.390.791,52)	1.051.414.112,38	-22,10
PR	ANTONINA	41	120	0	(1.423.178,37)	24.363.729,99	-5,84
PR	APUCARANA	41	140	8	59.823.876,41	134.351.987,68	44,53
PR	ARAPONGAS	41	150	7	3.839.178,47	97.612.653,36	3,93
PR	BOCAIÚVA DO SUL	41	310	7	(1.683.778,00)	12.856.913,27	-13,10
PR	CAMBARÁ	41	360	2	5.936.478,00	22.800.267,00	26,04
PR	CAMBE	41	370	1	(1.670.343,00)	97.018.158,00	-1,72
PR	CAMPO MAGRO	41	425	3	(342.578,40)	26.630.438,65	-1,34
PR	CAMPO MOURÃO	41	430	3	(1.415.093,91)	117.969.754,99	-1,20
PR	CASCABEL	41	480	8	(55.598.792,30)	311.798.331,84	-17,83
PR	CASTRO	41	490	7	7.887.621,70	81.418.402,20	9,69
PR	CERRO AZUL	41	520	1	3.641.972,31	19.699.338,93	18,49
PR	CIANORTE	41	550	8	(3.667.230,50)	78.841.169,28	-4,66
PR	CURITIBA	41	690	2	235.214.032,07	3.292.887.653,78	7,14
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	2.450.403,28	42.813.004,42	5,72
PR	FERNANDES PINHEIRO	41	773	6	(1.153.589,85)	10.489.104,21	-11,00
PR	FOZ DO IGUAÇU	41	830	4	73.886.000,00	283.992.649,80	25,13
PR	GUAIRACÁ	41	890	8	6.260.112,45	9.319.670,08	67,17
PR	GUARATUBA	41	960	9	4.005.492,43	47.409.594,13	8,45
PR	IBAITI	41	970	8	725.325,88	26.075.659,37	2,78
PR	IRATI	41	1070	6	2.173.534,34	54.452.232,81	3,89
PR	NOVA SANTA BARBARA	41	1721	4	863.713,79	7.056.602,50	12,24
PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(1.670.341,83)	11.323.205,58	-14,75
PR	PARANAGUA	41	1820	4	40.742.995,99	176.620.913,96	23,08
PR	PATO BRANCO	41	1850	1	759.298,05	109.985.812,86	0,69
PR	PINHAIS	41	1915	2	(39.988.846,23)	153.485.014,55	-26,05
PR	PINHALÃO	41	1920	2	(1.781.671,78)	8.105.969,05	-21,98
PR	PONTA GROSSA	41	1990	5	104.922.721,05	325.590.661,74	32,23
PR	RIBEIRÃO DO PINHAL	41	2190	1	521.216,70	13.373.922,89	3,90
PR	ROLÂNDIA	41	2240	4	12.287.900,79	61.881.066,52	19,92
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	41	2410	3	25.030.755,57	39.563.058,46	63,27
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	2.004.787,25	20.999.159,92	9,55
PR	SÃO JOSE DOS PINHAIS	41	2550	6	(165.389.445,74)	449.651.228,73	-36,78
PR	SENGES	41	2630	6	(2.456.126,71)	22.316.127,52	-11,01
PR	TOLEDO	41	2770	0	(2.933.982,20)	143.660.526,92	-2,04
PR	UNIÃO DA VITÓRIA	41	2820	3	3.717.031,68	62.177.204,60	5,98
RJ	ARMACÃO DOS BUZIOS	33	23	3	(6.589.992,68)	130.047.516,83	-6,61
RJ	BARRA DO PIRAI	33	30	8	(20.894.815,40)	132.811.119,80	-15,73
RJ	BARRA MANSÁ	33	40	7	14.607.951,10	242.657.458,30	6,02
RJ	BELFORD ROXO	33	45	6	40.095.276,50	363.842.106,42	11,02
RJ	DUQUE DE CAXIAS	33	170	2	133.807.843,40	1.268.974.189,50	10,54
RJ	GUAPIMIRIM	33	185	0	24.623,90	90.563.372,70	0,03
RJ	ITABORAÍ	33	190	0	(6.553.873,20)	270.398.542,20	-3,16
RJ	ITAGUAÍ	33	200	7	(2.565.891,80)	284.932.536,70	-0,90
RJ	MACAÉ	33	240	3	(164.957.429,30)	1.238.984.224,70	-13,31
RJ	MARICÁ	33	270	0	(27.826.585,00)	162.040.888,00	-17,17
RJ	MESQUITA	33	285	8	(9.443.791,40)	136.810.744,50	-6,90
RJ	NOVA IGUAÇU	33	350	0	461.793.328,70	624.867.693,90	73,90
RJ	PARACAMBI	33	360	9	5.107.327,20	76.337.208,64	6,69
RJ	QUEIMADOS	33	414	4	(52.299.124,70)	80.212.363,20	-65,20
RJ	RESENDE	33	420	1	75.064.067,40	217.723.353,10	34,47
RJ	RIO BONITO	33	430	0	(6.170.624,90)	92.989.618,90	-6,64
RJ	RIO CLARO	33	440	9	13.322.909,00	45.684.090,00	29,16
RJ	RIO DAS OSTRAS	33	452	4	(180.093.800,00)	514.108.943,10	-35,03
RJ	RIO DE JANEIRO	33	455	7	2.223.746.493,90	11.984.940.890,96	18,55
RJ	SANTO ANTONIO DE PADUA	33	470	6	4.112.712,00	62.478.805,30	7,84
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	33	510	9	38.155.400,00	295.129.111,00	12,93
RJ	SAPUCAIA	33	540	6	(3.629.648,30)	37.426.534,40	-9,70
RJ	SAQUAREMA	33	550	5	45.419.410,60	104.490.014,20	43,47
RJ	TRES RIOS	33	600	8	(6.131.346,20)	100.011.568,94	-6,13
RJ	VALENÇA	33	610	7	27.782.442,20	84.493.450,70	32,88
RJ	VOLTA REDONDA	33	630	5	40.165.000,00	515.842.600,00	7,79
RN	ACU	24	20	8	(6.251.788,63)	50.335.417,47	-12,42
RN	CAICÓ	24	200	6	2.731.611,89	56.742.132,04	4,81
RN	MACAIBA	24	710	4	2.914.431,83	77.266.794,96	3,77

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RN	NATAL	24	810	2	192.239.111,44	1.025.147.111,90	18,75
RO	ARIQUEMES	11	2	3	(4.844.589,20)	114.981.075,90	-4,24
RO	CACOAL	11	4	9	1.422.342,59	93.027.978,28	1,53
RO	CEREJEIRAS	11	5	6	(1.076.364,72)	22.367.105,22	-4,81
RO	CORUMBIARA	11	7	2	(599.771,55)	14.164.850,70	-4,23
RO	GUAJARA-MIRIM	11	10	6	934.783,44	42.705.085,70	2,19
RO	ITAPUA DO OESTE	11	110	4	(952.064,79)	12.977.209,05	-7,34
RO	JARU	11	11	4	9.419.892,46	62.127.779,95	15,16
RO	JI-PARANA	11	12	2	3.161.418,33	111.166.149,30	2,84
RO	NOVA MAMORE	11	33	8	(4.816.112,25)	24.006.908,33	-20,06
RO	PIMENTA BUENO	11	18	9	9.421.305,00	36.418.046,85	25,87
RO	PORTO VELHO	11	20	5	(68.169.003,15)	562.923.159,23	-12,11
RO	PRESIDENTE MEDICI	11	25	4	2.095.313,49	24.696.130,26	8,42
RO	ROLIM DE MOURA	11	28	8	(5.988.680,84)	53.924.407,66	-12,96
RO	VILHENA	11	30	4	24.122.254,14	100.007.626,87	24,12
RR	BOA VISTA	14	10	0	(213.720.372,82)	416.160.405,24	-51,36
RS	ALEGRETE	43	40	6	(18.760.588,19)	85.705.288,13	-21,89
RS	ALVORADA	43	60	4	(53.926.932,42)	144.109.033,71	-37,42
RS	BAGE	43	160	2	(3.938.221,37)	151.817.634,72	-2,59
RS	BENTO GONCALVES	43	210	5	(33.727.472,72)	177.021.479,11	-19,05
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	3.859.825,49	92.171.066,01	4,19
RS	CACHOEIRINHA	43	310	3	6.920.015,74	163.086.903,39	4,24
RS	CAMAQUA	43	350	9	(4.731.682,24)	87.841.886,17	-7,00
RS	CAMPO BOM	43	390	5	(12.615.225,93)	95.758.265,42	-13,17
RS	CANGUCU	43	450	7	(483.847,85)	60.874.035,50	-0,78
RS	CANOAS	43	460	6	43.690.684,86	541.021.006,97	8,08
RS	CARAA	43	471	3	94.214,54	8.957.365,68	1,05
RS	CARAZINHO	43	470	5	(2.803.373,29)	75.955.320,64	-3,69
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	(146.855.633,00)	793.690.908,45	-18,48
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	(572.699,39)	6.306.044,00	-9,08
RS	ERECHIM	43	700	5	(18.350.844,67)	111.845.682,52	-16,42
RS	ESTEIO	43	770	8	(29.904.720,56)	126.276.007,10	-23,68
RS	FARROUPILHA	43	790	6	29.933.659,15	94.456.791,41	31,69
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(1.680.715,18)	6.895.447,81	-27,27
RS	GENERAL CAMARA	43	880	5	457.749,58	9.800.757,96	4,67
RS	GRAVATAI	43	920	9	326.286.041,34	319.548.902,44	102,11
RS	GUAIBA	43	930	8	88.922.778,78	104.322.680,88	85,24
RS	IJUI	43	1020	7	(27.660.197,87)	129.397.323,84	-21,39
RS	ITAQUI	43	1060	3	(3.322.829,28)	51.806.689,47	-6,41
RS	LAJEADO	43	1140	3	(22.275.764,53)	97.162.933,21	-22,93
RS	MANOEL VIANA	43	1175	9	(354.964,48)	10.656.246,56	-3,33
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	44.983.893,46	88.262.569,81	50,97
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	12.014.153,07	32.736.502,97	36,70
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	69.482.727,32	375.486.445,25	18,51
RS	PAROBE	43	1405	0	5.560.599,07	55.370.182,16	10,04
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(39.323.018,73)	225.857.261,83	-17,41
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	2	(8.220.896,86)	2.969.605.257,57	-0,28
RS	RELVADO	43	1545	3	(1.358.382,12)	6.720.628,78	-20,21
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	(23.179.818,38)	242.807.899,14	-9,55
RS	RIO PARD0	43	1570	1	14.822.587,89	35.768.087,02	40,31
RS	RIOZINHO	43	1575	0	(2.033.824,07)	8.918.999,73	-22,60
RS	ROLANTE	43	1600	6	(646.287,83)	24.142.437,87	-3,51
RS	SALTO DO JACUI	43	1645	1	(1.427.081,16)	21.807.944,50	-6,54
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	7.714.995,99	164.638.784,63	4,18
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	(937.865,77)	7.681.790,99	-12,21
RS	SANTA MARIA	43	1690	7	17.087.440,70	259.680.214,11	6,57
RS	SANTIAGO	43	1740	0	3.837.042,71	52.379.021,86	7,33
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	(15.231.909,56)	76.250.177,97	-19,98
RS	SAO BORJA	43	1800	2	(11.999.028,56)	74.940.557,55	-16,01
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	283.633,00	60.174.013,00	0,47
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	65.307.446,93	330.459.306,15	19,76
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	43	1930	7	(1.653.484,28)	10.701.772,60	-15,45
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	(17.777.446,73)	68.117.999,66	-20,17
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	22.739.606,90	161.767.719,02	14,06
RS	SENTINELA DO SUL	43	2035	4	(348.602,10)	7.486.692,13	-4,66
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	459.076,67	5.861.770,54	7,83

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	TAQUARA	43	2120	4	(28.682,88)	59.629.891,46	-0,05
RS	TORRES	43	2150	1	9.246.210,88	53.280.505,06	17,35
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	(1.815.500,17)	9.044.638,05	-20,07
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	16.705.708,17	125.999.240,41	13,26
RS	VACARIA	43	2250	9	(513.476,47)	73.767.317,92	-0,70
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	(3.945.208,76)	71.780.057,89	-5,50
RS	VIAMAO	43	2300	2	92.693.880,00	167.421.274,00	55,37
RS	VILA FLORES	43	2330	9	(66.763,61)	8.789.232,20	-0,76
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(725.956,49)	6.463.012,47	-13,29
SC	AGRONOMICA	42	30	9	(907.958,02)	8.146.116,48	-11,15
SC	APIUNA	42	125	7	(495.883,52)	16.723.940,10	-2,97
SC	ASCURRA	42	170	3	(700.648,24)	10.068.157,22	-6,96
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	(109.895.216,05)	292.361.726,95	-37,59
SC	BARRA BONITA	42	209	9	(264.930,69)	6.058.670,76	-4,37
SC	BIGUACU	42	230	5	(9.617.519,31)	78.435.144,42	-12,11
SC	BLUMENAU	42	240	4	70.147.672,00	587.843.666,86	11,93
SC	BOTUVERA	42	270	1	(1.052.588,21)	7.972.773,20	-13,20
SC	BRUSQUE	42	290	8	35.733.734,97	154.869.715,62	23,07
SC	CACADOR	42	300	6	2.441.654,87	81.803.597,65	2,98
SC	CAMBORIÚ	42	320	4	(12.265.183,43)	68.817.734,37	-17,82
SC	CANOINHAS	42	380	3	(8.948.585,30)	59.826.368,43	-14,98
SC	CHAPADÃO DO LAGEADO	42	419	4	(970.466,55)	10.815.951,98	-8,97
SC	CHAPECO	42	420	2	22.536.869,06	286.662.412,54	7,86
SC	CONCORDIA	42	430	1	(11.442.001,93)	108.882.597,94	-10,41
SC	CORONEL MARTINS	42	445	9	40.683,82	6.633.120,56	0,62
SC	CRICIÚMA	42	460	8	40.043.875,78	277.996.928,18	14,40
SC	FAXINAL DOS GUEDES	42	530	8	(660.732,09)	18.345.805,72	-3,60
SC	FLORIANÓPOLIS	42	540	7	109.587.058,08	785.144.181,00	13,98
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	(947.444,39)	6.788.129,08	-13,98
SC	GALVÃO	42	560	5	(722.028,79)	7.634.677,16	-9,46
SC	GASPAR	42	590	2	(24.846.964,67)	86.704.390,69	-28,66
SC	GRAO PARA	42	610	8	(230.953,45)	10.089.627,95	-2,29
SC	GUABIRUBA	42	630	6	(3.654.379,35)	22.881.979,50	-15,97
SC	INDAIAL	42	750	2	(9.585.663,01)	75.184.318,44	-12,75
SC	IPIRA	42	760	1	(932.799,89)	8.644.548,89	-10,55
SC	IPUACU	42	768	4	(365.582,78)	11.816.594,30	-3,09
SC	IRANI	42	780	9	(423.953,02)	13.885.221,92	-3,06
SC	IRATI	42	785	8	-	5.702.310,45	0,00
SC	ITAJAI	42	820	3	(16.101.165,23)	490.399.011,54	-3,28
SC	ITAPEMA	42	830	2	(4.045.194,76)	81.943.043,24	-4,40
SC	JARAGUÁ DO SUL	42	890	6	(30.384.356,67)	303.938.140,25	-10,00
SC	JOACABA	42	900	3	(13.827.573,38)	62.503.636,90	-22,12
SC	JOINVILLE	42	910	2	353.389.463,59	826.672.062,82	42,75
SC	LAGES	42	930	0	12.657.868,20	195.087.741,64	6,49
SC	LAGUNA	42	940	9	(2.441.619,34)	47.224.557,69	-5,17
SC	LEBON REGIS	42	970	6	(528.649,75)	14.337.715,43	-3,69
SC	LUZERNA	42	1003	5	(1.926.753,13)	10.133.142,89	-19,01
SC	MAFRA	42	1010	0	(9.173.462,94)	65.701.048,11	-13,96
SC	MAREMA	42	1055	5	(310.118,29)	7.173.711,43	-4,32
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	658.018,70	6.640.030,50	9,91
SC	NAVEGANTES	42	1130	6	(7.788.591,73)	87.405.802,11	-8,91
SC	PALHOÇA	42	1180	0	(26.672.400,42)	147.751.973,41	-18,05
SC	PETROLÂNDIA	42	1270	0	(754.115,17)	8.743.578,38	-8,62
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	(1.485.224,62)	20.091.041,80	-7,39
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	(1.335.486,75)	117.200.598,45	-1,14
SC	RIO NEGRINHO	42	1500	0	(6.560.632,38)	67.915.246,10	-9,66
SC	SANTA TEREZINHA	42	1587	9	(2.162.624,92)	11.020.526,48	-19,53
SC	SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	42	1605	7	(364.854,76)	9.061.823,17	-4,02
SC	SÃO JOSE	42	1660	2	(26.815.134,16)	262.858.841,71	-10,60
SC	SÃO LUDGERO	42	1700	6	(2.282.243,22)	17.182.501,03	-13,28
SC	TAIO	42	1780	8	(3.350.279,68)	25.292.894,86	-13,25
SC	TREZ BARRAS	42	1830	1	(3.316.257,00)	28.337.241,55	-11,70
SC	TREZE TILIAS	42	1850	9	(1.336.898,17)	13.398.733,22	-9,98
SC	TUBARÃO	42	1870	7	(8.255.482,76)	120.813.779,91	-6,83
SC	URUBICI	42	1880	5	(994.209,51)	14.245.474,86	-6,98
SC	VARGEM	42	1910	1	662.447,25	8.808.846,31	7,52
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	23.226,49	9.912.942,96	0,23

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	XANXERE	42	1950	7	11.276.694,99	59.246.525,74	19,03
SE	ARACAJU	28	30	8	(19.879.030,98)	762.731.251,27	-2,61
SE	ESTÂNCIA	28	210	6	11.853.562,00	89.810.390,00	13,31
SE	LAGARTO	28	350	0	16.869.261,90	80.265.238,00	21,02
SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	28	450	8	-	31.983.799,54	0,00
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	28	480	5	(19.703.267,00)	120.153.590,00	-16,40
SP	ADAMANTINA	35	10	5	(7.551.112,14)	69.232.782,18	-10,91
SP	AGUAI	35	30	3	(4.383.410,81)	44.882.943,38	-9,77
SP	AGUAS DA PRATA	35	40	2	(2.629.365,47)	12.876.790,85	-20,42
SP	ALTINOPOLIS	35	100	4	(3.228.501,09)	34.063.773,36	-9,48
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(93.293,50)	9.571.478,81	-0,97
SP	ALVINLANDIA	35	150	9	-	7.482.512,63	0,00
SP	AMERICANA	35	160	8	159.383.103,67	403.217.250,23	39,53
SP	AMPARÓ	35	190	5	(20.390.980,00)	121.882.458,74	-16,73
SP	ANALANDIA	35	200	2	(2.762.187,00)	14.868.376,00	-18,58
SP	ANDRADINA	35	210	1	8.660.691,39	77.199.179,63	11,22
SP	ARACATUBA	35	280	4	188.148.471,52	298.530.423,42	63,02
SP	ARACOIABA DA SERRA	35	290	3	(8.410.446,72)	43.668.074,53	-19,26
SP	ARANDU	35	310	9	443.998,57	12.607.713,17	3,52
SP	ARARAS	35	330	7	2.438.393,79	241.125.816,39	1,01
SP	ARUJA	35	380	1	(38.942.489,68)	116.473.325,22	-34,29
SP	ATIBAIA	35	410	7	(30.596.856,23)	237.082.885,05	-12,91
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	1.286.983,51	17.500.972,27	7,35
SP	AVARE	35	450	3	7.516.688,00	130.138.568,00	5,78
SP	BARRETOS	35	550	0	55.262.727,18	233.087.474,22	23,71
SP	BARUERI	35	570	8	(266.509.540,04)	1.334.956.227,29	-21,46
SP	BASTOS	35	580	7	(1.855.436,12)	29.994.797,38	-6,19
SP	BAURU	35	600	3	36.720.438,78	501.884.392,03	7,32
SP	BEBEDOURO	35	610	2	(8.861.219,38)	119.327.806,68	-7,43
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	35	630	0	(1.052.349,10)	15.489.510,94	-6,79
SP	BERTIÓGA	35	635	9	(118.863.592,88)	177.949.848,04	-66,80
SP	BIRIGUI	35	650	8	(15.965.561,88)	157.780.864,00	-10,75
SP	BIRITIBA-MIRIM	35	660	7	-	33.536.052,10	0,00
SP	BOM SUCESSO DE ITARARE	35	715	9	(364.180,00)	8.429.726,00	-4,32
SP	BORACEIA	35	730	8	(720.299,84)	11.806.256,76	-6,10
SP	BOTUCATU	35	750	6	(53.412.351,06)	195.380.737,78	-27,34
SP	BRAGANÇA PAULISTA	35	760	5	3.189.662,08	231.149.506,03	1,38
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	(2.277.431,55)	8.353.403,95	-27,26
SP	BRODOWSKI	35	780	3	11.576.197,35	33.375.081,46	34,68
SP	CABREÚVA	35	840	5	(9.572.080,87)	71.886.942,53	-13,30
SP	CAFELÂNDIA	35	880	1	2.117.190,32	23.045.962,32	9,19
SP	CAIUA	35	910	6	(4.051.368,91)	15.157.598,80	-26,73
SP	CAJAMAR	35	920	5	108.422.657,47	189.634.932,48	57,17
SP	CAJOBI	35	930	4	2.284.431,16	16.680.360,43	13,68
SP	CAMPINAS	35	950	2	988.390.940,00	2.216.305.641,48	43,69
SP	CAMPOS DO JORDÃO	35	970	0	30.863.061,87	100.686.265,13	30,66
SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	35	980	9	1.404.509,66	10.984.457,17	12,79
SP	CAPAÓ BONITO	35	1020	3	14.322.066,00	68.902.501,00	20,79
SP	CAPIVARI	35	1040	1	(23.109.631,27)	92.431.784,22	-25,00
SP	CARAGUATATUBA	35	1050	0	(111.628.914,73)	246.234.872,86	-45,33
SP	CARAPICUIBA	35	1060	9	60.360.843,00	231.395.770,00	26,08
SP	CARDOSO	35	1070	8	(8.152.681,56)	21.579.102,93	-37,78
SP	CASTILHO	35	1100	3	(3.448.676,06)	48.473.460,97	-7,11
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	(1.810.493,00)	26.218.873,00	-6,91
SP	CHARQUEADA	35	1170	6	(6.190.127,45)	23.779.048,01	-26,03
SP	CHAVANTES	35	6720	4	1.425.378,73	19.727.062,48	7,23
SP	CONCHAL	35	1220	9	5.987.127,76	43.993.897,65	13,61
SP	CORONEL MACEDO	35	1260	5	5.400.730,97	10.075.953,57	53,60
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	(754.905,00)	12.890.116,00	-5,86
SP	COSMOPOLIS	35	1280	3	35.244.692,71	90.760.952,27	38,83
SP	COSMORAMA	35	1290	2	(256.487,08)	13.562.329,80	-1,80
SP	COTIA	35	1300	9	37.523.736,52	390.075.460,62	9,62
SP	CRUZALIA	35	1330	6	(486.958,26)	8.829.937,26	-5,51
SP	DESCALVADO	35	1370	2	(8.282.593,00)	62.485.578,00	-13,26
SP	DIADEMA	35	1380	1	349.724.178,47	631.856.077,56	55,35
SP	DOURADO	35	1430	4	(3.095.981,95)	14.115.936,47	-21,93

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	EMBU	35	1500	4	(33.885.954,51)	256.878.538,73	-13,41
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1518	6	(10.991.915,45)	67.665.224,41	-19,06
SP	ESPIRITO SANTO DO TURVO	35	1519	4	-	11.114.795,09	0,00
SP	FERNANDO PRESTES	35	1560	8	-	11.684.988,01	0,00
SP	FERNANDOPOLIS	35	1550	9	(28.978.417,03)	77.733.319,38	-37,28
SP	FLORINIA	35	1610	1	164.919,73	9.579.143,14	1,72
SP	FRANCA	35	1620	0	(80.548.823,26)	345.228.891,88	-23,33
SP	FRANCISCO MORATO	35	1630	9	(47.863.384,22)	138.613.381,27	-34,53
SP	GASTÃO VIDIGAL	35	1680	4	(380.739,64)	9.035.099,09	-4,21
SP	GENERAL SALGADO	35	1690	3	(6.916.860,43)	21.316.317,11	-32,45
SP	GETULINA	35	1700	0	(1.318.351,77)	16.089.197,43	-8,19
SP	GLICERIO	35	1710	9	-	10.758.404,43	0,00
SP	GUAIRA	35	1740	6	(41.096.722,54)	80.840.420,90	-50,84
SP	GUAPIACU	35	1750	5	(2.185.931,97)	34.571.973,17	-6,32
SP	GUARARAPES	35	1820	6	8.046.469,27	41.339.271,77	19,46
SP	GUARARÉMA	35	1830	5	(16.712.237,43)	105.897.796,10	-14,84
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	1.540.244,71	160.078.911,03	0,95
SP	GUARÉI	35	1850	3	(2.981.278,93)	17.818.013,19	-16,73
SP	GUARUJA	35	1870	1	325.080.821,41	639.667.730,29	50,82
SP	GUARULHOS	35	1880	0	1.008.943.603,15	2.105.190.194,14	47,93
SP	HORTOLÂNDIA	35	1907	1	45.783.108,80	364.102.788,98	12,57
SP	IBIRARÉMA	35	1950	1	1.243.901,08	12.232.892,60	10,17
SP	IEPE	35	1990	7	(2.248.155,63)	17.511.745,89	-12,84
SP	IGARAPAVA	35	2010	3	13.092.826,55	46.329.698,18	28,26
SP	ILHA COMPRIDA	35	2042	6	1.909.712,60	32.777.680,85	5,83
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	6	(1.551.398,10)	8.596.762,30	-19,21
SP	IPAUSU	35	2090	5	1.372.328,16	22.751.520,35	6,03
SP	IPEUNA	35	2110	1	(4.027.971,73)	15.303.201,01	-26,32
SP	IPIUA	35	2130	9	(4.326.075,90)	29.140.238,07	-14,85
SP	ITANHAEI	35	2210	9	42.265.557,93	171.103.930,42	24,70
SP	ITAPECERICA DA SERRA	35	2220	8	(28.487.008,60)	210.085.289,65	-13,56
SP	ITAPETININGA	35	2230	7	(32.101.218,84)	193.880.254,33	-16,55
SP	ITAPEVA	35	2240	6	19.067.845,43	152.635.889,38	12,49
SP	ITAPIRÁ	35	2260	4	14.853.893,43	122.542.878,55	12,12
SP	ITAPOLIS	35	2270	3	7.117.431,86	54.833.872,10	12,98
SP	ITAPURA	35	2300	8	(1.838.860,06)	12.826.643,79	-12,78
SP	ITAQUAQUECETUBA	35	2310	7	75.344.949,24	271.958.279,95	27,70
SP	ITARARE	35	2320	6	(1.235.316,61)	61.633.148,16	-2,00
SP	ITARIRI	35	2330	5	913.897,41	18.924.926,81	4,83
SP	ITATIBA	35	2340	4	(56.554.115,21)	180.152.237,48	-31,39
SP	ITIRAPINA	35	2360	2	2.303.283,00	30.104.561,00	7,65
SP	ITU	35	2390	9	(14.511.185,32)	281.039.991,24	-5,16
SP	ITUPEVA	35	2400	6	2.772.140,26	93.218.140,26	2,97
SP	JACAREI	35	2440	2	(99.854.622,00)	363.057.608,66	-27,50
SP	JACUPIRANGA	35	2460	0	(328.722,28)	22.992.522,18	-1,43
SP	JAGUARIUNA	35	2470	9	(11.138.973,64)	178.594.880,74	-6,24
SP	JALES	35	2480	8	21.718.194,26	60.421.821,18	35,94
SP	JARINU	35	2520	1	(803.714,24)	43.035.578,07	-1,87
SP	JAU	35	2530	0	45.188.644,00	197.522.556,00	22,88
SP	JUNDIAI	35	2590	4	79.430.911,96	906.591.259,01	8,76
SP	LEME	35	2670	4	9.367.119,11	137.445.633,41	6,82
SP	LENÇÓIS PAULISTA	35	2680	3	(23.985.354,69)	125.690.305,54	-19,05
SP	LIMEIRA	35	2690	2	(69.411.228,85)	461.090.731,15	-12,86
SP	LINS	35	2710	8	35.579.479,54	94.462.602,86	37,67
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	(1.061.957,98)	7.549.245,71	-14,07
SP	LUIS ANTONIO	35	2760	3	(348.666,13)	39.846.110,84	-0,88
SP	LUTECIA	35	2790	0	(172.201,60)	9.619.059,35	-1,79
SP	MAIRINQUE	35	2840	3	-	76.567.359,14	0,00
SP	MAIRIPORÁ	35	2850	2	(32.373.525,54)	114.758.703,13	-28,21
SP	MARACÁI	35	2880	9	(131.290,01)	24.893.964,92	-0,53
SP	MARIAPOLIS	35	2890	8	(648.947,22)	7.727.792,21	-8,40
SP	MARILIA	35	2900	5	97.098.419,82	406.442.534,78	23,89
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	16.040.789,30	37.116.911,30	43,22
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	1.431.959,81	16.024.551,35	8,94
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	(15.417.745,73)	185.701.479,55	-8,30
SP	MOMBUCA	35	3090	4	911.868,09	9.017.667,45	10,11
SP	MONGAGUA	35	3110	0	(8.441.689,61)	100.317.619,85	-8,41

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	(2.097.593,05)	9.405.041,22	-22,59
SP	MONTE MOR	35	3180	3	3.045.862,64	98.574.487,97	3,15
SP	MURUTINGA DO SUL	35	3210	8	209.133,92	8.933.549,25	2,34
SP	NHANDEARA	35	3260	3	(1.009.738,85)	16.064.314,62	-6,29
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	(1.199.815,89)	6.788.083,47	-17,67
SP	ONDA VERDE	35	3400	5	(3.067.042,96)	11.903.278,34	-25,77
SP	ORINDIÚVA	35	3420	3	241.290,71	15.416.555,48	1,57
SP	ORLANDIA	35	3430	2	3.995.988,61	83.055.354,92	4,81
SP	OSASCO	35	3440	1	964.613.340,53	1.242.662.954,89	77,62
SP	OSCAR BRESSANE	35	3450	0	-	7.862.555,64	0,00
SP	OSVALDO CRUZ	35	3460	9	(3.776.915,92)	39.376.901,06	-9,59
SP	OURINHOS	35	3470	6	(24.534.976,85)	182.130.231,01	-13,47
SP	PACAEMBU	35	3480	6	302.634,24	17.548.333,20	1,72
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	7.274.886,47	14.559.365,25	49,97
SP	PALMITAL	35	3530	9	(5.178.049,47)	39.153.810,85	-13,22
SP	PAULÍNIA	35	3550	5	266.655.203,83	829.542.875,84	32,14
SP	PEDRINHAS PAULISTA	35	3715	6	-	8.847.224,30	0,00
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3720	6	(5.554.466,60)	19.871.503,55	-27,95
SP	PENAPOLIS	35	3730	5	8.922.745,99	101.757.636,18	8,77
SP	PEREIRA BARRETO	35	3740	4	5.103.290,52	46.268.279,63	11,03
SP	PEREIRAS	35	3750	3	-	12.510.710,92	0,00
SP	PIEDADE	35	3780	0	(7.088.119,04)	57.416.819,27	-12,35
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	(23.182.286,43)	248.478.086,72	-9,33
SP	PINHALZINHO	35	3820	4	(336.735,57)	17.067.900,88	-1,97
SP	PIQUEROBI	35	3830	3	86.136,00	9.807.898,00	0,86
SP	PIQUETE	35	3850	1	(537.333,17)	15.548.960,10	-3,46
SP	PIRACAIA	35	3860	0	45.109,53	36.327.077,75	0,12
SP	PIRACICABA	35	3870	9	(69.312.008,93)	721.811.607,02	-9,60
SP	PIRAJÚ	35	3880	8	2.980.293,89	45.153.485,30	6,60
SP	PIRASSUNUNGA	35	3930	1	(37.817.549,29)	120.102.412,04	-31,49
SP	PIRATININGA	35	3940	0	(742.669,33)	17.321.982,07	-4,29
SP	PITANGUEIRAS	35	3950	9	5.081.770,59	54.770.298,79	9,28
SP	PLATINA	35	3970	7	(908.057,65)	8.532.814,44	-10,64
SP	POA	35	3980	6	(41.311.502,29)	217.009.985,73	-19,04
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	14.190.848,35	94.957.153,98	14,94
SP	POTIM	35	4075	4	(1.918.874,17)	24.024.654,84	-7,99
SP	PRADOPOLIS	35	4090	3	-	35.485.027,91	0,00
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	0	9.015.293,60	571.467.412,25	1,58
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	6	(21.705.429,60)	312.183.973,73	-6,95
SP	RANCHARIA	35	4220	6	(5.281.445,14)	49.834.217,38	-10,60
SP	RIBEIRÃO BONITO	35	4290	9	(7.440.773,65)	22.027.448,44	-33,78
SP	RIBEIRÃO GRANDE	35	4325	3	(9.369.888,95)	14.751.359,12	-63,52
SP	RIBEIRÃO PIRES	35	4330	3	(5.513.090,92)	140.816.755,82	-3,92
SP	RIBEIRÃO PRETO	35	4340	2	165.481.984,57	1.075.630.131,14	15,38
SP	RIO CLARO	35	4390	7	80.535.631,48	351.505.321,02	22,91
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	5.362.345,92	58.356.025,25	9,19
SP	RIO GRANDE DA SERRA	35	4410	3	15.642.965,44	36.131.165,70	43,29
SP	RIOLÂNDIA	35	4420	2	(237.788,56)	18.558.680,83	-1,28
SP	ROSEIRA	35	4430	1	6.571.825,72	15.632.566,85	42,04
SP	RUBINEIA	35	4450	9	(3.389.443,87)	11.176.551,83	-30,33
SP	SALTO	35	4520	9	6.188.743,30	166.813.901,89	3,71
SP	SALTO DE PIRAPORA	35	4530	8	1.553.132,85	54.273.756,34	2,86
SP	SALTO GRANDE	35	4540	7	2.384.273,86	13.633.555,16	17,48
SP	SANTA ALBERTINA	35	4570	4	(1.079.423,46)	11.352.693,93	-9,51
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	35	4580	3	(24.043.312,28)	247.418.608,59	-9,72
SP	SANTA BRANCA	35	4600	9	(488.722,07)	25.479.693,37	-1,92
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4620	7	(1.521.708,00)	11.485.316,00	-13,25
SP	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	35	4630	6	(4.920.097,36)	37.469.463,84	-13,13
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4640	5	10.585.363,83	61.982.706,32	17,08
SP	SANTA FE DO SUL	35	4660	3	(1.412.197,84)	64.281.359,53	-2,20
SP	SANTA ISABEL	35	4680	1	(14.513.048,25)	80.673.452,83	-17,99
SP	SANTA RITA D'OESTE	35	4740	3	392.363,54	9.091.068,56	4,32
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	35	4750	2	3.708.378,67	48.171.348,55	7,70
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	35	4760	1	14.584.102,10	35.763.137,27	39,67

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	SANTANA DE PARNAIBA	35	4730	4	4.585.376,04	360.331.577,83	1,27
SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	(3.849.913,67)	27.396.351,31	-14,05
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	(1.439.840,47)	11.267.585,28	-12,78
SP	SANTOS	35	4850	0	69.672.841,91	1.141.178.963,91	6,11
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	280.056.048,00	2.164.424.894,29	12,94
SP	SAO CAETANO DO SUL	35	4880	7	(21.245.443,76)	769.343.193,27	-2,76
SP	SAO CARLOS	35	4890	6	39.386.796,04	391.022.413,51	10,07
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	35	4910	2	(62.541.845,65)	136.477.124,01	-46,16
SP	SAO JOAO DE IRACEMA	35	4925	0	(6.483.357,85)	7.858.358,62	-82,50
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4980	5	(98.341.169,35)	700.194.555,06	-14,04
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	35	4990	4	(237.594.536,65)	1.366.555.783,04	-17,14
SP	SAO MIGUEL ARCANJO	35	5020	9	(9.886.182,37)	39.036.761,83	-25,33
SP	SAO PEDRO DO TURVO	35	5050	6	(236.461,25)	13.931.908,99	-1,70
SP	SAO ROQUE	35	5060	5	(60.655.113,45)	136.393.767,53	-44,47
SP	SAO SEBASTIAO	35	5070	4	(924.625,28)	351.505.743,36	-0,26
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	15.088.963,28	502.655.153,40	3,00
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	35	5130	6	(214.528,97)	11.374.829,55	-1,89
SP	SETE BARRAS	35	5180	1	(367.908,98)	19.867.584,25	-1,65
SP	SOROCABA	35	5220	5	(45.914.984,07)	1.093.459.470,72	-4,20
SP	TAGUAI	35	5300	5	(1.059.250,90)	14.492.399,68	-7,31
SP	TÁBUA	35	5320	3	50.814,00	10.571.085,00	0,48
SP	TAMBAU	35	5330	2	3.180.664,11	38.000.012,79	8,37
SP	TANABI	35	5340	1	2.389.812,52	37.822.424,64	6,32
SP	TAQUARITINGA	35	5370	8	2.824.665,28	81.953.252,13	3,45
SP	TAQUARITUBA	35	5380	7	(121.365,41)	31.865.529,27	-0,38
SP	TARUMA	35	5395	5	(1.395.964,62)	28.803.672,97	-4,85
SP	TATUI	35	5400	3	(1.844.688,15)	163.844.759,09	-1,13
SP	TAUBATE	35	5410	2	(36.676.292,92)	499.290.753,01	-7,35
SP	TIETE	35	5450	8	(6.231.646,96)	72.117.717,52	-8,64
SP	TUPA	35	5500	0	(10.953.351,44)	76.043.647,53	-14,40
SP	UBATUBA	35	5540	6	(6.577.883,77)	184.112.808,40	-4,01
SP	UBIRAJARA	35	5550	5	-	9.408.438,70	0,00
SP	UCHOÁ	35	5580	4	(427.330,68)	17.775.987,69	-2,40
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	3.853.635,14	7.690.775,28	50,11
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	(1.744.294,64)	14.900.032,86	-11,71
SP	VALINHOS	35	5620	6	201.532.988,63	250.675.941,09	80,40
SP	VALPARAISO	35	5630	5	(719.885,00)	35.252.034,00	-2,04
SP	VARZEA PAULISTA	35	5650	3	(4.792.588,27)	123.003.415,38	-3,90
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	(545.022,79)	14.236.962,96	-3,83
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	(4.661.570,41)	118.227.657,28	-3,94
TO	ARAGUAINA	17	210	9	16.427.920,79	129.184.446,64	12,72
TO	COLINAS DO TOCANTINS	17	550	8	(14.852.972,93)	34.958.675,66	-42,49
TO	CRIXAS DO TOCANTINS	17	625	8	-	3.867.740,80	0,00
TO	GURUPI	17	950	0	(3.977.745,40)	69.703.679,00	-5,71

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2010

data-base 30/06/2010

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 17/11/2010

UF	Nome do Município	Cód. IBGE Estado	Cód. IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 1º Sem	RCL 1º Sem	DCL/RCL
AL	COQUEIRO SECO	27	220	7	-	8.820.457,29	0,00
AL	IGREJA NOVA	27	320	5	-	28.462.550,62	0,00
AL	TRAÍPU	27	920	2	-	19.019.002,39	0,00
AP	CALCOENE	16	20	4	(2.183.627,17)	9.205.327,77	-23,72
AP	TARTARUGALZINHO	16	70	9	(1.446.750,20)	10.788.893,87	-13,41
BA	ABAIRA	29	10	8	(962.209,13)	9.656.476,32	-9,96
BA	ÁGUA FRIA	29	40	5	510.317,74	16.346.717,48	3,12
BA	ARATACA	29	225	2	(523.247,88)	14.088.487,79	-3,71
BA	BELMONTE	29	340	9	-	32.979.291,64	0,00
BA	BOA VISTA DO TUPIM	29	380	5	3.929.118,35	23.518.648,48	16,71
BA	BUERAREMA	29	470	4	-	17.651.256,65	0,00
BA	CAFARNAUM	29	530	5	(468.629,90)	19.232.030,33	-2,44
BA	CAMAMU	29	580	0	8.927.388,99	35.147.914,67	25,40
BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	29	685	7	6.335.855,28	12.948.960,83	48,93
BA	CARAVELAS	29	690	7	6.368.595,12	33.679.213,07	18,91
BA	CENTRAL	29	760	8	(899.130,90)	6.017.278,84	-14,94
BA	CONCEICAO DO JACUIPE	29	850	7	10.713.146,93	25.684.890,57	41,71
BA	CORDEIROS	29	900	0	5.031.138,00	10.538.647,00	47,74
BA	CORIBE	29	910	9	8.211.091,06	18.320.900,71	44,82
BA	GLORIA	29	1140	2	2.291.210,45	19.671.337,21	11,66
BA	IBICOARA	29	1220	2	(1.199.153,29)	22.712.844,05	-5,28
BA	ITAGIMIRIM	29	1530	4	(892.366,85)	10.996.758,92	-8,11
BA	ITIUBA	29	1700	3	4.966.547,02	34.180.997,65	14,50
BA	JACARACI	29	1740	9	(2.353.154,06)	15.436.572,12	-15,24
BA	JQUIRICA	29	1820	9	1.988.722,46	13.764.193,15	14,46
BA	JUSSARA	29	1850	6	(85.893,93)	16.184.127,16	-0,53
BA	LENÇÓIS	29	1930	6	454.947,07	12.228.931,38	3,72
BA	MULUNGU DO MORRO	29	2205	2	6.360.520,00	17.236.980,07	37,02
BA	MURITIBA	29	2230	0	4.398.444,48	21.472.500,94	20,48
BA	SANTA CRUZ CABRALIA	29	2770	5	31.846.926,35	32.671.385,27	97,48
BA	SÃO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(3.884.475,86)	16.285.816,94	-23,85
BA	SÃO GABRIEL	29	2925	5	(939.488,77)	20.054.292,20	-4,68
BA	TAPIRAMUTA	29	3130	1	(3.117.205,09)	9.341.223,29	-33,37
CE	AIUABA	23	40	8	(2.460,38)	17.600,24	-13,98
CE	AMONTADA	23	75	4	(59.507.669,35)	43.072.812,36	-138,16
CE	ARACOIABA	23	120	8	(1.237.906,03)	31.513.266,83	-3,93
CE	ARARENDÁ	23	125	7	1.213.852,51	13.794.530,11	8,80
CE	BANABUIU	23	185	1	(924.756,88)	21.542.368,05	-4,29
CE	CAPISTRANO	23	290	8	1.481.935,25	21.293.323,80	6,96
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	23	426	9	(875.682,74)	12.227.203,08	-7,16
CE	EUSEBIO	23	428	5	(32.358.978,70)	80.557.212,64	-40,17
CE	FORQUILHA	23	435	0	(2.048.782,11)	22.255.438,17	-9,21
CE	FRECHEIRINHA	23	450	9	1.494.485,88	15.011.345,38	9,96
CE	GUARACIABA DO NORTE	23	500	1	6.639.467,64	36.498.295,89	18,19
CE	GUARAMIRANGA	23	510	0	2.803.470,94	10.543.211,17	27,54
CE	IBIAPINA	23	530	8	1.206.005,45	25.979.800,41	4,64
CE	IPAUMIRIM	23	570	4	151.700,09	12.363.884,75	1,23
CE	IPU	23	580	3	6.658.890,30	42.024.402,13	15,85
CE	ITAPIUNA	23	650	4	141.128,27	20.538.138,14	0,69
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	23	725	4	210.722,52	20.072.628,58	1,05
CE	MAURITI	23	810	4	(5.028.035,00)	41.177.345,00	-12,21
CE	MERUOCA	23	820	3	(4.406.554,59)	15.589.604,36	-28,27
CE	MILHA	23	835	1	5.113.976,91	16.279.380,61	31,41
CE	MISSÃO VELHA	23	840	1	(1.226.980,21)	32.280.803,16	-3,80
CE	MORRINHOS	23	890	6	(1.018.235,99)	20.203.951,52	-5,04

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

CE	NOVA OLINDA	23	920	1	(356.178,92)	16.959.578,12	-2,10
CE	PACOTI	23	980	5	498.261,28	14.247.280,20	3,50
CE	PARAIPABA	23	1025	6	4.959.483,79	29.154.867,96	17,01
CE	SANTANA DO CARIRI	23	1210	6	266.671,35	20.981.556,23	1,27
CE	SOLONOPOLE	23	1300	5	(2.234.156,17)	20.452.117,94	-10,92
CE	TAMBORIL	23	1320	3	(5.983.598,09)	32.430.236,67	-18,45
CE	UBAJARA	23	1360	9	(651.027,98)	31.850.028,27	-2,04
CE	UMIRIM	23	1375	7	915.769,57	20.940.556,28	4,37
CE	VARJOTA	23	1395	5	801.002,00	17.705.733,00	4,52
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(12.055.165,26)	40.852.583,07	-29,51
ES	ALEGRE	32	20	1	738.918,13	46.448.184,53	1,59
ES	ANCHIETA	32	40	9	(26.054.347,54)	129.485.710,79	-20,12
ES	BOM JESUS DO NORTE	32	110	0	194.517,18	13.986.539,09	1,39
ES	CASTELO	32	140	7	(7.438.996,69)	49.119.396,16	-15,14
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(7.572.718,50)	21.072.565,31	-35,94
ES	DOMINGOS MARTINS	32	190	2	(14.124.673,33)	47.995.000,83	-29,43
ES	FUNDAO	32	220	7	(1.749.114,31)	28.865.410,87	-6,06
ES	GOVERNADOR LINDENBERG	32	225	6	(2.912.719,01)	17.865.916,43	-16,30
ES	IBIRACU	32	250	4	(824.928,77)	18.992.479,47	-4,87
ES	IBITIRAMA	32	255	3	(3.059.670,39)	15.317.843,67	-19,97
ES	ICONHA	32	260	3	1.678.171,11	21.605.237,55	7,77
ES	ITAGUACU	32	270	2	(8.867.865,00)	22.850.323,09	-39,15
ES	ITAPÉMRIM	32	280	1	(6.209.061,07)	35.522.966,78	-17,48
ES	ITARANA	32	290	0	(3.485.605,32)	17.450.825,95	-19,97
ES	MANTENOPOLIS	32	330	4	1.975.986,27	19.259.030,40	10,26
ES	MARATAIZES	32	332	0	(11.285.023,00)	45.361.532,00	-24,88
ES	MARILANDIA	32	335	3	(1.660.784,34)	18.026.207,87	-9,21
ES	MUQUI	32	360	9	1.074.450,37	19.119.594,86	5,62
ES	PANCAS	32	400	5	(2.491.354,50)	27.752.947,75	-8,98
ES	PEDRO CANARIO	32	405	4	(1.132.355,51)	32.650.200,71	-3,47
ES	PRESIDENTE KENNEDY	32	430	2	(107.896.168,11)	124.649.613,61	-86,56
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	32	455	9	(2.507.080,00)	48.329.660,92	-5,19
ES	SÃO JOSÉ DO CALCADO	32	480	7	(1.543.759,30)	19.488.122,83	-7,92
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	(2.412.783,18)	33.210.080,83	-7,27
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	(6.661.858,10)	32.813.928,25	-20,30
ES	VILA VALERIO	32	617	6	2.757.195,43	23.097.808,31	11,94
GO	ABADIANIA	52	10	0	2.365.630,44	15.376.444,95	15,38
GO	COCALZINHO DE GOIAS	52	551	3	-	17.949.708,66	0,00
GO	INACIOLANDIA	52	993	7	(3.174.951,31)	9.766.958,04	-32,51
GO	INDIARA	52	995	2	(797.098,26)	14.857.333,08	-5,44
GO	ITAGUARI	52	1056	2	(821.821,93)	6.745.854,33	-12,18
GO	JARAGUA	52	1180	0	(5.361.223,05)	40.284.768,73	-13,31
GO	PIRACANJUBA	52	1710	4	4.534.535,49	31.810.719,27	14,25
GO	QUIRINOPOLIS	52	1850	8	(7.218.815,73)	79.004.758,38	-9,14
GO	RUBIATABA	52	1890	4	(2.405.647,31)	19.905.100,06	-12,09
GO	TAQUARAL DE GOIAS	52	2100	7	(233.420,73)	6.411.965,68	-3,64
MA	SÃO JOÃO DOS PATOS	21	1110	2	(6.188.126,15)	24.594.081,04	-25,16
MA	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	21	1160	7	-	19.528.547,33	0,00
MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	819.395,42	9.906.830,17	8,27
MG	ABATE	31	20	3	8.289.200,55	23.734.556,65	39,14
MG	ACAIACA	31	40	1	(1.956.253,10)	6.758.778,09	-28,95
MG	ACUCENA	31	50	0	1.365.162,96	11.980.524,61	11,41
MG	AGUA COMPRIDA	31	70	8	(536.050,94)	8.772.970,34	-6,11
MG	AGUANIL	31	80	7	-	7.096.323,00	0,00
MG	AGUAS FORMOSAS	31	90	6	573.872,57	16.912.480,41	3,39
MG	AGUAS VERMELHAS	31	100	3	1.499.216,67	12.780.199,85	11,73
MG	AIMORES	31	110	2	(409.805,11)	29.607.545,00	-1,38
MG	ALAGOA	31	130	0	(293.144,29)	6.913.925,10	-4,24
MG	ALEM PARAIBA	31	150	8	(5.664.356,27)	37.697.623,47	-15,03
MG	ALFREDO VASCONCELOS	31	163	1	(1.228.707,13)	7.731.100,48	-15,89
MG	ALTEROSA	31	200	1	(727.331,44)	14.129.306,55	-5,15
MG	ALTO CAPARAO	31	205	0	583.338,70	7.344.846,07	7,94
MG	ALTO JEQUITIBA	31	5350	9	413.455,24	7.988.255,57	5,18
MG	ALVORADA DE MINAS	31	240	7	489.240,31	6.844.355,85	7,15
MG	AMPARO DO SERRA	31	250	6	565.704,00	6.874.319,54	8,23
MG	ANDRADAS	31	260	5	1.635.997,84	37.810.135,18	4,33

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	ANDRELANDIA	31	280	3	(162.152,82)	11.938.037,63	-1,36
MG	ANTONIO DIAS	31	300	9	-	16.811.864,38	0,00
MG	ANTONIO PRADO DE MINAS	31	310	8	(498.295,87)	5.319.668,69	-9,37
MG	ARACUAI	31	340	5	-	27.406.406,45	0,00
MG	ARCEBURGO	31	410	6	(4.937.027,51)	12.646.519,56	-39,04
MG	ARCOS	31	420	5	(865.603,65)	42.141.550,88	-2,06
MG	AREADO	31	430	4	(2.047.179,62)	13.820.569,60	-14,81
MG	ARICANDUVA	31	445	2	(1.444.409,49)	6.852.806,82	-21,08
MG	ASTOLFO DUTRA	31	460	1	(132.027,33)	11.669.024,94	-1,13
MG	ATALEIA	31	470	0	1.219.248,38	12.282.802,16	9,93
MG	BALDIM	31	500	4	2.744.740,81	8.764.194,38	31,32
MG	BAMBUI	31	510	3	1.362.575,75	22.229.711,09	6,13
MG	BANDÉIRA	31	520	2	1.107.183,52	7.448.125,58	14,87
MG	BARAO DE COCAIS	31	540	0	(14.609.792,00)	45.110.973,00	-32,39
MG	BARRA LONGA	31	570	7	756.791,37	7.710.089,97	9,82
MG	BELO ORIENTE	31	630	9	9.943.366,93	43.860.550,08	22,67
MG	BELO VALE	31	640	8	85.975,68	12.035.836,84	0,71
MG	BERILO	31	650	7	98.588,70	14.011.893,88	0,70
MG	BERIZAL	31	665	5	465.521,18	6.825.360,17	6,82
MG	BIAS FORTES	31	680	4	(942.078,76)	5.791.650,26	-16,27
MG	BICAS	31	690	3	(2.518.125,11)	15.415.293,14	-16,34
MG	BIQUINHAS	31	700	0	106.039,24	6.441.134,96	1,65
MG	BOCAIUA	31	730	7	20.314.257,38	50.258.642,42	40,42
MG	BOM DESPACHO	31	740	8	6.088.392,61	43.481.548,85	14,00
MG	BOM JARDIM DE MINAS	31	750	5	(438.351,52)	8.519.479,98	-5,15
MG	BOM JESUS DA PENHA	31	760	4	(6.429.084,95)	7.725.060,37	-83,22
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	186.029,25	7.419.006,89	2,51
MG	BOM JESUS DO GALHO	31	780	2	(1.394.159,78)	12.885.198,65	-10,35
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	(1.125.428,47)	11.229.070,33	-10,02
MG	BONFIM	31	810	7	2.141.920,52	8.087.560,51	26,48
MG	BORDA DA MATA	31	830	5	(2.311.099,76)	15.272.941,03	-15,13
MG	BOTUMIRIM	31	850	3	1.213.730,29	8.092.222,76	15,00
MG	BRAS PIRES	31	870	1	78.169,34	6.835.979,41	1,14
MG	BRASILIA DE MINAS	31	860	2	3.548.391,96	32.298.032,22	10,99
MG	BRASOPOLIS	31	890	9	(637.421,88)	13.930.223,14	-4,58
MG	BRAUNAS	31	880	0	667.635,92	8.835.214,14	7,56
MG	BRUMADINHO	31	900	6	(12.110.972,31)	75.763.374,53	-15,99
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	(1.839.540,94)	10.392.218,54	-18,66
MG	BUENOPOLIS	31	920	4	(1.500.891,36)	11.256.255,15	-13,34
MG	BUGRE	31	925	3	(600.383,94)	6.890.140,91	-8,71
MG	BURITIS	31	930	3	585.942,24	31.582.329,24	1,86
MG	CABECEIRA GRANDE	31	945	1	(320.084,17)	13.663.572,70	-2,34
MG	CACHOEIRA DA PRATA	31	950	0	(644.655,12)	7.025.346,68	-9,18
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(2.332.614,89)	11.243.167,01	-20,75
MG	CACHOEIRA DOURADA	31	980	8	1.535.857,37	17.598.594,26	8,73
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	(169.934,25)	10.183.335,45	-1,67
MG	CAJURI	31	1020	2	(1.433.627,60)	7.344.252,88	-19,52
MG	CALDAS	31	1030	1	342.226,36	14.243.154,24	2,40
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(4.227.143,01)	25.112.098,64	-16,83
MG	CAMBUI	31	1060	8	(15.090.601,88)	29.687.371,24	-50,83
MG	CAMBUQUIRA	31	1070	7	745.294,46	13.172.200,08	5,66
MG	CAMPANARIO	31	1080	6	1.816.770,32	7.517.025,70	24,17
MG	CAMPANHA	31	1090	5	1.515.375,31	15.562.324,91	9,74
MG	CAMPINA VERDE	31	1110	1	1.472.462,49	21.478.739,06	6,86
MG	CANA VERDE	31	1190	3	1.299.026,94	6.937.302,28	18,73
MG	CANAA	31	1170	5	(1.163.674,22)	6.771.688,33	-17,18
MG	CANTAGALO	31	1205	9	480.722,24	6.504.342,99	7,39
MG	CAPARAO	31	1210	9	3.987.531,80	7.189.125,93	55,39
MG	CAPIM BRANCO	31	1250	5	77.387,25	6.757.544,22	0,88
MG	CAPINOPOLIS	31	1260	4	1.784.239,87	19.168.651,32	9,31
MG	CARAI	31	1300	8	1.551.667,93	21.034.310,92	7,38
MG	CARANAIBA	31	1310	7	(219.536,88)	7.057.884,42	-3,11
MG	CARANDAI	31	1320	6	(5.489.737,82)	25.867.951,52	-21,22
MG	CARBONITA	31	1350	3	-	11.433.243,00	0,00
MG	CAREACU	31	1360	2	(793.925,10)	8.362.303,49	-9,49
MG	CARLOS CHAGAS	31	1370	1	(14.633.189,87)	22.345.314,74	-65,49

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	222.580,75	6.268.977,09	2,69
MG	CARMO DO CAJURU	31	1420	4	(85.929,65)	21.351.682,36	-0,40
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	(7.623.821,38)	23.063.826,04	-33,06
MG	CARMÓPOLIS DE MINAS	31	1450	1	1.700.476,20	18.378.931,53	9,26
MG	CARNEIRINHO	31	1455	0	1.894.303,58	23.038.508,67	8,22
MG	CARVALHOPÓLIS	31	1470	9	(719.472,87)	6.882.773,70	-10,45
MG	CARVALHOS	31	1480	8	232.368,01	6.382.160,40	3,64
MG	CASCALHO RICO	31	1500	3	(834.764,10)	9.328.236,75	-8,95
MG	CATAS ALTAS	31	1535	9	(4.041.649,71)	13.841.874,39	-29,20
MG	CATAS ALTAS DA NORUEGA	31	1540	9	(339.146,77)	5.880.650,59	-5,77
MG	CATUTI	31	1547	4	(805.741,98)	7.485.406,83	-10,76
MG	CEDRO DO ABAETE	31	1560	7	(414.925,36)	2.642.611,33	-15,70
MG	CENTRAL DE MINAS	31	1570	6	1.378.079,95	8.296.488,96	16,61
MG	CENTRALINA	31	1580	5	(578.834,35)	11.702.822,35	-4,95
MG	CHACARA	31	1590	4	164.857,68	6.204.857,79	2,66
MG	CHAPADA DO NORTE	31	1610	0	638.683,75	16.533.222,63	3,86
MG	CLARAVAL	31	1640	7	8.365,46	7.438.262,01	0,11
MG	COIMBRA	31	1670	4	(638.575,53)	8.519.206,55	-7,50
MG	COLUNA	31	1680	3	-	9.672.456,72	0,00
MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	7.749.826,18	0,00
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	1.199.342,44	11.647.285,77	10,30
MG	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	31	1520	1	-	6.127.776,70	0,00
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	-	5.729.852,44	0,00
MG	CONCEICAO DE IPANEMA	31	1740	5	(488.674,28)	7.041.551,92	-6,94
MG	CONCEICAO DO PARA	31	1760	3	(220.095,51)	10.579.365,56	-2,08
MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	31	1770	2	(1.611.323,60)	13.516.721,91	-11,92
MG	CONCEICAO DOS OUROS	31	1780	1	(1.135.067,14)	12.511.881,41	-9,07
MG	CONEGO MARINHO	31	1783	6	(742.003,80)	8.495.510,25	-8,73
MG	CONGONHAL	31	1790	0	(1.130.579,89)	9.937.886,95	-11,38
MG	CONGONHAS	31	1800	7	(48.495.880,10)	144.432.951,19	-33,58
MG	CONGONHAS DO NORTE	31	1810	6	1.948.396,65	6.994.461,50	27,86
MG	CONSOLACAO	31	1850	2	(566.865,43)	5.351.797,90	-10,57
MG	CORACAO DE JESUS	31	1880	9	3.152.700,70	24.183.441,55	13,04
MG	CORDISBURGO	31	1890	8	1.022.751,55	8.061.118,04	12,69
MG	CORDISLANDIA	31	1900	5	(2.105.529,64)	6.246.626,28	-33,71
MG	COROMANDEL	31	1930	2	(9.008.647,25)	29.817.106,26	-30,21
MG	CORONEL MURTA	31	1950	0	(1.538.965,10)	10.200.801,92	-15,08
MG	CORONEL PACHECO	31	1980	9	(499.298,43)	6.741.837,78	-7,41
MG	CORONEL XAVIER CHAVES	31	1970	8	(714.221,14)	6.173.777,50	-11,57
MG	CORREGO DANTA	31	1980	7	50.763,27	6.969.890,58	0,73
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	(1.512.802,77)	6.010.836,14	-25,17
MG	CORREGO FUNDO	31	1995	5	(2.669.368,00)	9.546.747,00	-27,98
MG	CORREGO NOVO	31	2000	3	(1.668.269,10)	6.386.307,86	-26,12
MG	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	31	2010	2	262,80	6.822.818,11	0,00
MG	CRISTAIS	31	2020	1	-	14.172.138,38	0,00
MG	CRISTALIA	31	2030	0	(962.004,06)	8.805.850,51	-10,92
MG	CRISTINA	31	2050	8	(1.937.392,83)	10.824.146,24	-17,90
MG	CRUCILANDIA	31	2060	7	(221.358,00)	8.260.815,45	-2,68
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	31	2070	6	(214.770,70)	8.561.293,42	-2,51
MG	CRUZILIA	31	2080	5	(1.117.250,18)	15.610.878,34	-7,16
MG	CURRAL DE DENTRO	31	2087	0	(754.341,42)	8.092.808,03	-9,32
MG	DATAS	31	2100	1	2.495.604,00	7.593.719,31	32,86
MG	DELFIN MOREIRA	31	2110	0	(1.295.668,37)	10.214.168,16	-12,69
MG	DESCOBERTO	31	2130	8	(441.066,01)	7.853.738,64	-5,62
MG	DESTERRO DE ENTRE RIOS	31	2140	7	625.700,00	7.889.814,08	7,95
MG	DESTERRO DO MELO	31	2150	6	139.463,69	6.618.109,32	2,11
MG	DIAMANTINA	31	2160	5	(7.583.685,34)	41.341.503,77	-18,34
MG	DIONISIO	31	2180	3	(899.574,21)	9.479.326,18	-9,49
MG	DIVINO DAS LARANJEIRAS	31	2210	8	(482.459,70)	7.611.495,82	-6,08
MG	DIVINOLANDIA DE MINAS	31	2220	7	241.783,37	8.976.605,58	2,69
MG	DIVISA ALEGRE	31	2235	5	(477.490,79)	9.678.454,08	-4,93
MG	DIVISOPOLIS	31	2245	4	(539.996,62)	9.324.448,45	-5,79
MG	DOM BOSCO	31	2247	0	(906.213,66)	6.830.221,32	-13,27
MG	DOM CAVATI	31	2250	4	(556.927,15)	6.868.741,12	-8,11

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(2.391.421,32)	7.267.032,67	-32,95
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	(664.467,74)	5.435.482,54	-12,22
MG	DONA EUSEBIA	31	2290	0	-	7.962.255,54	0,00
MG	DORES DE GUANHAES	31	2310	6	(1.934.276,64)	9.089.567,96	-21,28
MG	DORES DO INDAIA	31	2320	5	7.801.753,90	16.331.133,96	47,77
MG	DORES DO TURVO	31	2330	4	(1.337.200,17)	6.616.454,49	-20,21
MG	DORESOPOLIS	31	2340	3	(308.633,46)	5.981.707,94	-5,16
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	841.559,77	6.632.344,54	12,69
MG	DURANDE	31	2352	8	(514.157,50)	7.837.105,20	-6,56
MG	ELOI MENDES	31	2360	1	(3.527.800,00)	26.866.413,00	-13,13
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	31	2380	9	1.481.293,22	8.974.033,84	16,51
MG	ENTRE FOLHAS	31	2385	8	(1.018.747,66)	6.897.122,18	-14,77
MG	ESPINOSA	31	2430	2	(3.298.855,28)	24.492.670,54	-13,47
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	(1.029.295,54)	7.076.385,61	-14,55
MG	ESTIVA	31	2450	0	(802.329,88)	10.789.061,99	-7,44
MG	ESTRELA DALVA	31	2460	9	17.563,78	5.712.595,87	0,31
MG	EUGENOPOLIS	31	2490	6	(892.483,19)	10.217.240,89	-8,74
MG	EWBANK DA CAMARA	31	2500	2	-	6.406.522,36	0,00
MG	EXTREMA	31	2510	1	-	54.343.906,19	0,00
MG	FAMA	31	2520	0	(1.296.205,83)	5.927.313,18	-21,87
MG	FARIA LEMOS	31	2530	9	(208.818,81)	6.339.931,74	-3,29
MG	FELICIO DOS SANTOS	31	2540	8	652.893,13	7.817.150,99	8,35
MG	FELIXLANDIA	31	2570	5	6.650.892,51	18.944.885,56	35,11
MG	FERNANDES TOURINHO	31	2580	4	(457.917,48)	6.274.638,46	-7,30
MG	FERROS	31	2590	3	214.335,09	10.475.774,54	2,05
MG	FERVEDOURO	31	2595	2	(224.118,33)	11.112.963,00	-2,02
MG	FRANCISCOPOLIS	31	2675	2	(665.196,50)	7.650.938,31	-8,69
MG	FREI INOCENCIO	31	2690	1	-	9.939.215,21	0,00
MG	FREI LAGONEGRO	31	2695	0	-	6.202.500,73	0,00
MG	FRONTEIRA	31	2700	8	2.584.443,08	26.431.089,61	9,78
MG	GALILEIA	31	2730	5	499.667,72	8.231.534,96	6,07
MG	GLAUCILANDIA	31	2735	4	(30.262,47)	5.862.122,15	-0,52
MG	GONCALVES	31	2740	4	(522.283,81)	6.433.171,50	-8,12
MG	GOUVEIA	31	2760	2	76.575,71	11.309.965,14	0,68
MG	GRÃO MÓGOL	31	2780	0	(2.408.675,68)	21.447.309,77	-11,22
MG	GRUPIARA	31	2790	9	225.451,16	7.993.327,37	2,82
MG	GUARACIABA	31	2820	4	782.276,06	10.114.273,91	7,73
MG	GUARANESIA	31	2830	3	(5.021.442,23)	23.042.179,73	-21,79
MG	GUARANI	31	2840	2	-	6.908.781,42	0,00
MG	GUARARA	31	2850	1	(528.077,95)	7.093.719,85	-7,44
MG	GUARDA-MOR	31	2860	0	(2.442.626,19)	12.140.531,66	-20,12
MG	GUIMARANIA	31	2890	7	-	9.613.723,10	0,00
MG	HELIODORA	31	2920	2	(598.481,37)	7.519.829,35	-7,96
MG	IAPU	31	2930	1	2.785.549,91	10.915.308,30	25,52
MG	IBERTIOGA	31	2940	0	(1.131.136,29)	8.126.812,18	-13,92
MG	IBIRACI	31	2970	7	(3.756.992,34)	18.491.894,25	-20,32
MG	IBITURUNA	31	3000	2	-	6.920.130,61	0,00
MG	ICARAI DE MINAS	31	3005	1	(2.456.744,76)	10.062.343,75	-24,42
MG	IGARAPE	31	3010	1	1.505.353,51	33.721.238,88	4,46
MG	ILICINEA	31	3050	7	(666.832,58)	12.280.877,54	-5,43
MG	IMBÉ DE MINAS	31	3055	6	-	7.470.325,03	0,00
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	(1.091.808,06)	8.224.781,71	-13,27
MG	INDAIA BIRA	31	3065	5	(723.585,92)	9.077.569,15	-7,97
MG	INHAUMA	31	3100	0	-	9.623.893,79	0,00
MG	INIMUTABA	31	3110	9	2.122.466,30	8.273.683,33	25,65
MG	IPABA	31	3115	8	(1.883.897,63)	12.569.776,36	-14,99
MG	IPANEMA	31	3120	6	1.593.434,27	17.706.437,41	9,00
MG	ITABIRINHA	31	3180	2	(35.783,35)	11.202.972,37	-0,32
MG	ITABIRITO	31	3180	1	(5.689.966,63)	87.833.335,67	-6,48
MG	ITACARAMBI	31	3210	7	(2.775.656,05)	24.489.868,79	-11,33
MG	ITAGUARA	31	3220	6	(2.537.667,24)	14.083.163,34	-18,02
MG	ITAMARANDIBA	31	3250	3	4.108.428,92	28.318.569,84	14,51
MG	ITAMARATI DE MINAS	31	3260	2	(708.275,96)	8.119.424,27	-8,72
MG	ITAMOGI	31	3290	9	(1.282.971,86)	12.581.438,42	-10,21
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	(872.917,31)	21.105.788,59	-4,14

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	ITAPECERICA	31	3350	1	(840.198,61)	18.408.951,86	-4,56
MG	ITAPEVA	31	3360	0	(1.319.612,54)	11.647.159,40	-11,33
MG	ITATIAIUCU	31	3370	9	(5.439.309,82)	24.931.370,14	-21,82
MG	ITUETA	31	3410	3	(1.192.728,12)	8.550.421,02	-13,95
MG	ITUMIRIM	31	3430	1	(548.345,45)	6.819.097,90	-8,04
MG	ITURAMA	31	3440	0	10.153.365,34	68.261.646,59	14,87
MG	ITUTINGA	31	3450	9	159.729,30	8.253.537,09	1,94
MG	JABOTICATUBAS	31	3460	8	(3.714.462,17)	16.914.847,14	-21,96
MG	JACINTO	31	3470	7	(861.558,28)	12.278.469,20	-7,02
MG	JACUTINGA	31	3490	5	(2.450.325,55)	29.689.427,69	-8,25
MG	JAGUARACU	31	3500	1	-	7.895.629,95	0,00
MG	JAIBA	31	3505	0	3.342.279,46	28.971.798,11	11,54
MG	JAPARAIBA	31	3530	8	(764.902,73)	6.742.866,00	-11,34
MG	JECEABA	31	3540	7	(10.846.959,57)	22.675.983,37	-48,28
MG	JENIPAPO DE MINAS	31	3545	6	361.903,60	9.309.666,90	3,89
MG	JEQUITIBA	31	3570	4	-	8.437.050,21	0,00
MG	JEQUITINHONHA	31	3580	3	(1.582.422,27)	22.804.178,62	-6,94
MG	JESUANIA	31	3590	2	413.614,60	7.456.003,42	5,55
MG	JOAIMA	31	3600	9	103.612,96	15.717.577,13	0,66
MG	JOANESIA	31	3610	8	(863.170,32)	8.145.483,53	-10,60
MG	JOAO PINHEIRO	31	3630	6	(938.607,26)	47.224.413,17	-1,99
MG	JOAQUIM FELICIO	31	3640	5	4.355.063,72	8.984.460,87	48,47
MG	JOSE RAYDAN	31	3655	3	(1.002.072,56)	7.117.973,01	-14,06
MG	JUATUBA	31	3665	2	585.183,67	43.007.350,27	1,36
MG	JUVENILIA	31	3695	9	(1.498.254,77)	7.897.533,19	-18,97
MG	LADAINHA	31	3700	7	(597.031,91)	16.033.871,33	-3,72
MG	LAGOA DA PRATA	31	3720	5	(250.297,83)	46.082.806,37	-0,56
MG	LAGOA DOS PATOS	31	3730	4	(504.913,88)	7.135.095,55	-7,08
MG	LAGOA DOURADA	31	3740	3	(3.553.294,87)	12.669.178,26	-28,05
MG	LAGOA FORMOSA	31	3750	2	(3.041.042,84)	19.139.162,66	-15,89
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	-	9.922.596,69	0,00
MG	LAGOA SANTA	31	3760	1	(1.422.893,71)	75.312.848,66	-1,89
MG	LAJINHA	31	3770	0	5.021.070,32	20.223.005,91	24,83
MG	LAMBARI	31	3780	9	484.726,55	21.244.686,52	2,28
MG	LAMIM	31	3790	8	657.930,71	5.943.456,41	11,07
MG	LEANDRO FERREIRA	31	3830	2	(1.643.088,43)	6.124.545,48	-26,83
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	(877.659,41)	7.954.527,03	-8,52
MG	LIBERDADE	31	3850	0	204.498,10	6.936.412,08	2,95
MG	LIMA DUARTE	31	3860	9	718.911,27	16.022.030,73	4,49
MG	LIMEIRA DO OESTE	31	3862	5	1.418.305,71	14.118.214,59	10,05
MG	LONTRA	31	3865	8	3.244.012,89	9.273.197,15	34,98
MG	LUISBURGO	31	3867	4	-	7.618.825,96	0,00
MG	LUMINARIAS	31	3870	8	(1.008.027,53)	7.309.146,67	-13,79
MG	LUZ	31	3880	7	2.733.044,41	19.397.305,20	14,09
MG	MACHACALIS	31	3890	6	895.541,85	8.327.856,40	10,75
MG	MALACACHETA	31	3920	1	(5.460.304,03)	19.568.830,77	-27,90
MG	MANTENA	31	3960	7	13.998.120,73	29.261.914,71	47,84
MG	MAR DE ESPANHIA	31	3980	5	(393.732,77)	11.077.021,92	-3,55
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	(118.687,19)	13.279.515,45	-0,89
MG	MARIO CAMPOS	31	4015	9	205.976,73	11.167.218,49	1,84
MG	MARIPA DE MINAS	31	4020	9	(595.492,72)	6.439.127,29	-9,25
MG	MARTINHO CAMPOS	31	4060	6	(3.208.148,76)	17.314.379,03	-18,53
MG	MARTINS SOARES	31	4053	0	(101.070,79)	8.308.477,40	-1,22
MG	MATERLANDIA	31	4060	5	(1.041.977,72)	7.298.135,00	-14,28
MG	MATHIAS LOBATO	31	7150	1	24.472,80	7.080.680,71	0,35
MG	MATIAS BARBOSA	31	4080	3	(1.956.353,38)	28.781.098,17	-6,80
MG	MATOZINHOS	31	4110	8	10.735.415,74	39.344.085,50	27,29
MG	MATUTINA	31	4120	7	611.497,10	7.550.528,40	8,10
MG	MEDEIROS	31	4130	6	377.395,00	7.932.157,54	4,76
MG	MEDINA	31	4140	5	7.690.159,54	18.367.436,64	41,87
MG	MENDES PIMENTEL	31	4150	4	666.563,66	8.625.933,42	7,73
MG	MERCES	31	4160	3	(1.838.446,28)	10.157.511,12	-18,11
MG	MINAS NOVAS	31	4180	1	435.572,43	26.226.001,42	1,66
MG	MINOURI	31	4190	0	-	6.332.235,08	0,00
MG	MIRADOURO	31	4210	6	(974.378,00)	11.978.496,99	-8,13
MG	MIRAVANIA	31	4225	4	319.089,57	7.138.420,29	4,47
MG	MOEDA	31	4230	4	(1.876.449,49)	7.235.694,58	-25,93

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	MONSENHOR PAULO	31	4260	1	(929.108,10)	9.128.300,48	-10,18
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(3.681.219,86)	12.991.449,18	-28,34
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	(2.756.987,69)	26.716.951,66	-10,33
MG	MONTE BELO	31	4300	5	-	11.982.573,17	0,00
MG	MONTE CARMELO	31	4310	4	9.902.217,02	48.685.718,09	20,38
MG	MONTE SANTO DE MINAS	31	4320	3	(2.865.223,70)	21.950.693,20	-13,05
MG	MONTEZUMA	31	4345	0	(2.538.962,97)	8.846.739,10	-28,70
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	0	(1.534.850,54)	18.560.120,93	-8,27
MG	MORRO DA GARÇA	31	4360	9	(104.851,50)	7.370.336,51	-1,42
MG	MUNHOZ	31	4380	7	678.777,47	6.822.984,84	9,95
MG	MUZAMBINHO	31	4410	2	(1.415.558,94)	18.381.910,73	-7,70
MG	NAQUE	31	4435	9	1.038.774,27	7.549.886,26	13,76
MG	NATALÂNDIA	31	4437	6	515.281,13	6.612.101,41	7,79
MG	NATÉRCIA	31	4440	9	(881.131,01)	7.399.884,64	-8,93
MG	NEPOMUCENO	31	4460	7	(4.505.911,00)	25.829.917,00	-17,44
MG	NOVA BELEM	31	4467	2	(2.865.173,32)	7.045.105,79	-40,67
MG	NOVA MODICA	31	4490	4	(419.197,87)	7.118.145,82	-5,89
MG	NOVA PONTE	31	4500	0	(3.017.952,15)	24.903.512,83	-12,12
MG	NOVA RESENDE	31	4510	9	(10.156.715,40)	16.742.849,23	-60,66
MG	NOVA UNIAO	31	3660	3	(348.312,77)	6.964.272,34	-5,00
MG	NOVO CRUZEIRO	31	4530	7	(1.010.896,57)	25.177.337,85	-4,02
MG	NOVORIZONTE	31	4537	2	(870.274,96)	7.967.886,69	-10,92
MG	OLHOS D'ÁGUA	31	4545	5	(1.116.123,77)	8.937.053,13	-12,49
MG	OLÍMPIO NORONHA	31	4550	5	(905.382,36)	6.985.791,40	-12,96
MG	OLIVEIRA	31	4550	4	(2.864.646,47)	42.998.934,52	-6,66
MG	OLIVEIRA FORTES	31	4570	3	(181.217,43)	5.889.756,65	-3,08
MG	ORATORIOS	31	4586	1	(578.721,87)	8.119.614,32	-7,13
MG	OURO BRANCO	31	4590	1	3.530.029,96	67.940.241,17	5,20
MG	OURO FINO	31	4600	8	(5.177.627,23)	31.584.768,98	-16,39
MG	PADRE CARVALHO	31	4625	5	(580.021,59)	7.862.416,22	-7,38
MG	PADRE PARAISO	31	4630	5	-	19.251.591,62	0,00
MG	PAINS	31	4650	3	448.100,00	13.832.640,00	3,24
MG	PALMA	31	4670	1	(149.393,52)	7.448.622,63	-2,01
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	(2.113.822,64)	18.132.760,40	-11,66
MG	PARAGUACU	31	4720	4	(2.499.237,99)	21.352.520,88	-11,70
MG	PARAISÓPOLIS	31	4730	3	(2.579.154,00)	22.452.632,67	-11,49
MG	PASSA QUATRO	31	4760	0	(2.955.385,68)	15.731.797,27	-18,79
MG	PASSA TEMPO	31	4770	9	(807.499,84)	9.871.434,06	-8,18
MG	PASSA VINTE	31	4780	8	149.914,22	5.892.786,44	2,54
MG	PASSABEM	31	4750	1	(339.276,03)	5.202.545,59	-6,52
MG	PATROCÍNIO DO MURIAE	31	4820	2	(629.936,55)	7.167.530,05	-8,79
MG	PAULA CANDIDO	31	4830	1	(1.427.582,27)	8.411.988,24	-16,97
MG	PECANHA	31	4860	8	343.110,53	16.790.148,12	2,04
MG	PEDRA AZUL	31	4870	7	(785.162,70)	24.008.974,41	-3,27
MG	PEDRA BONITA	31	4875	6	(712.863,52)	9.134.173,68	-7,80
MG	PEDRA DO INDAIA	31	4880	5	162.544,67	7.368.407,05	2,21
MG	PEDRA DOURADA	31	4900	2	153.871,77	6.522.349,80	2,36
MG	PEDRALVA	31	4910	1	(1.815.397,74)	11.020.594,63	-16,47
MG	PEDRINÓPOLIS	31	4920	0	552.150,93	9.291.415,20	5,94
MG	PEDRO TEIXEIRA	31	4940	8	(1.250.788,74)	5.580.823,41	-22,41
MG	PEQUERI	31	4950	7	(785.518,86)	6.543.396,35	-12,00
MG	PERDIGÃO	31	4970	5	(698.424,62)	9.347.105,12	-7,47
MG	PERDIZES	31	4980	4	8.814.695,56	25.253.969,67	34,90
MG	PERDÕES	31	4990	3	2.078.153,44	21.815.388,02	9,53
MG	PESCADOR	31	5000	0	216.723,41	6.547.845,98	3,31
MG	PIAU	31	5010	9	(1.205.154,50)	5.821.543,34	-20,70
MG	PIEDADE DE CARATINGA	31	5015	8	(1.405.129,78)	7.704.064,95	-18,24
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	(483.198,76)	6.782.021,23	-7,12
MG	PIEDADE DOS GERAIS	31	5040	6	324.602,68	6.988.482,73	4,64
MG	PIMENTA	31	5050	5	431.184,00	11.244.175,00	3,83
MG	PINTÓPOLIS	31	5057	0	(730.888,71)	8.643.258,00	-8,46
MG	PIRACEMA	31	5060	4	834.692,65	8.071.447,77	10,34
MG	PIRAJUBA	31	5070	3	629.376,56	10.334.381,01	6,09
MG	PIRANGA	31	5080	2	(1.381.421,00)	16.932.474,00	-8,16
MG	PIRANGUCU	31	5090	1	(2.121.287,06)	6.654.814,02	-31,88
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	-	9.042.144,34	0,00
MG	PIRAUBA	31	5130	5	(1.078.531,99)	10.914.434,33	-9,88

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	PITANGUI	31	5140	4	8.988.008,85	17.110.433,31	52,53
MG	PIUMHI	31	5150	3	(6.408.900,00)	38.104.338,00	-16,82
MG	PLANURA	31	5160	2	50.303,50	16.678.681,40	0,30
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(9.908.489,77)	14.328.426,10	-59,15
MG	POCRANE	31	5190	9	975.090,48	8.342.717,79	10,44
MG	POMPEU	31	5200	6	5.409.203,01	33.779.754,75	16,01
MG	PONTO CHIQUE	31	5213	1	(1.202.688,29)	7.208.309,22	-16,88
MG	PONTO DOS VOLANTES	31	5217	0	(2.509.852,74)	14.147.111,33	-17,74
MG	PORTO FIRME	31	5230	3	1.415.384,65	8.786.425,56	16,11
MG	PRATAPOLIS	31	5290	7	8.021.920,92	11.457.770,30	70,01
MG	PRATINHA	31	5300	4	(597.844,93)	6.668.624,65	-8,97
MG	PRESIDENTE JUSCELINO	31	5320	2	1.251.580,61	6.951.625,05	18,00
MG	PRESIDENTE KUBITSCHKE	31	5330	1	1.442.847,71	6.497.018,19	22,21
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	31	5340	0	(2.986.948,77)	22.807.395,29	-13,10
MG	PRUDENTE DE MORAIS	31	5360	8	424.812,03	10.396.780,52	4,09
MG	QUARTEL GERAL	31	5370	7	97.921,11	7.300.964,24	1,34
MG	QUELUZITO	31	5380	6	(1.624.604,77)	6.096.894,72	-26,65
MG	RAPOSOS	31	5390	5	138.448,19	12.191.419,13	1,14
MG	RECREIO	31	5410	1	2.568.480,86	12.397.279,77	20,72
MG	REDUTO	31	5415	0	78.886,98	8.277.621,07	0,93
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(1.392.791,23)	10.158.059,44	-13,71
MG	RESPLENDOR	31	5430	9	4.302.365,77	22.474.670,50	19,14
MG	RIACHO DOS MACHADOS	31	5450	7	1.051.235,89	9.852.115,66	10,67
MG	RIO CASCA	31	5490	3	(863.650,65)	17.903.942,37	-4,82
MG	RIO DO PRADO	31	5510	8	(603.380,66)	8.002.990,98	-7,54
MG	RIO DOCE	31	5500	9	(1.078.732,30)	7.761.749,19	-13,90
MG	RIO MANO	31	5530	6	(218.834,60)	7.569.363,82	-2,89
MG	RIO PARANAIBA	31	5550	4	3.824.689,00	18.074.474,00	21,16
MG	RIO PARDO DE MINAS	31	5580	3	(2.418.683,98)	26.888.407,86	-9,07
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	(571.626,57)	18.318.587,87	-3,12
MG	RIO PRETO	31	5590	0	(1.436.348,13)	8.436.899,03	-17,02
MG	RIO VERMELHO	31	5600	7	-	12.947.238,63	0,00
MG	ROCHEDO DE MINAS	31	5620	5	(771.307,68)	6.061.965,74	-12,72
MG	RODEIRO	31	5630	4	(1.737.393,77)	8.188.249,28	-21,22
MG	ROMARIA	31	5640	3	(1.157.353,98)	9.839.590,23	-11,76
MG	RUBELITA	31	5650	2	-	8.190.472,92	0,00
MG	RUBIM	31	5660	1	6.554.114,92	9.598.682,45	68,28
MG	SABINOPOLIS	31	5680	9	(2.065.605,81)	16.732.468,77	-12,34
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	(358.468,82)	46.651.145,87	-0,77
MG	SALINAS	31	5700	5	(7.609.243,79)	34.231.953,22	-22,23
MG	SANTA BARBARA	31	5720	3	(807.992,00)	34.103.699,00	-2,37
MG	SANTA BARBARA DO LESTE	31	5725	2	195.563,36	8.491.422,43	2,30
MG	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	31	5727	8	(806.424,10)	6.726.713,44	-11,99
MG	SANTA BARBARA DO TUGURIO	31	5730	2	(233.346,27)	7.236.588,94	-3,22
MG	SANTA CRUZ DE MINAS	31	5733	6	(2.412.782,29)	6.661.624,41	-36,22
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	31	5737	7	(1.410.310,32)	8.401.441,47	-16,78
MG	SANTA FE DE MINAS	31	5760	9	(614.513,46)	7.026.734,11	-8,75
MG	SANTA JULIANA	31	5770	8	3.584.714,37	10.040.704,16	35,70
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	(550.535,17)	14.705.129,54	-3,74
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	-	13.257.440,25	0,00
MG	SANTA RITA DE CALDAS	31	5820	8	(2.228.811,58)	9.664.982,41	-23,08
MG	SANTA RITA DE IBITIPOCA	31	5840	7	(228.674,15)	5.846.644,69	-3,91
MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	31	5930	8	(1.213.763,52)	7.749.011,71	-15,66
MG	SANTA VITORIA	31	5980	3	(1.016.872,37)	46.615.972,58	-2,18
MG	SANTANA DO JACARE	31	5880	5	(1.378.062,58)	6.678.370,73	-20,63
MG	SANTANA DO MANHUACU	31	5890	4	-	7.525.766,47	0,00
MG	SANTANA DO PARAISO	31	5895	3	(5.530.410,31)	24.722.639,69	-22,37
MG	SANTANA DO RIACHO	31	5900	1	(85.669,97)	6.911.459,91	-1,38
MG	SANTANA DOS MONTES	31	5910	0	(357.684,07)	6.854.063,66	-5,22
MG	SANTO ANTONIO DO AMPARO	31	5990	2	(1.188.293,20)	22.796.118,72	-5,21
MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	31	6020	7	(351.036,70)	7.316.620,56	-4,80
MG	SANTO ANTONIO DO JACINTO	31	6030	6	80.322,75	11.987.287,45	0,67

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	SANTO ANTONIO DO RETIRO	31	6045	4	(1.169.581,85)	9.700.989,07	-12,06
MG	SANTO HIPOLITO	31	6060	3	(92.555,18)	6.403.339,65	-1,45
MG	SÃO BRAS DO SUACUI	31	6090	0	(700.954,36)	7.606.977,17	-9,21
MG	SÃO DOMINGOS DAS DORES	31	6095	9	(683.645,56)	7.879.048,20	-8,68
MG	SÃO DOMINGOS DO PRATA	31	6100	7	1.125.269,25	15.816.425,30	7,11
MG	SÃO FELIX DE MINAS	31	6105	6	(866.306,05)	6.008.583,97	-14,42
MG	SÃO FRANCISCO DE PAULA	31	6120	5	3.919.359,37	8.235.161,38	47,59
MG	SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA	31	6140	3	(2.414.242,91)	7.842.714,83	-30,78
MG	SÃO GERALDO	31	6150	2	571.306,25	6.688.559,66	8,54
MG	SÃO GERALDO DA PIEDADE	31	6160	1	(175.289,15)	8.234.908,62	-2,81
MG	SÃO GERALDO DO BAIXIO	31	6165	0	(1.299.484,35)	6.564.910,04	-19,79
MG	SÃO GONÇALO DO ABAETE	31	6170	0	797.881,64	12.554.313,40	6,35
MG	SÃO GONÇALO DO PARA	31	6180	9	431.916,14	12.287.428,24	3,52
MG	SÃO GONÇALO DO RIO PRETO	31	2550	7	2.327.252,91	7.238.525,16	32,15
MG	SÃO GONÇALO DO SAPUCAI	31	6200	5	(2.557.193,04)	20.809.281,98	-12,29
MG	SÃO GOTARDO	31	6210	4	1.023.017,43	29.243.850,85	3,50
MG	SÃO JOAO BATISTA DO GLORIA	31	6220	3	54.386,44	17.801.919,87	0,31
MG	SÃO JOAO DA LAGOA	31	6225	2	(236.651,50)	7.513.520,99	-3,15
MG	SÃO JOAO DA MATA	31	6230	2	(1.031.465,30)	5.883.716,23	-17,53
MG	SÃO JOAO DAS MISSOES	31	6245	0	1.744.064,60	13.085.153,24	13,33
MG	SÃO JOAO DO MANHUACU	31	6255	9	1.320.222,95	9.623.880,65	13,72
MG	SÃO JOAO DO ORIENTE	31	6260	9	(798.546,30)	7.609.343,22	-10,49
MG	SÃO JOAO DO PACUI	31	6265	8	(1.127.506,91)	7.318.266,21	-15,41
MG	SÃO JOAO EVANGELISTA	31	6280	7	(2.921.513,92)	16.206.717,33	-18,03
MG	SÃO JOAO NEPOMUCENO	31	6290	6	(2.510.787,31)	23.817.542,69	-10,54
MG	SÃO JOAQUIM DE BICAS	31	6292	2	(1.742.934,31)	26.304.681,49	-6,63
MG	SÃO JOSE DA LAPA	31	6295	5	(2.169.242,00)	26.362.907,00	-8,23
MG	SÃO JOSE DA SAFIRA	31	6300	3	-	8.421.835,16	0,00
MG	SÃO JOSE DA VARGINHA	31	6310	2	712.150,84	7.632.350,91	9,33
MG	SÃO JOSE DO DIVINO	31	6330	0	(1.492.774,93)	6.664.855,21	-22,40
MG	SÃO JOSE DO JACURI	31	6350	8	-	7.220.321,76	0,00
MG	SÃO JOSE DO MANTIMENTO	31	6360	7	(604.649,29)	5.885.923,56	-10,10
MG	SÃO LOURENÇO	31	6370	6	17.343.868,72	54.682.688,87	31,72
MG	SÃO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	(762.725,71)	7.329.301,17	-10,41
MG	SÃO PEDRO DO SUACUI	31	6410	0	743.575,59	7.528.518,09	9,88
MG	SÃO ROQUE DE MINAS	31	6430	8	2.437.206,36	9.507.542,98	25,63
MG	SÃO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	(660.130,60)	7.593.228,46	-8,69
MG	SÃO SEBASTIAO DO ANTA	31	6447	2	(1.328.673,14)	8.352.527,83	-15,91
MG	SÃO SEBASTIAO DO MARANHÃO	31	6450	6	(1.104.917,33)	9.328.231,49	-11,85
MG	SÃO SEBASTIAO DO RIO VERDE	31	6490	2	211.268,09	6.113.708,22	3,46
MG	SÃO TIAGO	31	6500	8	(555.857,10)	9.312.836,34	-6,08
MG	SÃO TOMAS DE AQUINO	31	6510	7	569.354,65	9.369.739,73	6,08
MG	SÃO VICENTE DE MINAS	31	6530	5	-	8.732.640,67	0,00
MG	SAPUCAI-MIRIM	31	6540	4	23.487,62	7.844.481,54	0,30
MG	SARDOA	31	6550	3	(1.580.141,89)	7.397.167,64	-21,36
MG	SARZEDO	31	6553	7	(15.809.245,14)	35.997.418,85	-43,92
MG	SEM-PEIXE	31	6556	0	(72.694,24)	6.303.054,48	-1,15
MG	SENADOR FIRMINO	31	6570	1	(876.300,78)	9.164.507,24	-9,56
MG	SENADOR JOSE BENTO	31	6580	0	(903.286,01)	5.466.971,67	-16,52
MG	SENADOR MODESTINO GONÇALVES	31	6590	9	2.538.541,30	8.225.714,72	30,86
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	31	6600	6	(1.666.380,81)	8.045.309,44	-20,71
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	31	6620	4	(1.612.169,43)	8.877.558,88	-18,16
MG	SERITINGA	31	6640	2	-	5.842.357,44	0,00
MG	SERRA AZUL DE MINAS	31	6650	1	1.168.135,52	6.427.070,53	18,18
MG	SERRA DO SALITRE	31	6680	8	(1.829.955,47)	15.470.221,43	-11,83
MG	SERRANIA	31	6690	7	30.970,94	8.713.810,29	0,36
MG	SERRO	31	6710	3	(2.438.422,85)	18.979.566,70	-12,85
MG	SETUBINHA	31	6555	2	(733.622,00)	9.481.547,54	-7,74
MG	SILVEIRANIA	31	6730	1	(236.132,38)	5.809.295,20	-4,06
MG	SILVIANOPOLIS	31	6740	0	-	8.180.045,45	0,00
MG	SIMÃO PEREIRA	31	6750	9	(507.513,01)	8.276.635,76	-6,13

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	SIMONESIA	31	6760	8	2.408.431,79	18.612.829,06	14,56
MG	SOBRALIA	31	6770	7	(580.039,68)	6.760.911,23	-8,73
MG	SOLEDADE DE MINAS	31	6780	6	-	7.168.666,48	0,00
MG	TAPÁRUBA	31	6805	1	334.320,03	5.769.581,35	6,79
MG	TAQUARACU DE MINAS	31	6830	9	3.148.422,37	8.081.236,36	38,96
MG	TIRADENTES	31	6880	4	519.111,49	9.418.378,50	5,51
MG	TIROS	31	6890	3	1.219.998,74	8.825.210,72	13,82
MG	TOCANTINS	31	6900	0	(977.514,68)	15.212.140,30	-6,43
MG	TOLEDO	31	6910	9	(1.486.138,33)	7.196.948,63	-20,65
MG	TOMBOS	31	6920	8	(1.658.409,21)	10.917.186,90	-15,19
MG	TRES MARIAS	31	6935	6	7.218.028,05	54.354.818,87	13,28
MG	TURVOLANDIA	31	6980	2	(694.978,42)	6.972.802,61	-9,97
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	(439.455,71)	8.991.618,92	-4,89
MG	URUCANIA	31	7050	3	3.159.700,51	11.622.910,36	27,19
MG	VARGEM ALEGRE	31	7057	8	-	8.406.866,87	0,00
MG	VARJAO DE MINAS	31	7075	0	(871.127,76)	8.974.509,58	-9,71
MG	VARZEA DA PALMA	31	7080	0	8.655.863,30	37.615.681,67	23,01
MG	VARZELANDIA	31	7090	9	1.071.417,17	16.575.485,99	6,46
MG	VAZANTE	31	7100	6	(5.816.154,00)	27.032.931,00	-21,62
MG	VEREDINHA	31	7107	1	(1.513.029,69)	7.909.335,56	-19,13
MG	VERISSIMO	31	7110	5	(1.818.734,14)	8.626.531,65	-21,08
MG	VIEIRAS	31	7140	2	(523.894,96)	6.987.946,88	-7,50
MG	VIRGINIA	31	7170	9	123.309,93	7.813.209,82	1,58
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	31	7200	4	1.311.523,73	34.977.640,47	3,75
MG	WENCESLAU BRAZ	31	7220	2	(1.131.510,65)	5.217.010,74	-21,69
MS	ALCINOPOLIS	50	25	2	-	16.187.570,47	0,00
MS	ANTONIO JOAO	50	90	6	8.993.179,93	14.678.862,74	61,27
MS	APARECIDA DO TABOADO	50	100	3	2.546.259,13	36.298.957,27	7,01
MS	BELA VISTA	50	210	0	5.096.880,00	18.810.360,00	27,10
MS	BRASILANDIA	50	230	8	(10.774.567,33)	28.892.810,24	-37,29
MS	CAMAPUA	50	260	5	5.658.196,49	22.497.200,48	25,15
MS	CASSILANDIA	50	290	2	-	33.536.793,47	0,00
MS	CHAPADAO DO SUL	50	295	1	-	44.121.569,74	0,00
MS	COSTA RICA	50	325	6	(9.373.005,15)	44.862.263,95	-20,89
MS	COXIM	50	330	6	2.516.355,49	38.596.992,80	6,52
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(2.281.007,28)	9.403.475,13	-24,26
MS	GLORIA DE DOURADOS	50	400	7	109.095,27	14.079.220,65	0,77
MS	IGUATEMI	50	430	4	(448.906,94)	24.269.887,00	-1,85
MS	INOCENCIA	50	440	3	(2.749.024,21)	17.979.126,57	-15,29
MS	ITAQUIRAI	50	460	1	6.475.375,38	25.603.295,58	21,39
MS	JARAGUARI	50	490	8	(1.368.831,99)	11.959.330,54	-11,45
MS	JATEI	50	510	3	2.234.915,53	15.725.612,83	14,21
MS	JUTI	50	515	2	682.397,42	8.374.850,89	8,15
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	1.259.443,67	27.751.831,99	4,54
MS	NOVA ANDRADINA	50	620	0	(776.220,00)	64.640.419,00	-1,20
MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	50	625	9	(754.144,11)	10.999.054,87	-6,92
MS	PARANAIBA	50	630	9	-	56.264.064,38	0,00
MS	PEDRO GOMES	50	640	8	3.546.869,82	13.870.544,30	25,57
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	(845.835,85)	40.412.100,57	-2,09
MS	RIO BRILHANTE	50	720	8	2.235.209,11	48.185.770,83	4,64
MS	ROCHEDO	50	750	5	-	10.552.553,58	0,00
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	50	769	5	5.482.115,89	48.256.328,71	11,36
MS	SELVIRIA	50	780	2	(2.112.162,86)	17.148.631,80	-12,32
MS	SIDROLANDIA	50	790	1	2.477.359,99	70.041.402,20	3,54
MS	TACURU	50	795	0	(2.579.735,08)	16.689.392,37	-15,46
MS	TERENOS	50	800	8	(4.727.965,07)	25.203.999,14	-18,76
MS	VICENTINA	50	840	4	674.870,09	10.670.697,94	6,32
MT	CAMPOS DE JULIO	51	288	6	(2.279.556,54)	18.465.235,28	-13,64
MT	CANARANA	51	270	2	87.857,39	24.916.643,43	0,35
MT	ITIQUEIRA	51	460	9	7.144.862,81	31.185.736,81	22,91
MT	PORTO ESTRELA	51	685	1	(1.631.162,69)	7.876.313,10	-20,71
MT	SERRA NOVA DOURADA	51	788	3	(268.736,26)	5.040.627,42	-5,33
PA	OURILANDIA DO NORTE	15	543	7	(8.237.378,70)	60.686.702,34	-13,57
PA	XINGUARA	15	840	7	(7.647.028,61)	42.064.817,21	-18,18
PB	AGUIAR	25	20	5	4.727.251,20	7.279.078,15	64,94
PB	ESPERANCA	25	600	4	(412.852,82)	29.090.791,16	-1,42
PB	MATUREIA	25	939	6	(459.672,50)	7.851.274,45	-5,85

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PB	POCO DANTAS	25	1203	5	(739.578,00)	8.303.880,00	-8,91
PB	SANTAREM	25	1365	3	248.956,00	7.391.238,78	3,37
PB	SOSSEGO	25	1615	1	(880.691,86)	5.642.929,66	-15,61
PB	SUME	25	1630	0	1.137.442,00	16.422.028,00	6,93
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	-	30.551.900,76	0,00
PE	BELEM DE MARIA	26	150	8	-	11.820.184,35	0,00
PE	BETANIA	26	180	5	(1.524.086,27)	14.323.676,24	-10,64
PE	BODOCO	26	200	1	3.656.594,64	37.626.584,00	9,72
PE	BOM JARDIM	26	220	9	(4.028.889,68)	33.866.764,83	-11,86
PE	BREJAO	26	240	7	-	11.592.982,34	0,00
PE	BREJINHO	26	250	6	(804.043,10)	9.485.209,76	-8,48
PE	CAETES	26	320	7	4.969,14	29.404.001,93	0,02
PE	CARNAIBA	26	390	0	1.875.766,24	19.763.992,75	9,49
PE	CASINHAS	26	415	5	1.865.889,00	17.016.836,58	10,96
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	1.048.607,58	14.198.083,77	7,39
PE	CORTES	26	480	9	(165.741,72)	19.280.970,75	-0,88
PE	CUMARU	26	490	8	767.311,00	20.494.071,82	3,74
PE	FERREIROS	26	550	9	-	12.531.094,42	0,00
PE	FLORES	26	560	8	2.385.690,60	23.522.569,57	10,14
PE	GRANITO	26	630	9	(3.498.499,10)	11.153.957,54	-31,37
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	502.292,86	9.634.897,22	5,11
PE	IGUARACI	26	690	3	(1.183.953,56)	12.634.478,08	-9,37
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	8.586.495,00	19.432.167,84	44,18
PE	ITACURUBA	26	740	6	1.471.245,04	16.983.992,89	8,66
PE	ITAPETIM	26	770	3	(2.712.443,48)	14.528.962,80	-18,67
PE	JATOBA	26	805	7	-	16.007.683,71	0,00
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	388.243,69	21.048.108,98	1,84
PE	MACAPARANA	26	900	6	(2.075.118,00)	24.841.503,14	-8,35
PE	MACHADOS	26	910	5	(567.831,00)	13.720.361,82	-4,14
PE	MOREILANDIA	26	1430	3	(85.011,50)	14.696.049,00	-0,58
PE	OROBO	26	970	9	6.107.954,36	26.771.706,23	22,81
PE	PASSIRA	26	1050	9	3.253.580,06	28.020.275,09	11,61
PE	PAUDALHO	26	1060	8	410.805,52	42.696.661,77	0,96
PE	PEDRA	26	1080	8	1.269.828,60	20.678.153,61	6,14
PE	QUIXABA	26	1153	3	28.688,52	9.101.439,00	0,32
PE	SALGADINHO	26	1210	9	(536.212,00)	9.163.112,59	-5,85
PE	SALOA	26	1230	7	2.265.861,19	17.413.997,02	13,01
PE	SANHARO	26	1240	6	(588.957,26)	19.611.211,01	-3,00
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	-	18.491.366,37	0,00
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	(360.585,74)	13.608.309,38	-2,65
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	178.309,78	12.058.679,55	1,48
PE	SAO JOAO	26	1320	6	(657.822,21)	23.086.613,43	-2,85
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	26	1340	4	428.240,06	21.116.172,51	2,03
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	2.233.429,06	31.740.735,76	7,04
PE	SAO VICENTE FERRER	26	1380	0	(807.533,00)	20.588.762,60	-3,92
PE	SERRITA	26	1400	6	1.796.376,00	22.966.659,00	7,82
PE	SERTANIA	26	1410	5	(4.580.692,30)	35.760.529,96	-12,81
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	6.978.932,00	37.531.393,00	18,59
PE	TACARATU	26	1480	8	(1.193.482,05)	19.469.851,25	-6,13
PE	TAMANDARE	26	1485	7	2.888.063,00	25.078.801,74	11,52
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(1.523.958,53)	10.173.883,00	-14,98
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(4.235.897,46)	17.409.142,56	-24,33
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	-	10.501.383,82	0,00
PE	VERDEJANTE	26	1610	0	285.543,83	10.975.511,23	2,69
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	(1.036.300,36)	10.360.319,39	-10,00
PR	ADRIANOPOLIS	41	20	2	3.164.813,30	10.820.392,09	29,25
PR	ALTO PARAISO	41	2862	5	904.138,27	9.657.728,48	9,36
PR	AMPERE	41	100	2	72.645,37	17.800.056,38	0,41
PR	ANDARA	41	110	1	11.573.786,68	23.855.500,92	48,52
PR	ANGULO	41	115	0	(125.080,89)	6.024.162,53	-2,09
PR	ANTONIO OLINTO	41	130	9	130.698,37	8.686.009,28	1,50
PR	ARAPOTI	41	160	6	1.266.739,23	35.408.647,48	3,58
PR	ARAPUA	41	165	5	(19.448,84)	6.606.610,58	-0,29
PR	ARARUNA	41	170	5	6.160.610,19	13.248.642,95	46,50
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	4.813.766,06	38.703.523,07	12,44
PR	ATALAIA	41	220	8	(1.203.323,61)	7.038.077,29	-17,10

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	BALSA NOVA	41	230	7	(925.044,97)	19.244.234,32	-4,81
PR	BANDEIRANTES	41	240	6	7.487.640,69	31.763.855,73	23,57
PR	BARBOSA FERAZ	41	250	5	2.526.649,52	15.937.396,05	15,85
PR	BARRAÇAO	41	260	4	749.086,68	11.958.878,02	6,26
PR	BELA VISTA DO PARAISO	41	280	2	2.284.601,04	14.716.244,56	15,52
PR	BITURUNA	41	290	1	3.367.320,90	24.397.214,10	13,80
PR	BOA ESPERANCA	41	300	8	97.843,02	10.014.057,70	0,98
PR	BOA ESPERANCA DO IGUAÇU	41	302	4	(85.564,31)	6.982.704,75	-1,23
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	2.031.568,48	12.283.933,65	16,64
PR	BOM JESUS DO SUL	41	315	6	(361.311,62)	7.360.469,38	-4,90
PR	BOM SUCESSO	41	320	6	4.161.881,75	8.902.559,54	46,75
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	837.480,98	7.774.247,02	10,77
PR	BORRAZOPOLIS	41	330	5	1.669.600,95	8.271.678,48	20,18
PR	BRAGANEY	41	335	4	(44.033,28)	9.065.027,25	-0,49
PR	BRASILANDIA DO SUL	41	337	0	8.808,79	7.708.597,02	0,11
PR	CAFELANDIA	41	345	3	820.378,39	20.971.230,50	3,91
PR	CAFEZAL DO SUL	41	347	9	771.019,29	7.219.490,47	10,68
PR	CAMPINA DA LAGOA	41	390	9	1.266.193,58	18.428.794,20	6,87
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	41	400	6	390.998,70	44.800.922,79	0,87
PR	CAMPO DO TENENTE	41	410	5	1.292.976,62	8.716.213,82	14,83
PR	CANDIDO DE ABREU	41	440	2	1.080.943,92	20.335.945,37	5,32
PR	CANDOI	41	442	8	(14.615.249,94)	26.757.782,24	-54,62
PR	CANTAGALO	41	445	1	3.978.678,31	12.324.006,82	32,28
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	41	460	0	(194.925,96)	18.469.404,95	-1,06
PR	CARAMBEI	41	465	9	663.602,68	32.498.828,18	2,04
PR	CENTENARIO DO SUL	41	510	2	1.002.295,31	10.519.017,29	9,53
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	2.020.291,53	32.043.220,30	6,30
PR	CIDADE GAÚCHA	41	560	7	161.806,11	13.079.827,75	1,24
PR	CLEVELANDIA	41	570	6	1.561.341,50	17.689.674,04	8,83
PR	COLORADO	41	590	4	1.955.655,85	25.173.079,89	7,77
PR	CONSELHEIRO MAIRINCK	41	610	0	686.997,13	6.108.840,13	11,25
PR	CONTENDA	41	620	9	(2.635.825,41)	15.874.526,05	-16,60
PR	CORBELIA	41	630	8	(900.410,05)	22.439.962,61	-4,01
PR	CORNÉLIO PROCÓPIO	41	640	7	13.119.239,93	51.808.144,89	25,32
PR	CORUMBATAI DO SUL	41	655	5	81.571,33	6.421.662,86	1,27
PR	CRUZ MACHADO	41	680	3	2.015.358,20	28.615.897,57	7,04
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	41	657	1	655.372,13	9.667.809,84	6,78
PR	CRUZEIRO DO OESTE	41	660	5	2.605.723,59	24.078.287,97	10,82
PR	DIAMANTE DO OESTE	41	715	7	388.797,11	8.166.766,91	4,52
PR	DOURADINA	41	725	6	(3.659.382,26)	10.990.572,23	-33,30
PR	DOUTOR CAMARGO	41	730	6	(305.820,57)	7.225.327,73	-4,23
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	612.625,99	10.543.390,22	5,81
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	41	753	8	(996.413,33)	11.937.015,30	-8,35
PR	ESPERANCA NOVA	41	752	0	(220.212,88)	5.576.758,49	-3,95
PR	ESPIGAO ALTO DO IGUAÇU	41	754	6	668.677,80	8.774.840,40	7,62
PR	FAROL	41	755	3	526.643,89	7.120.414,23	7,40
PR	FAXINAL	41	760	3	5.205.959,50	18.161.267,07	28,67
PR	FENIX	41	770	2	791.148,26	7.996.137,20	9,89
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	372.022,93	8.970.711,92	4,15
PR	FLORAI	41	780	1	(4.485,35)	7.698.915,81	-0,06
PR	FLORESTA	41	790	0	461.577,18	8.359.949,85	5,52
PR	FLORESTOPOLIS	41	800	7	7.431.052,08	11.708.570,03	63,47
PR	FORMOSA DO OESTE	41	820	5	3.078.790,49	10.018.199,56	30,73
PR	FOZ DO JORDAO	41	845	2	(893.761,69)	10.200.843,50	-8,76
PR	GENERAL CARNEIRO	41	850	2	3.360.137,62	17.362.932,87	19,47
PR	GODOY MOREIRA	41	855	1	522.907,44	5.658.820,34	9,24
PR	GOIOERE	41	860	1	6.149.737,19	27.892.439,17	22,05
PR	GUAIRA	41	880	9	(11.280.842,73)	37.204.580,68	-30,32
PR	GUARACI	41	920	3	(358.802,81)	7.589.159,17	-4,73
PR	GUARANIACU	41	930	2	678.926,85	20.480.587,86	3,31
PR	HONÓRIO SERPA	41	965	8	402.332,94	9.741.986,35	4,13
PR	IGUATU	41	1005	2	286.732,67	5.700.094,98	5,03
PR	IMBAU	41	1007	8	(1.159.726,99)	11.454.688,38	-10,12
PR	IMBITUVA	41	1010	2	2.329.867,11	25.914.884,23	8,99
PR	IPIRANGA	41	1050	8	250.151,34	17.962.546,53	1,39

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	IPORA	41	1060	7	-	18.019.973,04	0,00
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1065	6	564.705,63	6.388.592,34	8,84
PR	IRETAMA	41	1080	5	5.627.153,86	13.417.263,63	41,94
PR	ITAIPULANDIA	41	1095	3	-	38.587.643,05	0,00
PR	ITAMBARAÇA	41	1100	1	422.169,33	9.990.242,97	4,23
PR	ITAMBE	41	1110	0	922.313,35	8.508.449,39	10,84
PR	ITAPEJARA D'OESTE	41	1120	9	852.754,78	14.284.489,80	5,97
PR	ITAPERUCU	41	1125	8	(524.388,56)	19.195.734,22	-2,73
PR	ITAUNA DO SUL	41	1130	8	(111.089,18)	5.757.651,71	-1,93
PR	IVAIPORA	41	1150	6	7.587.401,13	25.053.224,70	30,29
PR	IVATUBA	41	1160	5	(498.556,07)	6.772.803,52	-7,33
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	3.546.671,87	40.648.150,03	8,73
PR	JAGUARIAIVA	41	1200	9	(7.689.895,80)	36.956.575,14	-20,81
PR	JANIÓPOLIS	41	1220	7	984.665,94	9.644.941,16	10,21
PR	JAPURA	41	1240	5	734.064,79	10.006.087,29	7,34
PR	JARDIM ALEGRE	41	1250	4	41.362,07	15.747.781,02	0,26
PR	JATAIZINHO	41	1270	2	392.819,94	13.092.829,67	3,00
PR	JESUITAS	41	1275	1	755.334,36	11.294.873,46	6,69
PR	JOAQUIM TAVORA	41	1280	1	(138.685,18)	12.846.264,46	-1,08
PR	JUSSARA	41	1300	7	845.350,84	9.212.809,30	9,18
PR	KALORE	41	1310	6	4.120.988,06	6.500.419,49	63,40
PR	LARANJAL	41	1325	4	1.215.959,13	7.659.097,16	15,88
PR	LARANJEIRAS DO SUL	41	1330	4	5.419.547,82	31.344.336,74	17,29
PR	LEOPOLIS	41	1340	3	3.514.324,29	7.105.898,56	49,46
PR	LOANDA	41	1350	2	123.705,43	20.798.435,34	0,59
PR	LOBATO	41	1360	1	-	8.705.749,51	0,00
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	3.951.805,39	8.469.317,61	46,66
PR	LUPIONÓPOLIS	41	1380	9	800.098,01	9.089.362,09	8,80
PR	MALLET	41	1390	8	3.808.455,65	14.053.587,24	27,10
PR	MAMBORE	41	1400	5	(264.048,53)	20.356.496,92	-1,30
PR	MANDAGUACU	41	1410	4	(834.951,80)	21.436.723,30	-3,89
PR	MANDAGUARI	41	1420	3	12.832.894,28	41.560.844,67	30,88
PR	MANDIRITUBA	41	1430	2	3.616.822,02	24.892.294,70	14,53
PR	MANOEL RIBAS	41	1450	0	(56.904,64)	16.842.529,02	-0,34
PR	MARIA HELENA	41	1470	8	(88.214,99)	7.264.753,49	-1,21
PR	MARIALVA	41	1480	7	890.869,09	34.863.412,28	2,55
PR	MARILANDIA DO SUL	41	1490	6	(294.228,44)	11.587.475,69	-2,54
PR	MARILUZ	41	1510	1	2.567.218,43	13.002.446,09	19,74
PR	MARIPA	41	1535	8	(2.182.211,70)	11.223.940,82	-19,44
PR	MARMELEIRO	41	1540	8	(737.342,19)	15.842.006,82	-4,65
PR	MARUMBI	41	1550	7	2.389.874,98	6.364.068,28	37,55
PR	MATINHOS	41	1570	5	(9.757.363,58)	49.182.129,60	-19,84
PR	MAUA DA SERRA	41	1575	4	(2.727.818,97)	12.387.136,53	-22,02
PR	MEDIANEIRA	41	1580	4	(4.604.874,77)	42.663.272,81	-10,79
PR	MERCEDES	41	1585	3	(908.272,52)	11.084.084,62	-8,19
PR	MIRASELVA	41	1600	0	2.027.160,47	5.262.840,01	38,52
PR	MISSAL	41	1605	9	(3.628.634,39)	18.223.642,00	-19,36
PR	MOREIRA SALES	41	1610	9	2.471.795,24	14.701.040,65	16,81
PR	MORRETES	41	1620	8	2.753.820,29	20.635.161,59	13,35
PR	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	41	1640	6	796.416,71	6.125.413,71	13,00
PR	NOVA ALIANÇA DO IVAI	41	1650	5	(245.517,95)	5.380.446,13	-4,56
PR	NOVA AURORA	41	1670	3	2.019.347,99	15.536.585,79	13,00
PR	NOVA ESPERANÇA	41	1690	1	3.609.223,60	25.654.065,62	14,07
PR	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	41	1695	0	120.957,60	7.781.338,52	1,55
PR	NOVA LARANJEIRAS	41	1705	7	639.398,15	12.527.442,33	5,10
PR	NOVA LONDRINA	41	1710	7	3.982.340,25	13.865.135,34	28,37
PR	NOVA PRATA DO IGUAÇU	41	1725	5	2.395.443,31	16.298.042,21	14,70
PR	NOVA SANTA ROSA	41	1722	2	1.183.641,80	12.534.996,01	9,44
PR	NOVA TEBAS	41	1727	1	1.239.500,66	8.292.269,86	14,95
PR	NOVO ITACOLOMI	41	1729	7	87.264,66	5.920.078,29	1,47
PR	ORTIGUEIRA	41	1730	5	(1.649.259,69)	27.328.156,45	-6,04
PR	PALMAS	41	1760	2	4.713.227,48	43.208.041,60	10,91
PR	PALMITAL	41	1780	0	1.651.855,43	14.417.013,71	11,46
PR	PALOTINA	41	1790	9	1.338.183,57	35.009.189,32	3,82

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receta Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	PATÓ BRAGADO	41	1845	1	(6.841.680,91)	13.797.278,45	-48,59
PR	PAULA FREITAS	41	1860	0	323.619,50	8.456.960,93	3,83
PR	PAULO FRONTIN	41	1870	9	1.256.455,28	8.192.242,02	15,34
PR	PEROLA	41	1880	7	(39.091,69)	9.569.755,03	-0,41
PR	PEROLA D'OESTE	41	1900	4	122.688,01	8.033.356,88	1,63
PR	PIEN	41	1910	3	(53.538,89)	17.187.051,96	-0,31
PR	PINHAO	41	1930	1	14.828,30	33.805.789,99	0,04
PR	PIRAÍ DO SUL	41	1940	0	2.920.663,93	30.452.315,82	9,59
PR	PITANGA	41	1960	8	13.046.442,80	30.374.753,74	42,95
PR	PLANALTIMA DO PARANA	41	1970	7	(568.180,23)	7.051.178,76	-8,06
PR	PLANALTO	41	1980	6	111.987,99	14.984.758,04	0,75
PR	PONTAL DO PARANA	41	1995	4	(13.061.763,67)	33.318.878,85	-39,20
PR	PORTO AMAZONAS	41	2010	1	158.826,86	7.163.581,96	2,19
PR	PRANCHITA	41	2035	8	(240.670,99)	7.732.241,15	-3,11
PR	QUARTO CENTENARIO	41	2065	5	622.310,16	9.013.407,40	6,90
PR	QUATRO BARRAS	41	2080	4	(1.067.103,82)	31.629.212,40	-3,37
PR	QUEDAS DO IGUAÇU	41	2090	3	1.274.901,36	32.670.105,29	3,90
PR	QUERENCIA DO NORTE	41	2100	0	3.796.095,74	13.013.667,18	29,17
PR	QUINTA DO SOL	41	2110	9	402.082,00	8.632.819,24	4,66
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	2.504.247,34	14.776.979,14	16,95
PR	RAMILANDIA	41	2125	7	(1.690,85)	8.495.514,42	-0,02
PR	RANCHO ALEGRE	41	2130	7	98.198,54	6.505.158,62	1,61
PR	RANCHO ALEGRE D'OESTE	41	2135	6	95.204,85	6.995.960,39	1,36
PR	REALEZA	41	2140	6	(1.278.237,41)	16.286.350,78	-7,85
PR	REBOUCAS	41	2150	5	27.423,63	15.299.346,38	0,18
PR	RENASCENÇA	41	2160	4	(202.458,04)	10.873.263,35	-1,86
PR	RESERVA	41	2170	3	(408.055,36)	27.227.478,90	-1,60
PR	RESERVA DO IGUAÇU	41	2175	2	(1.759.304,77)	14.557.714,60	-12,09
PR	RIBEIRÃO CLARO	41	2180	2	(3.103.403,49)	17.554.958,81	-17,68
PR	RIO AZUL	41	2200	8	(2.304.670,90)	15.765.934,37	-14,62
PR	RIO BOM	41	2210	7	4.123.932,26	6.132.152,66	67,25
PR	RIO BRANCO DO SUL	41	2220	6	16.645.024,55	38.535.436,29	43,19
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	(3.803.810,57)	33.194.765,25	-11,46
PR	SABAUDIA	41	2270	1	1.235.344,35	9.518.963,26	12,98
PR	SALTO DO LONTRA	41	2300	6	4.325.196,03	13.471.639,07	32,11
PR	SANTA HELENA	41	2350	1	(21.658.142,30)	62.391.770,10	-34,71
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2360	8	1.364.944,97	14.707.381,41	9,28
PR	SANTA LUCIA	41	2382	4	52.100,97	7.245.956,21	0,72
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	41	2402	0	(107.660,70)	11.177.332,62	-0,96
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	41	2405	3	(7.447.187,75)	32.015.235,71	-23,26
PR	SANTANA DO ITARARE	41	2400	4	(1.039.392,66)	7.281.818,81	-14,27
PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	41	2420	2	770.156,47	5.669.973,65	13,58
PR	SANTO ANTONIO DO PARAISO	41	2430	1	2.430.014,50	8.995.172,06	34,74
PR	SAO CARLOS DO IVAI	41	2480	8	974.188,75	9.784.198,14	9,96
PR	SAO JOAO DO CAIUA	41	2490	5	(993.896,88)	7.460.022,63	-13,34
PR	SAO JOAO DO IVAI	41	2500	1	4.499.853,38	13.506.853,84	33,32
PR	SAO JORGE D'OESTE	41	2520	9	688.674,52	16.832.004,35	4,09
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	41	2535	7	129.800,26	13.000.759,99	1,00
PR	SAO JOSE DA BOA VISTA	41	2540	7	442.926,97	9.004.705,88	4,92
PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	41	2545	6	407.336,24	6.454.957,03	6,31
PR	SAO MANOEL DO PARANA	41	2555	5	(1.916.176,68)	7.572.196,92	-25,31
PR	SAO MATEUS DO SUL	41	2560	5	(21.141.629,88)	45.158.111,19	-46,82
PR	SAO MIGUEL DO IGUAÇU	41	2570	4	(7.895.323,09)	47.103.660,23	-16,76
PR	SAO PEDRO DO IGUAÇU	41	2575	3	(680.959,17)	10.190.039,42	-6,68
PR	SAO PEDRO DO IVAI	41	2580	3	2.719.167,33	12.766.545,58	21,30
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	41	2600	9	4.655.689,84	10.307.573,61	45,17
PR	SAUDE DO IGUAÇU	41	2627	2	450.475,78	14.027.910,29	3,21
PR	SERRANOPOLIS DO IGUAÇU	41	2635	5	739.750,33	11.529.938,91	6,42
PR	SERTANEJA	41	2640	5	1.341.801,31	12.526.751,61	10,71
PR	SERTANOPOLIS	41	2650	4	7.340.897,73	20.472.429,78	35,86
PR	SIQUEIRA CAMPOS	41	2660	3	2.306.510,46	16.971.308,62	13,59
PR	SULINA	41	2665	2	79.501,80	7.866.807,99	1,01
PR	TAPEJARA	41	2680	1	3.501.167,92	18.326.674,97	19,10
PR	TAPIRA	41	2690	0	1.039.231,77	8.853.996,85	11,74

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	544.891,47	12.503.649,52	4,36
PR	TERRA RICA	41	2730	4	4.117.305,18	16.106.270,17	25,56
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	2.457.413,55	20.083.191,16	12,24
PR	TIBAGI	41	2750	2	1.121.017,71	31.488.569,21	3,58
PR	TIJUCAS DO SUL	41	2760	1	5.615.360,73	14.743.386,07	38,09
PR	TRES BARRAS DO PARANA	41	2785	8	1.494.356,68	18.907.645,04	7,90
PR	TUNAS DO PARANA	41	2788	2	546.903,12	10.420.141,22	5,25
PR	TUPASSI	41	2795	7	(1.802.340,22)	13.340.583,62	-13,51
PR	TURVO	41	2796	6	(223.360,88)	16.520.778,60	-1,35
PR	VERA CRUZ DO OESTE	41	2855	9	155.188,65	11.031.807,64	1,41
PR	VERE	41	2860	9	494.542,75	10.956.196,38	4,51
PR	VITORINO	41	2870	8	40.185,10	9.149.680,76	0,44
PR	WENCESLAU BRAZ	41	2850	0	2.007.899,85	18.834.089,55	10,66
PR	XAMBRE	41	2880	7	5.288.750,05	7.841.329,20	67,45
RJ	CARDOSO MOREIRA	33	115	7	1.894.662,30	30.915.989,30	6,13
RJ	CASIMIRO DE ABREU	33	130	6	(39.892.633,50)	152.400.821,20	-26,18
RJ	DUAS BARRAS	33	160	3	(1.077.917,80)	26.618.270,30	-4,05
RJ	ITAOCARA	33	210	6	4.784.848,60	38.183.773,00	12,53
RJ	MANGARATIBA	33	260	1	(11.712.199,00)	149.793.016,10	-7,82
RJ	PATY DO ALFERES	33	385	6	(8.141.139,50)	43.780.579,30	-20,68
RJ	PORTO REAL	33	411	0	(23.372.185,80)	106.947.842,60	-21,85
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	460	7	5.554.069,40	32.327.414,80	17,18
RN	ALTO DO RODRIGUES	24	70	3	(277.462,42)	24.015.839,62	-1,18
RN	CRUZETA	24	300	4	(736.478,58)	8.941.401,57	-8,24
RN	EQUADOR	24	340	0	-	8.104.208,09	0,00
RN	IPANGUACU	24	470	5	(1.319.349,49)	17.506.298,11	-7,54
RN	ITAJA	24	485	3	-	8.766.134,67	0,00
RN	JARDIM DE PIRANHAS	24	580	3	942.894,33	14.972.365,24	6,30
RN	JARDIM DO SERIDO	24	570	2	(158.407,58)	11.859.657,72	-1,34
RN	JUCURUTU	24	610	6	(1.328.462,61)	19.818.443,72	-6,70
RN	LAJES	24	670	0	(3.726.182,25)	11.641.392,88	-32,01
RN	PARELHAS	24	850	4	693.458,10	18.977.949,44	3,65
RN	SÃO JOÃO DO SABUGI	24	1210	4	611.435,32	6.824.918,87	8,96
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	24	1340	9	(1.068.274,41)	8.948.482,56	-11,94
RN	TAIPU	24	1390	4	5.292.959,29	12.320.417,45	42,96
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	(3.461.538,60)	32.843.578,21	-10,51
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(1.863.682,54)	17.013.048,72	-10,95
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	(5.288.790,66)	20.074.077,66	-28,35
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	(1.781.418,16)	24.694.576,68	-7,24
RO	CACAULANDIA	11	60	1	(1.798.611,45)	11.110.697,81	-16,19
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	(1.335.646,01)	9.327.146,52	-14,32
RO	CHUPINGUAIA	11	92	4	(1.889.392,58)	18.754.923,08	-10,07
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(1.842.742,80)	19.681.822,86	-9,41
RO	ESPIGAO D'OESTE	11	9	8	(11.129.562,59)	33.885.436,02	-32,84
RO	MIRANTE DA SERRA	11	130	2	(1.916.033,26)	19.956.986,08	-9,60
RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	(31.043.318,54)	42.624.589,03	-72,83
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	11	146	8	-	7.030.156,37	0,00
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	11	147	6	(1.341.792,11)	8.182.424,09	-16,40
RO	SANTA LUZIA D'OESTE	11	29	6	(1.078.660,57)	11.336.343,85	-9,52
RO	SÃO FRANCISCO DO GUAPORE	11	149	2	(2.542.453,95)	22.640.472,69	-11,23
RO	SÃO MIGUEL DO GUAPORE	11	32	0	(1.556.480,86)	25.773.327,93	-6,04
RO	SERINGUEIRAS	11	160	0	(2.037.571,19)	15.445.474,53	-13,19
RO	URUPA	11	170	8	(3.915.235,95)	17.585.538,41	-22,29
RO	VALE DO PARAISO	11	180	7	(1.148.881,06)	12.996.653,49	-8,64
RS	ACEGUA	43	3	4	(2.172.066,38)	11.839.265,66	-18,36
RS	AGUA SANTA	43	5	9	(634.950,60)	8.808.926,55	-7,21
RS	AGUDO	43	10	9	(227.517,40)	21.837.055,33	-1,04
RS	AJURICABA	43	20	8	(1.627.520,01)	12.433.186,54	-13,09
RS	ALECRIM	43	30	7	(1.707.619,16)	8.394.955,78	-20,34
RS	ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL	43	47	1	(744.510,39)	7.712.801,64	-9,65
RS	ALPESTRE	43	50	5	(2.869.187,93)	14.670.260,11	-19,56
RS	ALTO ALEGRE	43	56	4	128.570,90	7.494.376,11	1,72
RS	ALTO FELIZ	43	67	0	(1.015.514,88)	6.938.624,14	-14,64
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	(765.201,41)	8.804.653,76	-8,89
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	(730.553,00)	10.140.057,00	-7,20

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	ANDRE DA ROCHA	43	66	1	(1.187.010,70)	5.995.951,04	-19,80
RS	ANTA GORDA	43	70	3	(248.009,27)	9.948.303,39	-2,47
RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	1.556.014,17	18.333.350,37	8,49
RS	ARAMBARE	43	85	1	(965.314,85)	9.349.886,72	-10,32
RS	ARATIBA	43	90	1	999.909,21	27.256.483,98	3,67
RS	ARROIO DO MEIO	43	100	8	2.901.854,64	28.653.506,80	10,13
RS	ARROIO DO PADRE	43	107	3	(2.815.732,43)	7.147.044,22	-39,40
RS	ARROIO DO SAL	43	105	7	(2.858.634,24)	18.345.264,51	-15,58
RS	ARROIO DO TIGRE	43	120	6	16.975,85	15.516.335,05	0,11
RS	ARROIO DOS RATOS	43	110	7	(2.493.202,50)	16.242.674,24	-15,35
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	(1.065.036,85)	23.634.500,33	-4,51
RS	ARVOREZINHA	43	140	4	(355.755,88)	12.792.484,46	-2,76
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(1.693.220,63)	11.619.587,37	-14,57
RS	AUREA	43	155	2	(915.998,57)	7.441.864,58	-12,31
RS	BALNEARIO PINHAL	43	163	6	(2.623.435,21)	22.428.483,22	-11,70
RS	BARAO	43	165	1	360.367,00	8.779.135,00	4,10
RS	BARAO DE COTEGIPE	43	170	1	(1.730.287,00)	10.049.466,00	-17,22
RS	BARRA DO GUARITA	43	185	9	(237.549,59)	6.217.170,57	-3,82
RS	BARRA DO QUARAÍ	43	187	5	(2.043.380,00)	10.561.436,65	-19,35
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	(897.016,75)	6.336.364,04	-14,16
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(794.833,96)	8.093.991,73	-9,82
RS	BARRAÇÃO	43	180	0	154.767,90	10.662.100,99	1,45
RS	BARROS CASSAL	43	200	6	(421.238,47)	15.055.504,88	-2,80
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	(927.993,18)	6.355.542,58	-14,60
RS	BOA VISTA DAS MISSÕES	43	215	4	(424.458,24)	7.223.858,16	-5,88
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	560.458,31	10.551.452,65	5,50
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(1.446.443,02)	8.189.137,12	-17,66
RS	BOA VISTA DO INCRA	43	223	8	(386.107,54)	8.377.517,50	-4,61
RS	BOA VISTA DO SUL	43	225	3	(1.685.202,88)	9.842.651,43	-17,12
RS	BOM JESUS	43	230	3	11.455.983,29	15.818.882,02	72,43
RS	BOM PRINCÍPIO	43	235	2	1.930.958,17	18.230.088,21	10,59
RS	BOM PROGRESSO	43	237	8	(374.933,38)	5.961.322,02	-6,29
RS	BOQUEIRAO DO LEAO	43	245	1	(1.922.522,63)	9.876.860,44	-19,46
RS	BOSSOROCA	43	250	1	57.978,63	11.680.322,26	0,50
RS	BOZANO	43	258	4	(991.685,10)	8.546.965,89	-15,15
RS	BRAGA	43	260	0	(370.037,59)	7.313.691,70	-5,06
RS	BROCHIER	43	265	8	(266.864,48)	8.798.878,13	-3,03
RS	BUTIA	43	270	9	(5.516.805,69)	24.262.080,53	-22,74
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	(4.310.839,65)	37.586.577,28	-11,47
RS	CACEQUI	43	290	7	4.588.253,54	18.296.421,76	28,15
RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	(1.024.168,34)	7.473.470,74	-13,70
RS	CAIBATE	43	330	1	(296.567,35)	8.018.518,17	-3,70
RS	CAICARA	43	340	0	637.003,07	7.879.299,18	8,08
RS	CAMARGO	43	355	8	(4.473.669,05)	8.700.409,84	-51,42
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	(80.720,79)	8.867.210,25	-0,91
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(2.424.673,65)	9.117.838,21	-26,59
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	-	10.155.270,76	0,00
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	636.134,63	9.204.836,82	6,91
RS	CAMPOS BORGES	43	410	1	(2.074.456,68)	7.349.100,91	-28,23
RS	CANDELARIA	43	420	0	(278.769,42)	30.084.909,50	-0,93
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	(221.937,66)	9.733.500,32	-2,28
RS	CANDIOTA	43	435	8	(1.130.621,96)	29.184.081,87	-3,87
RS	CANELA	43	440	8	(3.828.845,74)	57.396.038,66	-6,67
RS	CANUDOS DO VALE	43	461	4	(891.087,47)	5.847.897,45	-15,24
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	(1.031.788,83)	6.890.025,63	-14,88
RS	CAPAO DA CANOA	43	463	0	(13.220.891,86)	68.281.686,41	-19,36
RS	CAPAO DO CIPÓ	43	465	5	-	8.929.310,88	0,00
RS	CAPELA DE SANTANA	43	468	9	(4.377.215,85)	11.671.171,61	-37,50
RS	CAPITAO	43	468	7	(410.572,08)	8.883.798,06	-4,82
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(3.051.944,37)	9.568.934,96	-31,89
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(6.098.687,78)	42.199.772,04	-14,45
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	(656.706,22)	5.275.318,27	-12,43
RS	CASCA	43	490	3	(2.036.038,43)	13.065.623,70	-15,58
RS	CATUIPE	43	500	9	(129.495,31)	12.388.556,08	-1,05
RS	CENTENARIO	43	511	6	(723.948,83)	7.105.121,12	-10,19
RS	CERRO BRANCO	43	513	2	(510.000,49)	9.468.918,69	-5,39

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(461.049,00)	5.928.045,00	-7,28
RS	CERRO GRANDE DO SUL	43	517	3	(1.507.202,33)	12.413.959,58	-12,14
RS	CERRO LARGO	43	520	7	(1.797.300,97)	15.770.653,18	-11,40
RS	CHAPADA	43	530	6	(2.283.798,35)	14.309.676,80	-15,96
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	11.241.117,28	52.574.335,92	21,38
RS	CHARRUA	43	537	1	(867.034,00)	7.425.325,00	-11,68
RS	CHIAPETTA	43	540	5	3.409.980,41	8.833.681,70	38,60
RS	CHUVISCA	43	544	7	(942.563,29)	8.326.709,17	-11,32
RS	CIDREIRA	43	545	4	5.741.745,82	23.770.593,94	24,15
RS	COLINAS	43	558	7	(1.119.073,83)	7.526.807,72	-14,87
RS	COLORADO	43	560	3	(1.570.644,59)	9.478.717,98	-16,57
RS	CONDOR	43	570	2	(1.440.215,05)	11.802.492,76	-12,20
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(1.828.034,49)	7.632.147,22	-23,95
RS	CORONEL PILAR	43	593	4	(4.970.896,29)	6.434.478,69	-77,25
RS	COTIPORA	43	595	9	933.037,00	8.312.731,00	11,22
RS	COXILHA	43	597	5	(1.379.805,68)	7.935.417,46	-17,39
RS	CRISIIUMAL	43	600	7	(948.764,49)	18.454.408,48	-5,14
RS	CRISTAL	43	605	6	(2.974.969,11)	9.045.975,04	-32,89
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	759.755,88	14.569.898,43	5,21
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	115.176,05	7.668.780,55	1,60
RS	DERRUBADAS	43	632	0	(840.648,69)	8.937.583,55	-9,41
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	(11.118.470,03)	36.600.389,64	-30,38
RS	DOIS LAJEADOS	43	645	2	-	7.667.365,66	0,00
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(1.716.721,09)	20.084.648,61	-8,55
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	(6.015.773,11)	45.111.151,01	-13,34
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	(1.052.716,65)	6.162.280,99	-17,25
RS	DONA FRANCISCA	43	670	0	206.121,21	6.955.076,39	2,96
RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	43	673	4	(177.644,00)	10.329.227,00	-1,72
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(1.027.866,02)	6.434.183,00	-15,98
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(9.393.572,66)	62.279.235,02	-15,08
RS	ENCANTADO	43	680	9	(4.041.505,71)	27.829.983,84	-14,52
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	43	690	8	2.518.820,35	29.729.167,69	8,47
RS	ENGENHO VELHO	43	692	4	(2.056.965,35)	8.658.451,32	-31,36
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(3.124.169,02)	9.991.906,83	-31,27
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	43.109,80	11.398.380,12	0,38
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	(131.434,47)	8.537.216,77	-1,54
RS	ESMERALDA	43	740	1	(2.231.839,00)	9.266.997,00	-24,08
RS	ESTACAO	43	755	9	425.515,76	9.356.235,73	4,55
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	(4.095.050,08)	57.309.680,89	-7,15
RS	ESTRELA	43	780	7	(5.405.008,25)	41.919.330,01	-12,89
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	-	7.631.268,08	0,00
RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	(992.259,98)	8.034.206,81	-12,35
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	(321.236,28)	7.053.722,45	-4,55
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(1.358.866,00)	8.621.154,00	-15,76
RS	FELIZ	43	810	2	(5.061.875,43)	18.178.730,66	-27,85
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(12.118.245,62)	42.181.557,49	-28,73
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	(3.384.194,68)	6.137.048,85	-55,14
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	667.131,80	14.664.694,78	4,55
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(5.196.601,56)	9.332.915,39	-55,68
RS	GARIBALDI	43	860	7	(11.556.392,53)	45.961.291,17	-25,14
RS	GARRUCHOS	43	865	6	(1.825.919,73)	9.666.169,29	-16,82
RS	GAURAMA	43	870	6	(3.188.171,45)	9.277.297,23	-34,37
RS	GENTIL	43	885	4	(142.672,30)	6.411.745,14	-2,23
RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	856.672,39	18.118.528,46	4,73
RS	GIRUA	43	900	1	(1.275.362,00)	28.249.498,16	-4,51
RS	GLORINHA	43	905	0	(4.669.865,42)	14.956.984,57	-31,22
RS	GRAMADO	43	910	0	(3.962.730,07)	69.446.721,66	-5,71
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	912	6	558.251,69	6.451.232,04	8,65
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(1.666.368,79)	8.622.040,06	-19,33
RS	GUABIJU	43	925	6	(575.965,71)	5.921.433,80	-9,73
RS	HARMONIA	43	955	5	1.146.452,44	9.955.546,44	11,52
RS	HERVAL	43	710	4	566.282,53	11.020.510,51	5,14
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(1.915.051,27)	8.891.215,18	-27,79
RS	HORIZONTINA	43	960	6	(4.231.264,29)	28.957.684,04	-14,61
RS	HULHA NEGRA	43	985	4	(1.215.673,26)	10.223.926,40	-11,89
RS	IBARAMA	43	975	3	(1.712.923,16)	8.764.581,25	-19,54

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	IBIACA	43	980	3	1.495.121,79	9.309.376,08	16,08
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	818.847,64	10.562.117,14	7,75
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	(489.803,76)	8.233.712,30	-5,95
RS	IBIRUBA	43	1000	9	(853.119,23)	24.774.554,72	-3,85
RS	IGREJINHA	43	1010	8	(1.145.166,12)	45.594.838,18	-2,51
RS	ILOPOLIS	43	1030	6	(1.294.482,56)	7.747.990,50	-16,71
RS	IMIGRANTE	43	1035	3	9.869,74	9.844.155,62	0,10
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	827.287,40	9.554.945,82	8,68
RS	INHACORA	43	1041	3	349.465,16	6.203.290,44	5,63
RS	IPE	43	1043	9	885.751,41	10.730.300,02	8,25
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1046	2	(1.136.445,07)	6.900.213,96	-16,47
RS	IRAI	43	1050	4	762.038,68	9.170.159,84	8,31
RS	ITAARA	43	1053	8	(2.853.844,93)	8.241.701,71	-32,20
RS	ITACURUBI	43	1055	3	(981.977,00)	8.846.051,09	-11,10
RS	ITAPUCA	43	1057	9	(318.187,47)	6.305.748,96	-5,05
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	530.896,18	7.603.509,16	6,98
RS	IVORA	43	1075	1	(1.088.372,64)	5.897.391,42	-18,12
RS	IVOTI	43	1080	1	(5.903.927,04)	28.051.170,55	-21,05
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	(747.971,42)	6.867.932,23	-10,89
RS	JACUTINGA	43	1090	0	(572.680,45)	7.619.852,88	-7,52
RS	JARI	43	1113	0	(2.630.838,75)	7.793.005,44	-32,48
RS	JOIA	43	1115	5	340.085,87	14.745.295,33	2,31
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	(1.062.005,20)	27.552.951,36	-3,65
RS	LAGOA BONITA DO SUL	43	1123	9	(1.128.415,00)	5.770.791,16	-19,55
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	(685.130,48)	6.363.497,04	-10,77
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	(1.368.285,34)	5.412.614,57	-25,28
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(2.335.937,42)	13.157.249,98	-17,75
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(1.023.929,87)	9.307.088,72	-11,00
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	(89.533,39)	8.822.888,66	-1,01
RS	LINHA NOVA	43	1164	3	(2.530.578,74)	5.260.271,64	-48,11
RS	MACAMBARA	43	1171	8	(1.931.273,86)	12.497.599,33	-15,45
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(2.201.504,70)	10.557.396,04	-20,85
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	(2.027.378,00)	6.115.428,12	-33,15
RS	MAQUINE	43	1177	5	(1.020.889,86)	9.451.640,07	-10,80
RS	MARATA	43	1179	1	895.889,29	7.414.279,43	12,08
RS	MARAU	43	1180	9	(5.336.285,90)	53.626.734,85	-9,95
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(1.186.007,26)	8.868.165,01	-13,37
RS	MARIANA PIMENTEL	43	1198	1	414.449,04	12.360.449,64	3,35
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(965.560,07)	7.154.111,19	-13,50
RS	MARQUES DE SOUZA	43	1205	4	(2.053.951,42)	8.852.584,28	-23,20
RS	MATA	43	1210	4	908.602,04	9.123.000,66	9,94
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	230.589,05	7.594.653,07	3,04
RS	MATO LEITÃO	43	1215	3	(1.815.736,15)	9.029.595,05	-20,11
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(1.383.359,88)	6.931.721,02	-19,96
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	1.275.838,03	8.667.996,69	14,72
RS	MINAS DO LEÃO	43	1225	2	(1.812.190,97)	10.912.098,00	-16,61
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	2.457.263,80	7.472.974,04	32,88
RS	MONTAURI	43	1235	1	395.282,46	6.178.432,71	6,40
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	(912.831,61)	7.421.780,11	-12,30
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(889.086,49)	7.311.378,97	-12,16
RS	MORMACO	43	1242	7	(1.246.401,77)	7.150.985,01	-17,43
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(1.186.697,27)	6.412.394,38	-18,51
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(4.163.568,35)	8.835.468,20	-47,12
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	(264.087,53)	9.665.629,21	-2,63
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	(2.510.388,22)	18.568.039,23	-13,52
RS	MUCUM	43	1260	9	1.529.888,10	9.085.163,13	16,84
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	75.251,83	9.937.775,87	0,76
RS	MULITERNO	43	1262	5	-	6.745.901,77	0,00
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	(2.356.331,53)	23.708.191,32	-9,94
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(1.378.025,83)	6.100.547,28	-22,59
RS	NÓDOAI	43	1270	8	(2.251.572,66)	15.838.869,98	-14,22
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	(1.673.877,63)	9.240.864,75	-18,11
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(1.498.347,85)	14.827.637,59	-10,11
RS	NOVA BRESCIA	43	1300	3	(1.601.015,87)	9.322.202,84	-17,17
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(218.229,88)	7.673.755,96	-2,84
RS	NOVA ESPERANÇA DO SUL	43	1303	7	(413.814,06)	7.769.774,99	-5,33

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	NOVA HARTZ	43	1306	0	(1.566.069,19)	22.517.322,13	-6,95
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(803.269,52)	12.625.901,31	-6,36
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(4.882.462,28)	28.516.459,38	-16,42
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(6.551.808,51)	40.049.305,50	-16,36
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(3.225.323,72)	7.694.659,20	-41,92
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	367.741,04	9.220.998,30	3,99
RS	NOVO BARRIEIRO	43	1349	0	(514.757,25)	7.542.089,02	-6,83
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	(2.074.011,05)	8.547.105,74	-24,27
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	(457.262,19)	7.427.827,06	-6,16
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(1.358.330,18)	6.417.810,08	-21,17
RS	OSORIO	43	1350	8	(21.085.582,14)	122.189.570,77	-17,26
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	3.875,92	8.460.375,57	0,05
RS	PALMARES DO SUL	43	1365	6	817.243,96	17.962.790,84	4,55
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	43	1370	6	21.812.450,75	33.825.190,40	64,49
RS	PALMITINHO	43	1380	5	(674.017,73)	9.453.504,19	-7,13
RS	PANAMBI	43	1390	4	(2.707.291,81)	57.657.832,97	-4,70
RS	PANTANO GRANDE	43	1395	3	17.100,96	14.570.061,99	0,12
RS	PARAI	43	1400	1	(180.637,34)	11.829.885,03	-1,53
RS	PARÉCI NOVO	43	1403	5	802.911,69	9.553.145,79	8,40
RS	PASSA SETE	43	1406	8	(747.053,17)	8.791.267,93	-8,50
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	(234.566,68)	10.068.352,87	-2,33
RS	PAULO BENTO	43	1413	4	(733.661,72)	6.165.047,23	-11,90
RS	PAVERAMA	43	1415	9	(1.291.594,00)	9.570.631,00	-13,50
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(1.984.782,95)	7.956.548,29	-24,95
RS	PEJUCARA	43	1430	8	291.882,90	9.648.675,47	3,02
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	(1.258.290,54)	12.051.641,77	-10,44
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(1.962.583,30)	13.754.643,96	-14,27
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(575.011,95)	7.343.841,66	-7,83
RS	PIRAPO	43	1455	5	(204.360,48)	6.883.231,65	-2,97
RS	PIRATINI	43	1460	5	1.682.041,44	25.166.154,06	6,68
RS	PLANALTO	43	1470	4	(1.526.254,20)	12.343.794,55	-12,36
RS	POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(1.217.690,97)	7.000.819,98	-17,39
RS	PONTAO	43	1477	9	(3.907.799,00)	10.183.750,18	-38,37
RS	PONTE PRETA	43	1478	7	(1.365.271,00)	6.627.109,00	-20,60
RS	PORTAO	43	1480	3	(3.720.569,68)	37.999.063,01	-9,79
RS	PORTO MAUA	43	1505	7	(2.091.704,44)	5.874.398,55	-30,43
RS	PORTO VERA CRUZ	43	1507	3	(637.979,87)	5.507.664,74	-11,58
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	(1.394.565,22)	14.901.512,18	-9,36
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(3.758.269,65)	5.101.097,30	-61,60
RS	PROGRESSO	43	1515	6	(666.596,95)	10.075.457,14	-6,52
RS	PROTAÇÃO ALVES	43	1517	2	(2.159.666,81)	6.358.353,92	-33,97
RS	PUTINGA	43	1520	6	1.138.851,18	10.149.916,94	11,22
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(636.993,45)	5.953.529,58	-10,70
RS	QUEVEDOS	43	1532	1	(401.692,27)	7.760.431,00	-5,18
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	(379.811,52)	9.042.935,70	-4,20
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	(4.202.770,98)	20.838.452,48	-20,17
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	519.205,89	7.515.874,51	6,91
RS	ROCA SALES	43	1560	0	(190.579,98)	14.814.857,08	-1,29
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	(710.356,93)	8.974.003,44	-7,92
RS	ROLADOR	43	1595	8	-	7.845.921,83	0,00
RS	RONDA ALTA	43	1610	6	(32.399,23)	13.574.904,61	-0,24
RS	RONDINHA	43	1620	4	(892.518,44)	8.730.289,60	-10,22
RS	ROQUE GONZALES	43	1630	3	(162.397,76)	11.172.815,97	-1,45
RS	ROSARIO DO SUL	43	1640	2	6.501.199,45	38.492.428,91	16,89
RS	SAGRADA FAMILIA	43	1642	8	573.866,21	7.075.998,47	8,11
RS	SALDANHA MARINHO	43	1643	6	(149.118,71)	7.786.107,52	-1,92
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(2.386.978,58)	9.164.543,79	-26,05
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	1.204.871,00	12.203.308,00	9,87
RS	SANANDUVA	43	1650	0	(261.110,72)	19.662.228,65	-1,33
RS	SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	2.645.228,26	16.055.648,07	16,48
RS	SANTA CECILIA DO SUL	43	1673	3	(1.253.283,67)	6.702.110,62	-18,70
RS	SANTA CLARA DO SUL	43	1675	8	(3.602.350,53)	9.558.562,02	-37,69
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	1.721.316,10	9.351.859,71	18,41
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	(1.578.705,17)	7.053.390,65	-22,38
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	4.777.455,70	40.089.097,19	11,92
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	(526.410,78)	12.206.643,55	-4,31

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	(2.529.330,22)	43.638.566,07	-5,80
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(696.828,13)	6.729.629,25	-10,35
RS	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	43	1775	6	(1.320.958,50)	7.925.890,63	-16,87
RS	SANTO AUGUSTO	43	1780	6	(81.504,33)	18.778.696,72	-0,43
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	646.675,13	6.575.614,21	9,86
RS	SÃO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(443.609,04)	7.142.982,58	-6,21
RS	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	3.183.559,87	24.142.037,48	13,19
RS	SÃO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(5.199.073,93)	29.219.338,83	-17,79
RS	SÃO JERONIMO	43	1840	8	1.793.080,61	24.106.333,94	7,44
RS	SÃO JOÃO DA URTIGA	43	1842	4	256.757,50	7.564.745,02	3,39
RS	SÃO JORGE	43	1844	0	(1.010.946,70)	6.721.042,25	-15,04
RS	SÃO JOSE DO HERVAL	43	1846	5	(699.916,78)	7.468.323,95	-9,37
RS	SÃO JOSE DO HORTÊNCIO	43	1848	1	(2.132.121,85)	8.877.042,18	-24,02
RS	SÃO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	285.963,84	6.520.366,08	4,39
RS	SÃO JOSE DO NORTE	43	1850	7	(7.136.534,31)	28.132.038,33	-25,37
RS	SÃO JOSE DO OURO	43	1860	6	(387.259,91)	9.423.751,23	-4,11
RS	SÃO JOSE DO SUL	43	1861	4	(1.878.277,81)	7.757.569,75	-24,21
RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	43	1880	4	(3.793.581,32)	48.272.545,07	-7,86
RS	SÃO MARTINHO	43	1910	9	913.265,69	9.327.140,32	9,79
RS	SÃO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(1.396.079,43)	13.517.787,11	-10,33
RS	SÃO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(88.153,28)	8.293.339,84	-1,06
RS	SÃO PEDRO DAS MISSOES	43	1938	4	656.250,01	5.957.437,71	11,02
RS	SÃO PEDRO DO BUTIÁ	43	1937	2	559.256,95	7.243.388,43	7,72
RS	SÃO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(7.084.540,34)	22.036.884,29	-32,15
RS	SÃO SEBASTIAO DO CAI	43	1950	5	456.360,87	27.385.608,54	1,68
RS	SÃO SEPE	43	1960	4	(13.309.604,00)	32.164.834,00	-41,38
RS	SÃO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(2.253.572,84)	6.830.500,27	-32,99
RS	SÃO VALERIO DO SUL	43	1973	7	2.195.659,66	5.943.591,04	36,94
RS	SÃO VENDELINO	43	1975	2	(618.853,00)	7.091.184,00	-11,55
RS	SÃO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(3.400.890,86)	11.916.400,79	-28,54
RS	SARANDI	43	2010	7	(262.602,38)	24.212.179,43	-1,08
RS	SEBERI	43	2020	8	(868.097,14)	12.802.486,25	-6,78
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	(972.830,91)	7.295.194,49	-13,34
RS	SEGREDO	43	2026	3	(1.550.366,73)	11.225.221,64	-13,81
RS	SÉLBACH	43	2030	5	(641.522,38)	8.971.652,98	-7,16
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.286.685,69)	6.479.554,85	-19,88
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	(809.036,26)	22.725.599,49	-3,56
RS	SERIO	43	2045	3	(2.247.286,32)	7.172.807,52	-31,33
RS	SERTÃO	43	2050	3	32.654,33	10.481.342,72	0,31
RS	SERTÃO SANTANA	43	2055	2	(4.235.302,07)	10.484.650,68	-40,47
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(1.020.587,88)	8.503.214,42	-12,00
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(747.525,86)	6.425.164,09	-11,63
RS	SINIMBU	43	2067	7	(6.033.981,02)	14.705.172,76	-41,03
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	5.652.726,06	18.098.816,40	31,23
RS	TABAI	43	2085	9	-	7.530.540,00	0,00
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(1.721.311,51)	25.449.033,06	-6,76
RS	TAPERA	43	2100	6	(320.320,35)	14.892.510,66	-2,15
RS	TAPES	43	2110	5	(1.626.680,39)	21.298.347,72	-7,64
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.046.167,13)	6.650.257,82	-15,73
RS	TAVARES	43	2135	2	995.255,84	8.228.887,52	12,09
RS	TERRA DE AREIA	43	2143	6	(2.136.831,58)	14.630.491,78	-14,61
RS	TEUTONIA	43	2146	1	(3.279.961,13)	38.209.274,38	-8,58
RS	TIO HUGO	43	2146	9	(128.230,58)	7.395.985,75	-1,73
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	482.345,79	8.596.895,10	5,61
RS	TOROPI	43	2149	3	(2.426.788,24)	8.340.420,35	-38,27
RS	TRAMANDAI	43	2160	0	5.987.796,77	77.008.637,03	7,78
RS	TRAVESSEIRO	43	2162	6	(1.638.128,20)	6.928.363,30	-23,64
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(344.784,92)	8.052.955,41	-4,28
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(3.494.373,82)	12.438.861,47	-28,09
RS	TRES CORÇAS	43	2170	9	(8.291.083,98)	33.682.390,38	-24,62
RS	TRES DE MAIO	43	2180	8	(2.311.639,69)	25.461.787,39	-9,08
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(2.674.515,84)	10.495.338,92	-25,48
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	1.123.533,12	29.085.325,39	3,86
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(594.803,76)	9.377.737,43	-6,34
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(411.231,43)	6.387.261,78	-6,44

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	TUPANCIRETA	43	2220	2	1.153.795,50	31.430.553,29	-5,967
RS	TUPANDI	43	2225	1	718.411,38	12.075.986,75	5,95
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(1.340.231,93)	11.584.212,65	-11,57
RS	TURUCU	43	2232	7	(2.563.064,42)	9.480.105,60	-27,04
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	-	6.484.645,98	0,00
RS	UNISTALDA	43	2237	6	(234.259,05)	7.079.202,41	-3,31
RS	VALE DO SOL	43	2253	3	(1.619.718,44)	14.725.580,06	-11,00
RS	VALE REAL	43	2254	1	789.744,07	8.420.694,47	9,38
RS	VALE VERDE	43	2252	5	(2.536.581,24)	7.259.627,53	-34,94
RS	VANINI	43	2255	8	(974.824,87)	6.597.295,43	-14,78
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	(3.176.248,23)	31.595.671,15	-10,05
RS	VERANOPOLIS	43	2280	8	(3.193.100,72)	33.877.555,62	-9,43
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(1.818.645,24)	6.545.072,81	-27,79
RS	VIADUTOS	43	2280	5	(1.934.736,99)	8.538.225,98	-22,66
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(1.157.183,31)	8.408.167,29	-13,76
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	574.106,29	8.874.654,87	6,47
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	81.466,38	7.249.173,55	1,12
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(597.124,70)	10.833.940,38	-5,51
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(755.295,62)	7.444.415,62	-10,15
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	8	(606.852,36)	8.019.026,26	-7,57
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	498.316,49	7.318.147,33	6,81
RS	WESTFALIA	43	2377	0	(1.178.557,06)	9.889.541,04	-11,92
SC	ABDON BATISTA	42	5	1	(1.075.916,16)	7.720.254,85	-13,94
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	2.562.451,79	25.654.096,78	9,99
SC	AGROLANDIA	42	20	0	(1.866.886,04)	11.471.289,73	-16,27
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(2.292.685,03)	12.628.652,67	-18,15
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	(1.619.507,37)	11.041.448,99	-14,67
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(381.429,84)	7.042.043,66	-5,42
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	304.508,22	8.357.205,96	3,64
SC	ANCHIETA	42	80	4	214.263,78	8.499.609,43	2,52
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	50.452,95	13.053.029,94	0,39
SC	ANITAPOLIS	42	110	9	(360.905,47)	6.592.080,31	-5,47
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	(2.253.534,85)	14.681.005,25	-15,35
SC	ARAQUARI	42	130	7	(3.444.157,05)	27.877.766,47	-12,36
SC	ARROIO TRINTA	42	160	4	(918.100,97)	8.449.866,49	-10,84
SC	ARVOREDO	42	165	3	113.663,00	7.181.737,00	1,59
SC	ATALANTA	42	180	2	252.793,73	6.517.623,44	3,88
SC	AURORA	42	180	1	(372.190,99)	8.329.418,64	-4,47
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	(1.618.525,84)	12.372.006,28	-13,08
SC	BALNEARIO GAIVOTA	42	207	3	(2.298.810,29)	11.559.662,01	-19,89
SC	BELMONTE	42	215	6	(315.993,64)	6.142.619,58	-5,14
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(2.407.114,78)	12.541.946,61	-19,19
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	(1.081.249,51)	7.931.504,75	-13,38
SC	BOM JARDIM DA SERRA	42	250	3	(8.152.338,02)	7.095.956,00	-114,89
SC	BOM JESUS	42	253	7	(307.051,96)	6.744.344,95	-4,55
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	191.220,77	5.979.448,15	3,20
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(1.847.021,38)	10.854.959,62	-17,02
SC	BOMBINHAS	42	245	3	(12.867.941,16)	33.687.037,89	-38,20
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(3.118.086,16)	8.887.982,96	-35,08
SC	BRUNOPOLIS	42	287	5	(756.440,17)	6.625.155,68	-11,42
SC	CAIBI	42	310	5	(530.726,34)	9.461.260,11	-5,61
SC	CALMON	42	315	4	(37.363,78)	8.444.689,70	-0,44
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	(3.949.567,29)	16.787.043,69	-23,53
SC	CAMPO BELO DO SUL	42	340	2	(1.515.192,91)	11.050.738,62	-13,71
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(1.388.053,17)	14.273.453,27	-9,72
SC	CAMPOS NOVOS	42	360	0	(5.774.891,59)	54.566.509,67	-10,58
SC	CANELINHA	42	370	9	200.835,12	13.251.098,80	1,52
SC	CAPA ALTO	42	325	3	1.000.317,25	8.633.489,70	11,59
SC	CAPIVARI DE BAIXO	42	395	6	(3.681.561,41)	35.828.397,69	-10,28
SC	CATANDUVAS	42	400	4	(885.487,63)	14.934.877,23	-5,93
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	(492.444,31)	9.322.179,35	-5,28
SC	CERRO NEGRO	42	417	8	(519.053,30)	7.985.965,10	-6,50
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	1.199.859,77	24.236.769,00	4,95
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(389.381,63)	9.643.895,75	-4,04
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(729.803,52)	14.598.167,43	-5,00
SC	CORREIA PINTO	42	455	8	(969.707,07)	22.994.871,69	-4,22

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	CÓRUPA	42	450	9	(1.343.723,11)	18.337.924,03	-7,33
SC	CUNHA PORA	42	470	7	-	14.426.910,32	0,00
SC	CUNHATAI	42	475	6	(764.320,15)	6.162.658,59	-12,40
SC	CURITIBANOS	42	480	6	(7.200.534,87)	41.368.171,26	-17,41
SC	DESCANSO	42	490	5	(1.215.739,58)	11.072.309,49	-10,98
SC	DIONÍSIO CERQUEIRA	42	500	1	998.518,08	17.547.589,27	5,69
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(864.550,48)	7.769.817,55	-11,13
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	(1.245.987,10)	7.381.236,88	-16,88
SC	ERMO	42	518	1	(458.193,97)	6.200.702,01	-7,36
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(1.286.875,48)	8.364.565,64	-15,38
SC	FÓRMOSA DO SUL	42	543	1	(1.943.422,53)	6.599.309,22	-29,45
SC	FÓRQUILHINHA	42	545	6	(516.276,50)	30.560.085,45	-1,69
SC	FRAIBURGO	42	550	6	(8.835.994,19)	49.590.449,54	-17,82
SC	GAROPABA	42	570	4	(3.518.993,37)	24.039.447,34	-14,64
SC	GRAVATAL	42	620	7	(985.732,55)	12.112.762,19	-8,14
SC	GUARACIABA	42	640	5	905.420,11	12.540.879,04	7,22
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	(11.061.898,10)	58.420.858,97	-18,93
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(1.272.038,71)	7.993.049,93	-15,91
SC	GUATAMBU	42	665	2	40.651,22	9.884.380,86	0,41
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	(705.051,95)	24.576.258,83	-2,87
SC	IBIAM	42	675	1	(48.363,37)	6.567.949,59	-0,74
SC	IBICARE	42	680	1	(309.950,69)	7.357.484,79	-4,21
SC	IBIRAMA	42	690	0	(6.559.143,98)	25.805.509,55	-25,42
SC	IMARUI	42	720	5	951.016,29	12.251.175,13	7,76
SC	IMBITUBA	42	730	4	(8.828.939,62)	55.695.394,73	-15,85
SC	IMBUÍ	42	740	3	(2.009.572,16)	8.679.384,71	-23,15
SC	IOMERE	42	757	7	(1.467.041,56)	8.270.012,56	-17,74
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(3.531.859,48)	12.899.876,12	-27,38
SC	IPUMIRIM	42	770	0	(1.544.786,21)	12.857.342,92	-12,01
SC	IRINEÓPOLIS	42	790	8	(958.636,17)	14.056.257,64	-6,82
SC	ITA	42	800	5	(1.938.743,30)	24.017.048,91	-8,07
SC	ITAIOPOIS	42	810	4	(2.402.246,85)	24.605.281,90	-9,76
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(898.015,66)	25.878.249,87	-3,86
SC	ITUPORANGA	42	850	0	(3.283.955,41)	25.678.117,24	-12,71
SC	JABORA	42	860	9	(104.394,11)	9.448.760,81	-1,10
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	(405.549,77)	13.825.026,49	-2,93
SC	JAGUARUNA	42	880	7	2.997.617,00	23.897.191,00	12,54
SC	JARDINÓPOLIS	42	895	5	143.300,67	5.908.267,35	2,43
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	292.184,45	8.314.677,54	3,51
SC	JUPIÁ	42	917	7	(597.070,98)	6.407.504,03	-9,32
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(723.683,94)	6.224.142,12	-11,63
SC	LAURENTINO	42	950	8	(455.955,96)	8.480.010,78	-5,38
SC	LAURO MULLER	42	960	7	(2.189.431,61)	19.847.376,64	-11,03
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	(983.142,99)	7.456.378,30	-13,19
SC	LINDÓIA DO SUL	42	985	4	(2.056.270,08)	9.065.708,35	-22,63
SC	LONTRAS	42	990	4	(376.310,13)	10.431.612,47	-3,61
SC	LUIZ ALVES	42	1000	1	(4.946.417,60)	14.356.407,21	-34,45
SC	MACIEIRA	42	1005	0	(527.524,15)	2.961.252,47	-17,81
SC	MAJOR GERCINO	42	1020	9	290.550,23	6.892.165,89	4,22
SC	MAJOR VIEIRA	42	1030	8	(139.025,46)	2.652.739.144,41	-0,01
SC	MARACAJÁ	42	1040	7	802.127,00	9.784.004,50	6,15
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(9.825.215,52)	20.402.898,10	-48,16
SC	MELEIRO	42	1080	3	542.283,41	11.192.245,31	4,85
SC	MODELO	42	1090	2	335.179,59	7.710.923,40	4,35
SC	MONDAÍ	42	1100	9	(1.013.243,97)	13.129.955,02	-7,72
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	537.872,37	10.829.440,88	4,97
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(2.164.204,10)	22.671.271,02	-9,55
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	(1.256.231,95)	7.619.865,00	-16,49
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	223.114,49	9.202.186,83	2,42
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(1.224.699,17)	8.832.785,98	-13,71
SC	NOVA TRENTO	42	1150	4	189.837,47	17.036.480,95	1,17
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	(3.374.405,97)	20.192.298,02	-16,71
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(416.801,94)	6.821.048,79	-6,11
SC	ORLEANS	42	1170	2	(2.459.569,48)	29.656.756,63	-8,29
SC	OURO	42	1180	1	(1.120.295,49)	10.657.830,74	-10,51
SC	OURO VERDE	42	1185	0	(39.197,12)	7.039.045,44	-0,56
SC	PAIAL	42	1187	6	(1.211.350,54)	6.715.431,04	-18,04

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	PAINEL	42	1189	2	281.615,91	5.914.909,13	-4,26
SC	PALMA SOLA	42	1200	7	(270.100,59)	13.240.886,43	-2,04
SC	PALMITOS	42	1210	6	(2.441.621,80)	21.047.865,75	-11,60
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	(6.215.068,99)	22.459.669,53	-27,67
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(2.295.651,85)	9.140.977,91	-25,11
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	(474.516,06)	10.451.105,36	-4,54
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(226.072,31)	8.912.208,07	-3,26
SC	PENHA	42	1260	2	570.595,09	31.054.168,59	1,84
SC	PERITIBA	42	1280	1	56.382,19	6.792.960,13	0,83
SC	PICARRAS	42	1280	9	(2.925.939,02)	29.675.146,55	-9,86
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	(1.007.183,35)	22.981.639,58	-4,38
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	(1.570.263,93)	7.541.773,57	-20,82
SC	PIRATUBA	42	1310	4	(3.575.307,44)	20.347.129,77	-17,57
SC	PLANALTO ALEGRE	42	1315	3	(306.250,47)	6.579.644,93	-4,65
SC	PONTE ALTA	42	1330	2	(816.352,71)	8.586.798,79	-9,51
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	(1.160.469,00)	7.524.713,00	-15,42
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(1.096.241,99)	14.435.426,45	-7,59
SC	PORTO BELO	42	1350	0	(12.040.801,16)	26.072.716,27	-46,18
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(3.165.645,30)	20.572.946,69	-15,39
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	6	(470.448,77)	6.436.172,83	-7,31
SC	PRINCESA	42	1415	1	(1.668.294,36)	6.331.153,72	-26,35
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(543.154,71)	15.644.804,34	-3,47
SC	RANCHO QUEIMADO	42	1430	0	(205.039,17)	7.500.348,08	-2,73
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(1.237.054,02)	11.836.301,23	-10,45
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	1.093.236,45	8.647.987,51	12,64
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(1.422.929,15)	9.402.607,90	-15,13
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(2.289.863,84)	12.883.042,60	-17,77
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(894.638,25)	8.231.863,86	-10,87
SC	RIO RUFINO	42	1505	9	(211.802,60)	6.111.165,59	-3,47
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(774.096,37)	7.803.591,76	-9,92
SC	RODEIO	42	1510	9	(1.113.097,68)	13.009.294,37	-8,56
SC	ROMELANDIA	42	1520	8	257.901,29	7.666.436,54	3,36
SC	SANGAO	42	1545	5	(639.600,00)	12.102.707,00	-5,28
SC	SANTA CECILIA	42	1550	5	3.032.438,29	21.337.131,26	14,21
SC	SANTA ROSA DE LIMA	42	1560	4	(84.003,98)	6.061.392,80	-1,39
SC	SANTA ROSA DO SUL	42	1565	3	(1.869.972,29)	9.709.786,11	-19,26
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	309.379,17	6.541.974,38	4,73
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(521.456,59)	5.727.313,71	-9,10
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	631.311,43	23.629.150,73	2,67
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(628.722,28)	6.306.562,25	-9,97
SC	SAO BONIFACIO	42	1590	1	(804.441,90)	5.198.454,75	-12,98
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	(433.936,64)	15.197.850,09	-2,86
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	(2.017.353,71)	13.803.766,29	-14,61
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	(20.542.830,82)	108.267.245,41	-18,97
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	239.855,30	33.452.748,76	0,72
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	42	1635	4	781.850,03	6.888.833,98	11,36
SC	SAO JOAO DO OESTE	42	1625	5	(1.289.086,58)	10.622.346,93	-12,14
SC	SAO JOAO DO SUL	42	1640	4	(1.510.311,10)	10.004.889,57	-15,10
SC	SAO JOAQUIM	42	1650	3	(2.384.705,37)	27.544.135,31	-8,66
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(2.741.257,88)	17.573.629,15	-15,60
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	(522.285,03)	10.991.662,45	-4,75
SC	SAO LOURENÇO DO OESTE	42	1690	9	(9.065.952,87)	28.008.771,48	-32,37
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	4.767.551,31	42.201.808,00	11,30
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(3.380.279,69)	7.504.180,22	-45,05
SC	SAUDADES	42	1730	3	794.921,76	11.792.967,10	6,74
SC	SEARA	42	1750	1	(499.007,79)	25.570.603,86	-1,95
SC	SIDEROPOLIS	42	1760	0	1.463.607,41	16.731.446,68	8,75
SC	SOMBRIÓ	42	1770	9	4.703.311,13	29.080.824,27	16,17
SC	TANGARA	42	1790	7	922.605,84	14.885.862,58	6,28
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(993.909,54)	5.202.376,18	-19,10
SC	TIJUCAS	42	1800	4	959.212,32	42.550.089,37	2,25
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	(507.514,54)	8.141.283,24	-6,23
SC	TIMBO	42	1820	2	(21.656.452,35)	63.663.442,50	-34,02
SC	TIMBO GRANDE	42	1825	1	1.440.161,05	10.868.306,37	13,25

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	TREVISÓ	42	1835	0	92.780,05	11.037.568,44	0,64
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	(291.707,53)	9.436.908,39	-3,09
SC	TUNAPOLIS	42	1875	6	(134.319,75)	8.551.530,36	-1,57
SC	TURVO	42	1880	6	(2.866.299,98)	17.442.319,19	-16,43
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	421.805,42	6.809.399,94	6,19
SC	URUPEMA	42	1895	4	(493.816,26)	5.688.986,23	-8,68
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	(1.367.800,78)	11.879.506,32	-11,51
SC	VIDEIRA	42	1930	9	(2.092.489,13)	74.927.455,56	-2,79
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	(577.600,88)	8.213.577,03	-7,03
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(2.324.607,43)	7.138.674,54	-32,56
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(1.020.380,59)	8.567.710,29	-11,91
SC	XAXIM	42	1970	5	(2.260.568,60)	39.606.207,43	-5,68
SC	ZORTEA	42	1985	3	(644.206,99)	8.962.150,71	-7,19
SE	ARAUÁ	28	40	7	(2.039.872,03)	21.525.081,65	-9,48
SE	BOQUIM	28	67	0	-	26.648.893,35	0,00
SE	BREJO GRANDE	28	70	4	(2.211.309,73)	10.151.006,81	-21,78
SE	CAMPO DO BRITO	28	100	9	(3.441.584,22)	16.609.013,09	-20,72
SE	CANHÓBA	28	110	8	2.479.974,17	7.329.425,99	33,84
SE	CANINDE DE SÃO FRANCISCO	28	120	7	(6.196.802,10)	80.025.462,07	-7,74
SE	CARMOPOLIS	28	150	4	(36.392.011,00)	50.026.570,00	-72,75
SE	CRISTINAPOLIS	28	170	2	2.220.835,00	19.515.144,70	11,38
SE	CUMBE	28	190	0	-	10.465.697,10	0,00
SE	FEIRA NOVA	28	220	5	736.822,00	7.775.366,00	9,46
SE	FREI PAULO	28	230	4	-	14.730.778,48	0,00
SE	GRACHO CARDOSO	28	260	1	3.397.699,95	6.930.240,78	49,03
SE	ILHA DAS FLORES	28	270	0	1.923.848,20	9.810.383,18	19,61
SE	ITABAIANINHA	28	300	5	(2.013.970,00)	38.824.295,19	-5,19
SE	ITABI	28	310	4	3.254.718,36	8.455.190,87	38,49
SE	LARANJEIRAS	28	360	8	2.510.981,00	56.977.633,00	4,41
SE	MALHADA DOS BOIS	28	380	7	(1.817.509,14)	8.025.517,94	-22,65
SE	MARUIM	28	400	3	(1.470.674,90)	17.257.292,40	-8,52
SE	MOITA BONITA	28	410	2	(2.957.287,68)	12.982.298,25	-22,78
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	28	470	6	614.910,12	7.901.072,95	7,78
SE	PEDRINHAS	28	510	9	(1.067.320,87)	13.296.067,74	-8,03
SE	PINHÃO	28	520	8	(737.656,89)	7.869.401,10	-9,37
SE	PIRAMBU	28	530	7	38.591,00	13.051.529,00	0,30
SE	PRÓPRIA	28	570	3	(6.426.946,42)	25.148.802,28	-25,58
SE	RIACHÃO DO DANTAS	28	580	2	1.842.638,00	21.770.969,00	8,46
SE	RIBEIROPOLIS	28	600	8	(2.765.759,85)	16.431.142,81	-16,83
SE	ROSÁRIO DO CATETE	28	610	7	(135.874,57)	43.916.489,00	-0,31
SE	SALGADO	28	620	6	(4.876.603,30)	18.020.330,66	-27,06
SE	SANTA LUÍZA DO ITANHY	28	630	5	(228.429,00)	18.496.546,36	-1,23
SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	28	660	2	557.917,00	25.997.983,00	2,15
SE	SÃO FRANCISCO	28	690	9	(816.500,82)	7.498.803,69	-10,89
SE	SIMÃO DIAS	28	710	5	(9.809.468,00)	33.062.863,00	-29,67
SE	SIRIRI	28	720	4	(2.180.145,00)	14.151.848,00	-15,41
SE	TELHA	28	730	3	2.884.415,82	6.614.310,70	43,61
SE	TOMAR DO GERU	28	750	1	(2.715.540,88)	17.182.482,08	-15,80
SP	ADOLFO	35	20	4	(950.523,82)	11.506.542,80	-8,26
SP	ÁGUAS DE SÃO PEDRO	35	60	0	4.043.237,68	12.529.814,53	32,27
SP	AGUDOS	35	70	9	10.145.563,87	61.663.381,61	16,45
SP	ALTAIR	35	90	7	368.797,86	10.659.141,61	3,46
SP	ALTO ALEGRE	35	110	3	(1.468.458,89)	9.150.983,11	-16,05
SP	ÁLVARO DE CARVALHO	35	140	0	704.524,76	7.431.796,10	9,48
SP	AMÉRICO BRASILENSE	35	170	7	(5.157.737,40)	45.048.049,07	-11,45
SP	ANGATUBA	35	220	0	(2.821.431,00)	33.484.256,00	-7,83
SP	ARCO-ÍRIS	35	335	6	(1.134.808,17)	6.877.160,27	-16,50
SP	ARIRANHA	35	370	3	(2.756.136,48)	26.432.478,45	-10,43
SP	ARTUR Nogueira	35	380	2	1.070.611,33	59.151.261,09	1,81
SP	ASPÁSIA	35	395	0	(1.898.533,86)	6.149.495,51	-30,87
SP	BADY BASSITT	35	460	2	362.324,63	21.555.917,60	1,68
SP	BALSAMO	35	480	0	(101.159,49)	11.284.195,64	-0,90
SP	BARÃO DE ANTONINA	35	500	5	(965.669,75)	8.056.569,65	-11,99

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	BARBOSA	35	510	4	719.614,66	10.655.338,64	6,79
SP	BILAC	35	640	9	(2.009.448,00)	12.824.865,27	-15,67
SP	BOCAINA	35	680	5	(2.905.808,73)	21.174.732,47	-13,72
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	35	710	0	(2.078.456,28)	31.707.144,70	-6,56
SP	BORA	35	720	9	(127.115,00)	6.816.031,00	-1,86
SP	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	35	945	2	(1.528.391,77)	10.204.399,32	-14,98
SP	CEDRAL	35	1130	0	-	14.522.313,43	0,00
SP	CESARIO LANGE	35	1160	7	2.195.722,78	35.237.711,82	6,23
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	(1.216.212,75)	13.026.757,19	-9,34
SP	COLINA	35	1200	1	10.319.478,66	35.560.152,37	29,02
SP	CONCHAS	35	1230	8	1.698.098,65	26.643.108,19	6,37
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	-	14.201.639,68	0,00
SP	CUNHA	35	1360	3	(5.440.953,14)	28.645.893,77	-18,99
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(1.239.477,17)	6.353.819,43	-19,51
SP	DRACENA	35	1440	3	(1.833.949,37)	57.751.909,00	-3,18
SP	DUMONT	35	1460	1	(2.234.982,06)	13.655.769,83	-16,37
SP	ELDORADO	35	1480	9	3.625.370,14	24.007.138,45	15,10
SP	ELISIARIO	35	1492	4	(974.956,42)	8.105.924,03	-12,03
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	(1.918.328,25)	15.456.019,18	-12,41
SP	FLOREAL	35	1590	5	(7.939.562,35)	10.888.794,48	-72,91
SP	FLORIDA PAULISTA	35	1600	2	(4.035.722,00)	18.512.021,00	-21,80
SP	GABRIEL MONTEIRO	35	1650	7	(1.019.299,52)	7.035.770,19	-14,49
SP	GAVIAO PEIXOTO	35	1685	3	-	15.107.223,22	0,00
SP	GUARA	35	1770	3	2.805.905,10	36.327.045,70	7,72
SP	GUARANTA	35	1810	7	(1.159.135,17)	11.379.999,26	-10,19
SP	GUATAPARA	35	1885	9	(910.907,92)	15.261.717,20	-6,97
SP	IACANGA	35	1910	5	(1.308.890,36)	18.043.442,81	-7,25
SP	IACRI	35	1920	4	(1.234.519,30)	10.951.271,81	-11,27
SP	IBIRA	35	1940	2	1.124.492,00	18.086.009,00	6,22
SP	ILHABELA	35	2040	0	(9.332.468,33)	83.232.123,30	-11,21
SP	INDIAPORA	35	2070	7	(619.049,07)	9.068.785,67	-6,83
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	8	(780.718,71)	34.296.878,44	-2,28
SP	IRAPUA	35	2150	7	(486.505,71)	11.474.638,20	-4,24
SP	ITABERA	35	2170	5	(2.313.870,54)	23.495.140,85	-9,85
SP	ITAJOBÍ	35	2190	3	1.362.418,69	26.072.122,91	5,23
SP	ITAJU	35	2200	0	-	8.803.229,95	0,00
SP	ITIRAPUA	35	2370	1	(1.566.354,33)	9.486.580,94	-16,51
SP	ITOBI	35	2380	0	-	8.366.731,29	0,00
SP	JABORANDI	35	2420	4	637.921,63	13.833.461,15	4,61
SP	JAMBEIRO	35	2490	7	(4.190.915,16)	17.015.806,56	-24,53
SP	JOAO RAMALHO	35	2560	7	(993.353,81)	11.008.556,86	-9,03
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(2.609.214,05)	45.144.416,06	-5,78
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(2.588.321,30)	8.713.210,08	-29,71
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	1.025,49	27.055,12	3,79
SP	JUCUITIBA	35	2620	9	12.002.439,53	39.530.466,97	30,36
SP	LAGOINHA	35	2630	8	-	8.762.945,14	0,00
SP	LAVINIA	35	2650	6	(10.400.954,19)	13.144.060,36	-79,13
SP	LUCILIA	35	2740	5	(2.904.817,45)	29.424.038,15	-9,87
SP	LUPERCIO	35	2780	1	(1.345.317,34)	8.635.530,77	-15,58
SP	MACATUBA	35	2800	7	(3.598.670,13)	31.099.112,00	-11,57
SP	MARAPÓAMA	35	2885	8	(202.886,70)	8.248.477,95	-2,46
SP	MARINOPOLIS	35	2910	4	(279.060,74)	6.535.786,17	-4,27
SP	MESOPOLIS	35	2965	8	(536.250,50)	7.435.224,73	-7,21
SP	MIRANDOPOLIS	35	3010	2	5.982.705,71	35.090.310,79	17,05
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	(518.628,06)	70.026.980,56	-0,74
SP	MONTEIRO LOBATO	35	3170	4	(787.142,92)	8.510.224,35	-9,25
SP	MORUNGABA	35	3200	9	409.952,58	20.110.689,16	2,04
SP	NATIVIDADE DA SERRA	35	3230	6	(16.756,16)	13.374.327,73	-0,13
SP	NIPOA	35	3270	2	(4.116,00)	8.465.462,00	-0,05
SP	NOVA INDEPENDENCIA	35	3320	5	(1.366.232,72)	10.095.195,76	-13,53
SP	NOVAIS	35	3325	4	(253.370,31)	8.897.863,31	-2,85
SP	OCAUCU	35	3370	0	(2.226.651,81)	8.865.197,40	-25,12
SP	PALMEIRA D'OESTE	35	3520	0	(2.560.177,98)	10.925.445,32	-23,43
SP	PARANAPUA	35	3590	3	111.310,78	7.209.713,78	1,54
SP	PARAPUA	35	3600	0	-	14.922.584,45	0,00
SP	PARDINHO	35	3610	9	313.397,35	14.703.570,52	2,13

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	PARIQUERA-ACU	35	3620	8	(2.302.713,56)	23.570.899,84	-9,77
SP	PEORA BELA	35	3680	2	(528.106,79)	9.360.806,49	-5,64
SP	PEDRANÓPOLIS	35	3690	1	(295.516,35)	7.517.200,61	-3,93
SP	PINDORAMA	35	3810	5	(2.141.482,34)	23.049.115,83	-9,29
SP	PIRANGI	35	3800	4	(995.484,54)	15.123.188,54	-6,58
SP	PLANALTO	35	3960	8	-	10.696.868,46	0,00
SP	PONTALINDA	35	4025	9	127.637,72	8.759.997,38	1,46
SP	QUADRA	35	4165	3	(1.719.570,22)	9.207.166,29	-18,66
SP	QUATA	35	4170	3	(2.795.723,17)	23.570.994,01	-11,86
SP	RIFAINA	35	4360	0	-	13.222.851,33	0,00
SP	RINCAO	35	4370	9	2.937.688,91	16.764.510,64	17,52
SP	RINÓPOLIS	35	4380	8	(1.791.403,69)	12.584.399,14	-14,24
SP	RUBIACEA	35	4440	0	(633.568,37)	7.974.267,82	-7,95
SP	SAGRES	35	4470	7	(1.478.359,94)	6.286.860,81	-23,52
SP	SALTINHO	35	4515	9	(3.630.679,10)	13.280.775,73	-27,34
SP	SANTA ADELIA	35	4550	5	(998.917,44)	22.703.014,76	-4,40
SP	SANTA CLARA D'OESTE	35	4610	8	(1.154.032,57)	7.949.906,86	-14,52
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	138.879,87	9.189.445,84	1,51
SP	SANTA LUCIA	35	4690	0	(121.140,77)	11.566.895,57	-1,06
SP	SANTA MARIA DA SERRA	35	4700	7	-	10.962.220,60	0,00
SP	SANTA SALETE	35	4765	0	13.843,74	5.761.286,81	0,24
SP	SANTANA DA PONTE PENSA	35	4720	5	(3.499.840,67)	5.844.580,59	-59,88
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	35	4820	3	(1.187.360,29)	13.058.455,33	-9,09
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	(1.919.546,45)	8.256.706,32	-23,25
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	-	6.538.857,88	0,00
SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	35	4920	1	(161.709,62)	6.736.235,82	-2,40
SP	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	35	4930	0	(1.039.982,64)	7.201.085,76	-14,44
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	7.972.745,20	60.335.573,03	13,21
SP	SAO LUIS DO PARAÍTINGA	35	5000	1	(11.849.221,38)	21.702.448,05	-54,60
SP	SAO PEDRO	35	5040	7	778.314,65	48.000.685,86	1,82
SP	SERRANA	35	5150	4	3.013.040,43	59.204.880,11	5,09
SP	SEVERINIA	35	5190	0	(3.943.956,67)	26.356.722,86	-14,96
SP	SOCORRO	35	5210	6	(2.148.573,53)	42.767.511,67	-5,02
SP	TABAPUA	35	5260	1	-	18.095.232,75	0,00
SP	TABATINGA	35	5270	0	(1.765.690,58)	20.871.753,58	-8,46
SP	TAQUARIVAI	35	5385	6	1.166.875,68	11.204.450,68	10,41
SP	TORRINHA	35	5470	6	(651.908,85)	12.765.499,26	-5,11
SP	TUIUTI	35	5495	3	(1.135.347,10)	9.404.718,85	-12,07
SP	UBARANA	35	5535	6	(175.152,02)	12.768.794,30	-1,37
SP	URANIA	35	5580	2	(709.697,77)	10.434.983,26	-6,80
SP	URUPES	35	5600	8	-	19.933.513,14	0,00
SP	VIRADOURO	35	5680	0	-	28.465.872,81	0,00
SP	VITÓRIA BRASIL	35	5695	8	(135.105,64)	5.668.466,46	-2,30
TO	ARRAIAS	17	240	6	-	18.037.959,07	0,00
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	17	360	2	(658.228,10)	4.981.254,54	-13,21
TO	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	17	710	8	1.053.562,52	8.524.530,38	12,36
TO	GUARAI	17	930	2	4.869.039,79	24.654.635,17	19,83
TO	IPUEIRAS	17	980	7	(248.750,32)	5.076.375,50	-4,90
TO	JUARINA	17	1180	3	(280.735,26)	4.342.319,50	-6,47
TO	MONTI DO CARMO	17	1360	1	248.776,74	7.635.036,65	3,26
TO	NOVA OLINDA	17	1488	0	(1.128.141,16)	10.659.718,32	-10,58

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 8, de 2011** (nº 32/2011, na origem), de 31 de janeiro último, do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, relatório de execução do Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira, relativo a 2010.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 32/MF

Brasília, 31 de janeiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Assunto: Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
No contexto da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Res-

ponsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior de que trata a Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, encaminhamos a V. Exª relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira dentro das

Operações de Administração de Passivo realizadas pela União ao longo do ano de 2010.

Respeitosamente – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

ASSUNTO: PROGRAMA DE RECOMPRA 2010 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 4º. INCISO I DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 20, DE 16/11/2004.

1. Dentro da estratégia definida nos últimos Planos Anuais de Financiamento – PAF¹, o Tesouro Nacional vem dando continuidade ao “Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira”, objetivando resgatar antecipadamente títulos de emissão da República com a finalidade de melhorar o perfil do passivo brasileiro externo e consolidar a curva de juros da dívida externa.

2. No ano de 2010, o Tesouro Nacional recomprou o montante de US\$ 4,2 bilhões em valor financeiro, correspondendo a US\$ 3,2 bilhões em valor de face, conforme demonstrado no Quadro 1. Esses valores representam aproximadamente 9,72% do estoque de títulos Globais e Euros. O Gráfico 1 mostra o percentual retirado do mercado, por título alvo.

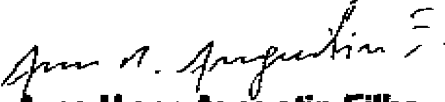
¹ Trata-se de um instrumento de gestão fiscal que define os objetivos e diretrizes da administração da Dívida Pública Federal. Por meio do PAF, o Tesouro Nacional expressa seu compromisso com a redução dos custos, o monitoramento dos riscos e o planejamento estratégico dessa dívida, contribuindo para aumentar a confiança dos investidores.

3. Considerando-se as recompras efetuadas em 2010, a redução total no fluxo de pagamento de juros, em valores correntes, foi de US\$ 4,8 bilhões.

4. Ressalta-se que os títulos foram recomprados no mercado secundário por um preço abaixo do preço considerado justo para determinado prazo, segundo o modelo de avaliação do Tesouro Nacional. Portanto, o Programa de Recompras gerou ganhos a valor presente para o Tesouro Nacional.

5. A redução da dívida externa, aliada à melhoria de importantes indicadores de risco, como composição e prazo médio, tem garantido ao Tesouro acesso ao crédito externo em condições cada vez mais favoráveis, permitindo a queda nos custos das emissões soberanas ao longo do tempo. A reabertura do bônus Global 2021, em julho de 2010, por exemplo, foi realizada com a menor *yield* (taxa de retorno ao investidor) histórica para um título de 10 anos, equivalente a 4,547% a.a.. Tal fato é decorrência do aumento da credibilidade do Brasil junto ao mercado externo e da expectativa positiva em relação à economia brasileira.

Em 25 de janeiro de 2011

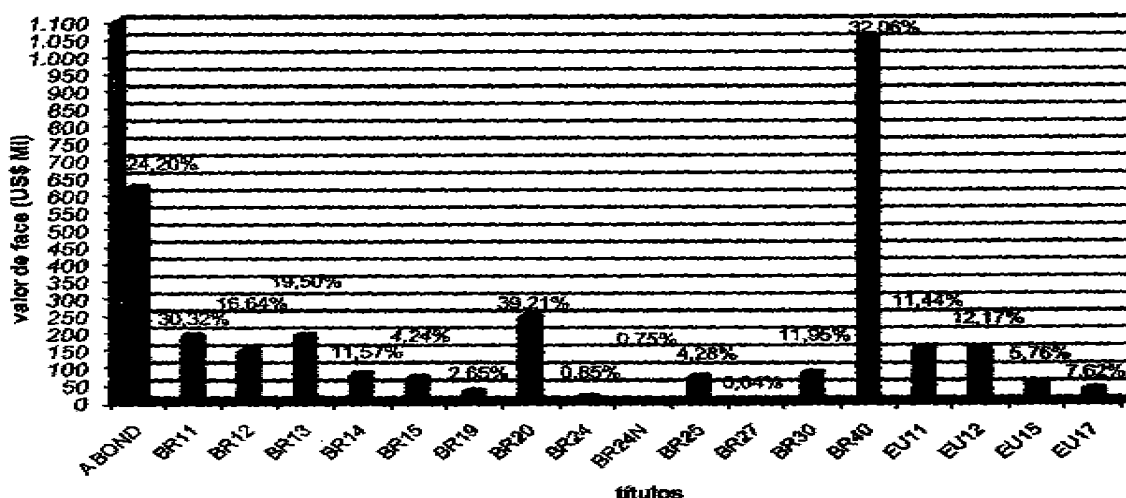

Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional

QUADRO 1: VALORES RECOMPRADOS

US\$

Ativo	Valor de Face	Valor Juros	Valor Ágio	Pagamento Total
A BOND	621.490.111,11	11.993.949,26	114.477.607,66	747.961.667,99
BR11	191.500.000,00	3.481.944,44	22.035.000,00	217.016.944,44
BR12	146.845.000,00	3.933.682,50	23.396.765,00	174.175.447,50
BR13	191.988.000,00	3.670.144,61	43.919.650,00	239.577.794,61
BR14	81.183.000,00	1.978.417,00	23.755.735,00	106.917.152,00
BR15	71.000.000,00	1.132.250,00	16.132.750,00	88.265.000,00
BR19	30.000.000,00	525.104,17	10.082.000,00	40.607.104,17
BR20	247.000.000,00	6.043.145,83	143.017.000,00	396.060.145,83
BR24	15.000.000,00	61.631,94	7.165.000,00	22.226.631,94
BR24N	5.000.000,00	115.868,06	1.495.000,00	6.610.868,06
BR25	73.630.000,00	2.010.565,28	31.738.862,50	107.379.427,78
BR27	1.000.000,00	32.625,00	479.800,00	1.511.625,00
BR30	84.500.000,00	2.088.795,14	75.074.500,00	161.663.295,14
BR40	1.057.475.000,00	27.138.734,03	407.930.300,00	1.492.544.034,03
EU11	151.978.091,80	617.506,67	11.327.372,91	163.922.971,38
EU12	156.770.313,20	5.833.446,82	22.660.048,93	185.263.808,95
EU15	59.603.800,00	2.301.667,35	10.391.394,90	72.296.862,25
EU17	37.750.800,00	2.939.844,46	15.359.013,88	56.049.658,34
Total geral	3.223.714.116,11	75.899.322,56	980.437.000,78	4.280.050.439,41

GRÁFICO 1: PERCENTUAL RETIRADO DO MERCADO



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– O Aviso nº 8, de 2011, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 11, de 2011** (nº 26/2011, na origem), de 24 de janeiro último, do Mi-

nistro da Fazenda, que encaminha, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2010.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 11, de 2011

Aviso nº 26/MF

Brasília, 24 de janeiro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Assunto: Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No contexto da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que

trata a Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, e em cumprimento ao art. 4º do referido normativo, apresento a Vossa Excelência relatório sobre as emissões de títulos da República no período de 1º de outubro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

2. O relatório inclui, além da parte descritiva, quadros com detalhamento das operações realizadas no período (Anexo I), dos títulos da dívida pública, resgatados com os recursos oriundos das referidas operações (Anexo II), de todos os demais bônus emitidos ao amparo do referido Programa (Anexo III).

Respeitosamente, – **Nelson Henrique Barbosa Filho**, Ministro de Estado da Fazenda Interino.

Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO – PERÍODO DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2010

O presente relatório contém informações relacionadas ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativas aos meses de outubro a dezembro de 2010, em atendimento ao art. 4º inciso I da Resolução do Senado Federal Nº 20, de 16/11/2004.

2. No período em questão ocorreu a quarta reabertura do bônus denominado em reais Global BRL 2028, no valor de R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 1 bilhão nos mercados europeu e norte americano e R\$ 100 milhões no mercado asiático¹. O bônus foi vendido ao preço de 112,226% do seu valor de face, resultando em *yield* (taxa de retorno para o investidor) de 8,85% a.a., o segundo menor custo já verificado nas emissões externas em moeda local de títulos prefixados pelo Tesouro Nacional. A emissão foi liderada pelos bancos *Deutsche Bank* e *Barclays* e contou com a colaboração do Banco do Brasil *Securities* e *Credit Suisse*.

Data da Operação:	20/10/2010
Data da Liquidação:	27/10/2010
Volume:	R\$ 1.100.000 milhões (*)
Preço de emissão:	112,226% do valor de face
<i>Yield</i> :	8,85% a.a.
Pagamento do principal:	Em parcela única, no vencimento
Pagamento dos juros:	Em parcelas semestrais
(*) equivalente a US\$ 655.464.187,82	

3. O Global BRL 2028 e suas respectivas reaberturas listadas a seguir pagarão juros de 10,25% a.a., semestralmente nos dias 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano, até o vencimento do título, em 10 de janeiro de 2028. Os pagamentos serão em dólares equivalentes a reais, calculados pela taxa de câmbio de

¹ Com o objetivo de aprimorar o acesso ao mercado asiático, e visando à expansão da base de investidores, o Tesouro Nacional reiterou o mecanismo conhecido como *green shoe*. Nesta estratégia, o Tesouro Nacional realiza a emissão em horário compatível com o mercado norte-americano e se reserva ao direito de reabri-la automaticamente no mercado asiático, com volume e condições predeterminadas, com uma porcentagem do volume inicial. Nessa emissão, esse percentual atingiu 10%.

fechamento (PTAX) de três dias úteis anteriores ao vencimento.

EMISSIONES DO BÔNUS GLOBAL BRL 2028

OPERAÇÃO	DATA	VOLUME EMITIDO (R\$ MILHÕES)	VOLUME EMITIDO (US\$ MILHÕES)	PREÇO (% VALOR DE FACE)	YIELD (A.A.)
Emissão	7/2/2007	1.500	715	96,45	10,68%
1ª Reabertura	20/3/2007	750	361	99,75	10,28%
2ª Reabertura	10/05/2007	787,5	389	112,25	8,94%
3ª Reabertura	19/06/2007	750	393	115,5	8,63%
4ª Reabertura	20/10/2010	1.100	655	112,226	8,85%

4. Por fim, conforme solicitado na mencionada Resolução, o presente informe inclui, também, detalhamento completo das emissões realizadas no período (Anexo I), demonstrativo dos títulos da dívida pública resgatados com o produto líquido dos lançamentos mencionados (Anexo II), e quadro com todos os bônus emitidos pela República ao amparo da referida Resolução (Anexo III).

Em 13 de janeiro de 2011


Arnó Hugo Augustin Filho
 Secretário do Tesouro Nacional

ANEXO I

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EMISSÃO DE TÍTULOS E ADMINISTRAÇÃO DE PASSIVOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL NO EXTERIOR Emissões no Período de Outubro a Dezembro de 2010

<i>Características dos Títulos</i>	<i>4ª Reabertura GlobalBRL 2028</i>
Moeda	BRL
Lançamento/Assinatura	20/out/10
Liquidação Financeira	27/out/10
Vencimento	10/jan/28
Volume (R\$ Milhões)	1.100
Cupom de juros (% a.a.)	10,250%
Comissão (%)	0,2500%
Preço de lançamento (%)	112,226%
Yield (retorno financeiro - % a.a.)	8,850%
Agentes Líderes da Emissão	Deutsche Bank Securities Inc. e Barclays Capital Inc.

ANEXO II**RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EMISSÃO DE TÍTULOS E ADMINISTRAÇÃO
DE PASSIVOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL NO EXTERIOR
Período de Outubro a Dezembro de 2010****Produto Líquido da Reabertura do Global 2028****Data da Operação: 27/10/2010**

	Valor em R\$
Global 2028 Reabertura	1.265.247.805,56 (*)
(*) valores ingressados	
· volume emitido	1.100.000.000,00
· ágio	134.486.000,00
· juros acruados	33.511.805,56
Total Recebimento	1.267.997.805,56
- comissão	2.750.000,00
Total de Recursos no período	1.265.247.805,56

Alocação dos valores equivalentes em Reais

Letra Financeira do Tesouro	
Valor em R\$	1.265.247.805,56
ISIN	BRSTNCLF1N78
Valor Unitário em 17/11/2010	4.440,33125
Taxa de juros	Não Há
Prazo	7,9 anos
Data de Emissão	20/12/2002
Data do Resgate	17/11/2010

ANEXO III

**RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EMISSÃO E COLOCAÇÃO DE TÍTULOS DE
RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL NO EXTERIOR**
Quadro Resumo dos Lançamentos de Bônus pela República Federativa do Brasil ao amparo da Res. N° 20/2004

<i>BÔNUS/ MOEDA</i>	<i>Liquidação Financeira</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Prazo</i>	<i>Valores na moeda original</i>	<i>Equivalente em US\$</i>	<i>Cupom</i>	<i>Periodicidade de Juros</i>	<i>Preço de emissão</i>	<i>Spread</i>
Reabertura Global 2014	8/12/2004	14/7/2014	10 anos	500	500	10,5 % a.a.	semestral	114,750%	398 bps sobre o título de referência do Tesouro Americano de 10 anos
Euro 2015	3/2/2005	3/2/2015	10 anos	500	649	7,375 % a.a.	anual	98,800%	398,5 bps sobre o título de referência DBR* de 15 anos
Global 2025	4/2/2005	4/2/2025	20 anos	1.250	1.250	8,75 % a.a.	semestral	98,610%	431 bps sobre o título de referência do Tesouro Americano de vencimento em 2025
Global 2015	7/3/2005	7/3/2015	10 anos	1.000	1.000	7,875 % a.a.	semestral	99,825%	332,5 bps sobre o título de referência do Tesouro Americano vencendo em 2015
Reabertura Global 2019	17/5/2005	14/10/2019	14 anos	500	500	8,875 % a.a.	semestral	100,375%	458 bps sobre o título de referência do Tesouro Americano de 10 anos
Reabertura Global 2034	24/6/2005	20/1/2034	29 anos	500	500	8,250 % a.a.	semestral	94,125%	440 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano vencendo em 2031
Reabertura Global 2015	27/6/2005	7/3/2015	9 anos	600	600	7,875 % a.a.	semestral	100,945%	363 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano de 10 anos de prazo
A-Bond 2018	1/8/2005	15/1/2018	12,5 anos	4.509	4.509	8,000%	semestral	101,250%	336 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano de 10 anos
Reabertura Global 2025	13/9/2005	4/2/2025	19,5 anos	1.000	1.000	8,750%	semestral	102,125%	417 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano de 30 anos
Global BRL 2016	26/9/2005	5/1/2016	10 anos	3.400	1.479	12,500%	semestral	98,636%	-
Reabertura Global 2015	17/11/2005	7/3/2015	9 anos	500	500	7,875%	semestral	100,702%	312 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano com 10 anos de prazo
Reabertura Global 2034	6/12/2005	20/1/2034	28 anos	500	500	8,250%	semestral	99,325%	362,5 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano com 30 anos de prazo
Global 2037	18/1/2006	20/1/2037	31 anos	1.000	1.000	7,125%	semestral	94,856%	295 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2031
Reabertura Euro 2015	3/2/2006	3/2/2015	9 anos	300	360	7,375%	anual	111,428%	183 bps sobre o MidSwap de 9 anos
Reabertura Global 2037	23/3/2006	20/1/2037	31 anos	500	500	7,125%	semestral	103,747%	204 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2031
Reabertura Global 2034	2/6/2006	20/1/2034	28 anos	198	198	8,250%	semestral	100,125%	spread não considerado
Reabertura Global 2037	16/8/2006	20/1/2037	31 anos	500	500	7,125%	semestral	99,68%	203 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2031
Global BRL 2022	13/9/2006	5/1/2022	15 anos	1.600	744	12,500%	semestral	97,56%	-
Reabertura Global BRL 2022	13/10/2006	5/1/2022	15 anos	650	301	12,500%	semestral	100,25%	-
Global 2017	14/11/2006	17/1/2017	10 anos	1.500	1.500	6,000%	semestral	98,125%	159 bps
Reabertura Global BRL 2022	11/12/2006	5/1/2022	15 anos	750	346	12,500%	semestral	105,875%	-
Reabertura Global 2037	30/1/2007	20/1/2037	30 anos	500	500	7,125%	semestral	106,338%	173 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2036
Global BRL 2028	14/2/2007	10/1/2028	21 anos	1.500	715	10,250%	semestral	96,451%	-
Reabertura Global BRL 2028	27/3/2007	10/1/2028	21 anos	750	360	10,250%	semestral	99,750%	-
Reabertura Global 2017	11/4/2007	17/1/2017	10 anos	525,0	525	6,000%	semestral	100,796%	122 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2017
Reabertura Global BRL 2028	17/5/2007	10/1/2028	21 anos	787,5	389	10,250%	semestral	112,250%	-
Reabertura Global BRL 2028	26/6/2007	10/1/2028	21 anos	750,0	393	10,250%	semestral	99,750%	-
Reabertura Global 2017	14/5/2008	17/1/2017	10 anos	525,0	525	6,000%	semestral	104,816%	140 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2017

ANEXO III

**RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EMISSÃO E COLOCAÇÃO DE TÍTULOS DE
RESPONSABILIDADE DO TESOURE NACIONAL NO EXTERIOR**
Quadro Resumo dos Lançamentos de Bônus pela República Federativa do Brasil ao amparo da Res. N° 20/2004

BÔNUS/MOEDA	Liquidação Financeira	Vencimento	Prazo	Valores na moeda original	Equivalente em US\$	Capeta	Periodicidade de Juros	Preço de emissão	Spread
<i>Global 2019 N</i>	13/1/2009	15/1/2019	10 anos	1.025,0	1.025	5,875%	semestral	98,135%	370 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2018
<i>Reabertura Global 2019 N</i>	14/5/2009	15/1/2019	10 anos	750,0	750	5,875%	semestral	100,539%	252 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2019
<i>Reabertura Global 2037</i>	5/8/2009	20/1/2037	30 anos	525,0	525	7,125%	semestral	108,630%	195 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2039
<i>Global 2041</i>	07.10.2009	07.01.2041	30 anos	1.275,0	1.275	5,625%	semestral	97,498	175 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2039
<i>Reabertura Global 2019N</i>	22.12.2009	15.01.2009	10 anos	525,0	525	5,875%	semestral	100,204%	113,9 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2019
<i>Global 2021</i>	22.04.2010	22.01.2021	10 anos	787,5	788	4,875%	semestral	98,978%	113,9 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2020
<i>Reabertura Global 2021</i>	03.08.2010	22.01.2021	10 anos	825,0	825	4,875%	semestral	102,707%	150bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2020
<i>Reabertura Global 2041</i>	21.09.2010	07.01.2041	30 anos	550,0	550	5,625%	semestral	106,407%	142 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2040
<i>Reabertura Global RFL 2028</i>	27.10.2010	15.01.2028	17 anos	1210,0	755	10,250%	semestral	112,226%	

Fonte: STROCCORV

Total emitido >> 28.761
 Autorizado Res nº20/04 >> 75.000
 Disponível >> 46.240

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– O Aviso nº 11, de 2011, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº S/3, de 2011** (nº 163/2010, na origem), do Governo do Estado de Minas Gerais, encaminhando, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (contratação de parceria público-privada), informações relativas ao cumprimento, pelo respectivo ente, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 76 do Regimento Interno, foi extinta a comissão temporária criada por meio do **Ato nº 16, de 2009**, do Presidente do Senado Federal, que instituiu a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

A matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 9, de 2011** (nº 6/2011, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do

real referente ao quarto trimestre de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 006/2011-BCB

Brasília, 27 de janeiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor

José Sarney

Presidente do Senado Federal

Assunto: Demonstrativo das emissões do Real

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do Real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao quarto trimestre de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Atenciosamente, – **Anthero de Moraes Meirelles**
Presidente, substituto.

Anexo ao Aviso nº 006/2011-BCB, de 27 de janeiro de 2011.

A- Demonstrativo das emissões do real – Quarto trimestre de 2010

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos

B - Relatório de execução da programação monetária - Quarto trimestre de 2010

A - DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL**I – A base monetária restrita e a emissão**

A base monetária registrou saldo médio diário de R\$197,4 bilhões em dezembro, com aumentos de 11% no mês e de 17,9% em doze meses, permanecendo nos intervalos definidos pela programação monetária para o quarto trimestre de 2010, tal qual os demais agregados. A variação no mês traduziu os incrementos de 11,2% no saldo médio do papel-moeda emitido e de 10,3% na posição de reservas bancárias, que refletiram o crescimento sazonal na demanda por moeda.

Demonstrativo de emissões do real Quarto trimestre - 2010	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 4º trimestre/2010 ^{1/} (Voto GMN nº 091/2010)	227,90
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	197,39
b.1 - Usos - saldos ^{3/}	197,39
b.1.1 - Papel-moeda emitido	148,08
b.1.2 - Reservas bancárias	49,30
b.2 - Fontes	197,39
b.2.1 - Saldos em 30.11.2010	178,49
b.2.1.1 - Papel-moeda emitido	134,67
b.2.1.2 - Reservas bancárias	43,82
b.2.2 - Fluxos em dezembro/2010 ^{4/}	18,90
b.2.2.1 - Operações com o Tesouro Nacional	14,21
b.2.2.2 - Operações com títulos públicos federais	32,61
b.2.2.3 - Operações com o setor externo	2,18
b.2.2.4 - Operações com o sistema financeiro	-30,11
C - Saldo de emissão (A - B)	30,51
D - Reservas internacionais disponíveis	489,52
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	227,90
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	261,62

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.

2/ Média dos saldos nos dias úteis.

3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papéis-moeda emitidos	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2008 Jan	95 182	-3,5	18,2	46 676	3,7	30,3	141 858	-1,2	21,8
Fev	91 189	-4,2	16,2	41 356	-14,4	20,6	132 524	-8,6	18,4
Mar	90 364	-0,9	18,4	40 447	-2,2	21,3	130 371	-1,3	20,0
Abr	93 300	-0,1	19,0	41 020	1,4	17,9	131 320	0,4	19,6
Mai	91 090	0,9	19,8	41 580	1,3	18,0	132 655	1,0	19,2
Jun	92 270	1,3	19,0	36 787	-6,6	8,9	131 067	-1,2	15,8
Jul	94 222	2,1	18,9	40 447	4,3	8,8	134 689	2,7	15,6
Ago	95 392	1,2	19,7	38 643	-4,7	2,2	133 933	-0,5	14,1
Set	98 222	3,0	17,0	38 323	2,0	0,7	137 544	2,7	11,7
Out	99 682	1,5	17,7	40 134	2,1	1,2	138 845	1,0	12,4
Nov	100 534	0,9	16,7	30 086	-26,1	-27,1	130 600	-6,6	2,5
Dez	112 142	11,5	18,7	33 600	11,6	-28,4	136 762	4,5	1,5
2009 Jan	107 203	-4,4	12,8	34 839	3,7	-28,4	142 042	-2,6	0,1
Fev	104 319	-2,7	14,1	31 542	-9,3	-29,7	136 961	-4,4	2,5
Mar	101 038	-3,1	11,8	31 070	-1,6	-23,2	132 188	-2,7	1,0
Abr	101 628	0,6	12,5	30 799	-0,9	-24,9	132 422	0,2	0,8
Mai	102 412	0,8	12,4	32 360	5,1	-22,1	134 773	1,8	1,6
Jun	103 770	1,3	12,8	32 477	0,4	-18,3	136 247	1,1	4,0
Jul	104 921	1,1	11,4	33 500	3,1	-17,2	138 428	1,6	2,8
Ago	106 238	1,3	11,4	32 483	-3,0	-15,7	136 717	0,2	3,6
Set	110 262	3,8	12,3	34 877	7,4	-11,3	145 136	6,6	5,5
Out	111 981	1,2	11,8	34 020	-2,5	-18,2	145 574	0,3	4,1
Nov	113 881	1,7	13,1	34 968	2,8	16,3	148 649	2,1	13,3
Dez	126 162	12,7	14,3	39 238	12,2	16,8	167 400	12,8	14,9
2010 Jan	124 347	-3,0	16,0	41 072	-4,7	17,9	165 388	-1,2	16,4
Fev	123 046	-1,0	18,0	38 833	-5,4	23,1	151 879	-2,1	19,2
Mar	119 571	-2,8	18,8	39 150	0,8	28,0	158 721	-2,0	20,1
Abr	119 462	-0,1	17,8	40 887	4,4	32,7	160 329	1,0	21,1
Mai	118 764	-0,5	16,0	40 133	-1,8	24,0	159 897	-0,3	18,6
Jun	121 275	1,3	16,9	40 776	1,6	26,5	162 051	1,3	18,9
Jul	123 267	1,7	17,5	43 087	5,7	28,8	168 374	2,7	20,2
Ago	126 318	1,9	18,0	43 308	0,5	38,3	166 026	1,4	21,6
Set	128 941	2,1	17,8	43 028	-0,6	23,4	172 599	2,6	19,2
Out	132 105	2,4	18,4	44 838	4,2	31,6	176 942	2,3	21,6
Nov	133 083	0,7	17,1	44 741	-0,2	27,9	177 894	0,5	19,6
Dez	148 054	11,2	18,5	49 335	10,3	25,7	197 388	11,0	17,9

Entre os fluxos mensais dos fatores de emissão monetária, destacou-se a contração de R\$64,9 bilhões, referente a recolhimentos compulsórios, resultante, sobretudo, das elevações de alíquotas dos recolhimentos sobre recursos a prazo - de 15% para 20% - e da exigibilidade adicional sobre recursos à vista e a prazo - de 8% para 12%. As operações do Tesouro Nacional foram também contracionistas, com impacto de R\$22,9 bilhões. Em sentido expansionista, as compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio totalizaram R\$4,3 bilhões, enquanto as operações com títulos públicos federais, que

incluem a atuação do Banco Central no ajuste de liquidez do mercado monetário, somaram R\$111,5 bilhões. No mercado secundário, as compras líquidas atingiram R\$119,7 bilhões, ao passo que no mercado primário ocorreram colocações líquidas de R\$8,2 bilhões.

Fatores condicionantes da base monetária						
Fluxos acumulados no mês						
R\$ milões						
Período	Operações com o Tesouro Nacional	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária
2008 Jan.	5.479	-26.009	4.409	488	-377	-16.029
Fev.	-15.687	3.378	5.274	-397	2.632	-4.259
Mar.	1.820	988	2.931	-540	-1.923	2.548
Abr.	-14.212	4.481	6.890	-2.157	996	-4.193
Mai.	-11.488	14.028	4.203	-1.203	2.014	8.475
Jun.	-2.739	-481	3.278	-1.659	1.199	-386
Jul.	133	-5.987	2.714	-1.639	1.040	-3.701
Ago.	-10.325	14.554	2.068	-1.972	1.396	2.979
Set.	-5.041	14.221	288	1.908	-6.507	-4.665
Out.	-10.652	8.375	-18.382	22.880	-4.383	-4.182
Nov.	-8.982	-26.839	-16.788	-2.087	580	-465
Dez.	-3.477	-16.848	-7.847	44.619	984	18.231
2009 Jan.	8.987	-10.355	-3.048	1.107	-1.703	-10.012
Fev.	-5.919	-3.627	1.277	428	416	-1.279
Mar.	-7.908	-3.669	1.978	577	-424	-1.212
Abr.	-10.219	19.208	-2.323	-318	-1.391	9.708
Mai.	-5.519	-12.857	8.823	193	-80	-11.440
Jun.	2.739	-8.685	11.026	777	-54	-5.893
Jul.	1.947	-12.681	7.320	-512	-3	-3.640
Ago.	-6.322	-3.628	6.097	-828	0	-1.473
Set.	6.901	-2.929	6.418	-712	0	9.679
Out.	-6.322	-5.014	11.889	1.208	0	1.755
Nov.	-15.094	-19.848	5.308	-638	0	-9.414
Dez.	-15.186	19.621	6.337	-1.488	0	9.205
2010 Jan.	5.678	-18.835	3.077	844	0	-10.423
Fev.	-12.289	9.978	748	242	0	-1.316
Mar.	-2.544	82.393	5.256	-88.317	0	2.378
Abr.	-9.077	63.569	5.403	-62.005	0	-2.083
Mai.	-8.052	5.144	7.387	-388	0	-4.060
Jun.	177	-1.268	3.665	-1.639	0	941
Jul.	6.067	-1.831	2.763	-4.129	0	2.900
Ago.	-6.595	10.593	7.213	-496	0	10.714
Set.	-2.903	-8.999	18.660	-4.379	0	2.758
Out.	1.705	-11.512	12.948	-1.700	0	1.453
Nov.	-8.304	8.308	4.208	-5.182	0	1.031
Dez.	-22.980	114.544	4.270	-64.572	0	28.338

01 Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada totalizou R\$2.395 bilhões, com aumento de 0,2% no mês e de 16,7% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central diminuiu 4,6%, alcançando R\$1.864 bilhões. Esse

resultado derivou, principalmente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público, das compras pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio e do impacto contracionista das operações do Tesouro Nacional.

Base monetária ampliada										
Saldo em final de período										
R\$ milhões										
Período	Base monetária	Depósitos computabilizados em espécie		Títulos públicos registrados			Total	Variação percentual		
		Rémunera- ções ^{1/}	Não rémunera- das ^{2/}	Títulos do Tesouro Nacional				Mar	12 meses	
				Posição do car- tão	Financia- mento ^{3/}	Total				
2006 Jan	180.569	101.122	1.454	1187.444	228.348	1415.790	1843.004	2,0	21,2	
Fev	126.329	102.199	1.588	1225.556	180.500	1405.055	1655.142	0,4	19,4	
Mar	128.977	103.698	1.573	1284.587	234.981	1419.578	1673.664	1,1	17,1	
Abr	124.554	106.511	1.950	1205.458	243.017	1451.485	1684.480	0,6	16,4	
Mai	138.459	108.554	1.734	1228.119	224.058	1453.177	1693.624	0,3	18,9	
Jun	132.783	111.056	1.758	1234.923	223.129	1458.052	1716.689	1,3	12,3	
Jul	129.052	113.692	1.723	1198.274	229.785	1428.059	1743.768	1,6	12,6	
Ago	132.071	116.894	1.748	1217.242	278.500	1495.742	1745.455	0,6	12,6	
Set	136.938	118.124	1.547	1222.557	282.368	1504.925	1760.183	0,8	12,8	
Out	132.774	93.819	3.104	1227.119	297.127	1524.247	1754.544	-0,3	10,7	
Nov	132.319	92.597	7.186	1242.306	270.371	1512.676	1744.783	-0,6	8,6	
Dez	147.550	54.233	2.829	1287.176	300.491	1587.667	1789.289	1,3	9,4	
2007 Jan	137.533	54.549	2.687	1216.600	391.220	1597.820	1792.603	1,4	1,4	
Fev	136.269	54.656	3.047	1241.516	386.245	1607.762	1807.735	0,8	6,8	
Mar	135.056	54.709	2.933	1261.272	320.945	1622.217	1824.943	1,3	9,3	
Abr	144.789	55.231	3.049	1255.079	371.487	1627.566	1890.651	3,6	8,6	
Mai	133.323	55.429	3.059	1267.931	384.742	1652.673	1844.543	0,3	6,3	
Jun	139.166	59.002	3.162	1309.695	391.230	1700.925	1888.305	3,0	10,8	
Jul	136.548	57.384	2.983	1342.240	409.557	1751.798	1947.731	2,5	11,5	
Ago	137.019	68.454	3.638	1335.088	397.519	1732.607	1937.710	2,3	14,3	
Set	145.999	69.487	3.670	1369.909	428.676	1810.585	2016.440	1,4	14,4	
Out	147.464	57.884	2.453	1364.042	456.284	1820.326	2037.077	0,6	16,6	
Nov	156.663	58.141	2.297	1564.827	441.479	1829.306	2048.612	0,5	17,5	
Dez	156.373	63.255	2.594	1394.691	427.837	1827.528	2051.351	0,4	16,4	
2010 Jan	156.560	81.493	2.383	1361.778	508.788	1869.566	2079.923	1,4	16,4	
Fev	154.334	81.703	2.565	1383.823	471.719	1855.542	2089.934	0,5	16,5	
Mar	156.710	160.425	2.473	1393.035	404.767	1897.803	2112.671	1,4	16,4	
Abr	154.827	213.950	2.413	1491.078	386.239	1827.317	2199.377	4,0	25,4	
Mai	156.687	216.038	2.327	1518.959	325.304	1844.263	2202.915	1,1	20,1	
Jun	158.628	219.364	2.336	1515.942	350.729	1866.671	2247.898	2,5	18,5	
Jul	162.520	225.481	2.262	1507.843	376.896	1884.741	2274.642	1,2	16,2	
Ago	173.246	235.002	3.565	1524.448	362.806	1887.254	2298.654	1,0	15,4	
Set	175.002	241.400	3.690	1633.217	377.888	1910.905	2331.907	1,4	16,4	
Out	177.439	245.648	3.339	1650.657	388.815	1939.472	2305.604	-1,4	16,4	
Nov	179.486	252.681	3.996	1679.601	375.655	1955.256	2302.075	-0,2	17,2	
Dez	209.853	319.875	3.822	1605.189	259.245	1864.387	2394.948	9,3	16,4	

1/ Títulos avaliados pela curva de rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais de impacto monetário.

2/ Depósitos vinculados ao BRF 6,17% a.a. + TR. Depósitos a prazo e exigíveis classe adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança SELIC.

3/ A partir de fevereiro/2009 inclui os recursos de depósitos de prévio para compensação e a partir de agosto/2009 os recursos de depósitos à vista.

Não aplicados em marginações e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito puro.

4/ Inclui postigos de financiamento líquido no dia, do DEMAB (x) (versão 2.0) e postigos de aplicação da Lei nº 2928, de 28 de agosto de 1996.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

Os meios de pagamento restritos (M1), avaliados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$279,6 bilhões em dezembro, com acréscimos de 10,4% no mês e de 16,3% ao longo de 2010. Os saldos médios diários do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista cresceram, respectivamente, 11,3% e 9,7%, no mês, em relação a novembro, e 15,8% e 16,6%, em relação a dezembro do ano anterior.

Meios de pagamento (M1) e componentes Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		Nov/10	Em 12 meses		Nov/10	Em 12 meses		Nov/10	Em 12 meses
2008 Jan	70.664	-3,3	17,2	122.605	-5,4	24,1	193.489	-5,2	21,6
Fev	73.353	-4,3	16,8	119.958	-7,2	20,2	193.311	-8,1	18,8
Mar	72.828	-0,7	18,4	112.675	-4,1	17,9	185.603	-1,0	18,1
Abr	73.086	0,3	18,0	119.919	0,4	16,8	186.865	0,7	17,7
Mai	73.342	0,4	18,5	114.270	0,4	16,2	187.612	0,4	18,3
Jun	74.578	1,7	18,4	111.724	-2,2	12,1	186.287	-0,7	14,8
Jul	76.074	2,0	18,0	113.680	1,8	10,3	189.959	2,0	13,3
Ago	76.916	1,1	17,9	111.041	-2,3	9,8	187.958	-1,1	10,1
Sep	78.695	3,3	17,2	119.537	2,2	5,5	193.432	2,9	10,0
Out	80.689	0,6	17,8	115.325	-1,6	4,1	195.808	1,3	9,3
Nov	81.183	0,7	17,6	114.114	-1,1	-0,2	195.277	-0,3	8,3
Dez	80.637	-1,6	14,3	127.595	11,8	-2,7	210.262	11,6	8,7
2009 Jan	89.885	-4,1	13,3	122.143	-4,8	-0,5	209.028	-4,2	4,8
Fev	84.071	-3,2	14,2	134.781	6,0	0,7	198.852	-4,9	6,2
Mar	82.026	-2,4	12,8	112.910	-2,2	-0,3	184.335	-2,3	4,8
Abr	82.196	0,2	12,5	113.827	1,4	0,0	186.894	0,6	4,9
Mai	89.103	1,1	13,3	114.585	0,7	0,0	197.698	0,6	5,4
Jun	84.188	-1,3	12,9	116.160	1,4	4,0	200.349	1,3	7,8
Jul	85.231	1,2	12,1	116.237	1,6	3,8	203.488	1,6	7,1
Ago	89.115	1,0	12,0	116.324	-1,6	4,8	202.437	-0,5	7,7
Sep	89.313	3,6	11,6	118.851	2,2	4,7	208.204	2,8	7,8
Out	89.688	0,3	11,2	121.671	2,4	5,5	211.299	1,5	7,9
Nov	91.831	2,4	12,9	123.428	1,4	8,2	219.088	1,6	10,1
Dez	103.273	13,7	14,0	137.144	11,1	7,4	240.417	11,2	10,1
2010 Jan	100.492	-2,7	15,7	135.157	-1,4	10,7	235.649	-2,0	12,7
Fev	93.671	-1,8	17,4	131.138	-3,0	14,3	229.608	-2,5	15,8
Mar	98.928	5,6	16,2	130.512	-0,5	16,2	227.434	-1,0	17,0
Abr	96.649	-2,3	17,9	132.683	1,6	16,5	229.212	0,8	18,8
Mai	97.232	0,6	17,0	134.246	1,2	17,2	231.478	1,0	17,1
Jun	98.391	1,2	16,8	135.885	1,2	17,0	234.275	1,2	16,9
Jul	100.328	2,0	17,2	139.244	2,4	18,9	238.578	1,8	17,2
Ago	101.868	1,5	18,4	139.448	0,1	19,0	240.419	0,8	18,6
Sep	105.593	3,6	18,2	141.549	2,2	19,1	247.142	2,8	18,7
Out	108.810	3,0	18,8	144.329	2,0	19,8	250.839	1,5	18,8
Nov	107.468	-0,6	17,3	145.749	1,0	18,7	285.237	0,6	17,8
Dez	119.803	11,5	15,8	158.953	9,7	18,6	279.556	10,4	16,3

* Dados preliminares.

No mês, o multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se estável, em 1,42.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário ^{1/} Média dos saldos nos dias úteis						
Mês/Ano	Comportamento do público		Comportamento das reservas		Multiplicador	
	$PMP = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CV}{DP}$	$R_2 = \frac{RP}{DP}$	$K = \frac{1}{(1 + (D \cdot R_1 + R_2))}$	$\frac{M2}{B}$
2009 Jan	0,38	0,62	0,15	0,38		1,41
Fev	0,39	0,61	0,18	0,39		1,41
Mar	0,39	0,61	0,18	0,39		1,42
Abr	0,39	0,61	0,15	0,38		1,42
Mai	0,39	0,61	0,16	0,38		1,41
Jun	0,40	0,60	0,18	0,38		1,42
Jul	0,40	0,60	0,18	0,38		1,41
Ago	0,41	0,59	0,17	0,38		1,40
Set	0,41	0,59	0,16	0,38		1,41
Out	0,41	0,59	0,17	0,38		1,40
Nov	0,42	0,58	0,17	0,38		1,40
Dez	0,42	0,58	0,17	0,38		1,40
2009 Jan	0,42	0,58	0,17	0,38		1,47
Fev	0,42	0,58	0,18	0,37		1,48
Mar	0,42	0,58	0,17	0,38		1,47
Abr	0,42	0,58	0,17	0,37		1,48
Mai	0,42	0,58	0,17	0,38		1,47
Jun	0,42	0,58	0,17	0,38		1,47
Jul	0,42	0,58	0,17	0,38		1,47
Ago	0,43	0,57	0,17	0,38		1,48
Set	0,43	0,57	0,18	0,38		1,48
Out	0,42	0,58	0,18	0,38		1,48
Nov	0,43	0,57	0,18	0,38		1,48
Dez	0,43	0,57	0,18	0,38		1,48
2010 Jan	0,43	0,57	0,18	0,38		1,42
Fev	0,43	0,57	0,19	0,38		1,42
Mar	0,43	0,57	0,17	0,38		1,43
Abr	0,43	0,57	0,17	0,31		1,43
Mai	0,42	0,58	0,17	0,30		1,45
Jun	0,42	0,58	0,17	0,30		1,45
Jul	0,42	0,58	0,17	0,31		1,43
Ago	0,42	0,58	0,17	0,31		1,43
Set	0,43	0,57	0,17	0,30		1,43
Out	0,42	0,58	0,18	0,31		1,42
Nov	0,42	0,58	0,18	0,31		1,42
Dez	0,43	0,57	0,18	0,31		1,42

1/ Onde:

Q - Preferência do público por papel-moeda
PMPP - Papel-moeda em poder do público
M1 - Meios de pagamento
D - Preferência do público por depósitos à vista
DV - Depósitos à vista

R1 - Taxa de encargos em moeda corrente
R2 - Taxa de encargos em moeda corrente
R3 - Taxa de encargos em moeda corrente
R4 - Taxa de encargos em moeda corrente
K - Multiplicador da base monetária
B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

Os meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1, acrescido de títulos privados, poupança e depósitos para investimentos, registraram variação positiva de 3% em dezembro, totalizando R\$1,3 trilhão. Esse resultado refletiu, principalmente, os avanços de 1,4% no saldo dos títulos privados, que atingiu R\$676,4 bilhões, e de 2% nos depósitos de poupança, que somaram R\$378,8 bilhões, após captações líquidas respectivas de R\$7,8 bilhões e R\$6,4 bilhões.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, cresceu 1,2% no mês. Tal crescimento decorreu, exclusivamente, da variação do M2, uma vez que o saldo das quotas de fundos de renda fixa não registrou variação expressiva no período, totalizando R\$1,1 trilhão, enquanto as operações compromissadas com títulos federais recuaram 11,3%. O M4, conceito que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou elevações de 0,3% no mês e de 16,9% no ano, totalizando R\$3 trilhões.

Moedas de pagamento ampliadas													
Saldo em final de período													
R\$ milhões													
Período	M1	Depósitos		Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações compromissadas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Saldo)	Títulos estaduais e municipais	M4	Variação percentual	
		para investimento	de poupança									Np mês	Em 12 meses
2008 Jan	166 879	3 728	237 490	324 507	768 004	847 950	49 002	1 017 345	273 445	24	1 885 859	0,0	19,5
Fev	184 057	3 275	240 489	330 639	768 408	829 690	48 773	1 033 771	260 530	24	1 934 326	1,5	20,0
Mar	163 848	3 417	242 582	346 807	776 446	819 877	51 398	1 048 782	301 529	24	1 967 272	1,4	19,3
Abr	165 799	3 760	242 699	370 069	812 327	814 158	50 728	1 087 208	302 122	24	1 998 362	2,0	19,6
Mai	183 251	3 534	246 171	408 714	840 670	805 258	57 788	1 114 124	309 632	37	2 024 148	1,3	19,2
Jun	196 220	3 346	248 087	426 798	854 451	794 372	68 801	1 127 624	315 618	37	2 043 080	0,9	18,2
Jul	186 857	2 907	251 931	466 013	925 717	763 871	66 838	1 135 685	320 208	38	2 063 832	2,1	16,1
Ago	166 653	2 781	255 226	505 453	948 614	789 097	86 407	1 161 300	321 138	38	2 128 482	1,9	20,3
Set	184 785	3 014	258 392	532 385	988 683	777 652	67 083	1 165 267	327 209	0	2 160 606	1,2	18,8
Out	189 688	3 284	259 641	560 583	1 013 466	756 731	69 141	1 129 358	312 533	0	2 141 827	-0,1	16,6
Nov	198 006	3 111	264 164	568 685	1 034 367	761 429	88 087	1 168 877	319 118	0	2 181 985	1,9	17,5
Dez	223 440	3 293	271 182	578 861	1 072 646	775 113	80 687	1 198 187	328 939	0	2 242 126	2,8	18,0
2009 Jan	198 086	2 844	272 400	502 648	1 054 210	768 663	84 768	1 205 885	324 199	0	2 238 880	-0,1	17,8
Fev	184 153	2 847	274 653	568 165	1 080 218	768 669	81 208	1 220 390	331 078	0	2 251 476	0,6	17,0
Mar	182 268	2 790	275 490	587 453	1 058 017	808 222	82 547	1 233 786	339 005	0	2 272 782	0,9	16,9
Abr	184 482	3 089	276 044	584 357	1 082 118	819 764	76 330	1 259 244	333 362	0	2 288 607	0,7	15,2
Mai	185 758	2 917	278 463	586 340	1 074 877	828 404	85 786	1 289 088	333 459	0	2 322 526	1,5	14,2
Jun	202 225	2 820	283 638	607 056	1 085 141	827 269	87 421	1 295 829	330 437	0	2 342 258	0,5	14,6
Jul	198 240	2 952	281 341	608 478	1 088 612	852 265	88 787	1 297 865	335 887	0	2 363 245	2,2	14,7
Ago	202 674	3 004	285 803	603 632	1 104 710	874 288	93 397	1 297 365	340 091	0	2 432 447	1,6	14,4
Set	209 847	3 132	300 488	607 337	1 121 189	892 879	101 548	1 115 609	349 378	0	2 491 936	2,6	16,4
Out	209 710	3 470	302 933	600 804	1 116 959	909 789	104 138	1 130 886	340 898	0	2 516 553	1,0	17,1
Nov	220 455	3 350	309 224	598 671	1 139 000	917 867	111 374	1 150 842	330 508	0	2 561 442	1,8	16,9
Dez	260 234	3 184	319 832	594 874	1 167 424	930 458	108 438	1 208 319	349 385	0	2 605 702	2,1	16,2
2010 Jan	227 479	3 190	323 075	591 845	1 146 429	944 903	104 053	1 194 884	401 416	0	2 596 400	-0,4	16,8
Fev	226 080	3 118	326 804	585 186	1 149 969	954 816	97 602	1 202 448	411 407	0	2 619 851	0,9	18,4
Mar	229 297	3 120	328 636	601 584	1 162 840	873 084	97 873	1 213 837	427 583	0	2 681 130	1,6	17,1
Abr	228 669	3 139	331 652	594 659	1 168 599	962 273	88 422	1 227 204	429 875	0	2 655 628	-0,9	18,0
Mai	231 206	3 133	335 801	602 622	1 173 232	999 114	86 470	1 259 644	439 239	0	2 693 089	1,4	18,0
Jun	235 717	3 182	341 890	611 355	1 191 183	1 010 200	82 204	1 283 668	434 252	0	2 739 808	1,7	17,0
Jul	235 838	3 010	350 692	612 487	1 202 009	1 028 875	90 978	1 321 819	454 602	0	2 776 360	1,3	16,0
Aug	242 749	2 981	354 408	626 278	1 225 484	1 045 867	97 102	1 370 448	461 922	0	2 838 358	2,2	18,1
Set	248 536	3 199	361 242	642 582	1 255 529	1 082 781	85 959	1 427 638	469 410	0	2 887 050	2,0	16,7
Out	248 652	3 288	365 720	648 911	1 266 571	1 110 651	87 945	1 468 457	490 202	0	2 868 769	-0,6	17,6
Nov	268 847	3 295	370 487	657 343	1 269 034	1 116 216	78 399	1 482 202	496 856	0	2 979 148	0,6	18,8
Dez	280 141	3 344	378 784	676 387	1 338 681	1 117 985	70 870	1 527 250	519 587	0	3 046 737	2,3	10,3

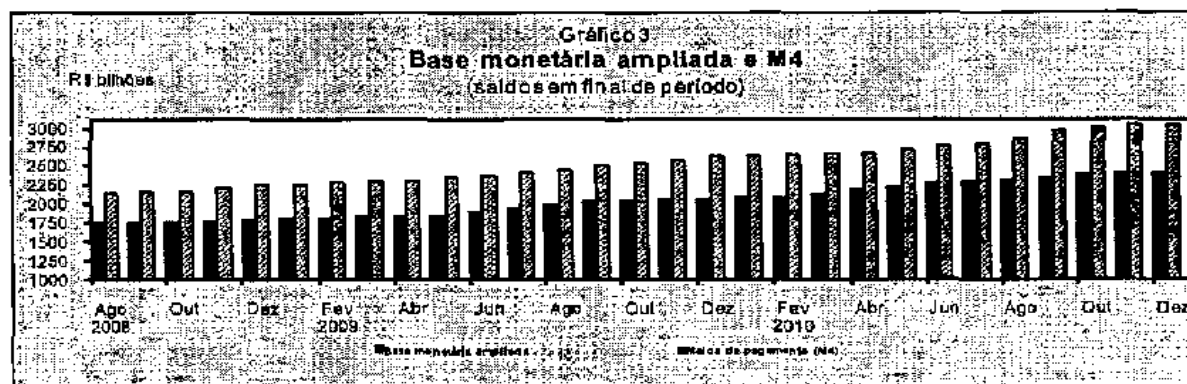
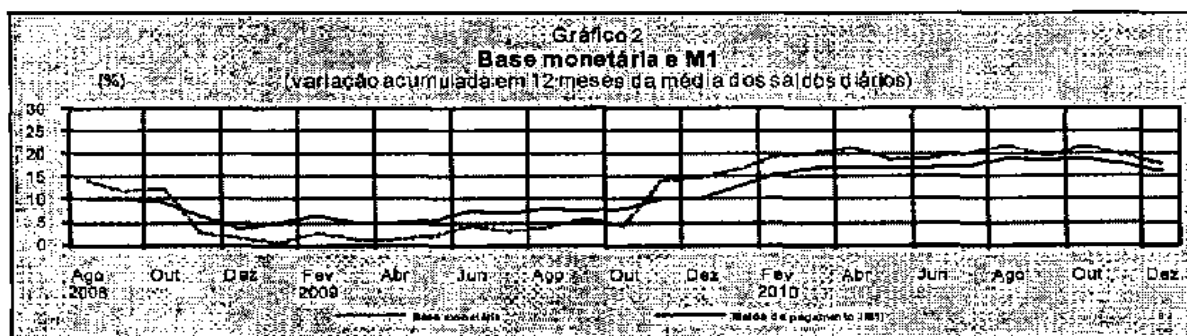
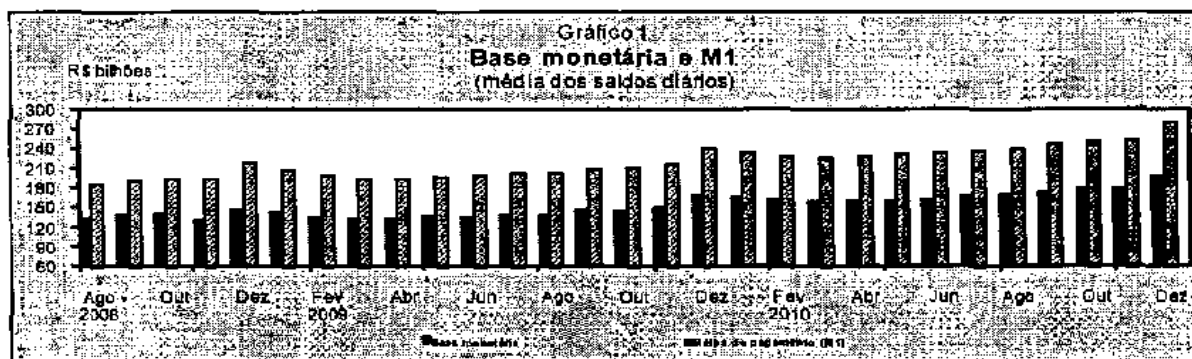
1/ Inclui depósitos e prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias.

2/ Exclui letras e títulos emitidos principalmente por instituições financeiras.

3/ As operações de estruturação financeira em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando começou-se a prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1997.

Dados preliminares

V – Anexo



B – Relatório de execução da programação monetária

As metas estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados foram estritamente cumpridas no quarto trimestre de 2010.

Programação monetária				
Discriminação	2010			
	Quarto trimestre			
	Previsto		Ocorrida	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}
M1 ^{2/}	282,3 - 307,9	15,6	278,9	15,3
Base restrita ^{2/}	159,4 - 227,9	18,4	157,4	17,9
Base ampliada ^{3/}	2 068,9 - 2 782,0	18,1	2 394,8	16,7
M4 ^{3/}	2 658,4 - 3 474,9	18,0	3 046,8	16,9

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
 2/ Média dos saldos das respectivas séries no último mês do período.
 3/ Saldos em fim de período.

Em reunião de 16.12.2010, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a programação monetária para o primeiro trimestre de 2011 e para o ano de 2011, contemplando estimativas para os principais agregados monetários, conforme a tabela abaixo. As projeções são consistentes com cenário de crescimento da renda e trajetória de taxas de juros compatíveis com a política econômica em curso.

Programação monetária				
Discriminação	2011			
	Previsto			
	Primeiro trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}
M1 ^{2/}	244,2 - 288,7	10,7	235,7 - 347,1	11,3
Base restrita ^{2/}	156,3 - 211,5	15,0	169,9 - 257,0	10,5
Base ampliada ^{3/}	2 377,2 - 2 790,6	22,3	2 547,8 - 2 990,9	13,5
M4 ^{3/}	2 638,0 - 3 569,1	18,6	2 837,7 - 3 839,2	10,1

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
 2/ Média dos saldos das respectivas séries no último mês do período.
 3/ Saldos em fim de período.

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural;
- e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– O Aviso nº 9, de 2011, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 10, de 2011** (nº 42/2011, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 127/2011-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 1/2010, do Senado Federal (TC 005.019/2010-9).

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 42-SESES-TCU-PLENÁRIO

Brasília-DF, 26 de janeiro de 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício no 228/SF, de 1º-3-2010, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 005.019/2010-9, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 26-1-2011, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, **Benjamin Zymler**, Presidente

ACÓRDÃO Nº 127/2011 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 005.019/2010-9.
2. Grupo I – Classe II – Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Senado Federal.
4. Órgão: Ministério do Turismo (vinculador).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades: 5ª Secex e Adplan.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional oriunda de expediente encaminhado pelo presidente do Senado Federal, via ofício nº 228, de 1º/3/2010, no qual noticiou a autorização, mediante a Resolução SF nº 1/2010, para contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 15,000,000.00, com o objetivo de financiar parcialmente o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar, via Secretaria-Geral da Mesa, por intermédio de aviso da Presidência desta Corte, à nobre Presidência do Senado Federal que:

9.1.1. o Contrato de Empréstimo nº 2229/OC-BR foi celebrado com o BID, em 17/6/2010, para o financiamento parcial do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional, não havendo ainda qualquer execução financeira da operação de crédito externo autorizada por meio da Resolução SF nº 1/2010;

9.1.2. o TCU já tem incorporado, dentro de sua rotina de controle, o acompanhamento da aplicação dos recursos oriundos de operações de créditos externos, via julgamento das contas anuais da administração pública federal, conforme estabelecido na Instrução Normativa – IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2009, e nas Decisões Normativas editadas anualmente para regulamentar a matéria;

9.1.3. o demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, faz parte do relatório de gestão encaminhado anualmente a esta Corte pelos vários órgãos e entidades pertencentes à administração pública federal, na forma prevista pelos referidos normativos;

9.1.4. a Secretaria Federal de Controle Interno ou o controle interno de cada órgão ou entidade avalia especificamente a regularidade da execução das ações, programas e projetos financiados com recursos externos, efetivando análise crítica dos resultados alcançados no relatório de auditoria de gestão que acompanha as tomadas e prestações de contas encaminhadas a este Tribunal;

9.1.5. as informações mencionadas nos itens 9.1.2 a 9.1.4, acima, são objeto de análise e deliberação por parte desta Corte quando do julgamento dos processos de contas de órgãos e entidades da administração pública federal;

9.1.6. a atuação sistemática do TCU no âmbito dos relatórios de gestão e nas tomadas e prestações de contas ocorre sem prejuízo de eventual ação específica julgada necessária em virtude de denúncias ou representações sobre a execução do programa ou projeto, ou, ainda, de procedimento a constar do plano anual de fiscalização, nos termos do art. 244 do Regimento Interno do TCU;

9.2. determinar à 5ª Secex que encaminhe, via Secretaria-Geral da Mesa, por intermédio de aviso da Presidência desta Corte, à nobre Presidência do Senado Federal, cópia dos relatórios de gestão inseridos nas tomadas de contas da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo – SNPDTur-MTur, contendo as informações sobre o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional, acompanhado dos respectivos relatório de auditoria da Secretaria

Federal de Controle Interno, bem como do Relatório, Voto e Acórdão que vierem a ser prolatados pelo TCU no julgamento dessas contas, até o término da execução do Contrato de Empréstimo nº 2229/OC-BR, celebrado com o BID, e autorizado pela Resolução nº 1/2010, do Senado Federal, no âmbito do Prodetur Nacional;

9.3. encaminhar, por intermédio de Aviso da Presidência do TCU, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à nobre Presidência do Senado Federal, via Secretaria-Geral da Mesa, em atendimento ao ofício nº 228/SF, de 1º/3/2010;

9.4. considerar integralmente atendida a presente solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução TCU nº 215, de 20 de agosto de 2008;

9.5. determinar o arquivamento deste processo, com base no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 2/2011 – Plenário.

11. Data da Sessão: 26/1/2011 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0127-02/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE II – Plenário.
TC 005.019/2010-9.
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.
Órgão: Ministério do Turismo (vinculador).
Interessado: Senado Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. OPERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE A UNIÃO E O BID. PRODETUR NACIONAL. DETERMINAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO DO ACORDO, POR MEIO DE ACOMPANHAMENTO. INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL. SOLICITAÇÃO INTEGRALMENTE ATENDIDA. ARQUIVAMENTO.

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação do Congresso Nacional oriunda de expediente encaminhado pelo nobre presidente do Senado Federal, via ofício nº 228, de 1º/3/2010, fls. 1/3, no qual noticiou a autorização, mediante a Resolução SF nº 1/2010, para contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 15,000,000.00, com o objetivo de financiar parcialmente o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional.

2. O TCU, após as análises pertinentes, exarou o Acórdão 1.124/2010-Plenário, *verbis*:

“9.1. conhecer da presente Solicitação do Congresso Nacional, nos termos do no art. 232, I, do Regimento Interno do TCU, e no art. 4º, I, 'a', da Resolução TCU nº 215, de 2008;

9.2. informar, via Secretaria-Geral da Mesa, por intermédio de aviso da Presidência desta Corte, à nobre Presidência do Senado Federal, que o contrato de financiamento junto ao BID para o financiamento parcial do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional ainda não foi assinado até a presente data e, portanto, ainda não houve execução financeira da operação de crédito externo autorizada por meio da Resolução SF nº 1/2010;

9.3. determinar ao Ministério do Turismo (MTur) que, tão logo seja firmado o contrato de financiamento junto ao BID, autorizado por meio da Resolução SF nº 1/2010, encaminhe a este Tribunal cópia do respectivo termo, bem como as informações gerais do projeto, tais como objetivos, cronogramas, metas e outras informações que julgar pertinentes;

9.4. determinar à 5ª Secretaria de Controle Externo que:

9.4.1. acompanhe, por meio de levantamento de auditoria, a aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 1/2010, do Senado Federal, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional, a cargo do Ministério do Turismo;

9.4.2. inclua as ações correspondentes no plano de fiscalização ordinária dessa unidade técnica, observando os prazos estabelecidos no art. 15 da Resolução-TCU nº 215, de 20 de agosto de 2008, para o seu atendimento, considerando, neste caso, o atendimento do item 9.3 como termo a quo;

9.5. encaminhar, por intermédio de Aviso da Presidência do TCU, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao nobre Presidente do Senado Federal, via Secretaria-Geral da Mesa, em atendimento ao Ofício nº 228/SF, de 1º/3/2010.

9.6. considerar parcialmente atendida a presente Solicitação do Congresso Nacional, em atendimento ao art. 18, da Resolução-TCU nº 215, de 2008.”

3. No âmbito da 5ª Secex, em cumprimento aos termos da decisão, foi elaborada a instrução de fls. 105/115, a seguir parcialmente reproduzida, *verbis*:

"(...) 5. Desta forma, em atendimento ao subitem 9.5, o Tribunal deu ciência a Presidência do Senado Federal do teor do Acórdão proferido (fl. 36). Quanto ao subitem 9.3, esta unidade técnica encaminhou o ofício 1.052/2010-TCU/Secex-5 (fl. 37), datado de 28/5/2010, ao Secretário Executivo do Ministério do Turismo (SE/MTur), para conhecimento e adoção das providências cabíveis. Esse ofício foi recebido no MTur em 1º/6/2010 (fl. 38).

6. A Assessoria Especial de Controle Interno do MTur, em resposta ao ofício 1.052/2010, protocolou no Tribunal, em 17/9/2010, expediente com cópia do contrato de financiamento externo assinado com o BID e, ainda, material com informações adicionais sobre o Prodetur (fls. 40/90).

7. Nesse expediente encontra-se o Contrato de Empréstimo 2229/OC-BR, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o BID, em 17/6/2010, para apoio ao Prodetur Nacional, tendo como órgão executor o MTur (fls. 47/90). Acerca da execução do Programa de Apoio ao Prodetur, verificou-se que o MTur enviou apenas a cópia do contrato de financiamento celebrado com o BID.

8. Paralelamente esta unidade técnica realizou, antes do envio da cópia do contrato pelo MTur, pesquisa no sítio do Diário Oficial da União (DOU) a procura de informações acerca dessa operação de crédito com o BID. Verificou-se que o MTur autorizou a celebração dessa operação de crédito externo na data de 8/6/2010, conforme Despacho do Ministro do Turismo (DOU Seção 1, de 10/6/2010, fl. 91). Também foi encontrado o Extrato do Contrato de Empréstimo 2229/OC-BR, celebrado na data de 17/6/2010 (DOU Seção 3, de 21/6/2010, fl. 92).

8.1 Foi constatado, ainda, no DOU de 26/8/2010, que o Ministério lançou 4 (quatro) editais com o objetivo de selecionar consultores, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, referentes ao Contrato de Empréstimo 2229/OC-BR, para atuarem no Apoio ao Prodetur Nacional (fls. 93/94).

*9. Dessa forma, em prosseguimento ao cumprimento do determinado no subitem 9.4 do Acórdão 1.124/2010-Plenário, esta unidade técnica, com vistas a avaliar a viabilidade e a necessidade da realização de fiscalização, propôs, conforme instrução de fls. 95/99, que fosse realizado levantamento, *in loco*, junto ao órgão executor, mais especificamente no Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (DPRDT) do MTur, com o objetivo de obter informações e documentos acerca do seguinte:*

- a) situação geral da execução do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR;*
- b) metodologia e planejamento utilizados para administrar, acompanhar e avaliar a utilização dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR;*
- c) como se dará o acompanhamento e a avaliação dos resultados alcançados pela aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR, inclusive em relação aos estados e municípios assistidos;*
- d) cronograma do desembolso dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR;*
- e) estágio atual dos desembolsos dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR;*
- f) regularidade, compatibilidade economicidade e eficiência da aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR em relação aos objetivos e cronograma de execução do Programa de Apoio ao Prodetur Nacional;*
- g) normas legais atinentes à contratação de serviços e compra de bens relativos à execução do Programa com recursos do BID e da União; e*
- h) regularidade dos editais e da seleção dos consultores a serem contratados.*

10. Nesse sentido, foi realizado levantamento no DPRDT/MTur, período de 25/10/2010 a 29/10/2010 (Registro Fiscalis 1.064/2010, fl. 101), no intuito de responder os questionamentos constantes das alíneas 'a' a 'h' do ofício 2.502/5ª Secex, de 21/10/2010, encaminhado ao Secretário Executivo do MTur.

11. Na oportunidade foram colhidos informações e documentos que passaram a compor o anexo 1 destes autos, fls. 1/205.

Análise geral do programa de apoio ao Prodetur Nacional, após o levantamento.

12. Conforme informações complementares enviadas pelo MTur (fls. 42/46), o Ministério tinha como uma das principais ferramentas, para organizar as intervenções públicas no intuito de desenvolver a atividade turística, os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). Esses programas, por meio de diagnósticos prévios, deveriam detectar os fatores que ocasionavam a baixa competitividade de certas áreas turísticas prioritárias e o baixo impacto econômico que produziam para a população local. Eles eram divididos por regiões: Prodetur NE II; Prodetur Sul; Prodetur JK e Proecotur. Desses programas somente o Prodetur NE II utilizou recursos de financiamento internacional, sendo o único que realmente foi implantado, embora os outros tenham recebido recursos federais para a realização de estudos, pesquisas e planejamento.

13. Assim, o MTur, considerando a proximidade do término do prazo de execução do Prodetur NE II, solicitou aos estados e ao Distrito Federal que manifestassem o interesse no desenvolvimento dos programas Prodetur para suas regiões. Consta que cerca de 20 (vinte) estados responderam positivamente.

14. Devido a essa nova demanda, com a ampliação do universo de participantes, foi criado o programa denominado Prodetur Nacional. Segundo o relatório do Ministério, com a implantação desse novo programa, foram mantidos os repasses de recursos da contrapartida federal e, ainda, a disponibilização de apoio técnico aos entes elegíveis para a preparação de suas propostas de financiamento.

15. Com isso, de modo a executar esse apoio técnico aos estados e municípios e, também, de fortalecer a estrutura para acompanhamento da execução dos seus programas, o MTur criou o Programa Apoio ao Prodetur Nacional, estimando o custo total do projeto em US\$ 25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), sendo que, desse montante, US\$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares norte-americanos) será proveniente do empréstimo junto ao BID, como fixado nas cláusulas 1.01 e 1.02 do Contrato de Empréstimo 2229/OC-BR (fl. 49), os recursos adicionais, equivalente a US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos), serão de responsabilidade da União (mutuário), conforme estipulado na Cláusula 1.04 do contrato de empréstimo (fl. 49) e art. 6.04 das Normas Gerais (fl. 83).

16. Consta que, para atingir os objetivos propostos para o Programa de Apoio ao Prodetur Nacional, as ações e atividades foram divididas em 4 (quatro) componentes, três finalísticos e um de administração e supervisão, como seguem:

a) Componentes Finalísticos:

I – Componente de Fortalecimento da Gestão Nacional de Turismo: os recursos alocados neste componente serão usados para financiar atividades para melhorar o sistema de informações e estatísticas turísticas, que servirá de base para as decisões; reengenharia de processos, para a melhoria da circulação interna de informações no âmbito do Ministério; e capacitação técnica nas áreas de desenho, execução, acompanhamento e avaliação de investimentos turísticos;

II – Componente de Apoio ao Planejamento do Turismo Estadual e Municipal: os recursos alocados neste componente serão usados para prestação de assistência técnica aos estados e municípios na preparação de seus planos de desenvolvimento turístico;

III – Componente de Apoio às Operações Individuais dos Estados e Municípios no âmbito do Prodetur Nacional: os recursos alocados neste componente serão usados para contratar profissionais especializados para prestar apoio técnico aos estados e municípios na preparação, execução, acompanhamento e avaliação de seus investimentos no âmbito do Prodetur Nacional;

b) Componente de Administração e Supervisão: os recursos desse componente serão usados na execução das ações voltadas para a administração e acompanhamento do contrato de financiamento.

17. No âmbito de cada componente poderão ser empregados recursos do financiamento contratado com o BID em ações de assistência técnica, capacitação, compra de equipamentos e aquisição de programas de computação. A distribuição dos componentes do Programa por fontes de financiamento e categorias de investimento está indicada no quadro seguinte:

*Custo e financiamento.**(em milhões de US\$).*

<i>Categorias</i>	<i>BID</i>	<i>Local</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
<i>I. Administração e Acompanhamento</i>	<i>1,07</i>	<i>0,21</i>	<i>1,28</i>	<i>5,1</i>
<i>1.1. Gestão do Programa</i>	<i>0,57</i>	<i>0,21</i>	<i>0,78</i>	<i>3,1</i>
<i>1.2. Acompanhamento e avaliação</i>	<i>0,50</i>	<i>0,00</i>	<i>0,50</i>	<i>2,0</i>
<i>II. Custo Direto</i>	<i>13,18</i>	<i>9,79</i>	<i>22,97</i>	<i>91,9</i>
<i>2.1. Fortalecimento da Gestão Nacional do Turismo</i>	<i>6,82</i>	<i>1,50</i>	<i>8,32</i>	<i>33,3</i>
<i>2.2. Planejamento Estadual e Municipal do Turismo</i>	<i>5,86</i>	<i>6,18</i>	<i>12,04</i>	<i>48,2</i>
<i>2.3. Apoio aos Investimentos Estaduais e Municipais no âmbito do Prodetur Nacional</i>	<i>0,50</i>	<i>2,11</i>	<i>2,61</i>	<i>10,4</i>
<i>III. Custo Indireto</i>	<i>0,75</i>	<i>0,00</i>	<i>0,75</i>	<i>3,0</i>
<i>3.1. Imprevistos</i>	<i>0,75</i>	<i>0,00</i>	<i>0,75</i>	<i>3,0</i>
<i>Total</i>	<i>15,00</i>	<i>10,00</i>	<i>25,00</i>	<i>100,0</i>

18. De acordo com os documentos acostados aos autos, o Programa de Apoio ao Prodetur Nacional está previsto para ser executado no período de 4 (quatro) anos, tendo como responsável pela administração, supervisão e acompanhamento do programa o Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT/SNPDTur/MTur. Conforme o item 2.3 do relatório enviado pelo MTur (fls. 44/45), o Programa de Apoio ao Prodetur Nacional tem o seguinte cronograma estimativo de desembolso:

Cronograma de desembolso – Apoio ao Prodetur Nacional.

(Valores em US\$ milhões).

<i>Fontes</i>	<i>Ano I</i>	<i>Ano II</i>	<i>Ano III</i>	<i>Ano IV</i>	<i>Total</i>
<i>BID</i>	<i>5,71</i>	<i>4,84</i>	<i>3,96</i>	<i>0,49</i>	<i>15</i>
<i>Local</i>	<i>3,58</i>	<i>2,29</i>	<i>2,25</i>	<i>1,64</i>	<i>10</i>
<i>Total</i>	<i>9,29</i>	<i>7,13</i>	<i>6,46</i>	<i>2,13</i>	<i>25</i>
<i>%</i>	<i>37,2</i>	<i>28,5</i>	<i>25,8</i>	<i>8,5</i>	<i>100</i>

19. Conforme dito anteriormente, em obediência ao subitem 9.4.1 do Acórdão 1.124/2010-Plenário, foi realizado o acompanhamento, por meio de levantamento de auditoria, da aplicação dos recursos dessa operação de crédito.

20. Dessa forma, os trabalhos de fiscalização tiveram como base os pontos citados na proposta de encaminhamento constante da instrução de fls. 95/99, como se verá a seguir:

21. Quanto à alínea 'a' – situação geral da execução do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR –, foi observado na fiscalização que, não obstante o contrato ter sido assinado em 17/6/2010, ainda não havia qualquer execução financeira dos recursos oriundos do empréstimo externo. Inclusive o BID não havia desembolsado qualquer parcela dos recursos desse empréstimo ao MTur. Essa informação é confirmada no Memorando 504/2010, de 29/10/2010, no qual o Diretor do DPRDT afirma que 'até a presente data não houve execução dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR, referente ao Programa Apoio ao Prodetur Nacional' (fl. 3, anexo 1).

21.1 Cabe informar, ainda, que foi aberta a Sub-conta do Projeto BID 2229, vinculada à Conta Especial 00.394.460, mantida pela Coordenação Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais do Ministério da Fazenda, para recebimento de desembolsos relacionados ao Projeto Apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo, tendo como Gestor/Executor o próprio Ministério da Fazenda (fl. 98, anexo 1).

22. No que se refere à alínea 'b' – metodologia e planejamento utilizados para administrar, acompanhar e avaliar a utilização dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR, deve-se observar que o MTur, responsável pela execução do Programa e pela utilização dos recursos do financiamento, deverá seguir as normas e procedimentos do BID, conforme consta no Capítulo IV das Disposições Especiais do contrato de empréstimo. A regulamentação do BID sobre a execução dos recursos oriundos do contrato consta da Segunda Parte do mesmo, intitulado 'Normas Gerais' (fls. 63/87).

22.1 Segundo verifica-se das Disposições Especiais do contrato, as 'Normas Gerais' (Segunda Parte do contrato) estabelecem minuciosamente as disposições de procedimento relativas à aplicação das cláusulas sobre a amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e supervisão, desembolso e outros preceitos relacionados com a execução do Programa, bem como as definições de carácter geral.

22.2 Conforme o subitem 4.01 do Anexo Único do contrato (fl. 90), o Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (DPRDT) do Ministério do Turismo será responsável pela administração, supervisão e acompanhamento do Programa.

22.3 Especificamente, no que se refere ao acompanhamento e avaliação da utilização dos recursos, as Cláusulas 4.04, 5.01 e 5.02 das Disposições Gerais c/c o Capítulo VII das 'Normas Gerais' (Segunda Parte do contrato) estabelecem os procedimentos de acompanhamento e avaliação, bem como os Registros, Inspeções e Relatórios que o MTur deverá providenciar relativamente aos recursos do empréstimo. Cabe ressaltar que, de acordo com os dispositivos citados, o Órgão Executor (MTur) deverá manter um sistema adequado de controles internos contábeis e administrativos previamente aprovados pelo banco.

22.4 Observa-se, ainda, de acordo com o estabelecido no subitem 4.02 do Anexo Único do contrato (fl.90), que cabem ao órgão executor as seguintes funções:

a) assegurar que as obrigações assumidas pelo mutuário no Contrato de Empréstimo sejam cumpridas;

b) preparar a documentação para as concorrências e concursos públicos, realizar as contratações de bens e serviços, efetuar os pagamentos correspondentes e solicitar os desembolsos ao Banco;

c) planejar, elaborar e organizar os Planos Operativos Anuais e o Plano de Aquisições e Contratações para o Programa;

d) elaborar os relatórios do Programa; e

e) arquivar todos os documentos comprobatórios dos gastos incorridos.

22.5 Segundo consta do contrato, para realizar estas funções, o órgão executor contará com uma equipe de apoio que será liderada pelo Coordenador-Geral do Programa e incluirá, pelo menos, um especialista em planejamento turístico, um economista com experiência em avaliação de projetos turísticos, um especialista em aquisições, um especialista financeiro-administrativo, um especialista socioambiental e um especialista em sistemas de informação e estatísticas turísticas.

22.6 Cabe ressaltar que a área responsável pelo programa apresentou a esta equipe de auditoria, o quadro Plano de Aquisições – Apoio ao Prodetur Nacional e o quadro anexo II: Matriz de Resultados do programa (fls. 146/152, anexo I).

22.7 O quadro Plano de Aquisições – Apoio ao Prodetur Nacional discrimina os serviços a serem contratados nos respectivos componentes do programa, bem como os custos estimativos, método de aquisição, fontes de financiamento, datas estimadas, status e comentários.

22.8 Já o quadro anexo II: Matriz de Resultados do programa demonstra os indicadores de resultados mapeados, as metas a serem alcançadas, os produtos que serão utilizados e os meios de verificação.

22.9 Portanto, observa-se que o Mtur, relativamente à metodologia e ao planejamento utilizados para administrar, acompanhar e avaliar a utilização dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR, deverá seguir as normas e regulamentos do BID em consonância com as obrigações contratuais assumidas.

23. No que concerne à alínea 'c' – como se dará o acompanhamento e a avaliação dos resultados alcançados pela aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR, inclusive em relação aos estados e municípios assistidos –, verifica-se que o MTur celebrou, em 17/8/2009, o Contrato 22/2009 com a Fundação Getúlio Vargas, com base no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, Dispensa de Licitação 110/2009, no valor total de R\$ 3.440.760,00 (três milhões,

quatrocentos e quarenta mil e setecentos e sessenta reais), com prazo de vigência de 18 (dezoito) meses (fls. 109/117, anexo 1).

23.1 Segundo a Cláusula Primeira do Contrato 22/2009, o objeto da contratação é a prestação de serviços para a 'proposição de metodologias e a realização de pesquisas para o levantamento de dados estatísticos que servirão como Linha de Base para o acompanhamento dos resultados obtidos a partir da implantação do Prodetur Nacional nas diferentes regiões turísticas prioritárias selecionadas' (fl. 109, anexo 1).

23.2 Assim, vê-se que o acompanhamento e a avaliação dos resultados do Prodetur Nacional deverão seguir o esquema e a metodologia a serem traçados pelo MTur com base nos Relatórios Técnicos que serão apresentados pela Fundação Getúlio Vargas, conforme descrito na Cláusula Quarta do Contrato 22/2009 (fl. 110, anexo 1).

23.3 Cabe mencionar, ainda, que as despesas com a execução desse contrato com a Fundação estão correndo à conta do Orçamento Geral da União, portanto, até a ocasião do Levantamento, não estavam sendo utilizados recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR nessa contratação.

24. Quanto à alínea 'd' – cronograma do desembolso dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR, segundo consta da Cláusula 3.05 do Contrato – Prazo para desembolsos – o prazo para a liberação dos recursos do financiamento será de 4 (quatro) anos, contados a partir da assinatura do contrato, que ocorreu em 17/6/2010 (fl. 55).

24.1 Conforme o estabelecido na Cláusula 3.02 do Contrato – Condições especiais prévias ao primeiro desembolso –, o primeiro desembolso dos recursos está condicionado a que o Mutuário cumpra as condições prévias estipuladas no artigo 4.01 das Normas Gerais e designe o Coordenador-Geral do Programa (fl. 54).

24.2 No Capítulo IV – Normas Relativas a Desembolsos – da Segunda Parte do Contrato, que trata das Normas Gerais do BID, foram estabelecidos os seguintes tópicos: condições prévias ao primeiro desembolso; prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso; requisitos para qualquer desembolso; desembolsos para Cooperação Técnica; pagamento da quota de inspeção e supervisão; procedimento de desembolso; Fundo rotativo e disponibilidade de moeda nacional (fls. 76/79).

24.3 No artigo 4.01 das Normas Gerais (Segunda Parte), que trata das condições prévias ao primeiro desembolso, verifica-se que foram estabelecidas pelo BID várias condições para a liberação do primeiro desembolso (além da designação do Coordenador-Geral do programa), dentre as quais, destacam-se as dispostas nas alíneas 'a', 'd' e 'f' do referido artigo, *in verbis* (fls. 76):

'a) Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados, com indicação das disposições constitucionais, jurídicas e regulamentares pertinentes, no sentido de que as obrigações contraidas pelo Mutuário neste Contrato e pelo Fiador no Contrato de Garantia, se for o caso, são válidas e exigíveis. Ditos pareceres deverão, ademais, abranger o exame de qualquer consulta de natureza jurídica que, razoavelmente, o Banco considere cabível formular. [...]

(d) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha apresentado ao Banco um relatório inicial, preparado segundo a forma indicada pelo Banco, que sirva de base para a elaboração e avaliação dos relatórios de progresso a que se refere a alínea 'a' e 'i' do Artigo 7.03 destas Normas Gerais. Além de outras informações que o Banco possa razoavelmente solicitar nos termos deste Contrato, o relatório inicial deverá compreender:

(i) um plano de execução do Projeto que inclua, quando não se tratar de um programa de concessão de créditos, os planos e especificações que, a juízo do Banco, sejam necessários;

(ii) um calendário ou cronograma de trabalho, ou de concessão de crédito, conforme o caso; e

(iii) um quadro de origem e aplicação dos recursos, de que constem cronogramas pormenorizados de investimentos, de acordo com as respectivas categorias de investimentos, indicadas no Anexo Único deste Contrato, e as indicações das contribuições anuais necessárias de cada uma das distintas fontes de recursos com os quais será financiado o Projeto. Estando previsto neste Contrato o reconhecimento de despesas anteriores à sua assinatura ou à da resolução aprobatória do Financiamento, serão incluídas no relatório inicial uma demonstração dos investimentos e, segundo os objetivos do Financiamento, uma descrição das

obras executadas no Projeto ou uma relação dos créditos já formalizados, conforme o caso, até uma data imediatamente anterior à do relatório. [...]

(f) Que o Órgão Oficial de Fiscalização a que se referem as Disposições Especiais tenha acordado em desempenhar as funções de auditoria previstas na alínea (b) do Artigo 7.03 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, ou que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha concordado com o Banco quanto à firma de auditores públicos independentes que realizará estas funções.'

24.4 O artigo 4.02 das Normas Gerais estabelece o prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso, da seguinte forma: 'Se dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados da vigência deste Contrato, ou de um prazo maior que as partes ajustem por escrito, não forem cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, o Banco poderá pôr termo a este Contrato, dando ao Mutuário o aviso correspondente' (fl. 77).

24.5 A área técnica responsável pelo Programa disponibilizou a esta equipe de auditoria uma previsão do Cronograma de Execução e Desembolsos dos primeiros 18 meses (fl. 153/154, anexo 1). De acordo com o cronograma apresentado, é esperado que sejam gastos US\$ 7,710,000.00 (sete milhões, setecentos e dez mil dólares norte-americanos) nesse período.

24.6 Embora no cronograma apresentado estivesse previsto o desembolso de US\$ 50,000.00 (cinquenta mil dólares norte-americanos) no primeiro trimestre da vigência do contrato, e de US\$ 970,000.00 (novecentos e setenta mil dólares norte-americanos) no segundo trimestre, formalmente, segundo informação da área responsável pelo contrato, até a data do levantamento realizado por esta equipe de auditoria, não houve execução de despesa com recursos do contrato de empréstimo externo. Portanto, relativamente ao cronograma de desembolso previsto e apresentado pela área técnica para os primeiros 18 (dezoito) meses do contrato, observa-se a possibilidade desse cronograma não ser executado nos prazos planejados.

25. Quanto à alínea 'e' – estágio atual dos desembolsos dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR, constata-se que, conforme dito anteriormente, não houve execução financeira relacionada a esse contrato de empréstimo, conseqüentemente, ainda, não houve desembolso de recursos por parte do BID, inclusive não se verificou qualquer pedido de desembolso ao BID por parte do órgão executor (fl. 3, anexo 1).

25.1 Vê-se, segundo os documentos acarreados aos autos, que os desembolsos dos recursos contratados junto ao BID ainda não se iniciaram, não cabendo, no momento, tecer maiores comentários sobre esse ponto.

26. Relativamente à alínea 'f' – regularidade, compatibilidade, economicidade e eficiência da aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC – BR em relação aos objetivos e cronograma de execução do Programa de Apoio ao Produtur Nacional –, constata-se que essas questões sofrem os reflexos do fato de ainda não ter havido desembolso de recursos relativos ao empréstimo junto ao BID; do MTur estar na fase inicial da contratação dos consultores para dar andamento ao Programa; e, também, do Programa estar no seu primeiro ano e o prazo previsto para a sua execução ser de 4 (quatro) anos.

26.1 Desse modo, a análise profícua da aplicação dos recursos, nesta oportunidade, carece de detalhes que só estarão disponíveis no futuro por ocasião da liberação dos recursos pelo financiador e do adiantamento na execução do Programa.

27. Quanto à alínea 'g' – normas legais atinentes à contratação de serviços e compra de bens relativos à execução do Programa com recursos do BID e da União, segundo a Cláusula 4.01 do contrato de empréstimo firmado (fls. 55/57), os bens deverão ser adquiridos e os serviços deverão ser contratados consoantes as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-7 (Políticas para a aquisição de obras e bens financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento), datado de julho de 2006, bem como pelas disposições constantes na mencionada cláusula.

27.1 Especificamente, a Cláusula 4.03 do contrato (fls. 58/59) cuida da contratação e seleção de consultores, estabelecendo que esses procedimentos devam ser efetuados de acordo com as disposições constantes no Documento GN-2350-7 (Políticas para a seleção e contratação de

consultores financiados pelo Interamericano de Desenvolvimento), datado de julho de 2006, bem como pelas disposições constantes na referida cláusula.

27.2 No que se refere a esse tipo de operação de crédito externo, existe dispositivo específico da Lei nº 8.666/1993 que possibilita a aplicação de regras licitatórias dos agentes financiadores internacionais para a contratação de bens, serviços e pessoal, *in verbis*:

'Art. 42. Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes. [...]

§ 5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).'

27.3 Dessa forma, após a aprovação mediante Resolução do Senado Federal para que determinado ente da Federação realize o acordo de empréstimo, tem-se que a própria Lei nº 8.666/1993 indica a possibilidade de aplicação de regras licitatórias de organismos internacionais nos casos de contratação de bens e serviços associados a projetos financiados por recursos externos, e não as normas gerais previstas na Lei de Licitações. Assim, a regulamentação sobre a execução dos recursos oriundos de acordos de empréstimo/doações consta das normas dos agentes financiadores, se assim for exigido para concessão do empréstimo.

27.4 No entanto, ante o surgimento de divergências relevantes entre as normas dos organismos internacionais e aquelas preconizadas pela Lei nº 8.666/1993, este Tribunal, ao proferir o Acórdão 1312/2009-Plenário, estabeleceu um novo entendimento na sua jurisprudência sobre os Acordos de Empréstimos Internacionais, no sentido de que é possível afirmar que os acordos de empréstimos assinados após autorização do Senado Federal, mediante resolução, podem conceber procedimentos licitatórios distintos daqueles preconizados na Lei nº 8.666/1993, desde que não contrariem dispositivos constitucionais.

27.5 Portanto, as resoluções do Senado Federal que autorizam a realização de empréstimos de crédito externo aprovam e ratificam os termos e condições contratuais impostas pelas entidades financiadoras internacionais. Dessa maneira, não há impedimentos para que as cláusulas constantes no contrato de empréstimo assinado determinem procedimentos distintos da Lei nº 8.666/1993, evidentemente desde que sejam resguardados os princípios da Constituição Federal.

28. No que concerne à alínea 'h' – regularidade dos editais e da seleção dos consultores a serem contratados –, verifica-se que o MTur deu publicidade aos editais seletivos com a publicação no Diário Oficial da União do dia 26/8/2010 (fls. 93 e 95). Cabe informar, ainda, que, a época do levantamento, a seleção estava na sua fase inicial com a publicação de quatro editais seletivos.

Conclusão.

29. Como se vê, o programa é financiado por recursos ordinários do orçamento da União e de empréstimo de caráter externo junto ao BID. A operação de crédito externo foi aprovada via Resolução do Senado Federal (SF 1/2010), conforme competência atribuída pelo art. 52, inciso V, da Constituição Federal, a qual ensejou a presente solicitação.

30. Essas operações com recursos externos já proporcionaram vários questionamentos, sendo que o Tribunal já enfrentou diversas vezes as questões relacionadas à execução, às normas de licitação aplicáveis e à jurisdição da sua fiscalização (Acórdãos 2069/2006, 699/2007, 1533/2007, 1018/2007, 1027/2008, 1312/2009 e 2191/2009, todos do Plenário; Acórdãos 1514/2003, 440/2004 e 2543/2004, da Segunda Câmara; e Acórdãos 2990/2005 e 3559/2006 da Primeira Câmara).

31. O entendimento recente do Tribunal, relativamente à fiscalização desses recursos, sobre acordos de empréstimo externo, como o caso presente, é de que não há óbice a qualquer tipo de fiscalização por parte do TCU (controle externo) ou da Controladoria Geral da União (controle interno), seja da parte financiada pela União, seja a do BID. Inclusive cabe mencionar que essas operações de financiamento externo são auditadas pela CGU, com base no protocolo de entendimento firmado com os organismos multilaterais de crédito (agentes financeiros externos) e a República Federativa do Brasil. Tal instrumento define que a União, como avalista e mutuária das operações, deve apresentar relatórios anuais de auditoria relativos aos contratos de financiamento.

32. Vale mencionar, ainda, que, quanto às normas de procedimento licitatório a serem observadas nas contratações com recursos financeiros externos, a Lei nº 8.666/1993 prevê, no art. 42, § 5º, a possibilidade de serem admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes das normas e procedimentos de organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento, e que não conflitem com o princípio do julgamento objetivo, conforme entendimento esposado no Acórdão 1312/2009-Plenário.

33. Assim, observa-se que a fiscalização de recursos externos utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública segue esquemática própria, sendo que a CGU é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional. Esses financiamentos auditados pela CGU compõem as prestações e tomadas de contas dos jurisdicionados a serem enviadas ao Tribunal, consubstanciando num esforço conjunto de fiscalização dos controles interno e externo.

34. Diante dessas conclusões, repisando que ainda não houve desembolso de recursos oriundos do Contrato de Empréstimo 2229/OC-BR firmado com o BID, bem como o estágio inicial da execução do Programa de Apoio ao Prodetur Nacional, percebe-se que não há informações mínimas necessárias para o planejamento e a realização de fiscalização, no momento, decorrente da solicitação do Congresso Nacional. Nesse sentido, sugere-se a realização de fiscalização na modalidade acompanhamento, a ser oportunamente iniciada, na forma do inciso I do art. 241 do Regimento Interno do TCU, c/c inciso I do art. 3º da Resolução TCU nº 215/2008.

Proposta de encaminhamento.

35. Diante do exposto, submete-se o presente processo à consideração superior, propondo-se o seguinte:

I – autorizar a realização de fiscalização na modalidade acompanhamento, a ser oportunamente iniciada, na forma dos incisos I do art. 241 do Regimento Interno do TCU, c/c inciso I do art. 3º da Resolução TCU nº 215/2008;

II – dar ciência ao autor da presente Solicitação do Congresso Nacional, Plenário do Senado Federal, na figura do Presidente desta Casa Legislativa, da decisão que vier a ser proferida nos presentes autos, nos termos do art. 19 da Resolução TCU nº 215/2008; e

III – arquivar o presente processo, com fulcro no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 17, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008, sem prejuízo do acompanhamento proposto no item I supra."

4. Os titulares da 5ª Secex anuíram à proposta de encaminhamento, fls. 116/117, sendo o feito remetido à Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos – Adplan, para manifestação prévia acerca da proposta de fiscalização.

5. Por seu turno, a Adplan, em uníssono, fl. 118, manifestou-se favorável à realização da fiscalização na modalidade acompanhamento e ao arquivamento deste processo.

É o Relatório.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Como visto, a presente solicitação do Congresso Nacional foi conhecida por intermédio do Acórdão 1.124/2010-Plenário e considerada parcialmente atendida, com amparo no art. 18 da Resolução TCU nº 215, de 20 de agosto de 2008.

2. Também por força da referida deliberação, foi determinado à 5ª Secex que acompanhasse, por meio de levantamento de auditoria, a aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 1/2010, do Senado Federal, objetivando o financiamento parcial do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional, a cargo do Ministério do Turismo – MTur.

3. Na mesma assentada, determinou-se ao Ministério do Turismo que, tão logo fosse assinado o acordo em comento, encaminhasse ao Tribunal a documentação e as informações pertinentes.

4. A 5ª Secex, após a realização das medidas determinadas no referido Acórdão, vem aos autos para informar que, em 17/6/2010, o Contrato de Empréstimo nº 2229/OC-BR foi celebrado com o BID, para o financiamento parcial do Prodetur Nacional, não havendo ainda qualquer execução financeira dessa operação de crédito externo, que obteve autorização do Senado Federal, por meio da Resolução SF nº 1/2010.

5. Conforme a instrução da unidade técnica, os recursos obtidos com a operação de crédito externo serão aplicados no apoio ao Prodetur Nacional, que consiste na assistência aos estados e municípios na preparação de seus planos de desenvolvimento turístico, bem como no fortalecimento do papel articulador do Ministério do Turismo na implantação de políticas públicas de turismo, e no aprimoramento do Sistema Nacional de Estatísticas Turísticas.

6. O custo total do programa é estimado em US\$ 25.000.000,00, desse montante, US\$ 15.000.000,00 são provenientes do empréstimo junto ao BID, e US\$ 10.000.000,00 do orçamento geral da União. O programa será executado em 4 (quatro) anos, tendo como responsável o Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT-SNPDTur-MTur, e os desembolsos dos recursos ocorrerão a partir da assinatura do contrato, estando o primeiro desembolso condicionado ao cumprimento de condições prévias estipuladas no acordo.

7. Consta ainda da instrução que a análise profícua da regularidade, compatibilidade, economicidade e eficiência da aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo 2229/OC-BR só será realizada posteriormente, quando da liberação dos recursos pelo financiador e do adiantamento na execução do Programa.

8. Quanto às normas legais atinentes à contratação de serviços e compra de bens relativos à execução do Programa, a unidade técnica, baseada na norma específica e na jurisdição desta Casa, noticia a possibilidade de as licitações serem realizadas em respeito aos normativos estabelecidos pelo organismo internacional de financiamento, *in casu*, o BID, desde que não contrariem dispositivos constitucionais.

9. Concluindo que, no momento atual, não há informações mínimas para o planejamento e a realização de fiscalização decorrente da solicitação do Congresso Nacional, a 5ª Secex propõe a realização de fiscalização na modalidade acompanhamento, a ser oportunamente iniciada, na forma do art. 241, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em vez do levantamento inicialmente determinado, sem prejuízo do arquivamento deste processo.

10. Acerca da fiscalização proposta, destaco que esta Casa já adota, de forma sistemática, procedimentos de análise da execução de projetos e programas financiados com recursos oriundos de operações de crédito externas auferidas diretamente pela União.

11. Esta atuação se dá no âmbito do julgamento pelo TCU dos processos de contas anuais da administração pública federal, a partir de informações prestadas pelo responsável no Relatório de Gestão e pela Secretaria Federal de Controle Interno, no âmbito do Relatório de Auditoria de Gestão respectivo, consoante estabelecido na Instrução Normativa – IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2009, e nas Decisões Normativas editadas anualmente para regulamentar a matéria.

12. Constatado, inclusive, que a Decisão Normativa – DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, define que a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo deverá apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010, no qual constará, dentre outras informações, a execução dos programas de governo sob a sua responsabilidade, como é o caso do Prodetur Nacional; enquanto a DN TCU nº 110, de 1º de dezembro de 2010, dispõe que a referida Secretaria terá as contas de 2010 julgadas pelo Tribunal.

13. A propósito, como bem mencionou a unidade técnica, as operações de financiamento externo também são auditadas pela Controladoria-Geral da União – CGU, com base no protocolo de entendimento firmado com os agentes financeiros externos e a República Federativa do Brasil, que estabelece que a União, como avalista e mutuária das operações, deve apresentar relatórios anuais de auditoria relativos aos contratos de financiamento.

14. Dessa forma, não há necessidade de se efetivar, neste momento, uma fiscalização específica sobre a execução do Contrato de Empréstimo nº 2229/OC-BR, porque ela poderá acontecer caso o acompanhamento anual acima citado revele a ocorrência de irregularidades ou, ainda, se forem encaminhadas a esta Corte denúncias ou representações a respeito da matéria tratada nestes autos.

15. Assim, a Casa legislativa solicitante deve ser informada da forma como este Tribunal vai acompanhar a aplicação dos recursos derivados da operação de crédito externa autorizada por meio da Resolução SF nº 1/2010, em atendimento à recomendação encaminhada pelo Senado Federal.

16. Cabe também determinar à 5ª Secex que encaminhe à nobre Presidência do Senado Federal cópia dos relatórios de gestão inseridos nas tomadas de contas da SNPDTur-MTur, contendo as informações sobre o Prodetur Nacional, acompanhado dos respectivos relatório de auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno, bem como Relatório, Voto e Acórdão que vierem a ser prolatados pelo TCU no julgamento dessas contas, até o término da execução do Contrato de Empréstimo nº 2229/OC-BR.

17. Por oportuno, cito que, em tema idêntico aos dos presentes autos, o TCU, mediante o Acórdão 722/2010-TCU-Plenário, de minha relatoria, encaminhou à nobre Presidência do Senado Federal informação sobre a forma como são fiscalizados os recursos oriundos de operações externas, razão pela qual adoto os termos dessa decisão, com alguns ajustes necessários.

18. Enfim, nesse contexto, considero integralmente atendida a presente solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução TCU nº 215, de 20 de agosto de 2008, devendo ocorrer o arquivamento deste processo, com base no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU.

Pelo exposto, proponho que seja adotado o Acórdão que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 26 de janeiro de 2011.

ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
Relator

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– O Aviso, apensado ao processado da respectiva Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) –

A Presidência recebeu do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o **Ofício nº 2, de 2011-CN** (nº 66/2011-BNDES GP, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2010.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 8 de fevereiro do corrente.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº 2, DE 2011-CN

Ofício 066/2011 – BNDES GP

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2011

Assunto: Relatório Gerencial da aplicação dos recursos das Leis nº 11.948/09 e no 12.249/10

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, encaminho, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16-6-2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2010.

Atenciosamente, – **Luciano Coutinho**, Presidente.

RELATÓRIO GERENCIAL

RECURSOS DAS LEIS nº 11.948/09 e nº 12.249/10

4º Trimestre de 2010

fevereiro de 2011

ÁREA FINANCEIRA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS INSTITUCIONAIS INTERNOS

RELATÓRIO GERENCIAL TRIMESTRAL

RECURSOS DAS LEIS nº11.948/09 e nº12.249/10

4º trimestre de 2010

Rio de Janeiro - janeiro de 2011

Í N D I C E

1. INTRODUÇÃO	
1.1. Panorama Internacional: Inflação dos Emergentes e Incertezas fiscais quanto aos desenvolvidos.....	
1.2. Economia Brasileira: Redução do Ritmo de crescimento e pressão inflacionária	
Tabela I - Desempenho do PIB no 3º Trimestre de 2010.....	
1.3. Desempenho da Indústria	
Gráfico I - Variação da Produção Industrial: Geral e por categoria de uso	
1.4. Setor Externo.....	
Tabela II - Valor das exportações por fator agregado	
Tabela III - Valor das importações por categoria de uso	
1.5. Investimento	
Gráfico II - Nível de Utilização da Capacidade Instalada (em %) e Taxa de variação do consumo aparente de bens de capital (em % acumulado em 12 meses)	
Tabela IV - Consumo aparente de Bens de Capital	
1.6. Desempenho do BNDES.....	
Tabela V - Desembolsos do Sistema BNDES (em R\$ bilhões)	
Gráfico III - Carteira acumulada do Programa de Sustentação do Investimento.....	
PSI (em R\$ bilhões)	
Gráfico IV - Série dos Pedidos de Liberação do produto FINAME – média diária acumulada em 22 dias úteis (em R\$ milhões).....	
2. EVOLUÇÃO DAS CAPTAÇÕES EFETUADAS JUNTO AO TESOURO NACIONAL...	
Tabela VI - Movimentação Financeira – Recursos do Tesouro Nacional.	
3. ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS LEIS Nº 11.948/09 E Nº 12.249/10.	
a. Modalidade de Investimento	
Tabela VII - Modalidade Operacional BNDES	
b. Análise Geográfica.....	
Gráfico V - Desembolsos por Região.....	
Tabela VIII - Comparativo Carteira x Participação no PIB.....	
Gráfico VI - Desembolsos por Unidade Federativa	
c. Análise Setorial	
Gráfico VII - Desembolsos por Ramo de Atividade.....	
Gráfico VIII - Desembolsos por Gêneros de Atividade.....	
d. Análise Econômico Financeira	
Gráfico IX - Desembolsos por Porte das Empresas.....	
Tabela IX - Quantidade de Projetos por Porte das Empresas	
Tabela X - Média da taxa líquida após equalização por porte da empresa	
Tabela XI - Média do custo total pago pelo tomador final.....	
Tabela XII - Média dos índices por Modalidade Operacional para Micro Empresa	
Gráfico X - Prazos de Carência e Amortização.	
Gráfico XI - Participação do BNDES no Investimento Total.....	
Gráfico XII - Projetos incluídos no PAC.....	
e. Maiores projetos no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010.....	
4. DESCRIÇÃO DOS MAIORES PROJETOS NO QUARTO TRIMESTRE DE 2010.	
5. ANÁLISE DO IMPACTO SOBRE A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.....	
Tabela XIII - Sistema de Contas Nacionais (Investimentos).....	
Tabela XIV - Geração e Manutenção de Empregos	
6. GLOSSÁRIO	
7. LISTA DE SIGLAS	
ANEXO I - DETALHAMENTO DOS MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	
ANEXO II - DETALHAMENTO DOS GÊNEROS DE ATIVIDADE BENEFICIADOS	

1. INTRODUÇÃO

1.1. Panorama Internacional: Inflação dos Emergentes e Incertezas fiscais quanto aos desenvolvidos

O quarto trimestre de 2010 foi caracterizado pela persistente incerteza quanto à recuperação das economias avançadas e a crescente pressão inflacionária nas economias emergentes, com destaque para a elevação do preço de produtos alimentícios na China, Índia e no Brasil.

Enquanto na Zona do Euro e no leste Europeu continua a perspectiva de que as dificuldades geradas pela deterioração fiscal nessas economias implicarão em dificuldades para a recuperação no longo prazo. Individualmente, chamou a atenção à situação da economia Irlandesa. Ao final de setembro o governo anunciou um amplo resgate do sistema financeiro, o qual imporá um aprofundamento do elevado déficit público do país. A classificação de risco do país passou de AA+ para BBB- ao longo de 2010, pondo o país em condição próxima da classificação de investimento especulativo.

Uma consequência indireta da situação irlandesa foi uma substancial elevação dos spreads de risco soberano do conjunto de economias da zona do Euro que passam por dificuldade. Os spreads de risco de Portugal e Espanha subiram 22,0% e 52,1% frente ao valor observado no fechamento de setembro, respectivamente. O ministro de Portugal chegou a cogitar o abandono provisório do Euro.

A economia americana, a despeito do crescimento observado nos últimos trimestres, continua apresentando taxas de desemprego elevadas. Em dezembro a taxa de desemprego registrada foi de 9,4%, patamar historicamente elevado. A difícil reação do mercado de trabalho adiciona incerteza quanto a sustentação da recuperação americana. No imediato pós-crise os gastos do governo e a recomposição dos estoques foram, pelo lado da demanda, importantes componentes da recuperação. Atualmente há incerteza quanto a contribuição que os gastos de investimento e consumo, privados, possam dar para substituição do gastos públicos. Por outro lado espera-se que a perda de valor do dólar possa elevar a competitividade das exportações americanas.

Nas economias emergentes, como China, Índia e Brasil, as preocupações estão distantes das incertezas sobre o seu crescimento. A ameaça recente recai sobre os preços, especialmente os de alimentos, que pressionam a inflação nessas economias. A resposta do Banco Central da China elevando as reservas compulsórias dos bancos e elevando a taxa básica de juros faz crer que a economia Chinesa passará por uma substancial desaceleração em 2011. Em 2010 o crescimento do PIB atingiu expressivos 10,3%.

Uma provável desaceleração da economia chinesa faz emergir um cenário mais incerto sobre o comportamento futuro dos preços de commodities agrícolas e minerais. Apesar de, por motivos diversos, seus preços terem permanecido elevados, um crescimento mais modesto dos países emergentes asiáticos pode influir negativamente sobre esses preços.

1.2. Economia Brasileira: Redução do Ritmo de crescimento e pressão inflacionária

O desempenho da economia ao longo do primeiro semestre de 2010 fez com que as expectativas de crescimento para a economia brasileira neste se situassem acima de 7,5%. Esse resultado, contudo, deve ser visto a luz do processo de recuperação. Em dezembro de 2010 o IBGE divulgou o dado revisado para o PIB em 2009, ampliando a retração do produto de 0,2% para 0,7%. O novo dado sugere uma base de comparação ainda mais fraca, sugerindo que o crescimento elevado do PIB, esperado para 2010, não seria fruto de um superaquecimento da economia.

Os dados do PIB do terceiro trimestre de 2010, já divulgados pelo IBGE, indicaram que o processo de desaceleração do crescimento segue seu curso. A taxa de crescimento do PIB trimestral, com ajuste sazonal foi de 0,5%, *vis-à-vis* o trimestre anterior. No primeiro e segundo trimestres do ano, as taxas de crescimento foram de, respectivamente, 2,3% e 1,8%.

A desaceleração do Produto foi seguida por um ritmo de expansão menor da formação bruta, que fechou o trimestre com crescimento de 3,9% e um aumento do ritmo de crescimento do consumo das famílias de 0,9% no segundo trimestre para 1,6%.

Pelo lado da oferta, o fraco desempenho do PIB refletiu a queda da indústria, com queda de 1,3% e o desempenho negativo da Agropecuária de -1,5%. O setor de serviços que possui o maior peso apresentou expansão de 1%, sustentando a variação positiva no produto.

A Tabela I apresenta a variação do PIB e dos seus componentes na margem (trimestre, *vis-à-vis* trimestre anterior), em relação ao mesmo período do ano anterior e no acumulado nos últimos 4 trimestres. O último indicador sugere que a economia se expande a taxas próximas a 7,5% no ano.

***Tabela I - Desempenho do PIB no 3º Trimestre de 2010**

Taxas de variação com ajuste sazonal (em %)

	3T 2010/2 T 2010 (com ajuste sazonal)	3T 2010/ 3T 2009	Acm. Ult. 4 trim.
PIB	0,5	6,7	7,5
Demanda			
Consumo das famílias	1,6	5,9	7,0
Consumo do Governo	0,0	4,1	4,8
FBKF	3,9	21,2	20,2
Exportações	2,4	11,3	6,7
Importações	7,4	40,9	29,4
Oferta			
Agropecuária	-1,5	7,0	5,9
Indústria	-1,3	8,3	10,2
Serviços	1,0	4,9	5,7

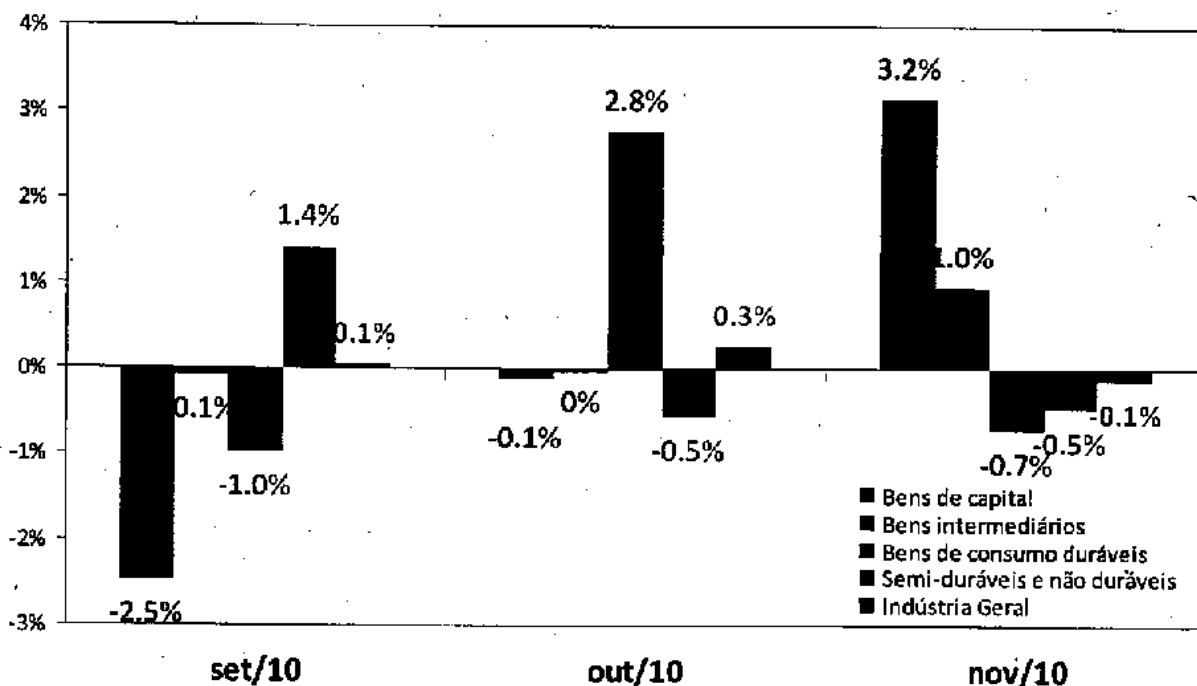
Fonte: IBGE

Os dados para o 4º trimestre de 2010 e o fechamento do ano serão divulgados pelo IBGE em março de 2011. Contudo, esperasse que o desempenho da economia no último trimestre reflita uma recuperação da atividade industrial e apresente taxa de crescimento do PIB superior à observada no terceiro trimestre.

1.3. Desempenho da Indústria

Até o fechamento deste texto, ainda não haviam sido divulgados os dados relativos à atividade industrial para o mês de dezembro. Contudo, os dados para outubro e novembro apresentaram variações mês contra mês anterior, com ajuste sazonal de, respectivamente, 0,3% e -0,1%. Face a estes números, é razoável esperar que a produção industrial no quarto trimestre apresente variação positiva ou estabilidade a menos que haja desempenho surpreendentemente ruim no último mês do ano.

**Gráfico I - Variação da Produção Industrial: Geral e por categoria de uso
(Mês/Mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal)**



O fraco desempenho da indústria em novembro refletiu, principalmente, o desempenho dos setores ligados à produção de bens de consumo. O segmento de bens de consumo duráveis apresentou retração de 0,7% e o de bens de consumo semiduráveis e não duráveis caiu 0,5% na comparação com outubro, com ajuste sazonal.

A reação na produção de bens de capital em novembro, apresentando crescimento de 3,2% após dois meses de queda, ilustra o bom desempenho do investimento ao longo do ano. Provavelmente, as retrações observadas nos meses anteriores representaram ajustes pontuais.

Face uma demanda doméstica em forte expansão o desempenho da produção industrial no segundo semestre de 2010 esteve ligado a dois fatores, o ajuste de estoques formados ao longo do primeiro semestre e o considerável aumento na participação dos produtos importados na oferta global. Estimativas indicam que a participação dos bens de capital e de consumo durável importados na demanda doméstica, atingiu em 2010 o seu mais elevado valor.

1.4. Setor Externo

Em 2010, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 201,9 bilhões, enquanto as importações totalizaram US\$ 181,6 bilhões. Ambos os valores foram recordes históricos. Esses resultados representaram aumento de 31,4% das exportações e 41,7% das importações.

O resultado sustentou um saldo comercial de US\$ 20,3 bilhões, sustentado em grande parte pelo aumento de preços das exportações e por um crescimento menor do que o esperado das importações no segundo semestre do ano.

O preço das exportações manteve-se elevado ao longo de 2010. Fatores climáticos, estruturais e a demanda aquecida por commodities, devido ao crescimento dos países emergentes asiáticos, geraram pressões sobre preços de produtos agrícolas e minerais. O preço das exportações em 2010 foi 20,5% superior ao valor observado no ano anterior.

Em função dos preços elevados das commodities e da recuperação incompleta das economias americana e europeia, as exportações tornaram-se mais concentradas em produtos básicos, amplamente demandados pelos parceiros comerciais da Ásia. A elevação de 30,4% nos preços dos produtos básicos contribuíram para o crescimento de 44,7% do valor exportado, elevando a participação desses produtos na pauta de 40,5% em 2009 para 44,6% em 2010. Os produtos industrializados, por sua vez tiveram sua participação reduzida de 57,4% para 53,4%.

*Tabela II - Valor das exportações por fator agregado
(em US\$ Milhões FOB)*

	Janeiro/Dezembro		Var.% 2010/09 p/ média diária	Part. %	
	2010	2009		2010	2009
Básicos	90.005	61.957	44,7	44,6	40,5
Industrializados	107.770	87.848	22,2	53,4	57,4
Semi-manufaturados	28.207	20.499	37,1	14,0	13,4
Manufaturados	79.563	67.349	17,7	39,4	44,0
Op. Especiais	4.140	3.189	29,3	2,1	2,1
Total	201.915	152.995	31,4	100,0	100,0

Fonte: SECEX/MDIC

Janeiro-Dezembro/2010: 251 dias úteis; Janeiro-Dezembro/2009: 250 dias úteis

Do lado das importações o destaque foi o aumento na importação de bens de consumo duráveis. O valor deste item cresceu 59,3% em 2010, elevando sua participação na pauta de importações em 1 ponto percentual. As importações de bens de capital e de produtos intermediários (que representam, em conjunto 68,8% da pauta de importação) também apresentaram crescimento substancial de 37,5% e 39,2%, respectivamente.

Tabela III - Valor das importações por categoria de uso
(em US\$ Milhões FOB)

	Janeiro/Dezembro		Var.% 2010/09 p/média diária	Part. %	
	2010	2009		2010	2009
Bens de Capital	40.995	29.698	37,5	22,6	23,3
Matérias-primas e intermediários	83.884	59.754	39,8	46,2	46,8
Bens de Consumo	31.426	21.524	45,4	17,3	16,9
- Não-duráveis	12.847	9.910	29,1	7,1	7,8
- Duráveis	18.579	11.614	59,3	10,2	9,1
Automóveis	8.543	5.466	55,7	4,7	4,3
Combustíveis e lubrificantes	25.344	16.746	50,7	14,0	13,1
- Petróleo	10.097	9.186	9,5	5,6	7,2
- Demais	15.247	7.560	100,9	8,4	5,9
Total	181.649	127.722	41,7	100,0	100,0

Fonte: SECEX/M DIO.

Janeiro-Dezembro/2010: 251 dias úteis; Janeiro-Dezembro/2009: 260 dias úteis

Outros destaques relevantes para 2010, originários das contas externas, foram o crescimento do déficit em serviços e o elevado fluxo de investimentos em carteira. Houve, ao longo do ano, crescimento substancial nas despesas com aluguel de equipamentos e com viagens. A primeira relacionada ao aumento dos investimentos, sobretudo, no setor do petróleo. A segunda influenciada pelo câmbio favorável.

O fluxo líquido de investimentos em carteira acumulado no ano até novembro era de US\$ 64,9 bilhões, refletindo basicamente as boas condições da economia, quando comparada aos mercados avançados, e a capitalização da Petrobrás, ocorrida em Setembro de 2010. O saldo em IED totalizou neste período US\$ 26,5 bilhões, apresentando estabilidade em relação ao observado em 2009.

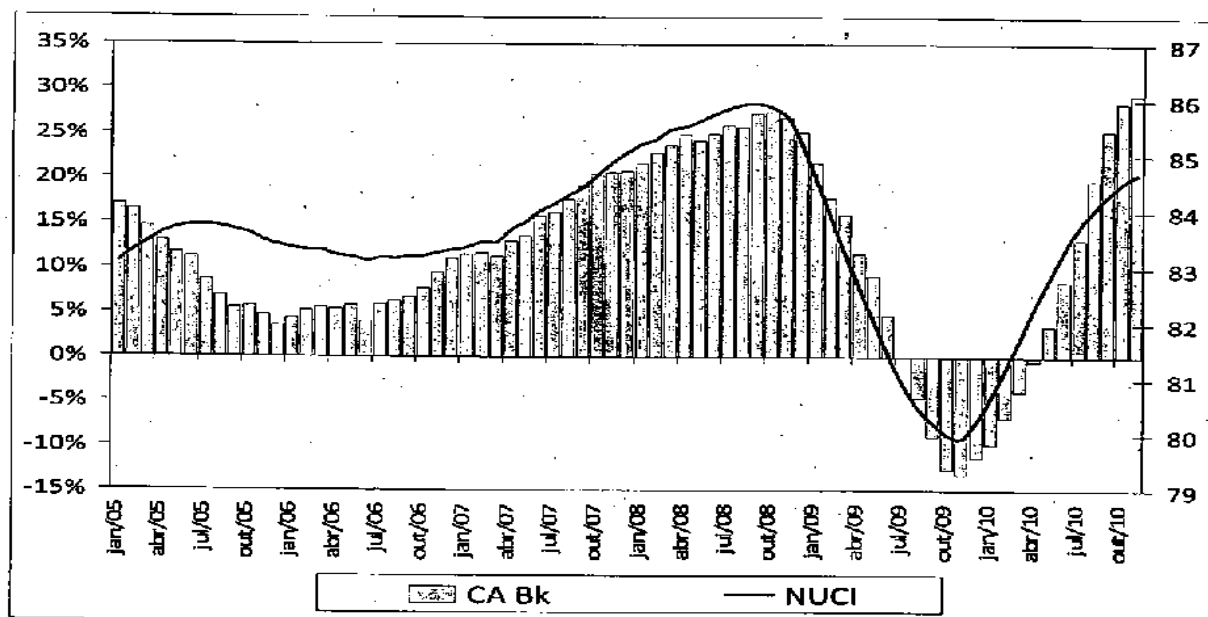
O saldo amplamente superavitário do Balanço de Pagamentos representou um ingresso líquido de recursos externos, as reservas se ampliaram em US\$ 49,5 bilhões ao longo do ano, atingindo US\$ 288,6 bilhões em dezembro de 2010.

1.5. Investimento

Os dados divulgados do PIB para o 3º trimestre de 2010 apresentaram um vigoroso crescimento do Investimento. Neste período, com ajuste sazonal, o crescimento vis-à-vis o trimestre anterior ficou em 3,9%. Em relação ao mesmo período de 2009 o crescimento foi de 21,1%. Os números expressivos não deixam dúvidas quanto à recuperação do investimento no pós-crise. E refletem a resposta do investimento às boas perspectivas da economia doméstica.

O Gráfico II apresenta a relação entre a taxa de expansão do investimento em 12 meses e o nível de utilização da capacidade instalada na indústria. Esta variável é um importante fator motivador das decisões de investimento na economia. Seu desempenho está relacionado com o formidável crescimento do investimento nos últimos meses.

Gráfico II - Nível de Utilização da Capacidade Instalada(em %) e Taxa de variação do consumo aparente de bens de capital (em % acumulado em 12 meses)



A despeito do bom desempenho do investimento no 3º trimestre de 2010, espera-se que esse item da demanda venha a apresentar alguma desaceleração no último trimestre do ano. Dados preliminares indicam que a demanda por máquinas e equipamentos, um dos principais itens do investimento, apresentou queda substancial no mês de outubro. Os dados de novembro mostraram-se mais animadores, porém, os resultados dos dois primeiros meses do trimestre, em conjunto, sinalizam uma provável desaceleração forte do investimento no último trimestre de 2010 (Tabela IV)

Tabela IV - Consumo aparente de Bens de Capital

	mai-10	jun-10	jul-10	ago-10	set-10	out-10	nov-10
Índice	18.5	18.5	18.4	19.3	20.1	17.2	18.6
Varição Mês/Mês anterior	3.6%	0.1%	-0.8%	4.8%	4.4%	-14.5%	8.1%

1.6. Desempenho do BNDES

Em 2010 os Desembolsos do Sistema BNDES atingiram R\$ 168,4 bilhões, dos quais R\$ 24,8 bilhões se referem a operações de mercado, que incluem a participação na capitalização da Petrobrás, ocorrida no segundo semestre de 2010. O resultado de 2010 foi 22,4% superior ao do ano anterior e representou um recorde histórico para o Banco. O valor desembolsado reflete o bom momento do investimento e o aumento da demanda por recursos do Banco, em face de uma conjuntura do mercado financeiro que ainda refletiu os efeitos da crise.

A Tabela V apresenta os desembolsos por ramo de atividade. Em 2010, os desembolsos para a indústria e infra-estrutura apresentaram valores bastante próximos de, respectivamente R\$ 54,0 e R\$ 52,4 bilhões, indicando uma ampliação da participação dos investimentos em infra-estrutura na carteira do BNDES. Destaca-se ainda o crescimento expressivo dos desembolsos para a Agricultura, com 47,7% de crescimento e Comércio e Serviços, que atingiu crescimento superior a 50% vis-à-vis 2009.

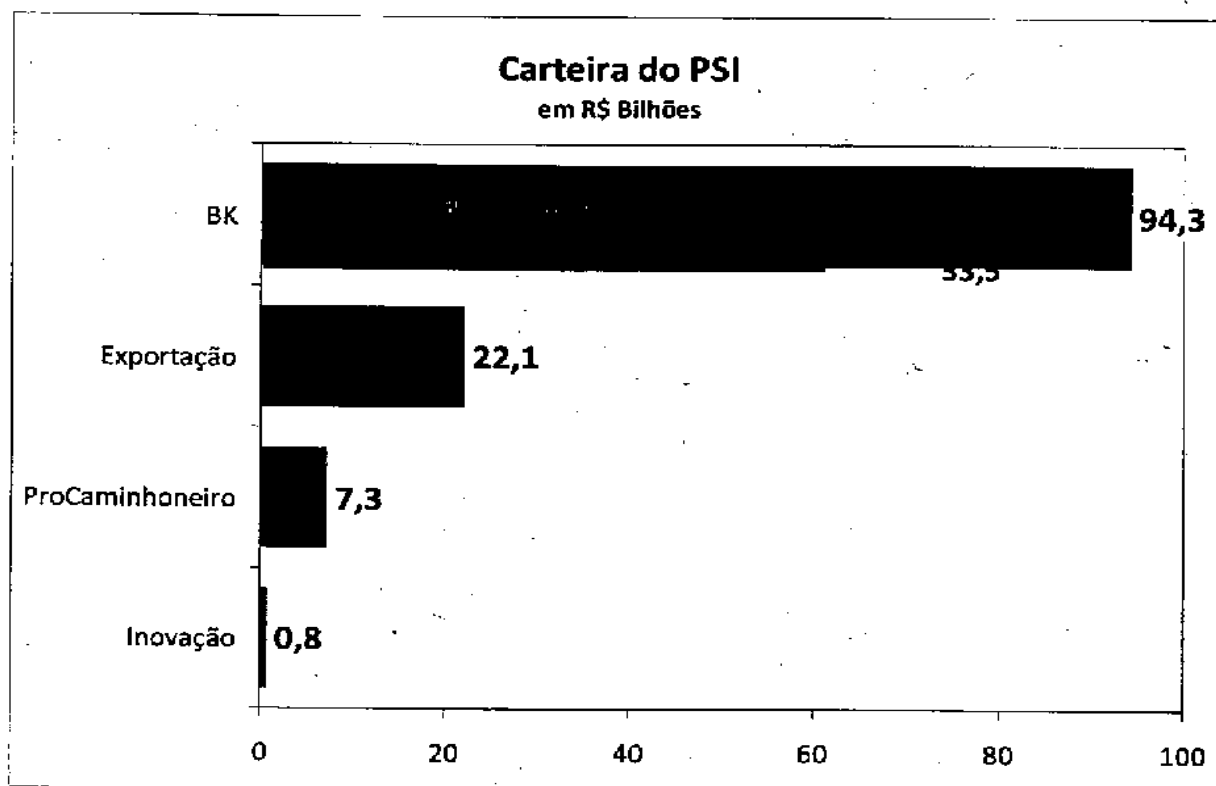
Tabela V - Desembolsos do Sistema BNDES (em R\$ bilhões)

Desembolsos do BNDES por Ramos de Atividade em R\$ Bilhões				Varição Percentual	
	2008	2009	2010	2009/2008	2010/2009
Indústria	39.0	63.5	54.0	62.8	-15.0
Infraestrutura	35.1	48.7	52.4	38.6	7.8
Com./Serv.	11.2	17.3	27.1	55.2	56.4
Agricultura	5.6	6.9	10.1	22.5	47.7
Outras operações de mercado	1.4	1.0	24.8	-23.4	2,275.7
Total	92.2	137.4	168.4	49.0	22.6

A ampliação dos desembolsos para a Agricultura e para o setor de Comércio e Serviços contou com a expansão dos recursos destinados para micro, pequenas e médias empresas. Desde 2009, o Programa de Sustentação do Investimento – PSI, lançado pelo governo como forma de reagir à queda no investimento nos períodos iniciais da crise, garantiu custos menores para a aquisição de máquinas e equipamentos, projetos de inovação e exportações das empresas brasileiras.

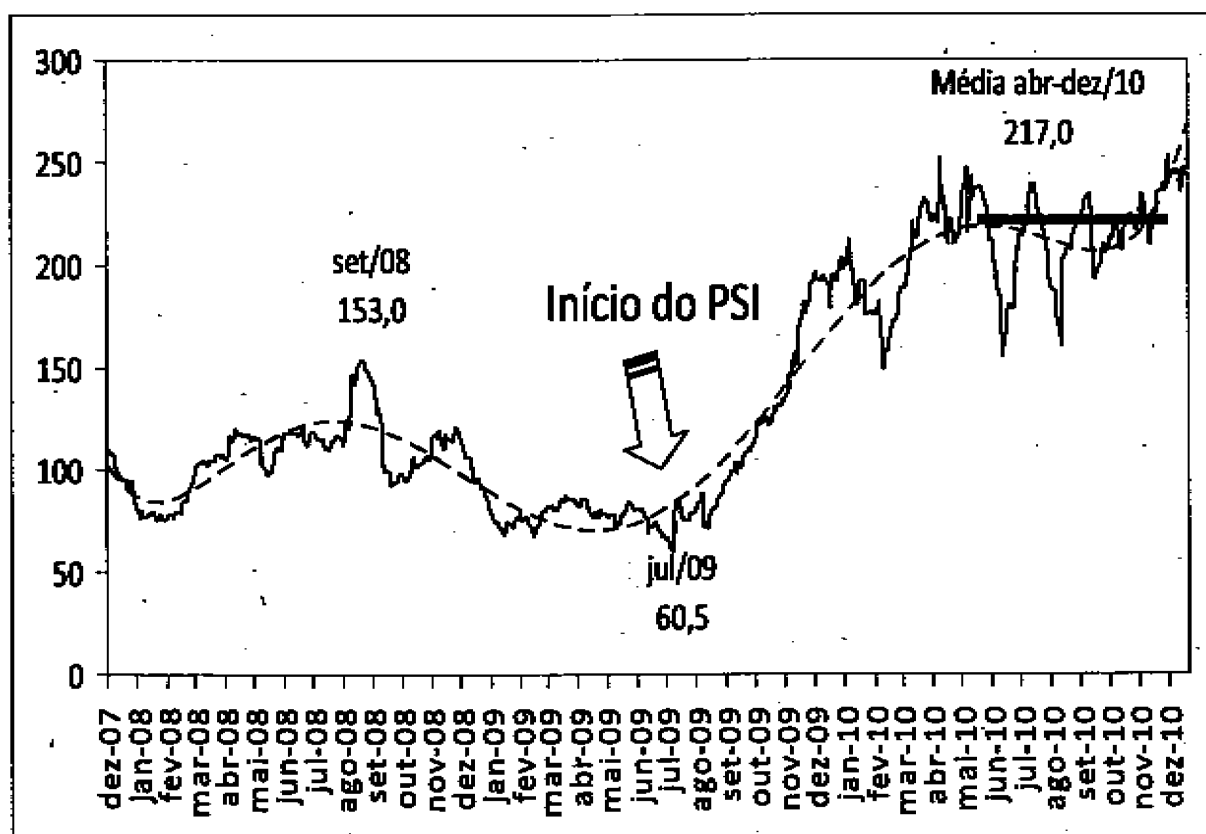
Em 2010 a carteira do PSI contava com mais de R\$ 124 bilhões em pedidos de financiamento, com ampla participação de itens ligados à renovação ou ampliação da capacidade produtiva da indústria e do setor de serviços. A distribuição da carteira de financiamentos do PSI, desde sua criação é apresentada no Gráfico III. É possível perceber que a maior parte dos recursos, R\$ 60,8 bilhões, foram destinados à aquisição de máquinas e equipamentos não-transportes. Tal resultado é importante para o ganho de competitividade da indústria e a ampliação da produtividade nos diversos setores da economia.

Gráfico III - Carteira acumulada do Programa de Sustentação do Investimento PSI (em R\$ bilhões)



Como resultado da ampliação dos recursos do PSI, basicamente operados de forma indireta, em parceria com o sistema financeiro nacional, houve uma importante elevação nos pedidos de liberação do produto FINAME. No período anterior à crise, em setembro de 2008 os pedidos de liberação de recursos atingiam, em média diária, por 22 dias úteis, o valor de R\$ 153 milhões. Entre abril e dezembro de 2010 essa média havia se elevado para R\$ 217 milhões. Um crescimento próximo de 42%. Os dados do final de dezembro indicam que a demanda nas operações indiretas continua aquecida.

Gráfico IV - Série dos Pedidos de Liberação do produto FINAME – média diária acumulada em 22 dias úteis (em R\$ milhões)



2. Evolução das captações efetuadas junto ao Tesouro Nacional.

Em 2009, o BNDES contou com o aporte de recursos do Tesouro Nacional em títulos públicos federais, autorizado pela Medida Provisória nº 453, de 22 de janeiro de 2009, posteriormente alterada pela MP nº 462, de 14 de maio de 2009. Em 16 de junho de 2009, ocorreu a conversão da Medida Provisória nº 453/2009, alterada pela MP nº 462/2009, na Lei nº 11.948/2009. Logo em seguida, em 29 de junho, foi emitida a Medida Provisória nº 465, alterando o art. 1º da Lei nº 11.948/2009 e definindo que o valor total dos financiamentos a serem subvencionados pela União ficaria limitado ao montante de até R\$ 44 bilhões de reais.

Em 24 de novembro de 2009, ocorreu a conversão da Medida Provisória nº 465, na Lei nº 12.096/2009, que alterou a Lei nº 11.948/2009. Em 15 de dezembro de 2009, foi emitida a Medida Provisória nº 472, que em seu art. 45. alterou o caput do art. 1º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, autorizando à União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 180 bilhões de reais. Em 11 de junho de 2010 a MP nº 472 foi convertida na Lei nº 12.249/2010.

Posteriormente foi emitida a Medida Provisória nº 487 que alterou a Lei nº 12.096/2009, permitindo à União conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, limitado ao montante de até R\$ 124 bilhões de reais. Em 5 de setembro de 2010, a MP nº 487 teve seu prazo de vigência encerrado, voltando o valor da subvenção econômica a ficar limitado em até R\$ 44 bilhões de reais. Logo em seguida, em 8 de setembro de 2010, foi emitida a Medida Provisória nº 501 que em seu art. 10, estendeu o período de contratação das operações equalizáveis até 31 de março de 2011 e aumentou o limite de financiamentos subvencionados pela União para R\$ 134 bilhões de reais.

A tabela a seguir apresenta a movimentação financeira até o final de dezembro de 2010:

Tabela VI - Movimentação Financeira – Recursos do Tesouro Nacional.

Em R\$ milhões								
LEGISLAÇÃO	DATA DE CAPTAÇÃO	TRANCHES	VALOR	CUSTO	JUROS EXIGÍVEIS	CORREÇÃO	VALORES PAGOS	SALDO DEVEDOR
MP 453	31/03/2009	1ª TRANCHE	13.000,00	TJLP + 2,5% a.a.	1.324,43		6.905,47	7.418,95
MP 462	15/06/2009	2ª TRANCHE	26.000,00	TJLP + 1% a.a.	2.786,05		2.269,84	26.516,22
MP 465	30/07/2009	ÚNICA	16.297,60	TJLP	1.372,35		1.330,11	16.339,84
	30/07/2009	ÚNICA	8.702,40	5,97% a.a.	658,35	(1.199,33)	522,62	7.638,80
	21/08/2009	1ª TRANCHE	8.535,60	TJLP	699,42		515,09	8.719,93
	25/08/2009	2ª TRANCHE	21.225,60	TJLP	1.724,39		1.280,06	21.669,94
	27/08/2009	3ª TRANCHE	6.238,80	TJLP	504,66		376,12	6.367,34
MP 472	20/04/2010	1ª TRANCHE	74.200,00	TJLP	3.107,11		990,46	76.316,65
	04/05/2010	2ª TRANCHE	5.800,00	TJLP	229,36		72,83	5.956,54
TOTAIS		TOTAIS	180.000,00		12.406,12	(1.199,33)	14.262,59	176.944,20

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

A coluna "Correção" refere-se à variação cambial do dólar americano aplicado sobre a captação realizada em 30/07/2009.

3. Análise da aplicação dos recursos das Leis nº 11.948/09 e nº 12.249/10.

No período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010 foram selecionados vários projetos, formando uma carteira, vinculada a essa captação, no valor de R\$ 163,7 bilhões, beneficiando 399.640 projetos de financiamento em todo o Brasil.

A seguir, em atendimento ao parágrafo 6º do art. 1º da Lei nº 11.948/09, apresentam-se as características dos projetos selecionados:

a. Modalidade de Investimento

A tabela a seguir apresenta os desembolsos da carteira de projetos, divididos por Modalidade Operacional do BNDES.

Tabela VII - Modalidade Operacional BNDES

Modalidade Operacional BNDES 2009 e 2010		
Em R\$ milhões		
Modalidade	Valor da Liberação	Percentual
FINAME	67.430,23	41,2%
FINEM	47.208,45	28,8%
PRÉ-EMBARQUE	23.679,33	14,5%
BNDES AUTOMATICO	8.704,51	5,3%
PROJECT FINANCE	6.213,40	3,8%
MAQ/EQUIP	5.498,03	3,4%
LIMITE DE CRÉDITO	1.635,28	1,0%
DEMAIS MODALIDADES	3.305,91	2,0%
Total	163.675,13	100%

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

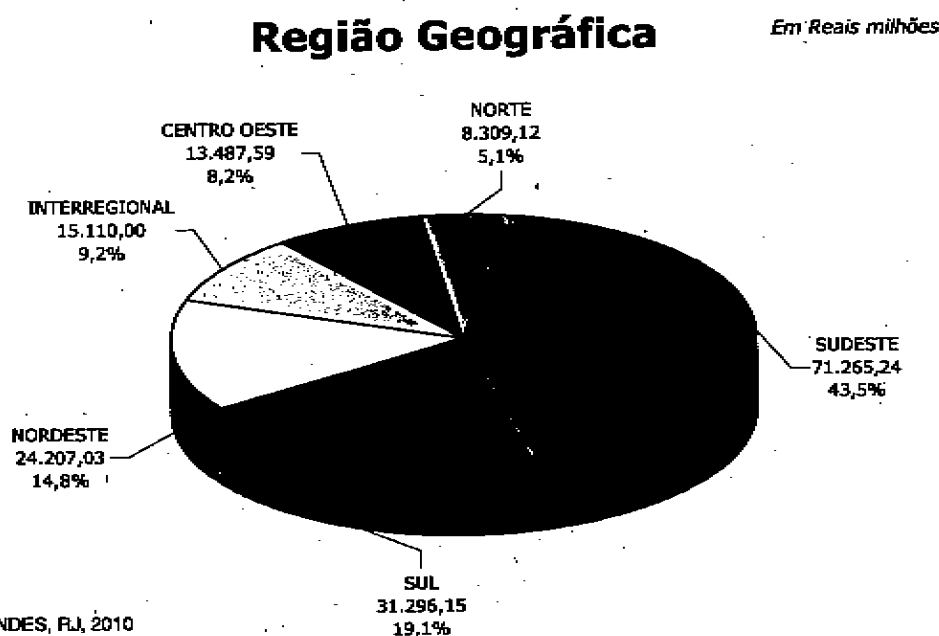
A maior parte dos financiamentos, 41,2% se concentram na modalidade FINAME, onde estão agrupadas as operações de produção e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional. Esta modalidade se caracteriza pelo apoio indireto através das instituições financeiras credenciadas.

Outra fatia importante, 28,8%, concentra-se no FINEM, onde estão agrupados os grandes projetos de investimento. Esta modalidade se caracteriza pelo apoio direto do BNDES aos projetos com valor de financiamento superior a R\$ 10 milhões, para empreendimentos de implantação, expansão e modernização, incluída a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional e capital de giro associado.

b. Análise Geográfica

O Gráfico abaixo apresenta os desembolsos efetuados com recursos da Lei nº 11.948/09 e nº 12.249/10 no período janeiro de 2009 a dezembro de 2010.

Gráfico V - Desembolsos por Região



Os desembolsos foram destinados, principalmente, às regiões Sudeste (43,5%) e Sul (19,1%). Na região Sudeste merece destaque o apoio prestado às empresas General Motors do Brasil Ltda e Ford Motor Company Brasil Ltda. Já na região Sul as principais operações foram a da WEG Equipamentos Elétricos S/A e da Marcopolo S/A.

Destaca-se no gráfico a classificação de dois projetos como operações interregionais. A empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) e Transportadora Associada de Gás S/A (TAG) que compõem os investimentos selecionados no montante de R\$ 15,1 bilhões, visando o aumento da produção de óleo e gás, da capacidade de refino e da malha de gasodutos do país. Com esses recursos também serão realizados projetos nas áreas de petroquímica, transporte de combustível, estocagem, liquefação e regaseificação de gás natural. Somente na Petrobras, estão selecionados mais de 70 projetos na área de Exploração e Produção em diferentes bacias petrolíferas no país, além de testes de longa duração e o projeto piloto de Tupi do pré-sal, na bacia de Santos. Os investimentos da Petrobras fazem parte do Plano Estratégico 2020, ano em que a empresa pretende se tornar uma das cinco maiores companhias integradas de energia do mundo. Para isso, a Petrobras cumpre vultoso plano de investimentos de US\$ 174,4 bilhões para o horizonte 2009/2013.

Cabe ressaltar ainda, que o BNDES tem trabalhado para melhorar a distribuição dos desembolsos do Programa entre as regiões geográficas, visando beneficiar as regiões com menor participação no PIB, dinamizar a atividade econômica dessas regiões e minimizar as disparidades regionais.

Tabela VIII - Comparativo Carteira x Participação no PIB

2009 e 2010

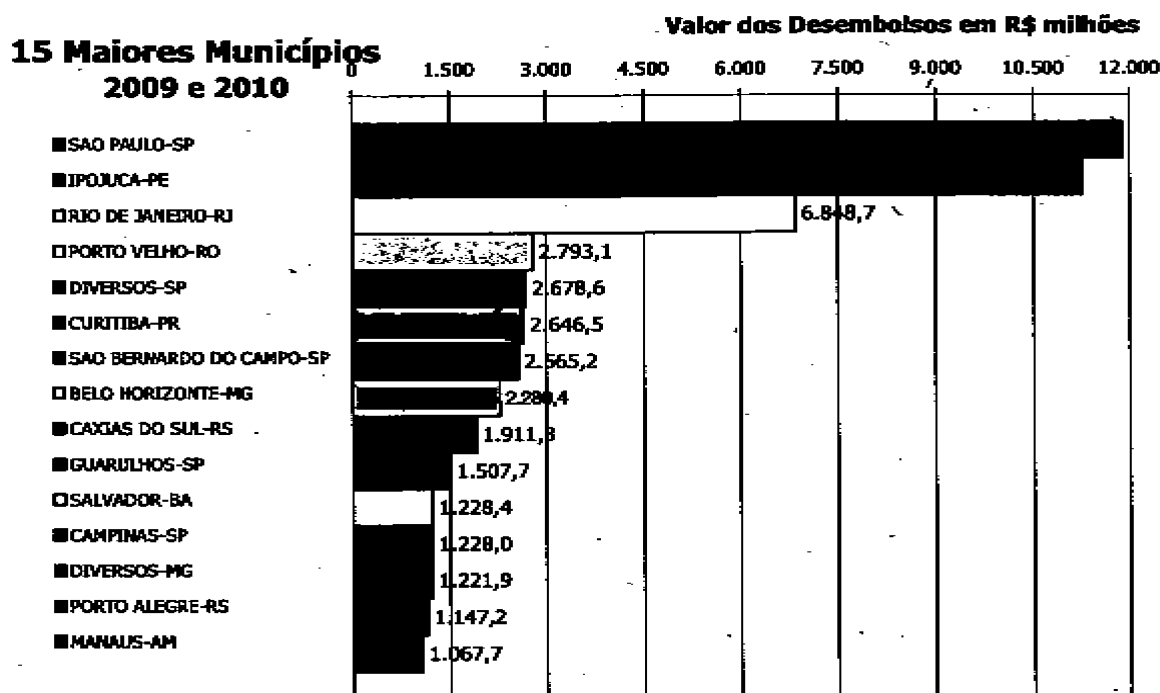
Região Geográfica	Part.na carteira %	Part.no PIB %
SUDESTE	43,5%	56,4%
NORDESTE	14,8%	13,1%
INTERREGIONAL	9,2%	0,0%
SUL	19,1%	16,6%
CENTRO OESTE	8,2%	8,9%
NORTE	5,1%	5,0%
Total	100%	100%

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

No gráfico abaixo são apresentados os desembolsos por unidade federativa:

Gráfico VI - Desembolsos por Unidade Federativa



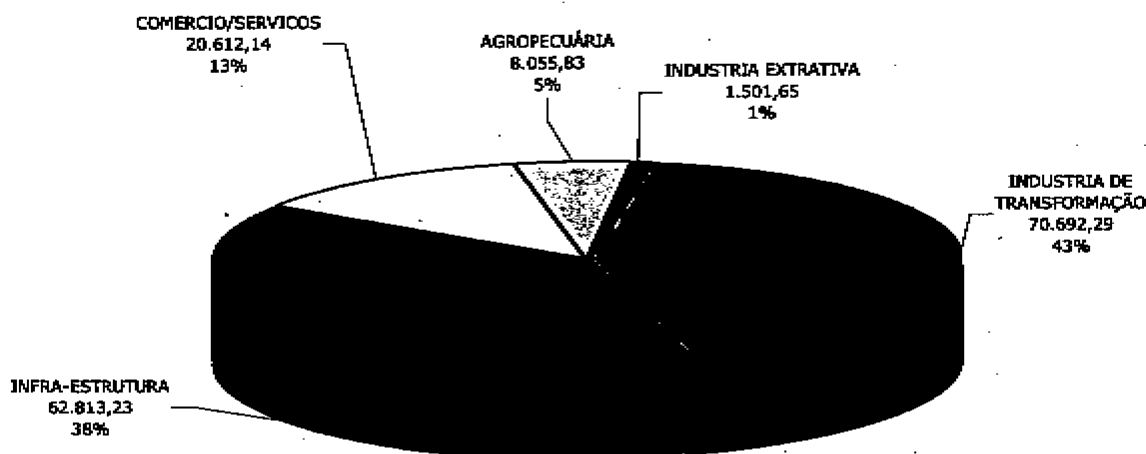
Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

Observa-se 102.091 projetos no estado de São Paulo, no total de R\$ 44,5 bilhões desembolsados, com destaque para o projeto da General Motors. Da quantidade total de projetos, no estado de São Paulo, verificou-se o percentual de 61% referente as Micros e Pequenas empresas. Já em relação à Modalidade Operacional 65% foi aplicado em operações da FINAME e 31% em operações do Cartão BNDES.

Em Pernambuco, foram totalizados 11.184 projetos, onde o maior é o da Refinaria Abreu e Lima S/A. Em Minas Gerais, foram encontrados 47.882 projetos, com destaque para o projeto da Votorantim Metais Zinco S/A.

Os valores classificados como "Interestadual IE" referem-se ao Projeto de apoio a Petrobras e ao projeto da Transportadora Associada de Gás – TAG, ambos contemplam mais de uma unidade federativa na aplicação dos recursos.

c. Análise Setorial**Gráfico VII - Desembolsos por Ramo de Atividade***Em Reais milhões***Ramo de Atividade
2009 e 2010**

Fonte: BNDES, RJ, 2010

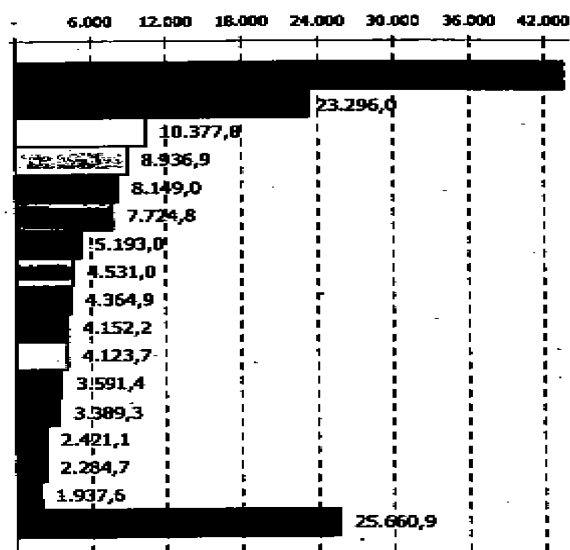
Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

O ramo da indústria de transformação teve uma participação de 43,2% nas operações realizadas, totalizando R\$ 70,7 bilhões, frente a uma participação de 38,4% do ramo de infraestrutura com R\$ 62,8 bilhões em desembolsos.

Dentro do ramo da indústria de transformação, merece destaque o gênero de atividade de fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, que absorveu R\$ 23,3 bilhões. Já no ramo de infraestrutura, o mais beneficiado foi o de transporte terrestre com desembolsos de R\$ 43,5 bilhões, destaque para os subsetores: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e transporte dutoviário (gasodutos). Outro setor de destaque foi o de eletricidade, gás e outras utilidades, com participação de R\$ 10,4 bilhões.

Gráfico VIII - Desembolsos por Gêneros de Atividade**Gênero de Atividade
2009 e 2010**

- TRANSPORTE TERRESTRE
- FAB.DE DERIVADOS DO PETRÓLEO E BIOCOMBUSTÍVEIS
- ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES
- FAB.VEÍCULOS AUTOM., REBOQUES E CARROCERIAS
- FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
- AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS
- METALURGIA
- FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
- COMÉRCIO VAREJISTA
- OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA
- TELECOMUNICAÇÕES
- COMÉRCIO POR ATACADO
- ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS
- FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS
- FAB.DE PROD.DE BORRACHA E DE MAT.PLÁSTICO
- ARMAZENAMENTO E ATIV.AUX.DOS TRANSPORTES
- DEMAIS GÊNEROS

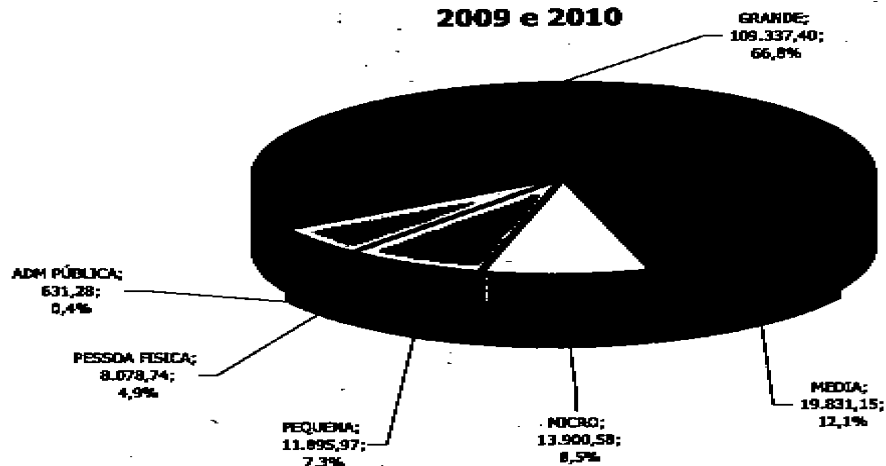
Valor dos Desembolsos em R\$ milhões

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

d. Análise Econômico Financeira**Gráfico IX - Desembolsos por Porte das Empresas****Porte do Cliente Final
2009 e 2010**

Em Reais milhões



Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

Os desembolsos beneficiaram, em sua maioria, empresas de grande porte, com 67% dos recursos. Tal concentração decorre da predominância das grandes empresas nos setores de infraestrutura, insumos básicos e bens de capital sob encomenda. Além disso, em julho de 2009 houve um repasse para a empresa Petróleo Brasileiro S/A no valor de R\$ 25 bilhões, o que contribuiu muito para o aumento da participação das Grandes empresas, se desconsiderarmos este valor, o percentual de participação de Grandes empresas passa a ser de 60%.

Cabe lembrar que as demandas de micros, pequenas e médias empresas, além das pessoas físicas, também são atendidas, apresentando juntas 356.815 projetos, o que corresponde a 89,3% do total da carteira em quantidade de projetos, sendo o valor aplicado no montante de R\$ 54,3 bilhões.

Tabela IX - Quantidade de Projetos por Porte das Empresas

2009 e 2010

Porte do Cliente Final	Quantidade de Projetos	Percentual
MICRO	155.907	39,0%
PEQUENA	81.035	20,3%
PESSOA FISICA	63.272	15,8%
MEDIA	56.352	14,1%
GRANDE	42.825	10,7%
ADM PÚBLICA	249	0,1%
Total	399.640	100%

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

Quanto ao custo financeiro, a carteira de projetos apoiados com recursos da Lei nº 11.948/09 e nº 12.249/10 apresentou uma média ponderada do índice Taxa líquida após equalização do BNDES de 1,73% a.a.

Esse índice corresponde à soma dos campos de Remuneração Básica do BNDES, Taxa de Risco de Crédito, Taxa de Intermediação Financeira, Fatores de Alteração, Remuneração BNDES e Custos Financeiro Adicional, acrescida da taxa de equalização, nas operações equalizáveis, ou de TJLP para as demais operações, reduzida do custo da moeda (TJLP, TJLP+1% a.a. ou TJLP+2,5% a.a.).

Tabela X - Média da taxa líquida após equalização por porte da empresa

2009 e 2010		
Em R\$ milhões		
Porte do Cliente Final	Valor da Liberação	Taxa Líquida após Equalização
GRANDE	112.430,65	2,01%
MEDIA	16.737,90	1,21%
MICRO	13.900,58	1,08%
PEQUENA	11.895,97	1,08%
PESSOA FISICA	8.078,74	1,00%
ADM PUBLICA	631,28	1,68%
Total	163.675,13	1,73%

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

O custo total ao tomador final foi de 7,32% ao ano, na média. Essa taxa corresponde à soma dos campos Remuneração Básica do BNDES, Taxa de Risco de Crédito, Taxa de Intermediação Financeira, Fatores de Alteração, Remuneração BNDES e Custos Financeiro Adicional, acrescida da Remuneração da Instituição Financeira Credenciada e pelo Custo Financeiro da moeda (Equivalente a TJLP nas operações onde não são cobrados juros fixos).

Tabela XI - Média do custo total pago pelo tomador final

2009 e 2010		
Em R\$ milhões		
Porte do Cliente Final	Valor da Liberação	Custo Total
GRANDE	112.430,65	7,56%
MEDIA	16.737,90	7,41%
MICRO	13.900,58	6,70%
PEQUENA	11.895,97	7,51%
PESSOA FISICA	8.078,74	4,80%
ADM PUBLICA	631,28	6,11%
Total	163.675,13	7,32%

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

Na tabela a seguir são apresentadas as médias das taxas cobradas nos programas utilizados pelas Micro e Pequenas Empresas:

Tabela XII - Média dos índices por Modalidade Operacional para Micro Empresa

2009 e 2010		
Modalidades	Valor da Liberação	Em R\$ milhões
		Taxa Líquida após Equalização
FINAME	12.746,65	0,99%
CARTÃO BNDES	799,05	2,09%
BNDES AUTOMATICO	220,64	1,91%
FINAME LEASING	131,20	1,39%
FINEM	3,03	2,19%
Total	13.900,58	1,08%

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

A modalidade "BNDES Automático", apoia projetos de implantação, ampliação, recuperação e modernização de empresas, incluindo obras civis, montagens e instalações; aquisição de equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES; capital de giro associado ao projeto; entre outros itens.

O financiamento se dá por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para realização de projetos cujo valor seja de até R\$ 10 milhões, no período de 12 meses, respeitado esse limite também por beneficiária.

Na modalidade FINEM, onde ocorre o apoio realizado diretamente pelo BNDES, foram observados os programas de apoio à cadeia produtiva do audiovisual e ao desenvolvimento da indústria nacional de software.

O Cartão BNDES é um produto que, baseado no conceito de cartão de crédito, visa financiar os investimentos das MPME's de forma simplificada. O produto consiste em uma linha de crédito rotativo e pré-aprovada, concedida ao beneficiário do cartão, pelo agente financeiro, com limite de até R\$ 1 milhão por banco emissor (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banrisul), taxa de juros atrativa, de 0,98% ao mês em janeiro de 2011, e pagamento em até 48 prestações mensais fixas, sem cobrança de tarifa e de anuidade.

Até dezembro de 2010, tivemos cerca de 345 mil cartões ativos válidos, somando mais R\$ 14,8 bilhões em créditos já concedidos para investimentos.

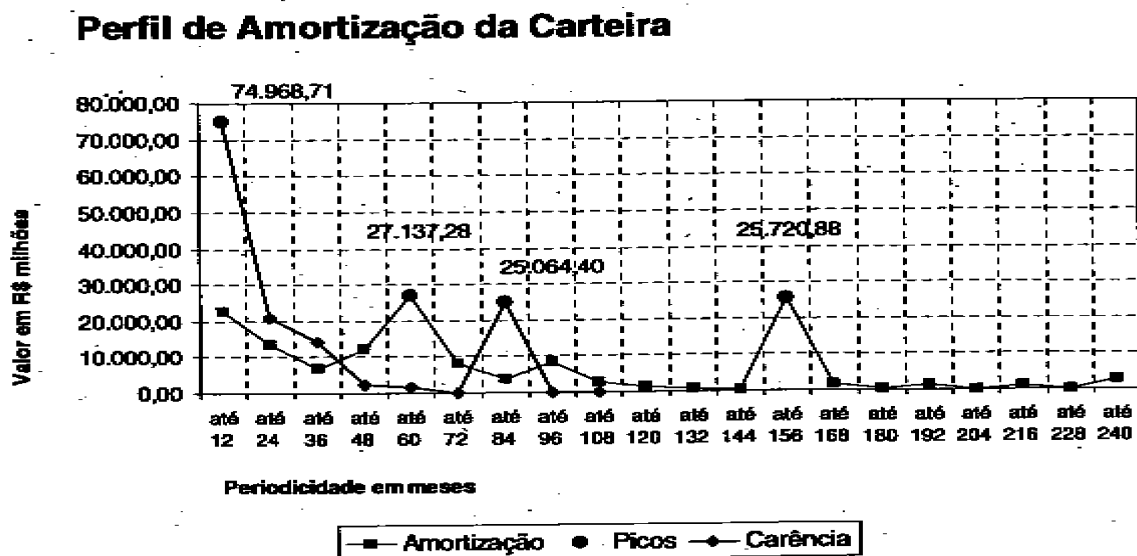
Existem mais de 26 mil Fornecedores credenciados e cerca de 145 mil produtos disponíveis para compra. Nos doze meses de 2010 foram realizadas mais de 336 mil transações, que representaram R\$ 4,8 bilhões em negócios. Para o ano de 2011, a previsão é que o total de desembolso chegue a R\$ 7 bilhões de reais.

As taxas médias encontradas no mercado referentes às operações com cartão de crédito para pessoa física estão estáveis em 10,69% em dezembro/2010¹. Esta taxa média implica em taxa anual equivalente de 238,3%.

O Produto FINAME Leasing tem por objetivo financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, destinados a operações de arrendamento mercantil. O financiamento será concedido à empresa arrendadora para a aquisição de máquinas e equipamentos, os quais serão, simultaneamente, arrendados à empresa usuária (arrendatária).

Em relação aos períodos de carência e amortização, o quadro a seguir demonstra o Perfil da Carteira.

Gráfico X - Prazos de Carência e Amortização.



¹ Fonte: Associação Nacional de Executivos de Finanças - ANEFAC

A carteira apresenta um pico de projetos finalizados no prazo de 156 meses, sendo R\$ 25 bilhões referentes ao Programa de Apoio a Petrobras. O próximo índice relevante aparece aos 60 meses, no valor de R\$ 27,1 bilhões, referente às operações da FINAME. Já em relação ao período de carência, foi observado um período representativo aos 12 meses, referente às operações realizadas, principalmente, com os programas Linha Bk Comercializacao, Bens de capital para ônibus e caminhão no PSI E PEC – Programa especial de crédito no volume total de R\$ 75 bilhões.

Analisando a taxa de investimento dos projetos beneficiados com os recursos provenientes da Lei nº 11.948/09 e nº 12.249/10, o BNDES financiou aproximadamente 100% do investimento total em 46% das operações, representando cerca de R\$ 75,3 bilhões. Desses projetos, R\$ 34,4 bilhões correspondem à modalidade de crédito FINAME e R\$ 23,7 bilhões à modalidade EXIM PRÉ-EMBARQUE.

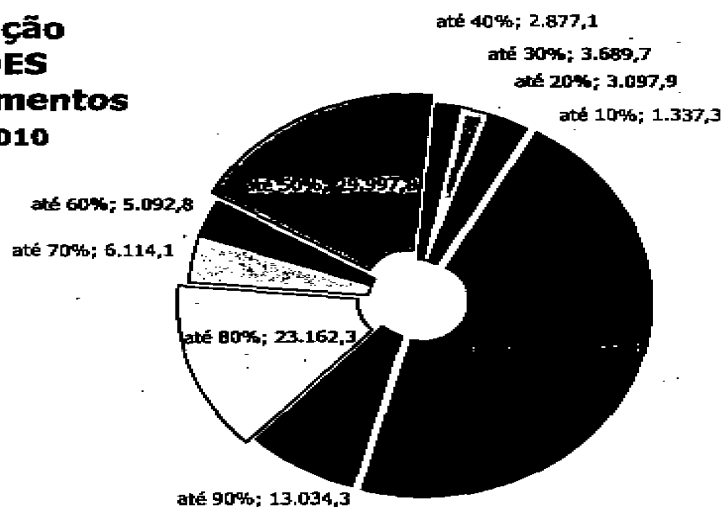
Outro percentual relevante foi encontrado na faixa de financiamento de até 50% do investimento total do projeto, com percentual equivalente a 18,3% das operações, totalizando R\$ 29,9 bilhões. A modalidade mais representativa foi FINEM.

O terceiro percentual mais praticado foi na faixa de até 80%, no montante de R\$ 23,1 bilhões. A modalidade de crédito registrada com maior frequência foi a FINAME.

Gráfico XI - Participação do BNDES no Investimento Total

**Participação
do BNDES
nos Investimentos
2009 e 2010**

Em Reais milhões



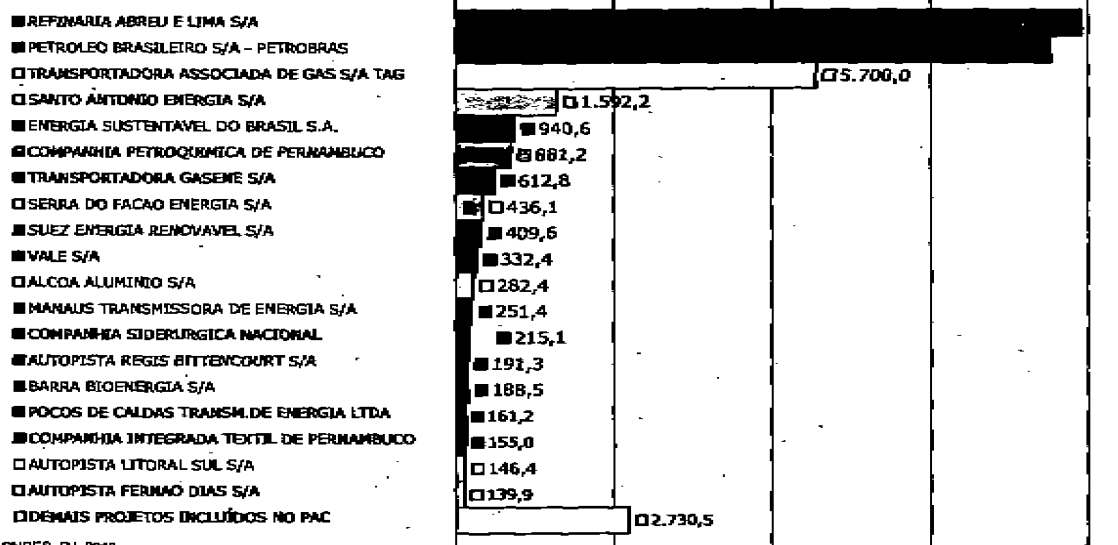
Fonte: BNDES, RJ, 2010
 Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

Uma contribuição importante dos recursos do Tesouro Nacional foi o financiamento de parte dos projetos que compõe o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Gráfico a seguir apresenta alguns projetos selecionados para a carteira da Lei nº11.948/09 e nº12.249/10.

Gráfico XII - Projetos incluídos no PAC

**Contribuição aos Projetos do PAC
2009 e 2010**

Valor dos Desembolsos em R\$ milhões



Fonte: BNDES, RJ, 2010
Autoria: BNDES/AF/DEFEI, RJ, 2010

No total de R\$ 163,7 bilhões desembolsados, R\$ 34,7 bilhões foram aplicados em projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

e. Maiores projetos no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010

Refinaria Abreu e Lima S/A

A Refinaria Abreu e Lima S.A. será implantada no Complexo Industrial Portuário de Suape, no município de Ipojuca (PE). A entrada em operação está prevista para 2011, com capacidade para processamento de 230 mil barris de petróleo por dia. A unidade estará preparada para processar 100% de petróleo pesado, produzindo derivados de baixo teor de enxofre. Seu mix de produtos será concentrado na produção de diesel, além de gás de cozinha (GLP), nafta petroquímica e coque.

Petróleo Brasileiro S/A Petrobras

Estão selecionados mais de 70 projetos nas áreas de exploração e produção em diferentes bacias petrolíferas no país. Também estão incluídos testes de longa duração e o projeto piloto de Tupi do pré-sal, na bacia de Santos. Os investimentos da Petrobras fazem parte do Plano Estratégico 2020, ano em que a empresa pretende se tornar uma das cinco maiores companhias integradas de energia do mundo. Para isso, a Petrobras cumpre vultoso plano de investimentos de US\$ 174,4 bilhões para o horizonte 2009/2013.

Transportadora Associada de Gás S/A (TAG)

A Petrobras vai incorporar todas as suas transportadoras de gás em uma só companhia, que se chamará Transportadora Associada de Gás (TAG). Gradualmente, a TAG vai absorver sete transportadoras nas quais a estatal tem participação acionária relevante, controle acionário ou 100% das ações.

PROCER - Programa de Crédito Especial Rural - Banco do Brasil S/A

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito em favor do Interessado, com a interveniência da União Federal, destinados a operações de crédito contratadas pelo Interessado no âmbito do Programa BNDES de Crédito Especial Rural - BNDES PROCER que tem por objetivo promover a competitividade das empresas dos setores agroindustrial e agropecuário brasileiros.

Santo Antônio Energia S/A (UHE Santo Antônio)

Construção da UHE Santo Antônio, com capacidade instalada de geração de 3.150 MW, no Rio Madeira, no município de Porto Velho - RO, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a central geradora. Projeto incluído no PAC.

TELEMAR Norte Leste 2009/2011

Implantação do Programa de Investimento da Empresa, relativo ao triênio 2009 - 2011.

Energia Sustentável do Brasil S.A. (UHE Jirau)

Construção da UHE Jirau, com capacidade instalada de geração de 3.300 MW, no Rio Madeira, no Município de Porto Velho - RO, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

Companhia Petroquímica de Pernambuco-COMPEPE/CITEPE/PTA-PET-PY.

Implantação de três plantas integradas para produzir ácido Tereftálico (pta), fios de poliéster e resina para embalagens Pet, todas no município de Ipojuca - PE, próximo ao porte de Suape.

Telecom – Tele Norte Leste - TNL PCS

Plano de investimento, para o período 2009 - 2011, na empresa TNL PCS S.A.

Transportadora GASENE

Implantação de Gasodutos de Transporte de Gás Natural, com cerca de 1.388 Km de extensão e capacidade de transporte de 20 milhões de m³ por dia, ligando o terminal de Cabiúnas-RJ até a cidade de Catu-BA. Projeto incluído no PAC.

COSAN

Implantação de unidade de produção de etanol, com capacidade de processamento de 4 milhões de ton/safra de cana-de-açúcar, bem como cogeração de energia elétrica de 105 MW, formação de lavoura de cana, investimentos ambientais e sociais voltados para a comunidade, no município de Jataí - GO e outros.

Fibria – Votorantim Papel Celulose S/A

Implantação, pela interveniente VCP-MS, de uma linha de produção de Celulose Branqueada de Eucalipto com capacidade de 1.300.000 toneladas/ano, no município de Três Lagoas - MS, além de investimentos sociais em áreas de influencia da empresa no período 2008/2009.

CEF - Habitação Popular.

Repasse de recursos à Caixa Econômica Federal para financiamento de infraestrutura em projetos de habitação popular no âmbito do programa do governo federal denominado "Minha Casa, Minha Vida - PMCMV", instituído pela MP nº 459, de 25/03/09.

Brasil Telecom S/A

Expansão da Infraestrutura de rede (Voz, Dados e Imagem) e de Tecnologia de Informação, de forma a dar continuidade ao cumprimento das metas de universalização e de qualidade e permitir a consolidação da empresa como uma multiprovedora de serviços de telecomunicações.

Serra do Facão Energia S/A (UHE Serra do Facão)

Implantação da usina hidrelétrica (UHE) Serra do Facão, com capacidade instalada de geração de 212,58 MW, localizada nos municípios de Catalão e Davinópolis, no estado de Goiás, bem como seu respectivo sistema de transmissão associado. Projeto incluído no PAC.

Suez Energia Renovável S/A (UHE Estreito)

Implantação da UHE Estreito, com capacidade instalada de geração de 1.087 MW, localizada no trecho médio do Rio Tocantins, entre os Municípios de Estreito - MA, Palmeiras do Tocantins - TO e Aguiarnópolis - TO, bem como do seu respectivo sistema de transmissão associado. Projeto incluído no PAC.

Anglo American Brasil Ltda

Expansão da produção da mina de Barro Alto para 3 milhões de toneladas / ano de minério (Base Seca) e implantação de uma unidade para produção de 36 mil toneladas / ano de níquel contido em ferro níquel, no município de Barro Alto (GO).

COMGAS Investimentos de 2009 a 2011.

Apoio ao Plano de Investimentos da empresa, no período compreendido entre 2009 e 2011.

4. Descrição dos Maiores Projetos no quarto trimestre de 2010.

PROCER - Programa de Crédito Especial Rural - Banco do Brasil S/A

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito em favor do Interessado, com a interveniência da União Federal, destinados a operações de crédito contratadas pelo Interessado no âmbito do Programa BNDES de Crédito Especial Rural - BNDES PROCER que tem por objetivo promover a competitividade das empresas dos setores agroindustrial e agropecuário brasileiros.

TELEMAR Norte Leste 2009/2011

Implantação do Programa de Investimento da Empresa, relativo ao triênio 2009 - 2011.

Companhia Petroquímica de Pernambuco-COMPEPE/CITEPE/PTA-PET-PY.

Implantação de três plantas integradas para produzir ácido Tereftálico (pta), fios de poliéster e resina para embalagens Pet, todas no município de Ipojuca - PE, próximo ao porte de Suape.

Telecom - Tele Norte Leste - TNL PCS

Plano de investimento, para o período 2009 - 2011, na empresa TNL PCS S.A.

CEF - Habitação Popular.

Repasse de recursos à Caixa Econômica Federal para financiamento de infraestrutura em projetos de habitação popular no âmbito do programa do governo federal denominado "Minha Casa, Minha Vida - PMCMV", instituído pela MP nº 459, de 25/03/09.

Brasil Telecom S/A

Expansão da Infraestrutura de rede (Voz, Dados e Imagem) e de Tecnologia de Informação, de forma a dar continuidade ao cumprimento das metas de universalização e de qualidade e permitir a consolidação da empresa como uma multiprovedora de serviços de telecomunicações.

Petróleo Brasileiro S/A Petrobras

Estão selecionados mais de 70 projetos nas áreas de exploração e produção em diferentes bacias petrolíferas no país. Também estão incluídos testes de longa duração e o projeto piloto de Tupi do pré-sal, na bacia de Santos. Os investimentos da Petrobras fazem parte do Plano Estratégico 2020, ano em que a empresa pretende se tornar uma das cinco maiores companhias integradas de energia do mundo. Para isso, a Petrobras cumpre vultoso plano de investimentos de US\$ 174,4 bilhões para o horizonte 2009/2013.

COSAN

Implantação de unidade de produção de etanol, com capacidade de processamento de 4 milhões de Ton/safra de cana-de-açúcar, bem como cogeração de energia elétrica de 105 MW, formação de lavoura de cana, investimentos ambientais e sociais voltados para a comunidade, no município de Jataí - GO e outros.

Manaus Transmissora de Energia S/A

Implantação da linha de transmissão Oriximina (PA) - Itacoatiara (AM) - Cariri (AM), em 500 Kv, com aproximadamente 586km de extensão, e das subestações Itacoatiara E Cariri.

5. Análise do Impacto sobre a Geração de Emprego e Renda

O BNDES utiliza metodologia específica para estimar o efeito emprego do investimento, ou seja, o total de empregos a serem mantidos e/ou criados por um determinado valor de investimento. De acordo com a metodologia utilizada pelo Modelo de Geração de Empregos, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o efeito emprego do investimento é composto por três componentes, a saber:

i. o efeito emprego direto do investimento – volume adicional de mão de obra a ser empregada diretamente pelo projeto e pelo empreendimento;

ii. o efeito emprego indireto do investimento – aumento do emprego gerado, ao longo da cadeia produtiva, pela expansão da produção necessária para atender a demanda de insumos decorrente do projeto e do empreendimento;

iii. o efeito emprego da renda gerada – criação de empregos associada ao aumento de produção, destinado a atender o crescimento de consumo, propiciado pela renda gerada através da remuneração dos fatores de produção empregados no projeto e no empreendimento.

Uma vez obtida a estimativa do efeito emprego de dado volume de investimento, pode-se estabelecer a seguinte decomposição:

i. efeito emprego do financiamento – a geração de empregos correspondente à parcela do investimento financiada pelo BNDES;

ii. efeito emprego do investimento próprio e de terceiros – o aumento de empregos associado à parcela do investimento financiada por recursos próprios do empreendedor do projeto, bem como por recursos de terceiros.

A expectativa é de que os investimentos apoiados pelas Linhas de Crédito do BNDES resultem na geração/manutenção de emprego e renda, seja de forma direta ou indireta, tendo em vista o efeito positivo desses investimentos sobre os demais setores da economia.

O Modelo de Geração de Emprego utiliza como base os dados constantes no Sistema de Contas Nacionais publicado pelo IBGE.

Na tabela a seguir, observa-se a alocação do investimento total por setor do Sistema de Contas Nacionais (SCN) do IBGE, considerando os desembolsos do BNDES, com recursos da Lei nº 11.948/09 e nº 12.249/10, acrescida da participação de outras fontes de recursos no financiamento do projeto.

Tabela XIII - Sistema de Contas Nacionais (Investimentos)

		Em reais mil
Cód.	Descrição da Atividade	Valor
01	Agropecuária	1.016.208
02	Extrativa mineral (exceto combustíveis)	0
03	Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	0
04	Fabricação de minerais não-metálicos	179.556
05	Siderurgia	907.751
06	Metalurgia dos não-ferrosos	172.503
07	Fabricação de outros produtos metalúrgicos	5.840.252
08	Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	50.276.262
10	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	3.771.080
11	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	2.365.153
12	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	52.158.345
13	Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	20.470.286
14	Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	479.462
15	Indústria de papel e gráfica	496.747
16	Indústria da borracha	499.669
17	Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	418.590
18	Refino de petróleo e indústria petroquímica	0
19	Fabricação de produtos químicos diversos	438.693
20	Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	104.083
21	Indústria de transformação de material plástico	999.471
22	Indústria têxtil	396.538
23	Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	58.069
24	Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	432.126
25	Indústria do café	335.990
26	Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	66.665
27	Abate e preparação de carnes	998.855
28	Resfriamento e preparação do leite e laticínios	12.799
29	Indústria do açúcar	171.142
30	Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras para alimentação	73.269
31	Outras indústrias alimentares e de bebidas	354.153
32	Indústrias diversas	984.389
33	Serviços industriais de utilidade pública	653.477
34	Construção civil	64.686.612
35	Comércio	411.558
36	Transporte	17.461
37	Comunicações	4.136
38	Instituições financeiras	1.254.311
39	Serviços prestados às famílias	773
40	Serviços prestados às empresas	10.337.961
41	Aluguel de imóveis	0
42	Administração pública	0
43	Serviços privados não-mercantis	0
Total		221.844.393

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

O BNDES desembolsou R\$ 163,7 bilhões, acumulados de janeiro de 2009 a dezembro de 2010, referentes à alocação de recursos pelo Tesouro Nacional através da Lei nº 11.948/09 e nº 12.249/10. Esta cifra possibilitou investimento total gerador de empregos (que considera também a participação de terceiros) superior a R\$ 221,8 bilhões e a manutenção/geração de mais de 5,19 milhões de empregos.

Tabela XIV - Geração e Manutenção de Empregos

Cód.	Descrição da Atividade - Nível 80	Em número de empregos (mil)			
		Efeito Direto	Efeito Indireto	Efeito Renda	Efeito Total
01	Agropecuária	12,03	65,54	280,64	358,21
02	Extrativa mineral (exceto combustíveis)	0,00	13,10	2,44	15,54
03	Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustív	0,00	4,32	2,99	7,31
04	Fabricação de minerais não-metálicos	1,19	59,12	6,10	66,42
05	Siderurgia	0,52	24,60	1,86	26,98
06	Metalurgia dos não-ferrosos	0,21	14,79	1,53	16,53
07	Fabricação de outros produtos metalúrgicos	35,26	162,57	18,14	215,98
08	Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	294,25	64,41	13,92	372,59
10	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	9,31	10,97	4,29	24,57
11	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	21,65	1,95	4,81	28,41
12	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	69,72	1,45	3,46	74,63
13	Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	86,57	48,65	6,99	142,22
14	Serriarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	7,93	46,02	23,98	77,93
15	Indústria de papel e gráfica	2,57	23,81	17,49	43,87
16	Indústria da borracha	0,98	13,25	2,43	16,66
17	Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	0,58	4,28	3,85	8,71
18	Refino de petróleo e indústria petroquímica	0,00	4,55	3,16	7,72
19	Fabricação de produtos químicos diversos	0,95	12,11	7,78	20,83
20	Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	0,34	0,33	11,14	11,81
21	Indústria de transformação de material plástico	8,45	31,37	10,70	50,52
22	Indústria têxtil	2,08	7,74	14,11	23,93
23	Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	1,64	2,83	75,27	79,73
24	Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	12,07	4,89	5,83	22,79
25	Indústria do café	0,98	0,23	1,88	3,09
26	Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	0,24	0,91	21,27	22,41
27	Abate e preparação de carnes	2,83	0,67	15,97	19,47
28	Resfriamento e preparação do leite e laticínios	0,03	0,09	5,49	5,61
29	Indústria do açúcar	0,47	0,87	4,33	5,66
30	Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras para aliment	0,05	0,25	2,09	2,39
31	Outras indústrias alimentares e de bebidas	2,08	3,20	44,09	49,37
32	Indústrias diversas	7,12	16,77	9,50	33,39
33	Serviços industriais de utilidade pública	1,26	17,27	17,41	35,94
34	Construção civil	409,46	21,55	10,79	441,80
35	Comércio	8,75	257,94	502,20	768,89
36	Transporte	0,22	100,15	129,36	229,73
37	Comunicações	0,01	14,46	22,16	36,63
38	Instituições financeiras	5,00	53,88	49,79	108,66
39	Serviços prestados às famílias	0,03	24,40	518,01	542,43
40	Serviços prestados às empresas	199,81	148,74	98,94	447,49
41	Aluguel de imóveis	0,00	1,50	17,21	18,71
42	Administração pública	0,00	18,51	16,47	34,98
43	Serviços privados não-mercantis	0,00	0,00	673,63	673,63
Total		1.206,6	1.304,0	2.683,5	5.194,2

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

O setor de comércio foi o que mais contribuiu para a manutenção/geração de emprego, viabilizando mais de 768 mil postos de trabalho (14,8%). Em segundo, muito próximo, temos o setor de serviços privados não-mercantis, com 673 mil postos (12,9%). Em terceiro, tem-se o setor de serviços prestados às famílias com mais de 542 mil empregos gerados/mantidos (10,4%), logo em seguida, tem-se o setor de serviços prestados às empresas com mais de 447 mil empregos gerados/mantidos (8,6%). Cabe ressaltar que este setor possui importância vital no processo de absorção de mão de obra tanto direta quanto indiretamente. Também merecem destaque os setores de construção civil e fabricação e manutenção de máquinas e tratores (8,5%) e (7,2%), respectivamente, que, em conjunto, viabilizaram mais de 814 mil postos de trabalho.

6. Glossário

BNDES AUTOMÁTICO	Financiamento a projeto de investimento de valor inferior a R\$ 10 milhões.
CARTÃO BNDES	Crédito rotativo pré-aprovado, destinado a micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas. Utilizado para a aquisição de bens e insumos.
EXIM	Operações de crédito para o financiamento de produção para Exportação e/ou de Importação de produtos brasileiros no exterior
FINAME	Financiamentos para a produção e comercialização de Máquinas e Equipamentos
FINEM	Financiamentos a projetos de investimento de valor superior a R\$ 10 milhões
PRÉ-EMBARQUE	Modalidade de operação de crédito que financia a produção para exportação
PROJECT FINANCE	Engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto, servindo como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo empreendimento.
PRÉ-SAL	É um gigantesco reservatório de petróleo e gás natural, localizado nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. Estas reservas estão localizadas abaixo da camada de sal (que podem ter até 2 km de espessura). Portanto, se localizam de 5 a 7 mil metros abaixo do nível do mar.
PASS	Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro
PROCER	Programa de Crédito Especial Rural
MINHA CASA/MINHA VIDA	O Minha Casa, Minha Vida viabiliza a construção de 1 milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos, em parceria com estados, municípios e iniciativa privada.
EMPRÉSTIMO PONTE	Trata-se da concessão de recursos no período de estruturação de operações de longo prazo, de modo a agilizar a realização de investimentos.
LIMITE DE CRÉDITO	Trata-se de um crédito rotativo para sociedades empresariais clientes do BNDES, adimplentes por prazo igual ou superior a 5 (cinco) anos e que, portanto, apresentam baixo risco de crédito -, cujo objetivo é acelerar a realização de investimentos no País, mediante simplificação dos procedimentos de apoio financeiro.
OPERAÇÕES INTERREGIONAIS	Operações de crédito que beneficiam mais de uma unidade da federação
BACIA DE SANTOS	A Bacia de Santos é uma bacia sedimentar localizada na plataforma continental brasileira. Estende-se desde o litoral sul do estado do Rio de Janeiro até o norte do estado de Santa Catarina, abrangendo uma área de cerca de 352 mil quilômetros quadrados.
TUPI	O campo petrolífero de Tupi está localizado a 250 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, com reservas estimadas entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo de alta qualidade, ou seja, petróleo leve, além de gás natural.
CESTA DE MOEDAS	Os Encargos da Cesta de Moedas (ECM) referem-se às condições financeiras para a concessão de financiamento com equivalência em dólares americanos mediante a utilização de recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira.
SUAPE	O Complexo Industrial e Portuário de Suape é o mais completo pólo para a localização de negócios industriais e portuários da Região Nordeste. Dispondo de uma infraestrutura completa para atender às necessidades dos mais diversos empreendimentos.

7. Lista de Siglas

ACC	Adiantamento de Contrato de Câmbio
AF	Área Financeira
APE	Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
MPME	Micro, Pequena e Média Empresa
PIB	Produto Interno Bruto
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
PSI	Programa de Sustentação do Investimento
TAG	Transportadora Associada de Gás
E&P	Exploração e Produção
RNEST	Refinaria do Nordeste
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
MW	Megawatt
SFN	Sistema Financeiro Nacional
MP	Medida Provisória

Anexo I - Detalhamento dos municípios beneficiados

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
ABADIA DE GOIÁS-GO	3.729.335,13	ACCOBACA-BA	1.314.306,38
ABADIA DOS DOURADOS-MG	11.485.158,08	ALDEIAS ALTAS-MA	1.958.200,00
ABADIANIA-GO	3.391.566,33	ALEGRE-MS	11.200,00
ABAETE-MG	7.334.204,98	ALEGRE-ES	59.655.631,44
ABATETUBA-PA	3.682.567,67	ALEGRETE DO PIAUI-PI	37.760,65
ABAIARA-CE	329.220,00	ALEGRETE-RS	47.247.116,64
ABAIRA-BA	3.004.499,72	ALEGRIA-RS	1.318.600,00
ABARE-BA	243.600,00	ALEM PARAIBA-MG	19.332.706,29
ABATIA-PR	13.138.941,89	ALENQUER-PA	976.063,43
ABDON BATISTA-SC	7.580.598,32	ALEXANDRIA-RN	213.508,94
ABEL FIGUEIREDO-PA	574.142,29	ALEXANDRIA-GO	57.546.910,21
ABELARDO LUZ-SC	15.105.936,96	ALFENAS-MG	34.359.808,96
ABRE CAMPO-MG	3.555.141,76	ALFREDO CHAVES-ES	19.868.061,44
ABREU E LIMA-PE	27.934.661,95	ALFREDO MARCONDES-SP	647.065,00
ABREU LANCIA-TO	1.723.334,00	ALFREDO VASCONCELOS-MG	698.953,32
ACAIACA-MG	33.584,35	ALFREDO WAGNER-SC	4.670.740,66
ACAILANDIA-MA	27.410.637,08	ALGODÃO DE JANDAÍRA-PB	196.200,00
ACAUTUBA-BA	81.311,00	ALHANDRA-PB	1.421.194,77
ACARA-PA	1.564.982,29	ALIANÇA DO TOCANTINS-TO	1.346.080,00
ACARAPE-CE	19.462.564,47	ALIANÇA-PE	2.263.880,00
ACARAU-CE	981.168,16	ALMADINA-BA	181.000,00
ACARI-RN	927.363,63	ALMAS-TO	769.140,00
ACEGUA-RS	15.621.959,55	ALMERIM-PA	94.542.520,96
ACIPOLANDIA-CE	729.703,01	ALMENARA-MG	2.473.654,42
ACRIZAL-MT	3.257.879,00	ALMIRANTE AFONSO-RN	63.878,48
ACRELANDIA-AC	1.504.575,84	ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL-RS	3.689.007,32
ACREUNA-GO	14.583.130,46	ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR	31.707.641,53
ACUCENA-MG	66.440.419,00	ALONDIA-GO	90.000,00
AQU-RR	14.008.901,56	ALPERCATA-MG	4.153.500,53
ADAMANTINA-SP	37.600.911,87	ALPESIRE-RS	1.862.495,00
ADELANDIA-GO	24.999,99	ALPINOPOLIS-MG	11.665.845,01
ADOLFO-SP	1.091.010,00	ALTA FLORESTA D'OESTE-RO	8.403.835,84
ADRIANOPOLIS-PR	5.883.195,66	ALTA FLORESTA-MT	16.538.264,40
ADUSTINA-BA	1.034.225,00	ALTAL-SP	2.960.598,61
AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE	4.260.090,55	ALTAMIRA DO MARANHÃO-MA	163.600,00
AFONSO CLAUDIO-ES	9.632.780,26	ALTAMIRA DO PARANÁ-PR	131.850,00
AFRÂNIO-PE	1.060.513,44	ALTAMIRA-PA	5.331.710,69
AFUA-PA	20.749,03	ALTANEIRA-CE	71.100,00
AGRESTINA-PE	643.355,55	ALTEROSA-MG	1.412.607,96
AGROLANDIA-SC	7.672.578,98	ALTINHO-PE	1.143.800,00
AGROVONICA-SC	4.787.209,87	ALTINOPOLIS-SP	18.092.326,16
AGUA AZUL DO NORTE-PA	562.955,69	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO-MA	220.000,00
AGUA BOA-MG	2.135.734,91	ALTO ALEGRE DO PARECIS-RO	677.294,64
AGUA BOA-MT	33.582.699,07	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA	315.716,30
AGUA BRANCA-AL	251.900,00	ALTO ALEGRE-RS	1.067.082,43
AGUA BRANCA-PB	446.300,00	ALTO ALEGRE-SP	4.501.435,00
AGUA BRANCA-PI	441.965,60	ALTO ARAQUAIA-MT	1.739.637,22
AGUA CLARA-MS	34.753.067,62	ALTO BELA VISTA-SC	948.200,00
AGUA COMPRIDA-MG	705.891,60	ALTO BOA VISTA-MT	901.800,00
AGUA DOCE DO MARANHÃO-MA	119.520,00	ALTO CAPARÃO-MG	25.809,06
AGUA DOCE DO NORTE-ES	2.884.605,00	ALTO DO RODRIGUES-RN	1.277.816,88
AGUA DOCE-SC	182.433.867,69	ALTO FELIZ-RS	1.101.898,60
AGUA FRIA DE GOIÁS-GO	4.979.716,00	ALTO GARCAS-MT	8.463.465,92
AGUA FRIA-BA	179.115,03	ALTO HORIZONTE-GO	623.760,00
AGUA LIMPA-GO	203.000,00	ALTO JEQUITUBA-MG	475.650,00
AGUA PRETA-PE	1.379.965,80	ALTO LONGA-PI	430.164,36
AGUA SANTA-RS	5.445.491,34	ALTO PARAGUAI-MT	657.000,00
AGUAÍ-SP	12.230.149,81	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO	1.323.319,99
AGUANIL-MG	1.487.545,10	ALTO PARAÍSO-PR	1.984.942,00
AGUAS BELAS-PE	1.711.080,00	ALTO PARAÍSO-RO	2.485.965,99
AGUAS DA PRATA-SP	1.530.231,73	ALTO PARAÍSO-PR	5.065.058,06
AGUAS DE CHAPECO-SC	2.416.878,49	ALTO PARNAÍBA-MA	2.180.207,72
AGUAS DE LINDOIA-SP	3.629.056,85	ALTO PIQUIRI-PR	3.514.782,65
AGUAS DE SANTA BARBARA-SP	2.097.611,50	ALTO RIO DOCE-MG	883.511,97
AGUAS DE SÃO PEDRO-SP	97.656,53	ALTO RIO NOVO-ES	569.500,00
AGUAS FORMOSAS-MG	2.653.876,87	ALTO SANTO-CE	2.213.194,88
AGUAS FRUAS-SC	17.436.961,60	ALTO TAQUARI-MT	102.349.931,83
AGUAS LINDAS DE GOIÁS-GO	7.123.683,77	ALTONIA-PR	4.292.642,88
AGUAS MORNAS-SC	752.568,78	ALTOS-PI	1.213.992,66
AGUAS VERMELHAS-MG	1.190.085,85	ALUMÍNIO-SP	80.011.315,96
AGUDOS-RS	11.758.950,38	ALVARAES-AM	315.000,00
AGUDOS DO SUL-PR	3.722.760,00	ALVARES FLORENCE-SP	4.751.147,90
AGUDOS-SP	10.897.093,99	ALVARES MACHADO-SP	21.294.445,77
AGUA BRANCA-ES	409.580,74	ALVARO DE CARVALHO-SP	145.707,00
AGUARNOPOLIS-TO	1.051.846.550,00	ALVINLANDIA-SP	376.864,00
AIMORES-MG	2.594.142,97	ALVINOPOLIS-MG	544.118,54
AJQUARA-BA	19.480,70	ALVORADA DE MINAS-MG	100.800,00
AJUBA-CE	999.837,88	ALVORADA DO GURGUEIA-PI	175.000,00
AJURUOCA-MG	855.000,00	ALVORADA DO NORTE-GO	1.809.896,45
AJURICABA-RS	7.918.162,68	ALVORADA DO SUL-PR	5.584.601,09
ALAGOA GRANDE-PB	565.032,70	ALVORADA D'OESTE-RO	1.680.730,48
ALAGOA NOVA-PB	325.792,88	ALVORADA-RS	56.232.717,42
ALAGOA-MG	612.328,00	ALVORADA-TO	2.173.056,18
ALAGOINHA-PB	224.322,71	AMABAI-MS	14.207.515,09
ALAGOINHA-PE	244.500,00	AMAPA-AP	130.780,00
ALAGOINHAS-BA	68.526.798,84	AMAPORA-PR	1.258.435,00
ALAMBARI-SP	181.700,00	AMARAJI-PE	892.000,00
ALBERTINA-MG	2.472.391,00	AMARAL FERRADOR-RS	1.044.055,60
ALCANTIL-PB	525.100,00	AMARALIA-GO	485.966,00
ALCINOPOLIS-MS	2.317.612,00	AMARANTE DO MARANHÃO-MA	517.800,00

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
AMARANTE-PI	31.422,72	ARACATU-BA	1.227.557,66
AMARGOSA-BA	2.426.467,48	ARACATUBA-SP	116.143.859,27
AMELIA RODRIGUES-BA	8.362.134,54	ARACI-BA	2.240.609,66
AMERICA DOURADA-BA	293.484,03	ARACOIABA DA SERRA-SP	7.478.371,67
AMERICANA-SP	141.659.077,58	ARACOIABA-CE	872.672,64
AMERICANO DO BRASIL-GO	726.939,71	ARACOIABA-PE	591.900,00
AMERICO BRASILIENSE-SP	61.402.343,24	ARACRUZ-ES	85.658.274,34
AMERICO DE CAMPOS-SP	373.480,47	ARACUAI-MG	3.257.309,59
AMETISTA DO SUL-RS	6.854.250,00	ARACU-GO	40.000,00
AMONTADA-CE	1.469.250,00	ARAGARCAS-GO	300.461,30
AMORINOPOLIS-GO	683.562,32	ARAGODIANIA-GO	186.800,00
AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE	393.000,00	ARAGOMINAS-TO	760.483,00
AMPARO DO SERRA-MG	104.924,92	ARAGUACEMA-TO	743.374,40
AMPARO-PB	147.879,56	ARAGUACU-TO	2.379.905,92
AMPARO-SP	44.241.273,35	ARAGUAINHA-MT	842.643,16
AMPERE-PR	13.756.073,90	ARAGUAINHA-TO	64.979.172,61
ANADIA-AL	283.581,33	ARAGUAINHA-MT	144.333,93
ANAGE-BA	228.698,55	ARAGUAINHA-MA	676.460,00
ANANÍ-PR	1.246.316,73	ARAGUANA-TO	966.499,40
ANAJATUBA-MA	942.000,00	ARAGUAPAZ-GO	1.578.736,18
ANALANDIA-SP	4.477.583,64	ARAGUARI-MG	70.649.359,98
ANANIAS-TO	2.242.188,54	ARAGUATINS-TO	18.802,97
ANANINDEUA-PA	111.890.115,49	ARACOS-MA	559.732,40
ANAPOLIS-GO	235.593.776,57	ARAL MOREIRA-MS	6.756.195,47
ANAPU-PA	350.000,00	ARAMARI-BA	936.038,02
ANAPURUS-MA	1.570.149,80	ARAMBARE-RS	1.328.971,76
ANASTACIO-MS	4.340.998,22	ARAME-MA	584.300,00
ANAURILANDIA-MS	2.332.741,12	ARAMINA-SP	1.173.825,16
ANCHIETA-ES	2.717.984,79	ARANDU-SP	1.234.221,74
ANCHIETA-SC	5.568.285,81	ARANTINA-MG	762.488,55
ANDARAÍ-BA	101.181,60	ARAPÉ-SP	300.880,00
ANDARAÍ-PR	9.215.852,59	ARAPITACA-AL	31.956.963,65
ANDARAÍ-MA-BA	191.694,84	ARAPOEMA-TO	1.961.283,20
ANDARAÍ-MG	12.373.168,28	ARAPONGA-MG	703.565,85
ANDARAÍ-SP	179.851.244,69	ARAPONGAS-PR	81.043.431,00
ANDRE DA ROCHA-RS	2.522.850,00	ARAPORA-MG	4.829.953,56
ANDRELANDIA-MG	2.290.144,06	ARAPOTI-PR	17.899.724,67
ANGATUBA-SP	12.927.656,71	ARAPUA-MG	2.066.097,18
ANGELANDIA-MG	628.850,12	ARAPUA-PR	2.358.593,57
ANGELICA-MS	28.625.184,15	ARAPUTANGA-MT	3.465.795,49
ANGELIM-PE	112.500,00	ARAQUARI-SC	23.214.484,94
ANGELINA-SC	15.647.978,73	ARARANGUA-SC	55.828.510,78
ANGICAL DO ITAÚ-PI	1.026,77	ARARA-PB	360.400,00
ANGICAL-BA	1.856.090,78	ARARAQUARA-SP	195.090.915,58
ANGICOS-RN	395.317,12	ARARAS-SP	54.343.873,09
ANGRA DOS REIS-RJ	168.930.011,51	ARARICA-RS	2.318.997,30
ANGULO-PR	1.163.727,03	ARARI-MA	140.000,00
ANHEMBI-SP	4.820.340,00	ARARIPE-CE	644.660,90
ANILIMAS-SP	278.976,57	ARARIPINA-PE	18.251.536,79
ANILIN-GO	2.866.180,68	ARARUAMA-RJ	41.004.568,84
ANISIO DE ABREU-PI	513.334,20	ARARUNA-PB	76.342,88
ANITA GARIBALDI-SC	371.601,67	ARARUNA-PR	11.488.234,41
ANITAPOLIS-SC	1.039.747,20	ARATIBA-RS	3.011.999,81
ANTA GORDA-RS	5.819.447,79	ARATUBA-CE	169.280,00
ANTAS-BA	36.558,82	ARAUÁ-SE	678.916,24
ANTONINA DO NORTE-CE	270.300,00	ARAUCARIA-PR	186.468.047,85
ANTONINA-PR	231.035,94	ARAÚDOS-MG	758.228,18
ANTONIO ALMEIDA-PI	806.047,06	ARAXÁ-MG	62.346.643,71
ANTONIO CARLOS-MG	1.257.106,21	ARCEBURGO-MG	2.288.945,86
ANTONIO CARLOS-SC	7.534.363,31	ARCO-IRIS-SP	245.601,60
ANTONIO DIAS-MG	3.577.533,52	ARCOIS-MG	59.700.831,37
ANTONIO GONCALVES-BA	159.830,00	ARCOVERDE-PE	12.417.091,69
ANTONIO JOAO-MS	3.731.766,90	AREAO-MG	1.243.793,38
ANTONIO OLINTO-PR	3.369.226,10	AREAL-RJ	1.761.141,21
ANTONIO PRADO-RS	48.520.904,05	AREALVA-SP	1.737.244,94
APARECIDA DE GOIANIA-GO	232.412.303,54	AREIA BRANCA-RN	6.599.074,33
APARECIDA DO RIO DOCE-GO	568.300,00	AREIA BRANCA-SE	1.160.450,07
APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	1.371.428,00	AREIAL-PB	704.000,00
APARECIDA DO TABOADO-MS	2.260.062,92	AREIA-PB	374.629,58
APARECIDA D'OESTE-SP	635.266,70	AREIAS-SP	67.900,00
APARECIDA-SP	6.044.033,54	AREIOPOLIS-SP	4.732.634,36
APERIBE-RJ	1.093.679,64	ARENAPOLIS-MT	859.884,29
APIACAS-ES	272.000,00	ARENOPOLIS-GO	733.215,00
APIACAS-MT	1.670.763,00	ARGIRITA-MG	132.600,00
APIAI-SP	9.690.918,22	ARINOS-MG	2.280.370,28
APIUNA-SC	6.163.833,60	ARIPUANA-MT	105.139.557,60
APODI-RN	924.165,67	ARIQUENES-RO	34.878.088,69
APORA-BA	205.911,62	ARIRANHA DO IVAÍ-PR	897.113,16
APORÉ-GO	1.343.885,42	ARIRANHA-SP	70.885.401,75
APUCARAMA-PR	67.975.122,88	ARMAÇÃO DE BUZIOS-RJ	1.899.238,56
APUI-AM	611.826,63	ARMAGEM-SC	14.938.718,81
APULARES-CE	60.000,00	AROALES-PI	305.820,00
AQUIDABA-SE	637.361,73	AROEIRAS-PB	279.764,28
AQUIDAUANA-MS	3.970.140,29	ARRAIAS DO CABO-RJ	1.090.670,21
AQUIRAZ-CE	29.396.064,69	ARRAIAS-TO	976.255,30
ARABUTA-SC	2.697.321,00	ARROIO DO MEIO-RS	15.431.329,13
ARACAJU-SE	142.138.713,75	ARROIO DO PADRE-RS	1.086.168,50
ARACARIGUAMA-SP	16.120.915,73	ARROIO DO SAL-RS	715.785,81
ARACAS-BA	27.600,00	ARROIO DO TIGRE-RS	4.169.196,77
ARACATI-CE	4.558.549,97	ARROIO DOS RATOS-RS	3.927.547,66

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
ARROIO GRANDE-RS	14.231.744,28	BARCARENA-PA	44.608.558,71
ARROIO TRUNTA-SC	10.297.896,25	BARRI-SP	24.207.100,45
ARTUR NOGUEIRA-SP	14.823.010,12	BARRA BONITA-SC	1.278.818,57
ARUANA-GO	912.406,00	BARRA BONITA-SP	148.821.774,95
ARUA-SP	122.707.584,06	BARRA DA ESTIVA-BA	1.932.083,77
ARVOREDO-SC	972.000,00	BARRA DE GUABIRABA-PE	1.451.405,75
ARVOREZINHA-RS	5.795.238,59	BARRA DE SANTA ROSA-PB	186.420,93
ASCURRA-SC	2.072.044,95	BARRA DE SÃO FRANCISCO-ES	16.358.961,22
ASPASIA-SP	489.692,99	BARRA DE SÃO MIGUEL-AL	731.200,00
ASSAI-PR	18.158.758,51	BARRA DO BUGRES-MT	26.138.831,91
ASSARE-CE	1.101.500,00	BARRA DO CHAPEU-SP	581.651,00
ASSIS BRASIL-AC	104.185,33	BARRA DO CHOÇA-BA	1.103.745,10
ASSIS CHATEAUBRIAND-PR	34.076.489,16	BARRA DO CORDA-MA	4.294.585,52
ASSIS-SP	45.696.086,98	BARRA DO GARCAS-MT	13.233.097,26
ASSUNCAO-PB	139.116,37	BARRA DO GUARITA-RS	346.586,07
ASTOLFO DUTRA-MG	12.422.049,56	BARRA DO JACARE-PR	1.632.881,09
ASTORGA-PR	31.272.429,43	BARRA DO MENDES-BA	370.814,41
ATALAIA-AL	5.308.436,04	BARRA DO PIRAI-RJ	21.422.182,76
ATALAIA-PR	1.264.669,62	BARRA DO QUARAI-RS	5.368.714,20
ATALANTA-SC	2.395.987,42	BARRA DO RIBEIRO-RS	2.938.518,26
ATALEIA-MG	853.313,61	BARRA DO RIO AZUL-RS	258.913,60
ATIBAIA-SP	98.503.567,15	BARRA DO ROCHA-BA	77.200,00
ATILIO VIVACQUA-ES	7.983.385,48	BARRA DO TURVO-SP	35.000,00
AUGUSTINOPOLIS-TO	860.808,27	BARRA DOS COQUEIROS-SE	157.400,00
AUGUSTO CORREA-PA	101.762,10	BARRA FUNDA-RS	11.863.615,98
AUGUSTO DE LIMA-MG	1.445.901,60	BARRA LONGA-MG	171.000,00
AUGUSTO PESTANA-RS	5.148.159,68	BARRA MANSA-RJ	83.993.033,32
AUREA-RS	3.330.423,99	BARRA VELHA-SC	9.774.501,94
AURELINO LEAL-BA	185.999,53	BARRA-BA	931.742,81
AURIFLAMA-SP	5.095.194,74	BARRACAO-PR	20.175.000,00
AURILANDIA-GO	48.000,00	BARRACAO-RS	5.876.907,70
AURORA DO PARA-PA	564.820,00	BARRAS-PI	769.950,00
AURORA DO TOCANTINS-TO	106.800,00	BARREIRA-CE	142.307,85
AURORA-CE	2.013.634,99	BARREIRAS DO PIAUI-PI	2.841.987,69
AURORA-SC	10.821.368,92	BARREIRAS-BA	77.043.397,89
AVAI-SP	2.031.680,30	BARREIRINHAS-MA	210.480,00
AVANHANDAVA-SP	3.342.800,52	BARREIROS-PE	9.029.735,36
AVARE-SP	38.414.339,74	BARRETOS-SP	155.125.497,81
AVELINO LOPES-PI	41.372,40	BARRINHA-SP	4.911.424,39
AVELINOPOLIS-GO	1.151.000,00	BARRO ALTO-BA	1.333.176,70
AXIXA DO TOCANTINS-TO	113.000,00	BARRO ALTO-GO	368.143.419,18
BABACULANDIA-TO	19.872.527,11	BARROCAS-BA	23.694,31
BACABAL-MA	8.717.688,80	BARRO-CE	531.974,28
BACABEIRA-MA	9.910.683,11	BARROLANDIA-TO	690.724,43
BADY BASSITT-SP	21.234.637,03	BARROQUINHA-CE	802.119,00
BAEPENDI-MG	4.959.125,47	BARROS CASSAL-RS	4.319.425,46
BAGE-RS	31.577.118,28	BARROSO-MG	6.439.771,68
BAIA FORMOSA-RN	995.041,60	BARUERI-SP	703.240.027,47
BALANOPOLIS-BA	1.148.076,60	BASTOS-SP	18.888.340,94
BALAO-PA	124.600,00	BATAGUASSU-MS	2.466.450,94
BADJA GRANDE DO RIBEIRO-PI	38.764.233,36	BATALHA-AL	288.092,00
BADJA GRANDE-BA	257.164,80	BATALHA-PI	333.789,68
BADJO GUANDU-ES	6.695.385,78	BATATAIS-SP	152.603.216,86
BALBINO-SP	133.800,00	BATAYPORA-MS	9.400.132,84
BALDIM-MG	2.891.366,81	BATURITE-CE	1.473.201,81
BALNEARIO ARROIO DO SILVA-SC	1.971.525,77	BAURUP-SP	129.918.667,85
BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	1.949.644,88	BAVELUX-PB	12.262.919,65
BALNEARIO CAMBORIU-SC	27.236.352,20	BEBEDOURO-SP	60.548.428,57
BALNEARIO GATVOTA-SC	2.282.241,78	BEBERIBE-CE	3.883.379,40
BALNEARIO PICARRAS-SC	12.123.613,80	BELA CRUZ-CE	138.506,74
BALNEARIO PINHAL-RS	1.336.531,82	BELA VISTA DA CAROBA-PR	187.400,80
BALSA NOVA-PR	18.009.483,28	BELA VISTA DE GOIAS-GO	11.168.325,46
BALSAMO-SP	2.735.787,28	BELA VISTA DE MINAS-MG	5.637.539,70
BALSAS-MA	38.332.556,73	BELA VISTA DO MARANHÃO-MA	126.360,00
BAMBUI-MG	29.293.225,88	BELA VISTA DO PARAÍSO-PR	15.950.000,61
BANABITU-CE	508.449,60	BELA VISTA DO TOLDOS-SC	2.808.291,80
BANANAL-SP	147.975,16	BELA VISTA-MS	5.875.934,33
BANANEIRAS-PB	42.183,26	BELEM DE MARIA-PE	150.000,00
BANDEIRA DO SUL-MG	480.077,47	BELEM DE SÃO FRANCISCO-PE	685.727,05
BANDEIRA-MG	551.796,00	BELEM-AL	1.326.600,00
BANDEIRANTES DO TOCANTINS-TO	1.262.743,95	BELEM-PA	347.238.133,38
BANDEIRANTE-SC	3.680.340,19	BELEM-PB	543.696,34
BANDEIRANTES-MS	4.056.220,23	BELFORD ROXO-RJ	34.292.939,14
BANDEIRANTES-PR	4.231.232,57	BELMIRO BRAGA-MG	194.500,00
BANNACH-PA	346.615,60	BELMONTE-BA	808.774,15
BANZAE-BA	462.813,00	BELMONTE-SC	3.570.711,28
BARAO DE ANTONINA-SP	426.757,03	BELO CAMPO-BA	139.498,20
BARAO DE COCAIS-MG	5.238.310,97	BELO HORIZONTE-MG	2.280.420.557,62
BARAO DE COTEGIPE-RS	6.084.250,46	BELO JARDIM-PE	32.343.221,88
BARAO DE GRAJAU-MA	3.503.760,00	BELO ORIENTE-MG	2.650.309,45
BARAO DE MELGACO-MT	187.002,00	BELO VALE-MG	3.927.553,58
BARAO DE MONTE ALTO-MG	207.300,00	BENEDITO LEITE-MA	414.000,00
BARAO DO TRIUNFO-RS	2.543.870,00	BENEDITO NOVO-SC	9.448.218,53
BARAO-RS	5.909.030,19	BENEVIDES-PA	6.705.282,98
BARAUNA-PB	36.323,96	BENEDAMIN CONSTANT DO SUL-RS	170.000,00
BARAUNA-RN	1.164.206,00	BENJAMIN CONSTANT-AM	38.470,11
BARBACENA-MG	26.569.400,28	BENTO DE ABREU-SP	4.374.404,47
BARBALHA-CE	6.595.904,49	BENTO GONCALVES-RS	199.329.813,64
BARBOSA FERRAZ-PR	1.576.153,07	BERILO-MG	797.684,84
BARBOSA-SP	360.750,32	BERNARDINO DE CAMPOS-SP	2.997.824,84

Município-UF	Em Reais Valor da Liberação	Município-UF	Em Reais Valor da Liberação
BERNARDO DO MEARIIM-MA	185.000,00	BONITO-BA	1.066.997,20
BERNARDO SAYAO-TO	454.025,06	BONITO-MS	5.490.062,91
BERTIOGA-SP	8.089.282,08	BONITO-PA	868.910,00
BERTOPOLIS-MG	130.940,00	BONITO-PE	3.995.875,04
BETANIA DO PIAUI-PI	187.500,00	BONOPOLIS-GO	2.186.959,70
BETANIA-PE	205.047,49	BOQUEIRAO DO LEAO-RS	2.802.213,35
BETIM-MG	463.870.032,49	BOQUEIRAO-PB	1.694.613,92
BEZERROS-PE	5.751.497,40	BOQUIM-SE	1.994.894,77
BIAS FORTES-MG	374.530,00	BOQUIRA-BA	54.246,96
BICAS-MG	1.317.343,69	BORACEIA-SP	9.464.293,13
BIGUAÇU-SC	31.389.427,09	BORA-SP	1.616.000,00
BILAC-SP	4.345.456,12	BORBA-AM	185.794,24
BIQUINHAS-MG	223.801,29	BORBOREMA-PB	1.683.580,00
BIRIGUI-SP	40.107.726,02	BORBOREMA-SP	4.406.036,94
BIRITIBA-MIRIM-SP	1.436.669,09	BORDA DA MATA-MG	3.061.658,15
BITURUNA-PR	5.612.485,88	BOREBI-SP	1.046.312,22
BLUMENAU-SC	214.493.883,73	BORRAZOPOLIS-PR	4.217.793,32
BOA ESPERANCA DO IGUAÇU-PR	2.028.526,00	BOSSOROCA-RS	5.984.366,86
BOA ESPERANCA DO SUL-SP	2.875.572,02	BOTELHO-MS	902.409,51
BOA ESPERANCA-ES	1.642.531,00	BOTUCATU-SP	173.540.335,96
BOA ESPERANCA-MG	11.751.100,97	BOTUMIRIM-MG	907.872,00
BOA ESPERANCA-PR	4.792.222,82	BOTUPORA-BA	896.445,68
BOA NOVA-BA	74.000,00	BOTUVERA-SC	17.806.356,49
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE-PR	5.134.912,47	BOZANO-RS	2.705.566,53
BOA VENTURA-PB	96.000,00	BRACO DO NORTE-SC	38.132.845,55
BOA VIAGEM-CE	3.641.054,40	BRACO DO TROMBUDO-SC	15.686.469,45
BOA VISTA DA APARECIDA-PR	1.527.178,89	BRAGANCA PAULISTA-SP	132.653.215,88
BOA VISTA DAS MISSOES-RS	4.318.268,07	BRAGANCA-PA	1.945.480,16
BOA VISTA DO BURICA-RS	4.214.504,28	BRAGANEY-PR	4.404.029,12
BOA VISTA DO CADEADO-RS	10.298.575,35	BRAGA-RS	2.133.839,30
BOA VISTA DO INCRA-RS	5.132.880,84	BRANQUINHA-AL	235.000,00
BOA VISTA DO SUL-RS	5.626.053,34	BRAS PIRES-MG	300.400,00
BOA VISTA DO TUPIM-BA	219.051,30	BRASIL NOVO-PA	1.623.641,36
BOA VISTA-PB	1.504.506,00	BRASILANDIA DE MINAS-MG	2.611.192,19
BOA VISTA-RR	32.896.007,28	BRASILANDIA DO SUL-PR	2.885.523,72
BOCA DA MATA-AL	4.949.466,76	BRASILANDIA DO TOCANTINS-TO	378.900,00
BOCA DO ACRE-AM	887.016,12	BRASILANDIA-MS	2.329.694,21
BOCAINA DO SUL-SC	551.100,00	BRASILEIA-AC	864.531,48
BOCAINA-SP	8.585.235,50	BRASILEIRA-PI	472.000,00
BOCAIUA DO SUL-PR	6.548.494,35	BRASILIA DE MINAS-MG	8.278.752,73
BOCAIUA-MG	16.556.076,35	BRASILIA-DF	763.946.471,36
BODOCO-PE	932.550,00	BRAS NORTE-MT	30.714.338,80
BODOQUENA-MS	876.461,42	BRASOPOLIS-MG	1.633.287,41
BODO-RN	97.500,00	BRAUNA-SP	1.342.278,35
BOFETE-SP	3.095.659,50	BRAZABRANTES-GO	2.770.436,00
BOTUVA-SP	52.214.164,64	BREIAO-PE	299.840,00
BOM CONSELHO-PE	1.836.183,34	BREJETUBA-ES	682.862,00
BOM DESPACHO-MG	19.223.919,97	BREJINHO DE NAZARE-TO	1.091.393,45
BOM JARDIM DA SERRA-SC	235.516.487,30	BREJINHO-RN	120.000,00
BOM JARDIM DE GOIAS-GO	490.278,10	BREJO ALEGRE-SP	64.546.011,26
BOM JARDIM DE MINAS-MG	137.897,23	BREJO DA MADRE DE DEUS-PE	883.826,05
BOM JARDIM-MA	1.578.731,00	BREJO DO CRUZ-PB	511.814,13
BOM JARDIM-PI	505.748,27	BREJO DO PIAUI-PI	38.286,61
BOM JARDIM-RJ	25.103.590,87	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA-PA	441.212,12
BOM JESUS DA LAPA-BA	6.115.544,79	BREJO SANTO-CE	3.577.583,93
BOM JESUS DA PENHA-MG	1.416.396,86	BREJOES-BA	274.467,20
BOM JESUS DAS SELVAS-MA	172.458,77	BREJO LÂNDIA-BA	430.962,52
BOM JESUS DE GOIAS-GO	21.629.558,84	BREJO-MA	973.191,36
BOM JESUS DO AMPARO-MG	1.933.388,31	BREJO BRANCO-PA	4.664.027,30
BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT	1.346.319,00	BREVES-PA	225.000,00
BOM JESUS DO GALHO-MG	417.411,61	BRITANIA-GO	1.869.464,00
BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	4.654.469,52	BROCHIER-RS	4.343.329,95
BOM JESUS DO NORTE-ES	819.096,77	BROCHOWSKI-SP	9.395.369,45
BOM JESUS DO OESTE-SC	1.287.919,40	BROTAS DE MACAUBAS-BA	164.798,12
BOM JESUS DO SUL-PR	5.301,26	BROTAS-SP	26.199.810,75
BOM JESUS DO TOCANTINS-PA	270.050,00	BRUMADINHO-MG	15.063.938,26
BOM JESUS DO TOCANTINS-TO	158.480,00	BRUMADO-BA	22.082.066,35
BOM JESUS DOS PERDOES-SP	5.470.188,24	BRUNOPOLIS-SC	1.116.405,00
BOM JESUS-PI	2.343.158,51	BRUSQUE-SC	227.508.344,24
BOM JESUS-RN	50.000,00	BUENO BRANDAO-MG	2.034.819,23
BOM JESUS-RS	9.146.151,28	BUENOPOLIS-MG	719.020,00
BOM JESUS-SC	1.761.719,80	BUENOS AIRES-PE	1.196.305,96
BOM LUGAR-MA	348.850,00	BUERAREMA-BA	524.210,32
BOM PRINCÍPIO DO PIAUI-PI	200.000,00	BUGRE-MG	102.780,00
BOM PRINCÍPIO-RS	17.295.403,69	BUIQUE-PE	1.828.032,36
BOM PROGRESSO-RS	678.547,30	BUJARI-AC	567.623,29
BOM REPOUSO-MG	1.843.466,58	BUJARI-PA	412.000,00
BOM RETIRO DO SUL-RS	1.393.700,76	BURI-SP	18.741.611,92
BOM RETIRO-SC	6.526.188,60	BURITAMA-SP	3.015.828,64
BOM SUCESSO DE ITARARE-SP	3.903.799,69	BURITI ALEGRE-GO	2.753.520,43
BOM SUCESSO DO SUL-PR	5.422.736,64	BURITI BRAVO-MA	42.720,00
BOM SUCESSO-MG	1.008.583,18	BURITI DO TOCANTINS-TO	75.000,00
BOM SUCESSO-PR	4.081.900,00	BURITI DOS MONTES-PI	140.400,00
BOMBINHAS-SC	3.279.945,55	BURITICUPU-MA	2.035.947,26
BOMFIM-MG	60.000,00	BURITI-MS	906.120,80
BOMFIMOPOLIS DE MINAS-MG	3.561.551,96	BURITINOPOLIS-GO	118.749,00
BONFIMOPOLIS-GO	1.081.433,09	BURITIRAMA-BA	45.036,60
BONINAL-BA	1.263.790,00	BURITIRAMA-MA	141.200,00
BONITO DE MINAS-MG	110.700,00	BURITIS-MG	22.602.256,59
BONITO DE SANTA FE-PB	206.039,56	BURITIS-RO	3.665.103,25

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
BURITIZAL-SP	6.863.285,95	CAMACHO-MG	270.000,00
BURITIZEIRO-MG	8.301.188,10	CAMAMU-BA	138.500,00
BUTIA-RS	10.303.183,93	CAMANDUCAIA-MG	19.438.320,49
CAAPORA-PB	2.389.822,12	CAMAPUA-MS	9.975.002,30
CAARAPÓ-MS	204.449.216,75	CAMAQUA-RS	40.984.961,38
CAATIBA-BA	337.674,00	CAMARAGIBE-PE	14.317.756,36
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	997.190,00	CAMARGO-RS	3.507.319,40
CABECEIRA GRANDE-MG	4.838.162,35	CAMBARA DO SUL-RS	3.879.620,00
CABECEIRAS-GO	3.268.454,50	CAMBARA-PR	24.638.342,12
CABEDELO-PB	19.980.374,70	CAMBE-PR	54.647.912,08
CABIXI-RO	903.681,82	CAMBIRA-PR	4.122.748,82
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	99.807.555,48	CAMBORUI-SC	32.425.333,62
CABO FRIO-RJ	9.157.309,58	CAMBUCI-RJ	1.175.527,39
CABO VERDE-MG	1.111.255,87	CAMBUI-MG	15.369.663,70
CABRALIA PAULISTA-SP	1.114.200,00	CAMBUQUIRA-MG	1.045.650,35
CABREUVA-SP	26.684.117,12	CAMETÁ-PA	709.519,97
CABROBO-PE	1.147.438,32	CAMOCIM DE SÃO FELIX-PE	683.710,00
CACADOR-SC	111.096.314,25	CAMOCIM-CE	1.600.293,93
CACAPAVA DO SUL-RS	11.853.994,59	CAMPANARIO-MG	232.208,97
CACAPAVA-SP	33.980.507,64	CAMPANHA-MG	4.574.134,97
CACAU LANDIA-RO	586.800,00	CAMPESINHO DA SERRA-RS	3.455.782,00
CACEQUI-RS	5.980.606,90	CAMPESINHO DE GOIÁS-GO	420.330,00
CACERES-MT	160.289.757,01	CAMPESINHO DO MARANHÃO-MA	175.206,18
CACHOEIRA ALTA-GO	1.107.533,94	CAMPESINHO-AL	254.900,00
CACHOEIRA DA PRATA-MG	392.115,84	CAMPESINHO-MG	6.227.797,16
CACHOEIRA DE GOIÁS-GO	283.800,00	CAMPINA DA LAGOA-PR	11.558.890,90
CACHOEIRA DE MINAS-MG	3.283.626,18	CAMPINA DAS MISSOES-RS	2.910.347,94
CACHOEIRA DE PAJEU-MG	241.193,74	CAMPINA DO MONTE ALEGRE-SP	3.113.026,34
CACHOEIRA DO ARARI-PA	98.400,00	CAMPINA DO SIMÃO-PR	2.600.243,33
CACHOEIRA DO SUL-RS	47.016.352,72	CAMPINA GRANDE DO SUL-PR	29.520.677,89
CACHOEIRA DOS INDIOS-PB	482.000,00	CAMPINA GRANDE-PB	222.680.129,98
CACHOEIRA DOURADA-GO	961.999,60	CAMPINA VERDE-MG	2.963.028,93
CACHOEIRA DOURADA-MG	185.542,00	CAMPINACU-GO	335.600,00
CACHOEIRA PAULISTA-SP	6.205.397,12	CAMPINAPOLIS-MT	397.841,94
CACHOEIRA-BA	1.191.053,12	CAMPINAS DO PIAUÍ-PI	326.800,00
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	8.359.733,01	CAMPINAS DO SUL-RS	4.714.215,70
CACHOEIRINHA-PE	685.857,20	CAMPINAS-SP	1.227.961.578,83
CACHOEIRINHA-RS	92.193.511,78	CAMPINORTE-GO	14.341.950,00
CACHOEIRINHA-TO	1.755.200,00	CAMPO ALEGRE DE GOIÁS-GO	6.750.679,00
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	147.938.934,45	CAMPO ALEGRE DE LOURDES-BA	747.436,73
CACIMBA DE DENTRO-PB	19.462,40	CAMPO ALEGRE-AL	2.749.004,35
CACIMBINHAS-AL	275.850,00	CAMPO ALEGRE-SC	7.685.924,72
CACIQUE DOBLE-RS	5.673.201,34	CAMPO AZUL-MG	24.883,55
CACOL-RO	19.282.931,29	CAMPO BELO DO SUL-SC	450.809,68
CACONDE-SP	7.105.662,47	CAMPO BELO-MG	14.613.599,54
CAÇU-GO	125.884.965,42	CAMPO BOM-RS	38.470.863,16
CACULÉ-BA	8.527.500,69	CAMPO BONITO-PR	2.378.241,70
CAEM-BA	81.600,00	CAMPO DE SANTANA-PB	29.217,81
CAETANÓPOLIS-MG	2.186.105,76	CAMPO DO BRITO-SE	1.593.765,72
CAETANOS-BA	650.090,00	CAMPO DO MEIO-MG	2.303.416,64
CAETE-MG	5.673.736,39	CAMPO DO TENENTE-PR	11.007.763,10
CAETES-PE	66.000,00	CAMPO ERE-SC	9.981.833,00
CAETITE-BA	6.263.898,38	CAMPO FLORIDO-MG	13.612.809,13
CAFARNAUM-BA	359.511,91	CAMPO FORMOSO-BA	2.426.839,47
CAFEARA-PR	1.291.224,00	CAMPO GRANDE DO PIAUÍ-PI	2.835,00
CAFELÂNDIA-PR	68.911.050,29	CAMPO GRANDE-AL	3.574.714,00
CAFELÂNDIA-SP	5.546.058,09	CAMPO GRANDE-MS	421.252.188,28
CAFÉZAL DO SUL-PR	1.170.965,19	CAMPO LARGO-PR	70.449.851,47
CAIABU-SP	954.681,04	CAMPO LIMPO DE GOIÁS-GO	2.348.610,00
CAIANA-MG	24.479,66	CAMPO LIMPO PAULISTA-SP	557.890.848,77
CAIAPOMIA-GO	7.022.243,24	CAMPO MAGRO-PR	4.458.257,23
CAIBATE-RS	3.216.529,00	CAMPO MAIOR-PI	2.023.565,41
CAIBI-SC	14.391.500,62	CAMPO NOURAO-PR	114.690.974,71
CAICARA-PB	63.107,58	CAMPO NOVO DE RONDONIA-RO	102.000,00
CAICARA-RS	3.388.510,00	CAMPO NOVO DO PARECIS-MT	36.280.993,72
CAICO-RN	14.912.956,37	CAMPO NOVO-RS	9.553.519,40
CAIEIRAS-SP	91.689.184,77	CAMPO VERDE-MT	116.062.690,34
CAIURU-BA	169.591,19	CAMPOS ALTOS-MG	5.404.601,13
CAIUA-SP	798.975,00	CAMPOS BELOS-GO	1.526.820,03
CAJAMAR-SP	114.056.459,09	CAMPOS BORGES-RS	1.105.961,88
CAJARI-MA	481.250,00	CAMPOS DE JULIO-MT	17.479.892,73
CAJATI-SP	22.771.111,84	CAMPOS DO JORDAO-SP	5.001.332,68
CAJAZEIRAS DO PIAUÍ-PI	107.000,00	CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	66.844.475,12
CAJAZEIRAS-PB	3.406.686,26	CAMPOS GERAIS-MG	8.912.144,84
CAJOBI-SP	3.010.932,67	CAMPOS LINDOS-TO	2.041.544,20
CAJUEIRO-AL	462.470,00	CAMPOS NOVOS PAULISTA-SP	1.506.730,00
CAJURU-MG	186.900,00	CAMPOS NOVOS-SC	36.817.653,15
CAJURU-SP	20.433.350,32	CAMPOS SALES-CE	300.389,65
CALCADO-PE	157.500,00	CAMPOS VERDES-GO	7.018,63
CALCOENE-AP	222.400,00	CAMUTANGA-PE	2.862.400,00
CALDAS BRANDAO-PB	1.186.785,00	CANA VERDE-MG	503.714,16
CALDAS NOVAS-GO	6.306.520,38	CANAA DOS CARAJÁS-PA	3.897.948,75
CALDAS-MG	1.537.511,37	CANAA-MG	210.869,77
CALDAZINHA-GO	31.572,33	CANABRAVA DO NORTE-MT	514.722,73
CALDEIRÃO GRANDE-BA	97.167,20	CANANEIA-SP	867.686,37
CALIFORNIA-PR	2.527.759,14	CANAPI-AL	54.094,84
CALMON-SC	425.037,81	CANAPOLIS-BA	21.560,00
CALUMBI-PE	367.999,98	CANAPOLIS-MG	3.940.713,59
CAMACAN-BA	2.332.912,47	CANARANA-BA	2.634.044,34
CAMACARI-BA	448.125.597,29	CANARANA-MT	13.058.994,04

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
CANAS-SP	1.009.543,99	CAREACU-MG	1.501.632,30
CANAVIEIRA-PI	150.000,00	CARIACICA-ES	262.156.320,77
CANAVIEIRAS-BA	1.418.164,99	CARIDADE DO PIAUI-PI	139.103,04
CANDEAL-BA	24.352,35	CARIDADE-CE	147.000,00
CANDEIAS DO JAMARI-RO	1.933.300,00	CARINHANHA-BA	1.266.452,00
CANDEIAS-BA	138.136.332,77	CARIRA-SE	2.951.613,01
CANDEIAS-MG	4.848.827,57	CARIRE-CE	130.500,00
CANDELARIA-RS	11.552.523,96	CARIRI DO TOCANTINS-TO	1.428.080,00
CANDIBA-BA	388.225,32	CARIRIACU-CE	805.124,80
CANDIDO DE ABREU-PR	4.326.661,02	CARIUS-CE	4.789.461,21
CANDIDO GODOI-MS	2.156.792,00	CARLINDA-MT	1.954.046,19
CANDIDO MOTA-SP	21.580.027,05	CARLOPOLIS-PR	2.007.905,01
CANDIDO RODRIGUES-SP	849.914,89	CARLOS BARBOSA-RS	62.931.658,36
CANDIDO SALES-BA	1.326.524,32	CARLOS CHAGAS-MG	3.633.274,10
CANDIOTA-RS	2.734.993,00	CARLOS GOMES-RS	16.460,00
CANDOI-PR	15.678.949,01	CARMESIA-MG	45.439.967,00
CANELA-RS	4.772.336,46	CARMO DA CACHOEIRA-MG	4.560.180,17
CANELINHA-SC	12.860.880,22	CARMO DA MATA-MG	1.620.879,32
CANGUARETAMA-RN	1.980.230,27	CARMO DE MINAS-MG	986.690,69
CANGUCU-RS	22.117.909,39	CARMO DO CAJURU-MG	3.031.107,76
CANHOBA-SE	63.400,00	CARMO DO PARANAITA-MG	15.535.649,74
CANHOTINHO-PE	173.646,05	CARMO DO RIO CLARO-MG	4.524.361,05
CANINDE DE SÃO FRANCISCO-SE	779.200,00	CARMO DO RIO VERDE-GO	2.627.225,10
CANINDE-CE	3.657.665,72	CARMOLÂNDIA-TO	361.931,60
CANITAR-SP	1.574.412,00	CARMOPOLIS DE MINAS-MG	6.882.558,27
CANDAS-RS	479.148.818,39	CARMOPOLIS-SE	4.047.196,54
CANÓINHAS-SC	34.832.031,49	CARMO-RJ	947.001,68
CANSANCAO-BA	2.568.123,97	CARNAÍBA-PE	1.063.410,39
CANTAGALO-MG	88.200,00	CARNAUBA DOS DANTAS-RN	3.244.329,32
CANTAGALO-PR	3.914.430,47	CARNAUBAL-CE	357.449,11
CANTAGALO-RJ	2.620.860,59	CARNEIRINHO-MG	2.701.991,62
CANTO DO BURITI-PI	617.125,49	CARNEIROS-AL	160.000,00
CANUDOS DO VALE-RS	181.300,00	CAROLINA-MA	344.057,03
CANUDOS-BA	684.957,00	CARPINA-PE	16.500.962,81
CANUTAMA-AM	25.280,73	CARRANÇAS-MG	765.759,74
CAPANEMA-PA	33.301.383,74	CARUARU-PE	62.862.482,21
CAPANEMA-PR	9.133.282,79	CARUTAPERA-MA	383.407,03
CAPAÇO ALTO-SC	1.124.900,00	CARVALHOPOLIS-MG	320.950,00
CAPAÇO BONITO DO SUL-RS	2.627.634,27	CARVALHOS-MG	769.421,44
CAPAÇO BONITO-SP	12.829.670,31	CASA BRANCA-SP	11.204.129,66
CAPAÇO DA CANOA-RS	4.609.153,14	CASA GRANDE-MG	112.000,00
CAPAÇO DO CIPÓ-RS	7.503.749,66	CASA NOVA-BA	2.796.593,54
CAPAÇO DO LEÃO-RS	21.407.638,21	CASCAELHO RICO-MG	799.300,00
CAPARAO-MG	129.624,83	CASCA-RS	21.019.658,01
CAPELA DE SANTANA-RS	4.849.174,46	CASCAVEL-CE	6.907.500,20
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	979.632,42	CASCAVEL-PR	325.668.249,75
CAPELA DO ALTO-SP	4.169.293,02	CASEARA-TO	771.800,00
CAPELA NOVA-MG	268.000,00	CASEIROS-RS	3.212.968,80
CAPELA-AL	854.000,00	CASIMIRO DE ABREU-RJ	3.972.505,83
CAPELA-SE	5.542.485,98	CASINHAS-PE	301.181,39
CAPELINHA-MG	7.003.657,01	CASSERENGUE-PB	7.469,53
CAPETINGA-MG	2.419.327,98	CASSIA DOS COQUEIROS-SP	466.175,00
CAPIM BRANCO-MG	1.455.661,74	CASSIA-MG	8.645.389,28
CAPIM GROSSO-BA	5.006.794,93	CASSILÂNDIA-MS	4.954.650,83
CAPINÓPOLIS-MG	4.307.926,17	CASTANHAL-PA	36.566.214,17
CAPINZAL-SC	9.326.028,73	CASTANHEIRA-MT	2.200.229,28
CAPISTRANO-CE	103.000,00	CASTANHEIRAS-RO	57.500,00
CAPITÃO ANDRADE-MG	195.200,00	CASTELÂNDIA-GO	150.571,20
CAPITÃO ENÉAS-MG	2.352.392,94	CASTELO DO PIAUI-PI	601.009,12
CAPITÃO LEONIDAS MARQUES-PR	4.540.953,74	CASTELO-ES	20.637.549,71
CAPITÃO POÇO-PA	4.048.911,11	CASTILHO-SP	5.481.308,67
CAPITÃO-RS	143.362,19	CASTRO ALVES-BA	3.974.000,10
CAPITÓLIO-MG	2.759.912,06	CASTRO-PR	70.964.201,07
CAPIVARI DE BAIXO-SC	19.079.061,28	CATAGUASES-MG	45.912.735,14
CAPIVARI DO SUL-RS	5.216.173,79	CATALÃO-GO	66.920.465,02
CAPIVARI-SP	40.877.641,79	CATANDUVA-SP	130.574.097,18
CAPOEIRAS-PE	588.765,31	CATANDUVAS-PR	4.716.265,76
CAPUTRA-MG	1.055.870,08	CATANDUVAS-SC	18.233.412,75
CARAA-RS	312.000,00	CATARINA-CE	173.602,48
CARACARAI-RR	102.412,59	CATAS ALTAS DA NORUEGA-MG	511.000,00
CARACOL-MS	1.116.473,93	CATAS ALTAS-MG	150.545,97
CARACOL-PI	157.500,00	CATENDE-PE	2.805.748,78
CARAGUATATUBA-SP	11.626.367,87	CATIGUA-SP	7.513.061,31
CARAÍBAS-BA	502.482,08	CATOLÂNDIA-BA	256.500,00
CARAI-MG	2.466.581,71	CATOLE DO ROCHA-PB	1.996.628,00
CARAMIBEI-PR	28.748.978,81	CATU-BA	617.197.382,76
CARAUÍBA-MG	253.000,00	CATUPE-RS	9.696.832,80
CARANDAI-MG	9.254.058,57	CATUI-MG	508.615,62
CARANGOLA-MG	3.982.664,16	CATURAI-GO	1.136.760,00
CARAPEBUS-RJ	234.509,92	CATURITE-PB	433.700,00
CARAPICUIBA-SP	95.659.204,41	CATUTI-MG	118.700,00
CARATINGA-MG	35.694.782,98	CAUCAIA-CE	34.768.344,64
CARAUARI-AM	61.870,57	CAVALCANTE-GO	500.893,51
CARAUBAS-RN	1.606.413,98	CAXAMBU DO SUL-SC	761.850,00
CARAVELAS-BA	2.821.342,85	CAXAMBU-MG	4.537.104,89
CARAZINHO-RS	43.252.603,03	CAXIAS DO SUL-RS	1.911.260.949,31
CARBONITA-MG	428.252,06	CAXIAS-MA	8.383.695,45
CARDEAL DA SILVA-BA	113.700,00	CEARA-MIRIM-RN	3.627.077,47
CARDOSO MOREIRA-RJ	145.091,75	CEARAL-MA	32.397,29
CARDOSO-SP	2.985.971,68	CEARAL-SP	3.344.055,20

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
CEDRO DE SÃO JOÃO-SE	52.000,00	COLORADO-PR	66.117.555,41
CEDRO DO ABAETE-MG	170.810,00	COLORADO-RS	3.210.001,13
CEDRO-CE	1.044.388,47	COLUMA-MG	108.440,95
CELSO RAMOS-SC	3.985.184,52	COMBINADO-TO	28.126,62
CENTENARIO DO SUL-PR	2.037.047,94	COMENDADOR GOMES-MG	2.013.230,78
CENTENARIO-RS	2.039.139,50	COMENDADOR LEVY GASPARIAN-RJ	11.515.341,61
CENTENARIO-TO	99.000,00	COMERCINHO-MG	410.773,43
CENTRAL DE MINAS-MG	288.392,40	COMODORO-MT	20.996.239,40
CENTRAL-BA	139.900,00	CONCEICAO DA APARECIDA-MG	2.451.901,29
CENTRALINA-MG	919.972,67	CONCEICAO DA BARRA DE MIRAS-MG	317.500,00
CENTRO DO GUILHERME-MA	228.000,00	CONCEICAO DA BARRA-ES	5.210.908,96
CEREJEIRAS-RJ	6.109.901,69	CONCEICAO DA FEIRA-BA	5.665.068,82
CERES-GO	11.189.360,76	CONCEICAO DAS ALAGOAS-MG	7.493.875,50
CERQUEIRA CESAR-SP	8.117.304,06	CONCEICAO DAS PEDRAS-MG	26.040,00
CERQUILHO-SP	131.996.849,67	CONCEICAO DE IPANEMA-MG	69.750,00
CERRITO-RS	1.614.746,00	CONCEICAO DE MACABU-RJ	2.251.066,55
CERRO AZUL-PR	1.312.058,86	CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	918.313,62
CERRO BRANCO-RS	544.101,70	CONCEICAO DO ARAGUAZA-PA	1.117.817,27
CERRO GRANDE DO SUL-RS	2.929.844,86	CONCEICAO DO CARINDE-PI	530.000,00
CERRO GRANDE-RS	1.172.130,00	CONCEICAO DO CASTELO-ES	4.880.689,97
CERRO LARGO-RS	12.816.909,62	CONCEICAO DO COITE-BA	5.569.681,45
CERRO NEGRO-SC	16.442,88	CONCEICAO DO JACUIPE-BA	13.033.974,32
CESARIO LANGE-SP	10.012.911,06	CONCEICAO DO MATO DENTRO-MG	1.683.573,16
CEU AZUL-PR	17.409.954,41	CONCEICAO DO PARA-MG	1.058.871,54
CEZARINA-GO	9.321.026,69	CONCEICAO DO RIO VERDE-MG	1.803.253,92
CHA DE ALEGRIA-PE	147.100,00	CONCEICAO DOS OUROS-MG	4.361.958,58
CHA GRANDE-PE	3.813.041,19	CONCEICAO-PB	312.503,47
CHACARA-MG	96.443,10	CONCHAL-SP	5.740.534,39
CHALE-MG	16.381.945,90	CONCHAS-SP	6.083.535,45
CHAPADA DA NATIVIDADE-TO	405.500,00	CONCORDIA-SC	470.705.915,22
CHAPADA DE AREIA-TO	260.680,00	CONDADO-PB	915.292,56
CHAPADA DO NORTE-MG	269.520,00	CONDADO-PE	2.279.670,00
CHAPADA DOS GUIMARAES-MT	6.835.637,95	CONDE-BA	426.798,14
CHAPADA GAUCHA-MG	3.148.557,10	CONDE-PB	2.954.269,05
CHAPADAO DO CEU-GO	98.702.979,10	CONDEUBA-BA	2.306.387,80
CHAPADAO DO LAGEADO-SC	821.760,00	CONDOR-RS	8.052.531,00
CHAPADAO DO SUL-RS	258.241.028,60	CONFINS-MG	1.884.197,97
CHAPADA-RS	9.971.441,96	CONFRESA-MT	692.148,94
CHAPADINHA-MA	4.832.016,98	CONGONHAL-MG	2.767.725,70
CHAPÉCO-SC	304.383.027,93	CONGONHAS DO NORTE-MG	175.632,84
CHARQUEADA-SP	11.076.060,51	CONGONHAS-MG	87.892.234,01
CHARQUEADAS-RS	7.949.320,69	CONGONHAS-PR	2.712.308,11
CHARUA-RS	1.177.192,00	CONGO-PB	164.000,00
CHAVANTES-SP	600.011,47	CONQUISTA D'OESTE-MT	63.367,56
CHIAPETA-RS	16.727.332,00	CONQUISTA-MG	3.279.040,00
CHOPINZINHO-PR	15.648.240,63	CONSELHEIRO LAFAJETE-MG	33.985.659,56
CHOROZINHO-CE	2.225.328,58	CONSELHEIRO MAIRINCK-PR	286.040,00
CHORROCHO-BA	5.153,00	CONSELHEIRO PENA-MG	1.126.908,88
CHUI-RS	503.918,13	CONSTANTINA-RS	6.025.958,49
CHUPINGUAIA-RJ	6.505.493,90	CONTAGEM-MG	1.016.829.048,23
CHUMISCA-RS	2.934.232,50	CONTENDA-PR	7.741.290,90
CIANORTE-PR	36.324.014,50	CONTENDAS DO SINCORA-BA	6.581,00
CICERO DANTAS-BA	1.147.880,44	COQUEIRAL-MG	1.477.173,95
CIDADE GAUCHA-PR	6.224.066,76	COQUEIRO BADIO-RS	160.000,00
CIDADE OCIDENTAL-GO	1.919.448,34	COQUEIROS DO SUL-RS	2.829.550,00
CIDELANDIA-MA	300.647,79	CORACAO DE JESUS-MG	1.136.426,51
CIDREIRA-RS	1.266.337,19	CORACAO DE MARIA-BA	536.647,59
CIPO-BA	104.800,00	CORBELIA-PR	18.750.503,42
CIPOTANEA-MG	554.300,00	CORDEIROPOLIS-SP	103.886.519,84
CIRIACO-RS	5.304.563,92	CORDEIRO-RJ	2.484.914,89
CLARAVAL-MG	523.236,00	CORDEIROS-BA	352.234,89
CLARO DOS POÇOS-MG	247.700,00	CORDILHEIRA ALTA-SC	13.468.046,58
CLAUDIA-MT	2.185.998,96	CORDISBURGO-MG	1.697.045,78
CLAUDIO-MG	34.415.794,17	CORDISLANDIA-MG	287.310,00
CLEMENTINA-SP	69.159.606,28	COREAU-CE	402.092,94
CLEVELANDIA-PR	12.294.478,11	COREMAS-PB	480.210,37
COARACI-BA	175.672,07	CORGUINHO-MS	1.324.380,00
COARI-AM	194.619,90	CORTIBA-BA	5.153,00
COCAL DE TELHA-PI	180.000,00	CORINTO-MG	2.160.279,77
COCAL DO SUL-SC	6.948.798,87	CORNELIO PROCOPIO-PR	84.548.457,11
COCALINHO-MT	1.970.821,91	COROACI-MG	235.348,26
COCAL-PI	140.000,00	CORRADOS-SP	5.112.579,10
COCALZINHO DE GOIAS-GO	2.007.789,52	CORRATA-MA	696.142,02
COCCOS-BA	3.509.061,69	COROMANDEL-MG	26.397.697,09
CODO-MA	2.741.636,17	CORONEL BARROS-RS	1.480.685,00
COELHO NETO-MA	451.384,58	CORONEL BICACO-RS	5.527.747,00
COIMBRA-MG	659.649,67	CORONEL DOMINGOS SOARES-PR	4.354.010,00
COITE DO NOIA-AL	116.000,00	CORONEL FABRICIANO-MG	33.964.559,07
COLATINA-ES	68.392.313,67	CORONEL FREITAS-SC	8.910.801,72
COLIDER-MT	5.150.585,87	CORONEL JOAO SA-BA	408.470,00
COLINAS DO SUL-GO	917.080,00	CORONEL MACEDO-SP	1.645.133,68
COLINAS DO TOCANTINS-TO	3.321.620,43	CORONEL MARTINS-SC	175.220,00
COLINAS-MA	990.769,71	CORONEL MURTA-MG	101.300,00
COLINA-SP	16.191.172,36	CORONEL PACHECO-MG	329.618,90
COLINAS-RS	3.249.495,00	CORONEL PILAR-RS	1.148.750,00
COLINEIA-TO	846.389,20	CORONEL SAPUCAIA-MS	484.074,66
COLNIZA-MT	1.240.348,83	CORONEL VIVIDA-PR	15.273.892,24
COLOMBIA-SP	2.651.039,83	CORONEL XAVIER CHAVES-MG	1.128.683,91
COLOMBO-PR	145.779.939,51	CORREGO DANTA-MG	895.728,00
COLORADO DO OESTE-RO	4.273.440,70	CORREGO DO OURO-GO	382.312,00

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
CORREGO FUNDO-MG	4.904.677,44	CURRAL DE CIMA-PB	8.785,35
CORREIA PINTO-SC	5.665.168,60	CURRAL DE DENTRO-MG	1.258.200,00
CORRENTE-PI	753.977,15	CURRALINHO-PA	98.400,00
CORRENTES-PE	424.200,00	CURVELANDIA-MT	685.607,80
CORRENTINA-BA	18.879.323,18	CURVELO-MG	30.739.596,05
CORTES-PE	382.928,07	CUSTODIA-PE	2.027.095,37
CORUMBA DE GOIAS-GO	1.476.442,67	DAMIANOPOLIS-GO	139.000,00
CORUMBAIBA-GO	10.450.299,99	DAMOLANDIA-GO	234.144,53
CORUMBA-MS	17.659.693,60	DARCINOPOLIS-TO	212.990,00
CORUMBATAI DO SUL-PR	629.452,43	DARIO MEIRA-BA	326.707,99
CORUMBATAI-SP	6.668.742,71	DATAS-MG	175.500,00
CORUMBIAARA-RO	2.885.485,57	DAVID CANABARRO-RS	4.398.074,11
CORUPE-SC	15.969.770,90	DAVINOPOLIS-GO	1.024.110,00
CORURUPE-AL	14.225.109,72	DAVINOPOLIS-MA	78.888,08
COSMOPOLIS-SP	86.859.098,31	DELFIN MOREIRA-MG	772.024,00
COSMORAMA-SP	7.329.777,68	DELFINOPOLIS-MG	1.837.907,58
COSTA MARQUES-RO	2.487,31	DELHIRO GOUVEIA-AL	483.972,12
COSTA RICA-MS	100.330.199,23	DELTA-MG	1.030.006,36
COTEGIPE-BA	958.908,80	DEMerval LOBAO-PI	91.800,00
COTIA-SP	80.266.685,30	DENISE-MT	525.826,87
COTIPORA-RS	638.040,00	DEODAPOLIS-MS	1.148.597,78
COTRIGUACU-MT	1.502.552,00	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO-CE	411.600,00
COUTO DE MAGALHAES DE MINAS-MG	2.192.832,00	DERRUBADAS-RS	949.500,00
COUTO DE MAGALHAES-TO	147.000,00	DESCALVADO-SP	33.743.584,12
COXILHA-RS	7.433.509,63	DESCANSO-SC	3.768.316,54
COXIM-MG	12.481.847,57	DESCOBERTO-MG	455.122,49
CRAIBAS-AL	550.500,00	DESTERRO DE ENTRE RIOS-MG	963.971,53
CRATEUS-CE	2.270.672,72	DESTERRO DO MEL-TO	511.910,00
CRATO-CE	11.210.743,34	DESTERRO-PB	591.980,07
CRAVINHOS-SP	53.739.241,52	DIADEMA-SP	288.318.274,80
CRICUMA-SC	202.017.784,48	DIAMANTE DO NORTE-PR	1.047.447,09
CRISOLITA-MG	95.710,00	DIAMANTE DO SUL-PR	187.340,25
CRISOPOLIS-BA	88.403,00	DIAMANTE D'OESTE-PR	2.633.050,00
CRISUMAL-RS	1.158.204,40	DIAMANTINA-MG	15.623.193,16
CRISTAIS PAULISTA-SP	6.529.928,00	DIAMANTINO-MT	49.282.201,18
CRISTAIS-MG	3.476.548,61	DIANOPOLIS-TO	7.203.350,95
CRISTAL DO SUL-RS	1.579.144,00	DIAS D'AVILA-BA	31.479.485,50
CRISTALANDIA DO PIAUI-PI	253.754,00	DILERMANDO DE AGUIAR-RS	2.267.669,46
CRISTALANDIA-TO	1.333.456,92	DIOGO DE VASCONCELOS-MG	104.000,00
CRISTALINA-GO	42.152.126,98	DIONISIO CERQUEIRA-SC	8.961.875,58
CRISTAL-RS	4.757.918,15	DIONISIO-MG	486.011,04
CRISTIANO OTONI-MG	1.309.441,28	DIOGRAMA-GO	166.500,00
CRISTIANOPOLIS-GO	566.047,34	DIRCE REIS-SP	258.850,00
CRISTINA-MG	4.316.830,09	DIRCEU ARCOVERDE-PI	12.053,14
CRISTINAPOLIS-SE	603.586,84	DIVERSOS-AC	13.844.793,43
CRISTINO CASTRO-PI	440.112,82	DIVERSOS-AL	44.509.488,83
CRISTOPOLIS-BA	5.703,32	DIVERSOS-AM	296.188.408,74
CRIXAS DO TOCANTINS-TO	348.300,00	DIVERSOS-AP	21.868.957,42
CRIXAS-GO	13.113.567,64	DIVERSOS-BA	479.448.449,40
CRONANIA-GO	262.357,50	DIVERSOS-CE	98.850.109,48
CRUCILANDIA-MG	368.400,00	DIVERSOS-DF	506.959.883,85
CRUZ ALTA-RS	53.522.983,41	DIVERSOS-ES	132.652.698,76
CRUZ DAS ALMAS-BA	11.484.261,45	DIVERSOS-GO	993.220.949,42
CRUZ DO ESPIRITO SANTO-PB	231.200,00	DIVERSOS-IE	*****
CRUZ MACHADO-PR	1.347.467,20	DIVERSOS-MA	231.885.720,70
CRUZALIA-SP	1.726.969,60	DIVERSOS-MG	1.221.874.276,87
CRUZALTENSE-RS	1.014.000,00	DIVERSOS-MS	110.634.990,72
CRUZ-CE	2.075.747,12	DIVERSOS-MT	140.197.019,28
CRUZEIRO DA FORTALEZA-MG	1.347.147,00	DIVERSOS-PA	346.117.821,62
CRUZEIRO DO IGUAÇU-PR	1.954.367,78	DIVERSOS-PB	46.760.446,33
CRUZEIRO DO OESTE-PR	8.812.578,68	DIVERSOS-PE	274.708.265,44
CRUZEIRO DO SUL-AC	11.452.604,97	DIVERSOS-PI	175.648.938,40
CRUZEIRO DO SUL-PR	3.132.394,28	DIVERSOS-PR	483.168.774,47
CRUZEIRO DO SUL-RS	5.799.956,04	DIVERSOS-RJ	808.936.104,45
CRUZEIRO-SP	671.809.040,91	DIVERSOS-RN	57.236.649,29
CRUZETA-RN	415.914,73	DIVERSOS-RO	47.453.307,78
CRUZILIA-MG	1.201.976,61	DIVERSOS-RR	6.397.850,94
CRUZMALTINA-PR	1.046.995,35	DIVERSOS-RS	595.480.546,20
CUBATÃO-SP	176.443.119,63	DIVERSOS-SC	452.364.306,59
CUBATI-PB	67.901,35	DIVERSOS-SE	28.909.152,49
CUBABA-MT	834.764.399,20	DIVERSOS-SP	2.678.574.257,56
CUTE DE MAMANGUAPE-PB	29.217,81	DIVERSOS-TO	120.416.157,59
CUTE-PB	850.277,93	DIVINA PASTORA-SE	103.600,00
CURUBIM-RO	1.334.651,00	DIVINESIA-MG	1.274.000,00
CUMARI-GO	983.760,00	DIVINO DAS LARANJEIRAS-MG	476.512,62
CUMARI DO NORTE-PA	698.778,00	DIVINO DE SAO LOURENÇO-ES	373.000,00
CUMARI-PE	463.175,00	DIVINOLANDIA DE MINAS-MG	87.450,00
CUMBE-SE	774.062,86	DIVINOLANDIA-SP	3.106.300,00
CUNHA PORA-SC	25.101.535,35	DIVINO-MG	1.173.982,88
CUNHA-SP	2.098.193,69	DIVINOPOLIS DE GOIAS-GO	4.197.091,56
CUNHATAI-SC	322.940,00	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS-TO	1.559.025,10
CUPIRA-PE	701.660,50	DIVINOPOLIS-MG	89.903.678,88
CURACA-BA	1.049.997,31	DIVISA ALEGRE-MG	49.967,03
CURIMATA-PI	24.679,73	DIVISA NOVA-MG	189.669,90
CURIONOPOLIS-PA	403.981,00	DIVISOPOLIS-MG	702.400,00
CURITIBANDOS-SC	69.433.422,32	DOBRADA-SP	1.223.332,75
CURITIBA-PR	2.646.524.961,88	DOIS CORREGOS-SP	29.981.742,62
CURIUVA-PR	2.599.698,81	DOIS IRMÃOS DAS MISSOES-RS	7.184.909,95
CURRAIS NOVOS-RN	5.382.783,84	DOIS IRMÃOS DO BURITI-MS	1.846.416,01
CURRAIS-PI	2.374.728,37	DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS-TO	1.408.200,00

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
DOIS IRMÃOS-RS	49.956.654,20	ERVAL SECO-RS	2.267.966,65
DOIS LAJEADOS-RS	1.062.200,00	ERVAL VELHO-SC	1.626.830,00
DOIS RIACHOS-AL	277.400,00	ERVALIA-MG	2.304.671,03
DOIS VIZINHOS-PR	32.318.102,75	ESCALDA-PE	12.077.870,30
DOLCINÓPOLIS-SP	470.451,45	ESMERALDA-RS	3.603.702,34
DOM AQUINO-MT	10.550.884,97	ESMERALDAS-MG	24.028.513,52
DOM BASÍLIO-BA	4.492.856,14	ESPERA FELIZ-MG	3.213.375,46
DOM BOSCO-MG	1.081.932,46	ESPERANCA DO SUL-RS	80.500,00
DOM CAVATI-MG	1.268.154,99	ESPERANCA NOVA-PR	323.227,51
DOM ELISEU-PA	3.341.401,72	ESPERANCA-PB	6.108.913,04
DOM EXPEDITO LOPES-PI	763.939,40	ESPERANTINA-PI	852.514,82
DOM FELICIANO-RS	6.186.017,84	ESPERANTINA-TO	108.050,00
DOM INOCÊNCIO-PI	168.750,00	ESPERANTINÓPOLIS-MA	2.038.522,40
DOM PEDRITO-RS	46.217.512,97	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU-PR	717.708,31
DOM PEDRO DE ALCANTARA-RS	1.390.111,00	ESPIGÃO D'OESTE-RO	4.426.794,44
DOM PEDRO-MA	2.638.177,49	ESPINOSA-MG	2.312.581,34
DOM SILVERIO-MG	535.988,09	ESPIRITO SANTO DO DOURADO-MG	2.434.207,00
DOM VICOSO-MG	78.300,00	ESPIRITO SANTO DO PINHAL-SP	16.234.977,80
DOMINGOS MARTINS-ES	10.300.696,14	ESPIRITO SANTO DO TURVO-SP	1.590.320,00
DOMINGOS MOURÃO-PI	48.704,69	ESPLANADA-BA	1.904.986,86
DONA EMMA-SC	1.498.520,20	ESPUMOSO-RS	16.174.906,55
DONA EUZÉBIA-MG	3.876.415,96	ESTACAO-RS	17.265.702,12
DONA FRANCISCA-RS	469.500,00	ESTANCIA VELHA-RS	16.651.460,44
DORES DE CAMPOS-MG	5.618.651,90	ESTANCIA-SE	6.613.436,06
DORES DE GUANHAES-MG	1.960.219,42	ESTANCIA-RS	81.660.661,27
DORES DO INDAIA-MG	2.113.913,67	ESTIVIA GERBI-SP	14.653.410,04
DORES DO RIO PRETO-ES	992.618,75	ESTIVA-MG	2.442.626,98
DORES DO TURVO-MG	185.936,00	ESTREITO-MA	3.120.339,60
DORÉSPOLIS-MG	186.100,00	ESTRELA DALVA-MG	23.750,27
DORMENTES-PE	2.038.800,00	ESTRELA DE ALAGOAS-AL	74.200,00
DOURADINA-MS	1.135.644,00	ESTRELA DO INDAIA-MG	485.600,00
DOURADINA-PR	10.476.794,83	ESTRELA DO NORTE-GO	441.400,00
DOURADOQUARA-MG	179.370,00	ESTRELA DO NORTE-SP	544.150,00
DOURADOS-MS	367.479.830,44	ESTRELA DO SUL-MG	4.510.001,80
DOURADO-SP	4.686.292,72	ESTRELA D'OESTE-SP	3.327.294,27
DOUTOR CAMARGO-PR	4.089.689,22	ESTRELA VELHA-RS	5.161.225,00
DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO-RS	2.235.519,80	ESTRELA-RS	55.838.807,94
DOUTOR PEDRINHO-SC	2.349.781,90	EUCLEDIS DA CUNHA PAULISTA-SP	799.076,75
DOUTOR RICARDO-RS	1.427.025,00	EUCLEDIS DA CUNHA-BA	3.795.761,45
DOVERLANDIA-GO	1.928.584,26	EUGENIO DE CASTRO-RS	6.897.097,06
DRACENA-SP	23.211.315,57	EUGENÓPOLIS-MG	97.369,28
DUARTINA-SP	4.185.711,96	EUNAPOLIS-BA	38.776.765,30
DUAS BARRAS-RJ	532.884,36	EUSEBIO-CE	40.559.814,37
DUAS ESTRADAS-PB	19.392,26	EWBANK DA CAMARA-MG	346.076,00
QUERE-TO	5.203.585,25	EXTREMA-MG	68.169.065,68
DUMONT-SP	11.840.397,69	EXTREMOZ-RN	264.000,00
DUQUE DE CAXIAS-RJ	489.758.874,55	EXU-PE	787.190,26
DURANDE-MG	74.112,37	FAGUNDES VARELA-RS	1.050.284,20
ECHAPORA-SP	1.034.828,82	FAJNA-GO	1.299.140,00
ECOPORANGA-ES	1.119.507,85	FAMA-MG	353.885,61
EDEALINA-GO	1.090.910,91	FARIA LEMOS-MG	198.227,93
EDEIA-GO	33.102.616,86	FARIAS BRITO-CE	628.202,60
ELDORADO DO SUL-RS	29.131.502,51	FAROL-PR	5.654.048,83
ELDORADO DOS CARAJAS-PA	289.648,00	FARROUPILHA-RS	85.472.431,28
ELDORADO-MS	1.393.273,20	FARTURA-SP	3.405.456,88
ELDORADO-SP	2.515.094,91	FATIMA DO SUL-MS	1.530.496,33
ELESBAO VELOSO-PI	317.700,00	FATIMA-BA	261.600,00
ELIAS FAUSTO-SP	140.644.384,64	FATIMA-TO	573.880,00
ELISEU MARTINS-PI	31.359,49	FAXINAL DO SOTURNO-RS	2.251.857,87
ELISIÁRIO-SP	3.386.592,74	FAXINAL DOS GUEDES-SC	23.905.820,45
ELÍSIO MEDRADO-BA	24.772,42	FAXINAL-PR	10.049.027,79
ELOI MENDES-MG	9.057.027,13	FAXINALZINHO-RS	50.302.145,65
EMBAUBA-SP	948.789,19	FAZENDA NOVA-GO	378.559,68
EMBU-GUAÇU-SP	16.121.992,91	FAZENDA RIO GRANDE-PR	45.484.134,22
EMBU-SP	58.544.404,61	FAZENDA VILANOVA-RS	3.445.774,96
EMILIANÓPOLIS-SP	357.750,00	FEDO-AC	1.841.501,06
ENCANTADO-RS	26.538.634,53	FEIRA DA MATA-BA	112.721,51
ENCRUZILHADA DO SUL-RS	5.140.984,10	FEIRA DE SANTANA-BA	349.137.897,49
ENCRUZILHADA-BA	1.302.475,60	FEIRA GRANDE-AL	505.220,00
ENEAS MARQUES-PR	11.814.119,93	FEIRA NOVA DO MARANHÃO-MA	648.720,00
ENGENHEIRO BELTRÃO-PR	5.669.712,17	FEIRA NOVA-PE	1.742.903,46
ENGENHEIRO CALDAS-MG	1.024.186,60	FEIRA NOVA-SE	92.800,00
ENGENHEIRO COELHO-SP	3.679.652,00	FELICIO DOS SANTOS-MG	426.975,00
ENGENHEIRO NAVARRO-MG	141.800,00	FELIPE GUERRA-RN	2.749,18
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTO- RJ	159.995,86	FELISBURGO-MG	125.480,00
ENGENHO VELHO-RS	542.999,82	FELIXLANDIA-MG	1.994.415,25
ENTRE FOLHAS-MG	115.000,00	FELIZ DESERTO-AL	146.800,00
ENTRE RIOS DE MINAS-MG	2.453.292,49	FELIZ NATAL-MT	12.834.096,07
ENTRE RIOS DO OESTE-PR	3.951.031,76	FELIZ-RS	13.624.062,92
ENTRE RIOS DO SUL-RS	762.209,22	FENIX-PR	1.013.663,83
ENTRE RIOS-BA	1.442.234,99	FERNANDES PINHEIRO-PR	2.971.028,00
ENTRE RIOS-SC	99.687,00	FERNANDES TOURINHO-MG	151.200,00
ENTRE-ÍJUÍ-RS	10.621.102,63	FERNANDO DE NORONHA-PE	1.420.500,00
EPITACIOLÂNDIA-AC	1.658.680,00	FERNANDO FALCÃO-MA	500.000,00
EQUADOR-RN	780.250,18	FERNANDO PRESTES-SP	4.240.442,83
EREBANGO-RS	947.782,00	FERNANDÓPOLIS-SP	32.346.601,05
ERECHIM-RS	353.995.948,93	FERNÃO-SP	355.090,00
ERMO-SC	1.999.399,21	FERRAZ DE VASCONCELOS-SP	21.986.815,92
ERNESTINA-RS	3.275.473,99	FERRIROS-PE	1.619.234,03
ERVAL GRANDE-RS	4.216.780,00	FERRROS-MG	433.460,00

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
FERVEDOURO-MG	959.040,00	GARARU-SE	103.200,00
FIGUEIRA-MG	827.901,57	GARÇA-SP	18.509.849,30
FIGUEIRA-PR	1.792.281,65	GARIBALDI-RS	103.434.195,30
FIGUEIROPOLIS D'ESTE-MT	223.800,00	GAROPABA-SC	4.579.943,80
FIGUEIROPOLIS-TO	799.234,00	GARRAFÃO DO NORTE-PA	120.000,00
FLADELIA-BA	136.447,81	GARRUCHOS-RS	2.279.149,20
FLADELIA-TO	668.720,00	GARUVA-SC	56.575.718,82
FIRMINO ALVES-BA	87.000,00	GASPAR-SC	97.066.954,76
FIRMINOPOLIS-GO	736.655,79	GASTÃO VIDIGAL-SP	2.226.574,55
FLEXEIRAS-AL	872.500,00	GAUCHA DO NORTE-MT	13.589.812,91
FLOR DA SERRA DO SUL-PR	3.254.759,63	GAURAMA-RS	3.348.717,72
FLORA RICA-SP	1.167.584,00	GAVIÃO PEIXOTO-SP	877.060,05
FLORAI-PR	7.115.410,82	GAVIÃO-BA	88.000,00
FLORIANIA-RN	151.929,56	GEMINIANO-PI	29.018,24
FLORÉAL-SP	1.316.000,00	GENERAL CAMARA-RS	1.500.798,52
FLORES DA CUNHA-RS	74.303.306,46	GENERAL CARNEIRO-MT	2.678.215,00
FLORES DE GOIÁS-GO	875.061,76	GENERAL CARNEIRO-PR	3.392.495,01
FLORES-PE	104.887,18	GENERAL SALGADO-SP	9.966.170,47
FLORESTA AZUL-BA	1.432.753,28	GENERAL SAMPAIO-CE	3.500,00
FLORESTA DO ARAGUAIA-PA	167.796,80	GENTIL-RS	635.551,80
FLORESTAL-MG	541.079,03	GETULINA-SP	1.277.321,09
FLORESTA-PE	6.451.513,58	GETULIO VARGAS-RS	16.102.961,43
FLORESTA-PR	4.480.282,83	GILBUES-PI	3.941.103,09
FLORESTOPOLIS-PR	1.850.038,15	GIRAU DO PONCIANO-AL	744.350,67
FLORIANO PEIXOTO-RS	928.370,90	GIRUA-RS	10.950.011,64
FLORIANO-PI	9.450.067,43	GLICÉRIO-SP	1.672.029,04
FLORIANOPOLIS-SC	115.371.696,85	GLÓRIA DE DOURADOS-MG	2.245.974,08
FLORIDA PAULISTA-SP	3.064.441,98	GLÓRIA DO GOIÁ-PE	549.900,00
FLORIDA-PR	509.462,69	GLÓRIA D'ESTE-MT	188.100,00
FLORINIA-SP	543.664,99	GLÓRIA-BA	150.300,00
FONTOURA XAVIER-RS	1.260.756,12	GLORINHA-RS	9.944.845,04
FORMIGA-MG	34.612.836,28	GODOFREDO VIANA-MA	113.700,00
FORMIGUEIRO-RS	3.821.562,91	GODOY MOREIRA-PR	92.608,98
FORMOSA DA SERRA NEGRA-MA	297.400,00	GOIABEIRA-MG	28.874,00
FORMOSA DO OESTE-PR	4.739.331,64	GOIANA-MG	299.390,88
FORMOSA DO RIO PRETO-BA	26.096.893,83	GOIANA-PE	2.738.992,04
FORMOSA DO SUL-SC	1.810.787,00	GOIANAPOLIS-GO	1.966.202,09
FORMOSA-GO	17.475.725,96	GOIANDIRA-GO	862.600,00
FORMOSO DO ARAGUAIA-TO	6.870.968,87	GOIANESIA DO PARA-PA	1.413.091,58
FORMOSO-GO	971.615,00	GOIANESIA-GO	208.550.104,24
FORMOSO-MG	2.636.989,55	GOIANIA-GO	696.908.399,49
FORQUETINHA-RS	1.488.470,00	GOIANINHA-RN	874.808,06
FORQUILHA-CE	929.825,08	GOIANIRA-GO	3.938.186,04
FORQUILHINHA-SC	18.297.764,35	GOIANORTE-TO	111.200,00
FORTALEZA DE MINAS-MG	1.132.630,09	GOIÁS-GO	27.485.318,25
FORTALEZA DO TABOÃO-TO	957.798,00	GOIATINS-TO	1.225.900,00
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS-MA	800.120,00	GOIATUBA-GO	46.733.767,68
FORTALEZA DOS VALOS-RS	6.856.388,60	GOIOERÉ-PR	18.031.027,40
FORTALEZA-CE	742.578.741,32	GOIOXIM-PR	2.332.088,50
FORTIM-CE	427.901,50	GONCALVES-MG	205.059,63
FORTUNA DE MINAS-MG	187.470,00	GONGOI-BA	184.900,00
FORTUNA-MA	424.300,00	GOUVEA-MG	755.270,53
FOZ DO IGUAÇU-PR	93.163.525,56	GOUVELANDIA-GO	539.383,46
FOZ DO JORDÃO-PR	856.020,98	GOVERNADOR ARCHER-MA	5.212,84
FRAIBURGO-SC	25.877.111,86	GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC	1.697.575,00
FRANCA-SP	101.886.235,09	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	990.549,08
FRANCISCO ALVES-PR	3.622.217,61	GOVERNADOR EDISON LOBAO-MA	1.035.600,00
FRANCISCO AYRES-PI	8.317,57	GOVERNADOR EUGENIO BARROS-MA	434.176,80
FRANCISCO BADARO-MG	434.796,28	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA-RO	119.700,00
FRANCISCO BELTRÃO-PR	79.639.675,04	GOVERNADOR LINDENBERG-ES	1.212.659,76
FRANCISCO DUMONT-MG	1.952.539,55	GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	2.105.451,26
FRANCISCO MORATO-SP	6.656.579,26	GOVERNADOR NEWTON BELLO-MA	162.000,00
FRANCISCO SA-MG	2.410.255,44	GOVERNADOR NUNES FREIRE-MA	707.715,00
FRANCISCO SANTOS-PI	264.562,01	GOVERNADOR VALADARES-MG	79.815.955,92
FRANCISCOPOIS-MG	460.156,47	GRACA-CE	110.700,00
FRANCO DA ROCHA-SP	36.361.415,32	GRAJAU-MA	4.193.732,40
FREDERICO WESTPHALEN-RS	22.276.029,12	GRAMADO DOS LOUREIROS-RS	905.890,00
FREI GASPAR-MG	731.176,00	GRAMADO XAVIER-RS	761.777,51
FREI INOCÊNCIO-MG	963.137,81	GRAMADO-RS	33.514.301,36
FREI MIGUELIMHO-PE	191.375,08	GRANDES RIOS-PR	1.121.715,00
FREI PAULO-SE	19.563.619,02	GRANITO-PE	28.800,00
FREI ROGERIO-SC	127.350,00	GRANIA-CE	579.949,97
FRONTEIRA DOS VALES-MG	84.600,00	GRAO MOGOL-MG	2.368.745,34
FRONTEIRA-MG	506.250,06	GRAO PARA-SC	4.585.858,60
FRONTEIRAS-PI	722.190,68	GRAVATAI-RS	252.906.541,54
FRUTA DE LESTE-MG	127.400,00	GRAVATUBA-SC	5.987.835,38
FRUTAL-MG	139.472.391,28	GRAVATA-PE	12.851.891,03
FRUTUOSO GOMES-RN	69.002,82	GROAIAS-CE	100.000,00
FUNDÃO-ES	7.469.346,61	GROSSOS-RN	281.700,00
FUNDÂNDIA-MG	325.930,00	GRUPIARA-MG	289.366,00
GABRIEL MONTEIRO-SP	2.459.069,45	GUABIRU-RS	1.651.881,23
GADO BRAYO-PB	127.000,00	GUABIRUBA-SC	22.893.890,51
GALIA-SP	3.339.481,50	GUACU-ES	1.711.123,60
GALILEIA-MG	671.404,03	GUADALUPE-PI	7.885,21
GALVÃO-SC	3.106.496,51	GUATUBA-RS	35.578.188,32
GAMILEIRA DE GOIÁS-GO	2.935.166,28	GUATACARA-SP	7.127.824,54
GAMILEIRA-PE	584.500,00	GUAIMBE-SP	1.145.846,39
GAMILEIRAS-MG	82.601,21	GUAIACARA-PR	2.783.960,47
GANDU-BA	924.137,82	GUAIARA-PR	11.344.375,90
GARANHUNS-PE	30.029.698,27	GUAIARA-SP	168.142.466,51

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
GUATUBA-CE	287.811,24	IBARAMA-RS	1.876.189,40
GUATARA-MIRIM-RJ	36.721.923,40	IBARETAMA-CE	18.585,67
GUAJERU-BA	115.030,00	IBATEGUARA-AL	137.215,14
GUAMIRANGA-PR	4.279.327,30	IBATE-SP	20.694.318,46
GUAMUMBI-BA	11.606.855,62	IBATIBA-ES	1.466.284,92
GUANHARES-MG	3.421.992,59	IBEMA-PR	1.446.745,00
GUAPE-MG	2.576.987,36	IBERTIOGA-MG	485.657,50
GUAPIACU-SP	5.161.766,71	IBIACA-RS	6.367.469,61
GUAPIARA-SP	2.662.037,37	IBIAI-MG	978.400,00
GUAPIRIRIM-RJ	1.974.833,77	IBIA-MG	14.227.022,78
GUAPIRAMA-PR	392.723,73	IBIAM-SC	1.576.855,28
GUAPÓ-GO	1.271.682,00	IBIAPINA-CE	216.830,89
GUAPOREMA-PR	621.652,85	IBIASSUCE-BA	2.508.549,51
GUAPORE-RS	21.336.837,15	IBICARAI-BA	1.354.588,67
GUARABIRA-PB	9.047.355,85	IBICARE-SC	11.552.307,70
GUARACAI-SP	1.266.990,83	IBICOARA-BA	6.613.877,12
GUARACIABA DO NORTE-CE	1.042.944,45	IBICUI-BA	172.900,00
GUARACIABA-MG	1.081.634,00	IBICUITINGA-CE	591.700,00
GUARACIABA-SC	9.642.903,22	IBIMIRIM-PE	139.370,00
GUARACIAMA-MG	561.700,00	IBIPEBA-BA	93.504,00
GUARACI-PR	1.585.048,22	IBIPITANGA-BA	190.484,46
GUARACI-SP	250.275,32	IBIPORA-PR	20.319.859,94
GUARAI-TO	3.116.571,88	IBIRACI-MG	5.532.264,17
GUARAMIRANGA-CE	93.600,00	IBIRACU-ES	27.494.384,10
GUARAMIRIM-SC	60.557.876,34	IBIRATAIAS-RS	9.790.486,96
GUARANESIA-MG	11.805.037,96	IBIRAJUBA-PE	137.809,03
GUARANI DAS MISSOES-RS	5.867.372,86	IBIRAMA-SC	32.272.752,50
GUARANI DE GOIAS-GO	963.136,80	IBIRAPITANGA-BA	67.821,53
GUARANI D'OESTE-SP	172.110,41	IBIRAPUA-BA	5.471.986,32
GUARANIAÇU-PR	6.235.778,97	IBIRAPUITA-RS	1.970.529,00
GUARANI-MG	507.336,58	IBIRAREMA-SP	1.395.750,00
GUARANTA DO NORTE-MT	5.976.209,65	IBIRA-SP	4.191.585,08
GUARANTA-SP	1.927.727,39	IBIRATAIA-BA	352.880,00
GUARAPARI-ES	28.229.451,08	IBIRITE-MG	27.295.219,32
GUARAPUAVA-PR	130.864.906,92	IBIRUBA-RS	47.429.960,61
GUARAQUECABA-PR	647.991,00	IBITIARA-BA	184.500,00
GUARARA-MG	723.669,92	IBITINGA-SP	24.518.080,72
GUARARAPES-SP	19.106.745,78	IBITITA-BA	525.385,79
GUARAREMA-SP	15.891.468,53	IBITIURA DE MINAS-MG	1.120.100,00
GUARA-SP	7.399.435,17	IBITUUNA-MG	231.750,00
GUARATINGA-BA	660.142,29	IBUNA-SP	6.906.058,49
GUARATINGUETA-SP	25.744.451,27	IBOTIRAMA-BA	1.617.345,69
GUARATUBA-PR	2.035.251,66	ICAPUI-CE	666.327,62
GUARDA-MOR-MG	10.060.286,46	ICARAI DE MINAS-MG	418.021,30
GUAREI-SP	2.987.491,49	ICARAIMA-PR	2.661.877,90
GUARIBA-SP	154.832.518,12	ICARA-SC	73.140.958,65
GUARINOS-GO	160.300,00	ICATU-MA	109.800,00
GUARUJA DO SUL-SC	5.040.182,52	ICEM-SP	6.351.850,00
GUARUJA-SP	27.342.525,79	ICHI-BA	185.400,00
GUARULHOS-SP	1.507.672.136,55	ICD-CE	760.653,60
GUATAMBU-SC	2.450.648,14	ICONHA-ES	69.456.178,26
GUATAPARA-SP	15.120.446,86	ILMO MARINHO-RN	252.800,00
GUAXUPE-MG	19.919.619,74	IEPE-SP	4.014.536,31
GUIA LOPES DA LAGUNA-MS	2.793.671,80	IGACI-AL	387.251,42
GUIDOVAL-MG	3.174.032,37	IGAPORA-BA	494.690,00
GUIDMARÃES-MA	21.734,09	IGARACU DO TIETE-SP	11.484.967,16
GUIDMARÃIA-MG	1.348.060,00	IGARACY-PB	100.000,00
GUIDATINGA-MT	2.716.871,10	IGARAPAVA-SP	28.244.686,48
GUIDICEMA-MG	2.829.643,78	IGARAPE GRANDE-MA	455.000,00
GURINHATA-MG	1.020.009,20	IGARAPE-ACU-PA	1.028.428,10
GURINHEM-PB	280.470,47	IGARAPE-MG	17.807.155,33
GURUPI-TO	31.310.955,80	IGARASSU-PE	47.395.092,84
GUZOLANDIA-SP	1.453.751,30	IGARATA-SP	1.408.667,22
HARMONIA-RS	3.454.426,38	IGARATINGA-MG	16.140.521,91
HEITORAI-GO	200.000,00	IGRAPUNA-BA	290.039,81
HELIODORA-MG	225.401,15	IGREJA NOVA-AL	427.001,00
HELIOPOLIS-BA	403.190,00	IGREJINHA-RS	41.244.263,44
HERCULANDIA-SP	2.927.064,24	IGUABA GRANDE-RJ	390.193,79
HERVAL D'OESTE-SC	4.945.604,71	IGUAI-BA	101.057,91
HERVAL-RS	2.452.642,85	IGUAPE-SP	1.162.400,40
HERVEIRAS-RS	1.622.135,00	IGUARACI-PE	4.085,62
HIDROLANDIA-CE	84.000,00	IGUARACU-PR	3.230.158,07
HIDROLANDIA-GO	4.798.836,76	IGUATAMA-MG	1.736.543,00
HIDROLINA-GO	1.445.839,39	IGUATEMI-MS	3.799.339,06
HOLAMBRA-SP	10.015.752,29	IGUATU-CE	19.507.770,69
HONÓRIO SERPA-PR	4.746.840,91	IGUATU-PR	478.226,74
HORIZONTE-CE	154.618.902,71	IMCI-MG	2.922.750,00
HORIZONTINA-RS	492.684.410,82	IJUI-RS	65.121.068,59
HORTOLANDIA-SP	90.110.455,13	ILHA COMPRIDA-SP	19.342,29
HULHA NEGRA-RS	2.330.921,80	ILHA DAS FLORES-SE	14.075,99
HUMAITA-AM	1.097.687,89	ILHA SOLTEIRA-SP	3.464.421,42
HUMAITA-RS	768.855,73	ILHABELA-SP	3.352.924,31
IACANGA-SP	27.496.570,10	ILHEUS-BA	18.395.433,30
IACIARA-GO	1.946.439,48	ILHOTA-SC	8.261.400,92
IACU-SP	4.347.923,28	ILKINEA-MG	2.553.113,37
IACU-BA	1.696.294,54	ILOPOLIS-RS	1.476.879,70
IAPU-MG	1.657.965,62	IMARUI-SC	853.300,03
IARAS-SP	224.000,00	IMBAU-PR	3.891.801,89
IATI-PE	348.375,00	IMBE DE MINAS-MG	299.900,00
IBAITI-PR	6.113.420,30	IMBE-RS	2.940.135,09

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
IMBITUBA-SC	11.907.786,28	IRINEOPOLIS-SC	3.529.006,38
IMBITUVA-PR	12.967.695,04	IRITUJA-PA	307.300,00
IMBUIA-SC	7.732.783,91	IRUPI-ES	979.489,00
IMIGRANTE-RS	4.787.264,00	ISAÍAS COELHO-PI	25.322,10
IMPERATRIZ-MA	56.204.008,75	ITAARA-RS	4.195.124,70
INACIO MARTINS-PR	669.517,67	ITABAIANA-PB	858.225,14
INACIOLÂNDIA-GO	3.597.782,11	ITABAIANA-SE	21.599.483,86
INAJÁ-PE	38.957,04	ITABAIANINHA-SE	7.621.112,34
INAJÁ-PR	614.957,14	ITABELA-BA	2.683.212,00
INCONFIDENTES-MG	1.035.538,01	ITABERABA-BA	5.024.814,37
INDAIAL-SC	41.872.769,06	ITABERAÍ-GO	12.408.847,60
INDAIAL-SP	128.717.566,72	ITABERA-SP	9.299.889,66
INDEPENDÊNCIA-CE	387.768,56	ITABIRA-MG	43.841.604,07
INDEPENDÊNCIA-RS	5.748.420,00	ITABIRINHA DE MANTENA-MG	503.353,47
INDIANA-SP	2.606.362,65	ITABIRITO-MG	21.929.680,10
INDIANÓPOLIS-MG	7.578.111,68	ITABORÁ-RJ	27.179.401,50
INDIANÓPOLIS-PR	10.447.605,46	ITABUNA-BA	54.075.271,09
INDIAPORA-SP	2.680.214,78	ITACAJÁ-TO	602.241,25
INDIARA-GO	3.622.934,43	ITACARAMBI-MG	1.962.101,38
INDIARÓBA-SE	10.489,20	ITACARE-BA	170.384,02
INDIAVAÍ-MT	131.949,94	ITACATIAI-AM	3.286.909,30
INGAI-MG	858.826,29	ITACURUBI-RS	4.266.641,76
INGÁ-PB	80.339,75	ITACURUBI-BA	602.428,53
INGAZEIRA-PE	26.200,11	ITAGI-BA	74.400,00
INHACORA-RS	1.256.426,00	ITAGIBA-BA	675.784,25
INHAMBUPÉ-BA	2.351.267,00	ITAGIMIRIM-BA	934.000,00
INHANGAPÉ-PA	948.450,00	ITAGIQUÉ-ES	871.063,10
INHAPIM-MG	2.323.829,79	ITAGUAÍ-RJ	81.183.084,06
INHAUMA-MG	13.304.570,61	ITAGUAJE-PR	347.520,00
INHUMA-PI	372.550,27	ITAGUARA-MG	6.515.059,43
INHUMAS-GO	12.988.777,86	ITAGUARI-GO	346.043,19
INHUTABA-MG	364.044,00	ITAGUARU-GO	377.144,51
INOCÊNCIA-MS	1.674.855,64	ITAGUATINS-TO	119.000,00
INUBIA PAULISTA-SP	555.182,52	ITAIBA-PE	6.062,84
IONÉRE-SC	7.024.076,39	ITAICABA-CE	88.027,98
IPABA-MG	1.633.850,03	ITAIOFÓPOLIS-SC	25.236.724,25
IPAMERI-GO	11.293.413,39	ITAÍPE-MG	527.400,00
IPANEMA-MG	6.213.775,22	ITAIPULÂNDIA-PR	6.216.837,94
IPANGUACU-RN	401.527,20	ITAI-SP	19.410.930,26
IPAPORANGA-CE	275.792,00	ITATINGA-CE	5.777.517,28
IPATINGA-MG	73.086.954,14	ITAITUBA-PA	17.187.174,06
IPAUMIRIM-CE	946.700,00	ITAJÁ-GO	1.342.754,41
IPAUSSU-SP	45.835.868,01	ITAJAI-SC	290.532.028,70
IPERO-SP	3.407.765,85	ITAJAI-RN	3.701.990,39
IPE-RS	5.775.118,80	ITAJOBÍ-SP	6.326.147,46
IPEUNA-SP	6.897.669,68	ITAJU DO COLÔNIA-BA	180.700,00
IPICUI-MG	774.782,16	ITAJUBA-MG	177.641.368,97
IPIAU-BA	2.844.003,84	ITAJUIPE-BA	527.010,24
IPIGUA-SP	481.000,00	ITAJU-SP	1.673.437,46
IPIRA-BA	3.526.416,14	ITALVA-RJ	2.064.306,44
IPIRANGA DE GOIÁS-GO	615.480,00	ITAMARACA-PE	497.962,89
IPIRANGA DO NORTE-MT	10.282.851,59	ITAMARAJU-BA	4.979.276,18
IPIRANGA DO PIAUÍ-PI	298.340,27	ITAMARANDIBA-MG	8.797.459,09
IPIRANGA DO SUL-RS	2.476.717,57	ITAMARATI DE MINAS-MG	2.255.376,48
IPIRANGA-PR	10.626.671,76	ITAMBACURI-MG	3.307.229,45
IPIRA-SC	2.600.432,15	ITAMBACARA-PR	4.259.603,63
IPIXUNA DO PARA-PA	441.049,00	ITAMBÉ DO MATO DENTRO-MG	280.000,00
IPOJUCA-PE	11.255.196.530,41	ITAMBÉ-BA	2.165.891,08
IPORA DO OESTE-SC	13.387.305,17	ITAMBÉ-PE	484.572,83
IPORA-GO	3.570.926,00	ITAMBÉ-PR	3.337.074,29
IPORANGA-SP	118.741,52	ITAMOGI-MG	2.273.348,19
IPORÁ-PR	5.230.682,18	ITAMONTE-MG	2.281.236,99
IPUAÇU-SC	4.465.235,60	ITANHÉM-SP	10.967.585,21
IRUA-SP	4.547.604,28	ITANHANDU-MG	9.911.631,87
IRUBÉ-PE	2.669.742,64	ITANHANGA-MT	1.989.960,00
IRU-CE	34.299,83	ITANHÉM-BA	1.280.796,74
IRUEIRA-RN	105.000,00	ITANHOMI-MG	596.109,02
IRUEIRAS-CE	22.265,91	ITAOBIM-MG	1.521.867,13
IRUIUNA-MG	4.569.392,91	ITAOCARA-RJ	1.144.815,52
IRUPIRIM-SC	19.968.403,92	ITAOCARA-SP	668.500,00
IRUPIRARA-BA	426.772,09	ITAPACI-GO	1.313.876,59
IRACEMA DO OESTE-PR	3.935.518,50	ITAPAGE-CE	2.477.376,59
IRACEMA-CE	1.766.677,35	ITAPAGIPE-MG	4.306.385,59
IRACEMAPOULIS-SP	29.391.461,20	ITAPARICA-BA	883.134,58
IRACEMINHA-SC	4.873.427,00	ITAPE-BA	480.591,24
IRAI DE MINAS-MG	3.128.166,80	ITAPEBÍ-BA	1.046.064,71
IRAI-RS	2.582.772,81	ITAPECEIRA DA SERRA-SP	51.222.233,68
IRAMAIA-BA	405.434,20	ITAPECEIRA-MG	6.006.406,69
IRANDUBA-AM	5.368.701,20	ITAPÉCURU MIRIM-MA	4.595.523,68
IRANI-SC	9.001.663,17	ITAPEJARA D'OESTE-PR	17.673.822,43
IRAPUA-SP	3.280.506,42	ITAPERA-SC	18.574.879,59
IRAPURU-SP	1.463.158,01	ITAPEMIRIM-ES	5.324.575,25
IRAQUARA-BA	278.473,15	ITAPERUCU-PR	6.747.858,37
IRARA-BA	1.497.930,00	ITAPERUNA-RJ	24.843.893,29
IRATI-PR	29.533.578,30	ITAPETIM-PE	22.899,00
IRATI-SC	1.144.970,00	ITAPETINGA-BA	31.472.482,90
IRACUBA-CE	360.559,16	ITAPETINGA-SP	93.308.649,48
IRECE-BA	8.118.067,04	ITAPEVA-MG	10.624.978,76
IRETAMA-PR	2.230.053,07	ITAPEVA-SP	50.103.416,93
		ITAPEVÍ-SP	241.611.177,93

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
ITAPICURU-BA	645.303,00	JACARACI-BA	478.767,44
ITAPIPOCA-CE	57.934.785,07	JACARAU-PB	318.245,96
ITAPIRANGA-AM	316.000,00	JACAREACANGA-PA	111.825,00
ITAPIRANGA-SC	18.975.582,17	JACAREI-SP	119.070.557,53
ITAPIRAPUA PAULISTA-SP	422.726,20	JACAREZINHO-PR	33.880.071,96
ITAPIRAPUA-GO	447.726,10	JACIARA-MT	14.375.786,55
ITAPIRA-SP	37.540.550,38	JACINTO MACHADO-SC	11.093.543,18
ITAPIRATINS-TO	462.860,00	JACINTO-MG	1.180.952,92
ITAPISSUMA-PE	4.056.000,00	JACI-SP	6.391.321,33
ITAPITANGA-BA	203.206,44	JACOBINA DO PIAUI-PI	8.728,61
ITAPIUNA-CE	253.000,00	JACOBINA-BA	4.951.799,00
ITAPOA-SC	2.180.054,73	JACUI-MG	1.583.521,31
ITAPOLIS-SP	19.459.502,40	JACUIPE-AL	210.600,00
ITAPORA DO TOCANTINS-TO	129.150,00	JACUZINHO-RS	3.224.908,00
ITAPORA-MS	9.383.111,47	JACURUA-PA	6.774.706,75
ITAPORANGA D'AJUDA-SE	2.405.499,05	JACUPITRANGA-SP	7.057.371,99
ITAPORANGA-PB	1.381.894,27	JACUTINGA-MG	6.073.018,69
ITAPORANGA-SP	7.352.962,45	JACUTINGA-RS	4.145.355,07
ITAPOROROCA-PB	87.702,25	JAGUAPITA-PR	10.192.045,20
ITAPUA DO OESTE-RO	1.601.500,00	JAGUAQUARA-BA	2.367.688,35
ITAPUI-SP	8.832.045,22	JAGUARACU-MG	370.320,00
ITAPURANGA-GO	3.737.588,37	JAGUARAO-RS	9.145.922,50
ITAPURA-SP	914.480,43	JAGUARARI-BA	1.896.600,00
ITAGUAQUECETUBA-SP	84.312.185,99	JAGUARE-ES	4.491.190,60
ITAGUIRAI-MS	8.036.879,04	JAGUARETAMA-CE	1.045.253,00
ITAGUI-RS	52.788.379,27	JAGUARIACIA-PR	34.149.143,57
ITARAMA-ES	2.151.067,01	JAGUARIBARA-CE	51.322,86
ITARAMIM-BA	656.045,10	JAGUARIBE-CE	3.322.974,69
ITARARE-SP	17.297.922,27	JAGUARIBE-BA	188.691,90
ITAREMA-CE	489.650,28	JAGUARI-RS	4.522.148,86
ITARIRI-SP	2.266.438,56	JAGUARIUNA-SP	28.797.885,78
ITARUMA-GO	1.124.145,90	JAGUARUANA-CE	4.029.146,12
ITA-SC	4.817.258,34	JAGUARUNA-SC	9.331.622,80
ITATIAIA-RJ	309.217,73	JAIBA-MG	4.467.853,26
ITATIAUCU-MG	32.317.046,40	JAICOS-PI	585.845,37
ITATIBA DO SUL-RS	347.147,00	JALES-SP	24.182.633,08
ITATIBA-SP	129.568.726,09	JAMBEIRO-SP	5.454.271,44
ITATIM-BA	1.184.440,00	JAMPURCA-MG	457.335,00
ITATINGA-SP	5.505.738,73	JANAUBA-MG	15.607.494,51
ITATIRA-CE	14.506,72	JANADA DO SUL-PR	13.748.469,10
ITATI-RS	1.657.620,00	JANADA-GO	538.000,00
ITATUBA-PB	2.361.062,30	JANAJIRA-BA	185.906,00
ITAU DE MINAS-MG	30.962.088,83	JANAJIRA-RN	28.500,00
ITAUBA-MT	1.769.115,50	JANDIRA-SP	31.124.507,60
ITAUUCU-GO	673.051,00	JANGADA-MT	2.169.611,00
ITAUERA-PI	414.600,00	JANIOPOLIS-PR	4.416.237,84
ITAUNA DO SUL-PR	338.382,00	JANUARIA-MG	3.492.771,31
ITAUNA-MG	71.025.733,36	JAPARAIBA-MG	779.777,62
ITAYERAVA-MG	2.120.560,00	JAPARATUBA-SE	161.749,08
ITINGA DO MARANHÃO-MA	1.186.786,55	JAPERI-RJ	6.950.043,98
ITINGA-MG	3.968.877,60	JAPIRA-PR	274.702,29
ITIQUEIRA-MT	14.426.936,94	JAPOATA-SE	1.625.675,00
ITIRAPINA-SP	7.480.507,11	JAPONVIR-MS	468.288,00
ITIRAPUA-SP	973.519,79	JAPORA-MS	469.454,00
ITIRUCU-BA	362.673,00	JAPIRA-AM	342.992,82
ITUBA-BA	212.830,47	JAPURA-PR	4.823.474,35
ITUI-SP	4.115.844,77	JAUQUEIRA-PE	677.000,00
ITURORO-BA	390.361,10	JAUQUERANA-RS	1.118.937,50
ITUACU-BA	1.567.839,60	JARAGUA DO SUL-SC	867.399.795,77
ITUBERA-BA	2.643.937,45	JARAGUA-GO	5.079.396,12
ITUETA-MG	1.032.571,60	JARAGUARI-MS	1.478.400,00
ITUETABA-MG	14.291.885,24	JARAMATAIA-AL	570.400,00
ITUMBARA-GO	115.235.678,47	JARDIM ALEGRE-PR	6.886.627,25
ITUMIRIM-MG	70.967,08	JARDIM DE PIRANHAS-RN	1.236.014,11
ITUPEVA-SP	77.940.460,09	JARDIM DO SERIDO-RN	393.892,92
ITUPIRANGA-PA	888.662,60	JARDIM OLINDA-PR	62.000,00
ITUPOANGA-SC	26.926.270,26	JARDIM-CE	171.332,00
ITURAMA-MG	50.272.077,20	JARDIM-MS	3.444.956,47
ITU-SP	153.571.545,46	JARDINOPOLIS-SC	172.000,00
ITUTINGA-MG	1.330.144,00	JARDINOPOLIS-SP	25.622.670,71
ITUIVERAVA-SP	17.470.218,62	JARINU-SP	22.233.172,16
ITU-BA	620.224,75	JARI-RS	4.371.480,00
ITUNA-ES	4.867.988,09	JARI-RO	7.858.388,96
IVAPORA-PR	14.265.994,41	JATAI-GO	597.947.314,33
IVAI-PR	7.385.846,81	JATAIZINHO-PR	3.626.546,00
IVATE-PR	5.554.060,29	JATEI-MS	1.389.160,49
IVATUBA-PR	2.921.394,99	JATI-CE	130.230,19
IVINHEMA-MS	5.123.612,09	JATOBA DO PIAUI-PI	140.000,00
IVOLANDIA-GO	425.084,99	JATOBA-MA	12.073,81
IVORA-RS	277.500,00	JATOBA-PE	669.340,86
IVOTI-RS	44.556.412,65	IAU DO TOCANTINS-TO	1.501.340,00
JABOATAO DOS GUARARAPES-PE	468.609.674,73	JAUPACI-GO	19.990,00
JABORANDI-BA	9.356.981,15	JAURO-MT	547.837,14
JABORANDI-SP	4.780.550,50	JAU-SP	69.687.167,78
JABORA-SC	2.175.907,68	JECABA-MG	354.726.620,00
JABOTICABAL-SP	79.237.889,43	JENIPAO DE MINAS-MG	608.331,39
JABOTICABA-RS	2.168.317,40	JENIPAO DOS VIEIRAS-MA	147.200,00
JABOTICATUBAS-MG	4.438.059,94	JEQUERI-MG	2.051.884,00
JABOTI-PR	1.123.631,44	JEQUILA DA PRAIA-AL	1.673.750,00
JACANA-RN	1.409.260,00	JEQUITE-BA	54.368.824,35

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
JEQUITÁI-MG	447.800,00	LAGOA BONITA DO SUL-RS	1.629.500,00
JEQUITIBA-MG	542.480,00	LAGOA DA CANOA-AL	368.300,00
JEQUITINHONHA-MG	1.275.700,50	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	4.615.026,58
JEKIMOABO-BA	3.779.406,85	LAGOA DA PRATA-MG	16.594.279,26
JEKUIARA-SP	3.517.251,86	LAGOA DE DENTRO-PB	21.160,33
JERONIMO MONTEIRO-ES	216.039,60	LAGOA DO BARRO DO PIAUI-PI	83.150,00
JERUMENHA-PI	622.368,00	LAGOA DO CARRO-PE	536.730,00
JESUÂNIA-MG	590.970,00	LAGOA DO ITAENGA-PE	7.521.014,53
JESUITAS-PR	6.314.937,11	LAGOA DO MATO-MA	105.730,06
JESUPOLIS-GO	122.880,00	LAGOA DO OURO-PE	445.980,96
JUACA DE JERICOACOARA-CE	254.100,00	LAGOA DO PIAUI-PI	73.319,90
JU-PARANA-RO	61.294.725,24	LAGOA DO TOCANTINS-TO	85.050,00
JUIQUIRICA-BA	139.020,00	LAGOA DOS GATOS-PE	144.800,00
JUACABA-SC	37.564.711,95	LAGOA DOS PATOS-MG	95.000,00
JUAIMA-MG	1.178.494,83	LAGOA DOS TRÊS CANTOS-RS	1.522.920,00
JUANDOPOLIS-SP	1.602.253,79	LAGOA DOURADA-MG	5.747.538,60
JUAO ALFREDO-PE	2.402.811,55	LAGOA FORMOSA-MG	7.105.230,20
JUAO CAMARA-RN	1.930.672,75	LAGOA GRANDE-MG	2.697.550,96
JUAO DOURADO-BA	974.466,06	LAGOA GRANDE-PE	912.807,90
JUAO LISBOA-MA	1.109.613,82	LAGOA NOVA-RN	173.986,84
JUAO MONLEVADE-MG	39.239.820,06	LAGOA REAL-BA	64.467,20
JUAO NETIVA-ES	4.299.213,67	LAGOA SALGADA-RN	561.360,00
JUAO PESSOA-PB	124.107.078,46	LAGOA SANTA-GO	453.829,30
JUAO PINHEIRO-MG	44.502.616,02	LAGOA SANTA-MG	17.702.668,76
JUAO RAMALHO-SP	909.885,60	LAGOA SECA-PB	1.512.200,00
JOAQUIM FELICIANO-MG	183.830,00	LAGOA VERMELHA-RS	24.359.754,64
JOAQUIM GOMES-AL	377.800,00	LAGOAO-RS	502.760,00
JOAQUIM NABUCO-PE	195.260,00	LAGOINHA-SP	677.130,00
JOAQUIM TAVORA-PR	12.903.431,93	LAGUNA CARAPA-MS	8.451.233,12
JOIA-RS	14.942.889,14	LAGUNA-SC	9.765.835,31
JOINVILLE-SC	808.121.604,09	LAJE DO MURIAE-RJ	350.892,02
JORDANIA-MG	428.154,10	LAJEADO DO BUGRE-RS	484.043,00
JORDAO-AC	121.457,45	LAJEADO GRANDE-SC	210.000,00
JOSE BOITEUX-SC	2.382.380,00	LAJEADO NOVO-MA	167.578,39
JOSE BONIFACIO-SP	21.773.711,18	LAJEADO-RS	82.104.907,78
JOSE DE FREITAS-PI	93.297,37	LAJEADO-TO	2.150.706,35
JOSE GONCALVES DE MINAS-MG	207.900,00	LAJE-BA	650.146,04
JOSE RAYDAN-MG	567.884,03	LAJEDAO-BA	862.510,00
JOSELÂNIA-MA	14.775,99	LAJEDINHO-BA	156.450,40
JOVIANIA-GO	5.162.241,33	LAJEDO DO TABOAL-BA	46.400,00
JUARA-MT	21.112.012,08	LAJEDO-PE	3.138.899,22
JUATUBA-MG	12.975.325,90	LAJES PINTADAS-RN	105.360,00
JUAZEIRINHO-PB	524.139,59	LAJES-RN	277.506,14
JUAZEIRO DO NORTE-CE	20.577.331,56	LAJINHA-MG	2.183.670,39
JUAZEIRO DO PIAUI-PI	280.000,00	LAMARAO-BA	66.000,00
JUAZEIRO-BA	26.968.999,35	LAMBARI DOESTE-MT	1.265.590,55
JUCAS-CE	4.491.049,48	LAMBARI-MG	1.739.787,26
JUCATI-PE	144.800,00	LAMBIM-MG	83.887,44
JUCURUQU-BA	621.574,00	LAPAO-BA	1.380.859,15
JUCURUTU-RN	1.261.491,08	LAPA-PR	30.494.401,63
JUINA-MT	10.222.729,47	LARANJA DA TERRA-ES	1.364.684,12
JUIZ DE FORA-MG	424.621.157,97	LARANJAL DO JARI-AP	81.255,24
JULIO DE CASTILHOS-RS	25.518.973,93	LARANJAL PAULISTA-SP	20.450.546,76
JULIO MESQUITA-SP	281.742,02	LARANJAL-MG	13.370.090,67
JUMIRIM-SP	2.188.730,38	LARANJAL-PR	1.435.735,90
JUNCO DO SERIDO-PB	157.384,22	LARANZEIRAS DO SUL-PR	13.353.586,77
JUNDIA-AL	229.800,00	LARANZEIRAS-SE	3.574.061,35
JUNDIAI DO SUL-PR	2.760.786,12	LASSANCE-MG	86.400,00
JUNDIAI-SP	442.196.207,77	LAURENTINO-SC	8.507.163,13
JUNQUEIRO-AL	3.183.844,24	LAURO DE FREITAS-BA	80.830.166,09
JUNQUEIROPOLIS-SP	8.921.203,62	LAURO MULLER-SC	26.210.393,42
JUPIÁ-SC	1.239.974,00	LAVINIA-SP	2.562.282,80
JUQUIA-SP	1.588.410,19	LAVRAS DA MANGABEIRA-CE	332.500,00
JUQUITIBA-SP	2.919.261,85	LAVRAS DO SUL-RS	1.982.206,63
JURAMENTO-MG	187.160,00	LAVRAS-MG	52.225.482,25
JURANDA-PR	7.399.621,84	LAVRINHAS-SP	93.255.482,62
JUREMA-PE	196.232,22	LEANDRO FERREIRA-MG	855.995,25
JURIPIRANGA-PB	103.500,00	LEBON REGIS-SC	5.044.517,41
JURUAIA-MG	962.847,01	LEME-SP	79.603.481,06
JURUENA-MT	1.310.429,24	LENCOIS PAULISTA-SP	150.243.109,84
JURU-PB	9.443,51	LENCOIS-BA	228.124,84
JURUTIPA	86.815.114,31	LEOBERTO LEAL-SC	1.613.302,00
JUSCIMEIRA-MT	2.661.678,46	LEOPOLDINA-MG	17.684.748,17
JUSSARA-BA	806.610,00	LEOPOLDO DE BULHOES-GO	3.267.180,07
JUSSARA-GO	3.436.758,92	LEOPOLIS-PR	1.320.135,00
JUSSARA-PR	9.063.297,45	LIBERATO SALZANO-RS	843.313,63
JUSSIAPE-BA	658.318,50	LIBERDAD-MG	72.000,00
JUTI-MS	449.553,71	LICINIO DE ALMEIDA-BA	2.069.248,39
JUVENILIA-MG	650.630,00	LIDIANOPOLIS-PR	1.762.720,00
KALORE-PR	1.088.495,85	LIMA CAMPOS-MA	406.882,72
LABREA-AM	1.193.125,17	LIMA DUARTE-MG	3.909.248,25
LACERDOPOLIS-SC	4.820.427,07	LIMERA DO OESTE-MG	20.856.915,68
LADAINHA-MG	373.020,48	LIMERA-SP	262.582.987,86
LADARIO-MS	95.361,18	LIMOEIRO DE ANACIA-AL	560.330,00
LAFAIETE GOUTINHO-BA	138.240,00	LIMOEIRO DO NORTE-CE	8.615.199,86
LAGAMAR-MG	3.715.040,46	LIMOEIRO-PE	4.360.431,65
LAGARTO-SE	11.588.025,07	LINDOESTE-PR	3.979.237,70
LAGES-SC	69.073.985,84	LINDOIA DO SUL-SC	6.456.701,34
LAGO DA PEDRA-MA	1.999.762,08	LINDOIA-SP	3.192.753,47
LAGOA ALEGRE-PI	117.000,00	LINDOLFO COLLOR-RS	18.944.627,80

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
LINHA NOVA-RS	42.000,00	MANDAGUAÇU-PR	25.174.074,00
LINHARES-ES	170.482.373,29	MANDAGUAÍ-PR	44.916.958,25
LINS-SP	368.637.686,54	MANDIRITUBA-PR	21.082.546,21
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA-BA	5.583.796,13	MANDURÍ-SP	2.850.827,79
LIZARDA-TO	11.985,00	MANGA-MG	1.825.614,00
LOANDA-PR	16.257.254,42	MANGARATIBA-RJ	14.977.402,78
LOBATO-PR	1.472.002,54	MANGUEIRINHA-PR	15.148.513,92
LOGRADOURO-PB	101.860,00	MANHUAÇU-MG	18.213.908,07
LONDRIANA-PR	555.288.830,55	MANHUMIRIM-MG	2.526.662,30
LONTRA-MG	224.680,00	MANICORÉ-AM	732.802,37
LONTRAS-SC	18.645.156,63	MANOEL RIBAS-PR	14.351.617,15
LORENA-SP	31.315.010,07	MANOEL VIANA-RS	4.866.968,53
LORETO-MA	5.128.900,26	MANOEL VITORINO-BA	320.670,00
LOUVEIRA-SP	18.362.800,83	MANSIDÃO-BA	58.208,00
LUCAS DO RIO VERDE-MT	103.229.607,16	MANTENA-MG	1.023.968,09
LUCELIA-SP	16.040.700,86	MANTENOPOLIS-ES	80.820,00
LUCEÑA-PB	1.798.334,31	MAQUINÉ-RS	1.641.590,00
LUCIANÓPOLIS-SP	749.942,74	MAR DE ESPANHA-MG	1.633.037,65
LUCRECIA-RN	252.200,00	MAR VERMELHO-AL	50.000,00
LUIS ANTONIO-SP	68.442.199,27	MARA ROSA-GO	2.535.747,85
LUIS CORREIA-PI	43.439,18	MARABÁ PAULISTA-SP	323.140,00
LUIS EDUARDO MAGALHÃES-BA	47.586.751,39	MARABÁ-PA	124.732.319,07
LUISLANDIA-MG	418.885,00	MARACACUME-MA	143.100,00
LUÍZ ALVES-SC	17.791.745,39	MARACÁI-SP	10.444.687,92
LUÍZIANA-PR	10.384.429,81	MARACÁIA-SC	7.707.175,27
LUÍZIANIA-SP	218.100,91	MARACÁJU-MS	56.222.998,13
LUMINARIAS-MG	1.847.100,00	MARACANAÚ-CE	168.842.980,26
LUNARDELLI-PR	699.632,20	MARACAS-BA	2.626.762,78
LUPERÍCIO-SP	98.734,89	MARAGOGI-AL	888.156,12
LUPIONÓPOLIS-PR	5.433.008,09	MARAGOGIPE-BA	538.565,48
LUTECIA-SP	647.766,00	MARAJAL-PE	767.000,00
LUZERNA-SC	7.105.043,70	MARANGUAPÉ-CE	9.568.199,69
LUZIANIA-GO	171.192.862,49	MARAPANIM-PA	78.000,00
LUZILANDIA-PI	23.401,50	MARAPÓAMA-SP	1.463.770,00
LUZ-MG	4.590.096,13	MARATÁIZES-ES	4.067.047,33
MACAÉ-RJ	73.398.884,05	MARATÁ-RS	1.342.704,90
MACAIBA-RN	24.850.891,49	MARAU-BA	128.000,00
MACAÍUBA-BA	143.046,00	MARAU-RS	51.158.632,88
MACAMBARA-RS	7.711.934,00	MARAVILHA-AL	1.085.625,00
MACAMBIRA-SE	350.540,00	MARAVILHA-SC	40.677.309,90
MACAPÁ-AP	23.691.686,93	MARAVILHAS-MG	2.929.165,55
MACAPARANA-PE	1.394.718,15	MARCACAO-PB	100.000,00
MACARANI-BA	555.107,29	MARCELÂNDIA-MT	3.521.930,01
MACATUBA-SP	39.443.311,34	MARCELINO RAMOS-RS	1.687.002,72
MACAUBAL-SP	1.561.576,55	MARCELINO VIEIRA-RN	19.199,16
MACAUBAS-BA	1.069.686,27	MARCONILIO SOUZA-BA	178.410,64
MACAÚ-RN	681.442,76	MARCO-CE	1.806.835,63
MACEDONIA-SP	965.594,18	MARCOLÂNDIA-PI	310.000,00
MACEIO-AL	210.903.518,71	MARECHAL CANDIDO RONDON-PR	52.221.352,11
MACHACALIS-MG	493.652,50	MARECHAL DEODORO-AL	20.527.106,21
MACHADINHO D'OESTE-RO	3.821.703,78	MARECHAL FLORIANO-ES	11.703.494,99
MACHADINHO-RS	2.519.697,00	MAREMA-SC	130.000,00
MACHADO-MG	17.183.280,40	MARIA DA FE-MG	5.268.375,80
MACHADOS-PE	286.725,52	MARIA HELENA-PR	1.500.780,10
MACIEIRA-SC	572.610,00	MARIALVA-PR	38.127.549,38
MACUCO-RJ	1.167.904,00	MARIANA PIMENTEL-RS	1.091.718,00
MACURURÉ-BA	31.449,03	MARIANA-MG	9.408.350,71
MADRE DE DEUS DE MINAS-MG	911.362,00	MARIANO MORE-RS	2.560.321,44
MADRE DE DEUS-BA	1.706.423,20	MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS-TO	1.001.681,00
MAE DO RIO-PA	1.077.369,05	MARIAPOLIS-SP	1.541.982,00
MAETINGA-BA	6.742,00	MARIBONDO-AL	213.890,00
MAFRA-SC	28.057.575,98	MARICA-RJ	7.586.513,95
MAGALHÃES DE ALMEIDA-MA	83.618,42	MARILAC-MG	296.960,00
MAGDA-SP	627.208,60	MARILÂNDIA DO SUL-PR	7.536.119,06
MAGE-RJ	16.810.316,41	MARILÂNDIA-ES	1.987.268,03
MAJQUINIQUE-BA	554.643,07	MARILENA-PR	1.392.510,89
MAIRI-BA	7.446,78	MARILIA-SP	157.377.005,53
MAIRINQUE-SP	15.007.556,85	MARILUZ-PR	3.813.356,35
MAIRIPORA-SP	39.505.826,34	MARINGÁ-PR	622.524.777,26
MAIRIPOTABA-GO	109.280,00	MARINÓPOLIS-SP	1.144.679,00
MAJOR GERCINO-SC	61.626.000,00	MARIO CAMPOS-MG	7.980.860,32
MAJOR ISIDORO-AL	769.170,00	MARIPOLIS-PR	6.968.023,62
MAJOR VIEIRA-SC	5.134.585,50	MARIPIA DE MINAS-MG	90.500,00
MALACACHETA-MG	1.509.818,67	MARIPIA-PR	7.060.160,16
MALHADA DE PEDRAS-BA	1.320.398,80	MARL-PB	150.880,77
MALHADA DOS BOIS-SE	951.200,00	MARITUBA-PA	24.999.614,03
MALHADA-BA	645.515,20	MARIZÓPOLIS-PB	4.032,06
MALHADOR-SE	1.128.656,00	MARLIÉRIA-MG	1.038.850,00
MALLET-PR	18.173.238,49	MARMELEIRO-PR	16.184.292,11
MALTA-PB	105.000,00	MARQUES DE SOUZA-RS	2.613.650,00
MAMANGUAPE-PB	10.119.402,38	MARQUINHO-PR	195.828,96
MAMBÁI-GO	1.432.168,58	MARQUINHO CAMPOS-MG	19.315.431,55
MAMBORÉ-PR	20.492.108,60	MARTINÓPOLIS-CE	431.200,00
MAMONAS-MG	475.200,00	MARTINÓPOLIS-SP	5.328.569,16
MAMPITUBA-RS	291.900,00	MARTINS SOARES-MG	888.506,40
MANACAPURU-AM	4.335.345,54	MARTINS-RN	217.716,74
MANAIRA-PB	24.348,17	MARUM-SE	775.800,00
MANAQUIRI-AM	413.860,00	MARUMBI-PR	755.038,95
MANAUS-AM	1.067.659.484,78	MARZAGAD-GO	373.680,12
MANCIO LIMA-AC	1.239.900,00	MASCOTE-BA	1.097.000,00

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
MASSAPE-CE	800.238,79	MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP	334.810.627,25
MASSARANDUBA-PB	351.463,60	MIRANTE-BA	405.793,00
MASSARANDUBA-SC	21.568.658,54	MIRASSOL-PR	508.186,00
MATA DE SAO JOAO-BA	1.959.232,56	MIRASSOL D'OESTE-MT	4.990.691,62
MATA ROMA-MA	548.763,21	MIRASSOL-SP	60.109.443,75
MATA VERDE-MG	98.796,00	MIRAVANIA-MG	125.720,00
MATAO-SP	95.688.320,40	MIRIM DOCE-SC	1.662.067,20
MATARACA-PB	358.034,48	MIRINZAL-MA	358.280,00
MATA-RS	1.231.168,89	MISSAL-PR	15.879.760,44
MATEIROS-TO	2.191.100,00	MISSAO VELHA-CE	2.544.889,19
MATELANDIA-PR	25.007.867,55	MOJOCA-SP	38.575.797,40
MATEUS LEME-MG	9.453.243,03	MODELO-SC	2.838.488,42
MATHIAS LOBATO-MG	164.320,00	MOEDA-MG	2.323.319,20
MATIAS BARBOSA-MG	42.179.728,49	MOEMA-MG	887.830,66
MATIAS CARDOSO-MG	1.830.374,76	MOGI-BA	224.904,75
MATIAS OLIMPIO-PI	190.000,00	MOGI DAS CRUZES-SP	170.927.700,70
MATINHÁ-MA	117.520,00	MOGI-GUAÇU-SP	571.920.187,99
MATINHOS-PR	1.954.406,39	MOGI-MIRIM-SP	122.140.720,21
MATIPO-MG	4.788.097,64	MOIPORA-GO	106.200,00
MATO CASTELHANO-RS	3.458.940,00	MOTA BONITA-SE	3.519.500,04
MATO LEITAO-RS	17.017.570,79	MOJU-PA	1.905.968,45
MATO QUEIMADO-RS	401.645,60	MOMBACA-CE	867.326,59
MATO RICO-PR	1.498.351,84	MOMBUCA-SP	1.241.850,00
MATO VERDE-MG	564.126,56	MONCAO-MA	326.100,00
MATÕES DO NORTE-MA	19.200,00	MONCOES-SP	613.500,00
MATÕES-MA	99.000,00	MONDAI-SC	16.620.307,61
MATOS COSTA-SC	1.05.000,00	MONGAGUA-SP	4.581.984,53
MATOZINHOS-MG	31.254.066,75	MONDOLLOS-MG	1.94.400,00
MATRINCHIA-GO	824.412,33	MONSENHOR GIL-PI	1.62.400,00
MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	1.080.880,00	MONSENHOR PAULO-MG	5.396.743,68
MATUPA-MT	5.579.270,35	MONSENHOR TABOSA-CE	62.300,00
MATUTINA-MG	961.281,28	MONTADAS-PB	345.000,00
MAUA DA SERRA-PR	7.820.410,18	MONTALVANIA-MG	2.939.524,00
MAUA-SP	149.873.355,01	MONTANHA-ES	4.384.259,22
MAUES-AM	158.915,77	MONTAURI-RS	2.054.637,60
MAURILANDIA-GO	3.405.941,15	MONTE ALEGRE DE GOIAS-GO	1.041.589,00
MAURITI-CE	2.101.171,55	MONTE ALEGRE DE MINAS-MG	12.565.192,38
MAXARANGUAPE-RN	222.000,00	MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	1.281.800,00
MAXIMILIANO DE ALMEIDA-RS	4.919.000,33	MONTE ALEGRE DO PIAUI-PI	13.240.059,46
MAZAGAO-AP	37.600,00	MONTE ALEGRE DO SUL-SP	1.873.439,33
MEDEIROS META-BA	2.967.368,00	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS-RS	262.850,00
MEDEIROS-MG	2.263.069,24	MONTE ALEGRE-PA	799.862,47
MEDIANEIRA-PR	95.900.737,15	MONTE ALEGRE-RN	224.000,00
MEDICILANDIA-PA	98.000,00	MONTE ALTO-SP	29.842.192,65
MEDINA-MG	2.218.404,57	MONTE APRAZIVEL-SP	14.390.465,20
MELEIRO-SC	16.997.820,67	MONTE AZUL PAULISTA-SP	10.041.984,19
MENDES PIMENTEL-MG	251.000,00	MONTE AZUL-MG	888.097,87
MENDES-RJ	380.945,97	MONTE BELC DO SUL-RS	298.030,00
MENDONÇA-SP	1.676.999,78	MONTE BELC-MG	21.258.319,61
MERCEDES-PR	4.963.837,46	MONTE CARLO-SC	4.479.180,41
MERCEZ-MG	1.192.542,99	MONTE CARMELO-MG	31.292.977,21
HERIDIANO-SP	67.966.681,59	MONTE CASTELO-SC	2.988.435,65
MESOPOLIS-SP	223.380,54	MONTE CASTELO-SP	1.005.560,00
MESQUITA-RJ	22.331.620,90	MONTE DO CARMO-TO	2.321.108,80
MESSIAS-AL	262.424,66	MONTE HOREBE-PB	26.837,38
MIGUEL ALVES-PI	194.150,08	MONTE MOR-SP	34.183.934,30
MIGUEL CALMON-BA	442.422,55	MONTE NEGRO-RJ	684.000,00
MIGUEL PEREIRA-RJ	1.549.175,96	MONTE SANTO DE MINAS-MG	5.689.632,22
MIGUELÓPOLIS-SP	5.618.254,93	MONTE SANTO-BA	298.851,34
MILAGRES-BA	273.459,00	MONTE SIAO-MG	1.765.135,50
MILAGRES-CE	158.400,00	MONTEIRO LOBATO-SP	1.046.049,45
MILHA-CE	526.401,30	MONTEIRO-PB	1.234.238,39
MILTON BRANCO-PI	123.371,00	MONTENEGRO-RS	93.233.163,54
MIMOSO DE GOIAS-GO	657.630,00	MONTES ALTOS-MA	433.650,00
MIMOSO DO SUL-ES	5.311.710,04	MONTES CLAROS DE GOIAS-GO	1.487.653,87
MINACU-GO	6.617.791,79	MONTES CLAROS-MG	75.879.089,33
MINADOR DO NEGRAO-AL	89.904,76	MONTESUMA-MG	146.820,00
MINAS DO LEAO-RS	1.345.180,00	MONTIVIDU DO NORTE-GO	214.587,20
MINAS NOVAS-MG	1.918.292,68	MONTIVIDU-GO	20.741.249,69
MINOURI-MG	235.417,48	MORADA NOVA DE MINAS-MG	2.542.107,49
MINEROS DO TISTE-SP	5.244.254,23	MORADA NOVA-CE	3.648.811,35
MINEROS-GO	417.104.643,05	MOREILANDIA-PE	31.429,35
MINISTRO ANDREAZZA-RJ	720.787,41	MOREIRA SALES-PR	7.291.546,45
MIRA ESTRELA-SP	47.807,48	MORENO-PE	12.193.345,53
MIRABELA-MG	533.482,47	MORRACO-RS	902.010,00
MIRACATU-SP	3.231.352,64	MORPARA-BA	213.043,60
MIRACEMA DO TOCANTINS-TO	2.741.051,79	MORRETES-PR	1.298.152,33
MIRACEMA-RJ	2.535.947,17	MORRINHOS DO SUL-RS	1.570.396,52
MIRADOR-MA	796.264,76	MORRINHOS-CE	80.952,53
MIRADOR-PR	1.351.406,02	MORRINHOS-GO	21.209.510,32
MIRAGUARD-MG	709.856,23	MORRO AGUDO DE GOIAS-GO	175.000,00
MIRAGUAI-RS	5.848.738,36	MORRO AGUDO-SP	57.245.806,88
MIRAI-MG	1.672.698,28	MORRO DA FUMACA-SC	29.687.909,77
MIRANDA DO NORTE-MA	313.000,00	MORRO DA GARÇA-MG	210.880,00
MIRANDA-MG	6.548.717,25	MORRO DO CHAPEU-BA	663.961,50
MIRANDIBA-PE	521.676,74	MORRO GRANDE-SC	11.926.319,16
MIRANDÓPOLIS-SP	37.647.438,77	MORRO REDONDO-RS	2.102.437,24
MIRANGABA-BA	15.680,00	MORRO REITER-RS	3.434.269,26
MIRANTE DO TO	715.044,69	MORTUGABA-BA	2.019.852,83
MIRANTE DA SERRA-RO	1.117.640,16	MORUGABA-SP	10.617.504,98

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
MOSSANEDES-GO	377.120,00	NOVA BASSARÁ-RS	34.168.017,80
MOSSORÓ-RN	66.555.673,47	NOVA BOA VISTA-RS	1.924.593,68
MOSTARDAS-RS	11.037.315,04	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE-RO	1.747.917,48
MOTUCA-SP	2.524.620,55	NOVA BRASILÂNDIA-MT	634.680,00
MOZARLANDIA-GO	1.807.543,20	NOVA BREGÓIA-RS	1.531.606,34
MUANA-PA	98.400,00	NOVA CAMPINA-SP	3.582.800,00
MUCAJAI-RR	537.084,78	NOVA CANAÁ DO NORTE-MT	2.793.165,84
MUCUGÊ-BA	410.353,00	NOVA CANAÁ PAULISTA-SP	491.376,50
MUCUM-RS	1.494.154,50	NOVA CANAÁ-BA	206.090,44
MUCURI-BA	15.854.454,65	NOVA CANDELARIA-RS	2.725.760,00
MUCURICI-ES	220.870,00	NOVA CANTU-PR	2.179.408,10
MUITOS CAPOES-RS	10.630.568,38	NOVA CASTILHO-SP	1.225.870,00
MULTERNO-RS	2.123.300,00	NOVA COLINAS-MA	1.205.600,00
MULUNGJ DO MORO-BA	77.723,51	NOVA CRÓCIAS-GO	3.650.528,82
MULUNGJ-CE	446.487,00	NOVA CRUZ-RN	700.095,68
MULUNGJ-PB	147.000,00	NOVA ERA-MG	16.745.526,86
MUNDO NOVO-BA	1.268.306,33	NOVA ERECHIM-SC	7.841.177,70
MUNDO NOVO-GO	654.120,00	NOVA ESPERANÇA DO PIRIA-PA	168.585,50
MUNDO NOVO-MS	3.306.952,20	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE-PR	1.919.850,62
MUNHOZ DE MELO-PR	1.604.998,07	NOVA ESPERANÇA DO SUL-RS	952.200,00
MUNHOZ-MG	1.055.800,00	NOVA ESPERANÇA-PR	19.089.756,87
MUNIZ FREIRE-ES	701.670,00	NOVA EUROPA-SP	56.031.661,07
MUNIZM DO SÃO FRANCISCO-BA	205.700,00	NOVA FATIMA-PR	3.744.980,51
MUQUI-ES	340.445,63	NOVA FLORESTA-PB	250.394,50
MURIAE-MG	30.076.147,85	NOVA FRIBURGO-RJ	35.300.020,13
MURIBECA-SE	409.800,00	NOVA GLÓRIA-GO	994.982,58
MURICI-AL	1.524.680,00	NOVA GRANADA-SP	6.814.626,92
MURICILÂNDIA-TO	893.850,00	NOVA GUARITA-MT	823.463,47
MURITIBA-BA	1.075.055,42	NOVA GUATAPORANGA-SP	10.400,00
MURUTINGA DO SUL-SP	724.260,00	NOVA HAK'Z-RS	4.574.589,52
MUTUIPE-BA	505.116,69	NOVA IGUAÇU DE GOIÁS-GO	434.086,00
MUTUM-MG	1.737.217,29	NOVA IGUAÇU-RJ	102.970.462,50
MUTUNÓPOLIS-GO	849.233,20	NOVA INDEPENDÊNCIA-SP	4.007.796,05
MUZAMBINO-MG	8.894.410,36	NOVA JORQUE-MA	105.000,00
NACIP RAYDAM-MG	112.800,00	NOVA IPORUNA-PA	1.557.594,16
NANTES-SP	3.283.063,54	NOVA ITABERABA-SC	1.257.450,00
NANUQUE-MG	3.646.153,80	NOVA ITARANA-BA	568.100,00
NÃO ME TOQUE-RS	136.389.589,66	NOVA LACERDA-MT	842.548,17
NAQUE-MG	378.865,00	NOVA LARANJEIRAS-PR	1.658.331,61
NARANDIBA-SP	9.633.323,12	NOVA LIMA-MG	104.836.062,43
NATALÂNDIA-MG	81.000,00	NOVA LONDRINA-PR	15.814.013,59
NATAL-RN	241.794.889,65	NOVA MAMORE-RO	4.224.677,64
NATERCIA-MG	659.582,24	NOVA MARILÂNDIA-MT	479.700,00
NATIVIDADE DA SERRA-SP	1.862.890,00	NOVA MARINGÁ-MT	4.306.168,96
NATIVIDADE-RJ	338.757,55	NOVA MODICA-MG	213.025,00
NATIVIDADE-TO	1.782.270,00	NOVA MONTE VERDE-MT	2.874.332,89
NAVEGANTES-SC	20.356.384,12	NOVA MURUM-MT	93.001.760,13
NAVIRAÍ-MS	24.467.245,79	NOVA NAZARE-MT	92.800,00
NAZARE DA MATA-PE	13.244.567,83	NOVA ODESSA-SP	28.613.620,07
NAZARE PAULISTA-SP	1.918.363,97	NOVA OLÍMPIA-MT	2.333.077,88
NAZARE-BA	2.419.835,41	NOVA OLÍMPIA-PR	2.094.635,00
NAZARENO-MG	695.674,59	NOVA OLÍNDIA DO PARANHÁ-MA	252.381,99
NAZARE-TO	120.900,00	NOVA OLÍNDIA DO NORTE-AM	80.370,00
NAZAREZINHO-PB	172.800,00	NOVA OLÍNDIA-CE	2.471.969,07
NAZARIO-GO	3.522.441,85	NOVA OLÍNDIA-PB	52.447,50
NEÓPOLIS-SE	1.828.932,19	NOVA OLÍNDIA-TO	1.621.850,64
NEPOMUCENO-MG	4.653.064,69	NOVA PADUA-RS	1.278.886,47
NEÓPOLIS-GO	7.114.715,73	NOVA PALMA-RS	2.987.827,75
NEVES PAULISTA-SP	2.880.661,53	NOVA PETROPOLIS-RS	15.943.595,23
NHANDARA-SP	2.211.683,93	NOVA PONTE-MG	6.788.002,89
NICOLAI VERGUEIRO-RS	1.033.678,11	NOVA PORTEIRINHA-MG	223.100,00
NILÓPOLIS-RJ	23.758.420,06	NOVA PRATA DO IGUAÇU-PR	18.241.125,73
NINHEIRA-MG	232.000,00	NOVA PRATA-RS	50.587.681,78
NIOQUE-MS	1.003.780,00	NOVA RAMADA-RS	2.577.356,85
NIPOA-SP	1.930.500,00	NOVA RESENDE-MG	1.912.176,09
NIQUELANDIA-GO	156.951.641,87	NOVA ROMA DO SUL-RS	3.422.379,72
NISTA FLORESTA-RN	1.186.732,80	NOVA ROMA-GO	1.499.343,35
NITERÓI-RJ	210.093.047,57	NOVA ROSALÂNDIA-TO	150.000,00
NOBRES-MT	41.954.667,14	NOVA RUSSAS-CE	1.716.163,98
NOVOAI-RS	9.835.904,40	NOVA SANTA BARBARA-PR	644.090,00
NORDESTINA-BA	176.427,60	NOVA SANTA HELENA-MT	739.264,54
NORTELÂNDIA-MT	7.148.540,34	NOVA SANTA RITA-RS	12.304.213,78
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	2.456.073,20	NOVA SANTA ROSA-PR	10.751.873,61
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE	6.596.212,55	NOVA SERRANA-MG	17.747.877,44
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	874.430,74	NOVA SOURE-BA	510.213,83
NOSSA SENHORA DAS GRACAS-PR	1.194.569,78	NOVA TEBAS-PR	1.293.018,96
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	48.244,44	NOVA TIMBOTEUA-PA	443.000,00
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT	802.146,50	NOVA TRENTO-SC	15.179.709,00
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	21.425.262,35	NOVA UBATUBA-MT	26.506.113,53
NOVA ALIANÇA DO IVAÍ-PR	484.460,00	NOVA UNIÃO-MG	1.002.920,00
NOVA ALIANÇA-SP	1.636.710,00	NOVA VENEZIA-ES	24.042.944,33
NOVA ALVORADA DO SUL-MS	132.667.779,51	NOVA VENEZA-GO	4.510.522,13
NOVA ALVORADA-RS	3.485.184,00	NOVA VENEZA-SC	22.372.747,07
NOVA AMÉRICA DA COLINA-PR	152.467,19	NOVA VICOÇA-BA	7.663.137,74
NOVA AMÉRICA-GO	72.800,00	NOVA XAVANTINA-MT	3.797.575,10
NOVA ANDRADINA-MS	13.708.485,05	NOVAIS-SP	3.754.485,83
NOVA ARACA-RS	4.617.036,43	NOVO ACRÓRIO-TO	163.300,00
NOVA AURORA-GO	953.750,00	NOVO ACRÓRIO-AM	214.906,30
NOVA AURORA-PR	8.984.114,89	NOVO ALEGRE-TO	25.028,24
NOVA BANDEIRANTES-MT	2.123.468,71	NOVO ARIQUANA-AM	458.000,00

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
NOVO BARREIRO-RS	1.237.828,00	PACÓ DO LUMIAR-PA	3.350.394,67
NOVO CABRAIS-RS	2.165.279,50	PACOTI-CE	434.250,48
NOVO CRUZEIRO-MG	3.093.144,95	PADRE BERNARDO-GO	7.528.999,24
NOVO GAMA-GO	1.497.888,78	PADRE MARCOS-PI	292.000,00
NOVO HAMBURGO-RS	125.396.783,88	PADRE PARAISO-MG	2.294.226,37
NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT	246.600,17	PAI PEDRO-MG	97.896,00
NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO	5.787,07	PAIAL-SC	298.800,00
NOVO HORIZONTE DO SUL-MS	281.106,71	PAICANDU-PR	5.751.992,08
NOVO HORIZONTE-BA	430.554,83	PAIM FILHO-RS	2.381.722,68
NOVO HORIZONTE-SC	2.849.785,92	PAINEIRAS-MG	719.160,00
NOVO HORIZONTE-SP	58.068.329,85	PAIMEL-SC	338.035,23
NOVO ITACOLÔN-PR	537.996,61	PAINS-MG	24.635.397,64
NOVO JARDIM-TO	23.134,50	PAIVA-MG	200.700,00
NOVO LINO-AL	751.601,66	PAJEU DO PIAUI-PI	38.719,78
NOVO MACHADO-RS	1.256.950,00	PALESTINA DE GOIAS-GO	73.329,07
NOVO MUNDO-MT	10.909.421,44	PALESTINA DO PARA-PA	148.312,42
NOVO ORIENTE DE MINAS-MG	184.848,00	PALESTINA-SP	18.521.431,51
NOVO ORIENTE DO PIAUI-PI	85.862,00	PALHOÇA-SC	54.355.487,77
NOVO ORIENTE-CE	939.800,00	PALMA SOLA-SC	7.821.233,34
NOVO PLANALTO-GO	723.130,00	PALMÁCIA-CE	254.000,00
NOVO PROGRESSO-PA	2.593.634,92	PALMA-MG	1.104.930,00
NOVO REPARTIMENTO-PA	2.691.180,66	PALMARES DO SUL-RS	12.156.414,51
NOVO SANTO ANTONIO-PI	145.000,00	PALMARES PAULISTA-SP	3.362.605,57
NOVO SÃO JOAQUIM-MT	6.893.036,94	PALMARES-PE	24.072.595,79
NOVO TIRADENTES-RS	328.211,00	PALMAS DE MONTE ALTO-BA	1.461.538,88
NOVO TRIUNFO-BA	5.208,77	PALMAS-PR	29.227.561,51
NOVO XINGU-RS	147.000,00	PALMAS-TO	272.699.938,10
NOVO HORIZONTE-MG	253.200,00	PALMEIRA DAS MISSOES-RS	40.813.157,71
NUPORANGA-SP	6.322.147,39	PALMEIRA DO PIAUI-PI	4.959.899,93
OBIDOS-PA	305.002,69	PALMEIRA D'OESTE-SP	3.060.762,56
OCARA-CE	1.612.184,75	PALMEIRA DOS INDIOS-AL	3.305.727,08
OCALUCI-SP	1.512.718,68	PALMEIRAS-PI	134.800,00
OEIRAS DO PARA-PA	98.400,00	PALMEIRANTE-TO	260.000,00
OEIRAS-PI	2.959.671,32	PALMEIRA-PR	41.159.918,84
OLAPOQUE-AP	65.014,53	PALMEIRAS DE GOIAS-GO	24.612.793,91
OLARIA-MG	8.500,00	PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO	1.942.300,00
OLEO-SP	546.000,00	PALMEIRAS-BA	531.819,50
OLINHOS D'ÁGUA-MG	1.011.380,00	PALMEIRA-SC	3.776.889,00
OLÍMPIA-SP	55.133.816,88	PALMEIRINA-PE	162.500,00
OLÍMPIO MORONHA-MG	13.000,00	PALMEIRÓPOLIS-TO	3.585.384,16
OLINDA-PE	118.794.718,24	PALMEIRÓPOLIS-GO	1.089.000,00
OLINDINA-BA	159.250,00	PALMITAL-PR	2.529.346,61
OLIVEIRA DE FATIMA-TO	351.000,00	PALMITAL-SP	12.803.538,73
OLIVEIRA DOS BREJINHOS-BA	191.155,22	PALMITINHO-RS	1.511.343,65
OLIVEIRA FORTES-MG	93.620,10	PALMITOS-SC	30.392.654,14
OLIVEIRA-MG	14.625.127,18	PALMOPOLIS-MG	300.960,00
OMCA DE PITANGUI-MG	568.620,00	PALOTINA-PR	121.451.181,89
ONDA VERDE-SP	2.258.508,78	PANAMA-GO	1.419.099,99
ORATORIOS-MG	680.216,73	PANAMÁ-SE-RS	53.931.435,83
ORIENTE-SP	2.083.353,47	PANCAS-ES	1.139.383,42
ORINDIÚVA-SP	5.159.065,18	PANELAS-PE	629.879,55
ORINDIÚVA-PA	14.895.443,79	PANORAMA-SP	11.889.978,13
ORIZANIA-MG	7.150,44	PANORAMA GRANDE-RS	7.969.933,26
ORIZONA-GO	10.971.493,27	PAO DE ACUCAR-AL	17.031,59
ORLANDIA-SP	35.597.059,33	PAPAGAIOS-MG	11.097.415,21
ORLEANS-SC	71.383.529,67	PAPANDUVA-SC	11.123.948,91
OROBÓ-PE	585.860,00	PARA DE MINAS-MG	38.154.221,94
OROCO-PE	282.380,00	PARACAMBI-RJ	3.845.221,82
OROS-CE	2.173.169,92	PARACATU-MG	89.144.400,42
ORTIGUEIRA-PR	8.431.992,15	PARACURU-CE	633.183,50
OSASCO-SP	453.137.499,71	PARAGOMINAS-PA	55.389.579,87
OSCAR BRESSANE-SP	1.199.114,28	PARAGUAÇU PAULISTA-SP	79.737.767,40
OSÓRIO-RS	22.004.379,65	PARAGUAÇU-MG	5.014.460,59
OSVALDO CRUZ-SP	73.100.638,92	PARAIBA DO SUL-RJ	8.569.534,79
OTACILIO COSTA-SC	8.118.725,01	PARAIBANO-PA	824.495,68
OURÉM-PA	6.042.811,20	PARAIBUNA-SP	3.042.561,00
OURICANGAS-BA	7.508,92	PARAIPABA-CE	4.261.955,77
OURICURI-PE	5.942.671,45	PARAI-RS	17.861.889,77
OURILANDIA DO NORTE-PA	918.856,38	PARAISO DO NORTE-PR	15.807.137,13
OURINHOS-SP	58.502.738,63	PARAISO DO SUL-RS	2.861.894,52
OURIZONA-PR	3.434.277,62	PARAISO DO TOCANTINS-TO	17.319.648,33
OURO BRANCO-AL	119.994,00	PARAISOPOLES-MG	1.814.172,60
OURO BRANCO-MG	95.112.112,30	PARAISO-SC	834.873,11
OURO FINO-MG	2.034.913,20	PARAISO-SP	4.747.697,18
OURO PRETO DO OESTE-RO	4.566.759,00	PARANÁ-CE	2.841.145,43
OURO PRETO-MG	21.444.786,20	PARANIRIM-BA	3.298.255,00
OURO VERDE DE GOIAS-GO	590.940,00	PARANOTI-CE	15.808,10
OURO VERDE DE MINAS-MG	240.982,25	PARANACITY-PR	31.881.822,70
OURO VERDE DO OESTE-PR	3.385.786,01	PARANAGUA-PR	126.731.526,79
OURO VERDE-SC	4.529.819,30	PARANAIBA-MS	13.501.938,21
OURO VERDE-SP	982.140,84	PARANGARA-GO	1.973.218,26
OUROESTE-SP	1.109.315,60	PARANATTA-MT	1.769.436,62
OUROLANDIA-BA	1.113.185,00	PARANAPANEMA-SP	15.789.642,03
OURO-SC	6.587.789,45	PARANAPÓEMA-PR	1.126.774,00
OUVIDOR-GO	383.957,00	PARANAPUA-SP	1.408.567,99
PACAEMBU-SP	3.341.104,25	PARANATINGA-MT	12.733.214,18
PACAJÁ-PA	1.525.653,00	PARANA-TO	1.093.694,00
PACAJUS-CE	17.407.372,04	PARANAVAI-PR	51.968.967,11
PACATUBA-CE	5.048.349,04	PARANHOS-MS	763.110,00
PACATUBA-SE	370.000,00	PARANÓPOLIS-MG	16.920.728,98

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
PARAPUA-SP	3.922.524,41	PEDRINHAS PAULISTA-SP	639.190,42
PARATINGA-BA	550.915,05	PEDRINHAS-SE	121.100,00
PARATI-RJ	2.090.222,20	PEDRINOPOLIS-MG	2.120.692,20
PARAUPEBAS-PA	148.135.874,08	PEDRO AFONSO-TO	3.311.189,30
PARAUNA-GO	24.917.339,73	PEDRO ALEXANDRE-BA	533.750,00
PAROINHO-SP	20.058.627,14	PEDRO CANARIO-ES	2.529.450,07
PARÉCI NOVO-RS	3.508.435,06	PEDRO DE TOLEDO-SP	118.000,00
PARÉCIS-RO	72.238,88	PEDRO DO ROSARIO-MA	134.630,00
PARÉLMAS-RN	2.561.631,58	PEDRO GOMES-MS	1.467.448,57
PARICONHA-AL	120.000,00	PEDRO II-PI	767.280,00
PARINTINS-AM	1.778.726,30	PEDRO LEOPOLDO-MG	51.876.588,24
PARIPIRANGA-BA	3.601.729,60	PEDRO OSÓRIO-RS	2.997.390,04
PARIPUEIRA-AL	54.622,43	PEDRO REGIS-PB	5.976,82
PARIQUERA-ACU-SP	13.345.072,00	PEDRO VELHO-RN	355.801,00
PARISI-SP	907.768,00	PEIXE-TO	4.137.045,34
PARNAIBA-PI	9.076.789,09	PEIXOTO DE AZEVEDO-MT	3.180.985,61
PARNAMIRIM-PE	2.081.342,45	PEMACARA-RS	10.217.870,00
PARNAMIRIM-RN	36.350.523,91	PELOTAS-RS	137.790.254,91
PARNARAMA-MA	186.403,85	PENAFORTE-CE	150.000,00
PAROBE-RS	31.906.001,40	PENALVA-MA	122.800,00
PASSA E FICA-RN	812.528,29	PENAPOLIS-SP	20.318.001,42
PASSA QUATRO-MG	3.236.079,12	PENEDENCIAS-RN	21.138,46
PASSA SETE-RS	2.014.200,00	PENEDOL-AL	786.060,21
PASSA TEMPO-MG	3.042.766,18	PENHA-SC	12.356.492,46
PASSA VINTE-MG	480.600,00	PENTECOSTE-CE	247.397,11
PASSAGEM FRANCA-MA	1.376.337,61	PEQUERI-MG	667.641,74
PASSIRA-PE	552.152,62	PEQUI-MG	698.970,00
PASSO DE TORRES-SC	225.846,20	PEQUIZEIRO-TO	374.940,00
PASSO DO SOBRADO-RS	3.734.754,34	PERDIGÃO-MG	717.239,23
PASSO FUNDO-RS	140.795.180,85	PERDIZES-MG	10.998.350,45
PASSOS MAIA-SC	1.355.974,10	PERDUES-MG	7.714.441,25
PASSOS-MG	29.850.854,80	PEREIRA BARRETO-SP	12.693.884,32
PASTOS BONIS-MA	2.900.057,87	PEREIRAS-SP	2.880.830,00
PATIS-MG	410.600,00	PEREIRO-CE	280.760,69
PATO BRAGADO-PR	2.010.360,50	PERQUITO-MG	1.334.866,60
PATO BRANCO-PR	91.894.587,23	PERITIBA-SC	1.719.829,00
PATOS DE MINAS-MG	90.274.142,20	PERITORO-MA	266.150,00
PATOS DO PIAUI-PI	106.000,00	PEROBA-PR	1.308.208,76
PATOS-PB	4.043.430,73	PEROLA D'OESTE-PR	5.553.118,85
PATROCÍNIO DO MURIAE-MG	2.412.179,81	PEROLANDIA-GO	3.752.168,53
PATROCÍNIO PAULISTA-SP	73.929.151,73	PEROLA-PR	1.274.404,72
PATROCÍNIO-MG	70.729.540,26	PERUIBE-SP	3.667.976,13
PATU-RN	47.844,17	PESCADOR-MG	724.959,21
PATY DO ALPERES-RJ	5.410.372,10	PESQUEIRA-PE	4.924.300,76
PAU BRASIL-BA	394.632,06	PETROLANDIA-PE	1.336.102,80
PAU D'ARCO-PA	60.553,67	PETROLANDIA-SC	4.563.896,91
PAU D'ARCO-TO	17.409,99	PETROLINA DE GOIAS-GO	3.957.310,00
PAU DOS FERROS-RN	1.711.157,25	PETROLINA-PE	76.041.914,36
PAUDALHO-PE	6.573.580,70	PETROPOLIS-RJ	61.103.154,24
PAULA CANDIDO-MG	755.372,76	PIACABUÇU-AL	98.000,00
PAULA FREITAS-PR	3.391.421,00	PIACATU-SP	6.067.462,00
PAULICELA-SP	3.355.511,33	PIANCO-PB	611.051,03
PAULÍNIA-SP	165.384.475,39	PIATA-BA	617.553,34
PAULISTANA-PI	144.157,34	PICADA CAFE-RS	1.913.384,89
PAULISTANIA-SP	580.870,00	PICARRA-PA	1.232.134,20
PAULISTA-MB	855.836,08	PICOS-PI	10.301.825,06
PAULISTA-PE	32.279.919,61	PICUI-PB	651.464,49
PAULISTAS-MG	236.651,04	PIEDADE DE CARATINGA-MG	306.071,71
PAULO AFONSO-BA	10.676.049,23	PIEDADE DE PONTE NOVA-MG	295.400,00
PAULO BENTO-RS	5.064.275,75	PIEDADE DO RIO GRANDE-MG	789.058,00
PAULO DE FARIA-SP	1.064.700,84	PIEDADE DOS GERAIS-MG	486.629,04
PAULO FRONTIN-PR	3.538.445,00	PIEDADE-SP	10.505.086,30
PAULO JACINTO-AL	328.000,00	PIEN-PR	10.799.504,17
PAULO LOPES-SC	6.365.580,50	PILÃO ARCADEO-BA	65.750,00
PAULO RAMOS-MA	75.822,02	PILAR DE GOIAS-GO	126.000,00
PAVÃO-MG	722.605,56	PILAR DO SUL-SP	19.060.438,59
PAVERAMA-RS	10.029.302,56	PILAR-AL	1.529.230,05
PE DE SERRA-BA	681.845,37	PILAR-PB	22.933,70
PEADIRU-PR	5.800.602,97	PILOES-RN	196.884,77
PECANHA-MG	554.085,57	PIMENTA BUENO-RO	13.948.553,37
PEDERNEIRAS-SP	43.429.012,10	PIMENTA-MG	2.014.104,25
PEDRA AZUL-MG	1.049.531,70	PIMENTEIRAS DO OESTE-RO	1.471.000,00
PEDRA BELA-SP	535.154,82	PIMENTEIRAS-PI	299.820,00
PEDRA BONITA-MG	634.050,00	PINDAI-BA	333.820,00
PEDRA BRANCA DO AMAPARI-AP	644.505,00	PINDAMONHANGABA-SP	40.727.197,01
PEDRA BRANCA-CE	1.297.054,63	PINDARE MIRIM-MA	436.760,05
PEDRA DO ANTA-MG	86.850,00	PINDORAMA DO TOCANTINS-TO	1.198.122,00
PEDRA DO INDAIA-MG	292.206,73	PINDORAMA-SP	4.330.328,74
PEDRA MOLE-SE	414.550,00	PINDORETAMA-CE	2.680.159,00
PEDRA PRETA-MT	38.263.235,36	PINGO D'ÁGUA-MG	432.800,00
PEORALVA-MG	594.543,65	PINHAI-PR	100.512.124,99
PEDRANÓPOLIS-SP	704.922,00	PINHAL DA SERRA-RS	183.435,00
PEDRA-PE	235.963,81	PINHAL GRANDE-RS	1.871.610,62
PEDRAS ALTAS-RS	1.019.326,00	PINHALÃO-PR	701.129,41
PEDRAS DE FOGO-PB	191.559,18	PINHAL-RS	5.128.083,20
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ-MG	1.552.008,36	PINHALZINHO-SC	19.594.349,40
PEDRAS GRANDES-SC	2.079.289,30	PINHALZINHO-SP	4.422.152,16
PEDREGULHO-SP	7.555.188,68	PINHÃO-PR	8.675.728,64
PEDREIRAS-MA	3.204.602,42	PINHÃO-SE	1.005.150,00
PEDREIRA-SP	22.520.006,92	PINHEIRAL-RJ	1.652.196,11

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
PINHEIRINHO DO VALE-RS	1.378.175,00	PONTAL DO ARAGUAIA-MT	280.784,95
PINHEIRO MACHADO-RS	2.930.026,40	PONTAL DO PARANA-PR	3.299.360,00
PINHEIRO PRETO-SC	11.163.222,82	PONTALINA-GO	4.902.604,95
PINHEIRO-MA	3.534.001,70	PONTALINDA-SP	909.078,00
PINHEIROS-ES	10.128.054,25	PONTAL-SP	60.536.830,21
PINTADAS-BA	209.770,00	PONTAL-MS	5.543.189,24
PINTOPOLIS-MG	97.198,20	PONTE ALTA DO BOM JESUS-TO	179.187,80
PIT-MA	761.136,20	PONTE ALTA DO NORTE-SC	2.461.578,41
PIQUEROSI-SP	180.250,00	PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO	386.659,25
PIQUETE-SP	965.336,81	PONTE ALTA-SC	882.621,38
PIRACAJÁ-SP	3.266.820,93	PONTE BRANCA-MT	271.300,00
PIRACANUVA-GO	13.132.149,68	PONTE NOVA-MG	31.348.563,56
PIRACEMA-MG	340.389,53	PONTE PRETA-RS	815.792,37
PIRACICABA-SP	375.792.802,78	PONTE SERRADA-SC	5.372.767,50
PIRACURUCA-PI	2.830.700,67	PONTES E LACERDA-MT	7.989.150,72
PIRAÍ DO NORTE-BA	199.571,62	PONTES GESTAL-SP	1.910.888,44
PIRAÍ DO SUL-PR	12.945.759,17	PONTO BELO-ES	219.086,00
PIRAÍ-RJ	5.041.287,61	PONTO CHIQUE-MG	287.870,00
PIRAJUBA-MG	8.236.132,00	PONTO DOS VOLANTES-MG	399.950,00
PIRAJUI-SP	7.317.583,39	PONTO NOVO-BA	383.221,65
PIRAJU-SP	7.242.725,97	POPULINA-SP	623.997,80
PIRAMBU-SE	847.390,00	PORANGABA-SP	1.096.360,66
PIRANGA-MG	1.716.127,19	PORANGA-CE	454.542,40
PIRANGI-SP	12.623.658,57	PORANGATU-GO	21.061.475,88
PIRANGULU-MG	277.515,00	PORCIUNCUA-RJ	274.700,25
PIRANGUINHO-MG	2.261.556,89	PORCATEU-PR	5.205.033,87
PIRANHAS-GO	2.785.372,15	PORTELEGRE-RN	595.643,38
PIRAPEMAS-MA	152.500,00	PORTEO-MS	64.584.061,82
PIRAPETINGA-MG	4.508.531,36	PORTEO-BA	2.312.000,00
PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	546.106,90	PORTEO-MA	2.193.615,29
PIRAPORA-MG	58.059.439,84	PORTELANDIA-GO	1.272.259,49
PIRAPU-MS	598.185,10	PORTE-PA	1.942.409,60
PIRAPU-MS	9.200.473,35	PORTE ACRE-AC	1.073.100,00
PIRAQUARA-PR	11.956.192,37	PORTE ALEGRE DO NORTE-MT	1.472.688,19
PIRAQUE-TO	863.181,00	PORTE ALEGRE DO TOCANTINS-TO	217.686,50
PIRASSUNUNGA-SP	56.448.041,41	PORTE ALEGRE-RS	1.147.232.284,71
PIRATUNGA-SP	2.021.870,81	PORTE AMAZONAS-PR	2.592.580,00
PIRATINI-RS	4.941.807,19	PORTE BARREIRO-PR	1.257.493,00
PIRATUBA-SC	1.151.077,80	PORTE BELD-SC	5.308.542,18
PIRAUBA-MG	590.859,98	PORTE CALVO-AL	705.961,00
PIRENOPOLIS-GO	1.110.405,14	PORTE DA FOLHA-SE	533.000,00
PIRES DO RIO-GO	7.407.204,49	PORTE DE PEDRAS-AL	192.360,00
PIRIPA-BA	495.480,00	PORTE DO MANGUE-RN	5.911,98
PIRIPURÍ-PI	2.177.191,68	PORTE DOS GAUCHOS-MT	8.630.887,13
PIRITIBA-BA	611.062,20	PORTE ESPERIDIAO-MT	2.896.528,05
PIRIPITUBA-PB	304.440,35	PORTE ESTRELA-MT	125.957,74
PITANGA-PR	21.498.670,10	PORTE FELIZ-SP	29.833.504,12
PITANGUEIRAS-PR	1.507.028,00	PORTE FERREIRA-SP	66.294.012,66
PITANGUEIRAS-SP	120.879.529,33	PORTE FERREIRA-MG	1.384.377,54
PITANGUI-MG	6.019.552,69	PORTE FRANCO-MA	4.155.202,92
PIUMA-ES	1.070.755,44	PORTE GRANDE-AP	1.335.822,14
PIUMHI-MG	19.546.470,08	PORTE LUCENA-RS	1.454.660,00
PIUM-TO	727.800,00	PORTE MAJÁ-RS	964.100,00
PLACAS-PA	150.580,00	PORTE MURTINHO-MS	2.573.786,05
PLACIDO DE CASTRO-AC	207.298,55	PORTE NACIONAL-TO	9.191.225,60
PLANALTA DO PARANA-PR	3.925.358,80	PORTE REAL DO COLEGIO-AL	311.400,00
PLANALTA-GO	6.158.138,41	PORTE REAL-RJ	334.481.702,63
PLANALTO ALEGRE-SC	370.605,75	PORTE RICO-PR	636.613,46
PLANALTO DA SERRA-MT	2.079.347,67	PORTE SEGURO-BA	4.469.161,53
PLANALTO-BA	777.935,00	PORTE UNIAO-SC	22.706.706,57
PLANALTO-PR	7.989.621,56	PORTE VELHO-RO	2.793.054.284,00
PLANALTO-RS	4.691.425,49	PORTE VITORIA-PR	1.407.923,98
PLANALTO-SP	32.047.753,76	PORTE WALTER-AC	62.100,00
PLANURA-MG	4.506.610,22	PORTE XAVIER-RS	4.795.832,75
PLATINA-SP	2.645.363,93	POSSE-GO	7.529.372,51
POA-SP	46.552.235,41	POTE-MG	1.132.818,91
POCAO DE PEDRAS-MA	519.000,00	POTENGI-CE	486.832,67
POCAO-PE	1.386.763,50	POTIM-SP	1.426.566,29
POCINHOS-PB	50.334,81	POTIRAGUA-BA	685.139,63
POCO BRANCO-RN	115.000,00	POTIRENDA-SP	20.712.430,12
POCO DAS ANTAS-RS	455.700,00	POUSO ALEGRE-MG	194.962.834,06
POCO DAS TRINHEIRAS-AL	21.000,00	POUSO ALTO-MG	1.509.385,12
POCO FUNDO-MG	2.939.566,48	POUSO NOVO-RS	1.142.411,00
POCO REDONDO-SE	585.000,00	POUSO REDONDO-SC	17.000.498,56
POCO VERDE-SE	10.011.301,70	POXOREO-MT	8.059.738,30
POCOES-BA	6.071.781,80	PRACINHA-SP	157.739,14
POCONE-MT	12.687.880,36	PRADO FERREIRA-PR	2.767.350,00
POCOS DE CALDAS-MG	202.401.440,59	PRADO-BA	2.150.222,45
POCRANE-MG	696.300,00	PRADOPOLIS-SP	107.878.402,11
POJUCA-BA	14.755.602,89	PRADOS-MG	1.897.925,00
POLONI-SP	3.583.053,84	PRAIA GRANDE-SC	6.866.033,20
POMBAL-PB	1.487.438,48	PRAIA GRANDE-SP	39.722.056,90
POMBOS-PE	14.895.494,76	PRAINHA-PA	154.351,20
POMERODE-SC	34.934.749,55	PRANCHITA-PR	8.536.601,29
POMPEIA-SP	112.646.505,69	PRATA-MG	12.441.575,99
POMPEU-MG	12.087.867,17	PRATANIA-SP	4.375.021,36
POMBAL-SP	807.600,00	PRATAPOLIS-MG	4.283.904,16
PONTA DE PEDRAS-PA	98.400,00	PRATINHA-MG	1.366.127,24
PONTA GROSSA-PR	399.202.742,03	PRESIDENTE ALVES-SP	1.824.420,00
PONTA PORÁ-MS	26.335.324,81	PRESIDENTE BERNARDES-MG	130.597,71

Município-UF	Em Reais Valor da Liberação	Município-UF	Em Reais Valor da Liberação
PRESIDENTE BERNARDES-SP	6.489.039,05	RECIFE-PE	765.491.760,68
PRESIDENTE CASTELO BRANCO-PR	2.156.989,41	RECREIO-MG	863.216,02
PRESIDENTE CASTELO BRANCO-SC	1.258.050,06	REDENAÇÃO DA SERRA-SP	2.058.590,00
PRESIDENTE DUTRA-BA	182.414,00	REDENAÇÃO DO GURGUEIA-PI	148.355,73
PRESIDENTE DUTRA-MA	12.750.581,88	REDENAÇÃO-CE	957.708,06
PRESIDENTE EPTACIO-SP	3.731.350,44	REDENAÇÃO-PA	18.385.449,09
PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM	3.432.112,19	REDENTORA-RS	1.348.940,00
PRESIDENTE GETULIO-SC	11.912.925,46	REDUTO-MG	174.750,00
PRESIDENTE JANIO QUADROS-BA	1.262.364,01	REGENERACAO-PI	4.671.898,06
PRESIDENTE JUSCELINO-MG	1.023.926,80	REGENTE FELIO-SP	16.195.572,20
PRESIDENTE KENNEDY-ES	1.297.409,30	REGINOPOLIS-SP	1.369.356,69
PRESIDENTE KENNEDY-TO	140.627,13	REGISTRO-SP	200.935.499,12
PRESIDENTE KUBITSCHEK-MG	83.700,00	RELVADO-RS	797.500,00
PRESIDENTE LUCENA-RS	1.726.666,43	REMANSO-BA	2.019.790,94
PRESIDENTE MEDICI-MA	441.920,00	REMIGIO-PB	266.926,22
PRESIDENTE MEDICI-RO	2.490.429,21	RENASCENCA-PR	9.078.877,57
PRESIDENTE NEREU-SC	973.500,00	REIUTABA-CE	504.670,00
PRESIDENTE OLEGARIO-MG	13.869.505,43	RESENDE COSTA-MG	981.350,03
PRESIDENTE PRUDENTE-SP	148.506.508,29	RESENDE-RJ	302.892.680,75
PRESIDENTE TANCREDO NEVES-BA	109.343,59	RESERVA DO CABACAL-MT	419.068,10
PRESIDENTE VARGAS-MA	132.980,00	RESERVA DO IGUAÇU-PR	2.259.990,09
PRESIDENTE VENCESLAU-SP	14.860.608,04	RESERVA-PR	14.621.068,72
PRIMAVERA DO LESTE-MT	211.295.402,27	RESPLENDOR-MG	1.217.126,19
PRIMAVERA-PE	3.754.297,49	RESSAQUINHA-MG	921.803,33
PRIMEIRO DE MAIO-PR	6.029.417,02	RESTINGA SECA-RS	13.321.673,18
PRINCESA ISABEL-PB	1.034.170,77	RESTINGA-SP	3.918.109,54
PRINCESA-SC	2.484.725,83	RETIROLANDIA-BA	892.860,25
PROGRESSO-RS	1.692.554,20	RIACHAO DAS NEVES-BA	14.170.676,98
PROMISSAO-SP	7.178.255,65	RIACHAO DO DANTAS-SE	178.400,00
PROPRIA-SE	3.870.341,37	RIACHAO DO JACUIPE-BA	3.610.030,47
PROTASIO ALVES-RS	777.610,00	RIACHAO-MA	4.221.397,00
PRUDENTE DE MORAIS-MG	2.835.635,57	RIACHAO-PB	178.200,00
PRUDENTOPOLIS-PR	21.843.249,67	RIACHINHO-MG	1.552.247,50
PUGMIL-TO	658.900,00	RIACHINHO-TO	74.700,00
PUREZA-RN	40.000,00	RIACHO DA CRUZ-RN	100.377,93
PUTINGA-RS	1.576.055,03	RIACHO DAS ALMAS-PE	1.029.519,28
PUXINANÁ-PB	2.121.775,76	RIACHO DE SANTANA-BA	1.700.951,27
QUADRA-SP	701.159,30	RIACHO DE SANTANA-RN	174.150,00
QUARAI-RS	5.318.685,25	RIACHO DOS CAVALOS-PB	48.679,43
QUARTEL GERAL-MG	597.271,14	RIACHUELO-SE	1.500.150,00
QUARTO CENTENARIO-PR	5.968.668,60	RIALMA-GO	3.715.721,19
QUATA-SP	73.707.394,15	RIANAPOLIS-GO	4.966.796,41
QUATIGUA-PR	4.432.291,01	RIBAMAR FIORENE-MA	248.920,00
QUATIPURU-PA	77.700,00	RIBAS DO RIO PARDO-MS	20.681.876,70
QUATIS-RJ	490.457,62	RIBEIRA DO AMPARO-BA	256.986,00
QUATRO BARRAS-PR	76.776.218,72	RIBEIRA DO POMBAL-BA	5.621.678,67
QUATRO IRMAOS-RS	3.221.674,35	RIBEIRAO BONITO-SP	5.906.553,05
QUATRO PONTES-PR	8.432.813,57	RIBEIRAO BRANCO-SP	3.958.726,59
QUEBRANGULO-AL	887.600,00	RIBEIRAO CASCAIHEIRA-MT	3.136.070,64
QUEDAS DO IGUAÇU-PR	19.403.406,90	RIBEIRAO CLARO-PR	3.761.810,06
QUEIMADA NOVA-PI	172.300,00	RIBEIRAO CORRENTE-SP	1.727.387,81
QUEIMADAS-BA	897.720,99	RIBEIRAO DAS NEVES-MG	50.516.850,43
QUEIMADAS-PB	3.942.708,74	RIBEIRAO DO LARGO-BA	460.396,05
QUEIMADOS-RJ	11.590.001,63	RIBEIRAO DO PINHAL-PR	887.985,47
QUEIROZ-SP	12.335.626,58	RIBEIRAO DO SUL-SP	2.185.572,65
QUELUZITA-MG	57.850,00	RIBEIRAO DOS INDIOS-SP	382.740,00
QUELUZ-SP	107.014.149,75	RIBEIRAO GRANDE-SP	392.049,99
QUERENCIA DO NORTE-PR	2.607.524,69	RIBEIRAO PIRES-SP	70.099.894,46
QUERENCIA-MT	39.136.592,67	RIBEIRAO PRETO-SP	476.678.858,12
QUEVEDOS-RS	2.501.458,84	RIBEIRAO VERMELHO-MG	3.753.868,78
QUILUNGUE-BA	272.953,00	RIBEIRAO-PE	4.147.761,21
QUILOMBO-SC	8.275.448,59	RIBERADZINHO-MT	890.428,00
QUINTA DO SOL-PR	3.373.348,71	RIBEIRA-SP	155.850,00
QUINTANA-SP	2.784.765,50	RIBEIRO GONCALVES-PI	9.057.828,39
QUINZE DE NOVEMBRO-RS	2.287.439,98	RIBEROPOLIS-SE	4.686.437,17
QUIRAPÁ-PE	1.137.800,00	RIFAINA-SP	381.162,74
QUIRINOPOIS-GO	94.046.602,60	RINCAO-SP	5.960.044,45
QUISSAMA-RJ	984.364,91	RINOPOLIS-SP	16.489.044,85
QUITANDINHA-PR	8.098.939,65	RIO ACIMA-MG	1.134.046,35
QUITERIANOPOLIS-CE	403.474,72	RIO AZUL-PR	11.046.712,20
QUIXABA-PB	1.032.300,00	RIO BANANAL-ES	2.958.730,35
QUIXABA-PE	247.463,00	RIO BONI-PR	305.298,50
QUIXABEIRA-BA	138.000,00	RIO BONITO DO IGUAÇU-PR	913.765,59
QUIXADA-CE	4.058.160,97	RIO BONITO-RJ	9.449.609,47
QUIXELO-CE	486.550,00	RIO BRANCO DO IVAI-PR	1.232.972,68
QUIXERAMOBIM-CE	11.055.719,34	RIO BRANCO DO SUL-PR	20.368.861,84
QUIXERE-CE	2.207.146,18	RIO BRANCO-AC	48.955.692,05
RAFAEL GODEIRO-RN	12.633,91	RIO BRANCO-MT	1.107.443,39
RAFAEL JAMBEIRO-BA	383.030,00	RIO BRILHANTE-MS	94.041.478,38
RAFARD-SP	24.523.258,46	RIO CASCA-MG	3.830.400,47
RAMILANDIA-PR	1.939.595,60	RIO CLARO-RJ	2.721.530,77
RANCHARIA-SP	13.680.343,42	RIO CLARO-SP	80.099.772,76
RANCHO ALEGRE D'OESTE-PR	13.203.000,97	RIO CRESPO-RO	1.216.400,00
RANCHO ALEGRE-PR	4.025.040,00	RIO DA CONCEICAO-TO	390.000,00
RANCHO QUEIMADO-SC	3.214.829,27	RIO DAS ANTAS-SC	2.159.267,21
RAPOSA-MA	811.100,00	RIO DAS FLORES-RJ	1.370.660,00
RAPOSOS-MG	436.814,49	RIO DAS OSTRAS-RJ	9.058.988,92
RAUL SOARES-MG	3.139.899,80	RIO DAS PEDRAS-SP	94.843.959,87
REALIZA-PR	15.303.763,64	RIO DE CONTAS-BA	492.250,00
REBOUCAS-PR	4.926.676,35	RIO DE JANEIRO-RJ	6.848.737.142,55

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
RIO DO ANTONIO-BA	1.232.356,10	SAITRE-PE	445.910,00
RIO DO CAMPO-SC	2.086.508,73	SALDANHA MARINHO-RS	2.634.369,64
RIO DO FOGO-RN	59.500,00	SALES OLIVEIRA-SP	23.280.760,25
RIO DO DESTRE-SC	4.386.171,55	SALESOPOLIS-SP	2.372.295,81
RIO DO PIRES-BA	346.408,64	SALES-SP	1.097.496,70
RIO DO PRADO-MG	71.700,00	SALETE-SC	2.479.024,84
RIO DO SUL-SC	81.280.596,56	SALGADINHO-PE	67.200,00
RIO DOS BOIS-TO	295.600,00	SALGADO DE SAO FELIX-PB	19.387,99
RIO DOS CEDROS-SC	5.802.793,08	SALGADO FILHO-PR	3.970.580,27
RIO DOS INDIOS-RS	1.338.000,00	SALGADO-SE	2.539.034,29
RIO FORMOSO-PE	327.332,00	SALGUEIRO-PE	1.505.119,28
RIO FORTUNA-SC	13.492.768,81	SALINAS DA MARGARIDA-BA	371.318,76
RIO GRANDE DA SERRA-SP	7.512.770,75	SALINAS-MG	7.406.364,59
RIO GRANDE-RS	78.450.522,91	SALINOPOLIS-PA	599.580,28
RIO LARGO-AL	15.281.949,26	SALITRE-CE	311.000,00
RIO MANSO-MG	1.057.101,32	SALMOURAO-SP	247.408,29
RIO MARIA-PA	3.164.622,60	SALOA-PE	1.888.646,40
RIO NEGRINHO-SC	27.314.361,24	SALTUNHO-SC	455.010,66
RIO NEGRO-MS	426.672,93	SALTUNHO-SP	5.323.110,02
RIO NEGRO-PR	11.749.093,74	SALTO DA DIVISA-MG	103.540,00
RIO NOVO DO SUL-ES	4.114.151,67	SALTO DE PIRAPORA-SP	1.2025.879,38
RIO NOVO-MG	593.457,37	SALTO DO CUB-MT	299.964,30
RIO PARANAIBA-MG	13.262.455,46	SALTO DO ITANARE-PR	237.015,54
RIO PARDO DE MINAS-MG	4.433.536,81	SALTO DO JACU-RS	1.172.916,02
RIO PARDO-RS	21.765.369,09	SALTO DO LONTRA-PR	3.311.746,12
RIO PIRACICABA-MG	2.161.828,15	SALTO GRANDE-SP	3.266.410,00
RIO POMBA-MG	5.605.836,40	SALTO VELOSO-SC	4.668.284,97
RIO PRETO DA EVA-AM	1.536.113,59	SALTO-SP	71.836.917,19
RIO PRETO-MG	232.182,00	SALVADOR DAS MISSOES-RS	2.117.135,12
RIO QUENTE-GO	8.236.583,69	SALVADOR DO SUL-RS	34.357.171,54
RIO REAL-BA	2.736.715,92	SALVADOR-BA	1.228.374.452,29
RIO RUFINO-SC	398.540,00	SALVATERRA-PA	98.400,00
RIO SONO-TO	204.852,55	SAMBAIBA-MA	2.816.328,44
RIO TUNTO-PB	2.016.062,84	SANAMUNIA-RS	4.272.087,76
RIO VERDE DE MATO GROSSO-MS	7.179.897,65	SANCERLANDIA-GO	2.505.958,03
RIO VERDE-GO	230.163.220,86	SANDOLANDIA-TO	1.027.084,10
RIO VERMELHO-MG	339.420,00	SANDOVALINA-SP	27.106.680,60
RIOLANDIA-SP	3.751.164,42	SANGAO-SC	21.534.193,04
RIOZINHO-RS	1.222.090,00	SANHARO-PE	397.341,33
RIQUEZA-SC	3.357.589,02	SANTA ADELIA-SP	42.362.192,57
RITAPOLIS-MG	1.019.324,09	SANTA ALBERTINA-SP	4.751.431,54
RIVERSUL-SP	1.285.750,00	SANTA AMELIA-PR	4.480,95
ROCA SALES-RS	3.725.511,90	SANTA BARBARA DE GOIAS-GO	2.553.630,00
ROCHEDO DE MINAS-MG	116.068,76	SANTA BARBARA DO LESTE-MG	338.000,00
ROCHEDO-MS	3.396.828,77	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE-MG	359.300,00
RODEIO BONITO-RS	5.842.174,67	SANTA BARBARA DO PARA-PA	1.611.608,00
RODEIO-SC	5.940.908,00	SANTA BARBARA DO SUL-RS	22.941.184,62
RODEIRO-MG	7.511.273,95	SANTA BARBARA DO TIGURIO-MG	2.021.768,94
RODELAS-BA	195.248,56	SANTA BARBARA D'OESTE-SP	190.167.029,68
RODOLFO FERNANDES-RN	19.119,85	SANTA BARBARA-BA	213.084,26
RODRIGUES ALVES-AC	299.700,00	SANTA BARBARA-MG	6.750.084,64
ROLADOR-RS	1.524.060,00	SANTA BRANCA-SP	1.827.468,05
ROLANDIA-PR	70.319.784,60	SANTA BRIGIDA-BA	260.000,00
ROLANTE-RS	4.058.472,27	SANTA CARMEM-MT	6.065.104,52
ROLIM DE MOURA-RO	15.886.053,86	SANTA CECILIA DO PAVAO-PR	391.192,81
ROMARIA-MG	3.867.814,00	SANTA CECILIA DO SUL-RS	1.790.191,95
ROMELANDIA-SC	938.846,54	SANTA CECILIA-PB	174.000,00
ROMCADOR-PR	11.011.681,71	SANTA CECILIA-SC	8.232.145,64
RONDA ALTA-RS	7.374.202,44	SANTA CLARA DO SUL-RS	1.869.430,53
RONDOPHA-RS	2.389.541,76	SANTA CLARA D'OESTE-SP	2.030.251,84
RONDOLANDIA-MT	143.642,90	SANTA CRUZ CABRALIA-BA	619.781,10
RONDON DO PARA-PA	4.162.962,86	SANTA CRUZ DA BAXIA VERDE-PE	754.593,17
RONDONOPOLIS-MT	281.516.175,35	SANTA CRUZ DA CONCEICAO-SP	2.608.445,56
RONDON-PR	17.549.780,03	SANTA CRUZ DA ESPERANCA-SP	452.578,94
RICQUE GONZALES-RS	1.124.658,91	SANTA CRUZ DA VITORIA-BA	255.092,36
ROSAIROPOLIS-RR	359.380,71	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP	19.735.521,66
ROSAIRA-SP	949.824,47	SANTA CRUZ DE GOIAS-GO	1.587.799,00
ROSARIO CA LINETRA-MG	187.900,00	SANTA CRUZ DE MINAS-MG	632.649,03
ROSARIO DO CATETE-SE	1.037.582,62	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR	3.716.686,40
ROSARIO DO IVAL-PR	1.414.559,81	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE	2.743.083,34
ROSARIO DO SUL-RS	18.103.847,11	SANTA CRUZ DO ESCALVADO-MG	387.670,00
ROSARIO OESTE-MT	815.381,23	SANTA CRUZ DO RIO PARDO-SP	40.942.920,12
ROSARIO-MA	6.003.982,40	SANTA CRUZ DO SUL-RS	133.349.156,79
ROSEIRA-SP	12.245.658,76	SANTA CRUZ DO XINGU-MT	270.876,00
RUBELITA-MG	447.527,00	SANTA CRUZ-PE	161.403,92
RUBIACEA-SP	934.100,00	SANTA CRUZ-RN	1.005.597,12
RUBIATABA-GO	16.308.006,29	SANTA EUGENIA DE MINAS-MG	33.000,00
RUBIM-MG	497.630,00	SANTA EUSTENIA-SP	373.671,03
RUBINEIA-SP	489.400,00	SANTA FE DE GOIAS-GO	831.225,80
RUIROPOLIS-PA	861.839,42	SANTA FE DE MINAS-MG	180.000,00
RUSSAS-CE	14.278.798,45	SANTA FE DO ARAGUAIA-TO	1.170.275,00
RUY BARBOSA-BA	1.498.299,40	SANTA FE DO SUL-SP	11.410.095,68
RUY BARBOSA-RN	86.400,00	SANTA FE-PR	5.196.749,59
SABARA-MG	47.111.192,41	SANTA FILOMENA-PI	2.262.574,40
SABAUDIA-PR	7.888.023,97	SANTA GERTRUDES-SP	65.703.647,37
SABINOPOLIS-MG	14.347,42	SANTA HELENA DE GOIAS-GO	37.130.544,54
SABINO-SP	853.180,00	SANTA HELENA DE MINAS-MG	297.580,00
SABOERO-CE	382.200,00	SANTA HELENA-MA	1.588.582,77
SACRAMENTO-MG	12.650.662,12	SANTA HELENA-PB	75.478,53
SAGRADA FAMILIA-RS	122.000,00	SANTA HELENA-PR	18.851.789,08

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
SANTA HELENA-SC	2.593.460,00	SANTANA DE PIRAPAMA-MG	779.850,83
SANTA INES-BA	127.136,00	SANTANA DO ACARAU-CE	62.956,05
SANTA INES-PA	8.332.583,94	SANTANA DO ARAGUAIA-PA	980.549,94
SANTA INES-PR	581.800,00	SANTANA DO CARUCÉ-CE	1.054.300,00
SANTA ISABEL DO IVAÍ-PR	4.485.498,71	SANTANA DO CERRITO-MG	165.436,04
SANTA ISABEL DO PARA-PA	2.448.783,12	SANTANA DO GARAMBEU-MG	442.340,00
SANTA ISABEL-GO	1.346.855,03	SANTANA DO IPANEMA-AL	913.907,55
SANTA ISABEL-SP	28.522.488,55	SANTANA DO ITARARE-PR	1.853.744,78
SANTA IZABEL DO OESTE-PR	4.753.468,13	SANTANA DO JACARÉ-MG	682.757,99
SANTA JULIANA-MG	5.861.013,23	SANTANA DO LIVRAMENTO-RS	35.149.731,96
SANTA LEOPOLDINA-ES	1.482.224,19	SANTANA DO MANHUAÇU-MG	718.810,42
SANTA LUCIA-PR	2.348.649,20	SANTANA DO MATOS-RN	308.814,66
SANTA LUCIA-SP	1.951.970,67	SANTANA DO MUNDAU-AL	491.435,61
SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	97.000,00	SANTANA DO PARAISO-MG	9.185.133,15
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	1.062.042,58	SANTANA DO RIACHO-MG	5.287,69
SANTA LUZIA DO PARA-PA	1.304.560,03	SANTANA DOS MONTES-MG	221.350,00
SANTA LUZIA DO PARUA-MA	934.428,17	SANTANA-AP	3.845.101,21
SANTA LUZIA D'OESTE-RO	16.062.211,47	SANTANA-BA	3.052.232,64
SANTA LUZIA-BA	730.003,63	SANTANÓPOLIS-BA	136.672,92
SANTA LUZIA-MA	483.726,45	SANTAREM-PA	14.728.491,10
SANTA LUZIA-MG	62.683.096,22	SANTIAGO DO SUL-SC	510.100,00
SANTA LUZIA-PB	506.194,10	SANTIAGO-RS	17.606.775,86
SANTA MARGARIDA DO SUL-RS	5.137.432,50	SANTO AFONSO-MT	548.038,80
SANTA MARGARIDA-MG	566.089,89	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-SC	12.928.330,78
SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE	1.323.904,92	SANTO AMARO-BA	15.014.320,41
SANTA MARIA DA SERRA-SP	10.154.549,00	SANTO ANASTÁCIO-SP	8.040.474,71
SANTA MARIA DA VITORIA-BA	6.694.184,08	SANTO ANDRÉ-PB	232.500,00
SANTA MARIA DAS BARREIRAS-PA	118.800,00	SANTO ANDRÉ-SP	432.266.847,59
SANTA MARIA DE ITABIRA-MG	1.436.641,91	SANTO ANGELO-RS	61.683.925,70
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	22.112.290,69	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA-SP	1.966.938,21
SANTA MARIA DO CAMBUCA-PE	814.250,00	SANTO ANTONIO DA BARRA-GO	11.671.272,85
SANTA MARIA DO HERVAL-RS	3.138.438,09	SANTO ANTONIO DA PATRULHA-RS	27.034.770,68
SANTA MARIA DO OESTE-PR	4.187.494,35	SANTO ANTONIO DA PLATINA-PR	25.881.751,15
SANTA MARIA DO PARA-PA	717.610,68	SANTO ANTONIO DAS MISSOES-RS	4.506.682,51
SANTA MARIA DO SUACUI-MG	365.676,10	SANTO ANTONIO DE GOIAS-GO	1.046.323,60
SANTA MARIA DO TOCANTINS-TO	419.400,00	SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	19.284.822,41
SANTA MARIA MADALENA-RJ	974.587,38	SANTO ANTONIO DE LISBOA-PI	650.346,56
SANTA MARIANA-PR	6.624.820,51	SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	12.900.238,18
SANTA MARIA-RN	335.505,00	SANTO ANTONIO DE POSSE-SP	8.966.894,63
SANTA MARIA-RS	173.088.048,91	SANTO ANTONIO DO AMPARO-MG	3.230.169,86
SANTA MERCEDES-SP	4.296.500,00	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA-SP	11.159.617,12
SANTA MONICA-PR	4.254.927,52	SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO-MG	629.202,50
SANTA QUITERIA DO MARANHÃO-MA	94.050,00	SANTO ANTONIO DO CAIUA-PR	398.831,00
SANTA QUITERIA-CE	2.384.848,46	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO-GO	9.406.340,33
SANTA RITA DE CALDAS-MG	3.871.137,39	SANTO ANTONIO DO GRAMA-MG	161.794,54
SANTA RITA DE CASSIA-BA	352.054,00	SANTO ANTONIO DO JACINTO-MG	720.420,85
SANTA RITA DE JACUTINGA-MG	67.648,53	SANTO ANTONIO DO JARDIM-SP	2.312.857,15
SANTA RITA DE MINAS-MG	731.007,11	SANTO ANTONIO DO LESTE-MT	17.444.669,15
SANTA RITA DO ARAGUAIA-GO	889.340,85	SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT	3.287.356,33
SANTA RITA DO IBITIPOCA-MG	251.471,00	SANTO ANTONIO DO MONTE-MG	4.947.645,50
SANTA RITA DO ITUETO-MG	2.370.831,00	SANTO ANTONIO DO PALMA-RS	1.906.814,77
SANTA RITA DO NOVO DESTINO-GO	307.191,43	SANTO ANTONIO DO PARASO-PR	1.806.900,00
SANTA RITA DO PARDO-MS	2.215.145,00	SANTO ANTONIO DO PINHAL-SP	5.372,32
SANTA RITA DO PASSA QUATRO-SP	17.454.129,53	SANTO ANTONIO DO PLANALTO-RS	5.376.289,99
SANTA RITA DO SAPUCAI-MG	4.614.458,80	SANTO ANTONIO DO RETIRO-MG	99.000,00
SANTA RITA DO TOCANTINS-TO	351.398,00	SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO-MG	622.828,90
SANTA RITA DO TRIVELATO-MT	9.177.398,14	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE-PR	7.489.656,12
SANTA RITA D'OESTE-SP	655.250,00	SANTO ANTONIO DO TAUÁ-PA	1.067.480,60
SANTA RITA-MA	1.266.500,00	SANTO ANTONIO DOS LOPES-MA	768.247,62
SANTA RITA-PB	28.400.531,96	SANTO ANTONIO-RN	141.566,50
SANTA ROSA DA SERRA-MG	373.800,00	SANTO AUGUSTO-RS	14.355.212,83
SANTA ROSA DE GOIAS-GO	264.118,92	SANTO CRISTO-RS	5.885.531,62
SANTA ROSA DE LIMA-SC	2.255.205,00	SANTO ESTEVAO-BA	2.403.110,99
SANTA ROSA DE LIMA-SE	110.000,00	SANTO EXPEDITO DO SUL-RS	822.480,73
SANTA ROSA DE VITERBO-SP	12.935.183,25	SANTO EXPEDITO-SP	683.250,00
SANTA ROSA DO SUL-SC	4.343.698,81	SANTO HIPOLITO-MG	316.900,00
SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO	938.017,30	SANTO INACIO-PR	9.885.243,93
SANTA ROSA-RS	93.418.122,45	SANTOPOLIS DO AGUAPEI-SP	1.677.970,00
SANTA SALETE-SP	350.319,82	SANTOS DUMONT-MG	2.558.635,91
SANTA TERESA-ES	11.309.453,89	SANTOS-SP	298.001.616,23
SANTA TERESINHA-BA	99.890,00	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO-MA	453.181,44
SANTA TERESINHA-PB	210.570,00	SÃO BENEDITO DO SUL-PE	1.013.362,75
SANTA TEREZA DE GOIAS-GO	1.059.421,04	SÃO BENEDITO-CE	2.922.820,34
SANTA TEREZA DO OESTE-PR	16.931.253,10	SÃO BENTO ABADE-MG	831.620,00
SANTA TEREZA DO TOCANTINS-TO	167.200,00	SÃO BENTO DO SAPUCAI-SP	548.893,16
SANTA TEREZA-RS	184.148,00	SÃO BENTO DO SUL-SC	111.427.094,19
SANTA TEREZINHA DE GOIAS-GO	1.546.887,17	SÃO BENTO DO TOCANTINS-TO	1.095.361,91
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU-PR	20.955.816,31	SÃO BENTO DO UNA-PE	18.147.357,98
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC	85.000,00	SÃO BENTO-MA	538.792,00
SANTA TEREZINHA-MT	442.305,34	SÃO BENTO-PB	5.702.514,73
SANTA TEREZINHA-PE	135.000,00	SÃO BERNARDINO-SC	1.147.788,70
SANTA TEREZINHA-SC	5.785.932,50	SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP	2.565.152.802,46
SANTA VITÓRIA DO PALMAR-RS	39.111.676,90	SÃO BERNARDO-MA	545.014,23
SANTA VITÓRIA-MG	145.059.955,58	SÃO BONIFACIO-SC	1.910.319,89
SANTALUZ-BA	2.184.420,00	SÃO BORJA-RS	42.130.164,05
SANTANA DA BOA VISTA-RS	1.473.475,34	SÃO BRAS DO SUACUI-MG	436.000,00
SANTANA DA PONTE PENSA-SP	2.204.403,24	SÃO BRAS-AL	227.000,00
SANTANA DA VARGEM-MG	3.300.367,97	SÃO CAETANO DO SUL-SP	707.112.243,99
SANTANA DE CATAGUASES-MG	427.750,00	SÃO CAETANO-PE	4.052.100,00
SANTANA DE PARNAIBA-SP	77.307.437,79	SÃO CARLOS DO IVAÍ-PR	9.469.611,42

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
SAO CARLOS-SC	4.752.336,85	SAO JOAO DO PACUI-MG	2.435,12
SAO CARLOS-SP	294.732.742,29	SAO JOAO DO PARAISO-MA	189.000,00
SAO CRISTOVAO DO SUL-SC	2.736.667,75	SAO JOAO DO PARAISO-MG	3.632.800,48
SAO CRISTOVAO-SE	6.122.545,11	SAO JOAO DO PAU D'AUHO-SP	181.394,13
SAO DESIDERIO-BA	229.825.335,69	SAO JOAO DO PAULI-PI	445.885,39
SAO DOMINGOS DAS DORES-MG	264.395,91	SAO JOAO DO POLESINE-RS	1.249.113,04
SAO DOMINGOS DO ARAGUAIÁ-PA	704.500,00	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE-PB	482.502,53
SAO DOMINGOS DO AZEITAO-MA	1.010.530,00	SAO JOAO DO SABUGI-RN	228.000,00
SAO DOMINGOS DO CAPIM-PA	458.150,00	SAO JOAO DO SUL-SC	2.692.054,64
SAO DOMINGOS DO MARANHÃO-MA	2.531.665,44	SAO JOAO DO TRIUNFO-PR	9.778.902,20
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	4.479.402,13	SAO JOAO DOS PATOS-MA	2.239.275,36
SAO DOMINGOS DO PRATA-MG	3.020.761,53	SAO JOAO EVANGELISTA-MG	556.862,19
SAO DOMINGOS DO SUL-RS	1.276.416,00	SAO JOAO NEOMUCENO-MG	2.286.434,64
SAO DOMINGOS-BA	236.600,00	SAO JOAO-PE	614.922,82
SAO DOMINGOS-GO	4.467.209,23	SAO JOAO-PR	5.502.353,73
SAO DOMINGOS-SC	11.085.746,43	SAO JOAQUIM DA BARRA-SP	77.140.489,63
SAO DOMINGOS-SE	256.400,00	SAO JOAQUIM DE BICAS-MG	7.503.024,88
SAO FELIPE D'OESTE-RO	183.599,59	SAO JOAQUIM DO MONTE-PE	277.098,41
SAO FELIPE-BA	752.318,40	SAO JOAQUIM-SC	23.353.870,22
SAO FELIX DE BALSAS-MA	160.125,00	SAO JORGE DO IVAI-PR	10.340.204,46
SAO FELIX DE MINAS-MG	424.294,88	SAO JORGE DO PATROCINIO-PR	1.652.230,03
SAO FELIX DO ARAGUAIÁ-MT	3.051.538,86	SAO JORGE D'OESTE-PR	6.267.820,07
SAO FELIX DO CORIBE-BA	1.123.027,87	SAO JORGE-RS	1.170.120,80
SAO FELIX DO XINGU-PA	2.212.539,00	SAO JOSE DA BARRA-MG	3.299.682,97
SAO FELIX-BA	984.588,79	SAO JOSE DA BELA VISTA-SP	4.142.098,84
SAO FERNANDO-RN	400.000,00	SAO JOSE DA BOA VISTA-PR	2.616.496,49
SAO FIDELIS-RJ	1.198.011,14	SAO JOSE DA CORDA GRANDE-PE	710.787,07
SAO FRANCISCO DE ASSIS-RS	5.541.447,58	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA-PB	187.500,00
SAO FRANCISCO DE GOIAS-GO	714.658,64	SAO JOSE DA LAJE-AL	7.457.950,00
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	7.141.575,27	SAO JOSE DA LAPA-MG	14.967.925,60
SAO FRANCISCO DE PAULA-MG	1.088.702,00	SAO JOSE DA VARGINHA-MG	455.100,00
SAO FRANCISCO DE PAULA-RS	12.317.211,71	SAO JOSE DA VITORIA-BA	66.197,63
SAO FRANCISCO DE SALES-MG	1.412.170,00	SAO JOSE DAS MISSOES-RS	144.000,00
SAO FRANCISCO DO BREJO-MA	484.109,00	SAO JOSE DAS PALMEIRAS-PR	433.910,00
SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	2.761.955,72	SAO JOSE DE MIPIBU-RN	2.754.891,76
SAO FRANCISCO DO GLORIA-MG	546.000,00	SAO JOSE DE PIRANHAS-PB	241.953,57
SAO FRANCISCO DO GUAPORÉ-RO	1.293.266,98	SAO JOSE DE RIBAMAR-MA	6.694.672,90
SAO FRANCISCO DO MARANHÃO-MA	2.368,46	SAO JOSE DE UBA-RJ	261.450,00
SAO FRANCISCO DO SUL-SC	12.768.145,09	SAO JOSE DO ALEGRE-MG	201.058,48
SAO FRANCISCO-MG	2.981.596,44	SAO JOSE DO BARREIRO-SP	772.729,28
SAO FRANCISCO-SE	70.000,00	SAO JOSE DO BELMONTE-PE	692.867,11
SAO FRANCISCO-SP	227.813,57	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ-PB	175.980,00
SAO GABRIEL DA CAHOEIRA-AM	78.599,32	SAO JOSE DO CALCADO-ES	488.079,65
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	5.986.454,34	SAO JOSE DO CAMPESTRE-RN	27.557,99
SAO GABRIEL DO OESTE-MS	62.411.660,49	SAO JOSE DO CEDRO-SC	17.825.407,31
SAO GABRIEL-BA	778.900,74	SAO JOSE DO CERRITO-SC	1.106.630,13
SAO GABRIEL-RS	29.404.853,13	SAO JOSE DO DIVINO-MG	211.386,09
SAO GERALDO DA PIEDADE-MG	160.200,00	SAO JOSE DO EGITO-PE	1.577.749,50
SAO GERALDO DO ARAGUAIÁ-PA	4.171.775,43	SAO JOSE DO GOIABAL-MG	142.295,05
SAO GERALDO DO BAIÃO-MG	3.615,50	SAO JOSE DO HERVAL-RS	3.040.640,00
SAO GERALDO-MG	2.222.365,09	SAO JOSE DO HORTENCIO-RS	824.024,00
SAO GONCALO DO ASAETE-MG	5.581.011,27	SAO JOSE DO INHACORA-RS	837.400,00
SAO GONCALO DO AMARANTE-CE	107.532.215,27	SAO JOSE DO JACUIPE-BA	262.000,00
SAO GONCALO DO AMARANTE-RN	8.461.670,49	SAO JOSE DO MANTIMENTO-MG	139.312,98
SAO GONCALO DO PARA-MG	1.918.920,00	SAO JOSE DO NORTE-RS	1.085.493,52
SAO GONCALO DO PAULI-PI	12.522,44	SAO JOSE DO OURO-RS	10.351.644,30
SAO GONCALO DO RIO ABAIXO-MG	28.865.759,39	SAO JOSE DO PEDREI-PI	11.908,27
SAO GONCALO DO RIO PRETO-MG	263.060,00	SAO JOSE DO PAULI-PI	283.200,00
SAO GONCALO DO SAPUCAI-MG	11.292.851,15	SAO JOSE DO POVO-MT	582.588,00
SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	52.729.331,00	SAO JOSE DO RIO CLARO-MT	14.291.164,84
SAO GONCALO-RJ	158.211.753,29	SAO JOSE DO RIO PARDO-SP	34.672.785,51
SAO GOTARDO-MG	15.241.150,72	SAO JOSE DO RIO PRETO-SP	300.638.612,81
SAO JERONIMO DA SERRA-PR	2.669.471,61	SAO JOSE DO SERIDO-RN	215.000,00
SAO JERONIMO-RS	14.815.672,81	SAO JOSE DO SUL-RS	1.289.470,00
SAO JOAO BATISTA DO GLORIA-MG	1.180.808,92	SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	6.881.716,79
SAO JOAO BATISTA-SC	17.245.002,56	SAO JOSE DO XINGU-MT	1.010.660,00
SAO JOAO DA BARRA-RJ	2.959.064,69	SAO JOSE DOS AUSENTES-RS	1.023.857,80
SAO JOAO DA BOA VISTA-SP	41.983.152,22	SAO JOSE DOS CAMPOS-SP	932.533.849,59
SAO JOAO DA MATA-MG	411.229,00	SAO JOSE DOS PINHAIS-PR	808.821.421,97
SAO JOAO DA PARAUNA-GO	150.000,00	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS-MT	16.969.199,28
SAO JOAO DA PONTE-MG	590.030,51	SAO JOSE-SC	164.580.999,21
SAO JOAO DA SERRA-PI	354.800,00	SAO LEOPOLDO-RS	132.746.488,30
SAO JOAO DA URTIGA-RS	1.393.290,00	SAO LOURENCO DA MATA-PE	13.729.849,39
SAO JOAO D'ALIANÇA-GO	2.071.508,09	SAO LOURENCO DA SERRA-SP	1.089.000,00
SAO JOAO DAS DUAS PONTES-SP	450.652,89	SAO LOURENCO DO OESTE-SC	31.380.363,15
SAO JOAO DAS MISSOES-MG	111.117,27	SAO LOURENCO DO SUL-RS	26.717.012,07
SAO JOAO DE IRACEMA-SP	550.953,95	SAO LOURENCO-MG	3.166.575,33
SAO JOAO DE MERITI-RJ	111.852.978,94	SAO LUDGERO-SC	41.978.669,11
SAO JOAO DE PIRABAS-PA	18.117,06	SAO LUIS DE MONTES BELOS-GO	4.236.645,19
SAO JOAO DEL REI-MG	17.647.466,35	SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	1.684.699,00
SAO JOAO DO ARAGUAIÁ-PA	400.000,00	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO-PI	268.908,34
SAO JOAO DO CAJUA-MR	658.046,38	SAO LUIS-MA	630.071.607,26
SAO JOAO DO CARU-MA	361.572,78	SAO LUIZ DO NORTE-GO	1.802.940,83
SAO JOAO DO ITAPERI-SC	3.517.989,93	SAO LUIZ DO PARAITINGA-SP	1.629.451,91
SAO JOAO DO IVAI-PR	4.472.070,20	SAO LUIZ GONZAGA-RS	23.629.818,96
SAO JOAO DO JAGUARIBE-CE	151.200,00	SAO LUIZ-RN	22.000,00
SAO JOAO DO MANHUAÇU-MG	461.300,03	SAO MANEDE-PB	5.724,02
SAO JOAO DO MANTENIMENTO-MG	761.156,77	SAO MANOEL DO PARANA-PR	639.910,00
SAO JOAO DO OESTE-SC	8.332.057,90	SAO MANUEL-SP	76.762.443,91
SAO JOAO DO ORIENTE-MG	390.050,09	SAO MARCOS-RS	49.671.348,73

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
SAO MARTINHO DA SERRA-RS	4.296.609,48	SAO VICENTE-SP	61.275.132,60
SAO MARTINHO-RS	2.883.151,94	SAPEACU-BA	616.766,77
SAO MARTINHO-SC	1.807.180,00	SAPE-PB	3.058.756,86
SAO MATEUS DO MARANHÃO-MA	2.534.248,52	SAPEZAL-MT	49.423.872,87
SAO MATEUS DO SUL-PR	25.190.996,91	SAPIRANGA-RS	12.202.433,29
SAO MATEUS-ES	21.460.995,93	SAPOPEMA-PR	1.852.604,30
SAO MIGUEL ARCANJO-SP	10.129.567,03	SAPUCAIA DO SUL-RS	33.090.662,34
SAO MIGUEL DA BOA VISTA-SC	388.350,71	SAPUCAIA-PA	557.500,00
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	1.541.143,97	SAPUCAIA-RJ	4.550.122,32
SAO MIGUEL DAS MISSOES-RS	31.310.157,43	SAPUCAIA-MIRIM-MG	272.245,43
SAO MIGUEL DE TAIPU-PB	1.550,89	SAQUAREMA-RJ	14.980.935,20
SAO MIGUEL DO ALEIXO-SE	571.460,00	SARANDI-PR	49.372.037,72
SAO MIGUEL DO ANTA-MG	436.700,00	SARANDI-RS	18.354.505,66
SAO MIGUEL DO ARAGUAIA-GO	3.453.909,63	SARAPUIT-SP	2.255.427,79
SAO MIGUEL DO GUAMA-PA	3.816.630,78	SARUTAI-SP	185.000,00
SAO MIGUEL DO GUAPORE-RO	1.723.321,71	SARZEDO-MG	19.423.605,81
SAO MIGUEL DO IGUAÇU-PR	41.003.874,00	SATIRO DIAS-BA	232.000,00
SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO-GO	2.890.762,12	SATUBA-AL	839.600,00
SAO MIGUEL DO TAPUTO-PI	621.500,00	SATUBINHA-MA	122.000,00
SAO MIGUEL D'OESTE-SC	31.859.962,91	SAUBARA-BA	152.000,00
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	1.035.272,91	SAUDADE DO IGUAÇU-PR	744.834,73
SAO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	94.000,00	SAUDADES-SC	33.969.145,66
SAO MIGUEL-RN	2.564.100,00	SAUDE-BA	66.400,00
SAO NICOLAU-RS	972.630,00	SCHROEDER-SC	17.687.722,55
SAO PATRICIO-GO	730.000,00	SEABRA-BA	6.539.198,67
SAO PAULO DAS MISSOES-RS	884.275,00	SEARA-SC	21.355.194,39
SAO PAULO DE OLIVENÇA-AM	12.768,43	SEBASTIANOPOLIS DO SUL-SP	131.816.397,45
SAO PAULO DO POTENGI-RN	1.069.860,62	SEBASTIAO LARANJEIRAS-BA	85.165,60
SAO PAULO-SP	11.877.539.626,43	SEBERI-RS	9.590.708,72
SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	12.277.364,68	SEDE NOVA-RS	867.256,00
SAO PEDRO DA CIPA-MT	69.614,32	SEGREDO-RS	1.724.632,00
SAO PEDRO DA SERRA-RS	447.989,98	SELBACH-RS	4.673.190,35
SAO PEDRO DA UNIAO-MG	1.521.465,92	SELVIRIA-MS	2.070.539,62
SAO PEDRO DAS MISSOES-RS	375.300,00	SEM-PEDE-MG	352.080,00
SAO PEDRO DE ALCANTARA-SC	1.477.382,75	SENA MADUREIRA-AC	424.000,62
SAO PEDRO DO BUTIA-RS	2.053.821,42	SENADOR ALEXANDRE COSTA-MA	180.000,00
SAO PEDRO DO IGUAÇU-PR	4.978.192,64	SENADOR AMARAL-MG	1.330.170,00
SAO PEDRO DO IVAI-PR	5.230.830,12	SENADOR CANEDO-GO	45.837.761,07
SAO PEDRO DO PARANA-PR	4.284.971,95	SENADOR CORTES-MG	217.664,10
SAO PEDRO DO PIAUI-PI	97.392,69	SENADOR FIRMINO-MG	500.565,00
SAO PEDRO DO SUACUI-MG	293.765,79	SENADOR GUIOMARD-AC	503.126,57
SAO PEDRO DO SUL-RS	3.960.059,20	SENADOR JOSE BENTO-MG	500.000,00
SAO PEDRO DO TURVO-SP	3.257.384,40	SENADOR LA ROCQUE-MA	220.628,54
SAO PEDRO DOS CRENTES-MA	445.346,40	SENADOR MODESTINO GONCALVES-MG	838.460,00
SAO PEDRO DOS FERROS-MG	1.964.826,11	SENADOR POMPEU-CE	566.610,94
SAO PEDRO-RN	137.975,00	SENADOR SALGADO FILHO-RS	1.427.526,00
SAO PEDRO-SP	6.820.088,62	SENGES-PR	8.334.624,00
SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS-MG	2.110.217,11	SENHOR DO BONFIM-BA	4.720.328,99
SAO RAIMUNDO NONATO-PI	2.233.240,65	SENHORA DE OLIVEIRA-MG	496.500,00
SAO ROBERTO-MA	130.000,00	SENHORA DO PORTO-MG	251.500,00
SAO ROMAO-MG	1.019.056,98	SENHORA DOS REMEDIOS-MG	965.720,00
SAO ROQUE DE MINAS-MG	8.180.221,94	SENTINELA DO SUL-RS	1.973.362,00
SAO ROQUE DO CANAAS-ES	5.853.658,87	SENTO SE-BA	550.616,23
SAO ROQUE-SP	14.937.747,71	SERAFINA CORREA-RS	19.035.306,34
SAO SALVADOR DO TOCANTINS-TO	435.000,00	SERICITA-MG	964.874,43
SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA-PR	3.052.183,32	SERINGUEIRAS-RO	914.519,15
SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA-MG	2.288.631,03	SERIO-RS	608.756,59
SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA-PA	4.212,31	SEROPEDICA-RJ	29.327.775,28
SAO SEBASTIAO DA GRAMA-SP	2.195.708,38	SERRA ALTA-SC	4.314.284,80
SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE-MG	130.400,00	SERRA AZUL DE MINAS-MG	77.719,37
SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA-PI	705.704,97	SERRA AZUL-SP	337.297,68
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	12.751.200,00	SERRA BRANCA-PB	510.778,69
SAO SEBASTIAO DO ANTA-MG	113.448,70	SERRA DE SAO BENTO-RN	21.962,05
SAO SEBASTIAO DO CAI-RS	52.775.599,85	SERRA DO RAMALHO-BA	579.210,56
SAO SEBASTIAO DO MARANHÃO-MG	97.700,00	SERRA DO SALITRE-MG	8.692.825,62
SAO SEBASTIAO DO OESTE-MG	20.495.225,83	SERRA DOS AIMÓRES-MG	8.111.783,32
SAO SEBASTIAO DO PARAISO-MG	48.214.462,86	SERRA DOURADA-BA	953.344,06
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	3.130.628,19	SERRA NEGRA DO NORTE-RN	1.040.133,14
SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO-MG	291.000,00	SERRA NEGRA-SP	3.057.699,35
SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE-MG	235.280,00	SERRA PRETA-BA	249.555,00
SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS-TO	365.000,04	SERRA TALHADA-PE	23.871.052,99
SAO SEBASTIAO-AL	2.720.861,60	SERRA-ES	470.980.162,58
SAO SEBASTIAO-SP	14.761.451,14	SERRANA-SP	45.137.253,05
SAO SEPE-RS	17.144.652,81	SERRANIA-MG	1.862.428,58
SAO SIMAO-GO	73.239.216,61	SERRANOPOLIS DE MINAS-MG	103.140,00
SAO SIMAO-SP	6.527.319,05	SERRANOPOLIS DO IGUAÇU-PR	5.831.498,61
SAO TIAGO-MG	1.473.175,28	SERRANOPOLIS-GO	10.069.188,39
SAO TOMAS DE AQUINO-MG	1.376.684,10	SERRARIA-PB	225.000,00
SAO TOME DAS LETRAS-MG	533.112,63	SERRINHA-BA	3.722.144,29
SAO TOME-PR	7.574.073,29	SERRINHA-RN	73.900,00
SAO VALENTIM DO SUL-RS	1.146.730,00	SERRITA-PE	1.276.230,28
SAO VALENTIM-RS	4.141.458,20	SERROLANDIA-BA	407.400,00
SAO VALERIO DA NATIVIDADE-TO	2.039.257,60	SERRO-MG	1.365.907,27
SAO VALERIO DO SUL-RS	775.825,00	SERTANEJA-PR	9.319.732,77
SAO VENDELINO-RS	740.500,00	SERTANIA-PE	790.634,99
SAO VICENTE DE MINAS-MG	779.573,58	SERTANOPOLIS-PR	29.087.231,84
SAO VICENTE DO SUL-RS	6.288.685,36	SERTAO SANTANA-RS	2.918.083,66
SAO VICENTE FERRER-MA	8.665,03	SERTAO-RS	10.406.247,90
SAO VICENTE FERRER-PE	627.900,00	SERTAOZINHO-PB	166.300,00
SAO VICENTE-RN	360.625,85	SERTAOZINHO-SP	352.444.211,04

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
SETE BARRAS-SP	3.259.270,47	TAMBAU-SP	12.881.190,15
SETE DE SETEMBRO-RS	350.810,00	TAMBOARA-PR	4.645.846,98
SETE LAGDAS-MG	230.232.412,56	TAMBORIL-CE	301.726,09
SETE QUEDAS-MS	363.768,24	TANABI-SP	18.017.496,44
SETUBINHA-MG	324.000,00	TANGARA DA SERRA-MT	26.493.420,85
SEVERIANO DE ALMEIDA-RS	1.604.592,98	TANGARA-RN	197.000,00
SEVERINIA-SP	5.457.159,85	TANGARA-SC	21.737.348,16
SIDEROPOLIS-SC	23.394.900,99	TANGUA-RJ	3.205.216,47
SIDROLANDIA-MS	30.234.228,64	TANHACU-BA	1.735.449,40
SILVA JARDIM-RJ	2.201.704,21	TANQUE NOVO-BA	1.672.794,47
SILVANIA-GO	48.556.289,88	TAPARUBA-MG	822.400,00
SILVANOPOLIS-TO	2.169.318,00	TAPEJARA-PR	10.398.930,03
SILVEIRA MARTINS-RS	3.373.784,61	TAPEJARA-RS	71.210.635,49
SILVEIRAS-SP	446.356,23	TAPERÁ-RS	11.706.932,26
SILVIANOPOLIS-MG	1.354.588,00	TAPEROA-BA	5.153,00
SIMAO DIAS-SE	3.911.227,72	TAPEROA-PB	1.067.125,00
SIMAO PEREIRA-MG	155.210,00	TAPES-RS	7.567.541,64
SIMÕES FILHO-BA	134.881.895,92	TAPIRAI-MG	417.500,00
SIMÕES-PI	297.546,52	TAPIRAI-SP	4.082.264,59
SIMOLANDIA-GO	833.763,26	TAPIRA-MG	1.385.216,12
SIMONESIA-MG	1.303.500,76	TAPIRAMUTA-BA	817.093,91
SIMPLICIO MENDES-PI	39.270,21	TAPIRA-PR	2.268.109,36
SINIMBU-RS	1.781.189,17	TAPIRATIBA-SP	2.445.048,86
SINOP-MT	74.871.345,16	TAPURAH-MT	18.794.738,81
SIQUEIRA CAMPOS-PR	2.876.516,26	TAQUARACU DE MINAS-MG	1.567.895,00
SIRINHAEM-PE	10.015.703,48	TAQUARAL DE GOIAS-GO	6.063,38
SIRIRI-SE	127.450,00	TAQUARAL-SP	2.272.398,00
SITIO D'ABADIA-GO	173.440,22	TAQUARANA-AL	275.387,86
SITIO DO MATO-BA	131.000,00	TAQUARA-RS	9.858.579,29
SITIO DO QUINTO-BA	1.169.470,00	TAQUARI-RS	7.372.304,54
SITIO NOVO DO TOCANTINS-TO	222.820,00	TAQUARITINGA DO NORTE-PE	1.011.290,66
SITIO NOVO-MA	243.250,00	TAQUARITINGA-SP	17.463.508,44
SOBRADINHO-BA	1.920.172,46	TAQUARITUBA-SP	21.833.443,73
SOBRADINHO-RS	8.350.532,64	TAQUARITUBA-SP	10.417.133,71
SOBRADO-PB	23.836,63	TAQUARIVAI-SP	1.704.340,00
SOBRAL-CE	164.393.641,47	TAQUARUCU DO SUL-RS	1.184.722,40
SOBRALIA-MG	596.260,00	TAQUARUSSU-MS	1.033.592,69
SOCORRO-SP	11.901.011,93	TARABAI-SP	2.208.023,84
SOLANEA-PB	118.044,52	TARAUACA-AC	454.680,00
SOLEDADE DE MINAS-MG	543.378,79	TARRAFAS-CE	946.000,00
SOLEDADE-PB	1.219.916,29	TARTARUGALZINHO-AP	102.484.218,01
SOLEDADE-RS	17.566.936,97	TARUMA-SP	1.986.307,24
SOLOMOPOLE-CE	2.018.063,18	TARUMIRIM-MG	10.684.140,12
SOMBRIO-SC	12.523.149,50	TATUI-SP	113.984.428,42
SONORA-MS	10.644.106,74	TAUA-CE	3.012.392,17
SOORETAMA-ES	4.846.598,80	TAUBATE-SP	345.150.475,26
SOROCABA-SP	681.228.011,34	TAVARES-PB	89.043,64
SORRISO-MT	119.930.837,07	TAVARES-RS	2.600.700,00
SOSSEGO-PB	85.000,00	TEFE-AM	454.875,74
SOUSA-PB	10.126.534,38	TEIXEIRA DE FREITAS-BA	50.422.870,63
SOUTO SOARES-BA	683.073,15	TEIXEIRA SOARES-PR	11.868.881,39
SUCUPIRA DO NORTE-MA	245.000,00	TEIXEIRA-PB	64.919,69
SUCUPIRA DO RIACHAO-MA	91.200,00	TEIXEIRAS-MG	1.175.190,00
SUCUPIRA-TO	583.400,00	TEIXEIROPOLIS-RS	413.035,89
SUD MENNUECCI-SP	2.085.399,58	TEJUCUOCA-CE	117.121,06
SUL BRASIL-SC	878.100,00	TEJUPA-SP	1.545.148,62
SULINA-PR	812.694,00	TELEMACO BORBA-PR	24.628.382,43
SUMARE-SP	520.507.011,62	TELHA-SE	321.395,88
SUME-PB	354.517,43	TENENTE ANANIAS-RN	135.000,00
SUMIDOURO-RJ	2.061.795,08	TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	21.473,31
SURUBIM-PE	7.386.213,46	TENENTE PORTELA-RS	4.115.950,90
SUZANAPOLIS-SP	688.400,00	TEODORO SAMPAIO-SP	36.472.962,62
SUZANO-SP	46.135.882,79	TEOFILANDIA-BA	436.365,00
TABAI-RS	1.349.467,94	TEOFILO OTONI-MG	26.010.661,80
TABAPORA-MT	2.823.676,33	TEOTONIO VILELA-AL	2.992.863,37
TABAPUA-SP	18.640.417,24	TERENOS-MS	9.648.169,02
TABATINGA-AM	27.854,31	TERESINA DE GOIAS-GO	49.942,32
TABATINGA-SP	4.592.159,87	TERESINA-PI	174.089.712,93
TABIRA-PE	443.400,00	TERESOPOLIS-RJ	42.444.287,67
TABOAO DA SERRA-SP	84.726.112,65	TEREZOPOLIS DE GOIAS-GO	1.023.312,96
TABOCCAS DO BREJO VELHO-BA	577.078,00	TERRA ALTA-PA	270.109,00
TABOLEIRO GRANDE-RN	33.849,01	TERRA BOA-PR	30.031.827,23
TABULEIRO DO NORTE-CE	6.635.556,96	TERRA DE AREIA-RS	3.105.528,68
TABULEIRO-MG	330.394,74	TERRA NOVA DO NORTE-MT	1.977.808,45
TACAIMBO-PE	767.685,81	TERRA NOVA-BA	85.000,00
TACARATU-PE	77.121,39	TERRA NOVA-PE	228.460,00
TACIBA-SP	1.207.370,89	TERRA RICA-PR	6.191.633,05
TACURU-MS	846.237,32	TERRA ROXA-PR	18.910.483,19
TAGUAI-SP	4.017.528,45	TERRA ROXA-SP	2.748.035,99
TAGUATINGA-TO	21.014.299,67	TERRA SANTA-PA	98.400,00
TAIACU-SP	288.200,00	TESOURO-MT	3.800.941,85
TAILANDIA-PA	4.450.487,00	TEUTONIA-RS	22.040.022,23
TAIOBEIRAS-MG	6.169.208,87	TIANGUA-CE	3.731.785,93
TAIO-SC	10.539.583,87	TIBAGI-PR	17.042.084,86
TAIPAS DO TOCANTINS-TO	182.520,00	TIBAU-RN	275.000,00
TAIPU-RN	1.045.288,00	TIETE-SP	32.416.009,29
TATUVA-SP	3.160.198,41	TIGRINHOS-SC	768.400,00
TALISMA-TO	803.249,37	TIJUCAS DO SUL-PR	4.238.834,96
TAMANDARE-PE	1.111.627,59	TIJUCAS-SC	36.066.122,62
TAMARANA-PR	5.958.029,33	TIMBAUBA-PE	3.733.639,72

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
TIMBÉ DO SUL-SC	1.452.667,01	TURRUBA-SP	229.800,00
TIMBO GRANDE-SC	2.911.347,50	TURMALINA-MG	10.608.382,63
TIMBO-SC	71.167.444,12	TURMALINA-SP	1.995.077,88
TIMBURI-SP	85.200,00	TURUCU-RS	2.001.130,90
TIMON-MA	5.845.283,47	TURURU-CE	105.134,02
TIMOTEO-MG	20.889.553,59	TURVANIA-GO	1.710.755,61
TIO HUGO-RS	1.494.800,00	TURVELANDIA-GO	21.513.702,82
TIRADENTES DO SUL-RS	816.270,00	TURVOLANTA-MG	1.680.740,00
TIRADENTES-MG	258.927,55	TURVO-PR	24.046.296,15
TIROS-MG	3.613.491,62	TURVO-SC	29.746.678,15
TOBIAS BARRETO-SE	4.137.373,74	TUTOIA-MA	1.605.944,52
TOCANTINIA-TO	65.000,00	UAJÁ-BA	1.280.491,47
TOCANTINÓPOLIS-TO	3.745.869,83	UBAI-MG	1.146.393,00
TOCANTINS-MG	5.295.498,94	UBAIRA-BA	426.434,04
TOCOS DO MOJÍ-MG	109.200,00	UBAITABA-BA	497.164,33
TOLEDO-MG	5.573.834,63	UBAJARA-CE	946.092,27
TOLEDO-PR	103.926.331,60	UBA-MG	71.895.775,18
TOMAR DO GERU-SE	69.522,40	UBAPORANGA-MG	1.080.015,35
TOMAZINA-PR	919.682,60	UBARANA-SP	4.615.411,19
TOMBOS-MG	228.249,60	UBATA-BA	199.162,92
TOME-AÇU-PA	14.000.328,62	UBATUBA-SP	4.662.651,96
TOMANTINS-AM	4.886,03	UBERABA-MG	241.891.783,64
TORITAMA-PE	888.639,74	UBERLÂNDIA-MG	561.410.124,83
TORIXOREU-MT	92.289,71	UBIRAJARA-SP	915.366,03
TOROPÓ-RS	526.676,80	UBIRATA-PR	33.438.320,46
TORRES-RS	5.531.135,13	UBIRETAMA-RS	163.800,00
TORRINHA-SP	10.170.022,48	UCHOA-SP	3.522.440,26
TOUROS-RN	358.017,50	UBAT-BA	337.603,20
TRABILHO-SP	1.490.541,32	URAPURU-GO	146.588,83
TRACUATEUA-PA	165.328,88	URAUANA-PE	864.664,40
TRACUNHAEM-PE	185.000,00	ULIANÓPOLIS-PA	3.118.420,85
TRAIPU-AL	1.410.000,00	UMARI-CE	269.400,00
TRAIRI-CE	828.575,00	UMARIZAL-RN	435.517,71
TRAMANDAI-RS	2.929.885,29	UMBAUBA-SE	5.009.710,47
TRAVESEIRO-RS	423.100,00	UMBURATIBA-MG	131.032,14
TREMEDAL-BA	219.342,00	UMBURZETIRO-PE	417.257,90
TREMEMBÉ-SP	8.579.501,62	UMUARAMA-PR	72.474.751,13
TRES ARROIOS-RS	1.511.992,07	UNA-BA	213.276,79
TRES BARRAS DO PARANÁ-PR	10.206.150,54	UNAI-MG	39.378.020,51
TRES BARRAS-SC	55.657.934,87	UNIAO DA SERRA-RS	2.226.360,90
TRES CACHOEIRAS-RS	16.686.396,91	UNIAO DA VITORIA-PR	61.588.242,01
TRES COAÇÓES-MG	74.928.658,48	UNIAO DE MINAS-MG	2.116.396,00
TRES CORDAS-RS	16.615.792,29	UNIAO DO OESTE-SC	2.335.556,78
TRES DE MAIO-RS	15.777.620,95	UNIAO DO SUL-MT	1.155.531,12
TRES FORQUILHAS-RS	236.497,60	UNIAO DOS PALMARES-AL	7.315.559,97
TRES FRONTEIRAS-SP	21.026.913,29	UNIAO PAULISTA-SP	2.768.272,00
TRES LAGOAS-MG	611.973.929,18	UNIAO-PI	1.927.265,31
TRES MARIAS-MG	245.604.319,82	UNIFLOR-PR	307.120,00
TRES PALMEIRAS-RS	2.050.650,00	UNISTALDA-RS	1.529.840,99
TRES PASSOS-RS	8.145.402,52	UPANEMA-RN	221.355,33
TRES PONTAS-MG	12.431.600,00	URAI-PR	3.304.938,53
TRES RANCHOS-GO	8.379,54	URANGI-BA	55.015,35
TRES RIOS-RJ	36.533.429,86	URANIA-SP	6.725.960,66
TREVISÓ-SC	1.205.420,43	URBANO SANTOS-MA	1.75.033,65
TREZE DE MAIO-SC	9.566.731,54	URUAÇU-GO	25.603.592,53
TREZE TILIAS-SC	22.365.531,15	URUANA DE MINAS-MG	222.369,00
TRINDADE DO SUL-RS	2.210.223,49	URUANA-GO	1.880.437,84
TRINDADE-GO	10.778.833,85	URUARA-PA	2.343.102,36
TRINDADE-PE	9.746.186,82	URUBICI-SC	5.327.786,72
TRIUNFO-PE	262.200,00	URUBURETAMA-CE	869.280,00
TRIUNFO-PE	974.711,85	URUCANIA-MG	232.642,80
TRIUNFO-RS	240.774.996,23	URUCUÇA-BA	325.048,69
TRIZIDELA DO VALE-MA	2.309.035,99	URUCUIA-MG	1.908.895,00
TROMBUDO CENTRAL-SC	5.593.346,29	URUCUI-PI	6.273.350,64
TUBARÃO-SC	123.857.821,31	URUGUAIANA-RS	66.003.103,25
TUCANO-BA	3.213.893,24	URUOCA-CE	702.040,00
TUCUMA-PA	2.734.606,78	URUPA-RJ	61.821,91
TUCUNDUVA-RS	3.905.910,45	URUPEMA-SC	229.136,20
TUCURUI-PA	19.237.424,67	URUPES-SP	11.519.653,75
TUFILÂNDIA-MA	370.610,00	URU-SP	676.537,60
TULUTI-SP	1.284.175,56	URUSSANGA-SC	20.715.106,38
TUMIRITINGA-MG	4.661,38	URUTAI-GO	530.763,16
TUNAPOLIS-SC	2.099.414,52	UTINGA-BA	470.213,20
TUNAS DO PARANÁ-PR	3.997.247,39	VACARIA-RS	105.864.095,34
TUNAS-RS	458.303,56	VALE DE SÃO DOMINGOS-MT	18.000,00
TUNEIRAS DO OESTE-PR	1.989.666,86	VALE DO ANARI-RJ	109.500,00
TUNTUM-MA	1.282.688,69	VALE DO PARAISO-RO	32.380,21
TUPACIGUARA-MG	40.727.628,58	VALE DO SOL-RS	2.542.785,25
TUPANATINGA-PE	123.493,70	VALE REAL-RS	1.915.770,00
TUPANCI DO SUL-RS	891.480,00	VALE VERDE-RS	2.398.157,83
TUPANCIRETA-RS	41.061.725,16	VALENÇA DO PIAUI-PI	576.029,68
TUPANQI-RS	42.109.269,27	VALENÇA-BA	4.783.951,34
TUPARENDI-RS	3.954.079,64	VALENÇA-RJ	4.692.570,68
TUPARETAMA-PE	64.146,04	VALENTE-BA	1.637.521,83
TUPA-SP	27.312.643,03	VALENTIM GENTIL-SP	11.551.914,52
TUPASST-PR	11.090.902,32	VALINHOS-SP	109.804.054,06
TUPI PAULISTA-SP	2.751.730,13	VALPARAISO DE GOIÁS-GO	8.203.090,42
TUPIRAMA-TO	304.885,22	VALPARAISO-SP	57.810.622,37
TUPIRATINS-TO	193.500,00	VANUÍ-RS	1.600.963,76
TURIACU-MA	315.020,00	VARGEM-SC	9.300.242,24

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
VARGEM ALEGRE-MG	1.388.900,00	VISTA SERRANA-PB	180.600,00
VARGEM ALTA-ES	6.006.591,46	VITOR METRELES-SC	953.040,53
VARGEM BONITA-MG	1.691.515,00	VITORIA BRASIL-SP	931.810,66
VARGEM BONITA-SC	11.422.873,68	VITORIA DA CONQUISTA-BA	97.550.143,17
VARGEM GRANDE DO RIO PARDO-MG	179.994,46	VITORIA DAS MISSOES-RS	1.907.628,40
VARGEM GRANDE DO SUL-SP	15.002.822,35	VITORIA DE SANTO ANTAO-PE	40.644.193,14
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	6.563.810,76	VITORIA DO JARI-AP	29.695,14
VARGEM GRANDE-MA	585.800,00	VITORIA DO MEARIM-MA	927.600,00
VARGEM-SC	803.449,30	VITORIA DO XINGU-PA	21.429,17
VARGEM-SP	2.514.422,84	VITORIA-ES	864.164.949,76
VARGINHA-MG	73.516.640,87	VITORINO FREIRE-MA	976.515,83
VARJAO DE MINAS-MG	3.185.827,86	VITORINO-PR	24.358.497,03
VARJAO-GO	186.000,00	VOLTA GRANDE-MG	269.545,11
VARJOTA-CE	798.199,34	VOLTA REDONDA-RJ	40.875.750,57
VARRE-SAI-RJ	374.339,57	VOTORANTIM-SP	55.949.979,70
VARZEA ALEGRE-CE	4.530.986,34	VOTUPORANGA-SP	40.885.929,91
VARZEA DA PALMA-MG	9.379.398,68	WAGNER-BA	286.041,50
VARZEA DO POÇO-BA	150.572,00	WALL FERRAZ-PI	75.200,00
VARZEA GRANDE-MT	115.291.126,30	WANDERLANDIA-TO	5.173.446,38
VARZEA GRANDE-PI	2.213.960,00	WANDERLEY-BA	1.589.779,00
VARZEA NOVA-BA	590.900,00	WENCESLAU BRAZ-MG	372.752,03
VARZEA PAULISTA-SP	43.899.538,80	WENCESLAU BRAZ-PR	9.095.960,67
VARZEA-PB	186.236,90	WENCESLAU GUIMARAES-BA	449.254,88
VARZEDO-BA	1.933.296,80	WESTFALIA-RS	2.658.686,47
VARZELANDIA-MG	441.191,48	WITTMARSUM-SC	3.723.983,00
VASSOURAS-RJ	3.593.863,78	XAMBICA-TO	103.123.223,10
VAZANTE-MG	12.332.878,94	XAMBRE-PR	4.731.304,40
VENANCIO AIRES-RS	39.623.225,33	XANGRI-LA-RS	1.339.855,01
VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES	15.090.372,93	XANXERE-SC	94.079.523,78
VENTANIA-PR	9.423.969,52	XAPURI-AC	296.000,00
VENTUROSA-PE	557.725,66	XAVANTINA-SC	3.301.972,81
VERA CRUZ DO OESTE-PR	9.741.409,05	XAXIM-SC	53.357.361,25
VERA CRUZ-BA	6.112.849,90	XEXEU-PE	181.559,15
VERA CRUZ-RN	96.120,00	XINGUARA-PA	2.560.709,63
VERA CRUZ-RS	6.904.123,27	XIQUE-XIQUE-BA	1.495.818,52
VERA CRUZ-SP	1.120.774,20	ZACARIAS-SP	1.214.530,93
VERA-MT	15.582.884,36	ZE DOCA-MA	2.147.202,54
VERANOPOLIS-RS	43.274.753,94	ZORTEA-SC	213.471,18
VERDEJANTE-PE	78.800,00		
VERDELANDIA-MG	291.947,70		
VEREDA-BA	334.010,00		
VEREDINHA-MG	409.800,00		
VERE-PR	7.324.711,88		
VERISSIMO-MG	855.891,10		
VERTENTE DO LERIO-PE	828.320,00		
VERTENTES-PE	129.500,00		
VESPASIANO CORREA-RS	802.315,00		
VESPASIANO-MG	52.926.213,95		
VIADUTOS-RS	1.492.063,38		
VIAMAO-RS	50.644.519,51		
VIANA-ES	149.516.281,07		
VIANA-MA	2.604.192,42		
VIANOPOLIS-GO	10.778.237,98		
VICENCIA-PE	959.859,29		
VICENTE DUTRA-RS	1.027.221,01		
VICENTINA-MS	2.884.106,19		
VICENTINOPOLIS-GO	20.269.047,36		
VICOSA DO CEARA-CE	831.072,28		
VICOSA-AL	1.493.657,29		
VICOSA-MG	10.618.170,00		
VICTOR GRAEFF-RS	4.700.700,62		
VIDAL RAMOS-SC	57.558.747,00		
VIDEIRA-SC	91.328.771,02		
VIGIA-PA	457.178,01		
VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE-	2.317.459,59		
VILA BOA-GO	782.500,00		
VILA FLORES-RS	2.785.968,00		
VILA LANGARO-RS	2.499.749,99		
VILA MARIA-RS	5.807.421,48		
VILA NOVA DO PIAUI-PI	6.329,49		
VILA NOVA DO SUL-RS	768.835,24		
VILA PAVAO-ES	403.170,00		
VILA PROPICIO-GO	2.963.347,20		
VILA RICA-MT	6.038.044,13		
VILA VALERIO-ES	1.605.126,38		
VILA VELHA-ES	175.831.752,20		
VILHENA-RO	90.828.345,72		
VINHEDO-SP	83.579.380,40		
VIRADOURO-SP	5.391.935,11		
VIRGEM DA LAPA-MG	932.428,72		
VIRGINIA-MG	584.281,04		
VIRGINOPOLIS-MG	87.480,00		
VIRGOLANDIA-MG	210.898,89		
VIRMOND-PR	681.053,60		
VISCONDE DO RIO BRANCO-MG	16.304.191,02		
VISEU-PA	824.697,03		
VISTA ALEGRE DO ALTO-SP	62.690.209,91		
VISTA ALEGRE DO PRATA-RS	1.136.991,00		
VISTA ALEGRE-RS	1.471.442,89		
VISTA GAUCHA-RS	2.934.585,33		

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

Anexo II - Detalhamento dos Gêneros de atividade beneficiados

Genero de Atividade - nome	Valor da Liberação
TRANSPORTE TERRESTRE	43.540.793
FABRICACAO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETROLEO E DE BIOCOMBUSTIVEIS	23.295.969
ELETRICIDADE, GAS E OUTRAS UTILIDADES	10.377.764
FABRICACAO DE VEICULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	8.936.850
FABRICACAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS	8.148.964
AGRICULTURA, PECUARIA E SERVICOS RELACIONADOS	7.724.839
METALURGIA	5.192.967
COMERCIO VAREJISTA	4.530.991
FABRICACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.364.939
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	4.152.204
TELECOMUNICACOES	4.123.740
FABRICACAO DE PRODUTOS QUIMICOS	3.591.402
COMERCIO POR ATACADO, EXCETO VEICULOS AUTOMOTORES E	
MOTOCICLETAS	3.389.327
ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS	2.421.149
FABRICACAO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLASTICO	2.284.709
FABRICACAO DE PRODUTOS DE MINERAIS NAO-METALICOS	1.937.578
FABRICACAO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	1.883.777
FABRICACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELETRICOS	1.814.806
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES	1.733.528
SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO	1.674.608
FABRICACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO	
VEICULOS AUTOMOTORES	1.603.386
ALUGUEIS NAO-IMOBILIARIOS E GESTAO DE ATIVOS INTANGIVEIS NAO-FINANCEIROS	1.542.244
FABRICACAO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.452.116
FABRICACAO DE PRODUTOS TEXTEIS	1.218.364
FABRICACAO DE BEBIDAS	1.136.804
FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PRODUTOS ELETRONICOS E OPTICOS	1.055.027
TRANSPORTE AEREO	883.468
COMERCIO E REPARACAO DE VEICULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	811.745
EXTRACAO DE MINERAIS METALICOS	810.901
PREPARACAO DE COUROS E FABRICACAO DE ARTEFATOS DE COURO,	
ARTIGOS PARA VIAGEM E CALCADOS	734.241
EXTRACAO DE MINERAIS NAO-METALICOS	661.905
CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS	592.656
SERVICOS DE ESCRITORIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS	
SERVICOS PRESTADOS AS EMPRESAS	480.846
FABRICACAO DE MOVEIS	443.144
FABRICACAO DE PRODUTOS DE MADEIRA	418.670
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS; RECUPERACAO DE MATERIAIS	396.283
CONFECCAO DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS	364.987
SERVICOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TECNICAS	361.548
FABRICACAO DE PRODUTOS DIVERSOS	343.551
ATIVIDADES DE ATENCAO A SAUDE HUMANA	333.861
PRODUCAO FLORESTAL	319.050
FABRICACAO DE PRODUTOS FARMOQUIMICOS E FARMACEUTICOS	295.879
ATIVIDADES IMOBILIARIAS	263.262
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	255.302
EDUCAÇÃO	172.357
ATIVIDADES DOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	145.861
ALIMENTACAO	138.506
IMPRESSAO E REPRODUCAO DE GRAVACOES	114.363

Continua...

Continuação...	
Em Reais mil	
Genero de Atividade - nome	Valor da Liberação
ADMINISTRACAO PUBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	111.637
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E CONSULTORIA EM GESTÃO	109.638
EMPRESARIAL	100.972
EDICAO E EDICAO INTEGRADA A IMPRESSAO	100.094
ALOJAMENTO	84.014
ATIVIDADES DE VIGILANCIA, SEGURANCA E INVESTIGACAO	78.662
ATIVIDADES DE RADIO E DE TELEVISAO	78.529
TRANSPORTE AQUAVIARIO	66.402
AGENCIAS DE VIAGENS E OPERADORES TURISTICOS E SERVIÇOS DE	63.455
RESERVA	54.844
SERVIÇOS DE EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	42.389
MANUTENCAO, REPARACAO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	40.342
ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREACAO E LAZER	31.324
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	28.465
ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS	26.147
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE	24.778
SAÚDE	21.895
ATIV CINEMATOGRAFICAS, VIDEOS, TELEVISÃO, GRAV DE SOM, EDIÇÃO DE	20.971
MÚSICA	17.996
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	15.843
ATIVIDADES DE APOIO A EXTRACAO DE MINERAIS	11.937
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	10.922
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PESSOAIS	9.997
ATIVIDADES DE ORGANIZACOES ASSOCIATIVAS	7.086
PESCA E AQUICULTURA	6.876
REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	5.552
ATIVIDADES JURIDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA	5.133
SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO	5.073
SELECAO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	4.952
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO	3.921
DESCONTAMINACAO E OUTROS SERVICOS DE GESTAO DE RESIDUOS	3.555
ATIVIDADES ARTISTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETACULOS	3.025
FABRICACAO DE PRODUTOS DO FUMO	2.974
EXTRACAO DE PETROLEO E GAS NATURAL	2.758
ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMONIO CULTURAL E AMBIENTAL	946
EXTRACAO DE CARVAO MINERAL	797
ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM	
ASSISTENCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDENCIAS COLETIVAS E	
PARTICULARES	
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA	
ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS, SEGUROS,	
PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAUDE	
ATIVIDADES VETERINARIAS	
Total	163.675.129

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

**OF. 66/2011-BNDES GP
(PRS)**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.948, DE 16 DE JUNHO DE 2009.

Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências.

Art. 1º Fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 180.000.000.000,00 (cento e oitenta bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda. (Redação dada pela Medida Provisória nº 472, de 2009)
(Produção de efeito)

§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o caput, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do BNDES, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º Sem prejuízo do atendimento das finalidades específicas previstas em lei, o superávit financeiro existente no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2008 poderá ser destinado à cobertura de parte do crédito de que trata o art. 1º desta Lei.

§ 3º No caso de emissão de títulos, será respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no caput.

§ 4º Em contrapartida ao crédito concedido nos termos do caput, o BNDES poderá utilizar, a critério do Ministério da Fazenda, créditos detidos contra a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

§ 5º O Tesouro Nacional fará jus à seguinte remuneração:

I - sobre até 30% (trinta por cento) do valor de que trata o caput, com base no custo de captação externo, em dólares norte-americanos, do Tesouro Nacional, para prazo equivalente ao do ressarcimento a ser efetuado pelo BNDES à União;

II - sobre o valor remanescente, com base no custo financeiro equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. (Redação dada pela Lei nº 12.096, de 2009)

§ 6º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente de cada trimestre, relatório pormenorizado sobre as operações realizadas, indicando, entre outras informações, quantidade e valor das operações de financiamento realizadas, detalhadas por modalidade do investimento, setor produtivo beneficiado e localização dos empreendimentos; e estimativa dos impactos econômicos gerados pelos projetos, principalmente em termos de geração de emprego e renda, resguardado o sigilo bancário.

§ 7º Nas suas operações ativas, lastreadas com recursos captados com a União em operações de crédito, o BNDES poderá: (Incluído pela Lei nº 12.096, de 2009)

I - adotar o contravalor, em moeda nacional, da cotação do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil, como indexador, até o montante dos créditos cuja remuneração da União tenha sido fixada com base no custo de captação externo, naquela moeda estrangeira, do Tesouro Nacional, para prazo equivalente ao do ressarcimento, bem como cláusula de reajuste vinculado à variação cambial, até o montante dos créditos oriundos de repasses de recursos captados pela União em operações externas; e (Incluído pela Lei nº 12.096, de 2009)

II - alienar os títulos recebidos conforme o § 1º deste artigo, sob a forma direta, a sociedades de economia mista e a empresas públicas federais, suas subsidiárias e controladas, que venham a ser beneficiárias de seus créditos. (Incluído pela Lei nº 12.096, de 2009)

.....

LEI Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009.

Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; altera as Leis nos 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.948, de 16 de junho de 2009, e 9.818, de 23 de agosto de 1999; revoga dispositivos da Medida Provisória no 462, de 14 de maio de 2009, e do Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e dá outras providências.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 462, DE 14 DE MAIO DE 2009.

Convertida na Lei nº 12.058, de 2009

Texto para impressão

.....

LEI Nº 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010.

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nºs 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nºs 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 487, DE 23 DE ABRIL DE 2010.

Sem eficácia
Texto para impressão

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 501, DE 8 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e nº 10.260, de 12 de julho de 2001; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; e dá outras providências.

.....

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) –

A Presidência recebeu do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o **Ofício nº 2, de 2011-CN** (nº 66/2011-BNDES-GP, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, os termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2010.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 8 de fevereiro do corrente.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-me que estou inscrito, e a minha posição, na inscrição, é a quinta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Sim, senhor.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Como há poucos Senadores, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– V. Exª está inscrito, Senador.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Roberto Requião.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Acir, que preside a sessão neste momento, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, tenho o prazer de ocupar esta tribuna nesta tarde de segunda-feira, dia 7, para abordar um tema que, vamos dizer, tem sido destacado, enfatizado, tanto pela Presidente Dilma, que assumiu e veio ao Congresso ler sua Mensagem, como por todos os políticos que se têm pronunciado. A imprensa, de modo geral, tem abordado muito este tema, da necessidade da reforma política, conquanto eu entenda que a reforma política não é a mais urgente reforma que nós devemos fazer. Entendo que a reforma tributária, a reforma que vai justamente eliminar alguns e baixar outros impostos, é a mais urgente.

A carga de impostos no Brasil é muito alta, uma das maiores do mundo, e isso impede não só o desenvolvimento do País, como também inibe a maior geração de empregos, já que as empresas, tendo de pagar mais impostos, contratam menos funcionários, menos empregados.

Mas não há dúvida de que a reforma política ocupa um lugar de destaque nessa questão das reformas, porque se comentam, se denunciam as mazelas, digamos assim, da atividade política no País, como se o problema estivesse nas pessoas, somente nas pessoas. Está nas pessoas também, mas não está somente naquelas que disputam ou exercem cargos políticos mediante eleição, sejam elas vereador, prefeito, deputado estadual, governador, parlamentares federais, deputados e senadores, ou o próprio Presidente da República.

Muitos questionam vários aspectos da legislação atual. Eu diria que nós estamos evoluindo há algum tempo nessa questão. Lembro-me da minha primeira eleição, em 1982, quando o grande charme de uma campanha política era a distribuição de camisetas. Era uma dureza. Quem tinha dinheiro, quem podia, comprava milhares, milhões de camisetas para distribuir; quem não tinha, às vezes, mal comprava para sua equipe de trabalho. Isso gerava uma desigualdade terrível, porque, por onde se andava via-se alguém com a camiseta de um candidato, com número etc. Isso foi proibido pela legislação eleitoral. Um grande avanço, porque igualou, botou no mesmo patamar todos os candidatos, os que podiam e os que não podiam comprar camisetas.

Proibiram também brindes outros. E showmícios. Foi outro grande passo, porque os candidatos ricos promoviam verdadeiros *shows* para encaixar neles pedaços de comício e, com isso, portanto, amealhar a atenção do eleitor, que dificilmente saía de sua casa para ir somente ouvir discurso e propostas de trabalho de algum candidato. Com a eliminação dos showmícios, também demos um passo forte para igualar todos os candidatos num ponto só.

A aprovação recente da Lei da Ficha Limpa também foi um grande passo, conquanto tenha sido aprovada muito em cima da eleição. Gerou até uma insegurança jurídica, porque não se sabia quem ela atingia ou não atingia; se ela valia dali para a frente ou desde o momento em que foi aprovada. Tanto que isso ainda não foi dirimido no Supremo. Espera-se que o Supremo Tribunal Federal, dentro em breve, decida essa questão. O certo é que, de qualquer forma, essa lei já vale para a próxima eleição, para as eleições municipais de 2012. Então, foi um avanço também.

Estamos avançando, portanto, passo a passo. É preciso que essa reforma política seja dividida de acordo com o grau de urgência das medidas. Por exemplo, discute-se já a questão do voto proporcional, voto distrital puro, voto distrital misto, voto em lista fechada. Para mim, esses são planos muito mais complexos que poderíamos trabalhar, dizendo – até usam este termo – que vamos fazer uma reforma fatiada; isto é, vamos ver o que é mais urgente e aprovar logo, vamos ver o que é menos urgente e aprovar em seguida.

E, de preferência, como disseram vários Senadores aqui, aprovar uma reforma política para valer, de 2014 para frente, porque aí não se mexe com muitos interesses. Sei que isso é muito difícil – eu tenho repetido isso –, mas, se não aprovarmos alguma reforma política neste ano de 2011, dificilmente aprovaremos no ano que vem, que é um ano eleitoral – mesmo sendo eleições municipais, para vereadores e prefeitos –, e, mais difícil, em 2013, véspera das eleições gerais no Brasil.

Então, é preciso definir o que é urgente para fazermos agora. Eu poderia dizer, com a experiência que já tenho de campanha política – dessa campanha, por exemplo –, que o fundamental é encontrar formas mais efetivas de coibir o abuso do poder político e econômico.

Por exemplo, um governador que disputa sua reeleição no cargo exerce um poder muito grande: o uso da máquina administrativa. Infelizmente, usam e abusam desse poder político de comandar essa máquina administrativa nos Estados, e isso contamina, de forma perniciosa, a livre manifestação – até mesmo das pessoas mais simples, calculem daquelas pessoas que estão ali, funcionários públicos e, principalmente, funcionários terceirizados, que geralmente são ameaçados de perder os seus empregos se o governador que está exercendo o mandato perder!

Então, é preciso definir: vamos permitir que, agora em 2012, prefeitos que vão para a reeleição fiquem no cargo durante todo o processo eleitoral ou eles terão que se desincompatibilizar alguns meses antes? Não sei se três meses, se seis meses, se quatro meses, mas essa é uma tese que defendo. Digo isso porque, lá em Roraima, o governador – que estava no cargo porque o titular havia morrido – usou e abusou, de todas as formas, da máquina administrativa para se reeleger.

Então, é de pensar: isso aí realmente permite uma disputa igual? Por mais que se diga: “Ah, mas se, nas eleições de 2012, o governador ou, no caso, o prefeito sair, o substituto dele vai trabalhar para ele”. Em tese, sim, mas não é a mesma coisa de ele estar com a caneta na mão, nomeando, demitindo, comprando, deixando de comprar, pagando, deixando de pagar.

Então, é realmente importante pensar nisso. Acho que é fundamental – não que se acabe com a reeleição, sou favorável à reeleição – que não se permita que o candidato possa, no cargo, disputar sua reeleição.

A mesma coisa é a questão do poder econômico. É lógico que não somos tão inocentes a ponto de pensar que, qualquer que seja a regra que estabeleçamos, por mais rígida que seja, ela evitará que os desonestos usem de desonestidade para ter caixa dois, caixa três ou caixa quatro. Mas, pelo menos, é preciso que se discuta o financiamento público de campanha. Eu já ouvi pessoas dizerem: “Se nós formos mudar para o financiamento público de campanha, o povo vai pagar para que haja candidaturas?”. O pior é que o povo está pagando, Senador Acir, e pagando duplamente. Por quê? O que acontece? De onde sai o dinheiro que as empresas doam para financiar candidatos? Em sua grande maioria, sai de obras superfaturadas, de compras superfaturadas; portanto, às custas do dinheiro de todo mundo que paga imposto, do povo em geral.

Então, sou favorável a que encontremos uma fórmula de financiamento público de campanha – pode ser uma fórmula mista –, mas que se regule. Repito, não tenho a ilusão de pensar que vamos acabar com essas colaborações desonestas, porque isso depende da pessoa humana e, se há um cara desonesto, ele vai encontrar uma forma de fazer isso. Como ocorreu no meu Estado. O abuso do dinheiro foi visível. Foi, inclusive, fotografado e filmado candidato – ou o emissário de candidato – jogando R\$100 mil pela janela do carro quando perseguido pela Polícia Federal. Isso foi só uma amostra grátis. Mas a imprensa brasileira noticiou que, no primeiro turno, a Polícia Federal conseguiu apreender R\$4 milhões no Brasil todo. Só no meu Estado, foram apreendidos R\$ 2,5 milhões. Quer dizer, o menor colégio eleitoral do Brasil foi onde houve mais apreensões de dinheiro no primeiro turno. Então, não precisa nem ser muito inteligente para concluir que o abuso do poder do dinheiro lá foi terrível.

Nós precisamos, nessa reforma, abordar esses pontos urgentes. Já neste ano, precisamos definir essa posição, até porque o Presidente Sarney está constituindo uma comissão que vai priorizar a reforma política para que, neste semestre ainda, possamos ter um projeto elaborado, aproveitando os projetos que já estão em andamento na Câmara e no Senado. De forma que se possa, de fato, acabar com essa lenga-lenga de só se falar em reforma política – todo mundo fala, todo mundo fala, e ninguém faz. Por que ninguém faz? É porque os Deputados não querem, é porque os Senadores não querem, é porque o Presidente da República – agora, a Presidente da República – não quer? Todos dizem que querem. Então, aproveitemos

e façamos um grande mutirão para fazer agora, neste semestre ou neste ano, essa reforma.

Outro ponto importante dessa reforma da legislação eleitoral é aumentar os mecanismos de fiscalização. Não adianta apenas dizer: “É proibido fazer isso”. Se não houver formas de fiscalizar e coibir os atos ilícitos, não tem jeito. O que acontece numa eleição? A Polícia Federal, por exemplo, no meu Estado, não tinha contingente, não tinha recursos humanos suficientes para fazer a fiscalização em todo o Estado. Embora seja um Estado com uma quantidade de eleitores pequena, Senador Gilvam, o eleitorado está pulverizado: no norte, no sul, no leste e no oeste, em pequenas comunidades, comunidades indígenas, comunidades ribeirinhas, no Sul do Estado. Então, não tinha como a Polícia Federal estar presente, com o número de pessoas que tinha, no Estado. Então, ficava uma na... até porque o poder estadual, que tem também os seus órgãos de inteligência, sabia como é que iria se deslocar a Polícia Federal, para um lado ou para o outro.

São dois pontos que considero importantes: não permitir que a pessoa concorra a sua reeleição no cargo de governador, de prefeito ou de presidente da República; e, depois, a punição. A ausência de julgamento e de punição deixa o cidadão e a cidadã achando que não adianta, não adianta fiscalizar, não adianta flagrar, não adianta verificar que houve delito, porque não se julga. É verdade! Infelizmente, eu, que acredito muito na Justiça, que confio muito na Justiça, preciso admitir isto: por uma razão ou por outra, por falta de conclusão dos inquéritos na Polícia Federal e, portanto, da denúncia do Ministério Público Federal, ou pelos mecanismos de procrastinação que os advogados usam, os TREs não julgam. O governador assume ou reassume o seu mandato e ficam os processos pendentes de solução. E o governador – agora, já no exercício do seu mandato – começa a usar sua influência, o dinheiro e os cargos para, junto com uma boa banca de advogados, promover o retardamento e até a mudança dos julgamentos.

Então, é preciso que analisemos até a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais. Eu não tenho nada contra o fato de, por exemplo, a OAB indicar dois membros dos TREs – ou mais, proporcionalmente ao tamanho dos TREs –, mas essa escolha precisa ser melhor organizada. Não se pode pensar que se possa pegar um advogado, por mais ilustre que seja, e, de repente, transformá-lo em Juiz Eleitoral, componente do Tribunal Regional Eleitoral, portanto. E esse advogado, que tem uma banca de advogados na cidade, usa esse tempo que passa lá para, no mínimo, dar prestígio à sua banca de advocacia depois. No mínimo.

É preciso que analisemos muito bem isso e que possamos aumentar o efetivo da Polícia Federal em todas as unidades da Federação. Não é possível continuar ouvindo, onde quer que se vá, essa reclamação da Polícia Federal de que não tem recursos humanos para fazer o trabalho normal. Eu até citei aqui, dias atrás, que, quando houve aquela operação para retirar as quatrocentas famílias da reserva indígena Raposa Serra do Sol, a Polícia Federal levou uma quantidade enorme de delegados e de policiais federais, que ocuparam o Estado todo. Ocorre que essa foi uma operação isolada, não estava havendo nada de tanto relevo em outros Estados. A eleição, porém, se dá em todos os Estados. Então, a Polícia Federal tem de estar mobilizada em todos os Estados, e aí não há gente suficiente para fiscalizar.

Então, Senador Acir Gurgacz, queria deixar aqui, para reflexão... Faço este pronunciamento justamente para provocar, para que não deixemos... Vão passando os meses depois da eleição e nós vamos esquecendo essa questão e não fazemos a reforma política.

Fico feliz que o Presidente Sarney tenha tomado a decisão de fazer uma comissão para que, de fato, façamos essa reforma política, porque, senão, vamos ficar nesta história: discursamos, fazemos propostas, mas não acontece nada, embora tenha ressaltado no início que, ao longo desta década, estamos evoluindo. Repito: proibimos o uso de camisetinhas, de brindes etc., de showmícios, aprovamos a Lei da Ficha Limpa, mas precisamos avançar mais. Inclusive, que a Justiça Eleitoral atue de maneira permanente, já que ela é permanente, na questão da educação do eleitor. Tem uma coisa que é fundamental: não adianta fazer a reforma política, mudar a lei, se o eleitor não estiver convencido de que ele é que fará a grande reforma política neste País; que o voto dele não pode ser vendido, negociado, e que ele não pode, de alguma forma, ser vítima da pressão de quem está no poder.

Portanto, quero deixar estas observações aqui, pedindo aos meus pares, Senadores e Senadoras, que possamos nos concentrar, neste primeiro semestre, nestas reformas: a reforma política, a reforma tributária, quer dizer, aquela que vai rever a carga de impostos que a população paga. Mas também não poderia deixar de ressaltar, mesmo aqui, neste pronunciamento em que quero enfatizar a reforma política, a urgente necessidade de uma verdadeira reforma na saúde pública deste País.

Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Ouvimos o Senador Mozarildo Cavalcanti com um tema realmente muito importante, que é a reforma política para o nosso País.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício Nº 28, de 2011

Brasília, 4 de fevereiro de 2011

Sr. Presidente,

Informo a V. Ex^a que a Senadora Vanessa Grazziotin representará a Liderança do PCdoB no Congresso Nacional entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente ano, tendo em vista que estarei ausente, participando da missão oficial representando o Senado Federal no Fórum Social Mundial em Dakar, no Senegal.

Atenciosamente, – Senador **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– O ofício lido vai à publicação.

Para uma comunicação inadiável, o Senador Mário Couto e, em seguida, o Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar na tarde de hoje. Devo ser o quinto Senador na lista de inscrição. Inscrevi-me para uma comunicação inadiável porque cheguei cedo aqui e vi que não havia nenhum Senador desejando fazer a inscrição. Por isso, quero pedir a V. Ex^a um pouco mais de paciência no meu tempo. Somos poucos hoje nesta tarde. Conto aqui apenas três Senadores nesta sessão do dia 7.

Senador Mozarildo, vou continuar o pronunciamento de V. Ex^a, só mudo de tema. Escutei atentamente o seu pronunciamento, e V. Ex^a, por duas vezes, disse que a população brasileira paga muito imposto; por duas vezes eu senti uma preocupação determinante em V. Ex^a e preparei um pronunciamento para deixar a Nação brasileira mais esclarecida do que já é, para deixar a população brasileira atenta em relação a quanto o Governo tira do seu bolso.

Brasileiro, brasileira, vocês têm noção de quanto cada cidadão brasileiro paga por ano de imposto, em média, Senador Mozarildo? Será que o povo brasileiro está consciente de quanto o Governo Federal arrecada de tributos por ano? A população brasileira precisa estar atenta aos números, Senador Mozarildo, pois são muito altos. Não se pode, neste País, Senador, tentar implantar mais qualquer tipo de imposto para o cidadão brasileiro. Não se pode, neste País, falar em cobrar mais imposto da população brasileira.

Teve o Senado, ano passado, um mérito grande, talvez um dos poucos méritos deste Senado: derrubarmos a CPMF, aquele maldito imposto do cheque. “Ah, mas agora a carga tributária diminuiu, os impostos e a arrecadação dos impostos vai cair.” Aumentou, população brasileira! Aquilo que defendemos aqui nesta

tribuna – nós tínhamos razão – não foi balela. Balela foram aqueles que subiram nesta tribuna para defender a manutenção daquele maldito imposto. Vou ler, população brasileira. Brasileiros e brasileiras, atencem, como dizia o meu caro Mão Santa, que não, pelas suas convicções, ser esquecido por este Senado. Veja, população brasileira. Prestem atenção, brasileiros e brasileiras, quanto é que este País arrecada de imposto tirado do bolso de vocês. Vou ler o número: um trilhão. É verdade, brasileiros e brasileiras. Um trilhão, duzentos e sessenta e oito bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, duzentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos.

É muito dinheiro! É muito dinheiro, Nação brasileira. E vocês devem estar perguntando, neste momento, na casa de vocês: e onde está este dinheiro? E onde foi aplicado este dinheiro? Você sabe quanto você paga por ano de carga tributária, em média? R\$6.800! Cada cidadão brasileiro, por ano, paga, em média, R\$6.800. Eu vou repetir, Nação. Vou repetir quanto arrecada o Governo brasileiro e quanto você paga para o Governo brasileiro: R\$1.268.546.297.362,75.

Pergunto eu, Nação, com é que estão as estradas brasileiras? Respondam-me: será que alguém tem a ousadia de dizer a este Senador que estão boas? Que este dinheiro serviu para investimento nas estradas brasileiras? Respondam-me. Como está a saúde neste País, Brasil? Como você se sente ao entrar no hospital público, dirigido por governos? E a segurança? E a segurança da sua família? E a violência? E a violência nesta nação?

As estradas matam, a saúde mata, a violência mata, e o brasileiro paga mais de R\$1 trilhão por ano.

E as enchentes? E as enchentes que, todo ano, matam e ninguém toma providência nenhuma? Um trilhão de reais arrecadados! Mais de R\$1 trilhão arrecadados, Nação!

E os aposentados deste País? Com pires na mão, à míngua, a pedir. E são massacrados diariamente, porque passam fome neste País. E o Governo lhes deu migalhas, pensando que nós iríamos nos calar. Nós não vamos nos calar!

A Sr^a Gleisi Hoffmann (PT – PR) – Senador, permita-me um aparte.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Com muita honra.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (PT – PR) – Estou ouvindo aqui o seu discurso inflamado, falando sobre a situação do País, em especial sobre os aposentados, as questões relacionadas ao social, ao salário. Quero lhe dizer que nós avançamos muito neste País, Senador. Hoje, nós temos um salário mínimo digno, uma salário

mínimo que tem aumento real. Desde 2005, conseguimos ter, além da reposição inflacionária, o aumento da variação do Produto Interno Bruto deste País. Lembrome de que o Brasil, há cerca de oito anos, antes do Governo do Presidente Lula, assistia a aumentos do salário mínimo de R\$3,00, de R\$5,00. Hoje não, hoje o povo brasileiro tem renda, hoje o povo brasileiro está incluído, hoje o povo brasileiro tem acesso a bens de consumo básicos e tem por parte da nossa Presidente Dilma a firme disposição de erradicar a miséria do País. Mais de 30 milhões de pessoas ascenderam de classe social, tornaram cidadãos de classes superiores a que estavam, classe média. Hoje, temos um país de base econômica diferenciada e de inclusão social diferenciada. Temos problemas, é verdade, mas problemas que são mais fáceis de superar. Por isso, disse no meu pronunciamento inicial nesta Casa que a Presidente Dilma pega um governo melhor do que o Presidente Lula pegou.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senadora. Deixei V. Exª falar à vontade, exatamente para poder ouvi-la melhor.

Senadora, olhe para mim, vamos conversar um pouquinho. Nosso salário mínimo é baixo ainda. Que avançamos, avançamos, Senadora. Não tenho dúvida. Agora, Senadora, qual é o brasileiro que pode dizer a V. Exª que as estradas brasileiras estão boas? Matam oito mil brasileiros por ano, Senadora. Não sou eu que estou dizendo, não, minha cara Senadora, minha digna Senadora, quem está dizendo isso é a estatística brasileira.

Os gastos públicos, Senadora, são uma vergonha nacional. Gastam-se R\$700 bilhões neste País. E o povo brasileiro sendo enganado a cada dia.

Será que a senhora poderia dizer à Nação brasileira que a violência neste País não existe? Será que a senhora poderia dizer à Nação brasileira, minha querida Senadora? Se V. Exª pudesse prestar atenção, se o assessor deixasse... Pois não. Obrigado. Preste atenção, Senadora.

A Srª Gleisi Hoffmann (PT – PR) – Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Exª tem noção de quantas pessoas morrem no meu Estado? V. Exª tem a estatística da violência no seu Estado? V. Exª tem a estatística do Estado do Rio de Janeiro? Tem?

A Srª Gleisi Hoffmann (PT – PR) – Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Exª sabe onde estão os R\$7 bilhões que o Governo gastou? V. Exª sabe qual é a proporção de aumento dos gastos públicos ano a ano? De 22%, Senadora querida.

Ah, Senadora, peço a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a minha querida Nazaré, de Belém do Pará, do meu Estado querido, a minha padroeira, que

possa colocar na cabeça da Presidente Dilma que os gastos de custeio têm que diminuir, Senadora. Nunca se gastou tanto no Brasil como neste Governo.

A Srª Gleisi Hoffmann (PT – PR) – Permite-me, Senador?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, Senadora. Senadora, não fale em Bolsa Família. Bolsa Família tem que continuar, Senadora. Pelo amor de Deus, não venha me dizer que o País tem Bolsa Família. Bolsa Família tem que continuar. Mas sabe o que o Governo pensa, Senadora? Que dando o Bolsa Família ele está dando tudo ao povo brasileiro. Ele pensa que dando ou enganando o povo brasileiro com Bolsa Família, está dando saúde, está dando educação, está dando portos, aeroportos, estradas, está dando dignidade à família brasileira, está dando proteção à família brasileira.

A violência mata, Senador Presidente, a saúde mata, as estradas matam, os aposentados morrem, os aposentados morrem à míngua. Eu quero perguntar a um brasileiro qual é a estrada digna em que V. Sª já andou, qual é o posto de saúde pública que serve bem ou atende bem, como está a educação neste País...

A Srª Gleisi Hoffmann (PT – PR) – Mais um aparte, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ... como está a violência neste País.

Se o Presidente permitir, eu passo a tarde inteira conversando com V. Exª.

Primeiro, achei-a muito simpática. Segundo, achei que V. Exª está muito interessada em defender o Governo, em defender o indefensável, minha querida Senadora. E permito o aparte sim, se o Presidente me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – É meu dever comunicar que, para comunicação inadiável, não é permitido o aparte. Mas vamos conceder...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas hoje não tem Senadores no plenário, deixa eu conversar com a nobre Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – ...vamos conceder, vamos abrir uma exceção e conceder um aparte para a Senadora Gleisi.

A Srª Gleisi Hoffmann (PT – PR) – É apenas para fazer um desafio ao nosso nobre Senador, com um discurso tão inflamado. Que a gente possa analisar os dados a que o senhor se refere, comparando o período em que o País foi governado pelo Partido de V. Exª, o PSDB, com os dados do Governo do Presidente Lula. Eu tenho certeza de que os dados do governo presidido pelo seu Partido são muito piores, muito ruins em relação aos que o senhor está se referindo agora.

Então, deixo-lhe o desafio: vamos trazer os dados e nós vamos discutir sobre eles.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senadora, se V. Ex^a não fosse uma mulher, agora eu dava uma risada muito longa. Eu fazia aqui, nesta tribuna, o qua, qua, qua, Senadora.

Senadora, eu aceito o desafio de V. Ex^a. A senhora sabe, eu não queria falar nisso, até em respeito a V. Ex^a. Eu não queria falar nisso, Senadora, desculpe-me, mas eu vou falar. Dados da Fundação Getúlio Vargas, Senadora. Dados da Fundação Getúlio Vargas, minha querida Senadora. Olhe para mim, olhe para mim. Senadora, olhe para mim, dados da Fundação Getúlio Vargas. Não queria falar nisso. Não queria e nem devia. Eu só vou comparar este dado com V. Ex^a para eu descer da tribuna.

Só este dado, só este! Eu não queria, Senadora – olhe para mim, Senadora! Eu não queria... Um dado só, Sr. Presidente, e lhe prometo que desço da tribuna, já estou sendo chato. Eu lhe prometo. Vou lhe dar um dado só da sua estatística, da Fundação Getúlio Vargas. A senhora sabe quanto custa a corrupção anual no País? Só este dado. Não entre por aí, Senadora, pelo amor de Nossa Senhora de Nazaré! Não entre pelos números, que vai ser um arraso geral! Pela Santa Filomena, pela minha protetora, não entre pelos números, que vai ser um arraso geral!

A senhora tem noção de quanto custa, de quanto custou, por exemplo, em 2009 e em 2008, a corrupção neste País? Quanto você, brasileiro, pagou? Eu não queria, não era minha intenção, mas como V. Ex^a falou em estatística e dois assessores correram aí para o seu lado para lhe dar informações: R\$3 bilhões! Olhe, Senadora: R\$3 bilhões! São dados da Fundação Getúlio Vargas. Eu guardo tudo aqui, Senador, tudo aqui: R\$3 bilhões de corrupção!

Pegue os dados de Fernando Henrique Cardoso e compare.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Com a palavra o Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, por permuta, na ordem de inscrição, com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o quórum do Senado está melhorando: já somos oito no plenário. Vou aproveitar esta oportunidade para continuar a tentativa de debate que iniciei solitariamente, quase solitariamente, na última sexta-feira.

Quero, Senador Mozarildo, aprofundar a discussão sobre a crise global e a política econômica do nosso País diante dessa crise. Se nós queremos en-

frentar e transformar uma realidade, o primeiro passo é compreendê-la, entendê-la em profundidade.

Tudo começou em Bretton Woods, quando os Estados Unidos, virtual vencedor da guerra, participaram de uma conferência, se a memória não me falha, com 45 países, para reorganizar a economia do mundo, a economia do planeta. E nessa conferência se estabelece o dólar como moeda universal de troca para o comércio global, com uma condicionante: para cada dólar emitido, deveria haver uma contrapartida em ouro depositada no lendário Forte Knox. E assim foi. Assim foi, Senador Eunício, até o momento em que Nixon, tendo dificuldades de caixa diante dos gastos enormes com a Guerra do Vietnã, rompe com esse acordo medieval e passa a pintar papel de verde com uma liberalidade incrível.

Hoje, os Estados Unidos da América têm, no mundo, dólares, papel pintado de verde, em quantidade equivalente a cem, duzentas vezes o seu Produto Interno Bruto, a sua capacidade produtiva. E esse dinheiro saiu por aí a comprar empresas, a submeter países. A economia americana se debruça por uma vertente financeira, numa verdadeira distorção do liberalismo econômico de Adam Smith, e o capital financeiro passa a ser mais valorizado que o capital produtivo. Como diria o nosso ex-ministro Mangabeira Unger: passa-se a valorizar o capital vadio, o capital que não produz o botão de uma camisa, a peça de uma máquina, um bem econômico, mas que circula pelas bolsas, com a fantástica velocidade da internet, no cassino global, quebrando, de um momento para outro, países e desempregando milhões de pessoas.

A valorização do capital financeiro é tamanha que os Estados Unidos passam a congelar o salário dos seus trabalhadores e inventam os prêmios, os bônus para os executivos das empresas que maior sucesso pudessem ter nas bolsas. Capital financeiro sem produzir nada, a ganância transformada em mola do desenvolvimento do capitalismo financeiro, e os salários congelados. Os salários congelados – e congelados por mais de década – praticamente paralisam a economia americana porque põem um freio na capacidade de consumo do mercado interno.

Os gênios das finanças engendram, então, uma solução: o *subprime*. Os salários são congelados, mas o americano comum, o trabalhador passa a ter acesso a empréstimos de prazo largo e juros altos – juros que em determinado momento chegaram a 15% ao ano – e se endivida.

Estava iniciada a possibilidade concreta de uma crise semelhante à crise de 1927-1929, o famoso *Crack* da economia americana. Quando a bolha imobiliária, fundamentalmente na Flórida, explode, os financiamen-

tos deixam de ser honrados e a economia americana entra em debacle.

Com o *subprime* com juros altíssimos, os americanos passam a financiar os seus imóveis: um imóvel de US\$50 mil era financiado por US\$100 mil; logo mais adiante, refinanciado por US\$150 mil, US\$200 mil. Mais à frente, os americanos financiam seus automóveis, com prazos larguíssimos e juros altos, e financiam o ensino universitário, porque, nos Estados Unidos, embora o ensino básico seja público e gratuito, o ensino universitário é privado. E os salários continuam congelados. Os executivos das grandes empresas recebem bônus fantásticos em cima da lucratividade que suas empresas pudessem ter nas ações negociadas na bolsa. E os Estados Unidos da América do Norte passam a raciocinar no curto prazo, deixando as ideias fundamentais do planejamento e da inovação tecnológica completamente abandonadas.

Uma empresa japonesa, a Toyota, tenta vender seu *jeep* no mercado americano. Não consegue nada e volta a investir, no Japão, em ciência e tecnologia. Mas as empresas norte-americanas, deixando de planejar, de investir em tecnologia, em avanço, vão, gradativamente, regredindo. Salários congelados levam à súbita inadimplência. A inadimplência era conveniente, principalmente no mercado imobiliário. Uma casa financiada por US\$200.000,00 ia à praça e podia ser, mais na frente, talvez por interposta pessoa, ser recomprada por US\$50.000,00. A economia americana cai como um castelo de cartas. Ninguém paga mais nada.

Mas não havia ficado essa situação apenas no *subprime*. Juros de 15% ao ano levaram aos derivativos, e sobre os derivativos avançaram com ganância os fundos de pensão, inclusive algumas empresas brasileiras, que quebraram no início da marolinha global. Lembro que uma delas foi a Sadia, com bases firmes no meu Estado, Paraná, e em Santa Catarina.

O sistema se desmonta de forma absoluta; desmonta-se porque abandonou o planejamento, abandonou a ideia básica da valorização do capital produtivo; desmonta-se porque trabalhou com juros altos; e se desmonta, fundamentalmente, porque congelou os salários.

Ora, levanto essa situação norte-americana pensando lá para trás, na época da independência, quando o liberalismo econômico era proposto aos Estados Unidos pela Inglaterra ou, melhor falando, pela Companhia das Índias, a companhia inglesa que dominava o mercado do mundo. Pretendia-se, para os Estados Unidos da América do Norte, a produção de *commodities*, de bens naturais e o fornecimento de mão de obra barata, enquanto todos os produtos industrializados seriam oferecidos pela Inglaterra. George Washington

nomeia Secretário do Tesouro ou Ministro da Economia – não me recordo exatamente qual era a designação do cargo à época – Alexander Hamilton, que, rapidamente, envia ao Congresso americano o Tratado das Manufaturas, onde se contrapõe às ideias de Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, trabalhadas no interesse da Inglaterra, e propõe investimentos pesados em ciência, tecnologia, salários e financiamento para o crescimento da indústria norte-americana.

Na esteira de Alexander Hamilton, vem Friedrich List, Henry Carey e Henry Clay. E a nova economia americana, suportada na ideia de nação, se estabelece. A ideia de nação se contrapõe, de forma definitiva, à ideia da globalização, à ideia do mercado; a nação se contrapõe frontalmente ao mercado. O mercado vive apenas com o pressuposto da ganância como motor da economia e do desenvolvimento. A nação, não; a nação tem passado, a nação é forjada ao longo da história com o suor e o sangue de gerações populares. A nação é cimentada pelo amor e pela solidariedade e tem compromisso com as pessoas, com a sociedade e com a aventura de vida de cada um dos nacionais. O mercado, não; o mercado pensa apenas no lucro fácil e rápido. E quando essa ideia de valorização do mercado se concentra, como se concentrou nos Estados Unidos da América, exclusivamente no crescimento econômico suportado no crescimento do capital financeiro, no domínio do capital financeiro, o resultado foi o que tinha que ser: o sistema desaba como um castelo de cartas. Não se pagam os imóveis, os automóveis, o ensino, e a inadimplência de um povo com o salário congelado leva à quebra do mercado financeiro global. E o prejuízo só não foi maior, só não foi absolutamente fantástico porque o papel pintado é o lastro de quase todos os países do mundo hoje. O Brasil fala em 200, 300 milhões de reserva; a China fala em bilhões de reserva em dólar. Isso, de certa forma, segura a economia norte-americana.

Aonde quero chegar com essa análise das ideias distorcidas do liberal Adam Smith? Sim, Adam Smith, o homem do comércio globalizado, da liberdade absoluta de comércio no planeta e que acaba morrendo como fiscal aduaneiro na Escócia, cuidando exatamente daquilo em que não acreditava: dos impostos, dos *aranceles*, dos gravames sobre as importações e as exportações, conforme o interesse específico do país num determinado e dado momento. Quero fazer uma contraposição, uma análise, uma experiência de raciocínio em relação à política brasileira. O mundo, hoje, congela juros. Nos Estados Unidos, os juros são negativos; na China, são de 0,7%; no Japão, são negativos; na França, são negativos; na Alemanha, na Inglaterra, são negativos. Mas nós, aqui, no Brasil,

estamos com 5,5% de juros reais. A segunda taxa de juros mais alto do planeta é a da Austrália: 1,9%. E nós, com os juros exacerbados, na visão financeira do controle da crise, na visão monetarista, estamos ainda pensando em congelamento de salário na outra ponta, e isso no momento exato em que discutimos os índices do salário mínimo do País.

Quero me referir a uma experiência paranaense. Na contramão da política oficial – e oficial há muitos anos no País –, o Paraná reduziu impostos. Reduzimos o ICMS de mais ou menos 100 mil itens, de 28% e 18% para 12%. Zeramos o imposto das microempresas e reduzimos o imposto das pequenas empresas, de 28% e 18% para uma média de 2%. No Paraná, das duzentas e poucas mil empresas, 190 mil estão contempladas pelas isenções colocadas pelo governo estadual. Num primeiro momento, diziam que isso quebraria o Estado do Paraná. Não quebrou! Acelerou o círculo virtuoso do desenvolvimento. Pequenos empresários capitalizados acabam gastando no comércio formal, e o Estado arrecada da mesma maneira.

Ousamos mais: no ano passado, o salário mínimo regional do Estado do Paraná era de R\$765,00; e será corrigido, evidentemente para mais, neste ano de 2011. E o resultado pode ser medido não por mim, que era governador, mas pelo IBGE: o Estado do Paraná é o Estado que mais cresceu do ponto de vista industrial no último ano.

Nós, dentro das limitações de um governo estadual, do governo de uma unidade federada, fizemos a nossa reforma tributária. No entanto, vejo agora que continuamos na contramão; continuamos presos aos interesses dos rentistas, com juros altíssimos e compressão de salários.

Quinhentos e quarenta e cinco reais por quê? Para deixar de irrigar os R\$5 bilhões que o Banco Central retirou da economia com o aumento de 0,5% na taxa Selic? Taxa Selic? Que bobagem falar nisso num País onde os juros dos cheques especiais e dos cartões de crédito variam entre 8,5% e 14%, ultrapassando, folgadoamente, 100%, 150% ao ano.

Não é esse o caminho! O caminho do Brasil é a criação do mercado interno, a elevação dos salários, a redução dos impostos, o controle da depreciação do dólar e a defesa do interesse nacional de forma extraordinariamente clara, com a utilização de todos os meios tributários possíveis.

Por isso, repito hoje o que eu disse na sexta-feira: acho que, embora muito bem intencionada e popular, a história da reforma eleitoral e de outras tantas reformas, insistentemente anunciadas e nunca feitas, é, de certa forma, para divertir, do latim *divertere*, ou seja, afastar-se, desviar do que importa.

A reforma da nossa economia é a mãe das reformas e passa pelo fim da autonomia do Banco Central, onde se acumulam inteligências notáveis para tratar da política monetária, mas onde ninguém examina a política comercial do Brasil, a política industrial, a política social, a política de desenvolvimento.

Esse crescimento que nós estamos vivendo se suporta, fundamentalmente, na importação e na queda dos produtos industriais na nossa balança exportadora, que cai de 45% para 39%, enquanto cresce a importância das *commodities*.

O que seremos nós: uma nação para todos ou um país à disposição do mercado? Vamos ser o que a Inglaterra pretendia para os Estados Unidos da América do Norte ou seremos capazes de olhar o passado, de nos influenciar pelas ideias de Alexander Hamilton, Henry Carey, Friedrich List e Henry Clay, e de assumir a nossa condição de nação, viabilizando o crescimento do mercado interno e o verdadeiro desenvolvimento do País?

Presidente, a minha intenção era trazer ao Senado da República, com este plenário que já conta com o exuberante quórum de oito Senadores, e, através da TV Senado, levar ao Brasil essa discussão.

A minha esperança, confesso ao Senado e aos telespectadores, está na capacidade da Presidente Dilma de resistir às pressões e modificar, decididamente, a política econômica do País.

Obrigado, Presidente.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não, Senador Vital do Rego.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na forma regimental, para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – V. Ex^a será inscrito.

Concedo a palavra, agora, à Senadora Gleisi Hoffmann, do PT do Paraná. Na sequência, o Senador Vital do Rego, para uma comunicação inadiável, e, em seguida, o Senador Eunício Oliveira.

Faço a leitura da comunicação do dia 07/02/2011.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – A Presidência designa o Senador Romero Jucá Relator Revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2010, proveniente da Medida Provisória nº 501, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – O expediente lido vai à publicação.

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) –

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na semana passada, eu anunciei, em meu primeiro discurso desta tribuna, a apresentação de três projetos à Mesa Diretora do Senado. Na ocasião, informei que, oportunamente, eu retornaria a este plenário para tratar com mais detalhes desses projetos.

Busquei, no início de mandato, apresentar projetos que estejam em sintonia com a necessidade atual de conferir maior responsabilidade fiscal à gestão dos recursos públicos.

É fundamental melhorar a qualidade dos gastos correntes em todos os três Poderes da República. Justamente com o objetivo de contribuir para essa finalidade, peço a atenção e o apoio de todos os meus Pares para os três projetos que submeto à apreciação.

O primeiro desses projetos, o Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2011, pretende alterar o Regimento Interno da Casa para vedar a posse dos Senadores nos períodos de recesso do Congresso Nacional.

Atualmente, a legislação interna do Senado prevê que, durante o recesso parlamentar, a posse dos Senadores e Senadoras realize-se perante o Presidente, em solenidade pública em seu gabinete.

Ora, Sr. Presidente, não há razão significativa para permitir a posse de Senadores durante os períodos de recesso, quando não há atividades na Casa. É um procedimento que não aperfeiçoa a representação popular e submete o Poder Legislativo a duras críticas e à condenação da sociedade, pelo fato de acarretar gastos em um período no qual não são realizadas sessões do Senado Federal.

A posse de Senadores durante o recesso resulta em direitos e benefícios devidos ao mandatário sem que o mesmo tenha sequer participado dos trabalhos da Casa. Por exemplo, na hipótese de um Senador ou Senadora em fim de mandato ser convidado para assumir, no início de um novo Governo, um cargo que imponha seu afastamento do Senado Federal, no modelo atual, um dos seus suplentes assume o cargo de Senador por menos de um mês, e, entre outros benefícios, passa a dispor de um plano de saúde vitalício, sem qualquer ônus para ele ou sua companheira ou companheiro.

Tenta-se, portanto, com a proposição apresentada, extinguir-se essa prática equivocada.

A segunda proposição trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2011, que disciplina o pagamento da ajuda de custo aos membros do Congresso Nacional.

Por tradição, concede-se aos Deputados Federais e Senadores ajuda de custo no início e no final de

cada Sessão Legislativa, destinada a compensar as despesas com mudança e transportes.

Trata-se de procedimento que se justificava na época em que os transportes eram precários e os Parlamentares se deslocavam para a Capital do País a cada ano, e lá permaneciam até o final da Sessão Legislativa, quando só então retornavam aos seus Estados para se reunir com seus eleitores.

Hoje, os membros do Congresso Nacional têm a possibilidade de retornar à sua base eleitoral a cada semana, não se justificando, há muito, a manutenção do pagamento dessas parcelas. A partir desta Legislatura, inclusive, quando se procedeu ao reajuste do subsídio, a prática não se justifica nem sob o argumento de que ela representa uma forma de complementação remuneratória para os Parlamentares.

Assim, estamos apresentando a presente proposição extinguindo os denominados 14º e 15º salários dos Deputados Federais e Senadores. Permanece, apenas, a ajuda de custo no início e final do mandato, que, efetivamente, tem a natureza desse tipo de vantagem: uma parcela indenizatória.

Trata-se de iniciativa que, inclusive, homenageia o princípio da isonomia, dando aos Parlamentares tratamento igual àquele que se aplica aos demais agentes públicos, que somente recebem ajuda de custo quando são obrigados a mudar de residência no interesse da administração.

Além de tudo, com a aprovação da proposta, economizaremos, a cada quatro anos, cerca de R\$80 milhões na Câmara dos Deputados. No Senado, a cada oito anos, seriam economizados cerca de R\$30 milhões. Considerando-se as duas Casas, a economia média por ano seria algo em torno de R\$24 milhões.

Se a economia não bastasse, ainda há algo mais importante, pois estaríamos conferindo aos membros do Congresso tratamento semelhante ao dado à imensa maioria dos trabalhadores brasileiros, que percebem ao longo do ano apenas 13 salários.

Ademais, estou apresentando a esta Casa o Projeto de Lei nº 3, de 2011, terceira de minhas iniciativas, que regulamenta o teto de remuneração dos agentes públicos. As parcelas indenizatórias não compõem o teto, logo, elas têm de ser bem definidas para que não constituam um subterfúgio para aumento salarial, sobretudo num momento em que os vencimentos dos Parlamentares foram substancialmente elevados.

A definição de uma política de gestão de pessoas no serviço público sempre foi algo extremamente difícil de ser feito, haja vista os gigantescos entraves políticos e administrativos para tal.

É nesse contexto que surge o teto remuneratório, cujo estabelecimento vem sendo tentado por vários governos deste País.

Efetivamente, é preciso reconhecer, o estabelecimento de um teto remuneratório nada mais é do que a confissão da absoluta incapacidade do Poder Público de promover uma política eficiente de gestão de pessoas.

Até por esse fato é que a implantação do teto é importante para a moralidade pública e para a contenção das despesas com pessoal e para o equacionamento de uma série de injustiças – por exemplo, o recente caso que gerou contrariedade em toda a sociedade brasileira: a acumulação de pensões e aposentadorias especiais com o subsídio parlamentar. Nestes casos, os beneficiados envolvidos podem receber até cerca de R\$50 mil mensais, extrapolando muito o teto remuneratório do setor público.

Para coibir tais práticas, é fundamental a edição de ato legal regulamentando o art. 37, XI, da Carta Magna, fixando, a partir do conceito constitucional, de forma clara, as parcelas que estão abarcadas pelo limite e os procedimentos que devem adotar os órgãos e entidades públicas para torná-lo efetivo.

Esse é o objetivo do PLS nº 3, de 2011, que busca, com base na prática administrativa já adotada pelos diversos órgãos e entidades públicas, bem como na jurisprudência e na doutrina existente sobre a matéria, dar tratamento completo ao tema.

Nessa direção, além de se definir a natureza das diversas parcelas que compõem a remuneração dos agentes públicos, estabelecem-se procedimentos para a aplicação do teto no caso das remunerações recebidas cumulativamente, inclusive quando sua origem é de entes federados diferentes, respeitando sempre os limites que a legislação federal tem na matéria, tendo em vista a autonomia constitucionalmente assegurada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Trata-se, então, de buscar iniciar o debate aprofundado do tema no Congresso Nacional, para que possamos regulamentar essa polêmica matéria. Mais ainda, busca-se também provocar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para que caminhem na mesma direção, disciplinando a aplicação do teto em seu âmbito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são contribuições convictas que ofereço para o aperfeiçoamento da gestão pública, entendendo que, além de legislar, o Congresso Nacional e, mais especialmente, o Senado Federal têm de dar o exemplo.

Espero sinceramente contar com o apoio de todos para que possamos aprovar o quanto antes as três proposições citadas. Além de fortalecer a gestão pública,

elas com certeza contribuirão para a respeitabilidade do Senado junto à opinião pública.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senadora, V. Ex^a me concede um aparte?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – Claro, Senador Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senadora, desde logo quero deixar claro o meu apoio à sua proposta, mas eu me disponho a fazer algumas emendas em seu projeto. Uma delas, Senadora, seria a proibição de Parlamentares ocuparem cargos no Executivo. Nós não somos um Brasil parlamentarista. Nos Estados Unidos, Hillary Clinton teve de renunciar ao seu mandato de senadora para assumir um ministério do presidente Obama. A segunda emenda é a proibição de secretários de Estado e ministros da República receberem jetons de participação em conselhos de empresas, porque sabemos nós que ministros, ao longo da história e no atual governo, recebem mais de R\$50 mil na soma dos jetons dessa participação nos conselhos, que geralmente é muito pouco efetiva. Acho que essas duas emendas serão acatadas com alegria pela nossa Senadora. E, como medida provisória e urgente, antes que proibamos a participação de Parlamentares no Executivo, que é uma forma de cooptação do Parlamento por qualquer Executivo, é necessariamente uma forma de cooptação, deveríamos proibir liminarmente. E estaria a cargo da direção das Casas congressuais, Câmara e Senado, a manutenção dos gabinetes dos ministros com remuneração, vantagens, funcionários e a própria remuneração parlamentar no exercício de um cargo executivo. Como dizia meu velho amigo Stanislaw Ponte Preta, restaure-se a moralidade ou locupletemo-nos todos. Vamos fundo nisso, Senadora.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – Com certeza, Senador Requião. É um prazer tê-lo me apartando, um Senador colega do meu Estado. Fizemos campanha juntos. Quero dizer que uma de suas emendas será aceita; a outra não precisa porque já está contemplada no projeto. Entre as parcelas que são consideradas remuneratórias, está justamente a participação nos conselhos. Então, o ministro ou qualquer cargo do Executivo que assumir e estiver em um conselho vai poder somar até o limite do teto ou, então, vai ter de optar, assim como fiz em relação às aposentadorias especiais de ex-governadores, ou soma ou opta. Acho que isso é importante.

Em relação à primeira proposta, de Parlamentar ter de renunciar para ser ministro, cabe a esta Casa a discussão. Com certeza, o senhor fará a proposta e vamos debater a respeito.

Em relação à estrutura que fica à disposição, concordo plenamente com o senhor. Aliás, no Esta-

do do Paraná, temos essa mesma situação em que Parlamentares foram requisitados pelo governo, inclusive no governo de V. Ex^a, e ainda assim continuavam tendo condições diferenciadas por terem base no Parlamento ou por poderem fazer a opção do salário parlamentar.

Tenho certeza de que esse é um tema importante para a Casa, importante para o setor público. Tenho certeza de que a Casa vai discutir com bastante responsabilidade e de que teremos a contribuição de todos.

Sr. Presidente, tenho certeza absoluta de que, se enfrentarmos esses temas, debatermos, discutirmos e votarmos, estaremos resgatando cada vez mais a credibilidade do Senado da República, instituição tão importante à democracia brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Vital do Rego para uma comunicação inadiável.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, Sr^{as} e Srs. Senadores, uso este espaço, vindo do meu Estado, profundamente impressionado com os números que acabei de receber, ao longo do último fim de semana, da Associação Brasileira de Consultores Profissionais. Tratam de uma radiografia da violência nos primeiros dias deste ano.

Enquanto durante a semana ouvimos falar dos índices de criminalidade em Estados como São Paulo e, principalmente, Rio de Janeiro, depois das ações diretas e eficazes do Governo Federal e do Governo Estadual, em que a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora em diversos morros violentos da capital fluminense trouxe uma redução bastante significativa nos índices de criminalidade, volto da minha Paraíba, Sr. Presidente, profundamente preocupado.

Fazendo uma avaliação, tomando como dados os números de janeiro do ano passado e de janeiro deste ano, tenham certeza de que crescemos em percentuais estonteadores. Para os senhores terem ideia, foram dez assaltos a banco com uso de bombas, neste mês de janeiro, o que significa um crescimento de 280% em relação ao mês de janeiro do ano passado; 19 assaltos do tipo “saidinha de banco”, o que significou um crescimento de 78%, Sr. Presidente; 66 assassinatos com execuções sumárias, gerando um aumento de 48%; 308 roubos e furtos, gerando um aumento de 192%; 14 sequestros do tipo relâmpago, o que gerou um aumento de 88% em relação ao mesmo período do ano passado; e mais 65 assaltos a agências dos Correios e a outros estabelecimentos, gerando um

aumento de 120% em relação ao mês de janeiro do ano passado.

É preocupante, até porque a Paraíba, esse Estado belíssimo que todos nós admiramos por suas belas paisagens, sua beleza natural, seus encantamentos e seu maior patrimônio que é a simpatia da sua gente.

Hoje, teço essas considerações para imaginar que é imediato, cogente que o Governo nacional se irmane com os governos estaduais, estabelecendo de uma vez por todas um plano nacional de segurança pública.

Nós estamos vivendo, no meu Estado, uma situação também inusitada. Há uma lei estadual, que foi aprovada no final do governo passado, em que os policiais militares, os policiais civis, os agentes de segurança pública tinham remunerações crescentes a cada ano, tomando como base uma lei estadual do vizinho Estado de Sergipe. Lamentavelmente, por força de uma decisão administrativa do atual Governo, essa lei não está sendo cumprida, ela está sendo discutida na Justiça. E há uma certa insatisfação dessas categorias com a falta de compromisso do Governador do Estado com relação à segurança pública.

Que da tribuna desta Casa seja feito um apelo ao Governo da Paraíba para chamar à mesa de negociação os policiais, os agentes de segurança pública, porque números como esses nos envergonham, nos preocupam e nos deixam profundamente indispostos, talvez, com espetáculos, eventos e cenas graves e lastimáveis que a imprensa do meu Estado está diariamente divulgando.

Essa era a comunicação inadiável, Sr. Presidente, que eu tinha a oferecer à Casa na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Eunício Oliveira.

Antes, porém, a Presidência comunica ao Plenário que foram republicados em *Avulsos* e no *Diário do Senado Federal* do dia 27 de janeiro o inteiro teor do **Projeto de Lei da Câmara nº 198, de 2009**, a fim de constar o despacho inicial a ele apostado.

A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno. Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, representar o Estado do Ceará depois de uma eleição histórica, que mudou paradigmas e parâmetros da política do nosso Estado, é um enorme desafio. E o desafio é proporcional à nossa vontade de vê-lo superado. Promover o desenvolvimento do Estado e a justiça social para o povo cearense é uma tarefa enorme, mas possível de ser realizada.

A responsabilidade de representar o Ceará nesta Casa me obriga a enfrentar os problemas na área social, na saúde, na segurança pública, na educação, no emprego, na habitação, na infraestrutura...

Agora é hora de trabalharmos ainda mais pelo Ceará. Vamos cumprir todos os compromissos que assumimos em praça pública, durante a nossa campanha, como a solução para o problema de abastecimento de água no Estado do Ceará e encontrar uma saída para o drama dos pequenos e médios produtores rurais. Nós ajudamos a resolver uma etapa no período da renegociação das dívidas, mas agora precisamos avançar e solucionar de vez esse problema que aflige a todos os pequenos e médios agricultores cearenses.

Temos de consolidar ainda, Sr. Presidente, projetos estruturantes que são fundamentais para o Ceará, como é o caso da siderúrgica e da refinaria de petróleo, ambas instaladas no Complexo do Pecém, no Estado do Ceará.

Nós, juntos com o Governador Cid Gomes, conseguimos, com a participação do Governo Federal, avançar na área da educação e da formação profissional dos nossos jovens. Estamos agora levando inclusão digital a todos os Municípios cearenses, com a rede de fibras óticas, que está pronta para ser inaugurada e utilizada a partir do mês de março deste ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, indicado pelo nosso partido, o PMDB, para presidir um dos órgãos de maior responsabilidade nesta Casa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vamos votar todos os projetos importantes que lá se encontrem e os que chegarem. São temas de grandeza, como a reforma política, uma reforma verdadeira, uma reforma política profunda.

Chegou o momento de repensarmos, em conjunto com a sociedade, um novo elenco de normas que proporcionem o aperfeiçoamento da legislação e o fortalecimento do sistema eleitoral e dos partidos políticos.

Não é mais concebível que a vontade do eleitor não seja respeitada, com regras anacrônicas que mergulham a classe política num mar de descrédito.

E esta preocupação é compartilhada por muitas lideranças de diferentes correntes políticas, ideológicas e partidárias. Foi o que registraram, na semana passada, em discursos, aqui no Parlamento, a Presidente Dilma Rousseff, o Presidente José Sarney, o Presidente Marco Maia e o Presidente do TSE, Ministro Ricardo Lewandowski.

O Presidente do nosso partido e Vice-Presidente da República, o companheiro Michel Temer, tem sido um incansável defensor de uma reforma político-partidária.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, como conviver, por exemplo, com a eleição proporcional, em que o povo vota num candidato e quem se elege é outro? Onde toma posse quem tem pouco mais de duas centenas de votos, enquanto outros que tiveram centenas de milhares viram suplentes?

Criado pelo chamado quociente eleitoral, esse cálculo distorce o sistema pelo fato de não cumprir um princípio básico da democracia, que é o da prevalência da maioria, respeitando sempre o direito da minoria. Por essa razão, Sr. Presidente, defendo o chamado voto majoritário para os Deputados Federais e Estaduais, ou seja, a eleição para esses cargos funcionaria como o sistema utilizado para o Senado ou para os Governos Federal, Estaduais e Municipais: quem tem mais votos absolutos vence as eleições. No Ceará, por exemplo, onde há 22 Deputados Federais, seriam eleitos os 22 candidatos mais votados, desde que filiados aos respectivos partidos políticos.

Outro ponto que precisa ser enfrentado é o da fidelidade partidária, com regras firmes e claras do jogo político, em que não haja espaços para interpretações da lei e em que não se crie insegurança nem para os candidatos nem para o eleitorado. A fim de impedir a migração de legenda para legenda, o candidato que foi eleito deverá permanecer nesse mesmo partido por pelo menos três anos e meio. Apenas nos últimos seis meses do seu mandato, ele poderá, se quiser, realizar a migração para outra legenda.

Uma questão que igualmente tem de ser enfrentada é a dos suplentes de Senadores.

Por fim, outro tópico que considero fundamental é o de financiamento público das campanhas. Com o financiamento público de campanhas, todos terão igualdade de condições na disputa e prevalecerá o debate das ideias e das propostas apresentadas.

As mudanças são tão polêmicas, Sr. Presidente, e tão complexas que o Senado Federal e a Câmara

dos Deputados já aprovaram várias propostas, mas nenhuma foi finalizada.

Existe inclusive uma comissão de notáveis trabalhando para apresentar sugestões. Todas essas iniciativas são bem-vindas. Mas é preciso que o Parlamento seja o protagonista desse movimento.

Hoje, o jornal *Valor Econômico* traz uma entrevista do Presidente José Sarney, que volta a defender a reforma política. Mas eu defendo a criação de uma comissão especial mista, que inclua Deputados e Senadores, para que a reforma político-partidária seja feita de forma conjunta, queimando etapas e construindo o consenso de maneira muito mais eficiente.

Claro que há várias outras questões a serem enfrentadas, mas considero esses quatro pontos fundamentais para estabilizarmos as regras do jogo e trazermos de volta a credibilidade às nossas instituições.

O Sr. Vital do Rego (PMDB – PB) – Senador Eunício, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que, oportunamente...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – É com prazer que concedo um aparte a V. Ex^a, depois, ao nobre Senador Requião e, depois, ao nosso querido Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Vital do Rego (PMDB – PB) – Senador Eunício, que alegria poder dividir com V. Ex^a este espaço do Senado da República. Eu tive, igualmente, a satisfação de poder conviver, nos últimos quatro anos, com um homem que, ao chegar, encontrei como referência no meu partido, no nosso partido, o PMDB. V. Ex^a tem uma passagem muito bonita no PMDB, marcadamente como Líder partidário, como representante do Ceará. O Ceará fez muito bem em dar a V. Ex^a um degrau a mais na sua brilhante trajetória política. V. Ex^a vem carregado de esperanças e expectativas, seguindo um rosário de afirmações do nosso partido, esculpidas no nosso Regimento e nos nossos Estatutos, absolutamente palatáveis à vontade popular. Por isso que, ao chegar a este primeiro ano de mandato, já lhe é delegada uma missão das mais importantes: presidir a Comissão de Justiça do Senado Federal. Nessa Comissão, certamente tramitarão temas da mais alta relevância nacional. V. Ex^a abordou alguns, mas topicamente incluiu, com o tempo e no momento, não nas palavras apenas do nosso Presidente Sarney, mas de todos os Senadores, dando como preferencial a discussão da reforma política nesta Casa. Os tópicos, os elementos e as propostas que V. Ex^a trouxe, no seu breve, mas denso pronunciamento, mostram claramente o rumo que o PMDB quer adotar: o rumo

das mudanças, sem radicalismo, sem intenções, com profundas discussões, tanto na Câmara quanto no Senado. Em nome do PMDB, tenho o orgulho e a satisfação de poder estar ao seu lado, tanto na Comissão de Constituição e Justiça quanto neste plenário, traduzindo as esperanças da Paraíba e do Ceará, com votos neste Parlamento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Vital. Agradeço as palavras carinhosas de V. Ex^a e as incorporo, se V. Ex^a permitir, ao meu pronunciamento.

Com a palavra o nobre Senador Roberto Requião, para um aparte.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Eunício, eu, pessoalmente, não acho que a reforma eleitoral seja a principal tese para o Brasil discutir neste momento. Mas, não sendo a principal, merece a nossa atenção também. Eu estava aqui pensando, enquanto V. Ex^a expunha sua tese no seu pronunciamento. E cheguei a uma conclusão, de que poderíamos ter um teto para cada candidatura: um teto para Deputado Federal, um teto para Deputado Estadual, um teto para Senador, um teto para Governador. E esse teto, estabelecido por algum mecanismo, em cada Estado do Brasil. Nós deveríamos tratar as doações, os aportes, como a Lei Rouanet, criando vantagens e incentivos, como a dedução no Imposto de Renda para doações. Se o teto, por exemplo, para o financiamento da campanha de um Senador fosse de R\$500 mil... É evidente que será quase sempre mais do que isso, mas se fosse de R\$500 mil, esse candidato a Senador poderia receber das empresas até R\$500 mil. Mas a empresa teria o seu próprio limite, que excederia essa doação individual. Então, ela poderia transferir essa doação para outros candidatos. Seria uma espécie de Lei Rouanet no financiamento, e nós não estaríamos lançando diretamente mão de recursos públicos. Mas sempre remanesce o grande problema, Senador Eunício, que é o problema dos monopólios da comunicação. A diferenciação das possibilidades de cada candidato está muito mais no estrago que pode ser feito pela calúnia, pela difamação e pela injúria nos meios de comunicação monopolizados do que propriamente no dinheiro que o candidato possa gastar na sua campanha. Uma calúnia em rede nacional, da Globo, prejudica uma candidatura de forma fundamental. Não há dinheiro ou recurso público que equipare as candidaturas. Então, temos que pensar é no direito de resposta. Já fui Senador. E, quando Senador, o plenário do Senado aprovou uma proposta minha de resposta imediata

às calúnias, injúrias e difamações nos órgãos que as fizessem. Foi aprovada por unanimidade na Comissão e no plenário do Senado e foi enterrada na Câmara Federal. Acho que podíamos retomar essa questão do direito de resposta e a questão da democratização da comunicação. Os grandes monopólios acabam dominando o País, assim como o mercado financeiro e o Banco Central independente acabam tornando absolutamente dispensável o Parlamento. Mais vale o poder de emitir moeda e de controlar os juros do que o poder do Presidente da República ou do Congresso Nacional. Estou tornando meus o raciocínio e a análise de um famoso presidente norte-americano, no período logo posterior à independência, quando o Chase Manhattan e o Citicorp criaram o Banco Central norte-americano, porque o tal do FED, o Federal Reserve, é tudo menos um banco do estado norte-americano; é um banco privado. E o Citicorp e o Chase Manhattan têm mais de 50% de suas ações. Então, estamos caminhando para isto: Banco Central independente, Banco Central privado. E daí, para que Congresso Nacional? Para que eleição? Para que eleição para Presidente da República? Então, eu acredito que esta questão da reforma eleitoral desborda o aspecto da própria reforma e passa a se referir ao aspecto da dominação da mídia e do mercado financeiro e à própria inutilidade do Congresso Nacional e das eleições no País.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – Agradeço a participação, sempre inteligente e brilhante, de V. Ex^a e concedo um aparte ao nobre Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Quero cumprimentá-lo, Senador Eunício Oliveira, por sua estreia no Senado. Estreia no Congresso Nacional não é porque V. Ex^a vem da Câmara, já é experiente, como tem sido em outras lidas pelo País afora, inclusive como tesoureiro nacional do nosso partido. Mas, dentro das teses que V. Ex^a levanta para o debate aqui no Congresso Nacional, quero dizer que comungo com V. Ex^a tanto quanto ao fortalecimento dos partidos políticos – que se parasse essa negociação de nomes daqui e de lá, como se fosse negociação em prateleira de comércio, de bodega, que se evitasse isso, que se fortalecesse os partidos e, dentro deles, as ideias, os resultados – como em relação aos suplentes, inclusive o resultado, para não se vincular ou ficar solto. Lembro-me que, na eleição de Jânio Quadros, o vice que era mais alinhado a ele não se elegeu. Se não me engano, foi a época em que João Goulart se elegeu Vice-Presidente da República com Jânio Quadros, de

tendências diferentes, mas, dos vices, o mais votado foi ele, embora não vinculado à linha de Jânio. Então, as teses de V. Ex^a, Senador Eunício Oliveira, são um debate forte: a reforma tributária, a reforma da descentralização... Então, além de cumprimentá-lo, eu só queria recordar que o Ceará vem, com V. Ex^a, com muita força. E nós, catarinenses, queremos comungar com V. Ex^a, até porque o Ceará, de tantas personalidades, desde o insigne Paes de Andrade... Quero dizer isto porque eu, à época em que Paes foi Presidente da nossa sigla, tive a honra de ser Tesoureiro da Executiva Nacional do nosso partido. À época, instalamos a Fundação Ulysses Guimarães para levar ao Brasil inteiro uma espécie de seminário de instrução política, de ciência política. V. Ex^a vem desse berço, vem do Ceará. Por isso, sem citar outras personalidades, quero cumprimentá-lo, Senador Eunício, e dizer que sei que, ao longo dessas caminhadas aqui, muitos debates haverão de acontecer em prol do Brasil. Meus cumprimentos, Senador.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – Agradeço e incorporo as palavras de V. Ex^a ao nosso pronunciamento e concedo um aparte ao nobre Senador Lindbergh Farias.

O Sr. Lindbergh Farias (PT – RJ) – Eu também quero saudar V. Ex^a, que estreia hoje na tribuna do Senado já jogando um grande papel. V. Ex^a, além da grande votação que teve no Ceará, seu Estado natal, já no primeiro mandato no Senado, vai ocupar a mais importante de todas as Comissões desta Casa, a Comissão de Constituição e Justiça. Com certeza, V. Ex^a vai ser um dos mais importantes Senadores e já estreia na tribuna pautando, trazendo o debate da reforma política. Eu queria, sem me alongar, porque este momento é do senhor, sua estreia, dizer que considero fundamental este debate sobre a reforma política. No entanto, o caminho que muitos defendem hoje, o caminho do “distritão”, do voto majoritário para Deputado, tem seu lado positivo: você dá ao eleitor condições de colocar o que o eleitor prefere nas vagas na Câmara Federal. Mas tem problemas. Na minha opinião, o “distritão” enfraquece a lógica do partido, do voto nas ideias. O senhor falou em financiamento público. Eu não consigo casar financiamento público com esse voto majoritário, com o “distritão”. Por isso, acho que é necessário e fundamental que haja uma grande reforma política no nosso País, mas ainda acho que o voto em lista, com financiamento público, é o melhor caminho. É claro que também tem problemas. Podemos criar uma grande burocracia partidária? Podemos criar,

sim, mas é só dessa forma que eu vejo a gente criar uma coerência no voto por partido alinhado a certas ideias. Quero saudar V. Ex^a e dizer que este debate está só iniciando. E V. Ex^a tem razão: se montarmos uma comissão mista do Congresso Nacional, vamos ter oportunidade de debater tudo isso e chegar a um consenso sobre esses rumos da reforma política. Parabéns a V. Ex^a por esse pronunciamento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – Agradeço as palavras carinhosas de V. Ex^a e concedo um aparte ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Eunício, coincidentemente, o meu pronunciamento de hoje, que, aliás, foi o primeiro da sessão, foi sobre a reforma política. Entendo que praticamente todos os Parlamentares, a mídia toda e grande parte dos brasileiros estão preocupados de cuidar do debate sobre essa reforma. Aliás, a cada nova eleição, esse debate volta à pauta, e, depois, com o passar do tempo, vai esmaecendo. Eu até tenho dito que temos que fazer essa reforma este ano, ou pelo menos parte dela, porque também pretender que se faça a reforma como um todo é um trabalho mais complicado. Mesmo assim, pode-se fazer de uma forma cronológica: algumas coisas se aplicam logo, outras coisas se aplicam para a próxima eleição geral ou depois dela. Essa é uma questão que pode ser debatida amplamente. Eu fico com receio quando leio, por exemplo, que o Senador Sarney vai criar uma comissão, V. Ex^a propõe uma comissão mista. No Brasil, diz-se que, quando não se quer fazer alguma coisa, nomeia-se uma comissão. Então, eu só me preocupo com isso, mas, na verdade, é bom que o debate seja sistematizado. Não adianta, por exemplo, eu apresentar as minhas ideias, V. Ex^a, que vai comandar uma comissão decisiva para essa reforma, a de Constituição e Justiça, apresentar as suas, pois é preciso, efetivamente, que todos nós possamos, em um curto espaço de tempo, sistematizar todas as propostas que já estão no Congresso, além de outras que ainda não estão, de forma que possamos sair dessa reforma com algo de prático já para as próximas eleições, de 2012, para Prefeito e Vereador, como também para a próxima eleição geral, em 2014. Portanto, acho que o tema é importante, embora eu tenha dito aqui e repito que não a considero a mais importante das reformas. Ao contrário do que muitos dizem, não considero que ela seja a mãe de todas as reformas. Acho que a mãe de todas as reformas deve ser, de fato, a reforma tributária, aquela que vai aliviar o bolso de quem paga imposto neste País. Mas esse

tema é relevante para a democracia brasileira. Quero cumprimentar V. Ex^a, que, com a experiência que tem, traz o tema de maneira serena, objetiva, e dizer que espero que possamos avançar rapidamente contando com a sua presidência na CCJ.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – Agradeço, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É claro que, além deste tema que trazemos para debate, temas que desafiam temos muitos pela frente. São colocados vários temas igualmente ou até mais relevantes do que este: Temos, por exemplo, a ampliação do poder de compra dos salários e da renda dos trabalhadores brasileiros, o combate à criminalidade e o combate às drogas, a melhoria do sistema público de saúde, o acesso de todos aos meios de comunicação, como é o caso da Internet, o direito fundamental à moradia, o aperfeiçoamento e a ampliação dos programas sociais existentes. Enfim, uma extensa pauta que será decisiva para o desenvolvimento das regiões mais carentes do País, como é o caso do meu Nordeste.

Temos também, Sr. Presidente, de aprovar uma reforma tributária para que, em um momento de crise ou de dificuldade, o País não tenha de fazê-la de afogadilho.

A questão da desoneração da folha de pagamento, para que as empresas tenham condições de gerar mais emprego e renda para o trabalhador, é outro assunto que precisa ser resolvido nesta Casa.

É uma emoção estar aqui. Para mim, é um momento de muita emoção ter assumido uma cadeira no Senado da República. É muito, muito grande a emoção que sinto neste momento.

Quero aqui, desta tribuna, agradecer todo o apoio que recebi do povo do nosso Estado. Meu compromisso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com cada cearense que confiou, que acreditou em nosso projeto. Estarei, cada vez mais, trabalhando para que tenhamos um Ceará melhor, um Ceará mais justo, mais fraterno e mais desenvolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB do Estado de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, o cotejo entre as intenções e as realizações, entre as palavras e os atos não é, no exercício da oposição, apenas um recurso de retórica; é um dever fundamen-

tal daqueles que integram as bancadas de oposição nesta Casa e no Congresso Nacional.

Este comentário, embora banal, vem bem a calhar no pronunciamento que tenciono fazer agora a respeito do recente apagão que assolou vários Estados do nosso País na região Nordeste.

Começo por lembrar, Sr. Presidente, uma entrevista concedida pela então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em outubro de 2009.

Nessa ocasião, a então Ministra afirmou, com aquele tom assertivo que a caracteriza: “Temos certeza: não vai ter apagão. É que nós voltamos a fazer planejamento”. Foi o que disse a Ministra. Ora, menos de duas semanas depois, o País mergulhou numa escuridão nunca antes vista na história do nosso País. E, na última sexta-feira, aconteceu de novo o mesmo evento, e todo o Nordeste ficou às escuras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu preferia que, nessa matéria, a agora Presidente Dilma tivesse menos certezas e algumas dúvidas a respeito da linha, da estratégia que vem sendo adotada para a gestão do setor elétrico brasileiro, que, no meu entender, é uma das causas fundamentais de fenômenos como esses que ocorreram recentemente e responsável pela manchete que se lê hoje no jornal *Folha de S. Paulo* no seu caderno Cotidiano: “Apagões aumentam 90% em dois anos”.

Eu dizia que – todos nós nos lembramos –, na madrugada de sexta-feira, 46 milhões de nordestinos passaram quatro horas no escuro.

O Ministro Edison Lobão usou uma expressão eufemística, quase que piedosa. Disse ele: “Não foi apagão. Foi uma mera interrupção temporária da energia”. Que seja. Para o povo foi apagão mesmo.

Evoluiu a explicação do Governo porque dessa vez não foi a explicação meteorológica, não foram os raios. Tudo indica que aconteceu uma falha numa subestação gerida pela Companhia Energética do Vale do São Francisco, no Estado de Pernambuco, a subestação Luiz Gonzaga.

Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, não é segredo para ninguém o diagnóstico do que ocorreu, a causa do que ocorreu: é que o sistema elétrico brasileiro vem carecendo de investimentos, investimentos em modernização e notadamente na distribuição e na transmissão de energia.

Qual a razão disso? Penso eu, meus caros colegas, que a explicação está na lógica do modelo elétrico implantado no País sob a égide da Ministra Dilma Rousseff, no Governo Lula. Porque, desde 1994, a gestão

de todo esse complexo setor da economia, que é o nervo da economia brasileira, como diz a Presidente, foi orientada num sentido unilateral, que priorizou um critério, que é o da “modicidade tarifária”, ou seja, a perseguição da tarifa mais baixa possível da energia.

Ora, eu não estou pregando tarifas elevadas. Pelo contrário, a energia elétrica é um bem de primeira necessidade e tem que ser um bem acessível aos consumidores. Mas ele não pode ser visto isoladamente como critério da qualidade, especialmente num segmento da economia em que se faz necessário constantemente inovar, expandir, fiscalizar, planejar, planejar investimentos que somam sempre bilhões e bilhões de reais e cujo prazo de maturação é longo, ou seja, há sempre um tempo relativamente longo que decorre entre a decisão de investir e o resultado do investimento.

Ora, na busca da “modicidade tarifária”, o que ocorreu foi o abandono, ou melhor dizendo, colocar-se num segundo plano as exigências de qualidade. E os apagões se transformaram em rotina. Infelizmente, nós não temos aí um evento isolado. A manchete que li agora há pouco na *Folha de S. Paulo* e que se origina de uma informação do Operador Nacional do Sistema é uma prova disso. Nós nos lembramos todos do megaleaque de novembro de 2009, quando 88 milhões de pessoas de 18 Estados ficaram às escuras. Esse incidente, aliás, rendeu a Furnas uma multa de mais de R\$50 milhões até agora não paga.

Houve uma série de interrupções também no Rio de Janeiro. As indústrias da Zona Franca de Manaus padecem, constantemente, de falta de energia. No Nordeste brasileiro, cujo consumo vem crescendo num ritmo acelerado, cerca de 8% ao ano desde de 2006, o índice de interrupções medido pela Agência Nacional de Energia Elétrica subiu de 18 para 27 horas nos últimos três anos. E a pior situação foi verificada exatamente no Estado de Sergipe, onde a extensão dos apagões dobrou de 22 horas, em 2008, para 44 horas em 2010.

Ouçó o aparte do nobre Líder Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Aloysio, primeiramente, expresso nossa alegria de vê-lo nessa tribuna representando nosso Partido. Sua presença no Senado agrega conteúdo e qualifica esta Casa, tão carente de valores que possam contribuir para a recuperação da sua imagem e da sua respeitabilidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Meus parabéns pelo notável desempenho na campanha eleitoral e, sobretudo, pela vontade política que demonstra possuir para exercer um mandato com muita responsabilidade e com competência!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – V. Ex^a é um espelho para mim, nobre Líder.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador. Em relação ao apagão, surpreendeu-nos a afirmação do Ministro Lobão, quando disse que o sistema brasileiro é o mais moderno do mundo. Essa sua afirmativa é desmentida pelos fatos. Já em 2009, análise que nosso Partido fez sobre o apagão no Sudeste, ao qual V. Ex^a faz referência, demonstrou que a causa foi exatamente a ausência de recursos suficientes para a manutenção. Manutenção não oferece oportunidade ao espetáculo da inauguração. Manutenção não oferece perspectiva de que a autoridade possa apresentar-se e colocar isso nas estatísticas eleitorais como mais um feito. A manutenção é quase sempre feita no anonimato. Não é obra para *marketing* político. Por isso, o Governo desconhece a importância da manutenção e não a elenca entre as prioridades. Com isso, vai comprometendo um fantástico patrimônio do povo brasileiro, que é o sistema de energia elétrica no País. Este é um ponto: não há prioridade na definição de recursos que digam respeito à manutenção. Outro ponto é exatamente a qualificação. Técnicos experientes e talentosos se aposentam, e não há reposição compatível com a qualificação técnica exigida, porque há interesse de acomodação política. Substituem-se técnicos qualificados, em funções eminentemente técnicas, por militantes do bloco governista, exatamente nessa busca de apoio incansável do Governo. Portanto, a substituição do técnico qualificado pelo interesse político partidário puxa para baixo a qualidade da gestão. É o que se está verificando, e, se isso não tiver um paradeiro, certamente as consequências serão imprevisíveis, certamente teremos de lamentar ainda inúmeros outros apagões. Para concluir o aparte – peço desculpas por me prolongar –, quero dizer que houve um compromisso, e ouvimos este compromisso reiteradamente na campanha eleitoral, inclusive: o de que apagão era coisa do passado neste País, o de que jamais haveria apagão no Brasil. No entanto, ele se repete. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do seu pronunciamento e pelo conteúdo especialmente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Obrigado, nobre Senador Alvaro Dias.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (PT – PR) – Por favor, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – O seu aparte enriquece e ilustra o meu pronunciamento. Queria também agregar ao que disse V. Ex^a a respeito da carência e da deficiência de investimentos na manutenção o fato de que também a expansão das linhas de transmissão está muito abaixo das exigências de desenvolvimento do País.

Neste último ano de 2010, agregaram-se ao conjunto de linhas de transmissão existentes no País cerca de dois mil quilômetros. Ora, isso representa cerca de 40% a menos do que em 2009 e menos da metade do que em 2003, que foi o primeiro ano do Governo Lula, quando amadureceram os investimentos iniciados no Governo Fernando Henrique.

Ouçó, com prazer, a ilustre Senadora Gleisi Hoffmann.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (PT – PR) – Obrigada, Senador Aloysio Nunes. Faço minha saudação a V. Ex^a. Penso que é muito importante resgataremos os conceitos que estão sendo tratados aqui e distinguir a natureza dos acontecimentos. O acontecimento de agora, a que o senhor se refere, foi um blecaute, foi um problema em componente eletrônico do sistema, que fez com que o sistema caísse isoladamente; portanto, é um problema técnico. Apagão não é um problema técnico. Apagão é ausência de geração de energia elétrica. Apagão houve, sim, no governo anterior ao do Presidente Lula, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do seu Partido, quando o Brasil ficou quase onze meses fazendo racionamento de energia elétrica, quando milhões de pessoas ficaram no escuro, comprometendo muito o crescimento e desenvolvimento do País. É importante fazer essa diferenciação, porque, senão, tratamos de coisas separadas com a mesma intensidade. Devo dizer a V. Ex^a, Senador, e também ao meu colega Senador Alvaro Dias, que aqui o aparteou, que temos, sim, um dos mais modernos sistemas do setor elétrico mundial. Mas nenhum sistema é infalível, e isso pode acontecer. Então, é importante dizer que foi um problema técnico. Hoje, existe energia planejada em cinco anos. Já estamos contratando neste ano a energia de 2016. Não havia isso antes do Governo do Presidente Lula. Aliás, não havia sequer discussão sobre planejamento de energia, e, por isso, houve o apagão de quase onze meses. Foi a Presidenta Dilma, como Ministra de Minas e Energia, que implantou no Ministério de Minas Energia a secretaria de planejamento do setor, assim como também a empresa de pesquisa

energética, o que, hoje, dá-nos a condição de contar-mos com um planejamento para o futuro e com uma contratação de energia. A tarifa é pelo menor preço, e diversificamos muito nossa matriz energética, agregando sempre, cada vez mais, a produção de energia limpa. Com certeza, hoje, há outro retrato do Brasil em termos de energia. É o que está dando condições ao Brasil de crescer, como cresceu em 2010, com mais de 7% ao ano, crescimento, aliás, que não seria possível no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque não havia energia suficiente para dar base a esse crescimento. Também em relação à preocupação dos investimentos, é importante dizer que tanto o PAC 1 quanto o PAC 2 trazem expressivas dotações e investimentos em geração e transmissão de energia e também na manutenção do sistema elétrico brasileiro. Agora, está tramitando na Casa – e tenho certeza de que, pela preocupação de V. Ex^{as}, o PSDB vai nos ajudar a aprovar – a Medida Provisória nº 501, de 2010, transformada em um projeto de lei de conversão que aumentou em R\$90 bilhões o limite de financiamento que o BNDES pode conceder ao setor elétrico, com taxas subsidiadas pelo Governo Federal. O teto dos limites de financiamento da União salta dos atuais R\$44 bilhões para R\$134 bilhões. São recursos que vão ser utilizados para operação de financiamentos, para produção de bens e consumo de exportação e para o setor elétrico. Então, é importante isso, e tenho certeza de que vamos contar com o apoio da Bancada do PSDB para aprovar essa Medida Provisória.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Obrigado pelo aparte, nobre Senadora.

Nunca faltou e nem faltará apoio do PSDB a medidas que sejam úteis ao País, especialmente àquelas que venham reforçar a nossa sucateada infraestrutura, porque, se há um limite hoje à competitividade, ao crescimento da nossa economia, à sustentabilidade dos padrões de crescimento atuais, é exatamente a situação precaríssima dos nossos portos e aeroportos, das nossas rodovias; a falta de investimento, repito, em manutenção da nossa rede de transmissão; a falta de investimentos na extensão dessa rede de transmissão, de uma política do setor energético que se volte também para a economia de energia, para uma diversificação para valer das nossas fontes de energia elétrica, aproveitamento da energia eólica e solar.

Embora o conceito de apagão ou de interrupção momentânea ou temporária do sistema possa ser diferente, Senadora, para as pessoas é ficar sem luz, é

ter que acender vela, é ressuscitar o lampião. Esse é o problema. E não é um fato isolado.

Acabei de me referir a esse dado do Operador Nacional do Sistema. Foram registrados no ano passado 91 desligamentos superiores a 100 megawatts, que é o consumo de uma cidade em torno de 400 mil habitantes. Ora, 91 no ano passado; em 2007, 77 desligamentos; em 2008, 48 desligamentos, ou seja, isso vai em um crescendo. É preciso interromper essa escalada.

V. Ex^a fala em planejamento. Concordo com V. Ex^a, especialmente nesse setor em que, como disse, os investimentos são pesados, precisam ser concatenados, precisam chegar a tempo e hora. Sabendo que há defasagem no tempo entre a decisão e o fruto do investimento, é preciso haver planejamento.

Ora, as geradores no Brasil estão quase todas nas mãos do setor público. Li, e todos lemos hoje nos jornais, uma entrevista do novo Presidente de Furnas. O que diz ele? Qual a sua principal função, sua principal missão, que lhe foi atribuída pela Presidente Dilma Rousseff?

Todos nós lemos: a sua principal função é pacificar Furnas! Pacificar Furnas! E ele se refere à guerra sem quartel em que se digladiam facções políticas incrustadas na estrutura da administração da empresa.

Ora, como é possível planejar, num sistema de loteamento político degradante como esse que foi a tônica, que foi o modelo de ocupação dessas grandes empresas, empresas mais, digamos, apetitosas financeiramente do ponto de vista da base mastodôntica do Governo? Como é possível compatibilizar planejamento com esse tipo de ocupação?

É o que diz hoje o Presidente? “Vou pacificar Furnas”! Espero que pacifique e espero também que a Presidente Dilma Rousseff – agora Presidente da República e não mais candidata – leve adiante o seu propósito de efetivamente fazer com que as empresas do País, as empresas públicas, passem a ser efetivamente públicas. Ou seja, controladas pelo poder político, sem loteamento e fragmentação entre grupos, clãs, famílias, partidos, facções de partidos, que é o que ocorre hoje. De tal forma que o próximo presidente de Furnas e das outras empresas não tenham como missão principal pacificá-las, mas colocá-las para funcionar e funcionar bem, a serviço do povo brasileiro.

Ouçõ o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Aloysio Nunes, quero dividir meu aparte em duas

partes. Na primeira, congratulo-me com V. Ex^a. Já fomos colegas na Câmara dos Deputados e, agora, encontramos-nos no Senado. V. Ex^a, que já foi Ministro da Justiça e que tem passado por insígnies funções no Brasil, em São Paulo, vem para cá com a maior votação para Senador do País, uma votação histórica. V. Ex^a, sem dúvida alguma, há de contribuir imensamente. Com essa votação, com a representação que tem, quando V. Ex^a for para a tribuna, com certeza, vai mexer com todo mundo. Agora, vou para a segunda parte do meu aparte. O contraditório é bom, o contraditório é extraordinário, até dentro do meu Partido, que hoje dirige o Ministério das Minas e Energia. Como é bom esse debate! Se faltar racionalidade no planejamento ou seriedade na condução, o debate vai servir para despertar as autoridades, vai deixar o nosso Lobão sem dormir! Isso ajuda. Quando V. Ex^a fala, o Brasil acompanha, Senador Aloysio Nunes. Isso é bom para todos nós. O contraditório é bom para o Governo, é bom para o Brasil. Isso é bom para colocarmos as coisas em seus lugares. Esse é o sentido fundamental do nosso trabalho nesta Casa. É por isso que quero, em nome da nossa velha amizade, de nossos velhos tempos, cumprimentá-lo e dizer que V. Ex^a irá dar grandes contribuições para esta Casa e para o País. Com certeza, muitas dessas questões serão corrigidas e alinhadas. V. Ex^a estará sempre, como se diz, atento, vigilante. Esse contraditório é fundamental para o melhor de todos nós. Meus cumprimentos, Senador Aloysio!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Casildo Maldaner. Tenho por V. Ex^a uma enorme estima, que vem ainda da nossa luta comum nas fileiras do velho MDB. Foi para mim uma grande alegria reencontrá-lo, depois de vários anos, aqui no Senado da República.

Espero que realmente possamos aprofundar esse debate, essa é a função da oposição. Confio nos bons propósitos da Presidente Dilma Rousseff, especialmente no que tange a retomar as rédeas do controle público das empresas públicas.

Continuaremos vigilantes – esperamos que não tenhamos de acender velas, mas que possamos fazê-lo com a luz da energia elétrica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, protocolei, nos últimos dias, alguns requerimentos pedindo informações ao Poder Executivo. O primeiro deles diz respeito a gastos com publicidade.

A imprensa divulgou um crescimento exorbitante de gastos com publicidade, especialmente no ano eleitoral. E não se trata apenas de requerer informações sobre os gastos. Muitos desses gastos se deram com veículos de pequeno porte que estão sob o controle de políticos da base aliada do Governo. E os picos desse tipo de investimento ocorreram justamente no ano eleitoral. Portanto, trata-se de investigar o volume de recursos transferidos a veículos de divulgação no País e também de identificar a razão da prioridade concedida a veículos que pertencem a políticos integrantes da base de apoio ao Governo Federal. Creio que é uma questão que diz respeito ao Senado Federal e, sobretudo, à oposição, e essa é a razão do requerimento que formulamos.

O segundo requerimento diz respeito à repercussão, durante o período de recesso parlamentar, da emissão de passaportes diplomáticos. E não estamos focalizando apenas os passaportes diplomáticos de interesse do ex-Presidente da República, estamos tentando obter informações sobre a liberação de passaportes concedidos a pessoas não contempladas pela legislação, o que responderia inclusive ao Ministério Público Federal, que recomendou a anulação dos passaportes indevidos. Portanto, a repercussão do fato se deu em razão de passaportes concedidos a familiares do ex-Presidente, mas não é essa a questão que nos importa. O que nos importa é o respeito à legislação que estabelece normas que orientam a concessão de passaportes diplomáticos. Há – não sabemos quantas – pessoas beneficiadas, à margem da legislação vigente.

É o que estamos encaminhando, exatamente em colaboração ao Ministério Público Federal, que já adotou providências para que o Ministério de Relações Exteriores cancele os passaportes indevidamente concedidos.

Estou encaminhando hoje mais 37 requerimentos. São requerimentos encaminhados a todos os Ministérios e que dizem respeito a gastos também exorbitantes com cartões corporativos no ano da eleição.

Não é uma questão nova. De há muito, estamos tentando, sobretudo, abrir uma caixa-preta que existe na Presidência da República. Os gastos exorbitantes

com cartões corporativos são clandestinos, são gastos sigilosos, a pretexto de que se trata de preservar a segurança nacional. Eu não imagino que os cartões corporativos estejam sendo utilizados para a aquisição de armamentos, na expectativa de uma eventual guerra que possa ocorrer em nosso País. Segurança nacional, Senador Aloysio!

Gasta-se com banalidades, gasta-se de forma a extrapolar os limites do bom senso e não se prestam contas. É dinheiro público esbanjado, dinheiro público desperdiçado, sem que o povo brasileiro possa ter, ao menos, o direito de saber onde o dinheiro do imposto, pago com sacrifício, está sendo gasto na esfera da Presidência da República.

Nós formulamos 37 requerimentos porque os gastos ocorreram em todos os Ministérios.

Nós nos lembramos – certamente muitos brasileiros se lembram – de uma CPI que se tentou instalar – e que se conseguiu, depois de muito esforço, instalar –, mas que foi absolutamente dominada pelo Poder Executivo: a CPI dos Cartões Corporativos, que foi presidida pela Senadora Marisa Serrano. E não pudemos chegar aos gastos da Presidência da República. Essa CPI terminou, lastimavelmente, sem poder oferecer ao País o diagnóstico da realidade no que diz respeito a gastos com cartões corporativos. Pelo que se nota, ela nem mesmo pôde contribuir para a mudança na rotina da postura adotada nesses casos. Alguns fatos surpreendentes foram revelados naquela oportunidade, mas não foram suficientes para mudar o comportamento do Governo em relação à utilização dos cartões corporativos.

Vejam: segundo a imprensa divulgou, durante o primeiro mandato do Presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$78,4 milhões e, já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$267 milhões. Não se trata da multiplicação dos pães. Trata-se da multiplicação dos gastos não explicados, quase sempre com cartões corporativos, nos diversos Ministérios e, sobretudo, no âmbito da Presidência da República.

Concedo a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes, o aparte, com satisfação.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB – SP) – Nobre Líder Alvaro Dias, é muito oportuna essa bateria de requerimentos que V. Ex^a apresenta, visando a termos luz, transparência, sobre esses gastos. De fato, como diz V. Ex^a, a questão não é inédita, a oposição já havia levantado esse tema. Eu me lembro e o Senado se lembra de que, na ocasião em que hou-

ve uma comissão de inquérito sobre esse assunto, o Governo argumentou que não poderia abrir, divulgar os dados relativos aos gastos do gabinete presidencial que estão ali na Secretaria Geral da Presidência, porque se tratava de um Presidente em exercício, o Presidente Lula; diferentemente do Presidente Fernando Henrique, que teve seus gastos esquadriados pela Casa Civil, especialmente pela então Subchefe da Casa Civil Erenice Guerra. Hoje, esse argumento não vale mais: o Presidente Lula não é mais Presidente, é um ex-Presidente, de modo que não há mais nenhuma razão para que esses dados permaneçam na obscuridade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes. V. Ex^a lembra bem, naquela oportunidade formatou-se um dossiê ilegal, criminoso, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, tentando alvejar o ex-Presidente Fernando Henrique, o Governo anterior, e intimidar a oposição. Esse episódio demandou um inquérito policial, que não foi ainda concluído. Não houve a conclusão desse inquérito, e seria interessante, inclusive, que ele fosse concluído. Afinal, a população brasileira tem o direito de saber o que ocorre no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, palco de vários escândalos nos últimos anos: a partir do escândalo de Waldomiro Diniz até o mensalão, passando pelo escândalo do dossiê criminoso, chegando às propinas pagas, segundo denúncia e investigação da Polícia Federal e do Ministério Público, sob a égide do mandato da Sr^a Erenice Guerra.

Sr. Presidente, aproveito também a oportunidade deste pronunciamento para falar sobre outro assunto, especialmente inspirado pelas palavras do professor de Economia da PUC, de São Paulo, Antonio Corrêa de Lacerda, autor de várias obras sobre investimento estrangeiro no Brasil e globalização, que propõe a criação de mais espaço de discussão das políticas econômicas, seus custos e benefícios, levando em conta não apenas o curto, mas o médio e longo prazo. O referido especialista propõe que “a discussão deve ser ampliada tanto junto aos Poderes quanto na mídia, na academia e demais entidades representativas”.

Há uma razão para essa preocupação do professor. Na linha sugerida pelo economista, consideramos oportuno refletir sobre os índices de inflação verificados em 2010. A inflação no Brasil superou a de todos os países emergentes, exceção da Índia, caso crônico de inflação muito alta. A inflação oficial foi de 5,91%, enquanto a China registrou 3,2%; a Coreia do Sul, 3%; o

México, 4%; e, na América do Sul, o exemplo é o Chile, que registrou inflação de apenas 1,6%.

A inflação no Brasil em 2010, a maior registrada nos últimos seis anos, foi uma inflação que penalizou as camadas mais pobres da população. Os mais pobres perderam mais. O INPC, Índice de Preços ao Consumidor Amplo, que abrange famílias com renda entre um e seis salários mínimos, subiu 6,74% (0,56 ponto a mais). Aliás, as donas de casa, neste início de ano, se surpreenderam com a elevação de preços no supermercado. Ouvi várias delas demonstrando espanto pela elevação de preço. Ou seja, a inflação, que recrudescer nos últimos meses, atinge especialmente a camada mais pobre da população, porque alcança sobretudo o setor de alimentos.

É lamentável verificar que o vilão da inflação está sendo a alimentação, setor em que os mais pobres comprometeram a maior parte da sua renda em 2010. Nesse grupo, os preços subiram quase o dobro da média geral: 10,4%.

O índice oficial de inflação no Brasil ultrapassou o centro da meta estipulada pelo Banco Central para 2010. Vale ressaltar que a meta local é superior à de todos os países emergentes. Enquanto temos uma meta de 4,5%, o índice fixado nos demais emergentes oscila entre 2,5 e 3%. Superamos, igualmente, a carga tributária e a taxa real de juros em 2010.

A piora fiscal acentuada do Brasil é motivo de preocupação de vários especialistas. Alguns chegam a afirmar que os cortes propostos pelo Governo serão insuficientes para conter a alta dos preços e há previsão de que a inflação este ano chegue a 6,5%. Portanto, razão para preocupação.

Concedo, com satisfação, o aparte a V. Ex^a, Senador.

O Sr. Wellington Dias (PT – PI) – Agradeço, Senador Alvaro Dias. Quero, primeiro, aqui registrar a importância de tratarmos deste tema: a inflação. Sem nenhuma dúvida, é um grande desafio que vivenciamos. Tivemos um período de crise intensa, enfrentada no mundo inteiro, especialmente repercutindo no ano de 2009, mas ainda no ano de 2010. Nós temos dois fatores importantes. Primeiro, o fator sazonal. Normalmente, nessa fase, no início do ano, sempre temos um período de inflação maior. De qualquer modo, creio também que V. Ex^a vem acompanhando todo o esforço no sentido de se ter uma menor circulação de moedas, inclusive medidas antipáticas, como essa da taxa de juros, tomada exatamente para que se possa evitar que haja sangrias, que haja alternativas, por

esse caminho do crédito facilitado em excesso, para termos condições de ampliação da inflação. E é exatamente o reconhecimento do Governo da Presidente Dilma, como era do Governo do Presidente Lula, do efeito perverso da inflação sobre a classe trabalhadora. Devo ainda dizer a V. Ex^a que, em relação aos requerimentos apresentados, quero apenas esclarecer sobre os cartões corporativos. Precisamos ter cuidado para não demonizar a figura do cartão corporativo. Na verdade, o setor privado o usa fartamente, vários países modernamente o utilizam, e é uma forma de controle. Em vez de se ter o caixa com dinheiro, pode-se utilizar uma forma moderna de controle. E, certamente, o que se quer é evitar que haja desvio. Aliás, o cartão é um mecanismo até mais fácil de fiscalizar do que o chamado custeio anteriormente comum, com o uso de cheques ou mesmo em espécie, como ocorria no passado. E, da nossa parte, devo apenas dizer que acompanhei e, durante esse período do Governo do Presidente Lula, é verdade – permita-me dizer –, tivemos muitas denúncias, enfim, e investigações, e é assim que desejamos ver o País. Quero parabenizar V. Ex^a pela sua missão no Senado de fazer a fiscalização. É assim que se constrói a democracia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, meu caro Senador. Nós também não condenamos o mecanismo adotado. O que nós condenamos é o abuso na sua utilização, o desvio, a utilização indevida do cartão corporativo. Nós tivemos alguns fatos narrados durante a CPI dos Cartões Corporativos, despesas com tapioca, despesas no cabeleireiro, enfim.

É evidente que nós estamos aqui preocupados sobretudo com a multiplicação dos gastos. Os valores cresceram de forma exorbitante. Não há justificativa para esse crescimento. E nós estamos neste momento abordando a questão da inflação, o monstro da inflação, que ameaça retornar depois de ter sido combatido com muito competência, especialmente pelos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Esse monstro foi domado pelo Plano Real, e nós temos que combatê-lo para evitar o seu retorno. Uma das razões é, sem dúvida nenhuma, a piora fiscal acentuada, que é motivo de preocupação hoje até do Fundo Monetário Internacional. E nós não vemos, da parte do atual Governo, nenhuma iniciativa no sentido de conter esse processo de gastos exorbitantes, com o paralelismo que se estabelece com a superposição de ações.

Há pouco, falei sobre a apresentação de 37 requerimentos, porque são 37 Ministérios. Ou seja, a máquina pública cresceu de forma assustadora, agi-

gantou-se, com a criação de ministérios, de secretarias, de estatais, de diretorias, de departamentos, de cargos comissionados, estabelecendo quase sempre a superposição de ações, absolutamente dispensável, aumentando os gastos correntes. E não se ouve falar em reforma administrativa. Ouve-se dizer que não há recursos para melhorar o salário mínimo, mas, em nenhum momento, ouve-se manifestação de intenção no que diz respeito a cortar gastos supérfluos do Poder Executivo, com uma reforma administrativa que poderia modernizar a máquina pública do País. Isso não se ouve em momento algum.

A nossa taxa de investimento é outro ponto que deveria ser objeto de ampla discussão. E o Senador Aloizio Nunes, há pouco, reportou-se a investimentos escassos no setor energético, que é essencial para o crescimento econômico do País. Os investimentos são pífios, estão muito aquém das necessidades do Brasil.

Especialistas dizem que o Brasil deveria investir em infraestrutura cerca de US\$30 bilhões anualmente, e o que se tem investido no País, nos últimos anos, é menos de R\$10 bilhões, em média, por ano. Portanto, ficamos muito longe da necessidade. Em três anos, o País pagou mais de R\$570 bilhões em juros e serviços da dívida, porque a dívida interna bruta cresceu de forma avassaladora, constituindo-se numa bombarelógio de efeito retardado, que pode explodir a qualquer momento. Veja que, ao final do ano passado, ela chegou a R\$1,7 trilhão, confessados pelo Governo através do Banco Central. E há controvérsias em relação a esses números, porque especialistas distantes do Governo afirmam que a dívida interna bruta do País pode ser muito superior a essa assumida oficialmente pelo Governo. Portanto, os investimentos pífios podem preparar o País para um apagão logístico de médio e longo prazos.

Estamos propondo, como agenda importante para o Senado Federal e para o País, portanto, o debate. A nossa taxa de investimento há de ser discutida. O País precisa recuperar a capacidade de investir produtivamente. Enquanto a taxa local é de aproximadamente 17% do Produto Interno Bruto, a da América Latina é da ordem de 22,5% do PIB e a dos países emergentes chega a 28,5% do Produto Interno Bruto. Portanto, esses números são inquestionáveis e demonstram estar o Brasil muito aquém da sua capacidade de investir.

As nossas potencialidades estão sendo desperdiçadas, ou mal exploradas, e, com isso, estamos comprometendo a capacidade de investir do Poder Pú-

blico, o que significa comprometer o desenvolvimento nacional. Aliás, nós só alcançaremos os índices de desenvolvimento compatíveis com as potencialidades do Brasil se nós equacionarmos essas questões que dizem respeito a gerenciamento. A má gestão empobrece o País. A má gestão torna o País tímido no que diz respeito às suas possibilidades de desenvolvimento econômico.

A ampliação e a criação de mais espaços de discussão das políticas econômicas é um caminho que deve ser buscado e aprimorado. Muitos outros pontos podem ser incluídos na pauta de discussão.

O legado da estabilização – Plano Real e a Lei de Responsabilidade Fiscal – é uma conquista da sociedade brasileira e merece ser objeto de debate nos mais diversificados setores da população.

Em síntese, e para concluir, Sr. Presidente, o que se espera é que esse patrimônio, conquistado graças a três gestões governamentais – parte de Itamar Franco e duas de Fernando Henrique – que garantiram a estabilidade da economia, a sustentabilidade financeira, a responsabilidade fiscal e asseguraram a recuperação da competitividade da nossa economia, possa ser devidamente preservado.

Esse é o nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Dias, do PT do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um prazer saudá-lo na direção da nossa Casa, saudar os meus Pares, todos os presentes, especialmente o povo do Piauí e do Brasil.

Sr. Presidente, nesse final de semana tivemos o prazer de receber, no Piauí, a visita do Ministro da Saúde, o Sr. Alexandre Padilha. O Ministro da Saúde está percorrendo os Estados brasileiros tratando de vários temas, de forma especial um trabalho preventivo de enfrentamento da dengue.

Fui governador do Estado do Piauí e sei o desafio que é trabalhar temas como esse. E quero aqui elogiar o Ministro e sua equipe, que lá esteve num dia de sábado, quando tivemos oportunidade de realizar um evento com a presença de autoridades municipais, muitos prefeitos, lideranças estaduais, a equipe do Governador do Piauí, Wilson Martins, a Secretária de Saúde, Deputada Lílían Martins, e a presença inclusive de parlamentares federais. Havia quórum ali, como disse o próprio Ministro, para a Assembleia Legislativa, o que demonstra uma presença importante.

Nós lá estivemos, eu e o Senador Ciro Nogueira, que com o Senador João Vicente compomos a banca da do Piauí nesta Casa, e houve a presença também do setor privado, do Judiciário, do Ministério Público, numa ação que considero da maior importância.

Por que isso é importante? Primeiro, porque, no Nordeste, é exatamente nesta fase que se trabalha a prevenção, é exatamente nesta fase que se garantem as condições de mobilização para atuar principalmente em relação à coleta de lixo, em relação aos cuidados para evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e com isso garantir a eficiência na redução dos índices da doença.

Nós tivemos mortes no nosso País. No nosso Estado nós chegamos, por volta do ano de 2004, a algo em torno de 12 mil casos de dengue, inclusive com a presença de dengue hemorrágica. Fizemos um trabalho muito forte, repito, inclusive o próprio Estado, em parceria com os Municípios, ajudando na limpeza das cidades.

Destaco que esse é um problema grave. Agora mesmo, uma rede de televisão, a Rede Globo, fez uma matéria sobre esse tema no Brasil e colocou a capital do meu Estado, Teresina, como uma cidade em que ainda não há uma unidade de tratamento do lixo. Embora tenha uma unidade para o depósito, para a acumulação, ainda não há eficiência nessa área. Uma cidade administrada por mais de duas décadas pelo PSDB – é bom lembrar aqui. É uma cidade agora liderada pelo Prefeito Elmano Férrer, o qual tem toda a compreensão da cidade para enfrentar graves problemas como esse. Aliás, nem mesmo licitação nessa área de coleta de lixo era feita.

Enfim, eu quero registrar a importância desse trabalho do Ministro Alexandre Padilha num conjunto de atividades. Tivemos oportunidade, além de tratar desse tema e montar toda uma estrutura, numa reunião de trabalho, para que possamos cuidar dessa realidade, registramos três Municípios do Piauí – Piripiri, Matias Olímpio e Capitão de Campos – que, de um total de setenta, têm uma situação de maior incidência e, com certeza, merecem toda a atenção do Governo Federal, do Governo estadual, em parceria com as prefeituras desses Municípios.

É um trabalho que, com certeza, precisa muito da participação da população. E não adianta apenas um Estado, muito menos um Município, isoladamente atuar; é preciso que se tenha mesmo um plano nacional. E é isto que quero elogiar aqui: esse importante trabalho do ex-ministro da Articulação, hoje Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que, creio, já atuando assim no primeiro momento, vai nos permitir evitar mortes que lamentavelmente, se não cuidarmos em tempo,

serão somadas a algumas ocorrências já existentes no nosso País.

Inauguramos uma obra que teve o privilégio de comandar, numa parceria com o governo do Presidente Lula, que foi a modernização do Hospital Nathan Portella, que tem muito a ver com esse trabalho, ali dirigido pelo Secretário de Saúde, hoje Deputado Federal, Assis Carvalho, e pelo Dr. Carlos Henrique Nery, um especialista na área de doenças infectocontagiosas e cientista respeitado no Brasil inteiro. Nós concluímos a modernização daquela unidade em condições de atender o meio Norte do Brasil, podendo ali tratar de calazar, de malária, tratar não só da dengue, mas de Aids, enfim, de um conjunto de outras incidências naquela região.

Estamos apresentando ao Governo da Presidente Dilma uma reivindicação – que começamos, mas infelizmente não foi possível concluir até o final do governo do Presidente Lula –, que é a implantação, em Teresina, de uma base da Fiocruz. Creio que a Fiocruz precisa se estabelecer, pelo importante trabalho e experiência acumulada, em algumas regiões do Brasil. A ideia é ter a Fiocruz do Sertão, em que a gente possa ter um trabalho de pesquisas especializadas nessas áreas.

Tivemos oportunidade ainda, com o Governador Wilson Martins e o Prefeito Elmano Férrer, de entregar aos Municípios, especialmente ao Município de Teresina, cerca de setenta unidades de tratamento semi-intensivo, ambulâncias do tipo UTI Móvel, como a gente chama, para bases do Samu, o que nos vai dar uma condição importante de atuar no Estado do Piauí.

Estivemos também nas cidades de Esperantina e Batalha, dando início às obras de uma agência do INSS, de um total de onze que serão ali instaladas. Estamos pedindo ao Ministro Garibaldi toda a atenção no sentido de que possamos completar as regiões nessa área. E destaco aqui o importante trabalho do Ministro Pimentel, nesse caso lá de Esperantina, bem como da equipe do Prefeito Francisco Antonio. Da mesma forma, na cidade de Batalha, o Prefeito Amaro também realizou um importante trabalho com a sua equipe, de modo a que a gente possa viabilizar esse investimento de R\$12,6 milhões, voltados para essa área, além de obras de habitação, com a direção da Caixa Econômica, com o superintendente Herbert e toda a sua equipe, e outras áreas de atuação naquela região.

Mas, vejam, o que me traz aqui foi a visita também do Ministro Alexandre Padilha a uma experiência que vivenciamos no Piauí. Eu me referi aqui, no meu primeiro pronunciamento, a um tema a respeito do qual gostaria imensamente de contar com o apoio dos meus Pares para tratar, que é um desafio hoje do

planeta. Tive o privilégio, viajando por alguns países e por Estados brasileiros, de perceber a importância de o Brasil se voltar para essa área da droga, do combate, dessa coisa toda que se coloca, mas numa nova vertente.

O Brasil tem caminhado por um eixo que o mundo inteiro experimentou e já sabe que não dá certo. O trabalho da guerra às drogas, muitas vezes voltado apenas para o combate à plantação, à industrialização da matéria-prima, que gera entorpecentes, ao traficante especialmente, é muito importante, é útil e é necessário. Mas, Sr. Presidente, nós estamos falando de um problema que envolve aí – se a gente puder fazer uma estimativa, e as áreas de pesquisa fazem isso – aproximadamente 15 mil pessoas que insistem na bandidagem, no tráfico, que envolve, eu sei, outras áreas, como prostituição, armamento, corrupção, que envolve, enfim, um conjunto de outros atores.

Vejam, o fato é que a gente precisa fazer o Brasil ter uma atenção especial para as cerca de 10 milhões de pessoas – 10 milhões de pessoas aproximadamente, cerca de 5% da população – que, de alguma forma, têm entre dependência leve, média e grave do álcool, do *crack*, da maconha, da cocaína, de medicamentos, enfim, de outras drogas.

E aí, ao olhar por esse ângulo, nós verificamos um grave problema. O fato é que o Brasil precisa se fixar num ponto importante. Assim como a grande porta para a iniciação à maconha era vinculada ao fumo... E faço questão de registrar que foi no Governo Fernando Henrique, ainda na época tendo na Pasta da Saúde o Ministro José Serra, que o Brasil gerou um movimento importante. E, assim, eu elogio a atitude do Ministro José Serra de trazer à discussão, com o seu apoio, a esta Casa, o que resultou numa política diferenciada em relação ao cigarro, em relação ao tabaco, em relação ao fumo.

Hoje, eu acho que o Brasil comemora uma forte redução. Basta cada um examinar na sua família, no seu círculo de amizade: entre aqueles amigos de idades acima de 30, 40, 50 anos, nós vamos verificar que quase toda essa geração era de fumantes, uma geração muitas vezes estimulada pela propaganda, pelo incentivo de artistas, de atletas, enfim. Quem fosse, na minha geração, ainda na juventude – e olhem que sou bastante jovem –, a uma festa e não tivesse ali uma carteira de Hollywood não arranjava nem namorada, tão grande era o *glamour* em relação ao fumo, ao cigarro.

Então, da mesma forma, eu acho que nós temos de enfrentar o álcool, porque o álcool é a grande porta, é a grande janela, é a grande iniciação às outras drogas. Primeiro, o organismo passa a absorver

uma quantidade de álcool, passa a ficar dependente dele; e, a partir daí, o álcool já não é mais suficiente. E é daí que vem a cocaína, que vem a maconha, que vem o *crack*, o oxi, esse terror que existe agora, e outros mais que vão surgir enquanto a gente não atacar esse problema.

Vejam, o Ministro fazia ali a visita a um projeto que trabalha as condições de integração na área do tratamento do dependente químico. Vejam que o Brasil já tem vários programas. O Ministério da Saúde tem lá o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. Lá há também as equipes do Programa Saúde da Família (PSF) e um conjunto de outros programas. No Ministério do Desenvolvimento Social, também há o Cras, o Creas, ou seja, centros de ressocialização. O Ministério relacionado ao Ministério da Justiça trabalha, dentro do Pronasci, um conjunto de outras medidas.

Vejam: qual é o problema? Desintegração. O que temos de fazer é uma integração, e meu pensamento é que o ideal neste País, pela gravidade desse problema, que aflige famílias, é que haja um sistema, na minha opinião, encabeçado por uma secretaria especial de políticas sobre drogas, ligada à Presidência da República, capaz de coordenar todas as outras áreas necessárias nesse trabalho, Senador Mozarildo, para que, a partir daí, possa haver, nos Estados e também nos Municípios, uma estrutura voltada para isso, com conselhos. Enfim, é preciso dar a esse sistema a oportunidade de organizar uma rede. E foi isso que ele viu lá.

O Piauí trabalha as condições, primeiro, de reconhecer o esforço das comunidades terapêuticas, porque ainda existe muito preconceito. Há trabalhos como o da Fazenda Esperança, trabalhos como o da Fazenda da Paz, trabalhos como Oficina da Vida e um conjunto de outras atividades. Cito, aqui, duas importantes lideranças do Brasil: o trabalho do Frei Hans, de São Paulo, e o do Padre Haroldo, de Minas Gerais. São duas experiências espetaculares no Brasil. Inclusive, a Fazenda Esperança foi visitada pelo Papa, quando esteve no Brasil, e tive oportunidade de acompanhar a visita.

Como é que não se reconhece um sistema desse? A unidade que visitamos é da Fundação da Paz, que tem dezessete anos de atuação no Brasil, em Timon, no Maranhão, e em Teresina. Já atendeu dez mil famílias, ou seja, atende a família, não apenas o dependente químico. Seis mil deles foram internados para tratamento. Hoje, com mais de dois anos sem reincidência, há aproximadamente 2,5 mil pessoas, cerca de 42% de sucesso com o tratamento. Como não se reconhece uma situação como essa? As entidades mundiais comemoram quando ultrapassam

20%, e estamos falando aqui de um resultado que representa o dobro.

É somente a área terapêutica? Não! O que queremos é integrar à estrutura de saúde todo o conhecimento que a humanidade domina sobre esse tema. E, aí, vejam só o tanto que estamos desparelhados! O Ministro da Saúde está autorizando a primeira pesquisa nacional para se saber qual é o verdadeiro mapa da dependência química no nosso País. É a primeira vez que se faz isso no Brasil. Somente agora, o Ministério da Educação está trabalhando as condições para contarmos com técnicos em tratamento de dependentes químicos, com abertura de vagas para especialistas, mestres e doutores e com pesquisas nessa área de dependência química. Somente agora, a gente está olhando para uma estrutura como essa. Por isso, acho que tem de ser algo forte.

O Ministro, em sua visita, sentiu-se empolgado e motivado para esse trabalho. Destaco o trabalho do Célio. A gente ouvia depoimentos emocionados de mães, de pessoas que ali estavam. Mas é preciso que isso seja feito em quantidade adequada. A minha tese é a de que deve haver, em cada capital deste País, um centro integrado de média e de alta complexidade, para lidar, repito, de forma integrada, numa área como essa. Ali, deve haver a parte da educação, a parte da saúde, a parte da área social, a parte da reinserção ao trabalho, o apoio à família e o apoio à comunidade.

É importante falar isso agora, no Governo da Presidente Dilma. Quando ela visitou o Estado do Piauí, ainda como coordenadora do PAC, eu a levei lá para inaugurar um conjunto habitacional. E, daquela casa que ela visitava, a mãe teve de se deslocar da sua comunidade com seus dois filhos, que tiveram tratamento por recomendação desse sistema, porque não tínhamos resolvido ainda a situação da comunidade em que eles moravam. Se esses dois jovens ali permanecessem, eles poderiam, inclusive, ter sido assassinados, poderiam ter sido novamente envolvidos por uma rede não combatida.

Enfim, quero dizer da minha alegria com a visita do Ministro e, principalmente, com a nova vertente que se quer trabalhar no Brasil. De um lado – e penso que isso tem de se dar separadamente –, há a parte da segurança: Polícia, Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, enfim, quem quer que seja que cuide da parte da bandidagem, da criminalidade. Mas é preciso o Brasil se voltar para o número grande de dependentes. São cerca de 1,6 milhão de dependentes químicos só do *crack* e cerca de 6 mil dependentes de álcool. Por isso, essa questão tem de ser tratada de modo especial. É possível uma parte ser tratada ainda em

condição domiciliar, mas é preciso abrir vaga para internações, quando isso for necessário.

Senador Mozarildo, quero ouvi-lo com o maior prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Wellington, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo tema que aborda nesta tarde. O senhor já deu uma introdução, falando um pouco de saúde, e, depois, entrou nessa parte também, que não deixa de ser um problema de saúde seriíssimo.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Com certeza!

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Como médico, fico feliz de ver uma abordagem como a que V. Ex^a está fazendo. Realmente, é por aí o caminho. Ou fazemos um diagnóstico do que é realmente a situação dos dependentes químicos, seja os do álcool, do fumo ou das demais drogas, como o *crack*, ou ficamos trabalhando pontualmente, sem ter, realmente, um planejamento adequado. É preciso saber qual é a forma de lidar com isso, seja criando uma secretaria nacional ou seja, de fato, fazendo um trabalho na área do Ministério da Saúde, em conjunto com os demais Ministérios, senão vamos ficar trabalhando de maneira não efetiva para resolver o problema. É importante observar, por exemplo, que os Estados Unidos gastam uma fortuna com o combate à produção de drogas e ao tráfico.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – No ano passado, permita-me dizer, foram US\$40 bilhões.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Isso já demonstrou claramente, dado o tempo em que vêm aplicando esse tipo de política, que esse não é o caminho correto, não é o caminho que vai resolver a questão, porque, enquanto fazem isso, não conseguem, por exemplo, diminuir, internamente, nos Estados Unidos, o consumo de drogas. Então, o dependente dos Estados Unidos é o maior incentivador da produção de drogas e do tráfico de drogas. Mas não vamos ficar nos preocupando com os Estados Unidos, vamos nos preocupar com o Brasil. O que é verdade, e V. Ex^a disse de maneira muito certa, é que o jovem, até bem pouco tempo, eu diria ainda hoje... Veja a propaganda de cerveja na televisão. Qual é o grande carro-chefe? Mostrar mulheres bonitas, mostrar incentivo, até força muscular e jovialidade na propaganda de bebida alcoólica. Então, o jovem adolescente, subliminarmente, vai entendendo que, para ele ser importante, ele precisa tomar cerveja. Quanto à propaganda do fumo, como V. Ex^a disse muito bem, minha geração foi típica. Nos filmes dos Estados Unidos, em todos os filmes de *cowboy*, qual era o galã que não estava com o cigarro na boca? Então, realmente, na minha geração, comprava-

se o cigarro para se botar no bolso, nem que não se fumasse! Mas o jovem tinha de aparecer nas festinhas com o maço de cigarro no bolso.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Fazia parte do charme.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Era parte do charme, exatamente! Então, é preciso que haja uma política pública nesse sentido. V. Ex^a mencionou a abordagem feita pelo Ministro Serra, quando foi Ministro da Saúde, em relação ao fumo. Hoje, quando se compra um maço de cigarro, pode-se ver que, no verso, há uma fotografia ou um desenho que realmente assusta, porque mostra que o cigarro causa impotência, doença cardíaca, doença pulmonar. E em relação à bebida? Nada existe em relação a isso! Só vemos: “Beba com moderação”. Ou seja, “beba!”.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Já se dá uma ordem.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Apenas se diz: “Beba com moderação”. Não há o trabalho de se dizer que o álcool causa determinadas doenças. Em relação às outras drogas, nem se fala! Apesar de extremamente clandestinas, elas vêm avançando cada vez mais. Agora, para o *crack*, que tem um poder de destruição neurológica e de outros órgãos muito forte, é preciso, efetivamente, que haja uma política. E, para haver uma política, é preciso haver um diagnóstico. E isso só se faz com um trabalho conjunto – e V. Ex^a o disse muito bem – entre o Governo Federal, os Governos estaduais, os Governos municipais e as instituições sérias da sociedade civil. V. Ex^a citou a questão da Fazenda Esperança. Realmente, é uma iniciativa muito correta, séria, mas existem outras menores e importantes em cada Estado. É preciso uma grande mobilização nacional, porque não adianta reprimir as drogas ou apenas querer curar depois. Temos é de prevenir, e prevenção se faz exatamente com educação, com trabalho de ressocialização daqueles que já são dependentes. Mas o importante é que haja uma política. E, para haver uma política, é preciso haver um diagnóstico. Portanto, parabéns pela abordagem! Posso dizer a V. Ex^a que, hoje, não há um pai ou uma mãe de família que não esteja extremamente preocupado com essa realidade, porque, quando um filho sai para a escola, não se tem mais a segurança de que, na escola, mesmo indo e voltando de transporte escolar, ele esteja a salvo. Pelo contrário, as escolas são os grandes alvos dos traficantes, que levam as drogas às escolas até para dá-las de graça e criar dependência dessa forma. Então, esse trabalho é importante. Esse é um tema que interessa às pessoas. Portanto, tem de se ter cuidado, muito mais até do que algumas obras que muita gente enfatiza.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Agradeço a V. Ex^a e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Fico também muito feliz pela riqueza da sua experiência, com informações importantes para esta Casa e para o Brasil.

O fato é que a droga é uma mercadoria. Estamos falando de um negócio, um negócio muito lucrativo. A estimativa que se faz é de que esse negócio envolve algo em torno de US\$300 bilhões apenas na parte ilegal – apenas na parte ilegal.

Então, tenho a convicção de que se a gente pudesse, de uma vez só, prender todos os traficantes e destruir todas as produções dentro do Brasil, mantendo-se a quantidade de consumidores que temos – consumidores que matam para consumir, que matam, às vezes, o pai, a mãe, a família –, ainda assim não estaria resolvido esse problema.

Estou convencido de que, primeiro – e a experiência mostra isso, pois esse é um problema do mundo –, é preciso se tratar do corpo. A ciência ainda tem pouco domínio disso, mas tem de se tratar do corpo: como reduzir o teor de álcool no organismo, assim como de maconha, de *crack*, de outras drogas, etc. É preciso tratar da mente, por isso as terapias, os psicólogos, enfim; e é preciso tratar do que chamo de alma. É preciso reconstruir uma vida. A vida dessa pessoa precisa voltar a ter sentido, ela precisa voltar a viver.

Por isso, acho que esse preconceito, muitas vezes, em relação ao trabalho que chamo de terapia da fé, tem de terminar. Não pode ser uma coisa impositiva, obrigatória, mas ela é essencial. Sou testemunha, no meu Estado e em outros Estados, de que isso funciona.

Eu acredito que o caminho é reduzir o consumo de drogas. Se conseguirmos reduzir o consumo de drogas, vamos quebrar o negócio da droga.

Vou dar dois exemplos para se compreender que, quando se age, o negócio reage.

O Vietnã tem um trabalho importantíssimo com acupuntura. É um trabalho que reduz a ânsia de se consumir droga. Os acupunturistas do Vietnã, quando começaram esse trabalho, foram assassinados. O negócio da droga os assassinou: “Esses caras vão acabar com o negócio”. Hoje, eles funcionam sob a proteção do Estado, anonimamente, para se evitar que sejam assassinados por essa rede mundial que atua com droga.

Vou dar um exemplo pequeno: no meu Estado, em Teresina, na região do bairro Mocambinho, fizemos uma unidade chamada CAPS Álcool e Droga, de atendimento nessa área do álcool e da droga. Disseram-me agora, nesses dias, o Governador Wilson Martins, a Secretária de Saúde Lilian Martins e o Secretário de Segurança Robert Rios que traficantes estavam

na porta da unidade impedindo que as pessoas que fazem o tratamento pudessem ter acesso, inclusive ameaçando matá-las – para a gente entender com o que estamos lidando.

Sei o que é o desafio de se aplicarem, por exemplo, as mesmas regras do cigarro para a bebida – indo, agora, para um negócio legal. Sei o que significa. Ou seja, qualquer brasileiro tem o livre direito de fumar, mas ele precisa respeitar o outro brasileiro que não fuma e ele precisa saber – o senhor mesmo lembra – que fumar dá câncer, fumar dá impotência sexual, etc.

Da mesma forma, o brasileiro tem o livre direito de beber, de tomar uma cervejinha, de tomar uma pinga, um vinho, o que ele preferir, mas ele não pode, pelo Governo brasileiro, não ter o direito de saber e ser lembrado, inclusive, ali no ato, que beber também provoca danos ao cérebro, provoca câncer, provoca vício e que leva a outras situações. Então, é disso que se trata.

Estamos, hoje, apresentando um requerimento para a organização de uma frente parlamentar voltada para essa área do tratamento do dependente químico – álcool e droga. Ao mesmo tempo, na Comissão de Assistência Social, que a gente possa ter um grupo de trabalho, uma subcomissão para tratar desse tema, somando-nos a outras que já temos na Câmara, somando-nos a outros setores e apoiando, inclusive, o Executivo.

Enfim, estou convencido de que precisamos ter uma rede mais preparada, repito, integrada com amplos setores, para poder dar conta dessa situação. O Brasil todinho, hoje, tem 19 mil vagas para tratamento de quem precisa de internação, por exemplo. O Governo, agora, abriu pela primeira vez, por uma portaria ainda com muitas limitações, 900 vagas.

A área pública tem de agir, tem de ter o seu sistema próprio, tem de ter parcerias com o setor privado, tem de ter parcerias com as entidades filantrópicas. As comunidades terapêuticas devem, também, ter essa participação.

Senadora Gleisi, com o maior prazer.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (PT – PR) – Obrigada, Senador Wellington. Pedi um aparte para parabenizar V. Ex^a pela iniciativa, pelo pronunciamento e por tocar num tema de tão grande relevância para a população do nosso País, para a nossa sociedade. Quero me somar aos seus esforços. Acho essa frente parlamentar de suma importância. No Paraná, tivemos e temos uma convivência muito grande com as comunidades terapêuticas, numa tentativa de fazer um trabalho em rede, junto com o poder público. Nós sabemos que as comunidades terapêuticas não são as instituições que

tratarão a pessoa que está numa situação de drogadição, mas elas têm um tratamento complementar. Depois da desintoxicação, precisamos dessas comunidades, porque elas não tratam apenas do físico. Elas tratam, também, do emocional e do espiritual, e o ser humano é um todo. Assim, precisamos, também, fortalecer as iniciativas do Ministério da Saúde para, realmente, termos uma rede de clínicas, principalmente voltadas à desintoxicação. O drama de milhares de mães que não têm para onde levar, onde internar os seus filhos que estão num estado de drogadição é muito grande. Na campanha que fiz no Paraná, falamos com essas mulheres. Muitas, chorando, diziam: “Meu filho morreu porque eu não tinha para onde encaminhá-lo”. O tráfico o matou ou ele morreu numa situação, realmente, de crise. Então, essa sua iniciativa de fazer essa frente parlamentar, de podermos fazer esse diálogo com a sociedade organizada, com o Ministério da Saúde, com as Secretarias de Saúde, vem ao encontro daquilo que, hoje, é uma necessidade muito grande. Parabéns, Senador Wellington. Pode contar comigo nessa sua caminhada.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Com certeza, vamos precisar. Agradeço e sei que vamos contar com o seu valioso apoio e experiência.

Quero encerrar, Sr. Presidente, lembrando o seguinte: primeiro, a necessidade de o Brasil se estruturar para isso mais uma vez. Nesse sentido, o que defendemos é exatamente isto: poder garantir, em cada Estado, uma cabeça de rede, como já se trabalha, hoje, na área de reabilitação da pessoa com deficiência, que não tinha essa rede até há bem pouco tempo. O meu Estado tem a felicidade de, hoje, ser um modelo nessa área. Devemos ter, nas cidades, polos ou o mais próximo possível, principalmente naquelas cidades onde a incidência de dependentes químicos é maior, condições para esse atendimento. Assim como tem os centros de fisioterapia nas várias cidades, devemos ter condição para esse atendimento.

Devo dizer que precisamos quebrar um conjunto de regras. O Deputado Átila Lira, Deputado pelo PSB, pelo Piauí, que hoje é Secretário de Educação no Estado, colocou, a meu pedido – na época, como Governador –, uma emenda no Orçamento do ano passado, para a gente trabalhar, botar bases como essa de Teresina, que foi feita exclusivamente com recursos do Estado – cerca de R\$4 milhões em investimentos. Isso não pôde ser empenhado porque o Ministério dizia que era uma coisa que não estava prevista nas suas ações. O Ministro Padilha promete mudar essa alternativa, porque queremos trabalhar em Campo Maior, onde já tem um embrião

com a Fazenda Esperança, Picos, São Raimundo Nonato, Parnaíba, Município de Oeiras, Município de Piripiri, e a região de Corrente, ou seja, são as regiões em que mapeamos o maior número de dependentes químicos do nosso Estado, e a ideia é de começar por essas regiões.

Espero que esta Casa possa se debruçar sobre esse tema, que possamos tratá-lo com prioridade, porque, seguramente, milhões de brasileiros estão aflitos; uns porque têm, na sua proximidade, em casa, na família ou alguém próximo, um dependente do álcool, um alcoólatra, como é chamado, um dependente do *crack*, um dependente do opi – essa droga que mata em pouco tempo –, da maconha, da cocaína, de medicamentos, enfim; e outros que também são vítimas, porque essas pessoas, pela dependência, assaltam, roubam, matam, tiram, digamos, o sossego da sociedade e, ao mesmo tempo, causam acidentes em trânsito. Enfim, eu acho que é um problema da maior gravidade.

O custo das comunidades terapêuticas, que, como disse a Senadora Gleisi, na verdade é uma última etapa – a pessoa faz o tratamento na área de saúde, mas a conclusão desse tratamento, a ressocialização, o cuidado com a família é feito por quem tem uma *expertise* como essa, junto com a área social –, um tratamento desses, em uma comunidade terapêutica, custa, no meu Estado, cerca de R\$800,00 (oitocentos reais). Um preso no ano de 2009 – fizemos as contas –, custava R\$3.100,00 (três mil e cem reais). Então, como é que eu não trato de forma definitiva, resolvendo de vez um problema, se eu estou, inclusive, gastando mais? Então, até do ponto de vista econômico é mais viável.

Assim, quero parabenizar todos que no Brasil e no meu Estado participam desse trabalho e dizer da minha alegria de ver o Governo da Presidente Dilma, como já havia começado o Presidente Lula, agora sob a Liderança do Ministro Alexandre Padilha, do Ministro da Justiça, do Ministro do Desenvolvimento Social e de outras áreas, interessado nessa integração e nessa nova forma de atuação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Wellington Dias, pelo seu pronunciamento, que aborda nesta tarde um tema de muita importância.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – A Presidência recebeu requerimentos de Informações de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° 9, DE 2011

Solicita informações à Sra. Ministra de Estado da Cultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra de Estado da Cultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado da Cultura com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado da Cultura, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requero visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2011. – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão.)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 10, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado da Educação com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado da Educação, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado da Defesa com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado da Defesa, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB

(À Mesa para decisão.)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 12, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 13, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2011. – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 14, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requiero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requiero visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 15, DE 2011**

Solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requiero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requiero visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 16, DE 2011**

Solicita informações à Sra. Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requero visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 17, DE 2011**

Solicita informações à Sra. Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos

somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 18, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal

alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 19, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 20, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 21, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 22, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro-Chefe da Casa Civil, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 23, DE 2011

Solicita informações à Sra. Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 24, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República com car-

tão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 25, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência

da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 26, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regi-

mento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 27, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado das Comunicações com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado das Comunicações, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requero visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 28, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado das Cidades com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado das Cidades, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requero visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro-Presidente do Banco Central do Brasil sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Presidente do Banco Central do Brasil sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro-Presidente do Banco Central do Brasil com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro-Presidente do Banco Central do Brasil, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requero visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 30, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Advogado-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Advogado-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Advogado-Geral da União com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Advogado-Geral da União, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requero visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 31, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 32, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 33, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Turismo sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Turismo sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

1. Qual foi o gasto do Ministro de Estado do Turismo com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?
2. Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.
3. Além do Ministro de Estado do Turismo, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?
4. Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?
5. Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?
6. Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

JUSTIFICATIVA

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2011.



Senador ALVARO DIAS

LÍDER DO PSDB

(À mesa para decisão.)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 34, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado da Saúde com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado da Saúde, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 35, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado dos Transportes com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado dos Transportes, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 36, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado das Relações Exteriores com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado das Relações Exteriores, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 37, DE 2011**

Solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
N° 38, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado da Justiça com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado da Justiça, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
N° 39, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado da Fazenda com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado da Fazenda, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 40, DE 2011**

Solicita informações à Sra. Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 41, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Esporte sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Esporte sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado do Esporte com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado do Esporte, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 42, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado da Integração Nacional com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado da Integração Nacional, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 43, DE 2011**

Solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO N° 44, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado da Previdência Social com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado da Previdência Social, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
N° 45, DE 2011**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

Qual foi o gasto do Ministro de Estado de Minas e Energia com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Além do Ministro de Estado de Minas e Energia, quantos funcionários dessa Pasta estão autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos de 2003 a 2010?

Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com frequência, que os gastos com cartões corporativos do governo têm aumentado substancialmente nos últimos anos.

Segundo dados do Portal da Transparência, os gastos com cartões de pagamento do governo federal alcançaram, desde 2003 até o final de outubro de 2010, o montante aproximado de R\$ 350 milhões.

Ainda segundo a imprensa, durante o 1º mandato do presidente Lula, os gastos com cartões corporativos somaram cerca de R\$ 78,4 milhões. Já no segundo mandato, esse valor triplicou, ficando em torno de R\$ 267 milhões. A média diária de gastos, em 2010, é de R\$ 215 mil, o dobro da média dos últimos 8 anos.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Os mesmos serão publicados e despachados à Mesa, conforme requerimento.

Com a palavra o Senador Gilvam Borges, do PMDB do Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na abertura do ano legislativo, a Presidente da República, Dilma Rousseff, veio pessoalmente ao Congresso Nacional e deixou claro, com a objetividade que a caracteriza, que o Brasil não pode mais postergar a reforma política.

Considerada a “mãe de todas as reformas”, ninguém questiona a urgência da chamada reforma política. Todos nós reconhecemos que é preciso implementar mudanças nessa área. O tema não é novo e, mesmo assim, a reforma não saiu do terreno das boas intenções.

Como de boas intenções, segundo dizem, o inferno está cheio, vamos falar de oportunidade.

Nós, políticos, sabemos que aproveitar as boas oportunidades é fundamental na vida pública. Todos nós, nesta Casa, sabemos disso. Pois bem. Eis aqui a oportunidade de finalmente realizarmos a reforma político-partidária que a Nação tanto reclama. Há mais de cinco legislaturas se discute o assunto e não se avançou muito. Ora, a reforma política é, ao fim e ao cabo, o instrumento para combater a descrença da população nos institutos e instituições representativas da democracia.

A fragilidade dos partidos políticos brasileiros já foi diagnosticada como o principal problema da vida política nacional. Nossa legislação sobre o tema tem conduzido as ações políticas ao enfraquecimento dos partidos e ao reforço da atuação individual.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, grande parte da descrença da população em relação à classe política nasce daí. O voto não se traduz em resultados concretos que melhorem a vida ou mudem o que os eleitores desejam ver transformado. E não é apenas isso. Ao votar, a população não está escolhendo um programa de ação que deseja ver cumprido. Por isso, a população não pode cobrá-lo de seus representantes no futuro.

Mais ainda: tornam-se grandes as dificuldades de entendimento político para o objetivo maior de gestão da coisa pública. Prevalece o fisiologismo e não os consensos ou divergências sobre o que seja melhor para o País. Há sérios problemas a serem resolvidos: a influência do poder econômico nas eleições, o abuso do poder por parte de políticos que prometem uma coisa e fazem outra, ou não fazem nada.

A revista *Veja* desta semana traz matéria extremamente didática a respeito das distorções que o sistema representativo brasileiro produz e sintetiza a angústia nacional quando afirma que “as regras do sistema representativo brasileiro resultam num Parlamento em que poucos eleitores se reconhecem”.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição de 1988 promoveu a ruptura com o Estado de Exceção e abriu oportunidades equivalentes para todos, com o voto para os analfabetos e o voto opcional para os jovens de 16 anos e menores de 18 anos; deu autonomia aos partidos políticos para a definição de suas estruturas, organização e funcionamento; e ainda contemplou o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, permitindo a participação da população mediante instrumentos democráticos diretos.

Porém, é chegada a hora de tornar a política nacional menos personalista, reduzindo os efeitos nefastos dessa prática. Só assim seremos capazes de construir um país melhor e mais justo.

A disciplina partidária, Sr. Presidente, é muito importante, e o estatuto do partido ou deliberações de convenções partidárias têm de ser obedecidos.

Ora, se o partido se reúne, discute, e a maioria decide que determinada matéria de interesse nacional tenha uma determinada posição na defesa em plenário, desaguando na votação, não há por que os companheiros, os militantes, os representantes desse partidos serem contrários.

O que observamos quanto às deliberações partidárias são as defecções. Há indisciplina, há desrespeito e não se pode fortalecer o partido como se deveria.

É importante a instituição da fidelidade partidária, mas também é importante decidir sobre o sistema atual de listas abertas. Nesse sentido, os trabalhos da Comissão Especial do Senado recomendam a introdução do sistema distrital misto como o mais vantajoso.

Mas ainda não há consenso. Há correntes de pensamento que apontam o sistema de listas fechadas como o melhor, pois o sistema de listas abertas só encontra similar na Finlândia e inibe o funcionamento das agremiações, pois, perante estas, o Parlamentar não possui compromissos duradouros. Voto distrital puro, lista fechada, voto distrital misto... Há caminhos que exigem opções. Discutamos, pois, a nossa fórmula, porque o importante, certamente, é sairmos do sistema atual.

A reforma que se pretende deve fortalecer os partidos, tornando as agremiações mais ideológicas e mais comprometidas com programas que, por sua vez, precisam representar o compromisso do partido com o seu eleitorado.

A escolha do eleitor aconteceria, então, em relação a programas que podem – e devem – ser cobrados depois. Com isso, os partidos se fortalecem e são efetivamente agentes do povo na busca de soluções para os seus problemas.

Definitivamente, Sr. Presidente, não há como sedimentar consenso em torno de uma matéria desse calibre, em um ambiente político que se transforma a cada dia, sem regras claras, com brechas e mais brechas, para que os mal-intencionados se esquivem de seus compromissos com seus eleitores.

Daí a necessidade de um esforço especial de nossa parte no sentido de discutir e de votar, para valer, os principais pontos da reforma política. Estaremos, dessa forma, fortalecendo nossa democracia, pavimentando o terreno para que as matérias que vierem a seguir sejam votadas com mais eficiência, e contribuindo para que o sistema político brasileiro seja aperfeiçoado cada vez mais.

Sem promover a reforma das reformas, a mãe de todas as reformas, que é a Reforma Política, sem essa reestruturação, cai por terra o grande vigilante da democracia.

Este é um país de grandes homens que servem em todos os Poderes. Não bastam as palavras e as ideias proferidas das tribunas, seja no Congresso Nacional, seja nas Assembleias Legislativas, seja nas câmaras mirins, seja nas praças públicas, se não houver respeito à classe política.

Portanto, o País precisa, com urgência, levantar esta bandeira, a bandeira da reforma política. Daqui, da Tribuna, pedimos à Presidente Dilma Rousseff e ao Presidente José Sarney, Presidente do Congresso Nacional, que adentra o plenário desta Casa neste momento, que assumam o comando dessa macrocirurgia política. E tenho certeza de que, neste momento, as grandes reformas podem acontecer.

Acredito na Presidenta Dilma pela sua disposição, pela sua competência técnica e pela sua vocação para o trabalho. Em seu gabinete, trabalha centrada em várias frentes. E eu acredito nisso. Com a experiência e a capacidade política e administrativa do Presidente José Sarney, o País precisa, com urgência, de que o Congresso entre nessa ampla discussão da reforma política e da reforma tributária. O País clama, e assim deveremos proceder respondendo.

Presenciei o dia em que a Presidenta Dilma e o Presidente José Sarney – quando ela trouxe a Mensagem ao Congresso Nacional –, os dois grandes líderes, se comprometeram. Isso me animou. Já estamos há cinco legislaturas discutindo, depurando ideias e afunilando uma alternativa para que possamos implementar a reforma.

Chegou a hora da prática, chegou a hora do parto, chegou a hora de resolver, chegou a hora de fazer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador José Sarney, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, uma emissora de televisão norte-americana, ontem – na verdade, um jornalista –, agrediu, a meu ver, a nossa Presidenta Dilma Rousseff, chamando-a de terrorista. Eu venho aqui manifestar a indignação que sinto ao ouvir, lá fora, uma manifestação tão equivocada e desrespeitosa em relação à nossa Presidenta.

Nenhum jornalista brasileiro chamou o Presidente Bush de terrorista quando jogava bombas no Iraque para tirar um ditador sanguinário que ali estava de Presidente já havia muito tempo. Muitos criticavam que esse não era o caminho, que havia outras maneiras, mas eu não vi a expressão “terrorista”. Entretanto, a gente vê uma acusação como esta porque a nossa Presidenta, aos vinte anos de idade, teve a coragem, a ousadia, a responsabilidade cívica de lutar contra a ditadura, inclusive por um caminho que muitos de nós não aceitamos à época. Mas isso não nos dá o direito de acusá-la de ter cometido terrorismo. Além do que, hoje, passados quarenta anos, Dilma Rousseff é a Presidenta eleita por 52 milhões de brasileiros. Esse jornalista deve dizer, então, que no Brasil há 52 milhões de terroristas, 52 milhões que correspondem, no Brasil, a uma porcentagem maior do que teve o Presidente Obama na sua eleição.

Eu sei que muitos discordam da Presidenta Dilma, mas creio que seja preciso que cada um levante a sua voz em defesa da honra da Nação contra uma acusação desse tipo, feita lá fora, irresponsavelmente, contra a nossa representante maior, eleita pelo voto de 52 milhões de eleitores.

Nós precisamos por os pontos nos is na hora que vemos uma televisão, um jornalista, nitidamente de direita, como todo mundo sabe que é essa televisão, panfletária, como sabemos que é essa televisão, fazendo uma acusação desse tipo.

Ao mesmo tempo, além disso, Senador Acir, comete uma mentira muito grande ao dizer que a

Presidenta Dilma é autora da tentativa de colocar na nossa Constituição a ideia de que a felicidade deve ser concedida a todos os brasileiros. Duas mentiras comete. Primeiro, porque não foi a Presidenta Dilma que tomou a iniciativa de fazer isso que se chama PEC da Felicidade. É uma iniciativa minha e de mais 28 Senadores, que demos entrada no projeto de reforma da Constituição.

Segundo, porque nessa proposta não tem nada de garantir felicidade para ninguém. Só um estúpido iria colocar uma emenda dizendo que a felicidade é garantida. E só gente muito ingênua é que é capaz de acreditar que algum estúpido faria uma coisa dessa. E que outros 27 Senadores iriam atrás e a apresentariam, e que esse projeto ainda continuaria seguindo e seria aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

O que esse jornalista não sabe ou não quis usar ou não tem interesse é que essa proposta foi inspirada na Declaração de Independência dos Estados Unidos, assinada pelos pais da pátria dos Estados Unidos, pais da pátria que inclusive pegaram em armas e fizeram uma guerra contra a metrópole inglesa. E nós não chamamos George Washington de terrorista, obviamente; ao contrário, nós o chamamos de patriota. Nós chamamos cada um dos pais da pátria americanos de patriota. E lutaram com armas, e cometeram sim atos de sangue, e morreram diversos deles, e foram feridos muitos na luta pela independência que terminou construindo essa grande nação que são os Estados Unidos da América.

É de patriota que esse jornalista deveria ter chamado a atual Presidente Dilma Rousseff. Patriota que para muitos mesmo da sua época dizíamos: não é o caminho certo. Mas foi com espírito de patriotismo que ela fez, e é isso que a gente deve exigir dos jornalistas estrangeiros. Porque, se algum tem que criticar, que seja aqui dentro.

E quanto a esse projeto, eu quero dizer que, na Declaração de Independência dos Estados Unidos, assinada pelos pais da pátria, a ideia de garantir o direito de buscar a felicidade aparece não uma, mas duas vezes. Duas vezes aparece ali na Declaração.

E o que nós fizemos é muito menos pretensioso. O que nós fizemos e que hoje vem sendo matéria no mundo inteiro, porque isso faz parte de um movimento mundial, foi substituir a ideia do Produto Interno Bruto por um novo conceito que indique o que era a felicidade de um povo. Não mais ter crescimento na produção material apenas, ter aumento no número de horas livres por semana de cada trabalhador; não mais ter um carro, mas ter uma rapidez maior de ir de um lugar para o outro; não mais se endividar para consumir mais, mas ser capaz de, consumindo menos, ser mais feliz.

E é nesse intuito, nessa filosofia, que hoje se costuma chamar de mais felicidade com menos crescimento econômico, mais felicidade até mesmo, como dizem, com decrescimento, se for preciso, que se insere a ideia daquilo que foi chamado de PEC da Felicidade, que na verdade é uma PEC da humanização dos direitos sociais. Uma PEC que inclui apenas três palavrinhas, Senador Acir, no art. 6º da Constituição.

O art. 6º diz que são direitos sociais educação, saúde, segurança, habitação... Apenas ficará escrito, quando for aprovada essa PEC: “São direitos sociais – vírgula –, essenciais à busca da felicidade – vírgula –, educação, saúde, segurança e habitação”. Com essas três palavrinhas ninguém vai garantir felicidade a ninguém. Ninguém vai nem garantir busca da felicidade a ninguém. Agora, o que a gente vai fazer, sim, é mostrar a cada mãe deste País que a educação do filho tem a ver com a busca da felicidade. É colocar, sim, que o direito à habitação tem a ver com a felicidade, que a segurança por onde você anda tem a ver com a felicidade. Você humaniza, você sai do espaço da política, sai do espaço do direito e entra no espaço do humanismo. Esse é o objetivo, inspirado na Declaração de Independência dos Estados Unidos, que esse jornalista deveria ter lido para poder virar jornalista no seu país. E, depois de virar jornalista, devia nos respeitar, devia respeitar os 52 milhões de votos que teve a nossa Presidente e respeitar até aqueles que não votaram nela, mas que sabem que dentro de um projeto democrático a maioria elege aquele que representa todos os brasileiros. E essa eleição foi feita sem esconder nada do passado dos candidatos. Todos nós sabíamos quem era cada um dos candidatos, e nós votamos conscientes do que fez cada um dos candidatos. E queremos que nos respeitem pela escolha que fizemos.

E, pessoalmente, como autor dessa proposta de emenda à Constituição, eu quero, primeiro, isentar a Presidenta Dilma, porque não é dela essa proposta; segundo, esclarecer que não é uma ideia estúpida propor que as pessoas serão felizes a partir da aprovação da PEC, nem mesmo estúpida porque as pessoas terão direito a buscar a felicidade depois da aprovação dessa PEC. Não. É uma tentativa de humanizar um artigo que garante os direitos sociais, lembrando que, sem eles, fica impossível buscar a felicidade, porque desempregado tem dificuldade em buscar a felicidade quando chega em casa à noite sem dinheiro para comprar o pão; porque quem não tem uma boa escola tem dificuldade sim em buscar a felicidade, por falta de alternativas de como sobreviver; porque, na fila de uma hospital, sentindo dores, é difícil ter a chance de buscar a felicidade.

É isso, Sr. Presidente Sarney, que eu queria deixar aqui, achando que era necessário uma manifestação, não de protesto, porque isso seria valorizar demais a manifestação desse jornalista, mas simplesmente de trazer a nós todos brasileiros a ideia de que não podemos deixar que passe em branco uma acusação desse tipo, inconsequente e desrespeitosa, como foi feita em uma televisão norte-americana, na última sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Não havendo mais oradores inscritos, consulto o Plenário se algum Senador deseja usar da palavra. *(Pausa.)*

Não há mais oradores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Item único

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2010

(Proveniente da Medida Provisória nº 501, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2010, que *dispõe sobre a pres-*

tação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, 10.260, de 12 de julho 2001, 10.406, de 10 de janeiro 2002 - Código Civil Brasileiro, 8.685, de 20 de julho de 1993, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.848, de 15 de março de 2004, e 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; revoga dispositivos das Leis nºs 8.162, de 8 de janeiro de 1991, e 12.096, de 24 de novembro de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 501, de 2010).

(Lido no Senado Federal no dia 21.12.2010)

Relator revisor: Senador Romero Jucá

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.10.2010)

Prazo final prorrogado: 15.02.2011

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 36 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PDT - João Durval*
PSB - Lídice da Mata**
PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

PP - Francisco Dornelles*
PT - Lindbergh Farias**
PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
PMDB - João Alberto Souza**
PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

PSDB - Mário Couto*
PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
PT - Humberto Costa**

São Paulo

PT - Eduardo Suplicy*
PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

PSDB - Cyro Miranda* (S)
DEM - Demóstenes Torres**
PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

PMDB - Pedro Simon*
PP - Ana Amelia**
PT - Paulo Paim**

Ceará

PC DO B - Inácio Arruda*
PMDB - Eunício Oliveira**
PT - José Pimentel**

Paraíba

PSDB - Cícero Lucena*
PMDB - Vital do Rego**
PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
PP - Ciro Nogueira**
PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves* (S)
DEM - José Agripino**
PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

PMDB - Casildo Maldaner* (S)
PMDB - Luiz Henrique**
PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
PP - Benedito de Lira**
PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

DEM - Maria do Carmo Alves*
PSB - Antonio Carlos Valadares**
PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

PT - João Pedro* (S)
PMDB - Eduardo Braga**
PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

PSDB - Alvaro Dias*
PT - Gleisi Hoffmann**
PMDB - Roberto Requião**

Acre

PT - Aníbal Diniz* (S)
PT - Jorge Viana**
PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PSDB - Marisa Serrano*
PT - Delcídio do Amaral**
PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
PDT - Cristovam Buarque**
PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

PDT - Acir Gurgacz*
PP - Ivo Cassol**
PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

DEM - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

PMDB - José Sarney*
PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
PT - Angela Portela**
PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
- *. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
- **. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
- ***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
- ****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
- *****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
- *****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Finalidade: Representar o Senado Federal no Fórum Social Mundial (FSM) - 2011, entre os dias 06 e 11 de fevereiro de 2011, na cidade de Dakar, no Senegal.

(Requerimento nº 963, de 2010, do Senador Inácio Arruda, aprovado em 15.12.2010)

Número de membros: 5

COORDENADOR:

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 28/10/2009

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Designação: 10/02/2010

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE **Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 11, de 2007, com o objetivo de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 27/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Designação: 11/05/2010

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN
PV

Atualização: 03/02/2011

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN

Atualização: 03/02/2011

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN

Atualização: 03/02/2011

7) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB-ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT-SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB-PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR-TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB-MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 01.02.2011)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação:

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



Edição de hoje: 268 páginas

OS: 2011/10278